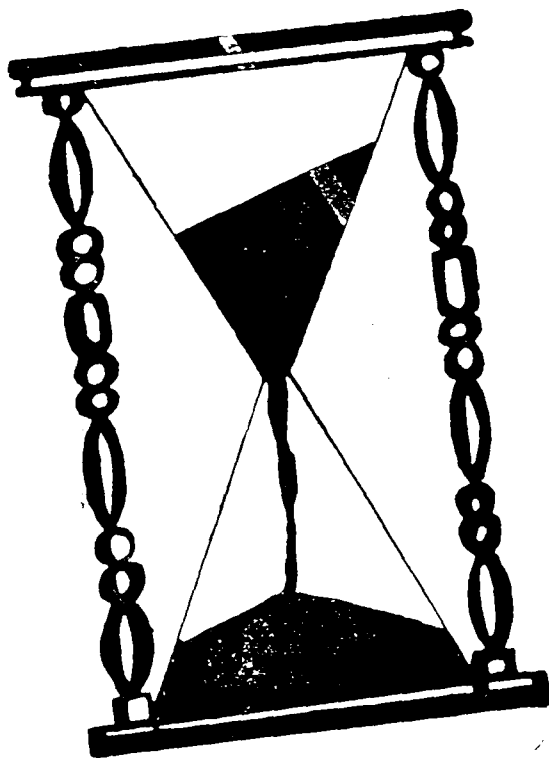


LUIZ DO NASCIMENTO



DA IMPREENSA DE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
IMPREENSA UNIVERSITARIA - RECIFE - 1967

**ALGUMAS OPINIÕES SÔ-
BRE O 2º VOLUME DA
"HISTÓRIA DA IMPREN-
SA DE PERNAMBUCO"**

"Monumento de tenacidade, dedicação, inteligência. Obra de abelha" — **Luiz da Câmara Cascudo.**

"...apresenta tanta informação útil, que o livro de seu antecessor (Alfredo de Carvalho) chega a parecer uma espécie de catálogo" — **Barbosa Lima Sobrinho.**

"É uma fonte de consultas para os estudiosos de amanhã que queiram tomar conhecimento da evolução jornalística na terra de Joaquim Nabuco e José Mariano" — **Lopes da Silva.**

"...obra monumental e espantosa" — **Nelson Saldanha.**

"...uma "História da Imprensa de Pernambuco" que acaba sendo um reflexo da própria história de Pernambuco" — **Luiz Delgado.**

"O trabalho que Nascimento vem realizando é realmente gigantesco. Custa a crer que é feito por um só homem" — **Valdemar Valente.**

"Luiz do Nascimento oferece preciosa ajuda aos historiadores da vida pernambucana deste e do século passado, pela indicação que a êles facilita das fontes em que podem se abeberar para esclarecer o que em história é oblíquo ou equívoco" — **P. (Paulo do Couto Malta).**

"...sem alardes nem espaventos, traz à cultura brasileira uma contribuição incomparável na sua especialidade" — **Orlando Parahym**

"No gênero, é a obra mais séria, mais importante e mais bem documentada que já se escreveu até hoje no Brasil" — **Alberto Romero.**

"...a maior obra sulamericana em tórno de jornais" — **Nelson Barbalho.**

"Ele reviviu, melhor do que ninguém, as figuras excepcionais do jornalismo liberal e polêmico, representativo do espírito e da pugna da época, sem lhes descaracterizar a personalidade, nem lhes imprimir estranhos coloridos para enquadrá-los na glória das galerias históricas" — José de Sá.

"...está hoje na vanguarda dos historiadores da imprensa, não só de Pernambuco, mas de qualquer outro Estado. Sua produção honra mais ao país do que a ele próprio" — Fernando Segismundo.

"...critério de pesquisa, que o situa, rigorosamente, na galeria dos mais honestos e probos historiadores brasileiros" — Paulo Cavalcanti.

"A História da Imprensa de Pernambuco", de Nascimento, acaba parecendo quase um romance. Porque é empolgante, faz esquecer o resto da vida dar-se o leitor à tarefa de acompanhar a *falsa heroica* deste esforço sacrificado que é sustentar um jornal, dia a dia, mês a mês, ano a ano, sem um descanso, sem um hiato." — Costa Póio.

"Nascimento é o maior historiador da nossa imprensa, em todos os tempos" — Nilo Pereira.

"...a 'História da Imprensa de Pernambuco' merece estar ao alcance de todos, como um repositório de exemplos, consuciente e honestamente recolhidos, capaz de orientar-nos na nossa atuação pública" — Luiz Beltrão.

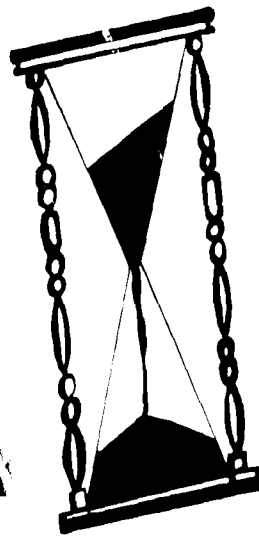
"O trabalho de Luiz do Nascimento aumenta o prestígio da imprensa brasileira" — Edmundo Lys.

"Pena é que não se faça, em relação ao Rio de Janeiro e mesmo a todo o Brasil, obra igual a essa 'História da Imprensa de Pernambuco', de Luiz do Nascimento" — Otávio Malta.

Pernambuco



LUIZ DO NASCIMENTO



ALGUMAS OPINIÕES SOBRE O 2º VOLUME DA "HISTÓRIA DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO"

"Monumento de tenacidade, dedicação, inteligência. Obra de abelha" — Luiz da Câmara Cascudo.

"...apresenta tanta informação útil, que o livro de seu antecessor (Alfredo de Carvalho) chega a parecer uma espécie de catálogo" — Barbosa Lima Sobrinho.

"É uma fonte de consultas para os estudiosos de amanhã que queiram tomar conhecimento da evolução jornalística na terra de Joaquim Nabuco e José Mariano" — Lopes da Silva.

"...obra monumental e espantosa" — Nelson Saldanha.

"...uma 'História da Imprensa de Pernambuco' que acaba sendo um reflexo da própria história de Pernambuco" — Luiz Delgado.

"O trabalho que Nascimento vem realizando é realmente gigantesco. Custa a crer que é feito por um só homem" — Valdemar Valente.

"Luiz do Nascimento oferece preciosa ajuda aos historiadores da vida pernambucana deste e do século passado, pela indicação que a eles facilita das fontes em que podem só abeberar para esclarecer o que em história é obliquo ou equívoco" — P. (Paulo do Costo Malta).

"...sem alardes nem espaventos, traz à cultura brasileira uma contribuição incomparável na sua especialidade" — Orlando Parabyrn.

"No gênero, é a obra mais séria, mais importante e mais bem documentada que já se escreveu até hoje no Brasil" — Alberto Romero.

"...a maior obra sul-americana em torno de jornais" — Nelson Barbalho.

DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
IMPRENSA UNIVERSITÁRIA - RECIFE - 1967

N244h

v. 3

LUIZ DO NASCIMENTO

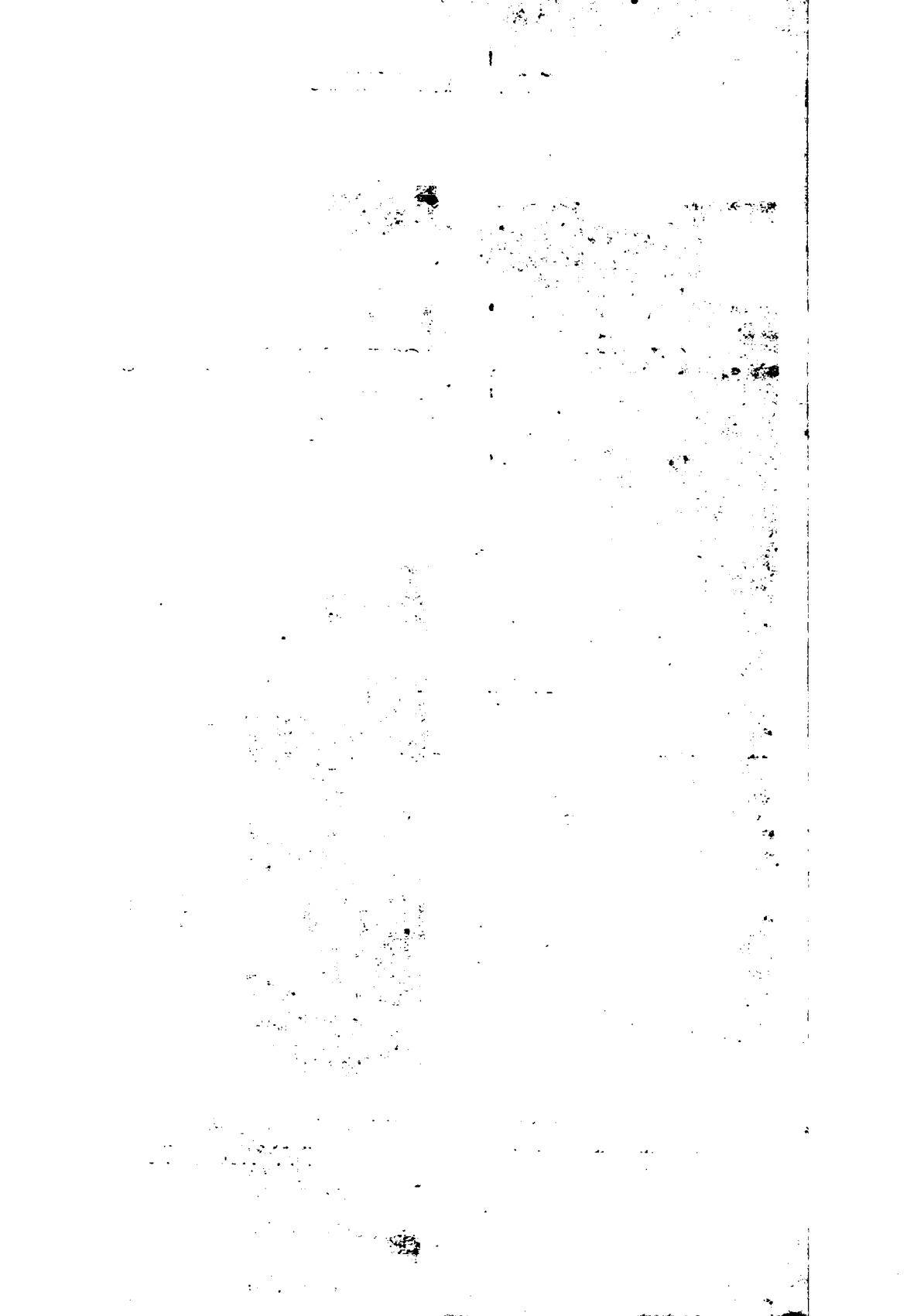
História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)

VOL. III

DIÁRIOS DO RECIFE - 1901/1954

Imprensa Universitária
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
1967



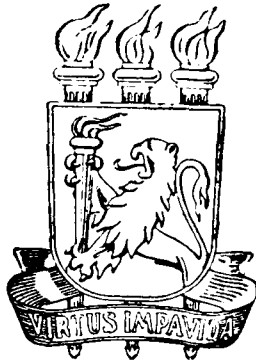
*John
1968*



Arquivo
de JOTA SOARES

História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

IMPrensa UNIVERSITÁRIA

Capa de Wilton de Souza

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

LUIZ DO NASCIMENTO

História da Imprensa de Pernambuco

(1821 - 1954)

VOL. III

DIÁRIOS DO RECIFE - 1901/1954

Imprensa Universitária

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

1967

HISTÓRIA DA IMPRENSA DE PERNAMBUCO (1821-1954)

Publicados:

- Vol. I — “**Diário de Pernambuco**”, Arquivo Público/Imprensa Oficial, Recife, 1962.
- Vol. II — “Diários do Recife, 1829/1900”, Imprensa Universitária, Recife, 1966.
- Vol. III — “Diários do Recife, 1901/1954”, Imprensa Universitária, Recife, 1967.

A publicar:

- Vol. IV — “Periódicos do Recife, 1821/1850”.
- Vol. V — “Periódicos do Recife, 1851/1875”.
- Vol. VI — “Periódicos do Recife, 1876/1900”.
- Vol. VII — “Periódicos do Recife, 1901/1915”.
- Vol. VIII — “Periódicos do Recife, 1916/1930”.
- Vol. IX — “Periódicos do Recife, 1931/1940”.
- Vol. X — “Periódicos do Recife, 1941/1954”.
- Vol. XI — “Municípios do A. B. C.”.
- Vol. XII — “Municípios do E. ao J.”.
- Vol. XIII — “Municípios do L. ao P.”.
- Vol. XIV — “Municípios do Q. ao V.”.

Outros trabalhos do autor:

- “Imprensa Periódica Pitoresca de Pernambuco” — V Congresso Nacional de Jornalistas, Curitiba, 1953. Edições Guararapes, Recife, 1954.
- “Grandes e Miséria do Jornalismo em Pernambuco” — II Conferência Nacional de Jornalistas, São Paulo, 1954. In Anais.
- “Periódicos do Recife no Século XIX — VI Congresso Nacional de Jornalistas, Belo Horizonte, 1955. Mimeografado.
- “O Jornal Por Dentro e Por Fora” — Arquivo Público/Imprensa Oficial, Recife, 1962.
- “Três Mestres de Direito no **Batente** do Jornal” — X Congresso Nacional de Jornalistas, Brasília, 1963. Imprensa Oficial, Recife, 1966.
- “A Imprensa Vitoriana no Século XIX” — Conferência. Imprensa Oficial, Recife, 1967.

A publicar:

- “História da Imprensa de Olinda”, 1831/1954
- “Martirologio do Jornalista Borges da Fonseca” — IX Congresso Nacional de Jornalistas, Nova Friburgo, 1961.
- “O fabuloso Nascimento Feitosa” — Conferência no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.
- “Relatório de Jornalistas Pernambucanos”.
- “Dicionário Pernambucano de Pseudônimos”.

Fundação Joaquim Nabuco
BIBLIOTECA CENTRAL

454,151,483

ÍNDICE ALFABÉTICO

<i>Boletim Oficial</i>	371
<i>Canital (A)</i>	15
<i>Cidade (A)</i>	338
<i>Combate (O)</i>	324
<i>Commercio do Recife</i>	24
<i>Correio da Tarde</i>	113
<i>Correio do Norte</i>	108
<i>Correio do Povo</i>	429
<i>Correio do Recife</i>	25
<i>Correio-Jornal</i>	268
<i>Correio Mercantil</i>	16
<i>Democrata (O)</i>	137
<i>Dia (O)</i>	426
<i>Diario da Manhã</i>	275
<i>Diario da Noite — 1924</i>	266
<i>Diario da Noite — 1946</i>	410
<i>Diario da Tarde</i>	314
<i>Diario do Estado</i>	260
<i>Diario do Nordeste</i>	372
<i>Diario do Povo</i>	231
<i>Diario Oficial</i>	408
<i>Estado (O)</i>	333
<i>Estado de Pernambuco (O)</i>	97
<i>Folha da Manhã</i>	375
<i>Folha da Manhã (vespertina)</i>	395
<i>Folha da Noite</i>	343
<i>Folha do Povo — 1902</i>	18
<i>Folha do Povo — 1935</i>	344
<i>Gazeta do Norte</i>	38
<i>Gazeta Popular</i>	22
<i>Globo (O)</i>	314
<i>Hora (A)</i>	429
<i>Hora Social (A)</i>	207
<i>Imprensa Oficial</i>	114
<i>Indicador Comercial</i>	410

<i>Informador Comercial</i>	329
<i>Intransigente (O)</i>	138
<i>Jornal da Manhã</i>	332
<i>Jornal da Noite</i>	331
<i>Jornal do Commercio</i>	143
<i>Jornal do Povo — 1908</i>	42
<i>Jornal do Povo — 1916</i>	115
<i>Jornal do Recife (vespertino)</i>	120
<i>Leão do Norte</i>	45
<i>Libertador (O)</i>	328
<i>Lucta (A) — 1916</i>	123
<i>Luta (A) — 1948</i>	423
<i>Moderno-Jornal</i>	136
<i>Meio Dia</i>	310
<i>Noite (A) — 1917</i>	131
<i>Noite (A) — 1920</i>	209
<i>Norte (O)</i>	88
<i>Norte do Brasil (O)</i>	273
<i>Noticia (A)</i>	239
<i>Novidades</i>	311
<i>Ordem (A)</i>	131
<i>Patria (A)</i>	73
<i>Pernambuco</i>	47
<i>Popular (O)</i>	425
<i>Reação</i>	326
<i>Reforma (A)</i>	35
<i>Republica (A)</i>	77
<i>Resenha Fiscal</i>	426
<i>Rua (A)</i>	251
<i>Tarde (A) — 1914</i>	104
<i>Tarde (A) — 1919</i>	206
<i>Tarde (A) — 1922</i>	236
<i>Tempo (O)</i>	90

ALGUMAS PALAVRAS



Está aí outro volume da “História da Imprensa de Pernambuco”. São mais 68 diários do Recife, os quais vieram a lume no espaço compreendido entre 1901 e 1954, ano limite do levantamento a que me dediquei.

Creio haver recolhido, nas diversas bibliotecas visitadas, o suficiente para contar a vida e os feitos desses heróis do “quarto poder”, em prosseguimento ao volume anterior, para o que não me faltou coragem nem paciência.

Não foi preciso fazer literatura. Tudo saiu conforme a pesquisa fria, cuidadosa, objetiva, sem o intuito de agradar ou desagradar a vivos ou mortos.

Consignados ficam, simplesmente, sôbre cada jornal, os passos de sua existência, seus altos e baixos, sua maior ou menor importância no conceito da imprensa, deles destacando, inclusive, nomes, fatos e acontecimentos da história geral do Estado.

Dos diários constantes deste volume, os oito primeiros — de 1901 a 1906 — foram mencionados, em poucas linhas, por Alfredo de Carvalho, nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908”, e 28 dos primeiros 31 o foram, de modo ainda mais sucinto, por Sebastião de Vasconcelos Galvão, no “Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”, Vol. Q e R, publicado em 1921.

Estudei-os, no entanto, a todos — do 1.º ao 68.º — minuciosamente, quase página por página, para que o leitor do futuro tenha uma idéia mais precisa do conjunto de órgãos do jornalismo pernambucano. As falhas porventura existentes nada mais são do que frutos da humana contingência.

Outros volumes hão de vir. Conterão a história da imensidade de periódicos do Recife, obedecendo ao estilo inicial. E chegará a vez das publicações do interior do Estado.

L. do N.

Rua Guedes Pereira, 80
Apt. 12 — Recife (Pernambuco).

DIARIOS DO RECIFE

1901/1954



A **CAPITAL** — Diário vespertino, independente, surgiu no dia 6 de julho de 1901, formato grande, com quatro páginas a seis colunas de composição. Propriedade “de uma Associação”; redatores — Manuel Duarte, Caitano de Almeida Andrade, Eugênio de Sá Pereira e Maturino Monclar Cavalcanti de Albuquerque; gerente — Joaquim José Luís de Sousa. Confecção da Imprensa Industrial, de Néri da Fonseca & Cia., situada à rua do Bom Jesus ns. 34 e 36. Assinatura semestral — 7\$000; trimestral — 4\$000. Número avulso — \$100.

Prometia, no artigo de apresentação, ser “moderno, independente, criterioso e popular”, fazendo jornalismo expurgado de contacto com os desmandos “de uma democracia mascarada e ridícula, que vai passando no coche de ouro do poder, indiferente aos protestos do povo”. Não defenderia programas de fações políticas, nem sacrificaria a honra alheia “no pelourinho das colunas pagas”. Mais adiante, declarou: “**A Capital** quer e defende a República, não como ela é entre nós, mas como deve ser...”

Noutra nota, lia-se: “**A Capital** será o diário mais bem feito de Pernambuco”.

Realmente, o primeiro número apresentou magnífico aspecto, matéria bastante variada e bem distribuída, incluindo diferentes comentários, vasto noticiário, folhetim, seções leves, soneto de Henrique Soido, reportagem assinada por **Intellectual** e intitulada “O Recife à noite”, e “Sabatina”, de Andrade Neto. Anúncios nas duas últimas páginas.

Nada obstante tão promissora expectativa, o bem feito diário teve vida das mais efêmeras. Circularam mais duas edições tão somente, a última das quais datada de 9 de julho, (1), precisamente quando começou a divulgar serviço tele-

(1) Na sua edição de 13 de julho de 1901, o órgão satírico-humorístico **A Pimenta** dedicou a primeira página ao desaparecimento d'**A**

gráfico especial, ao mesmo tempo que anunciava, para o dia seguinte, um “prêmio aos seus leitores e assinantes” (**Bib. Púb. Est. e Arq. Púb. Est.**) (2).

CORREIO MERCANTIL (1) — Diário da Tarde — Entrou em circulação no dia 8 de julho de 1901, impresso na oficina gráfica do **Jornal do Recife**. Formato grande, dispunha de 7 colunas de composição. Proprietário — Francisco Alexandrino de Albuquerque Melo. Redação e escritório à rua do Imperador n.º 33. Assinatura semestral — 10\$000; para o interior — 12\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

Escreveu o editorialista, no artigo de abertura, entre outras sugestivas considerações: “Sim; é preciso que o povo se familiarize com a imprensa; se acostume a enxergar no jornal um amigo; mas é preciso, também, que êsse jornal não seja um instituto de convencionalismo nem uma escola de covardias; é preciso que êsse jornal não seja tampouco um imitador de romances realistas, narrando, friamente, com despreensão, um fato muitas vêzes hediondo, sem um gesto de protesto, sem uma palavra de ensinamento; é preciso que êsse jornal, amigo do povo, se encarregue de sua causa como um defensor legítimo e sincero e não desça a esmerilhar, com ares caricaturistas, a vida doméstica da política e da sociedade. Colocado, pois, nesta atitude de seriedade e justiça, todo jornal é apto para conquistar a simpatia e a confiança do público”.

O editorial pròpriamente de apresentação trouxe o título “Porque aparecemos”, dizendo a certa altura: “Competetrados de que a briosa e respeitável classe comercial dêste Estado é um dos mais fortes, senão o mais forte elemento a encaminhar o progresso de Pernambuco; conscientes de que, para defesa dessa grande e poderosa coletividade, existe

Capital, encimada por uma cruz, com extensa notícia, assim iniciada: “Finnou-se na quarta-feira, 10 do corrente, êste órgão vespertino, que viu a luz da publicidade sòmente três números”. Após narrar o acompanhamento do “féretro” ao cemitério e transcrever o “discurso fúnebre” de Agostinho Bezerra, concluiu: “Uma pá de terra sòbre a finada”.

(2) Só existe comprovante, na Biblioteca Pública do Estado, do primeiro número. As duas edições seguintes, também únicas, são encontradas no Arquivo Público Estadual.

(1) No **Almanach de Pernambuco** para 1907, Júlio Pires Ferreira registou, em sua “Crônica de Pernambuco” (correspondente ao ano de 1901) o aparecimento do **Correio da Manhã**; mas o jornal que apareceu mesmo foi o **Correio Mercantil**.

atualmente absoluta falta de um órgão que, a despeito de qualquer princípio de convencionalismo, possa defendê-la em qualquer emergência e sob qualquer ponto de vista; absoluta falta de um órgão, repetimos, que, com a verdade em punho, desça os departamentos de nossa vida social, esmerilhando todos os detalhes, tôdas as minudências que à defesa do comércio convier; e convictos também do apoio benéfico que nos será dispensado por essa ilustre comunhão de homens que têm por lema — **a dignidade e o trabalho**, fundamos o **Correio Mercantil**".

Logo foi iniciada, sob o título "Correspondência", uma seção destinada a responder perguntas sôbre qualquer assunto, quaisquer dúvidas dos leitores.

Redator principal, Celso Vieira apareceu com o primeiro artigo assinado (2), e **Fulano de Tal** iniciou a crônica "Apostamentos", para comentar, diariamente, assuntos palpitantes. Eram outros redatores: Teotônio Freire, Ernesto de Paula Santos e Laurino de Albuquerque.

Seguiu o **Correio** vida normal, divulgando serviço telegráfico na abertura da primeira página; substanciosos editoriais; a seção "A volta do mundo"; "Notas artísticas"; copioso noticiário miudo; "Parte Comercial" bem desenvolvida; "Indicador", e duas páginas — a terceira e a quarta — de anúncios. O clássico folhetim, em rodapé da primeira página, começou com o romance "O Rio do Quarto", de Joaquim Manuel de Macedo.

Mais dois dias, vieram as "Bandarilhas", por Teotônio Freire, que escreveu, em princípio: "... tarefa suave e doce, na qual procurarei fazer uma ligeira e amiga filosofia, otimista e gárrula, rindo, ou melhor, sorrindo, facetamente, dos homens e dos fatos — os homens da minha terra e os fatos do meu tempo".

Depois de uma coluna inteira de divagações, concluiu o cronista: "... arremço, delicadamente, essas bandarilhas, flamantes de multicores fitas — a vermelha da sátira, a azul da ironia, e a nevirosada do humorismo — à epiderme da sociedade da minha terra e dos homens do meu tempo".

Tão bem redigido e tão bem orientado, durou pouco, todavia, a primeira fase do **Correio Mercantil**, que, já no dia 23, em seu n.º 11, mostrava outro aspecto: impresso em tipo-

(2) Aceitando o convite para integrar o corpo redacional do **Correio Mercantil**, Celso Vieira aconselhou ao diretor: "... só não abrigue a tolice, quer venha sacudindo as asas da estrofe, quer venha coleando através da prosa".

grafia diferente (da Livraria Francesa), o formato diminuído de alguns centímetros, a cinco colunas de 16 cículos; tipagem diferente, mais viva, e bastante reclamo comercial.

É que, suspenso cinco dias antes (3), passara à propriedade do economista Ventura Correia, transferindo-se, igualmente, a redação para a rua do Imperador n.º 75. Entrou como redator Argemiro Arôxa, logo assinando comentários com o pseudônimo **Lucas**.

Alterada, completamente, a parte intelectual, apareceram novas seções: “Telhas de vidro”, por **Argos**; “Na estacada”, a cargo de **Tebericá**, destinada a ir ao encontro das queixas do público; “Para rir”; “Literatura”, inserindo poesias de Campos Pôrto, Jonas da Silva e Luís Guimarães, e “Tratos à bola”, além de regular noticiário.

Seis dias decorridos da mudança administrativa, começou o **Correio Mercantil**, no dia 29, ainda de julho, a encher a primeira página de anúncios, igualmente a quarta, e mais de metade da terceira, reduzindo a matéria a pouco mais que a segunda. Na mesma data era noticiado o afastamento de Celso Vieira do corpo redacional, por ter de viajar rumo ao Pará (4). Logo mais, a 12 (5) de agosto, n.º 30, encerrava-se a existência do vespertino, ficando apenas no terceiro rodapé a publicação do romance “A família Polianeckvi”, de Henrique Sienkiewicz (**Bib. Púb. Est.**).

1902

FOLHA DO POVO — Vespertino político, pertencente ao Clube Popular do Recife, começou a circular a 12 de agosto de 1902, obedecendo ao formato de 52 x 36, cinco co-

(3) Julgando haver desaparecido, definitivamente, o congênere, assim concluiu o **Diário de Pernambuco** sua crônica “Os sete dias”, de 21-7-1901: “O derradeiro sucesso da semana foi o trespasse do **Correio Mercantil**. Pobre pequeno! Também êle não resistiu aos vendavais da imprensa pernambucana”.

(4) Longo comentário dedicou a redação a Celso Vieira, frisando: “Vai o ilustre exilado procurar naquele Estado um círculo mais vasto e condigno do seu imenso talento, porque aqui, na terra natal, só encontrara decepções, quer na esfera intelectual propriamente dita, pela tremenda guerra que teve de sustentar contra os zoilos impenitentes, quer na vida do comércio, cuja carreira abraçara desde criança abrindo falência a casa em que estava empregado”.

(5) Não no dia 14, como registaram Alfredo de Carvalho, nos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908”, e Sebastião Galvão, no “Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”.

lunas de composição, com quatro páginas. Redação instalada à rua do Imperador n.º 23 e escritório à rua Duque de Caxias n.º 37, no Atelier Miranda, onde se imprimia. Assinatural anual — 10\$000; para o interior — 11\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

Tinha como redatores Manuel Gomes Duarte, Turiano Campelo, Eurico Vitróvio, Domingos Magarinos de Sousa Leão e Henrique Soido, ocupando a gerência Francisco Moreira Dias.

Lia-se no artigo de apresentação: “**A Folha do Povo** vem ocupar o pôsto que lhe cabe, como um nôvo representante do voluntariado popular contra a ordem de coisas anômalas que formam o desgraçado espólio desta situação moribunda”.

Adotando franca oposição ao govêrno do Estado, para o que foi fundado, salientou o editorialista, nos tópicos finais: “. . . não poderíamos fugir ao dever de falar em nome dos espoliados na sua honra, na sua propriedade, no conjunto dos seus direitos políticos, como se fôssem um triste rebanho silencioso entregue ao interêsse desumano de mercadores cruéis que lhe arrancassem pedaços da carne a pretexto de tosquia.

“Os nossos adversários não podem oferecer-nos combate sério, porque não são da raça dos mosqueteiros de Alexandre Dumas — isto é, não têm o ardor cavalheiroso de d’Artagnan, a admirável calma de Aramis, a fidalguia de Athos e os músculos de Porthos, não absolutamente; mas estamos dispostos às refregas, certos de que o punhal vibrado de surpresa resvalará no arnez de nossa honra de cavalheiros.

“Está assim desdobrado o nosso programa em poucas palavras. O nosso fim é combater o govêrno atual do Estado, mas nos limites da decência, fazendo uso sômente de armas compatíveis com a nossa dignidade cívica”.

Nota da segunda página: “Jornal genuinamente democrático, feito exclusivamente para prestar à população os serviços que a imprensa não deve negar ao voluntariado popular, a **Folha do Povo** aceita tôdas as reclamações, desde que estas venham de fonte insuspeita e não prejudiquem a sua orientação política de intransigente oposição ao govêrno do Estado e defesa da República”.

Como réplica à seção “As surpresas do dia”, do **Diario de Pernambuco**, iniciou o nôvo órgão outra, intitulada “Dias de surpresas”, com a assinatura de **Silvio** (pseudônimo de Manuel Duarte), cuja primeira oitava dizia:

“Não se espantem os leitores
 (pois o fato não é nôvo)
 de, nessa época de horrores,
 surgir a **Folha do Povo**.
 Tudo é velho neste mundo,
 tudo é velho e tudo é vário...
 O que é nôvo está no fundo
 das “surpêsas do **Diario!**”

Desferia constantes ataques à administração do prefeito Antônio José de Almeida Pernambuco e à do governador Antônio Gonçalves Ferreira, assim como à liderança do conselheiro Rosa e Silva, ao mesmo tempo que alimentava polêmica com o **Diario de Pernambuco** e o **Jornal do Recife**, órgãos da situação, em linguagem virulenta.

A oposição da **Folha do Povo** deu lugar a que seus redatores vivessem constantemente ameaçados por elementos ligados ao situacionismo. Logo a 6 de setembro foi o gerente convidado a comparecer ao gabinete do chefe de polícia, cujo titular, Gonçalves de Melo, lhe advertiu que “a **Folha** estava usando linguagem inconveniente, insuflando a polícia e ameaçando o govêrno com uma mudança de situação”; terminou intimando-o a fazê-la mudar de linguagem ou seus redatores se arrependeriam. Essa ameaça foi repelida com artigos cada vez mais causticantes.

No dia 12, viu-se o vespertino impedido de circular, porque o govêrno, através do procurador dos Feitos da Fazenda, a fim de prejudicá-lo, mandou fechar o Atelier Miranda, onde era impresso, para a cobrança judicial de 13\$750 de impostos atrasados. A medida, porém, pouco prejudicou, uma vez que a **Folha**, a partir do dia seguinte, foi impressa no Atelier Guttenberg, de Rodrigues e Silva, à mesma rua, n.º 34, prosseguindo o seu programa de severas críticas ao situacionismo.

Na edição de 16 de setembro, lia-se, a propósito, entre objurgatórias, num artigo de duas colunas: “... a administração do conselheiro Antônio Gonçalves Ferreira é o regime do calote, da inércia, da imoralidade”.

A 13 de outubro, foi agredido o redator Henrique Soido, o qual teve a cabeça a sangrar com tremenda cacetada que lhe desferiu o subdelegado de Olinda. Já dias antes, Turiano Campelo fôra empurrado, acintosamente, pelo próprio filho do governador, **Tonico**, cercado de capangas.

Em editorial do dia 18, referindo-se à faina vingativa dos áulicos do governo, salientou o articulista: “Não conseguirá deter a marcha da verdade e da justiça, que nos guiam os passos e das quais somos os arautos convictos por meio da imprensa e por todos os meios que se nos deparem legítimos. Estamos votados à morte? Outros nos hão de imitar o abnegado exemplo” (1).

A par da campanha política, trazia noticiário ligeiro e um sonêto diário — “Rimas” —, da autoria de cultores da poesia, a saber: Domingos Magarinos, Alfredo de Castro, Ribeiro da Silva, Antonio Sales, Mendes Martins, Caitano de Andrade, Mário Melo (2), Simão d’Armada, José de Barros Lima, **Pethion de Vilar** (Egas Moniz Barreto de Aragão), Agripino da Silva e Manuel Duarte, que usava, também, o pseudônimo **Silvio Murat** na crônica diária “Notas simples”. Outras seções se alternavam: “Teatro alegre”, por **Aristófanes**; “Educação cívica” (notas biográficas); “Bazar de Prendas”; “Cartas Daqui Mesmo”, por **Sicrano de Tal** (pseudônimo de Domingos Magarinos de Sousa Leão); “Sonetos em prosa”, notas críticas de João Damasceno, e a “Crônica”, de C. A. (Clemente Aires). Havia, ainda, uma Coluna Operária, e divulgava-se, em folhetim, o romance “Canaan”, de Graça Aranha.

Passado, entretanto, o período eleitoral, a que se dedicara, saiu a **Folha do Povo** da circulação, com apenas 91 edições publicadas, a última das quais datada de 1 de dezembro (**Bib. Púb. Est.**).

(1) Em cartas dirigidas ao governador Gonçalves Ferreira, através do **Jornal Pequeno** (24 e 25 de outubro de 1902), alguém que se escondia sob o pseudônimo de **Evaristo da Veiga** condenou a perseguição contra a **Folha do Povo**, que elementos oficiais pretendiam fazer “calar pelo cacete”, pois dizia-se, à boca cheia, estar assentado o seu fechamento “pela força bruta”. Frisou o missivista: “Fechar um jornal a pulso é um atentado de tamanha gravidade, no Século XX, que eu não acredito ser V. Ex.^a capaz de cometê-lo”.

Aludindo, na segunda carta, ao “outro” Gonçalves Ferreira, aquêle que foi redator d’**O Tempo** (1876-1885), quando se batia, “ardorosamente, pela liberdade de imprensa”, escreveu **Evaristo da Veiga** (nome real de um dos maiores jornalistas brasileiros, que atuou na imprensa carioca durante o Primeiro Reinado): “Ontem, punha V. Ex.^a a serviço da imprensa livre o seu talento; hoje quer amordaçá-la com o cacete. Ó tempora! Ó mores!” E concluiu: “... renuncie o cargo, se não tem forças para mantê-lo com dignidade, mas não avilte este povo, cuja história é um monumento assombroso de patriotismo”.

(2) Segundo França Pereira, o historiador Mário Melo “entrou para o jornalismo político em 1902, na **Folha do Povo**” (discurso inserido na **Revista da Academia Pernambucana de Letras**, edição de 20 de janeiro de 1926).

GAZETA POPULAR — Órgão Republicano — Obedecendo à orientação política do Barão de Lucena, tendo como redator-chefe Francisco de Araújo Filho, surgiu esse matutino a 20 de dezembro de 1902, em formato grande, com quatro páginas a cinco boas colunas de composição. Impresso no Atelier Guttenberg, ali funcionavam, igualmente, o escritório e a redação. Assinava-se a 10\$000 por semestre (12\$000 para o Interior), custando 100 réis o exemplar.

O artigo de apresentação aludiu à crise de desolação por que passava a política pernambucana, sob o domínio dum partido sem história, que vivia de “contratos indecentes” e outras barganhas, acentuando:

“Para pôr diques aos desmandos dos detentores do poder era necessária a criação, na imprensa, de um órgão da oposição pernambucana, para falar ao povo, tão mistificado, a linguagem da verdade, dizer-lhe com clareza e sem rebuço o que pensamos e o nosso modo de ver a respeito de tudo isto que aí está se passando. A **Gazeta Popular** virá preencher o fim que almejamos. Ela representará a catedral onde poderão se abrigar todos do mesmo credo político e onde pontificará o chefe supremo da oposição pernambucana. Todos por um e um por todos é a nossa divisa e sem recear os escolhos que por ventura surjam em nosso rumo, caminharemos impávidos, com os olhos fitos no futuro e trabalhando pelo engrandecimento do nosso Estado, digno de melhor sorte”.

Depois de outras considerações, doutrinava o editorialista: “Um jornal que surge é uma nova escola que se abre ao povo, onde ele poderá aprender os rudimentos da civilização e do progresso da sua pátria”, concluindo: “A **Gazeta Popular**, conscia da responsabilidade que vai assumir perante os seus concidadãos, cumprirá o seu dever, custe o que custar”.

O jornal apresentou, abrindo a primeira página, como matéria principal, o “Itinerário” de Frei Caneca, redigido quando da Confederação do Equador, continuando em várias edições. Seguiam-se o “Diário político”, por Flávio; “Retalhos”; “Notas do dia”; “Letra por letra”, por Lucas (pseudônimo de Argemiro Arôxa); “Album” de poesias; “Ordem do dia” da Guarda Nacional; ligeiro serviço telegráfico; versinhos satíricos, com a assinatura de **Rosa dos Ventos**, e pouco mais de duas páginas de anúncios.

A matéria máter, todavia, era constituída de artigos, sueltos e notas políticas de causticante crítica ao Conselheiro Rosa e Silva e à administração estadual, em polêmica tenaz com o **Diario de Pernambuco**, órgão oficial, polêmica

cuja venenosa amostra apareceu logo no segundo número, concebida na seguinte picuinha inserta nas "Notas do Dia": "O **Diario da Manteiga** zangou-se com a verdade. Há verdades que se não dizem. E um bisbilhoteiro saiu contra a **Gazeta** de pedras na mão: — "A **Gazeta**, que nasceu para comer..." Comer o que, não dirá? se o **Diario** já comeu tudo".

Encerrou o ano o n.º 9, de 31 de dezembro, saindo o n.º 1, ano II, a 2 de janeiro de 1903. Criou-se nova seção de comentários políticos, intitulada "Alguma Coisa" (páginas d'um caderno), por **A.B.**, e **Desmoulins** assinava verso e prosa. Vieram as cartas de **Evaristo da Veiga**, **Justus**, **Fernando Griz** e **Cunha Vasconcelos**, os dois últimos focalizando a política de **Bonito** e **Goiana**; colaboração avulsa de **Argélio**, **Caio Graccho**, **Danton** e **Marat**.

Em compensação à violenta literatura política, o "Album" não deixava de inserir poesias, transcritas ou originais de **Venceslau de Queiroz**, **Jonas da Silva** ou **João de Deus do Rêgo**, êste também prosador, além da seção "Para rir" e das notas sôbre a questão do **Acre**.

A 16 de janeiro o vespertino divulgou o manifesto "Aos meus concidadãos", resultante da cisão ocorrida na frente de oposição a **Rosa e Silva**, mediante a retirada de **José Mariano**, **Martins Júnior** e **Cupertino Coelho Cintra**, ao que se seguiram uma circular com a constituição do nôvo diretório e a chapa do grupo do **Barão de Lucena** às eleições, em perspectiva, para vice-presidente da República, senador e deputados federais.

Não se alterou a campanha anti-rosista da **Gazeta Popular**, que escreveu, a 3 de fevereiro, numa nota sôlta: "Quem souber de algum benefício feito a Pernambuco (Estado) pelo sr. **Conselheiro Rosa e Silva**, queira vir mencionar nesta redação".

O pleito de 18 de fevereiro foi, então, o tema principal da fôlha oposicionista, até que, na edição do dia 26 (1), escrevia o editorialista, no seu último e desolado artigo "de fundo": "A eleição está feita e, rezam as crônicas oficiais, ganha, em tôda linha, pelas hostes do govêrno".

Cessado, assim, o motivo de existir do jornal do **Barão de Lucena**, não voltou, jamais, à circulação (**Arq. Pú. Est. e Bib. Pú. Est.**).

(1) Não do dia 28, como fêz constar **Alfredo de Carvalho**, nos "Anais", seguido por **Sebastião Galvão** no "Dicionário".

1903

COMMERCIO DO RECIFE — Órgão Imparcial e Independente — Diário da manhã, redigido, principalmente, por Manuel Arão e Olímpio Galvão, começou a circular no dia 22 de janeiro de 1903, com redação e oficina (Atelier Guttenberg) à rua Duque de Caxias n.º 34. Tabela de assinaturas: ano — 18\$000; semestre — 10\$000, acrescidos de 2\$000 para o Interior. Formato grande, com quatro páginas de cinco largas colunas.

Era “em nome de uma idéia”, conforme o editorial de apresentação, que entrava “para a grande comunhão da imprensa livre”, tendo o nome por programa, o que valia por dizer que se bateria “pelos interesses das classes laboriosas, sem desfalecimentos e sem medir sacrifício onde quer que esses interesses nos chamem”, desligados, porém, “das prevenções partidárias”. E concluiu: “É êsse, pois, o lábaro santo a cuja sombra gloriosa nos abrigamos”.

Estampando matéria variada, noticiário miúdo, seção comercial e mais de duas páginas de anúncios, o matutino incluiu colaboradores esparsos, como Antônio Valença (ou **Antovale**), Juvêncio Carlos Mariz (ou C.M.), autor da crônica “Em revista”; Laiete Lemos, aparecido com o pseudônimo **Paulo Paraguassu** nos versos da seção “Coisas alegres”, etc., e iniciou, no n.º 4, em rodapé, a publicação do romance de Manuel Arão, “Transfiguração”, baseado em costumes da vida recifense.

Dada a edição de 14 de fevereiro, porém, ainda mal organizado e gráficamente mal feito, foi o **Comercio do Recife** suspenso.

Reapareceu, feito vespertino, a 3 de março — n.º 21 — em seguida a “uma interrupção mais longa” do que esperava a empresa, “cercado de todos os imprescindíveis elementos de viabilidade”, então “podendo oferecer ao público legente as garantias de um órgão absolutamente imparcial e unicamente inspirado no bem público”. Era uma “nova e definitiva fase”.

Sob a direção, inscrita no cabeçalho, de Manuel Arão, tinha como redator-secretário Manuel Monteiro e gerente Manuel J. de Miranda, proprietário da tipografia (Atelier Miranda), para a qual se transferira o trabalho de impressão, situada à rua Padre Nóbrega ns. 18-20. Escritório e redação à rua Duque de Caxias n.º 37. Voltou a publicar, do

princípio, o folhetim “Transfiguração”, devido a “alguns lapsos graves” nas inserções anteriores.

Sob a alegação de que “os despachos recebidos pelas fôlhas da tarde quase sempre são os mesmos dos jornais da manhã”, pediu “a devida vênia” aos confrades matutinos e iniciou, na edição seguinte, um serviço telegráfico de recortes. Manteve outras seções, a saber: “Em vez de crônica”, por M. A.; “Ao correr do pêlo”, a cargo de A.; “Seção negra”, por **Glymp** (Olimpio Galvão), e divulgou sonetos de Samuel Lins, Manuel Duarte, Carlos Mariz, Jaime Lessa, etc., a par de editoriais em tórno de temas diferentes, o noticiário, parte comercial e muitos anúncios.

Maus fados, porém, perseguiram o jornal de Manuel Arão, ficando o seu romance encalhado após o 19º rodapé. Finou-se com n.º 39 (*), de 24 de março (**Arq. Pú. Est.**).

CORREIO DO RECIFE — Diário vespertino, entrou em circulação no dia 25 (1) de maio de 1903, com quatro páginas de formato grande, a cinco colunas de composição de 14 cíceros. Diretor-proprietário — Júlio C. de Albuquerque Maranhão; redatores principais — Neto Campelo, Argemiro Arôxa e Mário Melo, ao passo que Guilherme de Araújo se iniciava na vida de imprensa, feito repórter. Redação, gerência e oficina à rua 15 de Novembro (antiga e atual do Imperador D. Pedro II) n.º 21. Tabela de assinaturas: ano — 22\$000; semestre — 12\$000; para fora da cidade — 26\$000 e 14\$000, respectivamente. Preço do exemplar — 100 réis.

Nasceu, consoante o editorial de abertura, da necessidade, “que se vinha sentindo”, cada dia “mais acentuada, de um órgão de oposição para falar ao povo a linguagem da verdade, instruindo-o, esclarecendo-o e ensinando-o”.

Tinha como objetivo “trabalhar com denodo pela reabilitação de nosso Estado, defender os interesses do comércio, agricultura, indústria e dos espoliados no conjunto dos seus direitos políticos. Órgão republicano — de feição oposicionista ao govêrno atual do Estado — sob a sadia e patriótica orientação política do glorioso e benemérito pernambucano Exm.º Sr. Barão de Lucena, êle vem ocupar o pôsto que lhe compete contra as anomalias e irregularidades que

(*) Não o n.º 33, como registara, nos “Anais”, Alfredo de Carvalho.

(1) Não no dia 23, como está no “Dicionário” de Sebastião Galvão.

cometem, diàriamente, os que governam com a má fé e com a sencerimônia desastrosa que levará, fatalmente, o nosso feliz Estado à inevitável bancarrota”.

Entretanto, “combatendo o govêrno do nosso estremecido Pernambuco, só o faremos nos limites da decência, com a polidez compatível com a nossa dignidade cívica, desejando sinceramente que os nossos adversários só nos ofereçam luta séria em linguagem decente, sem discussões personalíssimas e sem o manejo das armas do ridículo e da injúria”.

Lançou-se o jornal à luz do publicismo com interessante matéria, não só constituída de temas políticos, mas bastante variada, incluindo, em rodapé, o folhetim “A Viúva Simões”, novela de Júlia Lopes de Almeida, seguida, dias após, do romance “A Cidade e as Serras”, de Eça de Queiroz, e assim sucessivamente.

Além dos editoriais, apresentava curiosas seções, como “Sustenidos e Bemóis”, de **Lucas** (pseudônimo de Argemiro Arôxa); “Nosso Album” (poesias); “Pontos nos ii”, versos humorísticos, assinados por **Demônio**; “De relance”, a cargo de **Dom Moreno Padilha**, e ainda serviço telegráfico e noticiário. Colaboração de Martins Júnior, José Teófilo, Uriel de Holanda, Celso Vieira, Samuel Lins, Martins Filho, Silveira Carvalho, etc.

Manteve, firme, o programa de “crítica construtiva” aos atos da administração estadual e à liderança política do **Conselheiro Rosa e Silva**, a par de constante polêmica com o **Diario de Pernambuco** e o **Jornal do Recife**, que os defendiam (2). No mês de agosto, iniciava-se a seção de versos humorísticos “Cismares”, assinada por **Sempronius** (pseudônimo de Mário Melo), que a substituiu, no mês seguinte, pelas “Muletadas”. Nestas, eram satirizados e ridicularizados os maiores da situação, em polêmica rimada e metrificada com os jornalistas do lado de lá. A série prolongou-se até 26 de fevereiro de 1904, mês em que, precisamente no dia 15, foi agredido aquêlê jornalista (3).

(2) O **Diario de Pernambuco** e o **Jornal do Recife** eram propriedade, respectivamente, de Rosa e Silva e do governador Sigismundo Gonçalves.

(3) Voltava o jornalista à sua residência, pelo trem de Caxangá, “fatiado dos folguedos carnavalescos”, quando, ao passar em Iputinga, o abordou o desordeiro João de Moraes, protegido das autoridades da Várzea:

— Você é o estudante Mário Melo, redator do **Correio do Recife**?

A resposta afirmativa, uma vez que o interpelado de nada suspeitava, sacou o valentaço de um punhal, investindo contra êle. E só não o assassinou devido à interferência de amigos que viajavam ao seu lado.

Novas seções de humorismo e ironia foram criadas ao iniciar-se o segundo ano, a saber: “Ridendo”, por **Bequadro**; “Rabiscando”, a cargo de **Tinisco**; “Tesouradas”, de **Seneca**, e “Para rir”, quase sempre de curta duração, assim como os versos soltos de Bazilides Getúlio. No mês de fevereiro, a 22, começou a ser divulgada a crônica das segundas-feiras “Traços a pena”, cujo autor se ocultava sob o travesti de **Saly Pompéia**. Vinham assinando poesias, no “Nosso Album”, os vates Mendes Martins, Laiete Lemos, Cleómenes Filho, **João Barafunda**, (como se escondia João Francisco Coelho Cavalcanti), José Campelo, Moreira Cardoso, Mário Melo, Carvalho Aranha, **Pethion de Vilar** (pseudônimo de Egas Moniz Barreto de Aragão) e outros.

A fôlha deu grande destaque ao incêndio da Alfândega e sua repercussão política, o que valeu ao redator-chefe Turiano Campelo, a 8 de março, ser “alvo das mais torpes e injuriosas palavras”, por parte do genro do governador, Joaquim Pereira da Silva, o qual, segundo o **Correio**, subtrairia importante soma, em dinheiro, dos cofres da repartição sinistrada.

Três meses após, precisamente a 8 de junho de 1904, Antônio Gonçalves Ferreira Júnior (Tonico Ferreira), filho do chefe do governo do Estado, proibia a vendagem do vespertino em Olinda, de onde era prefeito, chegando a perseguir, pessoalmente, o gazeteiro que lá ia distribuí-lo.

A contenda em que se empenhavam as fôlhas oposicionistas e situacionistas, em tôrno da política partidária, atingia diretamente a pessoa dos jornalistas, com permuta de desaforos, que conduziam, certas vêzes, a desforços físicos. Enquanto isto, **Tonico** Ferreira chamava à responsabilidade o **Correio**, perante a Justiça, por causa do artigo intitulado “Olinda”, assinado por Aristides de França Monteiro, na edição de 8 de julho. A propósito, escreveu a redação, no dia 14:

“O **Diario** de 10 do corrente, em uma de suas notícias, diz que o sr. coronel Ferreira Júnior constituiu três advogados para chamar-nos à responsabilidade. Se não é um **ca-nard** do **Diario**, declaramos, para todos os efeitos, que o **Correio do Recife** assume tôda responsabilidade por tudo quanto se tem escrito em suas colunas contra aquêle cidadão, quer na parte redacional, quer nas “Solicitadas” e até mesmo, se preciso fôr, nos anúncios”.

Outra nota, dois dias decorridos, sob a epígrafe “Resposta ao repto”, dizia: “Em questões de imprensa, sabe o dr.

Faria Neves Sobrinho, os redatores de um jornal são solidariamente responsáveis pelo que escreve qualquer dêles na parte redacional do mesmo jornal; mas qualquer de nós, à escolha do sr. Faria Neves, se dispõe a assumir, **isoladamente**, a autoria do artigo a que se refere S. S. no repto lançado pelo **Diario** de hoje, se S. S. igualmente se declarar pela imprensa autor da seção “Na maciota...”, do mesmo **Diario** e, mais ainda, abdicar das imunidades de que goza como deputado estadual” (4).

Iniciou-se, a 29 de julho, a seção “Refletindo...”, assinada por **Frei Convento**, que produzia, diariamente, uma quadra, finalizando, invariavelmente, com o verso: “Só tu, Seneca, não sais” (5), em desprimorosa alusão ao diretor do

(4) Segundo o **Diario de Pernambuco** (17-7-1904), o redator-chefe do **Correio** recusou aceitar a citação para comparecer em Juízo, alegando não ser o editor. Nem o era, igualmente, o diretor-proprietário, pois, verificado, na Prefeitura, o termo de responsabilidade, fôra esta atribuída, por tôdas as publicações feitas na fôlha, ao tipógrafo Antônio Bernardo Ferreira Borges. E não houve mais notícia do processo.

(5) **Frei Convento** (não foi possível descobrir-lhe o nome) aproveitara uma sugestão de **Sempronius**, que escreveu, acidentalmente, numa das suas “Muletadas”, a 9/2/1904:

“Da Alemanha sai o louro,
Sai o filho do papai,
Sômente lá do Tesouro
O grão **Seneca** não sai”.

Pouco antes, ocorrera idêntica campanha de ridículo no Rio de Janeiro. Narrou, a propósito, Gondin da Fonseca, in “Bibliografia do Jornalismo Carioca”, que Antônio Sales, o famoso poeta cearense tão conhecido no Recife, escrevia, diariamente, aí por volta de 1903, uma quadrinha, no **Correio da Manhã**, em que tosava, de rijo, o professor de medicina Nuno Ferreira de Andrade. Terminava sempre com o verso “Tudo passa, — e o Nuno fica”. Dizia uma delas:

“De certas damas, às vêzes,
A barriga estica, estica;
Mas, ao fim de nove meses,
Tudo passa, — e o Nuno fica”.

“Perdendo a calma e a linha”, o professor “deblaterou, certa vez, em aula, contra o seu espirituoso agressor: — “Êsse sem-vergonha emprega todos os dias rimas em **ica**, mas uma delas êle a guarda... — para isto, para aquilo, etc.”.

Um dos estudantes presentes à aula era, porém, repórter do **Correio**. E, sem mais nem menos, transmitiu a objurgatória a Antônio Sales, que, no dia seguinte, publicava:

“Morre a flor que mais se estima,
Morre o espinheiro que pica.
(Seu Nuno! Gostou da rima?)
Tudo passa, — e o Nuno fica”.

Tesouro Estadual, João Guimarães, apelidado **Seneca**, cujo afastamento do cargo era esperado, mas sempre procrastinado. Ironista de grande poder imaginativo, o autor não teve mãos a medir. Passaram-se os meses, entrou e saiu 1905, continuando, ininterruptamente, a inserção do epigrama até 14 de março do ano seguinte, quando a onda de ridículo veio a ter fim (6), arrematando **Frei Convento**, gostosamente, ante a vitória alcançada, embora a muito custo, pela campanha do metro e da rima:

“A coisa sempre estourou,
Como ontem a gente viu,
Afinal, tudo ficou,
Só João Seneca saiu!”

Ainda em julho de 1904, começava **Rochefort** (pseudônimo de Miguel Magalhães) a estampar magníficos sonetos, em que cortava a vida dos políticos da situação. No mês de agosto transcrevia-se, da imprensa carioca, uma série de artigos sob o título “A república de Pernambuco”, em que Andrade Figueira atacava, com calor, a liderança de Rosa e Silva.

Ao atingir 17 de outubro (7), o **Correio** ostentou novo cabeçalho e nova tipagem, passando as páginas de cinco para seis colunas de composição, mas sem alterar a estatura, e dizendo-se, em face da renovação operada, “mais forte ainda para lutar pelo bem geral”. Abria a primeira página interessante coluna de “Efemérides”, sendo admitidas outras seções, a saber: “Anedotas”, “Máximas e pensamentos” e “Cartas daqui mesmo”, por S.P.

Não sofreu nenhuma trégua, durante 1905, a campanha contra o situacionismo estadual, nem a polêmica com os jornais que o defendiam, o que prosseguiu pelo tempo a fora. Carneiro Vilela iniciou, a 2 de outubro, a publicação do seu

(6) Secundando a campanha contra João Seneca, o **Jornal Pequeno** iniciara uma série de quadras com idêntico mote, mas, sem ter a resistência do poeta do **Correio do Recife**, veio a “entregar os pontos” ao completar oito meses de rimas em ai.

(7) Na data em aprêço, o **Correio** divulgou uma nota, segundo a qual, por motivos eleitorais, o prefeito Tonico Ferreira passou a perseguir a família Cristo, em Olinda. Ele próprio, montado a cavalo, invadiu a casa comercial de Joaquim Cristo, caçando-o de rebenque à mão. Mas Cristo não permaneceu queto, repelindo o intruso à bala. O cavalo, único atingido, morreu dias depois.

romance “Eterno tema”, escrito especialmente para o vespertino e, depois, editado em livro.

Chegado o ano de 1906, criava-se a seção diária “Pepitas”, de comentários políticos, assinada por **Garimpeiro**. No mês de fevereiro, o inspetor da Alfândega, Manuel Pinto da Fonseca, movia ação, por abuso de liberdade de imprensa, contra o diretor do **Correio**, tendo êste órgão, em editorial de 27 de março, sob o título “O processo”, declarado que o juiz a quem fôra apresentada a denúncia era um instrumento nas mãos do líder situacionista Rosa e Silva, diante do que o denunciado continuava desprezando a marcha duma “papelada híbrida e cheia de todos os senões da imperícia oficial, agravada pela irresponsabilidade do queixoso, um reconhecido louco moral”.

Motivara a ação um trecho de carta do Rio de Janeiro, divulgado pelo jornal, no qual se dizia que “Pinto da Fonseca era um nome de há muito conhecido por suas diversas e repetidas manifestações nevropáticas”. Como aconteceu com o processo anterior, também o segundo resultou infrutífero.

Surgiram, em maio, com a duração de poucos meses, as “Cartas impressas”, de **Silvio Murat** (pseudônimo de Manuel Duarte), e tornou-se mais atuante a correspondência “Pelos Municípios”. Vinham trabalhando, na qualidade de auxiliares da redação, Raimundo Nogueira Lima, Miguel Magalhães, Alfredo do Carmo, Abel Silva e Uriel de Holanda (8), sendo gerente Antônio Américo Carneiro Ferreira.

Em janeiro de 1907, ocorriam as “Cartas Políticas”, de José Laurindo. No mês de fevereiro, a edição do dia 11, dedicada aos festejos de Momo, trouxe quase duas páginas de versos, sem assinatura, sob o título “Tipos e figurões — Carnaval político”, de grande repercussão.

Desde o princípio do ano, voltara-se o **Correio** contra o deputado Trajano Chacon, acusado de se haver “vendido ao governo” (9). Enquanto isto, intensificavam-se os ataques ao **Jornal do Recife**, em acesa polêmica, a propósito do

(8) Após dois anos de brilhante atuação no **Correio do Recife**, faleceu Uriel de Holanda Lacerda Cavalcanti, que era, sobretudo, poeta de mérito, a 31 de maio de 1906, contando 18 anos de idade.

(9) Em revida ao editorial de 20 de janeiro de 1907, do **Correio**, entregou Trajano Chacon um artigo ao **Jornal Pequeno**, mas escreveu-o em tom demasiado violento, de tal maneira que lhe foi recusada a publicação. Transferiu-o o autor para as Solicitadas do **Jornal do Recife**.

contrato telefônico. Como resultado, foi Turiano Campelo agredido no dia 17 de abril. Viajava êle para o interior do Estado. Quando o trem parou, de passagem, na estação de Macacos, três indivíduos, invadindo o carro, desferiram-lhe seguidas cacetadas, deixando-o cheio de contusões. Constatou-se que um dos agressores era sargento de polícia a paisana. Teria sido mandante o jornalista Osvaldo Machado, redator daquele órgão, com o beneplácito do governador do Estado. Em defesa, divulgou Turiano Campelo uma série de artigos assinados, destruindo acusações daquele seu contendor.

Em data de 24 do mês em referência, foi reorganizado o corpo redacional, ao qual se integraram Virgínio Marques, Raul Azêdo e Rodolfo Gomes. Sob o pseudônimo de **Chilon**, começou Jerônimo de Rangel Moreira a escrever o comentário "De tudo", em que abordava temas políticos, filosóficos, artísticos e literários, vindo a travar, entre os meses de junho e julho, veemente polêmica com **Áureo**, ou seja, Gilberto Amado, autor da seção "Golpes de vista", do **Diário de Pernambuco** (10).

A 1.º de outubro ausentou-se Júlio Maranhão do cabeçalho, assumindo a direção e responsabilidade da fôlha Virgínio Marques e Turiano Campelo, mediante contrato de arrendamento. Na mesma data teve início, em substituição a **Chilon**, a crônica "Maravalhas", de Carneiro Viêla, o qual fôra "convidado para colaborar no **Correio do Recife**, numa grande e justa obra de higiene mental e política", de que o Estado estava "muito precisado". Alternou-a o jornalista com o comentário intitulado "Anotando...", trazido do **Jornal Pequeno**.

Logo mais, no dia 21, foi alterado o formato do vespertino, que se alargou, passando de seis para sete colunas. Novas seções vinham sendo introduzidas, tais como as "Silhuetas jornalísticas", em versos, por **Jockel & Cia.**; "Na loja do Krause" e "Bric-a-Brac", constituídas de notas políticas redacionais, de caráter satírico, continuando, por outro lado, as "Pepitas", de **Garimpeiro**. No mês de outubro, iniciou **Roberto Leal** (assim se ocultava o médico Raul Azêdo) a divulgação de "Estudos psíquicos", refutados por Ma-

(10) Polêmica de cunho literário, levou **Áureo**, todavia, a descer, por vêzes, ao ataque pessoal, diante do que, **Chilon**, no comentário de 1.º de julho, afirmou ter o seu contraditor entrado "na pugna armado a cavaleiro", porém a espada era "de cera e a cota de papelão dourado".

nuel Arão e seguidos doutra série de artigos intitulados “No mundo dos fantasmas”. Nova colaboração, também, de Carlos Vilas-Lobos.

A entrada de 1908, o **Correio do Recife** divulgou, dias consecutivos, uma nota, segundo a qual, quem pagasse sua assinatura até o dia 31, teria abatimento no preço e ganharia, além disso, como prêmio, um livro do escritor Carneiro Vilela, a escolher.

Sem dar trégua à campanha empreendida contra a política dominante, assunto que preponderava em suas colunas (11), a fôlha permanecia no índice dos elementos mais ligados ao governo, sucedendo-se ameaças aos redatores. A 3 de maio, sofreu nova agressão o jornalista Turiano Campelo, que ficou bastante contundido, fato verificado na atual rua D. Bosco, tendo como protagonista, num encontro eventual, o famoso Tônico Ferreira.

Voltara, então, Manuel Duarte à atividade, produzindo as “Cartas a Pacheco”, em que focalizava temas os mais diversos, no seu estilo panfletário, causticando, principalmente, a política rosista. Foram outros colaboradores Gastão da Silveira e Fernando Griz, enquanto **Júlio Rostand** e **C. Nekludow** (pseudônimos, ambos, de Carlos Mariz) escreviam, alternadamente, a seção “Panfletos”, continuando os artigos, sobre Agricultura, de José Teófilo, e os sonetos satíricos de **Rochefort**. No mês de junho, liam-se as “Caras e Caretas”, de **Marcellus**. Em agosto ocorriam as “Crônicas de Paris”, com a assinatura de **Darwin**, e artigos de César Lombroso, intitulados “Perigo negro na França”, aparecendo, depois, a seção de críticas ao situacionismo “Na brecha”, por **Celsus**. A esse tempo, Mário Melo, que estivera ausente, voltava ao corpo redacional, formando ao lado de Ernesto Silva e outros.

A par da polêmica com os órgãos que defendiam a administração estadual, o **Correio** batia-se com o **Jornal Pequeno**, que criticava a façção política do Barão de Lucena e a inação do deputado Virgínio Marques na Câmara federal.

Em artigo sensacional, com título e sub-título em duas colunas nas edições de 3 e 4 de agosto do ano mencionado,

(11) “A campanha feticia pelo **Correio do Recife** contra o sr. dr. Rosa e Silva, principalmente, no governo Sigismundo Gonçalves, foi titânica” — escreveu Rodolfo Gomes da Silva Filho, alguns anos após, no **Pernambuco**, edição de 6 de janeiro de 1912, acrescentando, a propósito da queda do marretismo: “A semente plantada havia necessariamente de crescer e multiplicar”.

o **Correio**, começando por aludir a um ajuste de velhas contas, acusou Gilberto Amado como sendo plagiário, comprovando-o mediante o confronto entre um dos “Golpes de vista” do acadêmico sergipano e a matéria plagiada: uma crônica de jornal lusitano, assinada por Jaime Batalha dos Reis (12).

Como corolário da campanha anti-rosista do valente órgão, elementos da polícia, na noite de 22 para 23 de novembro, assaltaram-lhe a tipografia, inutilizando as “máquinas de impressão, páginas, tipos, livros e utensílios”, em vista do que, deixou êle de circular durante dois dias, só o fazendo impresso nas oficinas gráficas de Joaquim Medeiros — não sem verberar, usando palavras enérgicas, o atentado — até que se fizessem os consertos necessários no material depredado (13). Aliás, a emprêsa havia adquirido, pouco antes, material nôvo, inclusive máquina Marinoni, de reação.

O atentado foi atribuído ao delegado Casado Lima, por ordem do chefe de polícia Ulisses Costa, sendo por isso censurada a fraqueza do governador Herculano Bandeira, que se cercava de “elementos irresponsáveis”.

Iniciou-se em dezembro, abrindo a segunda página, a

(12) Escreveu **O Tempo**, mais tarde (24 e 25 de julho de 1915), que Gilberto Amado se tomara de ódio de Miguel Magalhães, redator do **Correio do Recife**, que lhe descobriu um plágio, mandando por isso agredí-lo pelo individuo Francisco Pita; já antes, “fugindo do terreno das letras, desceu à capoeiragem” e agrediu, por duas vêzes, o seu contendor em literatura Jerônimo de Rangel Moreira.

Relembrando o fato, 47 anos decorridos, revelou Mário Melo, na “Crônica da Cidade” de 14 de setembro de 1955, in **Jornal do Commercio**, terem sido de sua autoria os artigos denunciadores do plágio. Vingara-se, dêste modo, do ex-colega de Faculdade de Direito, “que bancava superioridade”, parecendo ter “o rei na barriga”.

(13) Nada obstante sua querela, de natureza política, com o **Correio**, deu o **Jornal Pequeno** ampla cobertura do atentado, narrando, com o maior destaque, o empastelamento e criticando o ato selvagem.

Enquanto isto, o **Diario de Pernambuco** (edição de 24 de novembro) dava a entender que o empastelamento foi uma burla, acentuando que o **Correio** — a que chamava o **Corsário** — “estava prestes a morrer à falta de recursos, crivado de dívidas e abandonado pelo favor público”.

A história vive a repetir-se. No caso acima referido, o feitiço entornou sôbre o feiticeiro. Aconteceu que o nosso “mais antigo em circulação na América Latina” seria também empastelado (Vol. I desta “História da Imprensa de Pernambuco”), o que se verificou poucos anos depois do caso do **Correio do Recife**, a 27 de fevereiro de 1912, triste remate da campanha dantista que derrubou Rosa e Silva. Abriu-se inquérito e o “competente” relatório da autoridade policial concluiu que “o **Diario** estava sem recursos para subsistir e por isso recorrera ao **suicídio**, como a suprema coragem dos vencidos...”

inserção das “Notas de ontem”, de **Jacques Stênio**, outro pseudônimo do redator Argemiro Arôxa. A partir de 27 de abril de 1909, vieram as “Marteladas”, a cargo de **Vulcano** (como se assinava o nôvo redator Severo de Barros), que tinham por fim “dar de rijo em tôdas as coisas” que merecessem “corretivo da imprensa livre e independente”. No dia seguinte, **Pompílio** começava “Rabiscando”. Sucederam-se, sempre assinadas com pseudônimos, as seções: “Miscelânia”, por **Jessa**, e “Papiros”, de **Hipérides**, além de “Aspectos”, com a inicial **S**. Já no mês de julho, a 24, surgiu Miranda de Azevedo redigindo o comentário “De vez em quando”, mas não passou do primeiro. Ainda a redação criticava a administração estadual e a oligarquia Rosa e Silva, a par de regular noticiário e serviço telegráfico.

Veio o vespertino a encerrar, a 21 de setembro, sua atuação como órgão do partido orientado pelo Barão de Lucena, “até ulterior deliberação”, o que ocorria devido “ao injustificado e inesperado desenrolar dos acontecimentos políticos, nos quais entrou, precipitadamente, o Conselheiro Rosa e Silva com sua adesão à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca” (14).

Suspensão, voltou a circular apenas dois dias após, sob a direção e responsabilidade única de Turiano Campelo, “desligado inteiramente de qualquer compromisso partidário”, prosseguindo na “missão de defender as classes oprimidas, pugnando pelo soerguimento da lavoura, da indústria e do comércio”. Entretanto, sem ser partidário, não deixaria de ser político, “combatendo os erros dos que governarem”, “em linguagem sem rancores, sem ódios”.

Lia-se no cabeçalho: “Jornal independente, político, literário e noticioso”. Aumentou, aí, o preço da anualidade e do semestre, na capital, respectivamente, para 26\$000 e 14\$000. Criaram-se diferentes seções, em substituição às anteriores, a saber: “Cá e lá”, por **Lotus Bleu**; “Seção Elegante”, com a assinatura **Mme Eliza**, e “Asteriscos”, a cargo de **Mário Deluc**, tendo **Paulo Jordano** (pseudônimo de Joaquim Pimenta), criado as “Lambadas”. Contaram-se entre os novos colaboradores, ou redatores, Francisco Soares Quintas e **Braz Nicácio**. Tanto em 1909 quanto em 1910, o diário manteve

(14) Não se sentia bem o orientador político do **Correio do Recife** na companhia do líder “marreta”, ambos apoiando um mesmo candidato à Presidência da República.

desenvolvida seção carnavalesca, firmada por **Dominó** (pseudônimo de Alfredo do Carmo) (15).

Alguns meses decorridos de calma política, foi o **Correio do Recife** aclamado órgão oficial do Partido Democrata, formado a 17 de julho de 1910, em consequência da fusão dos grupos Marianista e Lucenista.

Não era mais o jornal vibrante dos primeiros tempos. Limitava-se a alguns comentários políticos, mais a matéria rotineira, inclusive os “Traços e Troças”, de **Maribondo**, tudo isto pouco excedendo de uma página, repletas de anúncios as três restantes.

Circulou, finalmente, até 15 de outubro de 1910, quando foi suspenso, para reaparecer no dia 6 de março de 1911, editado por Marcel Daufresne & Cia. Escreveu o editorialista:

“... alheio às lutas políticas, conservar-se-á imparcial e desinteressado entre as várias facções em que estão divididos os políticos no Estado de Pernambuco”. A não ser que se tratasse “do interesse geral, da defesa da República, da Constituição e da Liberdade”, quando combateria “ao lado dos homens puros e honestos” de quaisquer partidos.

Precedido de um avulso mandado distribuir na cidade, apresentou-se, nessa última fase, sem alteração de formato, sendo metade da edição constituída de anúncios, gráficamente mal feito e intelectualmente inexpressivo, deixando de mencionar corpo redacional. Não saíram mais do que seis números, até o dia 11, ficando suspenso. Ocorreram ainda duas edições, a 23 e 24 de março, para desaparecer definitivamente (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**) (16).

1904

A REFORMA — Órgão do Partido Revisionista — Vespertino, começou a publicar-se a 10 de novembro de 1904, em formato grande, com quatro páginas de seis colunas. Redatores — José Mariano Carneiro da Cunha, Gaspar de Meneses Vasconcelos de Drumond, Francisco Faelante da

(15) Como estivesse suspenso o **Correio do Recife**, Alfredo do Carmo fez publicar, em fevereiro de 1911, um Suplemento denominado **Carnaval**, de quatro páginas, no formato do órgão matriz, exclusivo de matéria alusiva e anúncios.

(16) A segunda das coleções manuseadas termina em 1910.

Câmara Lima, Gervásio Fioravanti Pires Ferreira, Lourenço de Sá e Albuquerque, Feliciano André Gomes, Rodolfo de Araújo, João Augusto Maranhão, Aprígio de Miranda Castro, José de Godoi e Vasconcelos, Quintino Galhardo, Juvêncio Carlos Mariz e Euclides Quinteiro, este último também ocupando a gerência (1). Redação, escritório e tipografia na rua do Imperador n.º 41. Tabela de assinaturas: ano — 22\$000; semestre — 12\$000; fora da capital — 26\$000 e 14\$000, respectivamente. Número avulso — 100 réis.

Lia-se no artigo de apresentação: “A experiência de quinze anos já é suficiente para demonstrar que o regime federativo não se adapta às condições da nossa raça e educação. Filhos da raça latina, que foi na Europa a fatora quase exclusiva da unificação das grandes pátrias, nós, brasileiros, vemos na centralização o nosso mais apetecido ideal político, de sorte que não movemos um passo sem ter os olhos fitos no poder mais alto, onde tudo esperamos”.

Mais adiante: “O Brasil consta hoje de diversas soberanias locais, ligadas entre si, aparentemente, pelo laço fictício da federação, mas realmente pelos interesses recíprocos de sindicatos oligárquicos”.

“A nossa terra atingiu a situação, talvez única em toda a história dos povos, situação que é a um tempo burlesca e trágica, de uma nação civilizada em que não há cidadãos, de um país constitucional em que não existe constituição política”.

Adiantou que “o mal surgiu da adoção do regime federativo”. Aludiu aos “assaltos à bolsa do contribuinte”; aos “atentados contra a vida, a honra, a independência dos que se não submetem aos reguletes locais”; à “fraude eleitoral”; à desobediência à lei e à “dualidade da magistratura, a multiplicidade do direito adjetivo, a coexistência híbrida de municípios autônomos e municípios dependentes do Estado, os impostos interestaduais ressuscitando as alfândegas feudais da idade média e degenerando em guerra de tarifas, o ensino primário mal distribuído e mal remunerado, o secundário anarquizado e bicéfalo, o superior insuficiente e sem futuro”.

“A Reforma — frisou — aspira demonstrar que ainda

(1) Nas “Notas indiscretas” do *Diário de Pernambuco*, de 12-11-1904, saiu o seguinte: “Foi um lôgro o aparecimento d’A Reforma, o nôvo vestimento de que o dr. Euclides Quinteiro é o gerente de nome, mas de fato o único senhor e possuidor, herdeiro das oficinas que pertenceram à extinta *Gazeta da Tarde*”.

não morreram os brios pernambucanos; que anida resta apelar para as **idéias** num país em que os **homens** tudo fazem; e que se fôr preciso recorrer a êstes, ainda haverá, poucos mas alguns de boa vontade, capazes de sacudir o jugo das oligarquias reinantes”. E concluiu: “A Pernambuco deve pertencer o brado de alerta, a precedência na idéia salvadora dêste país. Nem tem sido outro o seu papel na História do Brasil”.

Iniciando a crônica “As quintas”, Teotônio Freire, após tecer encômios à idéia revisionista e aos “espíritos esclarecidos” que a orientavam, escreveu:

“Quanto a mim, reservo-me o prazer de confabular contigo, ó leitor, uma vez por semana, trazendo-te a notícia de algum fato de sensação ou de algum livro de escol, no ligeiro tom de crônica ligeira, sem preocupações nem reparos, na boa camaradagem de sempre. Debruçar-me-ei o mais possível à margem do Amazonas caudaloso dos acontecimentos, e de lá retirarei tudo quanto, de perto ou de longe, te possa impressionar, pela utilidade ou pela graça, pela serena ironia ou pelo doce humor, apanhados na mesma objetiva o lado grotesco dos fatos e a face bela das coisas — espécie de cosmorama a te rodopiar aos olhos, numa sensação ininterrupta de quadros e alegorias de tôdas as coisas e de todos os seres que nos cercam”.

A par de amplo noticiário miúdo, o diário, que apareceu com uma página de anúncios e outra com o “Indicador urbano”, encetou duas seções interessantes: “De ouvido a ouvido” e “Entrando em cena...”, sonêto assinado por **Folgação**, cujo último terceto encerrava terrível advertência:

“Agito as castanholas da ironia,
Vibro os guisos da troça e, dia a dia,
Vou pondo à mostra a calva dos tartufos!”

No segundo número, **A Reforma** divulgou o “Manifesto do Partido Revisionista de Pernambuco”, encabeçando os signatários o nome do Barão de Contendas (Antônio Epaminondas de Barros Correia). Começava, então, um serviço telegráfico especial. Seguiram-se, pouco a pouco: “Notícias dos Municípios”; o comentário “Aos sábados”, por **Lincoln** (pseudônimo de Faelante da Câmara); “Cartas a S. Ex.^a”, por **Manlius**, “espécie de intermediário entre as necessidades do povo e o governador do Estado”; “Máximas e sátiras”; “Registo”; “Brincando” (versos satíricos), por **Tonico**, etc.

A edição de 24 de novembro dedicou a primeira página à memória de Martins Júnior, sob o título “Salve, redivivo!”, com clichê, versos do extinto e palavras de exaltação à sua personalidade.

Publicando-se regularmente, menos aos domingos, com a principal colaboração de **Carlos d’Avila**; discretos editoriais em que criticava o chefe político Rosa e Silva e combatia o **Diário de Pernambuco**; a crônica “Às segundas”, por Manuel Arão, e raros sonetos, no “Herbário Poético”, de Ribeiro da Silva, Carlos Mariz e Gaspar Regueira, **A Reforma** encerrou o ano com o n.º 43, de 31 de dezembro.

O n.º 1, ano II, circulou a 2 de janeiro de 1905. Apareceu o Conselheiro Teixeira de Sousa escrevendo a série “Cronologia Astronômica — Reforma do Calendário Gregoriano”; enquanto A. B. T. mandava “Cartas do Japão”, e Lourenço de Sá, defendendo José Mariano — cujos inimigos procuravam envolvê-lo na revolução de 14 de novembro, do Rio de Janeiro — batia-se com Neto Campelo, do **Correio do Recife**.

A 8 de fevereiro tinha início a seção de comentários “As quartas”, por **Ganganeli II**, combatendo o jesuitismo, e no dia 13 começavam os “Snobismos”, por **Máximo Lourival**.

Os anúncios já invadiam a segunda página, além de encher as duas últimas, achando-se cada vez mais limitada a matéria redacional, com raros editoriais, mal se vislumbrando o caráter político do vespertino, sem esquecer sua aversão à chefia política de Rosa e Silva, ao passo que não deixava de repetir, desde dezembro, uma carta circular do Diretório do Partido Revisionista, solicitando, sem êxito, a formação de diretórios no interior do Estado.

A Reforma só conseguiu atingir o n.º 50, do ano II, que circulou no dia 3 de março (**Bib. Púb. Est.**).

1906

GAZETA DO NORTE — Matutino de propriedade de “uma Sociedade Anônima”, tendo como gerente Ventura Correia, iniciou sua circulação a 6 de dezembro de 1906, formato grande, de oito colunas, e quatro páginas. A redação foi instalada na rua 15 de Novembro, (atual do Imperador) n.º 43, estabelecendo-se a seguinte tabela de assinaturas: ano — 27\$000; semestre — 14\$000. Número avulso — \$100.

No editorial de apresentação, dizia ser “um jornal

sem as conveniências partidárias e sem as franquias demasiado atrevidas de uma liberdade que possa chegar às portas da irresponsabilidade”, acentuando: “... no embate dos interesses partidários, o nosso concurso será exclusivamente o da crítica desapassionada e sincera — sobretudo sincera — para que se possa confiar nos modos de nossa apreciação; e, na análise de outros fatos sociais, a elevação de nossas vistas manter-se-á sempre serena diante da necessidade de dizer as coisas como elas são, isto é, nunca mentir ao povo.

Tratando-se de encarar a vida atual de Pernambuco, é bem claro, é mesmo intuitivo, as nossas palavras serão de combate às causas más e perniciosas que tanto têm feito baixar esta terra no conceito dos nossos compatriotas e do estrangeiro: profligaremos, sem excessos de linguagem, sem desânimos cobardes, os erros que conduzem Pernambuco à decadência em que êle se encontra”.

Lia-se, mais adiante: “Também volveremos, com o maior empenho de acertar, as nossas vistas para o lado dos fatos que envolvem os grandes e respeitáveis interesses das classes conservadoras.

“Êsses fortes e estrênuos lutadores em prol de nossos mais valiosos interesses econômicos — os agricultores — terão em nossa fôlha um **pallium** de carinho e de amor, pois é de nossos intuitos não somente indicar os processos mais aperfeiçoados e compatíveis com o progresso dos povos hodiernos, como ainda amparar o futuro dêsses bravos compatriotas que se definham no trabalho ingrato de todos os dias e debalde imploram os estímulos de administrações que passam cantando a criminosa balada da indiferença”.

Assim concluiu o articulista: “Prêso às conveniências exigentíssimas do partidarismo inconsciente e cego, o jornalismo é o aplaudidor incondicional dos desmandos de uma situação, se esta lhe agrada, ou é o algoz implacável e surdo dessa mesma situação, se ela lhe desagrade. Eis aí o êrro... e nós preferimos acertar.

“Para servir, principalmente, ao público foi que tomamos aos ombros a tarefa pesadíssima de cumprir o programa que aqui ficou delineado e que saberemos respeitar com a máxima religiosidade”.

Uma nota solta, no centro da primeira página, declarava: “Esta fôlha será publicada diariamente, na mais exata e real acepção do têrmo, isto é: a **Gazeta do Norte** circulará todos os dias, inclusive as segundas-feiras e os dias seguintes aos feriados e santificados”.

A par de agradável feição gráfica, o jornal mostrou-se intelectualmente bem feito e variado, inserindo as seções “Ecos”, comentários redacionais; “Folhas Sôltas”, crônica política, por **Livius**; “Teatro Político, notas satíricas a cargo de **Medino**; “Fatos e comentos”, artigos de Bento Gonçalves ou Licínio Crasso; “Cartas de Lisboa”, assinadas por **Strafo-rel**; “Radiografia”, diálogos políticos de **Marconi**; serviço telegráfico e noticiário local, completando a segunda página as “Solicitadas”, ao passo que a terceira e a quarta se apresentavam repletas de anúncios.

Com o prosseguimento da publicação, revezava-se a matéria, aparecendo artigos assinados por **Marcelo**, E. Marinho Aranha, **Bayard**, Isaac Cerquinho, Manuel Coimbra, M. de Siqueira C. Júnior, Paulo Vaz, Rogério de Albuquerque, Davino Pontual e Teófilo de Albuquerque; versos de José do Amaral, Manual Duarte, Araújo Filho, Otávio Cunha e Charles H. Koury (em francês), e a seção “De todos os gêneros”, constante de anedotário e curiosidades.

A 16 de dezembro aparecia o folhetim de Prevost Duclos “A cidade encantada”, e ainda nesse mês, J. Thimes Pereira começou a divulgar uma série de observações, sob o título “Contribuição ao estudo da Arqueologia Prehistórica do Brasil”. Dois concursos foram instituídos pela empresa, a fim de atrair leitores: o primeiro a 17 e o segundo a 25 de dezembro, com sorteio de brindes.

A edição de 1 de janeiro de 1907 foi aberta com substancioso editorial, em que se fazia um balanço da vida brasileira, dêle constando o tópico: “Em quase todos os Estados da federação vicejam, na ostentação criminosa de seu predomínio nefasto, essas tripudiantes oligarquias mascaradas com uns congressos e umas constituições que ainda mais concorrem para a desmoralização do regime. O empobrecimento do povo, a ruína da indústria, o definhamento da agricultura — são o resultado constante dessa desmoralização permanente”.

Concluiu o articulista, após uma série de considerações pessimistas: “. . . se nos fôsse permitido, pediríamos aos homens que nos governam e que dirigem a Pátria, que se tornassem menos ruins e menos perniciosos do que hão sido. Passam os anos, mas a conduta desses homens é sempre a mesma: iludir a ingenuidade do povo. Que o nôvo ano possa trazer alegria aos lares e brio aos exploradores da República”.

Em virtude dum movimento de protesto dos tipógrafos a **Gazeta do Norte** suspendeu, na sua oficina, a partir de 20 de janeiro, o trabalho aos domingos e dias feriados ou san-

tificados, deixando, portanto, de circular nos subsequentes.

Começando no dia 31, Bento Gonçalves divulgou uma série de artigos sob o título "A ditadura de Sylla". Em fevereiro dedicou-se o jornal aos assuntos do campo, difundindo sucessivos editoriais intitulados "Pela Agricultura".

Sem que fôsse, até então, identificado o corpo redacional, nêle foi admitido, a 2 de março, o jornalista Mateus de Albuquerque, que estreou a crônica diária "Relevos", assinada com a inicial M., logo no dia seguinte escrevendo, em rodapé, as "Dominicais", no que alternou com Mário d'Avila, autor do comentário "Aos domingos".

Dias depois, entrava Abel Silva para a redação e, somente a 5 de abril, aparecia, no cabeçalho, o nome do diretor: José de Godoi e Vasconcelos, ao mesmo tempo que a redação se mudava para a sua Larga do Rosário ns. 9 e 11. Foram outros redatores: Carlos Mariz e Manuel Duarte.

A Questão das Biblias, em evidência, teve acesso na **Gazeta do Norte** em março, através de artigos de João Barreto de Meneses, R. dos Santos, Caitano d'Andrade, Artur Cristo Lindoso e Jovino Barroso. Criara-se também a interessante seção "Farpas e Ferpas", por **João Vadio**.

Ao ensejo da passagem do terceiro ano de govêrno do Desembargador Sigismundo Gonçalves, escreveu o matutino, na sua edição de 7 de abril: "Seja feliz S. Ex.^a; mas não esqueça a felicidade do Estado, que, confiante nessas promessas de patriótica independência de quem levou muitos anos a distribuir justiça, arrancou a venda aos olhos dessa deusa e, com desamor e sorrisos, vai perlustrando a trajetória de seu govêrno com as bênçãos do comércio que define, da indústria que fecha as fábricas, da lavoura que sucumbe e do povo que emigra, sem trabalho, sem esperanças".

Voltada, assim, contra a administração estadual, a **Gazeta do Norte** passou a atacar, sobretudo, "o Contrato dos Telefones", que beneficiou o diretor do **Jornal do Recife**, contra o qual escreveram violentos artigos José de Godoi e **Thales**, em acerba polêmica com o referido órgão.

Surgiram novos colaboradores, a saber: **Felício Terra** (pseudônimo de Nuno de Andrade), Antônio Dias, Mário Alves, Ramiro Milany e Júlio de Nantes, que assinava "De tempos em tempos". Publicavam poesias Miranda de Azevedo e Euzínio de Almeida. Seções criadas: "Por paus e por pedras", versos humorísticos de **Folgazão**, e, já em julho, "Coisas miúdas", notas ligeiras, por João Galdino, tendo-se iniciado, no dia 2 do mês anterior, a divulgação, em folhetim, do ro-

mance “Os rebeldes”, de Mayne Reid. A 13 de julho, a empresa reduziu o preço das assinaturas: ano — 20\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000.

Sob o título “Persigam...”, escreveu José de Godoi, na edição de 20 de julho, em meio a outras considerações: “É visível a soma de sacrifícios que tenho feito para manter a **Gazeta do Norte** que, enquanto estiver sob minha direção, há de mostrar ao público as escandalosas negociatas, os indecentes arranjos dessa administração sem escrúpulos, que arrazou o poder econômico do Estado, reduzindo-o à miséria em que se debate, sem se cogitar, sequer, de uma medida que o detenha no largo caminho da decadência em que se afunda. Contra a nossa riqueza produtiva que diminui, inventam-se novos impostos; contra a nossa liberdade política assestam-se as batérias de leis inconstitucionais; e as portas dos cofres públicos se abrem às gordas propinas dos contratos clandestinos e das ordens de serviço afrontosas do decôro público”.

Estava, porém, no fim a vida do matutino, em face de dificuldades financeiras e de entraves à sua circulação, criados pela administração estadual.

Três dias após, dizia um “Aviso aos interessados”: “Continua mantenido na posse da **Gazeta do Norte** o seu diretor-presidente José de Godoi, tendo sido desprezado pelo dr. juiz competente o agravo que interpôs o tesoureiro destituído Joaquim F. de Medeiros”.

Mais alguns dias e, a 27 de julho de 1907, circulava o último número. Saíram, ao todo, 190 edições (**Bib. Púb. Est.**).

1908

.. ..

JORNAL DO POVO — Entrou em circulação no dia 7 de março de 1908, com quatro páginas, formato grande de seis colunas a 14 cíceros. Direção e propriedade de Isaac Cerquinho (1), funcionando a oficina, redação e escritório na rua das Cruzes (atual Diário de Pernambuco) n.º 18. Tabela de assinaturas: anual — 24\$000; semestral — 15\$000. Preço do exemplar — \$100.

(1) Segundo o artigo “Defendendo-me”, de Isaac Cerquinho, inserido no periódico **Cidade de Limoeiro**, de 26-10-1909, Francisco Pereira Lemos foi o financiador do **Jornal do Povo**, cuja vida — assinalou — foi efêmera porque houve “grande prejuízo na empresa”.

Assim começou o editorial de apresentação: “Depois de um criterioso estudo sôbre as tristíssimas condições cívicas, públicas e sociais do país, que se refletem dolorosamente neste Estado; depois de uma observação segura sôbre as condições do jornalismo pernambucano, que apesar de muito se bater pelas mais nobilitantes causas, tem entretanto conseguido muito pouco, resolvemos publicar o **Jornal do Povo**, convictos de que ainda há, na imprensa dêste Estado, lugar para uma fôlha diária.

“Quem estender o olhar sôbre a sociedade brasileira e particularmente sôbre a pernambucana, terá a certeza, que nós temos, de que o aparecimento de um jornal que empenhe tôda a sua ação, que sacrifique todos os seus interesses pela causa do povo, sem outro fim e sem outra missão, era entre nós inadiável, indispensável mesmo, como plenamente aceito seria e será em qualquer ponto dêste país. E de fato, é tão precária a educação nacional, devido a causas múltiplas e várias, que muito e muito terá o que fazer um jornal destinado a eliminar tudo que concorrer para a estabilidade ou aumento dessa anomalia social, tão profundamente acentuada nas camadas populares dêste Estado”.

Prometia adotar “linguagem sincera, desassombrada e comedida, ao alcance intelectual das mais obscuras parcelas populares”, utilizando “as poderosas armas da Verdade e da Justiça”, sempre “à sombra da lei e ao lado de todos os elementos são da sociedade”.

Ao abrir a primeira coluna da primeira página, lia-se o seguinte dispositivo constitucional, que ficou permanente, como grito de alerta contra os governos porventura mal intencionados: “Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato”.

O matutino, de matéria variada, adotou ligeiro serviço telegráfico e, entrando a fazer oposição ao governo de Sigismundo Gonçalves, instituiu, em quadro da primeira página, os “Postais ilustrados”, tendo por sub-título “Pás de terra” e uma trova-epitáfio, substituída diariamente, ladeada de vinhetas fúnebres, mais o emblema do Estado e a legenda “1904-1908”, o período da administração a findar.

A segunda página do primeiro número constituiu uma homenagem à data da organização do “glorioso gabinete Rio Branco, que produziu o imortal 13 de maio”. Tinha por

epígrafe “Página abolicionista”, figurando ao centro clichê e sonêto de Martins Júnior, pensamentos de José Maria e João Ramos, clichê de José do Patrocínio, “negro de alma branca e de cérebro de ouro”; outro do escultor ex-escravo Antônio Benvenuto Celini, com a legenda: “Depois da liberdade do negro, virá a liberdade do branco”, e vinhetas aos cantos, faltando em tudo a estética da arte gráfica.

Começou o matutino apresentando várias seções, tais como: “Bom-Tom”, clichê e quadras alusivas a uma personalidade, por dia, a começar pelo professor Neto Campelo; “Pílulas”, quadra satírica, de *Ascânio*; “Perfis lusitanos”, por Álvaro de Mascarenhas; “Notas ligeiras”, de D. R. (Domicio Rangel); “Uma por dia”, quadras humorísticas, de *S. Lucas*; e “De vez em quando”, de Carlos da Silva. Algumas eram substituídas logo, aparecendo outras, entre elas “Aos sábados”, de Alfredo Floresta; “Minutos amenos”, sátiras, de M. D.; “Aspectos”, artigos de H. F.; “Chispas”, versos humorísticos, por **Apolo**; “Coisas miúdas”, ligeiros comentários de **João Galdino** e, finalmente, “Moinho de vento”, de notas, diálogos e versos satíricos, terminando sempre com a quadra:

“O vento nos ajudando
Moeremos num momento
Tudo o que nos chegue perto
Neste moinho de vento”.

Estampava pequenas reportagens das ocorrências palacianas, a cargo de um “reporter incógnito”, destacado especialmente para tal fim. A par do programa de oposição ao governo, travou polêmica com o **Jornal do Recife** e o **Jornal Pequeno**, não sem críticas pessoais a jornalistas, em linguagem de ridículo, como por exemplo: “Osvaldo Machado é feio”; “Mário Rodrigues é bonito”; “Artur Bahia é moleque”; “Trajano Chacon é Judas”, com artigos a cada um dedicados. A 1.º de abril iniciava-se a publicação, em folhetim, do romance “Transfiguração”, de Manuel Arão, destinado a ficar em meio do caminho.

Logo mais, foi o matutino suspenso — dia 8, n.º 27 — exatamente a data da posse do governador Herculano Bandeira de Melo, o que provocou a veiculação de versões descontraídas. Devido à circulação anormal ocorrida na véspera, a edição foi distribuída grátis. Abriu-a o editoria! ‘Sin-

dicato contra a imprensa de Pernambuco”, em que acusou Tomé Gibson como dirigente da espúria instituição, tendo como assessor Júlio Agostinho Bezerra, dono da Agência Jornalística Pernambucana, que perseguia e prejudicava, “numa campanha nefasta”, os gazeteiros não pertencentes à sua casa distribuidora, o que acontecia com aquêles que apregoavam o **Jornal do Povo**. Diante do que, resolvera suspender a publicação, enquanto organizava um serviço de vendagem e assinaturas e melhorava a tipografia. Distribuiria, durante a suspensão, um **Suplemento**, em forma de **Boletim**, o qual nem chegou a estrear.

Reapareceu no dia 18 — n.º 27 A — prosseguindo mais ou menos regularmente. Foram seus principais colaboradores: Dulce Mesquita, Lino Sílvio, Benedito Costa, Olímpio Fernandes, Aurélio Domingues, Manuel Duarte e **Oswaldo Til** (Oswaldo de Almeida), êstes dois últimos componentes do corpo redacional, assim como Domício Rangel, Henrique de Figueiredo e João Coelho da Silva, do serviço de reportagens.

Nada obstante a anunciada reorganização, a fôlha não encontrou meios de manter-se. Veio a divulgar o n.º 42 a 9 de maio, ficando suspensa. Ainda voltou à circulação, o formato dividido ao meio, no dia 27, contendo dois editoriais, as “Chispas” e o folhetim, na primeira página; anúncios, na quarta, sendo a segunda e a terceira totalmente dedicadas à “Galeria caricata”, constituída de imenso clichê de **charges** políticas, em litogravura, uma das quais com a seguinte legenda: “Oswaldo Feio Machado Pereira da Silva Fuso Doido Arrolhadinho da Silva”. Outro exemplar encontrado foi o de 30 de maio de 1908, novamente em formato grande (**Bib. Púb Est.**).

LEÃO DO NORTE (1) — Diário vespertino, de formato grande, com quatro páginas a seis colunas de composição, teve seu primeiro número divulgado a 7 de outubro de 1908, impresso em oficina própria. Direção de Joaquim F. de Me-deiros; redatores — Fernando Barroca e Manuel Duarte, auxiliados por Arnulfo Falcão. Assinava-se a 20\$000 por ano ou 12\$000 por semestre, custando \$100 o exemplar.

Em extenso editorial de abertura, com incursões filosóficas sôbre a Imprensa, chamada “o Capitólio do oprimido e

(1) Posteriormente, de 1912 a 1915, circulou, com o mesmo título, um bissemanário de linguagem candente, dirigido pelo capitão Emílio Pessoa de Oliveira (ver Vol. VII: “Imprensa Periódica — 1910-1915”).

a Tarpéia do déspota”, “êsse poder do Estado”, lia-se, resumindo o programa traçado:

“... buscará, com a independência dos que não juraram bandeira, inteirar-se do malestar que sofrem as classes conservadoras da sociedade, para bater-se pelos remédios que lhes possam ser aplicados. Aos governos do Estado e da União, a quem não louvaremos nem censuraremos, senão nos casos motivados, o **Leão do Norte** exigirá o cumprimento severo da lei e das garantias constitucionais; mas não os tornará responsáveis pelos fatos completamente estranhos à sua ação”. Estenderia seu “auxílio ao operariado, ao funcionalismo, aos fracos e aos indefesos”.

A seção “Rastilho”, de versos, assinada por M. (Manuel Duarte), assim se apresentou:

“Tudo em favor de Pernambuco e pela
grandeza imensa dêsse imenso norte,
que é do país a mais fulgente estrêla,
que é da República o torrão mais forte.

Tudo pelo valor da amada terra,
cujo grande poder tudo proclama...
Eis do **Leão** a flâmula de guerra
e de nós todos salutar programa”.

Isento de qualquer tendência político-partidária, seguiu vida normal, divulgando bem redigidos editoriais, nêles focalizando temas diversos, do econômico ao social; vasto noticiário e, sem serviço telegráfico próprio, coligia dados dos matutinos, para o que pedira vênica, contanto que não deixasse de veicular o que se passava fora do Estado. Dedicou colunas ao Espiritismo, através de produções de Otaviano Coutinho, Oscar Argonel e Fernando Barroca, e incluiu seções de comentários ou de notas ligeiras e versos humorísticos, a saber: “Ecos”; “Casa de Maribondos”; “Tópicos”, por **Simas**; “Modas”; “Pitadas”, a cargo de **Melinho**; “De vez em quando”, de **Quinquim**; “No escritório do Ziza”, por **Joca**; “Bilhete postal”, com a assinatura de **Jacques Milkau** (pseudônimo de Joaquim de Oliveira Melo); “Carambolas”, por **Sérgio**, e glosas de A. Jorge de Sousa. Duas páginas eram exclusivamente de anúncios.

Após as primeiras edições, a administração do **Leão do Norte**, em reconhecimento “à boa acolhida do público”, resolveu estabelecer um prêmio, numerando cada exemplar,

para que o portador daquele cujo número correspondesse à sorte grande da Loteria Federal recebesse uma joia, exposta em vitrina da rua Nova.

Entretanto, de nada adiantou o chamariz, não havendo premiados. O quase sempre mal impresso vespertino não conseguiu atingir nem o fim do mês do seu aparecimento, finando-se com a edição de 24 de outubro (**Bib. Púb. Est. e Arq. Púb. Est.**).

PERNAMBUCO — Órgão de Livre Opinião — Publicou-se o primeiro número a 30 de novembro de 1908, como matutino, sob a direção e propriedade de Henrique Augusto Milet, sendo redator-chefe Pedro Avelino e gerente Pedro Batista. Formato de 55 x 37, seis páginas de seis colunas e boa apresentação gráfica, achando-se a redação e oficina instaladas à rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 43. Em primeiro plano, à esquerda do cabeçalho, lia-se o conceito de Gambetta: “Os direitos de um povo constituem os mais sagrados deveres de um govêrno verdadeiramente nacional”. Tabela de assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 13\$000; trimestre — 7\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

Em longo artigo assinado, o diretor da fôlha traçou-lhe o programa de ação, dizendo no segundo tópico: “O nosso título é uma homenagem que prestamos ao abençoado torrão que nos serviu de berço e nos servirá também de túmulo; êle simboliza o nosso acendrado amor a êsse pedaço da pátria brasileira cuja gloriosa história enche de orgulho, de civismo e dos maiores incitamentos a todos os seus filhos, e se impõe à admiração e respeito dos que nêle habitam; êle traduz, finalmente, a idéia que germinou em nossa mente, o sentimento que abrolhou em nosso coração, de dedicarmos a maior soma possível de esforços, de mourejarmos em prol do soerguimento desta pátria pernambucana, desde muito abatida moral e materialmente por uma série de erros políticos, econômicos e financeiros, em suma, por causas complexas, que mais tarde e oportunamente examinaremos, para vê-la reconquistar a sua hegemonia perdida no concêrto de suas co-irmãs do norte”.

Continuou: “**Pernambuco** não é uma emprêsa de especulação mercantil; é um produto de um puro sentimento de altruismo. Nenhum mistério envolveu a sua criação, nenhum deus poderoso presidiu o seu nascimento e, assim também, nenhuma Cassandra descortinará o seu futuro, predirá o seu destino.

“Nascido de um sentimento de amor, êle obedecerá sempre à sua tendência nativa; exercerá em larga escala o amor do próximo na defesa dos direitos e interesses da humanidade oprimida e perseguida; defenderá o fraco contra a prepotência do forte; estará sempre ao lado do trabalho contra os abusos do capital explorador; invetivará tôdas as violências, onde quer que elas apareçam ou se manifestem, venham de onde vierem, promanem de autoridades legalmente constituídas, surjam de fortes associações ou de caricatos poderosos que comprometem os governos que apoiam e poluem os partidos políticos a cuja orientação obedecem.

“Onde estiver a dor que se traduz pela lágrima, símbolo do sofrimento; onde estiver a violência física ou moral provocando gritos de desespero e de sede de justiça, surgiremos nós armados de ponto em branco, como Athenés, ao sair do cérebro de Zeus, apoiados àquela força que dá a consciência do direito e do dever para levarmos o bálsamo consolador aos que gemem, para profligarmos os abusos e implorar as justas reparações, ainda quando tenhamos a certeza de que a nossa voz terá a sorte da do profeta **clamantis in deserto**.

“A nossa missão tutelar na imprensa não se limitará, porém, à defesa e proteção dos direitos e interesses puramente individuais, ao cidadão isoladamente; se estenderá também e principalmente a tôdas as classes que concorrem para o aumento da riqueza pública, se esgotando na oficina do trabalho nacional, sem resultado compensador do seu insano labutar”.

Mais adiante, frisou o articulista: “**Pernambuco** não se acha filiado, e jamais se filiará, a nenhum dos partidos ou fações políticas que presentemente se digladiam no cenário público do Estado. Não obedecendo à orientação de qualquer desses chefes ou sub-chefes, não se imiscuirá nas estéreis discussões partidárias que sempre resvalam do terreno dos princípios e das idéias para o campo das pessoas e, não raro, das próprias famílias que, para êle, serão sempre coisas intangíveis e sagradas”.

“Aceitando a república federal representativa e presidencial, a qual de modo algum satisfaz os ideais políticos do seu diretor-proprietário e do seu redator-chefe, dentro dela discutiremos tôdas as questões que se prendem ao seu mecanismo ou aparelho governamental, para salientar as consequências prejudiciais que dêle têm resultado para o nosso país — na ordem política e administrativa, na econômica e financeira. A nossa fôlha é, porém, um órgão de livre opi-

nião: ela aceitará em suas páginas artigos de todos os credos e de tôdas as crenças, assinados pelos seus autores.

“A nossa posição perante o govêrno dêste Estado será a de quem não é amigo nem inimigo político. Seus atos administrativos, bem como os da União, serão apreciados, discutidos e analisados à luz da mais completa imparcialidade e com soberana isenção de ânimo”.

Depois de ou'ras considerações: “Dirigida, como vai ser, pe'a alta competência do nosso redator-chefe, jornalista consumado, que, há vinte anos, tem terçado a sua bem aparada pena nas lutas da imprensa do país, temos convicção de que a nossa fôlha muito agradará ao povo pernambucano, de quem e para quem vai viver”. Em conclusão: “A nossa política é o bem da pá'ria. A nossa religião é o culto do bem e da verdade. A legenda da nossa bandeira é — **pro patria, pro populo**”.

Numa nota dirigida “Aos colegas”, lia-se, no período final: “... o **Pernambuco** entra na vida inabalavelmente confiante no futuro, certo de que a imprensa é um fator tão poderoso quanto fecundo da elevação mental e cívica das sociedades. E, dominado por tais sentimentos, é que o nosso jornal apresenta aos seus colegas do Recife saudações sinceras do afeto mais respeitoso”.

Nou'ra, sob o título “Os nossos”, estampou a relação dos componentes do corpo redac'onal, a fim de facilitar-lhes a entrada “nos lugares até onde seja lícito penetrar um representante da imprensa, quando a serviço do jornal a que pertence, sem os empecilhos humilhantes de qua'quer dúvida a respeito de sua verdadeira missão. Além disso, tal comunicado produz mais o efeito de evitar que pessoas inteiramente estranhas à nossa tenda de trabalhos ilaqueiem a boa fé do público, dizendo-se enviadas do **Pernambuco** sem de fato o serem”. Eis a turma: secretário — João Demétrio de Meneses; encarregado da seção telegráfica — Públio Pugô; repórteres — José Luis de Melo, José Campe'lo e João Lemos; cronista musical — Nicolino Milano. A seção comercial foi entregue a Manuel Lima. Como co'aboradores, figuravam: A. de Sousa Pinto, Joaquim Tavares, Altino de Araújo, Alfredo de Carvalho, João Batista Regueira Cos'a, Gondin Filho, Trajano Chacon, Caitano de Andrade, Sabino Pinho, Luis José da Silva, Rodolfo Araújo, “além de ou'ros intelectuais de reputação firmada na capi'al da República e dos Estados”.

Uma terceira nota redacional, na primeira página, corroborada por mais outra, na terceira, pedia desculpas ao leitor

pelo tamanho do jornal, advertindo que se tratava de formato provisório, até a chegada de nova máquina impressora e grande quantidade de tipos, quando viria a ter o formato adotado “pelos jornais de maior tiragem do mundo latino”.

Como novidade na imprensa pernambucana, criou a “*Coluna Cosmopolita*”, dedicada aos estrangeiros, que poderiam tratar, “na língua que lhes é familiar, dos interesses das respectivas colônias e nações”. Apresentou uma lista dos consulados existentes no Recife, completando a seção uma crônica em italiano, assinada por Il Lodigiano.

De circulação ininterrupta, inseria bons artigos redacionais e assinados; amplo serviço telegráfico; noticiário variado; “*Notas do Dia*”; “*Comércio*”; os versos humorísticos “*De vez em quando*”, de **Jacques Milkau** (travesti de Joaquim de Oliveira Melo); “*Indiscreções*”; “*Os nossos examinadores*”, com o sub-título “*Em uma das paredes da sala do 5.º ano*”, constante de sonetos-perfis, por **Flávio Smart** (o mesmo que Franklin Seve); “*Aos domingos*”, comentários de **Túlius**, como se ocultava José Campelo, e as “*Filigranas*” (1), crônica elegante de **Flavio**, que era João Lemos. A partir de 13 de dezembro: “*Crônica*”, em duas colunas, aos domingos, assinada por M. D. (Manuel Duarte), o qual, com as mesmas iniciais, passou a escrever, diariamente, as notas intituladas “*Tira e meia*”, depois “*Duas...*”, “*Três...*”, até “*Quatro tiras*”. E havia, também, os “*Piparotes*”, versos humorísticos de J. D. B. Outra seção interessante: “*Os colegas*”, resenha comentada da matéria principal dos diários da véspera. Os anúncios ocupavam menos de três páginas, saindo o jornal, invariavelmente, com seis.

Na edição de 7 de dezembro, declarava um artigo de fundo estar ocorrendo certa conjura contra o **Pernambuco**, mediante a propaganda do silêncio, “que é uma das formas da insídia e da nevoenta maldade, sutil e perigosa”. É que os vendedores do jornal não o apregoavam na rua, recurso empregado por alguém que não se sentia bem com a presença do concorrente.

No dia seguinte, em nota solta, reclamava não saber que

(1) Nas “*Filigranas*” de estréia (edição de 8-12-908), **Flávio** perguntava, insinuando: “Por que as nossas patrícias, em vez de fazerem as suas compras em dias incertos da semana, não as fazem em dias determinados? Não será mais agradável saírem tôdas em um só dia?” E sugeriu, para isto, as quintas-feiras, com o que a rua Nova “apresentaria um aspecto mais deslumbrante”...

mal havia feito ao seu colega Argemiro Arôxa (**Jacques Stênio**), do **Correio do Recife**, frisando: “Todos os dias, chova ou haja sol canicular, o eminente jornalista tem sempre para nós uma pontinha do seu delicado humorismo, muito mais causticante e muito mais irônico que o das penas de Martim Francisco e Carlos de Laet”.

A primeira prova de fogo temperamental do **Pernambuco** foi dada a partir de 20 de dezembro, quando se voltou contra o **Jornal Pequeno**, que abriu campanha de condenação ao **trust** da carne verde, denunciando Henrique Milet como patrono dos marchantes. Além de artigos redacionais, **Carlito Fernandez** (2) começou por escrever “**Tolices do Pequeno**” e o professor Milet divulgou uma série de quatro artigos, sob o título “**O Jornal Pequeno e o dr. Tomé Gibson**”, pagando com altos juro os insultos de que fôra objeto. Acentuou, entre outras diatribes: “... **Jornal Pequeno**, jornal descaracterizado, como é o seu proprietário, jornal cujo alvo único, como veremos amanhã, é a caça ao tostão”.

Não demorou muito a refrega. Abriu a edição do **Pernambuco** de 4 de janeiro de 1909 a nota a seguir: “O nosso diretor, dr. Henrique Milet, manda declarar que não responderá ao rafeiro do **Jornal Pequeno** que ontem à tarde o mordeu. Não conhece êsse cão senão pela coleira que êle traz ao pescoço: de-xa-o entregue aos carinhos e castigos do lapuz seu proprietário”.

Entraram em cena logo os apaziguadores. Apareceu a seção de comentários “**A Nankin**”, a cargo de Benedito Jarrisso, ao passo que o jurista Hersílio de Sousa escrevia, em série, sobre o tema “**Cristo na História**”.

Tôda a primeira página da edição de 9 de janeiro foi dedicada a Henrique Milet, com clichê e legenda, em versos, de Manuel Duarte, panegírico, notas biográficas e saudações assinadas por vários admiradores, tendo como motivo o cinqüentenário natalício do “amado diretor”. Lia-se, no dia seguinte, longa reportagem a respeito dos grandes festejos comemorativos da data — bandas de música, discursos, presentes (3), champanha e fôlhas de canela em profusão.

Desde os primeiros números, vinha Robert Scott, através das “**Solicitadas**”, mantendo acesa campanha contra a

(2) Êsse pseudônimo constituía uma sátira a Carlos Dias Fernandes, então redator do **Jornal Pequeno**.

(3) Os tipógrafos ofereceram ao aniversariante um quadro com a primeira página da edição do dia 9 impressa em cetim róseo.

administração da Great Western (hoje Rêde Ferroviária do Nordeste), para o que contava com a cooperação de funcionários brasileiros da empresa, sucedendo-se as reclamações a respeito do mau tratamento a êles dispensado, ao contrário do que sucedia com os empregados ingleses. De tudo resultou uma greve pró-aumento de salários, que rebentou a 12 de janeiro e se prolongou até o dia 24, dedicando o **Per-nambuco**, diariamente, a primeira página ao respectivo noticiário e comentários.

No dia 25 (ainda de janeiro), o matutino aumentou de formato, passando à dimensão de 65x46, com apenas quatro páginas de seis colunas, estas a 14 cíceros. Exibiu novo clichê de cabeçalho, melhorando a apresentação gráfica geral. Alterou-se, igualmente, o corpo redacional: Henrique Milet, além de proprietário e diretor, assumiu a chefia da redação, enquanto Públio Pugô e José Campelo cederam o lugar a Franklin de Magalhães Seve e Manuel Duarte, sendo conferidos a Albino Meira Filho “poderes para representar” o jornal onde lhe parecesse necessário. Entre os revisores contava-se José Diniz Barreto.

Novas seções foram criadas: “Modos de ver”, de J. D.; “Cortes e recortes”; “Notícias de Portugal”; “Para variar” — versos humorísticos, de Z; “Recife elegante”, por **Silvio**; “Cartas da Paraíba”, de Romeu Avelar, que depois entrou para o corpo redacional, e “Palavras soltas”, de J. Aurélio. Tornou-se, então, das mães fecundas a atuação de Manuel Duarte, escrevendo a crônica diária “Algumas tiras” (M. D.), e outras notas, e divulgando poemas ou sonetos, alternadamente com André Pereira da Costa, Joaquim Ramos, Tondela Júnior, José Barbosa Correia, Carlos Santa Cruz, Adauto Acton, Gervásio Fioravanti, Caitano Galhardo, Paulino de Andrade, José Campelo e José Fasanaro.

A partir de 19 de fevereiro o matutino adotou a oferta de prêmios por sorteio, aos novos assinantes, a salientar uma joia no valor de 250\$000, ou o próprio dinheiro, oferecendo, depois, outro tipo de sorteio a compradores avulsos: ao portador do exemplar do jornal cujo número (todos passaram a ser numerados) correspondesse ao premiado pela Loteria Federal — 10\$000 para a centena e 100\$000 para o milhar.

Entre os colaboradores de trabalhos em prosa, aparecidos esporadicamente, destacavam-se Soriano Filho (“Cartas polimórficas”); Rêgo Medeiros (“Correspondência do Rio”);

Vigário Pedrosa; Domingos Fonseca, Júlio Porto Carreiro e Ferrer Júnior.

Alteração no corpo redacional ocorreu a 5 de junho, com a saída de Franklin Seve e Romeu de Avelar, o último em consequência de “profundas divergências” com o redator-secretário José Demétrio. Este, por sua vez, embarcou para o Rio de Janeiro a 29 de setembro, em vilegiatura, não mais reassumindo o cargo. Logo mais, a 31 de outubro, publicava-se uma declaração, segundo a qual a empresa julgava necessário informar aos “amigos e, principalmente, aos inimigos”, que era o seguinte, além do diretor, o pessoal em serviço no **Pernambuco**: “Sub-gerente — Sebastião Milet; redatores — Manuel Duarte (secretário) e Oscar Brandão da Rocha; repórteres — João Lemos, João Correia de Oliveira e José Luís de Melo; este último substituíra, algum tempo antes, Augusto Cordeiro de Melo, que não trabalhou mais que um mês; auxiliares da redação — Alfredo do Carmo, João Batista do Nascimento, Antônio Lopes, Luís dos Santos Leite e Manuel Cisneiros; encarregados da parte comercial — Samuel Lins e Manuel Lira; representante em serviço no interior — Mário Macedo; correspondente no Rio de Janeiro — Alfredo de Ambrys, da Agência Havas.

Com sua entrada para a redação, Oscar Brandão criou logo a seção de versos humorísticos “Bandarilhas”, sob o pseudônimo de **Jatyr Júnior**; divulgava, concomitantemente, sonetos e poemas com o próprio nome e, depois, artigos políticos.

Patrocinada pelo **Pernambuco**, nasceu a campanha destinada à organização do Centro Pró-Hermes da Fonseca — Venceslau Braz, candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

Em edição rotineira, festejou a fôlha, a 30 de novembro, o seu primeiro aniversário, estampando, com destaque, o retrato do diretor Henrique Milet, tendo abaixo a legenda:

“Pode o mundo rugir. Do desespêro aos trancos
pode a inveja malsã negar os teus lauréis!
Não te alcança ninguém para ferir-te os flancos!
Não te alcança ninguém para chegar-te aos pés”.

Autor da quadra, Manuel Duarte assinou, igualmente, o editorial comemorativo, no qual teceu considerações sobre o

jornalismo em geral e a vitória do **Pernambuco** na imprensa indígena (4), dizendo: "... pouco lhe falta para ascender ao cimo, desde que todos os que lhe dão a seiva do espírito estão com êle identificados, adoram-lhe os princípios programáticos, mantêm-lhe a independência e professam a sua doutrina em política e em moral". A data foi assinalada com manifestações públicas, recepção e discursos.

Modificou-se, novamente, a 1.º de janeiro de 1910, o formato do diário, que passou ao máximo de 73x53, igual ao das demais fôlhas matutinas da época, ao mesmo tempo que se acrescentou à tabela de assinaturas a seguinte parcela: Fora da capital: ano — 27\$000; semestre — 14\$000.

Na data em aprêço redigiu Oscar Brandão longo artigo, no qual depois de aludir aos esforços do "genia! diretor", acentuou: "Independentes e livres, sem partidarismo e sem compromissos políticos, a nossa missão tem sido sobranceiramente desempenhada. Se apontamos defeitos graves na direção dos negócios políticos de Pernambuco, analisando meticulosa e criteriosamente os atos administrativos dos seus governos e a política estreita do dr. Rosa e Silva, por outro lado somos os primeiros a reconhecer a falta de coesão dos grupos oposicionistas do Estado e a falta de um chefe em condições de assumir no atual momento político a direção suprema de um partido reacionário e capaz de opor séria resistência à marcha assoberbante do partido que nos domina.

"Se lastimamos a decadência do nosso querido Pernambuco, é porque procuramos, na qualidade de seus filhos, reivindicar as suas glórias antigas e conquistar para êle o lugar que por direito lhe competia e lhe compete no concôrto harmonioso dos estados da federação brasileira, para proclamá-lo bem alto: o oriente de tôdas as glórias do Brasil".

Novos poetas eram divulgados, a saber: Mendes Martins, Frederico Codeceira, Gastão Diniz, Rodova!ho Neves, Costa Rêgo Júnior, Vitor Fagundes, Esdras Farias e Otávio Cunha, que alternavam com os maiores Manuel Duarte e Oscar Brandão. Publicavam-se "Cartas de Além-Mar", de M. M.; e, a 12 de janeiro, iniciava-se o folhetim "Os últimos dias de

(4) Na mesma edição, em artigo assinado, escreveu Oscar Brandão o elogio do redator-secretário, frisando: "A êle, sim, ao Manuel Duarte, que entrou como simples revisor, no início de sua publicação nesta capital, há um ano apenas, deve o **Pernambuco**, em grande parte, a auréola gloriosa que lhe circunda o nome, o extraordinário conceito em que é tido pela população do nosso Estado e dos outros em que chega, pela simpatia espontaneamente conquistada".

Pompéia”, de Lord Bulwer Lytton. Lham-se artigos assinados por Alfredo Lamartine, A. de S. e **Terêncio Pôrto** (pseudônimo de Alfredo de Carvalho). Veio após a seção “Venâbulos”, constituída de versos humorísticos, a cargo de **Rosálio Silva**, em substituição às “Bandarilhas”.

Durante quase todo o mês de janeiro, repetiu-se a nota a seguir, abrindo a primeira página: “Em nossas oficinas apenas não haverá trabalho nos dias 1 de janeiro, segundo dia do Carnaval, sexta-feira santa, 24 de junho e 25 de dezembro, razão pela qual esta fôlha não circulará no dia que se segu'r a cada um dos acima referidos” (5).

Henrique Milet empreendeu guerra acerba à oligarquia reinante no Estado, através de extensos artigos, nem sempre assinados, mas sempre identificada a sua autoria, porque começavam e terminavam, invariavelmente, com uma frase latina. Também Oscar Brandão assinava longos comentários contra a política rosista. Trocavam, assim, sucessivas diatribes com o **Diario de Pernambuco**, de propriedade do Conselheiro Rosa e Silva.

“Mentira política”, divulgado a 24 de janeiro — ainda 1910 — foi um dos mais vibrantes editoriais do professor Milet, que começou por aludir às mentiras da Grécia antiga e de Roma, afirmando que “a própria descoberta do Brasil foi uma mentira política” e “não foi menor mentira política a nossa Independência”, nem escapou do epíteto a monarquia constitucional, sendo “mentira, também, a república federativa brasileira”. E frisou: “Mentira, esta federação! Ela converteu o território nacional em satrapias oligárquicas, entregando cada uma delas a um chefe político, que a governa, administra e exp'ora como se fôra um senhor feudal, verificando-se tudo isto com mais escândalo nas satrapias do Norte da República. Esta satrapia de Pernambuco, onde vivemos e exercemos as nossas profissões há 14 anos, pertence, de direito e de fato, ao dr. Rosa e Silva, que dela faz e dispõe como bem entende”.

Promoveu o **Pernambuco**, através do seu diretor e dos redatores principais, uma série de comícios públicos em favor da candidatura Hermes da Fonseca à Presidência da República, sendo o mais ardoroso orador Manuel Duarte. Este,

(5) Essa praxe, mantida pelo **Pernambuco** desde o primeiro número, veio a ser adotada, também, pelos demais matutinos, mediante acôrdo, a partir de 9 de maio de 1910.

entretanto, largou a redação a 17 de março, “após relevantíssimos serviços prestados”, “deixando profunda saudade”. Ascendeu ao cargo de redator-secretário Oscar Brandão (6).

Nesse mês, transcreveu vários artigos sobre a política pernambucana, assinados por José Mariano, representante, no Rio de Janeiro, do bloco oposicionista organizado em Pernambuco, para derrubar Rosa e Silva. Também foi em março que começou a seção “Parasitas”, com a assinatura de **Estácio Elísio**, redigida irônicamente, através do resumo do noticiário da Câmara e do Senado inserido no **Diário de Pernambuco**. “O que, porém, deu lugar à criação dela foi o fato, pequenino e mesquinho, de não nos terem enviado a nota do que se passava nas duas casas do Congresso e nós tínhamos a necessidade de dar aos nossos leitores o resultado do que dizem e do que fazem os seus **representantes eleitos**”, segundo explicou a redação.

Sob o título “Cobardes”, denunciou, a 18 de maio, com “absoluta certeza”, ter havido uma reunião, no palácio do governo, cujos próceres da situação dominante combinaram o empastelamento de suas oficinas e o massacre dos redatores. Deante do que, a direção responsabilizou Rosa e Silva, seu filho do mesmo nome e seu genro Aníbal Freire, pois não ajustaria contas com os “miseráveis instrumentos” que se prestassem à projetada manobra. Nada temia. E continuava a cauterizar, com ferro em brasa, o “cancro” da oligarquia dominante. Mas a ameaça falhou e, na edição de 21, atacando desabridamente o **Diário de Pernambuco, escreveu o articulista: “Saiba a fôlha do dr. Rosa e Silva que o **Pernambuco** assistirá primeiro o aniquilamento da oligarquia pernambucana para morrer então”.**

Ocorreu ligeira mudança no quadro de auxiliares da redação, da qual se ausentou Otávio Cunha, precisamente a 10 de maio, quando o chefe da revisão, André Nauzer, subiu para a reportagem, indo José Luís de Melo para o escritório mercantil. Logo mais, era dado como “colega de trabalho” Sizenando de Oliveira, aparecido com artigos assinados, ao mesmo tempo que Armando Paiva subscrevia contos ligeiros; Samuel Campelo divulgava sonetos; **Chiquinho** fazia a seção “Intervalos”, de sátiras políticas, igualmente às “Chispas”, de **X. Y. Z.**, outro travesti de Oscar Brandão.

(6) Espíritos eminentemente exaltados, Manuel Duarte e Oscar Brandão terminaram inimigos, indo mesmo às “vias de fato”, segundo o **Pernambuco** de 15 de outubro de 1910.

O mês de julho assinalou intensa polêmica com o **Jornal do Recife**, a propósito da dualidade de diretorias do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, com ataques diretos a Osvaldo Machado e Martinho Garcez, redatores daquele órgão, o último dos quais, na qualidade de Promotor de Fundos e Resíduos, fizera uma representação junto ao Governador do Estado, pedindo a intervenção do poder público no sodalício, que classificou como “fundação”, termo e medida repelidos, com êxito, em longos artigos de Milet e através dos epigramas das “Chispas”.

Na edição do dia 17 deu-se grande destaque à organização do Partido Democrata, mediante a fusão dos elementos lucenistas e marianistas, para o combate à oligarquia de Rosa e Silva. Em plena oposição ao governo, o **Pernambuco** vinha criticando acerbamente o orçamento estadual. Atacava, por outro lado, a administração do prefeito Arquimedes de Oliveira.

Ainda em julho, a seção “Chispas” foi substituída pelas “Lambadas”, com a assinatura de **Oliva de Ramon** (7). Foram novos colaboradores: Edwiges de Sá Pereira e Antônio Coelho Pinheiro, este último logo mais entrando como redator, ao passo que José Luís de Melo voltava para a reportagem.

No último dia do mês, eleito Hermes da Fonseca presidente da República, o **Pernambuco** levou a efeito comícios e passeata, enquanto Oscar Brandão divulgava o artigo “O redentor dos oprimidos”.

A 18 de agosto, o redator-secretário apresentou queixa-crime, por motivo de injúria, contra o comerciante João Antônio Freitas, que afirmara, em carta ao **Diário de Pernambuco**, haver sido êle, Oscar Brandão, esbofetado pelo jornalista João Demétrio, no dia 4, quando podia provar o contrário. Em consequência, o primitivo redator-secretário do **Pernambuco** agrediu Oscar, no dia 29, acompanhado de dois indivíduos, numa viagem de “maxambomba” entre a rua da Aurora e o subúrbio de Campo Grande (8).

A partir de 2 de outubro a fôlha apresentou nova tipagem na primeira página, nitidamente impressa. As edições

(7) Réplica ao pseudônimo **Ramon de Oliva**, usado nas “Semanais” do **Diário de Pernambuco** pelo jornalista Ulisses Costa, à época Chefe de Polícia.

(8) Historiando os fatos, existem artigos de João Demétrio no **Diário de Pernambuco** de 11 a 18 de agosto e 2 de outubro de 1910.

de 14 e 15 de novembro foram dedicadas à posse de Hermes da Fonseca na Presidência da República, nelas transcrevendo-se, ao mesmo tempo, a crônica “O rapto de Helena”, publicada pela **Provincia do Pará**, que dera lugar a uma agressão ao seu autor, Carlos Dias Fernandes, redator do **Jornal do Recife**. A 21, começou o folhetim “Obras primas de Chateaubriand”, em tradução de Teófilo Braga. Novos colaboradores: Esmeraldino de Oliveira e Miranda de Azevedo. êste autor das “Notas e divagações”, feito jornalista panfletário.

Entrou para o cartaz o senador Goncalves Ferreira Júnior (**Tonico Ferreira**), que bravateava (edição de 26 de novembro) ser “homem não só para rasgar os telegramas, como também para quebrar as cartolas e cortar de tabica os bacharéis redatores do **Pernambuco**”. Mas a redação não se intimidou, vindo a denunciar fatos bem graves, como a participação do **bravo** parlamentar em bailes e numa casa de comborcas, chamando-o (edição de 28) “sem verosonha”, “covarde”, “o Antônio Silvino da capital”, “homem crápua”, “rafeiro” e outros adietivos de idêntica marca. **Tonico** respondeu pelo **Diario de Pernambuco**, agrediu Miranda de Azevedo (só com palavras) e continuou a ameaçar.

Resaltou Oscar Brandão, em artigo de 30 de novembro: “Agora mesmo, no dia em que a nossa fôlha completa dois anos de uma existência devotada à causa pública e ao resgate dos bríos de Pernambuco, estamos ameaçados de morte. É que o nosso tirano quer assistir, como Nero, nas vésperas do incêndio de sua Roma política, os sanguinários espetáculos dos anfiteatros romanos. Para isso êle já ordenou que soltassem as feras. As jaulas estão abertas. O lobo e o tigre, Ulisses Costa e Antônio Gonçalves Ferreira Júnior, escancaram as fauces para tragar-nos. O dr. Rosa e Silva quer sangue para alimentar os seus jaguares. Seja feita a sua vontade. E hoje, mais do que nunca, estamos prontos a servir de pasto às feras do Nero pernambucano. Se assim acontecer, talvez que o dia do nosso aniversário seja o grandioso dia da libertação de Pernambuco — ideal supremo do **Pernambuco**”.

Na edição seguinte, Henrique Milet divulgava um convite recebido de **Tonico** Ferreira, para com êle bater-se, o que repeliu, porque, sendo o duelo considerado crime no país, receava ser prêso em flagrante antes de chegar ao campo da honra ou assassinado por capangas. Prosseguiram os artigos contra **Tonico** e Ulisses Costa, que estariam mancomu-

dados, sob o beneplácito do **Diário de Pernambuco**, para extinguir o professor Milet e o **Pernambuco**.

A 2 de dezembro foi agredido Miranda de Azevedo, o qual, fazendo côro com a redação, vinha fustigando os desmandos da situação dominante, em artigos incisivos. Alvejado por capangas, êstes, todavia, erraram a pontaria, sendo postos em fuga pelos guardas da Alfândega que guarneciam a ponte Mauricio Nassau, por onde êle passava.

Quatro dias após, lia-se o artigo "A capitulação", segundo o qual, graças à "adesão completa" do povo e às providências encaminhadas pelo Presidente da República, estava desaparecendo o estado de anormalidade que agitara o Recife com "espaventosa movimentação de fôrças polic'ais" e "degradante capangagem assalariada por um **detraqué**". Concluiu o editorialista: "Mas afinal capitularam os vândalos e nós vencemos ativamente, sem a mínima transigência, sem o recuo de um passo; tudo que fizemos ficou feito, tudo que dissemos ficou dito".

Prosseguiram os ataques ao **Diário**, a Rosa e Silva e a Ulisses Costa, alvos principais, sobretudo, da sátira contundente da nova seção "Bolhas de Sabão", assinada pelo **Dr. Vale**.

Ocorreram mais represálias e o prédio do **Pernambuco** foi cercado pela polícia no dia 16, medida suspensa por uma ordem de **habeas-corpus** impetrada em favor do gerente e dos redatores, que haviam sido intimados a comparecer à Delegacia, para explicações.

No dia seguinte seguia Henrique Milet para o Rio de Janeiro, sendo substituído na direção por Oscar Brandão, cujos artigos políticos assinados passaram a ser mais frequentes, alternadamente com os de Coelho Pinheiro.

Logo ao começar 1911, precisamente no dia 2 de janeiro, foi o nôvo gerente do jornal, Joaquim de Oliveira Valença, agredido por capangas, a cacetadas e tiros, que não o atingiram. Em vibrante artigo, dois dias após, João Barreto de Meneses verberou o procedimento dos agressores e da polícia.

Mais duas seções de sátiras políticas foram criadas: "Rosetas", por **Francisco de Assis**, e "Espinhos", a cargo de **Rosálio Silva**. Enquanto isto, Henrique Milet ataçava o fogo através da imprensa carioca, divulgando tremendos artigos, que o **Pernambuco** transcrevia, inclusive, no dia 3 de feve-

- reiro, num resumo telegráfico, o intitulado “O dr. Rosa e Silva, sua moral privada e política” (9).

Após a edição do dia 4, a fôlha ficou preterida durante quase uma semana. Nesse período ocorreu verdadeiro terror. Tipógrafos foram agredidos a cacete e sabre, houve prisões e até amigos da empresa sofreram vexames, sendo a redação e a oficina ocupadas pela polícia (10). No escritório de advocacia do dr. Milet, onde se encontrava com outras pessoas, foi o gerente Joaquim Valença caçado por policiais, sendo estes repelidos a bala. Na ocasião, viu-se espancado o repórter d'A **Provincia** Cisneiros de Albuquerque.

Em face da situação gravíssima criada, interveio, como mediador, o General Inspetor da Região Militar, convocando os diretores do **Pernambuco** e do **Diário de Pernambuco** para uma reunião, durante a qual os respectivos representantes assumiram compromissos no sentido de evitar retaliações pessoais no domínio da vida privada.

Devolvidas, pela polícia, as chaves do prédio do **Pernambuco**, circulou este no dia 10 de fevereiro, mas na edição seguinte, fugindo aos compromissos, Oscar Brandão fêz abrir a primeira página com o incriminado artigo de Henrique Milet, seguindo-se-lhe o editorial que fôra divulgado em avulso. Essa edição foi retirada da oficina, alta madrugada, pela polícia, e levada para o Cais da Regeneração (atual Avenida Martins de Barros), onde lhe atearam querosene, fazendo uma fogueira. Ficou aberta uma janela da parte dos fundos do edifício, por onde os vândalos retiraram a composição da página que continha a matéria sediciosa. Dias depois, desapareceu uma carreta da máquina impressora.

O diretor interino, Oscar Brandão, e o gerente Valença viram-se forçados a sair de Pernambuco, resultando o jornal suspenso, uma vez que o ambiente se tornara irrespirável.

Oito meses depois, justamente no dia 5 de outubro de

(9) Em represália, o **Diário de Pernambuco** escreveu, referindo-se ao professor Milet, o artigo “Perfil de um bandido”. E o **Pernambuco** distribuiu boletins pela cidade, com o “Perfil de três bandidos”, indicando-os: Francisco de Assis Rosa e Silva Júnior, Ulisses Gerson Alves da Costa e Artur Henrique de Albuquerque, redatores do **Diário**, “responsáveis” pelo editorial infamante.

(10) Segundo referência biográfica na revista **Visão**, de São Paulo (edição de 19-3-1954), o jornalista Rafael Correia de Oliveira começara sua vida de imprensa como revisor do **Pernambuco**. Quando o jornal foi assaltado por capangas do governo, êle pulou do primeiro andar para dentro de um quintal, aí colocando uma escada no muro para facilitar a fuga dos companheiros.

1911, tendo renunciado suas funções o Governador Herculano Bandeira, voltou à circulação o **Pernambuco**, como órgão do Partido Republicano Conservador, estampando, na primeira página, clichê de Dantas Barreto. Apresentou-se sob a direção de Rodolfo Gomes Filho, tendo como gerente Augusto Franco do Rêgo.

Segundo o editorial estampado, a voz do patriotismo suplicava “o aparecimento de um órgão de oposição com o intuito de falar ao povo a linguagem da verdade, instruindo-o, esclarecendo-o e ensinando-o. Daí a razão do reaparecimento do **Pernambuco**, que continuará a trabalhar para êsse fim. Órgão republicano, de feição oposicionista ao governo do Estado, sob a patriótica orientação do Partido Republicano Conservador, o **Pernambuco** vem defender a candidatura do nosso eminente conterrâneo, snr. General Emídio Dantas Barreto; trabalhar, denodadamente, pela reabilitação do nosso Estado, pugnar pelos interesses do comércio, agricultura, indústria e dos nossos irmãos que sofrem de há muito sob o guante de ferro de administrações jungidas a um partidarismo ferrenho e fatal ao nosso progresso e desenvolvimento.

“O **Pernambuco** vem ocupar o posto que lhe compete, na defesa dos espoliados no conjunto dos seus direitos políticos, contra as anomalias praticadas dia a dia pelos nossos governantes, com requintada má fé, a ponto de levarem a nau do Estado ao abismo, sob a perspectiva da bancarrota”.

Começou transcrevendo artigos da imprensa carioca, sobre a inelegibilidade de Rosa e Silva para o governo de Pernambuco; criou seções como “Berlinda”, por **Cabrion** (Mendes Martins), que satirizava desapiedadamente o marretismo e os marretas (ou rosistas); “Lá e Cá”, redacional, e “De relance”, por H. C.; divulgando abundante noticiário político, telegramas e reduzida matéria comum. De logo restabeleceu-se a poêmica com o **Diário de Pernambuco**, com ataques, principalmente, ao redator Ulisses Costa. Durante essa fase, o matutino empenhou-se, intensamente, na propagação da candidatura Dantas Barreto.

Verificado o pleito governamental a 5 de novembro (11), não circulou o **Pernambuco** nos dias 12 e 13, devido à desordem reinante na cidade, em que houve tiroteios e correrias

(11) Publicou-se, no dia 6, o **Boletim do Pernambuco** (coleção Abelardo Rodrigues), tabloide de três colunas de composição, contendo os primeiros resultados da apuração eleitoral.

(12), situação que perdurou até a fuga do governador interino, Estácio Coimbra, e a posse do General Dantas Barreto.

Tomando nôvo rumo, melhorou o noticiário local e inseriu artigos assinados por Fernando Griz, Batista de Almeida, Carneiro Leão, Carlos Dias Fernandes, Valfrido Freire, autor da série “Arbitrio da soberania”, e Mário Sete, cuja primeira crônica — “Barricadas” — saiu a 31 de dezembro. Entre os novos auxiliares da redação contava-se Manuel de Alemão Cisneiros.

Uma vez colimado o objetivo político a que se propusera, Rodolfo Gomes Filho deixou, a 6 de janeiro de 1912, a direção do **Pernambuco** e êste suspendeu a circulação cinco dias depois.

Voltou a lume a 7 de fevereiro, feito “órgão independente e defensor dos interêsses nacionais”, tendo como redator-chefe Henrique Milet; secretário — Carlos Dias Fernandes; redatores — Trajano Chacon, Antônio Carneiro Leão, João Barreto de Meneses (por poucos dias), Francisco Solano Carneiro da Cunha e Coelho Pinheiro; gerente — Manuel Chagas. Correspondentes: Artur Aquiles — na Paraíba; Henrique Castriciano de Sousa — no Rio Grande do Norte.

Segundo o editorial de reapresentação, a nova era, inaugurada com o governo do General Dantas Barreto, “em nada alterou, em essência, os princípios programáticos inscritos na bandeira dêste jornal, ao tempo em que êle tomou assento no ágape da imprensa diária desta terra. Suas condições de vida, porém, vão ser muito outras. A atmosfera de terror que presidiu ao seu nascimento e circundou tôda a sua trajetória, na fase primitiva, já não é de ferro e fogo; foi substituída por um meio ambiente de paz e amor que o ampara no seu ressurgimento e parece dever acompanhá-lo nesta nova época de sua vida jornalística.

“Não é uma fôlha prês a às injunções e contingências do partidatismo, mas será sempre um jornal político e, neste caráter, não raro se imiscuirá na vida íntima dos partidos que se digladiam no cenário político, para lhes corrigir os

(12) Embora não mencionado nas listas de redatores, **nem** aparecendo o seu nome a assinar artigos, Mário Rodrigues também trabalhou no **Pernambuco**. Êle o revelou no capítulo “Monstros”, do livro “Meu Pernambuco”, editado em 1931, quando, à página 25, mencionou: “Uma tarde, escrevíamos no **Pernambuco**. Em certo instante começaram a soar tiros intermitentes...” Essa atuação decorreu, apenas, no auge da campanha dantista, porque Mário Rodrigues deixou o **Jornal do Recife** a 17 de outubro de 1911 e já na segunda quinzena de janeiro de 1912 era redator da **Republica**.

vícios e defeitos de organização e de existência, porisso que a boa e sã política pressupõe e depende de partidos bem formados, fortes, coesos e orientados por espíritos superiores.

“**Pernambuco** continuará o seu programa primitivo. Defenderá, sem tibieza e sem desânimo, os interesses do povo, do operariado, das classes conservadoras, da sociedade. Trabalhará sem cessar pela melhoria das condições econômicas e financeiras dêste grande e heróico Estado, cujo nome tomou por título, discutindo, como sempre fêz, os males que o afligem e indicando os meios ou medidas que, a seu ver, poderão remediá-lo. Indicará ao espírito superior do grande timoneiro, que ora dirige a nau governativa, o seu modo de ver e de pensar sôbre soluções de problemas de govêrno e administração, como lhe cumpre ao seu dever de órgão orientador da opinião coletiva. Será, neste sentido, um auxiliar oficioso da administração pública, procedendo sem interesse de espécie alguma e com tôda abnegação, sem contudo alienar o seu direito de livre crítica, que será sempre modesta e discreta”.

Empreendeu, realmente, nova vida, devotando-se menos à política. No primeiro dia, publicou um rodapé assinado por C. L. (Antônio Carneiro Leão), a respeito do livro “Cenas da vida boêmia”, de Henry Nurgel, transcrito como folhetim. Os editoriais abordavam temas diferentes. “Bambolinas” era a epígrafe destinada ao noticiário cine-teatral; e a “Crônica Civil” compunha-se de notícias sociais, ao passo que um soneto encimava o centro da primeira página e Jaime Aroldo redigia o comentário “Urbe et Orbe”. Interessante enquete foi iniciada a 17 do referido mês, por Públio Pugô, a propósito do sistema tributário do Estado.

Em princípios de março, o matutino iniciou campanha visando à proclamação do Governador Dantas Barreto como chefe supremo da política pernambucana, na Presidência do Partido Republicano Conservador. Fêz, por outro lado, longa cobertura de protesto contra a expulsão de Dantas Barreto do quadro de filiados à Associação Brasileira de Imprensa, dado como “responsável” pelo empastelamento do **Diário de Pernambuco**. A 11 de abril iniciou Trajano Chacon, sem assinatura, a série de reportagens “A indústria em Pernambuco”, mas, em maio, no dia 3, dirigiu carta à redação, solicitando o seu desligamento, por haver sido nomeado para a função de delegado do 1.º Distrito da capital. Também deixaram o corpo redacional Francisco Solano e Manuel Ferrer, êste último no mês seguinte.

Escarcimento da redação, em nota destacada de 24 de julho: "Para ficarem bem definidas as responsabilidades dos que trabalham neste jornal, declaramos que o seu corpo de redação e revisão, além dos exarados no frontispício, se compõe dos seguintes srs.: Públio Pugô, Sebastião Cavalcanti, João Lemos e Renão Faelante; José Luís de Melo, Edgar Borges Pereira, Agostinho Leal e Manuel Martins".

Nova modificação verificou-se a 9 de agosto (ainda 1912), em face do afastamento dos "exarados" Antônio Carneiro Leão e Carlos Dias Fernandes, sendo êste substituído, na secretaria, por Trajano Chacon, ao ensejo de sua volta ao jornal. Outro que, dois meses após, se desligou da redação — o terceiro "exarado" — foi Coelho Pinheiro. A gerência ficou a cargo de Manuel Chagas de Oliveira e entraram como revisores, em substituição a outros, que nem sempre duravam na função, Orlando Dantas, Aníbal Fernandes e Aurélio Silva. Vinha administrando as oficinas Aurélio Silva (o segundo, na empresa, com êsse nome).

Também no mês de agosto, deu o **Pernambuco** boa cobertura à passagem, pelo Recife, do senador Lauro Sodré, a caminho de Belém do Pará, sendo-lhe entregue, a bordo do "Pará", em rica moldura, nitidamente impresso em cetim, um exemplar da edição do dia 17 incluindo artigo de Trajano Chacon, que fez o panegírico do estadista, e ampla reportagem da visita de S. Ex.^a à redação, onde lhe foi prestada significativa homenagem.

Editorial de 11 de dezembro repeliu, polidamente, "provações sérias e joco-sérias" dos colegas **A Republica** e **O Tempo**, frisando: "Na hora presente somos cegos, surdos e mudos em assuntos de partidarismo".

Alterou-se, no dia 24, o formato do **Pernambuco**, que voltou ao tamanho primitivo, estampando abaixo do título: Diretor e proprietário — Dr. Henrique Millet. No expediente: "Órgão de livre opinião", acrescentando à antiga tabela de assinaturas: mês — 2\$500. Impresso em máquina Marinoni, apresentou a primeira página tipagem nova, corpo 7, abrindo com serviço te'ográfico e trazendo, ao pé das três últimas colunas, o folhetim "Terras malditas", de Vicente Blasco Ibanez, em forma de livro, para recortar.

Nessa última fase do ano de 1912, ao contrário dos outros diários, não circulava o **Pernambuco** às segundas-feiras. Ao iniciar-se, porém, 1913, divulgou uma nota, segundo a qual as oficinas voltavam a trabalhar "ininterruptamente,

com exceção da sexta-feira da Paixão”, ao contrário dos outros jornais, cujas oficinas descansavam quatro dias no decorrer do ano.

A 1.º de janeiro publicava-se a primeira crônica assinada por A. F., ou seja, Aníbal Fernandes, sob o título “Ano Nôvo”. O matutino iniciou um concurso, mediante cupão a recortar, a fim de apurar, entre os leitores, qual o nome mais cotado para nôvo Presidente da República.

A 2 de março de 1913, afora o diretor-proprietário, era a seguinte a turma que fazia o **Pernambuco**: Gerente — Ephrém Embrassu Esdras Estácio (que substituiu Manuel Chagas desde 31 de dezembro de 1912); chefe da reportagem, guarda-livros e auxiliar da gerência — José Luís de Melo; redatores — Públio Pugô, Renato Faelante, João Lemos, Aníbal Fernandes e Aurélio Silva; auxiliares da redação — Renato Milet, Hildebrando de Vasconcelos e Manuel Martins; da seção comercial — Manuel Lira. Embora não assiduamente, devido aos seus afazeres como advogado, continuava Trajano Chacon a dispensar o “seu magnífico concurso intelectual”, com o direito de agir no interesse do **Pernambuco**, ficando o irmão Francisco Chacon encarregado de obter anúncios.

J. da Silva iniciara a seção “Comentários” e, ainda em março, A. F. (Aníbal Fernandes) refutava Brito Alves, do **Jornal do Recife**, que se referira a Carlos de Laet como “talento coberto de farrapos, com citações arcaicas”. No mês de maio divulgaram-se algumas crônicas de Gyp (pseudônimo de Aníbal Fernandes), sem título, abrindo com asteriscos. Vinham-se publicando sonetos-perfis de Paganel, sob o título “Congressistas em fitas...”. Ocorriam contos de Sabino Arnaldo Santos (Arnaldo Moreno) e extensos artigos de Roque Melquiades, da série “Enciclopédia Jurídica” (13). Criara-se a seção de sátiras “Aqui e Ali...”, com a as-

(13) A página 134 do seu livro “Tipos populares do Recife”, 1a. Série, escreveu Eustórgio Vanderlei, citando palavras de Mário Melo: “Os longos artigos do dr. Roque Melquiades poderiam ser lidos de trás para diante, ou de diante para trás, que o leitor ficava na mesma incompreensão do assunto. Eram compostos e ficavam nas galés, sobre as estantes da oficina tipográfica do jornal, à espera de um dia de falta de matéria — o que era raro — a fim de **tapar algum buraco** na paginação. Não havia linótipos naquele tempo. A composição da fôlha era manual, feita pelos tipógrafos, de componedor em punho. Acontece que as matrizes de tipos, nas respectivas caixetas, estavam muito desfalcadas de várias letras. Quando faltava um O, um S, um M, ou outra qualquer letra, os tipógrafos recorriam ao artigo, já composto, do dr. Roque e, com a pinça, retiravam as

sinatura **Zig-Zag**, e depois, “De leve”, por **M. G.**, especializada em ridicularizar **G. M.**, d’**O Tempo**, ou seja, Gonçalves Maia, enquanto outras notas e sueltos criticavam, rija-mente, Osvaldo Machado, do **Jornal do Recife**, e Mário Rodrigues, d’**A Republica** (14).

O gerente do jornal foi substituído, a 10 de junho, por Antônio Lopes Filho. Fazia-se, então, referência a uma agressão ao redator Públio Pugô; e no dia 23 afastava-se Renato Faelante do corpo de auxiliares. Mário Melo era um dos comentaristas (15). Na data mencionada, divulgava-se um telegrama do Rio de Janeiro, seguido de notícia no mesmo sentido, segundo o qual o governo federal designara o **Pernambuco** para “órgão oficial da União”, devendo publicar o Expediente das repartições competentes no Recife e as leis daquela procedência. Passaria, em consequência, ao regime de dez páginas, utilizando tipo corpo 10. Entretanto, ficou em nada a designação...

Na edição de 24, ainda de junho, começou Henrique Milet, em artigos assinados, a rebater acusações d’**O Tempo** e d’**A Republica**, a propósito de sua posição política, seguindo-se a série em que fez a narrativa de suas relações amistosas com Dantas Barreto, sua exclusão da chapa para deputados federais, serviços prestados, conferência, intrigas, até o rompimento com o governo de S. Ex.^a.

Em suelto de 6 de julho, dirigindo-se a Gonçalves Maia, perguntava o **Pernambuco** “ao eminente colega d’**O Tempo**, experimentado jornalista com quem se pode discutir, porque, no apaixonamento de idéias, não desce a descomposturas nem sai da linha da polidez, se era digno de um regime democrata o procedimento do General Dantas Barreto, apre-

letras de que precisavam... Em um dia de falta de matéria, e à última hora, o paginador do jornal se lembrava de aproveitar o artigo do dr. Roque, a fim de preencher o buraco. E lá saía o trabalho com a falta das letras retiradas, perfeitamente ilegível”.

(14) A respeito de um telegrama procedente de Natal (Rio Grande do Norte), publicado n’ **A Republica** e considerado apócrifo, Oscar Brandão, alvo de ataques à sua reputação como autoridade policial ali, fez inserir, nas Solicitadas do **Pernambuco**, de 2 de julho de 1912, o mais desafortado artigo já escrito contra alguém, sob o título “Ao Mário Rodrigues”, terminando por ameaçá-lo de desfôrço pessoal.

(15) Mário Melo não chegou a figurar em nenhuma das listas de redatores do **Pernambuco**, de quando em quando divulgadas. É que êle não foi, propriamente, do “batente” remunerado, sendo, antes, uma espécie de redator honorário, encarregando-se, como tal, da elaboração de artigos, assinados ou não.

sentando chapa completa às eleições parlamentares já à vista... E defendeu a política de Pinheiro Machado, candidato à Presidência da República.

Lia-se a 25 de julho: "A **Emprêsa do Pernambuco**, contratante de anúncios luminosos de diversas casas comerciais, para cujo fim fêz grandes despesas com a montagem dos necessários aparelhos, vem declarar a meia dúzia dos seus assinantes, que têm deixado de pagar suas prestações, no todo ou em parte, que continuará a cumprir as suas obrigações até os seis meses da convenção assinada e, no fim dêste prazo, liquidará em juízo as contas devidas contra os que estiverem em falta".

No fim do mês, sob o título "Ajuste de contas velhas e novas — Cartas políticas", narrou Milet, em longos artigos, o motivo por que entrara na política republicana de Pernambuco. Numa segunda série, abordou "a eficácia das campanhas políticas" que encetara em benefício da terra natal, fazendo de tudo um retrospecto.

Enquanto isto, dois colaboradores do matutino — **Viana de Carvalho** e o **Cônego Pereira Alves** — batiam-se em polêmica de fundo religioso. E artigos redacionais atacavam, em linguagem da maior virulência, o curador de ausentes **Mário Rodrigues**, chamando-o "ladravaz público marcado com o gilvaz do crime" e "ladrão público confesso".

A partir de 3 de agosto de 1913, o **Pernambuco** passou ao regime de oito páginas, inclusive cinco de anúncios, melhorando a tipagem, inserindo mais matéria geral e menos política. No dia seguinte começaram, em rodapé, as "Semanais" de **Gyp**. Vieram as "Cartas Políticas", de **O Civilista**; artigos de **Eustáquio Pereira (Faneca)**; correspondências do Exterior e do Interior; nôvo folhetim: "Pescador d'Is!ândia", de **Pedro Melquiades**, da série "Enciclopédia jurídica", e a seção de trepações políticas "Sobras", por **Z**.

Em artigo intitulado "Boatos inacreditáveis", o matutino registou, no dia 9, que se planejava, nos bastidores oficiais, o assassinio do seu diretor, **Henrique Milet**, "tendo sido destacado **Mário Rodrigues** para combinar com o coronel **Francisco Melo**, comandante da polícia, o melhor modo de execução..."

A edição do dia 12 trouxe tôda a primeira página circulada de tarja, apresentando como matéria única, no centro, um quadro com os seguintes dizeres em negrito: "Homenagem do **Pernambuco** ao dr. **Traiano Chacon**, vítima da si-

tuação política”. As edições seguintes, durante uma semana, mantiveram a primeira página tarjada, divulgando clichês, amplo noticiário do assassinio do jornalista e incisivos comentários. Não acreditava o articulista tivesse o Governador do Estado culpabilidade no crime, acusando Ribeiro de Brito e Mário Rodrigues de terem participado do “complot” junto ao coronel Francisco Melo, comandante da Polícia. A vítima mantivera antes, com os dois primeiros, respectivamente, diretor e redator-chefe d’ **A Republica**, órgão dantista, violenta polêmica, através do **Pernambuco**; daí, a acusação de que partira da redação do jornal adverso a trama para o extermínio daquele jornalista (16).

O que deu lugar, entretanto, ao monstruoso crime da rua da Imperatriz, segundo Aníbal Fernandes, foram os artigos redacionais do **Pernambuco** contra o Governo — “em linguagem incandescente”, no dizer de Joaquim Pimenta (“Retalhos do Passado”) — escritos, realmente, a princípio, por Trajano Chacon, mas continuados por Mário Melo, que o vinha substituindo. “Nos dias que precederam o seu assassinio”, estava Chacon “tratando de mudar-se para o Rio”. Numa roda de amigos, Dantas Barreto chegara a dizer: “Esse homem só morto!”, atribuindo os artigos a Trajano Chacon, “que pagou inocente pelo que não fêz” (17).

Dizia uma nota do **Pernambuco**, ainda no dia 12, entre outras considerações: “Conhecidos como eram os laços de amizade que ligavam o dr. Trajano Chacon ao nosso diretor, dr. Henrique Milet, e o seu caráter altivo, independente e insubmisso, isto concorreu enormemente para a torpe e negra vindita tomada pelos bandidos políticos que infelicitam esta terra.”

No dia seguinte, lia-se: “Dentre os do grupo assassino foram reconhecidos capangas armados que infestam esta capital e seus arrabaldes, agentes da polícia civil e soldados da polícia armada em disfarce. São homens do povo, não há dúvida, mas não foram eles os agentes morais, por assim dizer, do ato criminoso; foram simples assalariados, mercenários.”

(16) A polêmica aludida ocorrera mais de um ano antes, de 20 a 26 de julho de 1912, sendo motivada pela demissão de Trajano Chacon do cargo de delegado de polícia.

(17) “Jornais e Jornalistas do meu tempo” — conferência pronunciada por Aníbal Fernandes, a 29-11-1953, em Campina Grande, Paraíba; divulgada pelo **Diário de Pernambuco** de 6-12 e incluída, em 1956, no livro “Estudos Pernambucanos”.

rios ou subordinados pelos superiores, verdadeiros instrumentos de ação mecânica na prática do bárbaro crime”.

Na edição de 14: “O assassinio bárbaro de Trajano Chacon é o resultado da impunidade de delitos anteriores, que iam na escala ascendente e chegarão a um término imprevisto se a ordem de punição do sr. Dantas Barreto não fôr platônica, semelhante às anteriores”.

Acentuou-se, então, a permuta de doestos com os órgãos situacionistas, sendo incluído na polêmica, depois, o **Jornal do Recife**, pela pena de Osvaldo Machado.

A 27 de agosto iniciava Manuel Arão sua colaboração, fazendo-o com o n.º XIII da série de artigos “Espiritismo e Catolicismo” (18), continuando, já em outubro, com outra série, sob o título “As falsidades históricas do Cônego Alves”.

Ainda em agosto foram criadas as seções “Cartas sem selo”, por Gil, e “Postal”, por Ambrósio, aparecendo também a colaboração política de Reginaldo Guanabara. Manuel Cândido (Carneiro da Silva) veio a escrever uma série de artigos, dissecando o “cadáver moral da política situacionista”.

Foi também no mencionado mês, edição do dia 19, que Mário Melo divulgou, no **Pernambuco**, uma “Carta Aberta” ao Governador Dantas Barreto, seguida de outra, a 8 de setembro, ao Secretário da Justiça, Hersílio de Sousa, pedindo-lhes que mandassem tirar a pedra que pesava sobre o inquérito em torno da agressão de que fôra vítima em 1912 (19). Sugeriu o missivista uma revisão geral, com o fim de apurar a responsabilidade das agressões de que foram vítimas José Maria de Albuquerque Melo, drs. Antônio Clementino Carneiro da Cunha, Augusto Jungman e Liberato de Matos e professor Pugô.

Entretanto, ao invés de providências, surgiram novas ameaças. No dia 26, no artigo “O pessoal do lenço”, o jornalista narrou que, dois dias antes, num bonde, viajando com uma filhinha, observou estar sendo espreitado por dois capangas de movimentos suspeitos, mas engatilhou a pistola e desceu incólume. A 27, dirigiu-se a êle o anônimo Gil, acon-

(18) Os anteriores foram publicados no diário **A Republica**.

(19) Quando da agressão de 29-8-1912, Mário Melo era correspondente da **Gazeta da Tarde**, do Rio de Janeiro, e, em carta dirigida a **A Provincia**, responsabilizara, como mandante, o deputado federal Rêgo Medeiros, visado pela crítica severa do jornalista, em telegramas daqui enviados para aquêlê jornal. Todavia, reconheceu, depois, ser infundada a acusação, transferindo-a ao bacharel Souto Filho, oficial de gabinete do Governador do Estado.

selhando: “Não se fie muito na sorte, meu caro Mário, porque o pessoal do lenço não descansa”; “não saia de casa à noite”.

No dia seguinte, noutra nota, escrevia Mário: “Agradeço ao “amigo leal” as informações prestadas. Os companheiros de agressão já foram por mim prevenidos. Parece que só temos um caminho a seguir: entregar a Deus a nossa sorte e a nossa vida, para que êle disponha como melhor entender”.

Segundo o matutino, seu diretor, Henrique Milet, e Mário Melo estavam marcados para ter a mesma sorte de Trajano Chacon.

Passada a borrasca política, Mário Melo escrevia, em outubro de 1913, violentos artigos contra Mário Rodrigues, d’**A Republica**, que os rebatia na mesma altura e até com mais vigor.

No dia 21 divulgava-se o seguinte corpo redacional, incluído o pessoal da revisão: João Lemos (secretário), Aníbal Fernandes, Eduardo de Barros, Henrique de Figueiredo, Maciel Pinheiro, Amaro Barreto, Diniz Pimentel, Renato Milet e Manuel Lira. Na Gerência figurava Artur Lira, que substituíra, desde 14 de setembro, o titular anterior, afastado por motivos pouco lisonjeiros; sub-gerente — Sebastião Milet; administrador — Rodrigo Lobo; guarda-livros — José Luis de Melo. Algum tempo depois, iniciava-se Gaston Manguinho na reportagem policial.

Tinham destaque, então, as “Cartas de Mário Glaucos” e, a par da polêmica constante com os jornais situacionistas, em linguagem causticante (**A Republica** era cognominada “o órgão do Lazareto da rua da Roda”), o **Pernambuco** desferiu pesados ataques, em novembro, contra Brito Alves, redator do **Jornal do Recife**.

A edição de 11 de dezembro foi dedicada ao falecimento do Barão de Lucena, rendendo à sua memória, logo na primeira página, tôda circulada de tarja, sem mais outra matéria, em tipos graúdos, uma “homenagem de admiração, respeito e imperecível saudade”.

Precisamente no dia 2 de janeiro de 1914, Gyp iniciou a crônica ligeira intitulada “O Dia”, mantendo-a, ininterruptamente. Apareceram, a seguir, as “Matinais”, de H., sem continuidade, e artigos políticos de Gervásio Peregrino.

Os tipógrafos da imprensa diária vinham pleiteando do Conselho Municipal uma lei que lhes facultasse descansar

aos domingos. Noticiando a pretensão, comentou o matutino: “Achamos a idéia incoerente, julgando-a mesmo retrógrada e incompatível aos nossos foros de cidade civilizada”. Concluiu declarando que em nenhum país do mundo os matutinos deixavam de circular às segundas-feiras (20).

A partir de 15 de fevereiro, a fôlha exhibia, na primeira página, fotografuras de atualidades mundiais. Os articulistas voltaram-se, nesse mês, contra “A maroteira dos telefônios”, censurando (edição de 21) o Conselho Municipal, por ter inovado o arrendamento do respectivo serviço com o diretor do **Jornal do Recife**, Luís Pereira de Oliveira Faria, ou seus concessionários.

No mês seguinte ocorreu o julgamento, pelo Tribuna! do Juri, dos assassinos do jornalista Trajano Chacon, escrevendo o jornal do Dr. Milet, no dia 20: “A absolvição unânime do tenente Melo, porém, não é sòmente uma confirmação da perversidade dos instintos sanguinolentos da pessoa e do governo do General Dantas Barreto; é também uma mancha indelével para sempre no seu quadriênio governamental!”.

Como sinal de protesto, a seção “O Dia” saiu em branco, só com o título, circulado de tarja o pedaço de coluna que ocuparia.

Na edição seguinte, reproduzindo noticiário da véspera, escrevia a redação: “Ainda estamos convencidos de que foram autores morais da horripilante tragédia que vitimou Chacon os cidadãos Ribeiro de Brito e Mário Rodrigues (21), êste último encarregado de suggestionar o infeliz tenente Francisco Melo e dispô-lo à ação criminosa”.

A 17 de maio deixou suas funções o gerente Artur S. Lira. A 24, restabelecia-se a crônica-rodapé “Semanais”, assinada por **Carlos da Maia**, travesti, também, de Aníbal Fernandes. Depois, viria, em substituição, “Aos Domingos”, por **Flávio**. No mês seguinte, reavivava-se um caso de plágio denunciado por Mário Melo, segundo o qual José Pedro Veloso da Silveira, redator d’**O Tempo**, plagiara um soneto. O acusado, por sua vez, “descobriu” um conto plagiado pelo acusador, o que conduziu a acesa polêmica, com vários artigos, de acusação e defesa, do redator do **Pernambuco**.

(20) Só em 1921 foi estabelecida a lei do descanso dominical para a imprensa.

(21) Constituíam uma injustiça do **Pernambuco** as acusações formuladas contra Mário Rodrigues e Ribeiro de Brito, no tocante ao assassinio de Trajano Chacon.

Ao assinalar-se (11 de agosto de 1914) a passagem do aniversário do trucidamento de Trajano Chacon, dedicou-lhe o matutino a primeira página, circulada de tarja, com clichê, editorial e transcrição de um trabalho literário do extinto. No mesmo dia inaugurava-se, na sala da redação, um retrato do jornalista mártir, havendo discursos de Milet e do médico Augusto Chacon, o último dos quais, publicado depois, com tremendos ataques ao governo do General Dantas Barreto.

Na sua crônica, escrevia **Gyp**: “Ainda guardo bem nítida a lembrança quando, no dia em que êle caiu com o cerebro partido, deixando a alma escapulir-se pela brecha do crâneo, às 9 horas da noite veio à minha banca de trabalho perguntar o que havia de nôvo... Eu traduzia telegramas. Não havia nada de nôvo! Êle deu-me as boas noites e saiu. Eu continuei a minha faina, ignorando que aquelas “boas noites” seriam as últimas que me teria que desejar o infelizmente companheiro. Foi um infelizmente, não há dúvida que o foi. No viço completo da vida, êle viu fugir o fio da mesma vida por uma forma tão cruel. Quatro dias antes de morrer, êle nos contava: “Dizem que vão matar o Chacon? Ora essa! Mas antes seja eu que vocês”. E ria-se, friamente, como que um presságio funesto lhe empanasse o brilho do seu sorriso, que era tão franco, tão aberto, tão jovial”.

Por essa época vinha o matutino decaindo. Saía com quatro páginas, três das quais repletas, ou quase repletas, de reclamos comerciais. Matéria, portanto, reduzida: um ou outro suelto contra o governo, alguns telegramas e sucinto noticiário. Como os leitores estivessem rareando, criou-se, para atraí-los, a 8 de agosto, a “Seção Cabalística”, do **Dr. Ramakoff**, que fazia revelações sôbre o caráter, temperamento e aptidões dos consulentes.

Arrastou-se, assim, por mais uns meses, a ex-vibrante fôlha, na qual, havia muito, não apareciam artigos com a assinatura de Henrique Milet, “figura a Rochefort”, segundo **Gyp**, “um desses tipos representativos de Emerson, valoroso, terrível como uma tempestade” (22).

Afastado da liça **O Tempo**, que se transformara em simples órgão oficial, e não mais existindo **A Republica**, ainda polemizou o **Pernambuco**, nos seus últimos dias, com o **Jornal do Recife**, focalizando, principalmente, o chamado “escândalo dos telefones”.

(22) “O dia”, 30-11-1914.

Finalmente, a 12 de dezembro (23) de 1914, após completar seis anos de existência, divulgou a nota a seguir, em tipo corpo 14, abrindo a primeira página: “O dr. Henrique Milet, no intuito de remodelar a feição material do **Pernambuco**, a fim de melhor servir aos seus inúmeros fregueses, resolveu suspender, provisoriamente, a publicação desta fôlha”.

Não reapareceu jamais (**Bib. Púb. Est., Arq. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe**) (24).

1909

A PATRIA — Apresentando sugestivo cabeçalho, em grandes caracteres, tendo ao lado direito o quadro do expediente, surgiu êste vespertino, em edição preliminar, a 11 de fevereiro de 1909, abrindo o texto a nota a seguir:

“Aos nossos amigos dos Estados e aos agentes do correio fazemos remessa de vários exemplares dêste número do nosso jornal, pedindo aos destinatários o obséquio, que muito agradecemos, de distribuírem entre os seus amigos os exemplares recebidos. Contamos ser atendidos, e rogamos de nos darem ciência do recebimento e aceitação que tiver a nossa fôlha”.

Seguiu-se o editorial “O nosso programa”, ocupando mais de duas colunas, onde se lia: “**A Patria** não é órgão de nenhuma seita, de nenhum culto religioso. A sua ação, dentro das instituições vigentes, será a propaganda mais larga e decidida em prol dos direitos do cidadão, tendo por lema — liberdade e justiça. Defender classes ou indivíduos, contra as extorsões, contra as iniquidades, contra abusos, vexames, arbítrios e violências — ou dos potentados ou dos detentores do poder público — é, nos parece, a mais nobre prerrogativa e a missão natural da imprensa digna dêste nome”.

Outro tópico: “Não existisse a imprensa diária, e as massas populares só mui vagamente e nebulosamente entrariam no conhecimento dos seus direitos e deveres cívicos, tão conculcados ainda, a despeito da ação do jornal. O jornal desserve, mas, somente, quando propaga idéias subversivas, quando age a serviço de um ideal condenável. Aliás, mesmo quando realiza uma obra fecunda, todavia, em sua ação se

(23) Não no dia 31, como registou Sebastião Galvão, no seu “Dicionário”.

(24) A terceira das coleções manuseadas é a única completa.

verifica um fato significativo e belo — o livre exercício de um grande direito que tanto custou ao homem. Bem certos disso, e preestabelecendo as normas de nossa conduta num programa concebido com sinceridade e exposto sem reservas mentais, confiamos **A Patria** ao favor público, ao amor do povo, por quem e para quem vai ela viver, — como fôlha democrática e independente que é. Eis aí o nosso programa”.

Ainda na primeira página, abriu-se a seção “Sôbre o gelo...”, duas colunas de matéria batida, com a assinatura de Robert Scott, que fez uma digressão sôbre o frio na história e nos sentimentos, frisando, antes de entrar no tema escolhido para a segunda parte da crônica: “Aqui tratarei de assuntos diversos e sempre estarei pronto para farpear os erros com setas agudas e certeiras”.

Completo a primeira página a “Seção Comercial”, de Raul Greno, crônica assim iniciada: “**A Patria**”, no seu caráter de jornal independente, livre de todo e qualquer compromisso de fação política, destinado a pugnar pelos direitos de todos, na patriótica objetiva do bem comum, dedicará especial atenção ao comércio, êsse grande fator do movimento social de um povo. Assim, **A Pátria** manterá uma seção completa de informações sôbre o movimento comercial de nossa praça e de tudo que se relacione com os seus interêsses”.

Abrindo a segunda página, lia-se: “**A Patria**, fôlha diária vespertina, publica hoje o seu número-programa e, desde já, anuncia ao público que aparecerá, definitivamente e diariamente, na próxima quinta-feira, 18 do mês corrente”.

Com quatro páginas apenas, a seis colunas de composição, 56 cm. de altitude, metade de anúncios, prometeu a direção apresentar completo serviço telegráfico, para o que designara correspondentes no Rio de Janeiro e nos Estados vizinhos, de modo a tornar “**A Patria** o jornal melhor informado” de Pernambuco.

O n.º 1, dando início regular à publicação diária, circulou no dia marcado, trazendo logo, junto ao cabeçalho, um cupão, a ser destacado, ao portador de trinta dos quais era dado “o direito de concorrer ao prêmio de um esplêndido relógio com dedicatória”.

Repetido o artigo de apresentação, a segunda página trouxe uma nota de refôrço, sob o título “É assim que queremos viver”, declarando: “**A Patria**, criada para o povo, deseja e quer ser feita pelo povo. Na nossa humilde tenda serão todos recebidos como amigos e irmãos”. Em conclusão: “Não

aceitamos questões pessoais com quem quer que seja. Seria falhar imperdoavelmente ao principal objetivo dêste jornal. Aceitaremos, sim, discussões quando o caso no-las impuser, contanto que se elas prendam a assuntos de ordem pública e interesse coletivo. Aí e daí jamais fugiremos; aliás, negaríamos, radicalmente e indignamente, a nossa missão. E a essa doblez preferimos a morte. É assim que queremos viver”.

“Órgão defensor das classes laboriosas”, conforme o **slogan** abaixo do título, tinha como redator-chefe Pedro Avelino; redatores — Públio Pugô, Normando Silva e Bruno Pereira; colaboradores — Sérgio de Godoi Magalhães, Sabino Pinho, tenente José da Penha, João Ezequiel e Georgino Avelino. José de Melo era encarregado de angariar anúncios e assinaturas, cuja tabela rezava: ano — 24\$000; semestre — 12\$000. Número avulso — \$100.

Na seguinte edição, advertia-se: “Ao contrário do que se anda por aí a propalar, **A Patria** não tem patrões capitalistas, nem conta como protetores firmas comerciais, desta ou de outras praças”.

Nove dias após haver surgido, o vespertino suspendeu a circulação, a fim de, aproveitando o período das festas carnavalescas, melhorar o seu material gráfico, do que a oficina — situada, com a redação, à rua 15 de Novembro (atual do Imperador), n.º 39 — ainda se achava desfalcada, feito o que sairia às 15 horas, pontualmente.

Reapareceu no dia 25, abrindo a primeira página um “Calendário Católico”. Matéria constituída, sobretudo, de editoriais e notas assinadas, alguns telegramas e raro noticiário. “Às quintas” era o título da crônica assinada por **A.G.R.**

A 4 de março apareceu a seção “Ora sim — ora não”, de **Gil Vaz**, constante de notas e comentários procedentes do Cabo, “uma terra desprovida de jornal e onde os jornais de fora raramente falam a seu respeito”. Surgiram outros colaboradores a saber: Vasconcelos Brandão, Pedro Afonso, Jonas Costa, Giuseppe Fasanaro, Armando Oliveira e Mário Norte, poetas os quatro últimos.

A partir do dia 31, a fôlha alterou sua feição, reduzindo para cinco, mais largas, as seis colunas com que se iniciara, passando a abrir a primeira página, em duas colunas, os “Anúncios Marítimos”. Nitidamente impressa, apresentou nôvo concurso, mediante cupões a prêmio, para apurar quais os três homens que mais honravam o Brasil na atualidade. A escolha recaiu em Hermes da Fonseca, Lauro Sodré e Barão do Rio Branco. O redator Normando Silva foi substituído, a

3 de abril, por Sérgio de Magalhães; e José de Melo assumia, depois, a função de administrador.

Manteve o vespertino demorada campanha contra a **Great Western** (hoje — Rêde Ferroviária do Nordeste), a salientar os artigos assinados por **John Bull**. Procedentes do Rio de Janeiro e, logo mais, da Inglaterra, divulgavam-se excelentes epístolas de **Rastignac** (pseudônimo de Teotônio Freire Filho). Mais colaboradores esporádicos apareceram, em prosa e verso, tais como: Cirilo Maraiial, Araújo Filho, Costa Rêgo Júnior, Arnaldo Ferreira Lopes, Paulino de Andrade, E. Moraes, **Farfarelo**, **Cazério**, R. Dantas e José Barbosa Correia.

Criou-se, em maio, uma modalidade especial de assinaturas para operários: 2\$000 mensais. A 19 de junho dizia uma nota redacional que, decorridos cinco meses, já o jornal com 1500 assinantes, 900 dêles ainda não tinham pago nada. Fazia um apêlo. A emprêsa arcava com dificuldades e prejuízo, pois cada edição custava nada menos de 80\$000...

Tudo empreendia, a direção, no sentido de atrair leitores, adquirir popularidade. Após um plebiscito, sem resultado apreciável, para Presidente e Vice-Presidente da República, **A Patria** abriu concurso para “chefe da oposição pernambucana”, de vez que, devido à renúncia do Barão de Lucena, os políticos da oposição se mobilizavam para organizar um grande partido. Foi mais votado José Mariano Carneiro da Cunha.

Outro concurso dava direito, ao portador de um cupão recortado, a obter dez por cento de abatimento no preço dos bilhetes de loteria vendidos pela casa “O sonho da sorte”.

Após uma suspensão de cinco dias, o vespertino reapareceu a 29 de julho, com o título modificado para **Patria** (nôvo clichê), continuando como “órgão de nenhum partido, de nenhuma seita, de nenhum culto religioso”, mas fazendo sempre, em alentados artigos, a propaganda da candidatura Hermes da Fonseca à Presidência da República.

Permaneceu o corpo redacional, com exclusão de Pedro Avelino, que transferira sua residência para o Rio de Janeiro, passando o jornal à propriedade de “uma emprêsa”, tendo como gerente provisório o redator-secretário Públio Pugô. Enquanto isto, Carlos Cabral encarregava-se da seção de assinaturas e anúncios, e surgiam novos colaboradores: Caitano Galhardo e J. Barjona.

Já em fins de agôsto, encetou campanha contra o “Pa-

namá da Alfândega”, divulgando violentos artigos de crítica à respectiva administração.

Todavia, era cada vez mais precária a situação financeira d’A **Patria**, que, porisso mesmo, só circulou regularmente até 4 de setembro de 1909. Deu, ainda, duas edições, nos dias 9 e 20 (quando largou o último grito sôbre a maroteira da Alfândega), e não mais voltou a lume (**Bib. Púb. Est. e Arq. Púb. Est.**).

1911

REPUBLICA — Diário vespertino, entrou em circulação no dia 3 de outubro (1) de 1911, em formato grande, com quatro páginas de seis colunas. Aos lados do cabeçalho, exibia os slogans: “Pela Pátria” e “Pelo Povo”. Redator-chefe — Oscar Brandão; secretário — João Bartolomeu Bezerra Leite; redatores — Hersílio Lupércio de Sousa, João Barreto de Meneses, José Agripino Regueira Costa, Manuel Alexandrino da Rocha, Gaspar Uchoa, Enéas de Lucena, Barreto Campelo, Luís Gonzaga de Albuquerque Maranhão, Valença Júnior, João Augusto de Sousa Leão, J. Batista Cabral e Raimundo de Oliveira; gerente — Cavalcanti Lima. Redação e oficina instaladas à rua de Santa Teresa n.º 28. Tabela de assinaturas: ano — 20\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 7\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

O artigo de apresentação, assinado pelo redator-chefe, assim começou: “Ao bruxolear da luz da liberdade na pátria pernambucana que, até bem pouco tempo, jazia em pleno negror de um cativo de quase vinte anos, surge a **Republica** em meio da arena da imprensa, como se fôsse uma estrêla perdida na amplidão da noite”.

Noutro tópico: “Órgão essencialmente dantista, obedecendo à orientação sadia e reivindicadora do Partido Republicano Conservador, a **Republica** irrompe à luz da publicidade simbolizando a flâmula auriverde da pátria invencível e heróica de Martins Júnior. Nascido da iniciativa de um punhado de moços que, incondicionalmente, se alistaram nas

(1) O jornal apareceu, realmente, a 3 de outubro. Entretanto, sua impressão fôra retardada, só tendo saído à rua reduzidos exemplares, já noite. Daí, a nota divulgada no dia seguinte: “Em virtude de ter sido esgotada completamente a tiragem de ontem, resolvemos publicar, hoje, a **Republica** em segunda edição.

fileiras da falange libertadora da terra natal da república, moços que mantêm, no coração e no cérebro, imáculas e puras as suas crenças republicanas, êste jornal, que também encontrou guarida na alma generosa do povo, promete, de joelhos perante o altar sacrossanto da pátria, no instante em que se canta a missa solene do civismo, chegar ao sacrifício para a consecução do seu ideal — o ressurgimento da liberdade morta no berço da liberdade.

“É a **Republica** a primeira voz que se levanta, no seio da imprensa pernambucana, proclamando bem alto o nome três vêzes bendito do General Dantas Barreto à direção suprema dos nossos destinos, entregues, por infelicidade nossa, à prepotência e ao absolutismo de governos desonestos e maus”.

Após uma série de imagens e considerações, prosseguiu o articulista: “... como órgão de propáganda, êste jornal desde já declara que não perderá o precioso tempo, que lhe resta para espalhar por tôda parte a semente benéfica e salutar da candidatura Dantas Barreto, com discussões e polêmicas ingratas e estéreis”.

Concluiu Oscar Brandão afirmando que o General Dantas Barreto era “a legenda da **Republica**”.

Desde a primeira edição, prosseguindo até igual data do outro mês, metade da primeira página do jornal foi ocupada por um clichê, com o título “Salve, Dantas!” e a seguinte legenda, em tipos vistosos: “Futuro Governador de Pernambuco — a despeito de tôdas as manobras da oligarquia Rosa e Silva, e só pelo concurso espontâneo e patriótico do povo pernambucano, legatário fiel das gloriosas tradições da nossa história”. Verificadas as eleições no dia 5, publicou-se a nota acima, pela última vez, a 7 de novembro, alterada a primeira linha da legenda para: “Governador eleito de Pernambuco”.

Além do artigo político, sueltos, noticiário e resumido serviço telegráfico, inseria seções satírico-humorísticas, em prosa e verso, sempre abordando assuntos políticos, tais como: “Piadas e peiadas”, por **Aristófanes** (Oscar Brandão); “Da brecha”, por **Zero** (Barbosa Viana), “Versus-Rosa”, de **Rosalio Silva**; “De leve”, crônica de **Hermes Sandoval** (pseudônimo de Horácio Saldanha), “Traço e risco”, de **Rabiscador**.

Logo no dia 11 de outubro, ao passo que era admitido no quadro Barbosa Correia, os redatores Hersílio de Sousa e José Agripino Regueira Costa passaram à categoria de cola-

boradores, “por não poderem escrever ativamente”. Outros, do período inicial, foram Tomaz Caldas Filho, Gervásio Fioravanti, Antônio José da Costa Ribeiro, Luís Gonzaga de Araújo e João de Moura Santos.

Ao ensejo da campanha movida contra a administração estadual, exercida, interinamente, por Estácio Coimbra, empenhou-se a **Republica**, a partir do dia 20 do referido mês, em polêmica com o **Diario de Pernambuco**, atacando-o desabridamente. Na edição de 26 estampava o seguinte: “Compre-se nesta redação, por preços convidativos, qualquer porção de rifles, revólveres, pistolas e fuzis Mauser, importados pelo govêrno do Estado e distribuidos na redação do **Diario** aos capangas e **escora-empregos**”.

Dois dias após, divulgava-se a seguinte “Resolução”: “A **Republica** resolveu, como medida profilática, estabelecer um cordão sanitário entre as suas colunas e as “Publicações a Pedido” do **Diario de Pernambuco**, pelo que deixa de responder às sandices que nelas se contém”.

O destemido jornal criticava, depois, **O Paiz**, do Rio de Janeiro, que se vinha ocupando da política pernambucana, em defesa do Governador Estácio Coimbra e da política do Conselheiro Rosa e Silva, finalmente derrubada no pleito de 5 de novembro, o que levou o editorialista a proclamar, no dia 9: “Está derrotada, numa eleição libérrima, a oligarquia pernambucana”.

Mas, ocorreram distúrbios, nas ruas, cometidos por elementos exaltados, e, no dia 11, a **Republica** dizia haverem partido tiros da sacada do **Diario**, reptando o velho órgão (suspenso por fôrça das circunstâncias), a voltar à circulação “para relatar a verdade dos fatos”. Depois, chamava “cínico e perverso” a Estácio Coimbra e “esfinge por conveniência” ao **Diario**. Quando êste reapareceu, após alguns dias, continuou sob o impacto das penas desabusadas da fôlha dantista. Também o **Jornal do Recife** foi alvo de críticas tremendas, devido à sua atitude de conveniente neutralidade.

Não tendo circulado nos dias 25 e 27, publicou um **Boletim da Republica** (sem data), cujo artigo inicial declarava que, em consequência dos preparativos bélicos da polícia, o pessoal das oficinas preferia “estar nas ruas da cidade, pronto à defesa da liberdade e da honra de Pernambuco”; daí não sair o jornal, conseguindo-se a muito custo preparar um boletim. Outro artigo, sob o título “Sangue! Sangue!”, chamava Estácio Coimbra de “bandido”, “assassino”, “Nero per-

nambucano”, “cachorro danado” e “rafeiro semvergonha”, acentuando: “... caso S. S. persista em matar os filhos do povo, não estarão muito longe de terminar os seus dias de vida”. E concluiu: categoricamente: “Mate porque receberá o trôco em moeda corrente”. Um terceiro editorial tinha o título “Imprensa indigna”, aconselhando o povo a desprezar o **Diario de Pernambuco** (já novamente suspenso) e o **Jornal do Recife**. Finalmente, Gonçalves Maia assinou um comentário sobre “A situação”. Tôda essa matéria foi reproduzida na edição de 28 de novembro.

A cidade voltara ao ritmo normal, vindo a **Republica** a aconselhar, em **Boletim** do dia seguinte (2) e na edição do dia 30, a máxima calma à população, que poderia confiar nas medidas tomadas pelo General Carlos Pinto, inspetor da Região Militar.

Não obstante o grande espaço ocupado pelos acontecimentos políticos, foram criadas novas seções satírico-humorísticas nas colunas do vespertino, em substituição às primeiras, tais como: “**Surprésas**”, por **Cyrano**; “**Cáusticos**”, de **Romeu do Val**; “**Chispas**”, por **X.Y.Z.** (também Oscar Brandão), e a crônica “**Semana-Pathé**”. Publicavam-se artigos esporádicos de Gonçalves Maia e Edgar Neto. Ao noticiário social foi dado o título “**Fatos do Lar**”.

Passada a efervescência política, Dantas Barreto no poder, a fôlha tornou-se essencialmente noticiosa e variada, até que, com o n.º 68, de 10 de janeiro de 1912, ficou suspensa. Reapareceu onze dias depois, com o título modificado para **A Republica**, alterando-se-lhe o formato para cinco colunas de 14 cíceros, em lugar das seis mais estreitas, tendo crescido também cinco centímetros na altura. E passou de vespertino a matutino.

Do longo artigo de apresentação da nova fase, sob o título “**Era Nova**”, vale destacar o período inicial: “Órgão dantista, ontem, na comburência dessa luta insofrida, voltamos hoje à atividade de imprensa, sob o mesmo patrocínio. Mudamos de feição material e combativa, mas o nosso ideal de hoje é o mesmo de ontem, porque se traduz na legenda dêsse

(2) O **Boletim** do dia 29 (coleção Abelardo Rodrigues) continha um único editorial e o telegrama a seguir, de Dantas Barreto a Ribeiro de Brito, procedente do Rio de Janeiro: “Acredito fôrça policial já esteja recolhida quartéis e cidade condições normais. Acabo chegar da residência do sr. Presidente da República, onde tratamos da ordem aí”. Só o primeiro **Boletim** consta do acêrvo da Biblioteca Pública do Estado.

nome. Assim estreamos a campanha republicana, que colocou à frente do governo o mais digno para esta obra de agitação, de incitação, de remodelação social. Agora desejamos auxiliá-lo com a mesma dedicação e o mesmo desinteresse dos dias tormentosos de combate”.

Em nota abaixo do editorial, dizia não apresentar ainda feição definitiva, pois sua direção pretendia instalar tipografia no mês seguinte. Na segunda página estampava-se a seguinte “Declaração”: “Para evitar dúvidas futuras, declara a empresa d’**A Republica** que, encetando fase absolutamente nova em sua vida jornalística, nenhuma responsabilidade tem com relação aos compromissos de qualquer espécie tomados pela antiga direção deste órgão”.

Dirigido, a partir de então, por João Ribeiro de Brito, a função de redator-chefe foi entregue a Mário Rodrigues, sendo redatores Gaspar Uchoa, Barreto Campelo e João Augusto de Sousa Leão; gerente — Antônio Martins Filho. Como colaboradores efetivos, figuravam no Expediente: Gervásio Fioravanti, Luís Gonzaga de A. Maranhão, José A. Regueira Costa, João Barreto de Meneses, João B. Bezerra Leite, Joaquim Pessoa Guerra, Tomaz de Carvalho, Sílvio Cravo, Augusto Rodrigues e Luís de Gois, os quais, em geral, pouco ou nada escreveram.

Permaneceu sem alteração a tabela de assinaturas, criando-se, todavia, a parcela “fora da capital”, com os preços de 24\$000 e 14\$000, por ano e por semestre, respectivamente.

A parte intelectual sofreu substancial modificação. Além de serviço telegráfico melhorado e dos editoriais sobre diferentes assuntos, sobretudo econômicos e de política geral, inseria variado noticiário, dividido pelas seções: “Crônica dos Fatos”, “Notas oficiais”, “Vida Social”, “Religião”, “Comércio”, “No mar”, “Os mortos”, “Registo Policial”, “Teatros e Cinemas”, “Indicações Úteis”, etc., acrescentando pouco mais de uma página de anúncios.

Logo na segunda edição o matutino rebateu um artigo do **Diário de Pernambuco**, declarando-o vasado no “estilo de perdigoto sentimental” de Elpídio de Figueiredo. E iniciou, com a assinatura **Luz**, uma seção de sonetos, sem título fixo, misto de ironia e sátira política, o primeiro sob a epígrafe “**A Republica**”, cujos tercetos vão abaixo transcritos:

“Em nome do direito, ei-la de nôvo!
Venceu na luta contra a tirania,
Há de vencer na paz em prol do povo.

Não há mais o rosismo vil, caduco...
E ei-la, afinal, pela democracia,
Republicanizando Pernambuco..."

"Toques e retoques", de **Tenório**, outra matéria interessante, mas de curta duração, dizia ser uma seção sem programa, "sem preocupações doutrinárias nem meticuloso apuro de forma". Passou, igualmente, a transcrever, por algum tempo, um conto diário, continuando as crônicas de **Hermes Sandoval**, vindas da fase anterior.

Tornou-se, assim, **A Republica** mais movimentada, apresentando matéria variada, inclusive "História Antiga de Jèan Petit; "No Estrangeiro", com a inicial S; "Agricultura", por J. A. de Sousa Leão; "Coisas de Humor", crônica ligeira de **Rastignac** (travesti de Teotônio Freire Filho); "Chá de garfo", por **Orion**, e, a 5 de fevereiro, iniciava-se a publicação da novela "Maria Moisés", de Camilo Castelo Branco.

Permanecia, enquanto isto, a fúria dos ataques ao **Diario de Pernambuco**, a respeito do qual escreveu a 3 de fevereiro de 1912: "... cainçada hidrofóbica, porção de indivíduos gritadores, sem talento"; "nunca se reuniu numa imprensa uma família tão curiosa de tartufos".

Outro exemplo de linguagem violentíssima contra o **Diario**, no dia 14: "Rato de esgôto, serpe venenosa, sai-te daqui com os teus ditirambos à liberdade. Pernambuco inteiro te conhece. Afinal, que desejas agora, quando estão sentinelas à porta do Tesouro e o teu diretor vai aos interrogatórios da polícia?".

A 1 de março assim concluía um artigo de quatro colunas: "Entre Dantas Barreto e Rosa e Silva há a diferença que se afirma entre um bravo e um bandido, um puro e um ladrão".

Sobreveio, porém, um período de normalidade, sem politiquices, ocupando-se os editorialistas de temas os mais variados. Tendo como gerente João Rubim de Carvalho, **A Republica** tomou nova feição a partir de 27 de maio, mediante a aquisição de moderna tipagem, inclusive a substituição do clichê do cabeçalho, melhor distribuição da matéria, títulos vistosos nas reportagens e entrevistas.

Começou a divulgação, em folhetim, do romance "Crime e Castigo", de Dostoiewsky, traduzido por Câmara Lima. A terceira página foi ocupada pela "Última Hora" local e telegráfica. Outras seções: "Comércio e Finanças"; "Colu-

na Operária”, por João Ezequiel; “Para desopilar o fígado” e, em rodapé, “Trânsito no mar”, só ficando destinada a anúncios a quarta página.

Do cabeçalho foi retirada a indicação “Órgão Dantista”, substituída por “Propriedade de uma Associação”. Afóra o corpo redacional e o diretor mencionados no início da segunda fase, eram redatores auxiliares: Oscar de Sá Cavalcanti, José de Sá, Da Costa e Silva, Aristeu Pires de Oliveira, Alfredo Pôrto da Silveira, José Fernandes da Silva e Edgar Neto, sendo Clóvis de Holanda um dos revisores. Só apareciam artigos de colaboração de raro em raro, assinados por Pedro Lemos, de Limoeiro.

A partir de 8 de junho, publicou-se, durante algum tempo, a nota a seguir: “A empresa **A Republica** declara que adquiriu por compra — dinheiro à vista — todo o material de suas oficinas, sem onus de qualquer espécie, conforme cláusula exarada no contrato de transferência”.

A 25 do referido mês ocorria a primeira edição especial, de oito páginas, em papel assetinado, exibindo diversos clichês. Foi dedicada ao município de Pesqueira (3), incluindo longo trabalho de Esmaragdo de Freitas, intitulado “Uma página de psicologia sertaneja”.

Edição maior, única com 12 páginas, foi a de 12 de agosto, continuando a enquete “A vida nos municípios”, na qual se englobaram os de Pedra, Buíque e A'agoa de Baixo (hoje, Sertânia).

No mês anterior — 20 a 26 de julho — o jornalista Trajano Chacon, demitido do cargo de delegado do 2.º distrito policial, foi alvo de rudes ataques d'**A Republica**, defendendo-se através do **Pernambuco**.

Em sua ascensão como jornal moderno, bem paginado, continuava o órgão de Ribeiro de Brito a divulgar boas reportagens, entrevistas e enquetes, como, em agosto, a seguinte: “Quem é pelo divórcio? Quem não é pelo divórcio?”, a propósito de um projeto favorável do deputado Floriano de Brito. Em setembro, o envenenamento coletivo do Colégio da Jaqueira ocupou grande espaço da fôlha, que ainda divulgou boletins noticiosos e circulou, em edição extra, no dia 8, domingo.

(3) No dia 21-4-1912 (dois meses antes daquela edição especial), noticiara o **Jornal do Recife** que o industrial Antônio Didier, de Pesqueira, constituíra advogado para pedir, em Juízo, a exibição de autógrafos dos artigos que a seu respeito vinha publicando **A Republica**.

A 5 de novembro de 1912 (seis páginas), homenageou o primeiro aniversário da eleição do Governador Dantas Barreto, cujo clichê figurou no primeiro plano, em meio a longo artigo sob o título: "O homem que a pátria precisa".

Na mesma edição, ocupando mais de uma página, foi divulgado um capítulo do livro de Dantas Barreto — "A destruição de Canudos". A guisa de subtítulo, em seis colunas, lia-se: "Chamamos a atenção dos nossos leitores para a beleza e a majestade dessa página de mestre, onde se ajustam as fulgurantes qualidades de prosador do literato insigne, que, primeiro no heroísmo, é também uma das glórias mais conspícuas das letras nacionais".

Em igual data, o Clube Republicano Martins Júnior realizou uma manifestação de aprêço a **A Republica**, oferecendo-lhe, entre discursos e cerveja, três quadros: os retratos de Dantas, Martins e Ribeiro de Brito os quais foram apostos na sala da redação.

O corpo redacional, desfalcado, a 12 de dezembro, de Barreto Campelo, contava, então, com novos elementos, como Sílvio Cravo (de volta), Artur Leal de Barros, Carlos Vanderlei, João Jungman Filho, Tondela Júnior e João Marinho Filho, aí incluídos os revisores. Era gerente Martins Filho.

A partir do referido mês o vespertino saiu com seis páginas diárias, adotando novas seções, que se substituíam de quando em quando. As últimas criadas foram: "A súmula d'**A Republica** de ontem", "Notícias em três linhas"; "Várias" e "Pequenos despachos", pulando os telegramas de "Última Hora" para a quinta página, em rodapé.

Não passou do seu natural a edição de 21 de janeiro de 1913, só lembrada a data do aniversário da segunda fase com uma nota sucinta, seguida, na primeira página, de fotografação de Dantas Barreto, ladeada por um mapa das despesas do Estado, abaixo do qual se dizia: "Pela primeira vez no Brasil, quer na Monarquia, quer neste regime, um governo consegue tamanhos resultados econômicos".

A 3 de março anunciava a empresa completa transformação, de modo a poder tornar-se "uma das maiores tipografias do Norte do país" e, como estivesse o matutino destinado "a ser um repositório de informações imediatas sobre os múltiplos aspectos da vida econômica, política e social do país", reorganizara o corpo de redatores, o que iniciou com a conquista do deputado operário João Ezequiel, ao passo que contratara novos colaboradores. Dias depois, aparecia

a seção "A Semana Chic", aos sábados, constituída de crônica elegante, notas sociais e fotografias de damas da melhor linhagem do Recife.

No dia 14, organizava-se a "Sociedade Anônima A República", destinada a "transformá-la num grande órgão de publicidade", tendo como incorporadores Ribeiro de Brito e Mário Rodrigues.

Devido à remodelação de todo o material gráfico e transferência da redação e oficina para a rua General Abreu e Lima ns. 3 e 5, foi suspensa a circulação a 27 de abril, voltando no dia 2 de maio, o formato ligeiramente acrescido, apresentando novas seções e minucioso serviço informativo sobre política, comércio, indústria, ciências e artes. Em papel róseo, como de costume, reuniu doze páginas, para continuar com oito.

No primeiro editorial, dizia o articulista: "Vencemos, sobretudo, porque está vitoriosa a causa dantista", "a causa republicana". Após uma série de considerações em torno da política pernambucana sob a bandeira do General Dantas, concluiu que **A República** mantinha os mesmos intuítos, servindo de "veículo para levar ao país os sentimentos da luta que purifica".

Começou a divulgação das célebres cartas de Pierre Loti, sobre a questão dos Balkans, extraídas do livro "Turquia agonizante", em tradução especial. E uma página foi dedicada ao Dia do Trabalho (ocorrido na véspera), em homenagem ao operariado pernambucano, contendo clichês dos respectivos líderes e artigo de João Ezequiel.

Como novo colaborador, surgiu Sousa Filho assinando o artigo "Micrólogos". Vieram as "Pitadas", por **Marisco**, e criou-se, aos domingos, uma página de "Arte — Literatura — Crítica — Modas — Variedades". Ofereceram-se anúncios gratuitos, de três linhas, aos pequenos proprietários e agricultores, e se estabeleceu um prêmio de 2:000\$000, mediante sorteio dum cupão permutado com o leitor por cinquenta cabeçalhos do jornal.

Outros colaboradores: Alfredo de Carvalho, Viana de Carvalho (sobre Espiritismo), Manuel Arão com a série "Espiritismo e Catolicismo" (4), e Sinfrônio Magalhães, que enviava crônicas de Paris. Surgiu em junho a seção "Teatro-

(4) Essa série de artigos prolongou-se até o XII, continuando no Pernambuco.

Notas Sociais-Notícias-Sensações”, cujo título ocupava tôda a largura da página.

De 22 a 26 de junho e de 1 a 4 de agôsto, Mário Rodrigues defendeu-se, em longos e violentíssimos artigos, contra graves acusações de Henrique Milet, feitas, através do **Pernambuco**, à sua honorabilidade no desempenho da função que exercia, de Curador de Ausentes.

Tendo ocorrido, na noite de 11 de agôsto de 1913, a agressão, e morte, na primeira hora do dia 12, de Trajano Chacon, **A Republica** dedicou ao acontecimento grande espaço, encetando mesmo campanha para a descoberta dos criminosos. Entretanto, fôra acusada, pelo órgão oposicionista **Pernambuco** (onde trabalhara o extinto), de responsabilidade no caso, o que motivou uma declaração (dia 14), assinada pelos redatores João Augusto de Sousa Leão, José de Sá, Gaspar Uchoa, João Ezequiel, Sílvio Cravo e Alfredo Pôrto da Silveira (5), os quais repeliram a insinuação, como o fizeram, igualmente, em mais de um artigo, Augusto Rodrigues, em defesa do irmão Mário Rodrigues, e êste último, diretamente visado como cúmplice, acendendo-se mais uma polêmica entre os dois diários. Finalmente, declarou o juiz Artur Silva Rêgo (dição de 29) não haver, em todo o inquérito, a que presidiu, nenhuma alusão ao pessoal d'**A Republica** (6).

Passada a efervescência, o matutino abriu espaço, em setembro, para a seção “Ecos d’acolá, d’ali e d’aquí”; mais artigos de Artur Rubens, em francês, procedentes de Bruxelas, e, a partir do dia 29, a “Crônica da Semana”, de Fábio Ribas, abrindo a primeira página.

(5) Foi Alfredo Pôrto da Silveira a primeira pessoa a tomar providências após o crime. Passava êle num bonde, quando ouviu gritos de mulher imprecando socorro; desceu e, reconhecendo Trajano Chacon, solicitou a presença de médico e polícia. No dia seguinte, em artigo intitulado “Assassinos e covardes”, advertiu à sociedade pernambucana que ficasse descansada, pois o General Dantas Barreto dissera: “Quem quer que seja o criminoso, pagará”.

Esclareceu **A Republica** que Trajano Chacon se encontrava afastado das lides da imprensa havia mais de dois meses (quando deixara o corpo redacional do **Pernambuco**) e vivia, igualmente, alheado às paixões políticas, acrescentando: “S. s. parecia votar-se a uma calculada reclusão, fugindo a qualquer evidência”.

(6) Em relatório apresentado ao govêrno, divulgado a 5 de setembro, o desembargador concluiu pela culpabilidade do coronel Francisco Melo, chefe de Polícia, e de outros oficiais e soldados, denunciados, dias após, perante a justiça, pelo promotor Barreto Campelo. Foram, porém, absolvidos em abril do ano seguinte.

A 1º de outubro, iniciou o tenente José da Penha uma série de artigos contra a oligarquia dominante no Rio Grande do Norte, assunto de que o jornal já se ocupava desde algum tempo, inclusive através de artigos assinados pelo jornalista José de Sá, que lá estivera, em função de reportagens, fazendo causa comum com aquêle militar, em reuniões e comícios e deitando discursos. Outros colaboradores, de temas gerais, foram Umberto Carneiro e Mário Vanderlei.

Enquanto isto, prosseguia a polêmica (7) de caráter político, com o **Pernambuco**, chamado “o órgão estercorário”, “o órgão do meretrício”, cujo diretor, Henrique Milet, e cujos redatores principais, então Turiano Campelo e Mário Melo, eram alvo de tremendos ataques.

Dentre as seções ligeiras do jornal de Ribeiro de Brito, destacava-se a “Sobra das Sobras”, de sátiras e ridículo, em contradita às “Sobras”, do contendor, não havendo trégua no matraquear de invetivas de parte a parte.

A 31 de dezembro escrevia a redação: “Tornou-se uma obsessão para o **Pernambuco** atacar Mário Rodrigues, a propósito dos seus atos, seus passos, seus gestos, suas palavras. Questão de niques”. Diante do que, avisava aos leitores que transcreveria, desde o momento, tôdas as descomposturas assacadas contra êle.

O matutino vinha, porém, perdendo sua característica de jornal moderno, movimentado e atraente. Nas suas oito páginas já se contavam seis de anúncios; e, desde setembro, deixara de dar doze páginas aos domingos, o que não ocorreu nem mesmo a 19 e 20 de novembro, edições comemorativas do aniversário da gestão de Dantas Barreto na governança.

Ao iniciar-se 1914, vencendo concorrência, veio **A Republica** a tornar-se órgão oficial do Estado (8) e da Prefeitura do Recife. Voltou, assim, a dar algumas edições de dez páginas e, às vêzes, doze, por força do excesso de matéria proveniente das repartições e da publicidade comercial, serviço, êste último, que passara à direção de Jaime de Sousa. Só

(7) “A polêmica, segundo Aníbal Fernandes, sempre fôra, aliás, do gôsto do jornalismo pernambucano” (“Jornais e jornalistas do meu tempo”).

(8) Da concorrência — escrevera **O Tempo**, a 28-12-1913 — participaram três emprêsas jornalísticas, com as seguintes propostas para publicação dos atos oficiais durante todo o ano de 1914: **O Tempo** — 5:110\$000; **Diário de Pernambuco** — 2:000\$000, “facultando ao govêrno a redução dos 200 exemplares, à razão de 30 réis; **A Republica** — 1:900\$000.

um colaborador, Ferdinando Borla, aparecia, a par da seção "Tarecos", de versos chistosos, por **Xiquinho**, e da matéria comum.

Estácio Coimbra, diretor d'**O Estado de Pernambuco**, defensor da política decaída do Conselheiro Rosa e Silva, era, então, objeto de ataques d'**A Republica**, que, a partir de 15 de fevereiro, se transformou, novamente, em vespertino e voltou a ser impressa em papel róseo. Do seu já bem reduzido corpo de auxiliares da redação fazia parte Ildefonso Lopes, como revisor.

Os atos oficiais, publicados a partir da terceira página, foram transferidos, desde o dia 16, para a primeira, ficando unicamente aquela destinada ao noticiário e ligeiros comentários.

A edição de 25, ainda de fevereiro, com grande tarja e clichê, foi dedicada à morte, ocorrida três dias antes, do então capitão José da Penha, quando, em luta com cangaceiros de Floro Bartolomeu, defendia a autonomia do Ceará, feito comandante de tropa.

Arrastou-se o órgão oficial do govêrno até 25 de abril de 1914 (9), quando saiu à luz sua última edição (**Bib. Púb. Est. e Arq. Púb. Est.**).

1912

O NORTE — Surgiu no dia 9 de janeiro de 1912, em formato de 52 x 36, com oito páginas a cinco colunas de 14 cíceros. Diretor — Rodolfo Gomes Filho; redatores — Neto Campelo, Baltazar Pereira (1), Gonçalves Maia, Gouveia de Barros, Raul Azêdo e Francisco Tondela Júnior, funcionando a redação e escritório na rua do Imperador nº 33, 1º andar. Tabela de assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; para fora da capital — 28\$000 e 14\$000, respectiva-

(9) Três dias após, a direção d'**A Republica** fez inserir, n'**O Tempo**, uma "Solicitada", na qual dizia que, tendo a empresa entrado em liquidação convidava os credores a apresentarem suas contas, no prazo de trinta dias, para o devido pagamento.

(1) Por inexplicável lapso, constou do Vol. II desta obra (pág. 211), que terminara em 1911 a atuação de Baltazar Pereira na imprensa de Pernambuco, quando findou, tão somente, seu trabalho n'**A Provincia**. Ver-se-á páginas aulante, que aquêle que, na opinião de Mário Melo (in **Diario de Pernambuco**, de 24-5-1925), "gozou, por muito tempo, do justo título de príncipe dos jornalistas pernambucanos", além de outros diários em que colaborou, atingiu 1917 feito um dos redatores principais d'**A Ordem**.

mente. Preço do exemplar — \$100. Impresso na tipografia de Júlio Agostinho Bezerra, à mesma rua, ns. 31-33.

Apresentou-se com dois editoriais. No primeiro — “O nosso rumo” — focalizou “o despotismo rosista”, derribado após 18 anos de poderio, e a necessidade de reerguer Pernambuco do marasmo e da rotina, o que requeria “a colaboração de todos os cérebros prestáveis e dignos”. Daí, o seu aparecimento, para “tomar um lugar nesse concerto de boas vontades que se harmonizam para coadjuvar a administração do Estado”.

No segundo, sob o título “Este jornal”, lia-se: “**O Norte** é uma fôlha destinada a prestar serviços ao público, mantendo o propósito de informar os seus leitores, do modo mais completo possível, não somente quanto aos fatos de qualquer ordem, desenrolados na cidade, senão também quanto ao que disser respeito ao movimento social, político, artístico e literário do Estado e do país”.

Noutro tópico: “Subordinado a uma orientação eminentemente prática, para a qual o jornal deve abandonar, o mais possível, a esfera social, que é de si mesma estreita e apoucada, **O Norte** deseja elevar-se ao nível doutrinário, ao plano de tôdas as questões que se relacionem com o bem da coletividade”.

Em conclusão: “**O Norte** abrirá suas colunas aos que tiverem necessidade de pedir a proteção do Estado. Ele quer, sobretudo, assumir um aspecto popular, representar a consciência da coletividade, ser de todos, traduzir, na sua expressão máxima, as alegrias e as dores da multidão para quem é feito. Se alcançarmos este fim, teremos realizado uma grande obra, um trabalho imenso em prol da civilização, que tem na imprensa uma força propagadora das suas conquistas”.

Constituído de noticiário bastante copioso, substanciosos editoriais, serviço telegráfico do país e do exterior, informações comerciais e oficiais e inteligente distribuição de publicidade comercial, foi o nôvo diário um dos mais bem feitos da época, quer intelectual, quer materialmente (2).

Apoiando, discretamente, a administração estadual, enfrentou ataques do **Diário de Pernambuco**, o incansável defensor da política rosista decaída.

Contou com a colaboração esporádica de João Barreto

(2) Em carta datada de 31 de janeiro de 1912, escreveu Mário Melo: “É realmente o primeiro jornal moderno que surge em nossa terra”.

de Meneses, Eurico de Sá Pereira, José Simões Coelho, Leal de Barros, Luís Gonzaga de Almeida Araújo, Joaquim Guerra, Fernando Griz, Artur Orlando, Luís de Gois, Mendes Martins, Aprígio de Castro, Antônio Vicente de Andrade Bezerra, Madame B. de Cabanas (“As modas”) e Lizá Diniz, ao passo que Joaquim Pimenta mantinha o comentário “Dia a Dia” e Domicio Rangel apresentava artigos quase diários. Apareciam raros pseudônimos, a salientar **Pan**, autor da crônica “Maravalhas”, enquanto **C.** assinava uma seção humorística em versos.

Não perdurou, contudo, a vida d’O Norte, cujo nº 41, de 18 de fevereiro, abriu sua primeira página com a nota a seguir: “Não comportando absolutamente as oficinas em que está sendo impressa esta fôlha a sua publicação diária nas proporções exigidas pelo aumento constante da matéria, resolvemos suspender sua publicação até que nos chegue da Europa o material de que necessitamos”.

Foi definitiva a suspensão (**Arq. Púb. Est., Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir.-UFPe.**).

O TEMPO — Matutino de orientação dantista, seu primeiro número foi publicado a 23 de novembro de 1912, tendo como redator-chefe Gonçalves Maia e diretor-gerente Afonso Augusto de Brito Taborda (1). Com quatro páginas de sete colunas, lisonjeira feição material, impressão nítida, apresentou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000; fora da capital: 28\$000 e 14\$000 por ano e semestre, respectivamente. Número avulso — 100 reis. A redação, junto à oficina, estava localizada à rua 15 de Novembro (hoje do Imperador) nº 39.

Quase duas colunas inteiras ocupou o artigo-programa, dêle constando o seguinte tópico: “Órgão do Partido Republicano Conservador, que no país prestigia a administração benemérita do preclaro Marechal Hermes da Fonseca, e entre nós obedece à orientação superior do cidadão eminente por todos os títulos que atualmente dirige os destinos políticos de Pernambuco, tem êste jornal a sua norma de ação naturalmente indicada. Ela se acha virtualmente traçada nos moldes magistras em que o insigne General Dantas Barreto expôs, com a costumada clarividência, o programa do seu govêrno, no dia para sempre memorável em que os diferentes

(1) Embora figurando no cabeçalho, o senador Afonso Taborda só alguns meses depois ocupou a gerência, exercida, inicialmente, por José Gaioso, membro do corpo redacional.

grupos da antiga oposição à situação decaída, acompanhados, num admirável movimento de espontaneidade, por tôdas as classes ativas do nosso meio, sagraram a S. Ex.^a como seu supremo diretor político”.

Depois de examinar a ação administrativa do patrono estadual, adiantava **O Tempo**: “Modestos colaboradores, que seremos, da obra generosa e patriótica do ilustre General Dantas Barreto, nada pretendemos mais do que seguir-lhe os nobres e admiráveis ensinamentos. E que não recuaremos dessa rota, diz-nos o entusiasmo que tão elevados intúitos nos despertam”.

Ao iniciar uma série de artigos intitulados “Idéias e fatos”, escreveu Joaquim Pimenta: “Há uma orientação nova no jornalismo de hoje, ou por outra, uma **desorientação**. O jornalismo de agora não é o mesmo de cinquenta anos atrás; assumiu, com a marcha vertiginosa da civilização, nestes últimos tempos, uma feição completamente diversa da primitiva. O jornalista de outrora primava pela idéia, agia dentro de um círculo que as suas convicções filosóficas, literárias ou políticas lhe traçavam; considerava-se senhor da opinião, imprimia-lhe uma direção definida, sem trair, porém, os seus princípios, sem quebrar aquêlo círculo que era, por assim dizer, o limite da sua própria personalidade moral. O jornal era uma unidade complexa, em que se ajustavam, harmoniosamente, os interesses de um partido, as crenças de uma seita, as idéias de uma escola.

“Hoje, porém, acontece o contrário: não é mais o jornalista que forma e dirige a opinião; esta é que lhe dita o programa de ação, é que lhe traça o rumo a seguir. A sua missão consiste em arranjar os assuntos, de tal modo que o povo, lendo-os, se reconheça estereotipado através das quatro colunas do periódico. Tais assuntos caracterizam-se, não só pela preocupação do que há de mais banal, de mais superficial, como também pela insistência em avivar, tanto quanto possível, êsse gôsto depravado das massas pela narrativa de fatos escandalosos ou de crimes excessivamente emocionantes.

“Atualmente, os jornais de maior circulação são, com efeito, aquêles que melhor cristalizam a alma polimorfa e grosseira das multidões, que fotografam as suas paixões, os seus ódios, os seus instintos mais obscuros, os seus hábitos mais extravagantes ou ridículos”.

“Modos de pensar” foi o título de uma crônica com a assinatura **Roberto Mill**, o qual prometeu, sempre que lhe permitissem as ocupações, expender “o seu juízo, o seu modo de

ver sôbre personalidades, sôbre fatos, sôbre idéias, enfim sôbre tudo que interessar ao público, em linguagem fácil, chã, acessível a todo mundo”, comprometendo-se, formalmente, a “ser sincero e só falar do que souber”.

Sob a epígrafe “Tribuna operária”, começou interessante seção dedicada ao estudo de todos os assuntos atinentes “ao operariado urbano e rural”. Seria “um registro de fatos, observados com a maior isenção de ânimo”. Seu primeiro artigo foi “Teatro do povo”, da autoria de Leal de Barros.

Apresentou **O Tempo** variado noticiário, dividido entre a primeira e a segunda páginas, localizados na terceira o folhetim-romance, o serviço telegráfico e informações comerciais, sendo os anúncios distribuídos em meio à matéria e na quarta página.

No segundo número iniciava-se a inserção, em rodapé da primeira página, de um “Folhetim Dominical”, da autoria de Frota Pessoa. Surgiu, igualmente, a seção “Retalhos”, assinada por Ad. Simões, constituída de crônica, que não seria divulgada “todos os dias para não esgotar a paciência do leitor”, mas abrangeria todos os assuntos, “de modo franco e em linguagem compreensível”.

Outra boa seção teve comêço no terceiro número, intitulada “Prosa ligeira”, com a assinatura de L. de B. (depois, Leal de Barros), que esclareceu em sua crônica, bem temperada de humor: “Para repouso do espírito, solicitado pelas leis do ritmo do pensamento, eu virei algumas vêzes trazer um pequeno contingente: fatos históricos, ciência, etc., do gênero chamado literatura amena, deixando os grandes problemas para os grandes calculadores”.

Já a 27, ainda de novembro, apareceu Fernando Griz assinando “Minhas notas”, constituídas de “ligeiras observações sôbre homens e fatos de nosso país e de nosso tempo”. Foram outros colaboradores, revezando-se: M. Paulino Cavalcanti, numa série de artigos sob o título “As madeiras pernambucanas”; Luís de Gois, autor de “Traços da revolução”; José Estelita; B. L. (José de Barros Lima), que assinava “Gramatiquices” e “Lições de Pedagogia”, o mesmo **Bruno Latona** da seção “Nugas”, sôbre temas de linguagem; G. S. Pais de Andrade, Silviano de Rangel Moreira, Raul Azêdo, João Fioravanti, etc.

A proporção que a fôlha seguia sua jornada, as seções sucediam-se, tais como “Memorandum” (informações úteis em poucas linhas); “Boatos” (notinhas políticas dosadas de humorismo), por **Sérgio** (pseudônimo de Baltazar Pereira); “Rufos” (versos satírico-humorísticos), de **Tambor**; “No Hel-

vética”, sonêto de **Max Moreno**, e “Traços e Troças”, a cargo de **Jack Vulcano** (ou seja, Severo de Barros) colaborava na “Tribuna Operária”. O folhetim-romance passou para o rodapé, saindo ora na segunda, ora na quarta página. Ocorria, também, a “Crônica Estrangeira”, assinada por **D.** As quintas e domingos, dava seis páginas.

Na data do primeiro aniversário do governo de **Dantas Barreto** — 19 de dezembro de 1912 — ocorreu uma edição de oito páginas, três das quais ilustradas com fotografias dos maiores da administração estadual e do P. R. C., descrevendo “os fecundos resultados da orientação do insigne administrador” e relatando as homenagens do dia.

Só no fim do ano começaram a aparecer, diariamente, sucintos artigos de **G. M.**, sem título, apenas precedidos de asteriscos, o que o autor modificou tempos depois, adotando a necessária epígrafe.

Duros ataques desfechou **O Tempo** contra **Ruy Barbosa**, o qual, entrevistado por um jornal carioca, criticara, rijamente, a personalidade política de **Dantas Barreto**, “caluniando-o ignôbilmente”.

Em janeiro de 1913, tornava-se órgão oficial, ocupando grande espaço a matéria proveniente do palácio do governo e das repartições estaduais. Foram extintas tôdas as seções iniciais, criando-se “Motes e Glosas”, por **C**, e “Tipos e Troças”, de **Zero** (**Barbosa Viana**), que também duraram pouco tempo.

Em defesa da administração do **General Dantas Barreto** e a propósito das candidaturas presidenciais, começou rigorosa fase de polêmica com o **Diario de Pernambuco** e o **Pernambuco**.

Além da matéria pròpriamente política (**Martius** escrevia: “Política de Pernambuco”) apareciam, de quando em quando, artigos de colaboração, alguns de **Edwiges de Sá Pereira**. Por sua vez, **Joaquim Pimenta**, que assinava, desde o princípio, as “Idéias e Fatos”, iniciou, a 13 de abril, a série “Ensaios de psicologia”, e **Artur Orlando** divulgava “Literatura pernambucana”. A partir de junho a tabela de assinaturas incluía a parcela “Para o Exterior”, com os preços de 36\$000 e 18\$000, respectivamente, para ano e semestre, mas foi suprimida, meses depois, por falta de assinantes.

Durante o mês de agosto, **Andrade Bezerra** divulgou crônicas “Da Suíça”. Já em novembro, para amenizar a monotonia de órgão oficial, publicaram-se, em rodapé, alguns contos, extraídos de jornais do sul, vindo, a seguir, a seção humorística “Com êles...”, de **E. F.**

Prosseguindo o debate político com os jornais da oposição, publicou **O Tempo** a seguinte nota solta, em sua edição de 11 de setembro: “Continuam nesta redação, esperando as ordens do **Pernambuco**, seis dúzias de foguetes, 21 bombas e quatro carteiras de traques, para queimarmos no dia em que o mesmo **Pernambuco** cumprir a promessa de fazer a análise das obras de Gonçalves Maia e outras coisas prometidas”.

Ao findar o ano, as críticas d'**O Tempo** voltaram-se mais contra o órgão rosista **O Estado de Pernambuco**, em perdurável polêmica, e contra **O Paiz**, do Rio de Janeiro, que dera para atacar o governo de Dantas Barreto.

Perdida a concorrência anual para a publicação dos atos do governo, o matutino esclareceu, a 6 de janeiro de 1914, que, atendendo a pedidos dos leitores, manteria, diariamente, a seção “Informações Oficiais”, destinada a publicar “todos os chamados para o pagamento de impostos estaduais e municipais, concorrências e tudo quanto, no expediente das repartições do Estado, possa interessar ao público”.

Dispondo, assim, de mais espaço nas suas quatro páginas, passou o matutino a inserir matéria mais variada, melhorando o noticiário e o serviço telegráfico, este transferido para a primeira página.

Joaquim Pimenta voltou a escrever “Idéias e Fatos”, aparecendo novas seções e novos colaboradores, como M. Barreto, com os “Modos de dizer”; Carlos Ubirajara, na “Tribuna Operária”; Lúcio Belmiro, autor da série de sonetos parnasianos “Bandeirolas”; **Nevestício**, o dos versos satíricos intitulados “Fariolices” (2), etc. Vinha também o “Boletim”, coletânea de ligeiros informes, assinado por A. e, depois, A. B., além de versos soltos da autoria de **Til** (pseudônimo de Osvaldo de Almeida) ou de **X** (Baltazar Pereira), cheios de humor e sátira política, substituídos, após, pela seção “Na pisada...”, assinada por **Xis**, e ainda por **Puf** (o mesmo Baltazar Pereira), signatário da seção “Rolhas”, em réplica, de contundente mordacidade, ao **Paf** das “Bolhas” d'**O Estado de Pernambuco**. Já no mês de abril foi criada a epígrafe “Rimas e Pensamentos”, abrigando ora um soneto, ora um poema, da autoria de bardos locais ou de fora, neste último caso por meio de transcrições. Ainda ocorreu a seção “Para

(2) Réplica aos versos irônicos assinados por **Neves** (Faria Neves Sobrinho), n'**O Estado de Pernambuco**.

distrair”, de charadas, assinada por E. P. Eram comuns as “Solicitadas”.

Prosseguiram os artigos, sueltos e notículas, precedidos de asteriscos, de elogio à administração estadual e de crítica à oposição, representada pelo **Diário de Pernambuco** e **O Estado de Pernambuco**. No mês de maio voltou a publicar os atos oficiais do governo, uma vez que deixara de circular **A Republica**, detentora do contrato para 1914.

Ao começar o segundo semestre do ano, José Pedro Veloso da Silveira, um dos redatores d'**O Tempo**, defendendo-se da acusação de plagiário, denunciou, por sua vez, dois contos “plagiados” por Mário Melo, do **Pernambuco**, com o qual polemizou, através de nove artigos, nas “Solicitadas” (3). No mês seguinte, dia 14, sob o título “Mais plágio”, lia-se, numa nota redacional: “Parece que estamos atravessando um período anormal para a vida literária dos nossos jornalistas”. Segundo o comentarista, publicistas conhecidos, perdendo escrúpulos, metiam “mãos criminosas em trabalhos alheios”. Como exemplo, citou **Terêncio Gomes** (que não era outro senão Alfredo de Carvalho), autor das “Cotas”, d'**A Tarde**, cujo comentário de 4 de agosto “se poderia chamar muito interessante se metade do trabalho publicado, como seu, não fôsse de outrem e já não figurasse no livro de D. Luís de Orleans-Bragança, publicado em 1913, debaixo do título “Sob o Cruzeiro do Sul”. Concluiu fazendo o confronto dos textos para comprovar a asserção (4).

A monotonia dos órgãos oficiais atingira, novamente, o bem feito jornal, tornado desinteressante o resto do ano, pois inseria, apenas, além da matéria contratada, ligeiro noticiário, serviço telegráfico, a parte política, sempre polemizando com a oposição, e, a partir de dezembro, uma seção carnavalesca, assinada por **Dominó** (pseudônimo de Alfredo do Carmo), que se estendeu até 16 de fevereiro de 1915, dedicando bastante espaço a Momo. Só muito raramente lia-se algum artigo de colaboração.

Entretanto, ao iniciar-se 1915, foi reduzida a divulgação

(3) Em reportagens seguidas, a partir de 6 de julho, **A Tarde** explorou o caso, sob o título “Um duelo em perspectiva”, entrevistando Mário Melo e José Veloso a propósito das armas que deveriam usar e da disposição de cada um para o embate. Na terceira, concluiu que os valentes polemistas do plágio resolveram não ir ao duelo...

(4) Mário Melo e **Terêncio Gomes** comprovaram não haver cometido plágio.

da parte oficial (5) ao mínimo, melhorando o noticiário e até a tipagem, tôda nos corpos 10 e 12. Criou-se a seção "Cifras & Negócios", enquanto "Os fatos" registavam acontecimentos policiais. Sob a epigrafe "Rimas", liam-se versos de José C. Vivas, Monte Sobrinho, Barreto Sobrinho, Lidio Gomes, Austriclínio Quirino (que depois viria a assinar-se Austro Costa), Tondela Júnior e outros.

A partir de março, tendo deixado de circular o órgão oposicionista **O Estado de Pernambuco**, seu contendor, entrou **O Tempo** numa fase pacífica, sem ataques, nem polêmica, nem ironias poéticas, abordando temas diversos ou de política geral. Transcrevia alguns contos e iniciou a divulgação, a 22 de abril, do folhetim "A estrêla de seis raios", novela de Arnould Galopin, substituída, ao fim, já a 8 de junho, pelo romance de Victor Hugo, "Os Miseráveis", que não concluiu. Eram duas páginas de matéria variada, regular serviço telegráfico, "Ecos da guerra" e raros editoriais, sem trabalhos assinados, a não ser a crônica "Postais cariocas", de G. M. (Gonçalves Maia), por pouco tempo, já no fim da vida do matutino substituídos por comentários precedidos de asteriscos.

Em nota sucinta, na data comemorativa do terceiro aniversário do jornal (23-11-1915), escreveu a redação: "Fundado para defender a honesta administração do Exm.º Sr. General Dantas Barreto, **O Tempo** não se desviou da linha que se tracou e assim prosseguirá, guiado pela sábia orientação do impertérrito chefe do Partido Republicano Conservador, de cuja agremiação somos órgão".

A 18 e 19 de dezembro, ostentando os respectivos clichês, o matutino dedicou grande espaço à substituição de Dantas Barreto por Manuel Borba, no govêrno do Estado. E logo Andrade Bezerra afastava-se da redação, para ocupar a pasta da Justiça.

No mes seguinte, dada a edição de 11 de janeiro de 1916, suspendeu **O Tempo** a circulação, declarando que todo o seu material tipográfico e de escritório — menos o título — fôra cedido ao govêrno, para os trabalhos da **Imprensa Oficial**.

Do corpo redacional, além de Antônio Vicente de Andrade Bezerra, que foi secretário e substituto do redator-chefe Gonçalves Maia, em suas ausências, participaram, nos

(5) Na concorrência para a publicação da matéria oficial do Estado, para o ano de 1915, foi vencedora a proposta do **Jornal do Recife**.

primeiros tempos, Baltazar Pereira e Sérgio Magalhães; depois, Ivo Luna, José Borba Filho, Joaquim de Oliveira, Moisés Florivaldo Chaves e Alfredo do Carmo, sendo um dos revisores Manuel José da Costa Júnior e chefe das oficinas Manuel Chagas de Oliveira (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir.-UFPe.**).

1913

O ESTADO DE PERNAMBUCO — Órgão do Partido Republicano — Obediente à orientação do senador Rosa e Silva, teve seu primeiro número publicado a 15 de novembro de 1913, em grande formato de 72 x 55, páginas de oito colunas. Diretor — Estácio Coimbra (1); tesoureiro — João Elísio de Castro Fonseca; secretário — Assis Chateaubriand; redatores — João de Oliveira, Faria Neves Sobrinho, Oton de Melo, Genaro Guimarães e Arquimedes de Oliveira; tradutor de telegramas e chefe do noticiário — Oscar Pereira; repórteres — Rômulo Guimarães, José Carneiro Filho e Abelardo Maia; revisores — Acrísio Rabelo, Nestor Selva, Aureliano Mota e Alexandre Mota; colaboradores: Odilon Nestor, França Pereira, Eduardo de Lima Castro, Otávio de Freitas, Gastão Marinho, Carneiro Leão, Metódio Maranhão, Sebastião do Rêgo Barros Júnior, Eurico Chaves, Júlio Belo, Lessa Júnior, Edgar Altino e padre Jonas Taurino. Redação e oficina à rua da Aurora nº 45. Tabela de assinaturas: ano — 24\$000; para fora da cidade — 28\$000; para o Exterior — 30\$000; semestre — 12\$000, 14\$000 e 18\$000, respectivamente; trimestre — 6\$000, só para a capital. Preço do exemplar — 100 réis.

Lia-se no artigo-programa: “Incumbindo-nos a defesa das idéias e dos princípios que constituem o programa do Partido, não constringiremos a nossa função jornalística à esfera exclusivamente partidária. Os altos interesses de Pernambuco e do Brasil terão no **Estado** o paladino impertérito, que os há de pleitear com intrepidez, sinceridade e patriotismo. Exer-

(1) “O dr. Estácio Coimbra, na direção do jornal, era o homem autoritário de sempre. Com aquêl timbre de voz estridente, a enervar os que o ouviam, inabordável, inacessível, só sabia mandar, num tom e gestos de quem se dirigia a escravos. Assis Chateaubriand fazia o jornal quase todo. Era o diretor de fato” — Oscar Pereira, in “Memórias de um jornalista provinciano” — Recife, 1945.

cendo, em linguagem elevada e impessoal, o seu direito de crítica e de oposição aos governos, como êles existem, não se apartará nunca das normas constitucionais nem das regras de polidez, aplaudindo sem ódios e sem paixões os atos bons e opugnando os nocivos à comunhão com energia e coragem”.

Assim concluiu o editorial, após uma série de conceitos sôbre a “fase de metamorfose e de desagregação política” que o país atravessava: “Defendendo o nosso programa e os interesses permanentes do Estado e da União, representados no operariado, na agricultura, no comércio e na indústria, jamais sacrificaremos, sejam quais forem as circunstâncias, ao espírito de partido, o senso das contingências e das realidades políticas”.

“O Estado de Pernambuco será sempre o amigo da liberdade, o arauto do progresso, a sentinela do livre exame, o advogado das classes laboriosas e conservadoras e o guarda das tradições liberais da nossa amada terra natal. Entregamos o êxito da nossa carreira na imprensa, sempre norteadas pelo bem público, à solicitude generosa dos nossos correligionários e ao poderoso amparo da opinião pública”.

A seção de versos satírico-humorísticos “Bôlhas”, assinada por **Paf** (pseudônimo de Faria Neves Sobrinho), apresentou-se com as duas quadras a seguir:

“**Surge et ambula, Estado, forte e nôvo!**

Com que explosão de palmas
Hoje te acolhem mil milhões d'almas,
Hoje te acolhe todo o nosso povo!

Tu és, queira ou não queira o zombeteiro
Despeito que em maldades se não cansa,
Neste momento, para o povo inteiro,
O arauto da Esperança”.

Circulou o primeiro número com doze páginas, continuando a publicar-se com dez às quintas-feiras e domingos, e oito nos demais dias da semana, inclusive segundas-feiras.

De bom aspecto material, nada obstante a excessiva estatura, abriam a primeira página duas a três colunas de telegramas, seguindo-se editorial e uma série de sueltos sob o título geral “Ecos”, vindo após o noticiário, às vêzes também algum artigo de colaboração ou a crônica “De tudo um pouco”, assinada por **Toute-à-Tout**, e a seção de recortes “Imprensa do Rio”. Além do folhetim da segunda página: “Olhos

que se desvendam”, de Henry Bordeaux, traduzido especialmente, outro rodapé era colocado na primeira, às quintas e domingos, quase sempre com artigo do dr. Otávio de Freitas ou conto de Faria Neves Sobrinho, que também assinava **Neves** em versos soltos de crítica política.

A partir da edição inicial, publicou-se, em série, a “História da Salvação”, caricatura da situação política da época, de autoria do escritor venezuelano D. José Fidenó de Almontarras. Denominava-se “Aos Domingos” o comentário semanal de Odilon Nestor, que passou a abrir a primeira página. A seção de sátiras “Bôlhas” foi substituída por “Bôlhas de Sabão”, onde **Paf** contendia com **Puf**, **d’O Tempo**, e **Zé da Mata** divulgava sonetos satírico-humorísticos. Ocorreu, ainda, nas mesmas condições, a seção “Diálogo”, depois “Lanternetas”, de **Aldo**. **Elpídio de Figueiredo** mandava artigos de São Paulo, contra o governo pernambucano, e do Rio de Janeiro chegava “Pela Política”, do redator-correspondente José Maria Belo, focalizando os temas mais palpitantes da atualidade.

Desde o fim da primeira semana de circulação, a fôlha atacava a administração do General Dantas Barreto, através da série de editoriais “A Agricultura e o atual Governo”, do que adveio cerrada polêmica com **O Tempo**, órgão situacionista.

No período de 7 a 19 de janeiro de 1914 decresceu alguns centímetros o tamanho do jornal, diminuindo também para sete a quantidade de colunas, devido à falta de papel apropriado, cuja encomenda, feita na Europa, fôra retardada, no que o ajudou o estoque do **Jornal Pequeno**.

Repercutiu seriamente a prisão, no mês em referência, do redator José Carneiro Filho, por motivos políticos, o que movimentou, inclusive, a União dos Repórteres, em reuniões de protesto.

Atingira o auge a campanha oposicionista, a par de intensa querela com a imprensa oficiosa, tornando-se alvos principais de críticas e diatribes Baltazar Pereira e Gonçalves Maia, redatores **d’O Tempo**. **O Jornal do Recife**, por sua vez, suportava rijos ataques, haja vista o primeiro “Eco” da edição de 29 de junho:

“A redação **d’O Estado de Pernambuco** declara aos seus prezados leitores e amigos que não responde às verrinas ultimamente editadas pelo **Jornal do Recife**, o conhecido órgão da perfídia e da mentira. Consciente da sua missão, forte da justiça da causa que defende, não perde seu tempo em

alimentar estéreis discussões, que visam unicamente estabelecer a cizânia entre correligionários.

“Declara, ainda, que, a propósito do “Eco” que motivou a estúpida agressão (2), não havendo nêle a menor intenção de ofender ao eminente amigo senador Sigismundo Gonçalves (3), que tem um admirador em cada um dos redatores desta fôlha, é solidária com o seu estimado e vibrante colega dr. Assis Chateaubriand” (4).

No dia seguinte, o matutino dava notícia do desligamento do redator-secretário, “por sua livre e espontânea vontade e a contragosto de todos os seus colegas”, acentuando: “Motivos que considerou de ordem superior levaram-no a esta separação, tão dolorosa para êle como para os que aqui continuam e jamais se habituarão ao claro que em nossas fileiras se fêz com a ausência do ardoroso e denodado companheiro de tôdas as nossas lutas”.

A Sociedade Anônima, em que se constituira a emprêsa, foi organizada, definitivamente, a 14 de agosto, tendo como diretor-presidente Estácio Coimbra; diretor-secretário — João Elísio, e diretor-tesoureiro — Samuel Hardman. Novos colaboradores: Euclides Fonseca, Raul Azêdo e Silviano de Rangel Moreira. Outro redator — Conrado Costa. Entre os auxiliares da redação contavam-se Vitorino Barbosa e João Braga.

Circulando, indistintamente, com oito páginas, a fôlha reduziu mais o formato, a 6 de setembro, para metade do primitivo **in-folio**, diminuindo suas sete colunas de composição para cinco, ao mesmo tempo que substituiu a linha abaixo do cabeçalho pela seguinte: “Propriedade de uma

(2) A “estúpida agressão” constou de violentos artigos, em que o **Jornal do Recife** visou, direta e pessoalmente, ao redator-secretário d’**O Estado de Pernambuco**, que se negara a publicar uma carta do jornalista Martinho Garcez em defesa do sogro Sigismundo Gonçalves, o que deu lugar a uma desinteligência entre Assis Chateaubriand e a direção do seu próprio jornal, tendo êle renunciado o seu pôsto, do que deu conhecimento em entrevistas concedidas ao **Jornal Pequeno** (do qual era também redator) e a **A Tarde**.

(3) O desembargador Sigismundo fôra proprietário do **Jornal do Recife**, continuando muito ligado à nova administração da emprêsa, e tinha, por outro lado, relações econômicas com **O Estado de Pernambuco**.

(4) Levando-lhe o conforto de sua solidariedade, “contra os ataques dos abissínios do **Jornal do Recife**”, o **Pernambuco** (edição de 30 de junho) classificou Assis Chateaubriand como “o mais genial dos jovens jornalistas pernambucanos”.

Na mesma data, escreveu Osvaldo Chateaubriand, nas “Solicitadas” d’**A Tarde**, violentíssimo artigo em defesa do irmão, contra o que chamou “a canalha do **Jornal do Recife**”.

Sociedade Anônima". E escreveu no primeiro "Eco" do dia 13: "Realizada a fusão do Partido Republicano com os demais elementos oposicionistas que aqui constituíam o Partido Republicano Conservador, deixou **O Estado de Pernambuco** de ser órgão daquela agremiação partidária, que o criou e manteve". Assim, "guardando a sua feição política de apoio ao P. R. C., será, como até agora, um instrumento de crítica e livre apreciação dos fenômenos de ordem pública ocorrentes no país e no mundo".

Cedendo ao apêlo que lhe fizera Estácio Coimbra, "desde aquêle tempo", voltou Assis Chateaubriand ao seu cargo, reorganizando-se o corpo redacional com a admissão de Sebastião do Rêgo Barros, Júlio Belo, Turiano Campelo e Antônio Vicente. Dada a ausência do respectivo titular, assumiu a tesouraria Lessa Júnior. Faziam serviços de reportagem Múcio Scevola Belo, Agamenon Magalhães e Guilherme de Araújo. E o jornal passou a dar oito páginas somente aos domingos e quintas-feiras, ficando com quatro nos demais dias.

A 25 de outubro assinou Alfredo de Carvalho seu primeiro artigo para **O Estado**, continuando, a partir do dia seguinte, com a crônica "Versas", em que usava o pseudônimo **Terêncio Gomes**, colocada na última coluna, ao alto, da primeira página. Dois dias após, instalava-se a "British Section", redigida em língua inglesa.

Prosseguindo o combate sem trégua à administração estadual (defendida, em polêmica jamais interrompida, pelo **O Tempo**), foi o órgão rosista chamado a haver-se com a Justiça (5), divulgando, a propósito, a seguinte "Declaração", no seu número de 10 de novembro:

"Tendo o General Dantas Barreto resolvido intentar um processo qualquer contra **O Estado de Pernambuco**, representado pelo seu diretor, dr. Estácio Coimbra, e pelo redator-secretário, dr. Assis Chateaubriand, a redação desta fôlha declara, para todos os efeitos, que aceita solidariamente a responsabilidade dos artigos que motivaram o anunciado procedimento judicial".

No dia imediato, noticiando o embarque, para o Rio de Janeiro, do seu diretor, adiantou o jornal que Estácio Coimbra se encontrava no cais do pôrto, cercado de amigos, quan-

(5) Motivou o processo o artigo "Campanha inglória", de 25-10-1914, onde **O Estado de Pernambuco** chamara Dantas Barreto de covarde.

do um oficial de justiça o intimou a comparecer, no dia 11, “à sala das audiências, a fim de assistir à propositura de uma ação de injúria ou calúnia contra si intentada pelo sr. Dantas Barreto, devido a artigos editoriais editados nesta fôlha”. Foi igualmente citado Assis Chateaubriand.

Tendo Estácio Coimbra realmente embarcado, veio **O Tempo** a proclamar que êle se furtava ao processo, afirmativa logo repelida.

Numa edição de 12 páginas, **O Estado de Pernambuco** solenizou, a 15 de novembro de 1914, o primeiro aniversário do seu aparecimento, comentando: “Depois de um ano de vida, não encontramos uma linha a modificar no programa que nos traçamos e que temos procurado observar”. Assinalou o editorialista, principalmente, que as glórias porventura colhidas na sua jornada se confundiam com “as glórias autênticas e luminosas” do seu diretor, cujo pensamento dominante “nunca foi outro senão servir aos interesses permanentes e eternos” da terra pernambucana. Aludiu às feridas recebidas e às brechas abertas “nos redutos do êrro, da mentira e da rotina”, declarando sentir-se **O Estado de Pernambuco**, ao cabo de um ano, inflamado “do mesmo espírito combativo, da mesma impávida fé”.

No referido mês foi criada a seção “A talho de foice”, de crônicas, a cargo de **Serapião**. Por outro lado, o até pouco antes ilustre colaborador Raul Azêdo passou a ser alvo de severas críticas redacionais, enquanto não arrefecia a polêmica com os jornais situacionistas, sobretudo **O Tempo** e seu redator-chefe Gonçalves Maia, visado por uma crítica impiedosa, inclusive a tremenda sátira dos versos de **Paf**, que hostilizava, igualmente, a crônica diária “A Nota”, do **Jornal Pequeno** (6).

Em janeiro de 1915, havendo **O Tempo** declarado que **O Estado de Pernambuco** era uma poliantéia a êle, replicou **O Estado** que **O Tempo**, sim, é que lhe servia de poliantéia. Tamanho era o espaço que gastavam os dois diários nessa contenda inglória...

“Se não fôsse **O Estado** — comentava êste, na edição do dia 6 — **O Tempo** já teria morrido há séculos”, acrescentan-

(6) Um “Eco”, a 20 de dezembro de 1914, dizia, a respeito d’“A Nota”: “É uma espécie de linguça que êle (Gonçalves Maia) enche diariamente, a seu talante, com bom ou mau toucinho”.

do: “Esta fôlha dá ao órgão dantista a réplica para que êle tenha alguma substância onde possa se inspirar. Leiam **O Tempo**: é o comentário diário, ininterrupto, até maçante e fastioso, do editorial d’**O Estado**, dos “Ecos” d’**O Estado**, das notícias d’**O Estado**, dos “a pedidos” d’**O Estado** e até dos seus anúncios. Não se lê, não se encontra ali outra coisa. Padecemos uma verdadeira dissecação”.

A edição de 1º de janeiro apresentara colaboração especial de Gilberto Amado, Alfredo Campos e A. de A. S. Ocorreram, depois, artigos de João de Lourenço e criou-se a seção “Coisas e lousas”, de versos humorísticos, por Gil, permanecendo a crônica de **Terêncio Gomes**, remanescente dos colaboradores da primeira época.

Ilustrado com fotogravuras, o número de 20 de janeiro dedicou duas páginas ao noticiário, precedido de comentários, da importante sessão do Superior Tribunal de Justiça que concedeu **habeas-corpus** (impetrado e defendido pelo advogado-jornalista Sebastião do Rêgo Barros), a **Estácio Coimbra** e **Assis Chateaubriand**, no processo de responsabilidade que lhes moveu o Governador Dantas Barreto, por delito de imprensa. O processo, “inquinado de nulidades insanáveis”, correrá à revelia, tendo os acusados depositado fiança em dinheiro para evitar a prisão. Segundo **O Estado**, foi um julgamento sensacional, que resultou na apuração de sete votos favoráveis e apenas um contra a concessão da medida. O recinto do Tribunal ficara repleto de assistentes, sobretudo jornalistas, havendo grandes manifestações de regozijo.

Sucederam-se, em consequência, mais maciços artigos e sueltos contra a política governamental, levada mesmo ao ridículo a pessoa do General.

Entretanto, não pôde prolongar-se por mais tempo a vida do matutino, que veio a interromper sua circulação a 28 de fevereiro (7) de 1915, alegando a necessidade de transferir redação e oficina para outro prédio, e a falta de papel, devido à demora da última encomenda feita no estrangeiro.

A verdade, porém, é que a situação financeira era das

(7) Não no dia 31, conforme registara **Júlio Pires Ferreira**, no **Almanach de Pernambuco**, edição de 1921.

mais difíceis (8) e a empresa não encontrou um Cirineu que a fizesse reerguer-se (9).

Durante sua existência, pouca alteração sofreu o corpo redacional d'**O Estado de Pernambuco**, sendo admitidos, por último, Domingos Dias, Alberto Carneiro Leão, Frederico Cavalcanti, Fausto Lins e Alfeu Domingues. Era administrador das oficinas José Rodrigues da Fonseca. No escritório, sendo gerente Lessa Júnior, trabalhavam Miguel Peregrino, Samuel Vieira e Álvaro Coutinho (**Bib. Pú. Est. e Bib. Fac. Dir.-UFPe.**).

1914

A TARDE — **Diário Independente** — **Informações, Desportos, Elegâncias, Teatro, Literatura e Ciências** — Surgiu no dia 21 de maio de 1914, em formato grande, com seis páginas de sete colunas. Redatores e proprietários — Manuel Monteiro, Umberto Carneiro, José de Sá, Osvaldo Chateaubriand, Carlos de Lima Cavalcanti, Xavier Sobrinho e Apulcro de Assunção, este último acumulando a Tesouraria. Escritório e redação à rua Duque de Caxias nº 25, sendo o trabalho gráfico do **Diário de Pernambuco**. Aos lados do clichê do título figuravam pequenos quadros com anúncios

(8) “Faltou dinheiro para a sua manutenção por maior tempo. Nos últimos meses, o boi dançou à vontade. O gerente, dr. Lessa Júnior, ex-deputado estadual, um príncipe na educação e nas maneiras, fazia prodígios de ginástica para contentar o pessoal, aliás todo êle animado da melhor boa vontade. As quintas-feiras, esperava-se até tarde pelo cobrador, o ex-capitão de polícia Anacleto Ramos. E quando êle apontava pela velha ponte da **maxambomba**, sobraçando uma enorme bolsa, um sorriso de esperança iluminava todos os semblantes. Mas, quase sempre, a bolsa estava vasia...” — Oscar Pereira (obra citada).

Corroborando as declarações acima, escreveria, anos depois, Alfeu Domingues, a propósito de sua passagem pela redação d'**O Estado**: “Minha permanência na casa foi apenas de 20 dias! Não cheguei nem a conhecer a côr do dinheiro que ali circulava, muito vasqueiro, mesmo porque as finanças da empresa eram precárias; o numerário mal chegava para pagar os tipógrafos e pessoal miúdo. O resto tinha que trabalhar mesmo por amor à arte, numa desinteressada homenagem ao credo político” — “Os inesquecíveis”, artigo no **Diário de Pernambuco** de 14-7-1957.

(9) Tripudiando do contendor desaparecido, escreveu **O Tempo** (1-3-1915) que **O Estado de Pernambuco** era um “diário que se vinha editando nesta cidade, como de propriedade de uma sociedade anônima que nunca ninguém soube qual fôsse, e órgão de um partido que ficou por se formar e ter qualquer apelido”. Concluiu, após outras “dentadas”: “Que a execração do povo se apiade de sua memória, para justificar, com as pequeninas misérias humanas, os seus tenebrosos planos falhados”.

e, logo abaixo, informações sobre Câmbio e o Tempo. Não teria assinantes na capital; para o interior: ano — 24\$000; semestre — 14\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

Ainda constou do expediente achar-se “de residência no Rio de Janeiro um dos seus redatores, incumbido do serviço de correspondência e reportagem do jornal junto aos Ministérios e Gabinete do Sr. Presidente da República”.

Disponha-se — conforme o editorial de abertura — “a defender o interesse coletivo, sob os seus vários e complexos aspectos, estudando-os com reflexão, destituída de propósitos tendenciosos ou quaisquer circunstâncias que possam, nem de leve, afetar, estremecer ou macular a preconcebida atenção de servir às causas impostas pelos princípios de honra, da dignidade e do civismo”, acentuando:

“Integrada na mais perfeita imparcialidade, **A Tarde** jamais deixará de tratar, com observação desapassionada, os problemas da política, notadamente os que mais de perto interessarem à nossa terra, que tem sido, até hoje, sacrificada pelas compreensões subalternas, excluída a exata noção de bem e de patriotismo. Que ela desenvolverá a sua ação de crítica sem os auxílios do **parti pris** facilmente se depreende do seu número primeiro, através dos seus aspectos cristalinos, sem feições dúbias ou mistérios de observação. Estólido fôra mesmo dizer o contrário”.

Seguiu-se a publicação, com quatro páginas, matéria redacional variada, salientando-se as seções “Tópicos & Constas”; “Elegâncias”, constituída de modas, notas mundanas, trovas, perfis rápidos e, depois, um concurso masculino de simpatia (1); ilustração fotográfica; notícias de “Última Hora” e **charges** e caricaturas, da autoria de **Madeira** e **A. Rib**. No nº 3 começou a crônica semanal “Cotas”, de **Teônio Gomes** (pseudônimo de Alfredo de Carvalho), que se ocupava de temas gerais, inclusive crítica literária, setor no qual fustigava **G. M.** (Gonçalves Maia), apontando-lhe lapsos e senões da seção “A Nota”, do **Jornal Pequeno**.

Duas campanhas empreendeu **A Tarde**, no segundo mês: contra a “situação calamitosa” do Hospital Pedro II e contra a prática do contrabando, prejudicial ao “comércio honesto”. Ocupou-se do caso complicado da sociedade mutua-

(1) O concurso de simpatia despertou enorme interesse, dêle saindo vitorioso o jornalista Tomé Gibson.

lista Paz e Labor, cujo epílogo lhe valeu quatro páginas de “Solicidadas”, numa edição de oito, a 11 de julho.

Ocorriam seções leves, de versos, que morriam após nascer, e Manuel Arão iniciou as “Notas à margem”, não passando do primeiro artigo. Houve, mais demorado, um “Consultório” de “higiene galante”, a cargo de **Esculápio**. Ainda: “Kalendário”, de versos líricos, por **Justus**, e “Linhas estrangeiras”, crônica ligeira, de **Alex**, enquanto **J. Signo** mandava, às vèzes, do Rio de Janeiro, a correspondência intitulada “De cá p’ra lá”. Não obstante a extensa relação de colaboradores que se via abaixo do expediente, êles foram raros e raramente aparecidos, a saber: Odilon Nestor, dr. João Costa, Eugênio Gomes, B. C., Edwiges de Sá Pereira, Carlos Dias Fernandes e, também com o próprio nome, Alfredo de Carvalho.

A partir de 2 de julho o matutino divulgou “A Condessa Hermínia”, peça em 4 atos e 5 quadros, do General-Governador Dantas Barreto, precedida de palavras de discutível simpatia, acentuando: “Move-nos, sim e só, o empenho de oferecer à gulodice política um prato saboroso” (2).

Após a edição do dia 16, ficou o jornal suspenso, reaparecendo a 19, com seis páginas, impresso em oficina própria (que pertenceu à emprêsa **A República**), situada na rua General Abreu e Lima ns. 3/5. Melhorou o serviço telegráfico e adotou, no alto da terceira página, em tôda a largura, a epígrafe “Dia a dia — Oportunidades”, aí compreendido, principalmente, o noticiário policial. Surgiu Maturino assinando o comentário “De mim e dos outros”. Algum artigo de Otávio de Freitas. A primeira página focalizava a guerra européia. Boa messe de anúncios.

Verificada a falta de papel padrão, estreitaram-se as páginas do jornal, com uma coluna a menos, e, a 7 de agosto, reduziu-se ao formato de 49 x 33, a cinco colunas, apenas,

(2) A propósito, glosou o diário anti-dantista **Pernambuco**, a 5 de julho de 1914, na seção “Aqui e Ali...”, assinada por **Zig-Zag**:

“O pessoal d’A **Tarde**, cintilante,
A tal “Condessa Hermínia” publicando,
Um serviço real e relevante
Ao mundo literário vem prestando.
O nosso “meio”, pobre e desolante,
Ansiava conhecer o formidando
Monumento de Júpiter Tonante,
Que, a esta hora, de orgulho está inchando”.

de composição, passando a dar oito páginas, para voltar ao primitivo no dia 21.

A edição de 31 de agosto estampou grande fotogravura (quatro colunas) de Dantas Barreto, sob o título "O homenageado de hoje". Na mesma data inseria-se a última "Cota" de **Terêncio Gomes** (3), sendo substituído por **Terêncio da Maia**.

Quebrada foi a existência calma d'**A Tarde** — que só vinha implicando com o mau serviço telefônico da cidade — quando, a 14 de setembro, divulgou um "Protesto", abrindo a primeira página, em tipo corpo 16, contra a atitude de "deslealdade" do companheiro **Xavier Sobrinho**, o qual procurava negociar a tipografia do órgão, em condições que oneravam os interesses do grupo e deprimiam das suas "responsabilidades morais". Os signatários da nota — José de Sá, Carlos de Lima e Apulcro de Assunção — concluíram destituindo-o da função de redator. Já pela manhã, publicara **Umberto Carneiro** uma carta, no **Diário de Pernambuco**, protestando e retirando-se do corpo redacional. Hipotecou-lhes solidariedade, igualmente, **Oswaldo Chateaubriand**, que se afastara antes, "por injunções particulares".

Nôvo "Protesto" verificou-se na edição seguinte, em duas colunas, assinado pelos cinco nomes, contra a venda, já consumada, da parte que **Xavier Sobrinho** "adquirira no material tipográfico" (4). Reiterando o protesto, afirmaram que **A Tarde** não sofreria "solução de continuidade na sua circulação", mesmo que precisasse adquirir nôvo material. Ocorreram outras notas em torno do caso e depois publicava-se um "Convite" dos cinco, aos credores da empresa, para que fossem receber suas contas.

Enquanto isto, dizia **Xavier**, em carta ao **Pernambuco**, que era impossível continuar a empregar capitais na empresa; provava que a oficina gráfica lhe pertencia, assumindo a responsabilidade das dívidas contraídas até a véspera. Con-

(3) Revelou **Alfredo de Carvalho**, em carta a **O Estado de Pernambuco**, de 5 de setembro, que deixara de escrever as "Cotas"... por motivos econômicos.

(4) Noticiou o **Jornal Pequeno**, de 16 setembro, haver sido lavrada, no dia anterior, a escritura de venda de todo o material tipográfico, máquina de impressão e clichês que serviam ao diário **A Tarde**, tendo sido comprador **Antônio Florentino de Abreu Rêgo**, presidente do Centro **Dantas Barreto**, para imprimir o **Correio do Norte**, e vendedor **Xavier Sobrinho**.

cluiu exclamando: “Tem espírito a minha exclusão do corpo redacional d’**A Tarde!**”

No mesmo dia 15, escrevia José de Sá (carta ao **Diário de Pernambuco**) que “divergências de diversas ordens” haviam reduzido o número dos redatores do vespertino, uma organização **sui-generis** em face das “velhas praxes de imprensa. Ali não há um diretor, um redator-chefe, nem mesmo um redator-secretário, o que quer dizer que não há uma bitola orientadora, ante os múltiplos modos de pensar de cada um. Todos têm iguais direitos; escrevem como pensam”.

Poucos dias mais viveu **A Tarde**, que ainda voltou ao formato menor, com oito páginas, e assim deu à luz o n° 117 no dia 18 de setembro, para não mais se reerguer.

Quinze dias após, ao que noticiou **O Estado de Pernambuco**, os redatores da fôlha extinta promoveram um “jornal falado”, através da tribuna da Associação dos Empregados no Comércio, em benefício dos operários gráficos desempregados.

Finalmente, consta da coleção manuseada um “n° único” d’**A Tarde**, “edição declamada na Paraíba” e ali publicada (oito páginas de quatro colunas) pelos redatores Umberto Carneiro, Osvaldo Chateaubriand e José de Sá, com a colaboração de Carlos Dias Fernandes, Alfeu Rosas e Araújo Filho. Uma nota explicativa frisou que “**A Tarde**, publicada no Recife, estava suspensa por efeito da terrível crise que assoberbava o país” (**Bib. Fac. Dir. UFPe.**) (5).

CORREIO DO NORTE — Diário matutino, saiu a lume no dia 12 de outubro de 1914, em formato grande, a seis colunas de composição. Diretor-gerente — Antônio Florentino de Abreu Rêgo; redator-chefe — Raul Azêdo; secretário — Antônio Mendes Martins; redatores — Fábio da Silveira Barros, capitão Augusto Amaral, Sousa Filho, padre Batista Cabral e Rodolfo Gomes Filho; redatores auxiliares — Amadeu Guimarães, Álvaro de Abreu Rêgo, Teles de Sousa, José Néri de Sousa Filho e Alfredo do Carmo, êste na chefia da reportagem; auxiliares do escritório — Augusto Cardoso de Sá e José Cândido do Rêgo Barros. Redação, escritório e ofi-

(5) Não existem outras coleções do vespertino aqui estudado. Possui a Biblioteca Pública do Estado dois únicos comprovantes, um dos quais entre os “diversos” da Coleção Zeferino Galvão.

cina (1) à rua Abreu e Lima ns. 3/5. Assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; trimestre — 6\$000; para fora da capital — 28\$000, 14\$000 e 7\$000, respectivamente. Preço do exemplar — \$100. Propriedade, a princípio, de uma Sociedade Anônima em organização, esta não pôde, todavia, integralizar-se, passando a empresa a pertencer ao Centro Político Dantas Barreto.

A edição de estréia, com seis páginas, apresentou substancioso editorial de abertura, assim iniciado: “No momento mesmo em que a oposição afirma haver arrefecido o ardor partidário nas falanges situacionistas, êle estúa nas colunas de mais um órgão de publicidade, o **Correio do Norte**, fundado sob o patrocínio do Centro Dantas Barreto. É que o entusiasmo pela obra fecundíssima do homem que empunha as rédeas do govêrno não arrefecerá enquanto nesta terra pensarem cérebros devotados ao bem público”.

O articulista fêz a apologia do General Dantas Barreto, suas qualidades de administrador, sua honestidade, sua atuação política no cenário nacional, afirmando que êle se transformou numa “espécie de símbolo”, um “lábaro desfraldado no caminho da honra e do dever”. E concluiu: “**O Correio do Norte** fará o que lhe permitirem as suas fôrças em prol da grande obra de regeneração”.

Seguiu-se a publicação com quatro páginas diárias, não circulando às segundas-feiras. A par de editoriais, comentários ligeiros e noticiário geral, adotou serviço telegráfico, “Parte Comercial” e iniciou um folhetim, com o romance “As minas de Salomão”, traduzido por Eça de Queiroz. Logo de início travou polêmica com **O Estado de Pernambuco**, órgão ligado à política do Conselheiro Rosa e Silva. Diferentes seções foram introduzidas, pouco a pouco, tais como “Através da moda”; versos humorísticos, por **Zé Povo** (pseudônimo de Mendes Martins), depois substituídos pelos “Riscos”, com a assinatura **Traço** ou **Icílio**; “Cartas da roça”, de **Roberto da Encarnação**; “Cartas sem porte”, por **Gasparino**, que depois passou a assinar a crônica “Pizzicatos”, etc. Havia também a **charge** diária, além de ilustração fotográfica. Sucediam-se as reportagens com títulos de três a quatro colunas e entrevistas de personalidades. Artigos de colaboração de João Ezequiel, D. M., Leal de Barros, Joaquim

(1) As instalações do **Correio do Norte** foram inauguradas solenemente, com discursos, Champanha e banda de música.

Pimenta, Soares Guimarães, J. Simões Coelho, José de Sá, S. F., autor da "Crônica Judiciária", e Olímpio Galvão.

A propósito de certo caso surgido com o padre Batista Cabral (2), escreveu Raul Azêdo, a 18 de dezembro, o artigo "Um sintoma alarmante", em que reafirmou sua liberdade de pensamento em matéria de religião, atacando o clero e definindo a atitude do jornal:

"Fique, por conseguinte, de uma vez estabelecido, como pacto cuja quebra acarretará a imediata ruptura da redação: o **Correio do Norte** é um órgão essencialmente político e proposto à defesa do Partido Republicano Democrata, do qual é chefe o General Dantas Barreto. Esse partido conta, em suas fileiras: católicos, protestantes, ateus, panteístas, positivistas, agnósticos, mações, espíritas, etc., representantes de opiniões divergentes, a cuja publicidade se prestará este jornal, sempre que a subscreva um nome responsável. A solidariedade redacional é anônima e apenas referente a assuntos políticos. Tal é a feição livre e digna que tem tido o **Correio do Norte**, como foi a **d'O Norte**, na sua curta existência, e a **d'O Tempo**, enquanto estive à sua frente; esta é a feição que continuará a manter esta fôlha, enquanto fôr eu o seu redator-chefe".

No dia seguinte, em edição especial de oito páginas, comemorou-se o terceiro aniversário do governo de Dantas Barreto, cujo retrato, em ponto grande, figurou na primeira, ladeado de longo editorial, ilustrando a terceira fotografias dos auxiliares imediatos do governo, além de vários outros artigos alusivos.

Em janeiro de 1915 iniciava o **Correio** a campanha do Partido Republicano Democrata, tendo em vista próximas eleições para senador e deputados federais. E, na edição do dia 9, numa nota entre tarja, fazia o entérro da chapa do

(2) A **Tribuna Religiosa**, em sua edição de 12 de dezembro de 1914, comentou que o **Correio do Norte**, "de alguns dias para cá", vinha ofendendo, "de modo desabrido e sem rebuço, as crenças da maioria dos pernambucanos" e, por êsse motivo, o padre José Batista Cabral "desligou-se, completamente, do corpo redacional".

Dias depois, procurado pela reportagem d'**O Estado de Pernambuco**, o sacerdote confirmou o fato, que tinha como base a má vontade que lhe votava o redator-chefe do jornal. "Ora — frisou — o dr. Raul Azêdo, enticando comigo não me publicava os artigos que eu lhe mandava. Escrevi um, dois, três, quatro, e todos iam para a forca". Tolerou. Depois, ocorreram outras "alfinetadas", "punhaladas", "machadadas", no seu coração de ministro de Deus. No auge, retirou, então, tôda solidariedade aos colegas que "zombavam da religião e dos seus chefes".

Partido Republicano Conservador, dando pêsames ao rosismo.

Também nêsse mês, a edição do dia 15 publicava uma carta de Raul Azêdo, que se despedia da redação por “circunstâncias de ordem particular”. Precedia-a um comentário, em duas colunas, no qual era lamentada a falta do companheiro, cujos serviços prestados ao jornal foram enaltecidos.

Em consequência, assumiu Antônio Florentino a direção geral. João Ezequiel, Francisco Abrantes Pinheiro, Paulino de Andrade e Tondela Júnior eram novos elementos do corpo redacional, sendo colaboradores J. de Santa Cruz Oliveira, Dioclécio Duarte e Dulce Dolores, que escrevia “Pelo Feminismo”. A 12 de fevereiro instalava-se a “Coluna Popular”. Verificado o falecimento de Mendes Martins, galgou José de Sá a função de redator-secretário.

Sôbre o tema “O que é a guerra”, o **Correio** iniciou, a 27 de março, um concurso de sonetos, oferecendo prêmios de 100\$000 e 50\$000, respectivamente, para o primeiro e o segundo classificados. Após a publicação de 70 produções concorrentes, verificou-se a 1º de junho o resultado, que foi o seguinte: 1º lugar — João Barreto de Meneses; 2º — Fernando Griz; 3º — Artur Bahia, sendo os sonetos republicados na edição do dia 6, acompanhados de fotografias e laudos da comissão julgadora, constituída dos escritores Artur Muniz, Odilon Nestor e Teotônio Freire.

A primeira página da edição de 13 de maio constou de uma alegoria do ilustrador **Til** (Oswaldo de Almeida), sob o título “Homenagem do **Correio do Norte** aos heróis do abolicionismo brasileiro”, trazendo abaixo retratos da princesa Isabel, Joaquim Nabuco e membros do Gabinete João Alfredo, entremeados das palavras: “Salve 13 de maio — Liberdade — 1888”.

No mês em referência, o matutino repeliu, enêrgicamente, acres censuras de Manuel Caitano, d’**A Província**. Extintos os “Pizzicatos”, iniciava-se, a 16 de junho, a crônica “Notas à margem”, por A. F. (Antônio Florentino). Ocorreram mais dois concursos: “Onde melhor se come no Recife?” e para a escolha popular de candidatos legislativos.

Diferentes edições foram as de 6, 7 e 8 de julho de 1915, cuja primeira página ostentou largas faixas de tarja, ao alto e ao pé, lendo-se, unicamente, ao centro, em três linhas de tipo negro, corpo 72: “A República em crepe — Triunfam a infâmia de um caudilho e o cinismo de um ladrão”. As

três páginas restantes encheram-se de artigos e telegramas especiais, em títulos fortes, a respeito do esbulho do senador eleito por Pernambuco, José Bezerra, e da ascensão do candidato Rosa e Silva, pelo qual se batera Pinheiro Machado, presidente do Senado, sendo alvo, os dois últimos, de cerrados ataques, de crítica violentíssima, incluindo vasto noticiário das manifestações de protesto locais e ainda **charges** que ridicularizavam os responsáveis pela espoliação.

Continuou o programa de ataques ao **marretismo**, sem faltarem acusações ao ex-governador interino Estácio Coimbra, prevalecendo, porém, como assunto primordial, as realizações do General Dantas Barreto à frente da administração do Estado, a par de variada matéria geral, e, em média, duas páginas de anúncios. A partir da edição de 10 de setembro, reduziu-se o formato, mas aumentou para oito a quantidade de páginas, a cinco colunas de composição.

Logo mais, em edição normal, impressa em papel **couché**, solenizava-se o aniversário do jornal. A primeira página foi dedicada ao Governador Dantas Barreto (longo artigo e fotogravura). Na terceira, junto a um artigo de Mário Rodrigues, figuraram os maiores da redação: Antônio Florentino e José de Sá. O editorial comemorativo — “Um ano de lutas” — focalizou o primeiro estágio vencido e enalteceu os seus próprios merecimentos, “como um órgão genuinamente democrático, como uma coluna republicana de combate”, em contraste com “a imprensa atreita à velha rotina de um conservantismo industrioso e mistificador, filho da ociosidade ou da cobiça calculada, que reveste formas singulares de impassividade, sensatez e coerências proveitosas aos fins mercenários que visam, tanto quanto inócuas, senão prejudiciais à coletividade”.

A aprovação de Assis Chateaubriand no concurso para professor da Faculdade de Direito do Recife, em detrimento de Joaquim Pimenta, levou João Barreto de Meneses a assinar alguns artigos, no **Correio do Norte**, em fins de outubro, rebatendo acusações ao seu ponto de vista, contrário que era ao “critério político” adotado pela mesa julgadora. Em apoio ao articulista, escreveram Artur Maranhão e **Modestino**, autor da nova seção “Atualidades...”, que acentuou: “... na classificação do candidato Assis Chateaubriand não houve a necessária justiça e, muito menos, liberdade moral, pois, à

excessão de dois ou três lentos, os demais votaram discricionariamente, como se votassem num candidato político” (3).

Estava no fim a existência do diário dantista, cuja edição de 31 de outubro abriu com o artigo “Até quarta-feira”, assim começando: “O **Correio do Norte** suspende hoje a sua circulação por três dias, devendo reaparecer na próxima quarta-feira como órgão vespertino”. Seguiu-se um histórico da atuação do jornal em face da administração pública estadual, repetindo encômios a Dantas Barreto, sem faltarem as efígies dos dois redatores principais. Nota final esclareceu que o **Correio** passava a circular à tarde “por exigências de ordem gráfica e tipográfica”, prometendo dar um serviço de informações completo e variado. (**Bib. Púb. Est., Bib. Fac. Dir.-UFPe. e Arq. Púb. Est.**).

1915

CORREIO DA TARDE — Começou a circular no dia 3 de novembro de 1915, com o nº 298, ano II, continuando a existência do **Correio do Norte**, a que sucedeu, sem qualquer modificação material nem pessoal, mantida a direção de Antônio Florentino de Abreu Rêgo.

O artigo de apresentação, na terceira página, esclarecia: “. . . esta fôlha reaparece hoje sem a menor alteração no seu programa político de apoio ao governo do Estado e solidariedade com o Partido Republicano Democrata”, acentuando: “Para bem corresponder à acolhida pública, nesta nova fase, desenvolveremos o nosso serviço de informações, interessando nêle todos os leitores”.

Só uma seção nova foi criada: “Retalhos dos jornais de hoje”; e as “Atualidades” passaram a ter a assinatura de **Edson**. Pouco depois de uma quinzena, sob a alegação de falta de papel adequado, suspendia-se o jornal “temporariamente”, assegurada “para breve a sua nova circulação”.

Entretanto, a empresa não pôde recuperar-se, e o **Correio da Tarde** morreu após sua edição de 20 de novembro, só

(3) O jornalista Assis Chateaubriand manteve acesa polêmica com os seus atacantes, através do diário **A Epoca**, do Rio de Janeiro, sendo-lhe os artigos, no todo ou em parte, divulgados, aqui, pelo **Jornal Pequeno**. Ajudou-o na peleja o irmão Osvaldo Chateaubriand.

deixando dezoito números publicados (*) (Bib. Pú. Est., Arq. Pú. e Bib. Fac. Dir.-UFP).

1916

IMPrensa OFFICIAL (1) — Criada mediante resolução do governador Manuel Antônio Pereira Borba, sendo secretário do Interior Antônio Vicente de Andrade Bezerra (2), começou a circular a 14 de janeiro (3) de 1916 (4), obedecendo ao formato de 30 x 22. Abrindo a página o emblema do Estado, seguiu-se um Aviso, com as seguintes indicações: Assinaturas anuais para todo o Estado — 15\$000; número avulso — 100 réis; atrasado — 300 réis; vendagem e assinaturas feitas na Diretoria do Interior. Os funcionários públicos estaduais poderiam receber a folha mediante o desconto de 1\$000 mensais em seus vencimentos.

Cumprindo o programa exarado no respectivo regulamen-

(*) Sebastião Galvão, no seu "Dicionário", registara: "Desapareceu logo, tendo vivido dez dias apenas".

(1) Foi Gonçalves Maia quem primeiro lançou a idéia da fundação de um diário oficial no Recife, o que fez na edição de 30-6-1892, do **Estado de Pernambuco**, através da crônica "Em revista", quando escreveu:

"O dinheiro que se gasta atualmente com as publicações oficiais, isto é, o dinheiro gasto em um ano, daria para a criação de um Diário Oficial e a sua subsistência por mais de quatro anos. Por que não temos um Diário Oficial, como o Estado do Rio, São Paulo e tantos outros Estados por aí? Que desvantagem poderia vir daí? Eu ofereço a idéia aos poderes competentes. Que sirvam-se ou não dela".

(2) A resolução, datada de 27-12-1915, foi concebida nos seguintes termos: «O governador do Estado, verificando ser possível ocorrer aos serviços de publicação e impressão do expediente do governo e repartições públicas com dispêndios menores do que os que resultam para a fazenda pública do sistema atualmente adotado; considerando necessário uniformizar o mesmo serviço de modo a ter completa e imediata fiscalização sobre tudo quanto a êle concerne, e atendendo a que, dentro dos créditos irçamentários, poderá o governo instalar e custear o aludido serviço de forma a serem atingidos os fins acima referidos, resolve, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 57 da Constituição estadual, sejam, a partir de 1 de janeiro próximo futuro, feitas por administração, em oficina e jornal especialmente mantidos pelo Estado, tôdas as publicações e impressões dos atos oficiais, expedindo para o mesmo serviço o regulamento que a êste acompanha".

(3) Não no dia 15, conforme registou Sebastião Galvão, no "Dicionário".

(4) "Tendo sido Pernambuco um dos lugares em que primeiro se exercitou o jornalismo no Brasil, foi dos últimos a instituir, definitivamente, o jornal do governo" — Mário Melo ("A Imprensa Pernambucana em 1918", memória apresentada ao I Congresso Nacional de Jornalistas).

to, o órgão oficial divulgava todos os atos do poder executivo, expediente das repartições, serviço das duas casas do Legislativo e do poder judiciário e um ou outro estudo histórico, geográfico ou estatístico sobre Pernambuco. Depois dos primeiros meses, inseria, também, anúncios, não muitos.

Impressa na oficina que pertenceu ao diário **O Tempo**, adquirida pelo governo e instalada na parte posterior do edifício do Ginásio Pernambucano (hoje Colégio Estadual), a fôlha teve como revisores Dioclécio Duarte e Joaquim de Oliveira, nomeados por ato de 8 de janeiro, juntamente com Manuel José da Costa Júnior, êste na qualidade de escriturário. Joaquim de Oliveira logo foi comissionado na função de Diretor.

A proposta orçamentária para o exercício de 1916-17, divulgada a 19 de abril de 1916, registou um dispêndio real de 10.000\$000 para a **Imprensa Oficial**, diferença entre a receita de 50.000\$000 e a despesa de 60.000\$000, quando, em orçamentos anteriores, os diversos serviços oficiais consumiam 77.400\$000.

De feitio ligeiro, começou com oito páginas, mas estas logo foram aumentadas para doze e dezesseis, havendo edições mesmo maiores, conforme o montante das publicações, principalmente nos períodos de função do Poder Legislativo, além da matéria obrigatória das emprêsas particulares e dos municípios do Estado.

Motivos circunstanciais levaram, porém, o governo de José Rufino Bezerra Cavalcanti a encerrar as atividades da **Imprensa Oficial**, cujo último número saiu a 31 de agosto de 1920 (5).

As coleções arquivadas constam, cada uma, de 14 volumes (**Bib. Púb. Est., Inst. Arqueol. e Bib. Fac. Dir.-UFPe.**).

JORNAL DO POVO — Vespertino, iniciou sua publicação a 5 de fevereiro de 1916, em formato grande, de sete colunas, com quatro páginas, ostentando a divisa: "Tudo pelo povo e para o povo". Diretor — Soares Guimarães; gerente — Amadeu Guimarães. Redação e oficina à rua Abreu e Lima ns. 3 e 5. Tabela de assinaturas: ano — 24\$000; se-

(5) Por ato de 1 de setembro de 1920, determinou o governador do Estado fôsse criada a Tipografia da Casa de Detenção, com o aproveitamento do material da **Imprensa Oficial**. Enquanto isto, em virtude de concorrência pública, os atos oficiais passaram a ser divulgados pelo **Jornal do Commercio**.

mestre — 12\$000; para o exterior — 28\$000 e 14\$000, respectivamente.

Lia-se no artigo de abertura, intitulado “O nosso programa”: “É o mais liberal e independente que se possa enquadrar no conceito moderno de imprensa. Será o programa do esforço sincero e patriótico, desenvolvido com a energia serena e o desprendimento generoso do verdadeiro jornalismo que se consagra à defesa dos interesses coletivos de um povo”.

Artigo longo, ocupando três colunas, teceu considerações sobre a vida nacional, focalizando a crise financeira e a orgia administrativa do presidente Wenceslau Braz. Sem obedecer “a injunções de natureza partidária”, liberto “da disciplina e da arregimentação política”, seria “o arauto dos verdadeiros interesses e das grandes aspirações da comunidade”, o órgão de defesa das classes conservadoras, as liberais e as populares, acrescentando: “Analisaremos os atos do governo e da política, sem distinção de côres e grupos; acompanharemos, vigilantes e altaneiros, os seus passos, sem o mais ligeiro intuito preconcebido de tecer-lhes ditirambos incondicionais ou de apupá-los tenazmente”.

Após ressaltar que sua atitude refletiria, “invariavelmente, a corrente mais bem orientada da opinião pública”, concluiu: “Queixas, reclamações individuais, ou mesmo aspirações coletivas, trazendo em si um direito postergado ou um anelo humano e justo, não disputarão aqui esforços, simpatias e patrocínios defensivos. Nós é que disputaremos a defesa ardorosa, intransigente e impávida, das suas causas. Somos do povo — tudo pelo povo e para o povo”.

Noutro editorial, de duas colunas, sob o título “As garras do polvo”, censurou a administração de Manuel Borba, que desvirtuara “os princípios essenciais à boa prática dos regimes administrativos”, enchendo as repartições de parentes e amigos.

Num terceiro artigo, já na segunda página, intitulado “A postos!”, dizia estar a fôlha “liberta, em tôda a sua plenitude, dos autocratas do vetusto casarão da praça da República”, acentuando mais adiante: “Aqui, à sombra confortadora da gloriosa flâmula do Partido Democrata Pernambucano, tendo como chefe único o eminente General Dantas Barreto, ficamos de atalaia, como os invencíveis granadeiros de Pompéia, na defesa dos troféus da renhida e patriótica campanha de 1911 e dos princípios básicos do credo de nossas poderosas hostes, agora ameaçadas de despejo por essa

solífuga oligarquia, que procura, a **forcione**, com o sacrifício flagrante de velhos oposicionistas e o apoio incondicional de tráfugas do P. R. C., assenhorear-se da máquina eleitoral — a válvula de salvação dos governos que não têm raízes no coração do povo”.

Estampou, ao mesmo tempo, no centro da primeira página, um quadro em três colunas, com clichê da cabeça de Dantas Barreto num dos ângulos, trazendo cinco estrofes de saudação ao estadista, ora chamado “coluna de ouro e mármore”, ora “sol”, ora “água”, assim terminando:

“Vamos! Salva a nação quase sem fôrças, langue...
Vamos! Salva a nação do abismo em que resvala...
Que seja, dessa luta, a água lustral — o Sangue!
Que seja, dessa luta, a catequese — a Bala!”

Ainda no primeiro número, a seção “Na liça”, assinada por **Leônidas**, teve a estreá-la os seguintes decassílabos:

“Na liça, altivo, ousado, audaz e forte,
Ao som da “Vassourinha” entro de nôvo,
De pena em riste, para a vida ou a morte,
Em defesa titânica do POVO.

Vamos! Coragem! Para a frente! Avante!
Entremos na refrega, sem piedade,
Nesse prélio ciclópico, gigante,
Do Direito, da Paz, da Liberdade.

A postos! um por todos, noite e dia,
Erguendo barricadas e trincheiras
Contra êsse cancro — a estige oligarquia
dos Bezerras, dos Borbas, dos Pereiras”.

Seguiu o **Jornal do Povo** sua trajetória, sempre com quatro páginas, sendo duas de anúncios. Matéria variada, a saber: editoriais, sueltos, noticiário, serviço telegráfico; as seções “Solilóquios”, crônica (às vêzes política) de Flósculo da Paz; “Carnaval”, por **Zé Palhaço**, e “Epitáfios”, quadra encimada por emblema fúnebre, a cargo de **Ko-Veiro**; o comentário “Cotas e Coisas”, de Edgar Neto, etc.

Nem liberal nem independente, veio a focalizar a “traição do Partido Republicano Democrata pelo sr. dr. Manuel Borba”, cujo govêrno continuou a fustigar com críticas e ata-

ques sucessivos, enquanto defendia a administração anterior, exercida pelo General Dantas Barreto, em consequência do que entrou em constante atrito com o **Diário de Pernambuco**.

Do corpo redacional constavam Monte Sobrinho (secretário), Lídio Gomes, Conrado da Costa, Flósculo da Paz, Edgar Neto, Francisco Abrantes Pinheiro, Landulfo Medeiros, Baltazar José de Oliveira e Mário Gomes, os três últimos servindo na revisão. Até 22 de março, quando faleceu, era administrador da oficina gráfica José Barreto Roma.

A par da matéria política e noticiosa, apareciam, quase diàriamente, sonetos, na primeira página, de diferentes autores, tais como Monte Sobrinho, Lídio Gomes, Baltazar de Oliveira, Mendes Martins (póstumo), Landulfo Medeiros, Amaro Avelar, Salatiel Costa, Oscar Lisboa, Conrado da Costa, etc.; algum artigo assinado por **Lázaro Chagas** (pseudônimo de Esdras Farias) e boas páginas sôbre o Carnaval, nas datas de 4 e 6 de março.

Não deixou o virulento órgão de sofrer as consequências de sua campanha contra o governo, do que é prova a nota de 8 do mencionado mês, em tipo corpo 18, negrito, intitulada "A vingança de Calabar", onde se lia:

"O governador do Estado, dr. Manuel Antônio Pereira Borba, traidor e vingativo, pequeno e mesquinho, mandou promover uma penhora executiva contra o **Jornal do Povo**, para que êste pague o que **A Republica** ficou devendo ao fisco municipal, proveniente do impôsto de porta aberta em 1914: 576\$000, fora as custas".

Cinco dias depois, apareceu tôda a primeira página cercada de tarja, lendo-se ao centro, em letras garrafais: "Senado — presidente: Comendador Pereira de Araújo", e abaixo: "O povo, o povo lealmente dantista, cobre-se de luto; a Presidência do Senado é uma capitulação com a máscara de acôrdo que a fraqueza impôs". Longo artigo, abrindo a segunda página, condenava, com veemência, a indicação feita pelo governador Manuel Borba.

Soares Guimarães, que assinava artigos políticos do gênero panfletário, voltou-se, nas edições de 20 e 21, contra o jornalista Mário Melo, que o criticara pelas colunas do **Diário de Pernambuco**.

A edição do dia 23, ainda de março, dedicou a primeira página ao General Dantas Barreto, exibindo clichê em cinco colunas e longo panegírico.

Novamente com grande destaque, escreveu Soares Gui-

marães, a 1 de abril, que o advogado da Prefeitura (seu velho amigo Argemiro Arôxa) mandara efetuar penhora em bens do **Jornal do Povo**, para pagamento de impostos atrasados d'**A Republica**. Dois dias após, foi intimado pela segunda vez, declarando, noutra nota de estardalhaço: "Note o público que, depois d'**A Republica**, funcionaram no mesmo edifício **A Tarde**, o **Correio do Norte**, o **Correio da Tarde** e, agora, o **Jornal do Povo**".

Após a edição do dia 4, ficou fora da circulação, reaparecendo a 10 de abril. Dedicou as edições de 24 e 25 à chegada ao Recife de Dantas Barreto.

Todavia, o panorama político tendia a apresentar surpresas. Realmente, decorreram poucos dias e o órgão dantista teve sua primeira página, a 3 de maio, inteiramente cercada de tarja, lendo-se, ao centro, em enormes caracteres:

"Aos dantistas intransigentes, aos verdadeiros elementos da gloriosa campanha de 1911, em face desse casamento híbrido da política pernambucana, o **Jornal do Povo**, com muita sinceridade, apresenta os seus leais e tristurosos **PÊ-SAMES**".

Frisou, em artigo da 2ª página, que Dantas Barreto não podia capitular tão desastrosamente, acentuando haver o acôrdo com Borba girado em tórno da candidatura Heitor Maia à deputação. Dantas apresentara-o, batera-se por êle, repelira conchavos até pouco tempo antes, mas, assediado por amigos desleais, terminou capitulando. "O General é um vencido e nada mais".

No dia seguinte, dizia um quadro em duas colunas, abrindo a 1ª página: "Em face do acôrdo político, esta fôlha, não querendo viver sob a prepotência da politicalha borbista, desfralda aos quatro ventos tôda a beleza rubra do seu pavilhão de combate e, com muita altivez e muito critério, declara-se independente em sua forma de agir. O seu programa será a sua divisa: Tudo pelo povo e para o povo". Concluiu pondo-se à disposição de todos os leitores que quisessem comentar o acôrdo entre as duas fações políticas.

Continuou com artigos diários de crítica a Dantas Barreto, inclusive assinados pelo diretor Soares Guimarães, que deu as razões do seu rompimento com a fação dantista.

Na edição de 12 de maio de 1916, a primeira página foi dedicada aos "corifeus gloriosos da cruzada da abolição", exibindo grande alegoria, desenhada por **Til** (pseudônimo de Osvaldo de Almeida). A terceira apresentou enorme manchete, prometendo reportagens sensacionais sôbre escândalo

los administrativos, conlúio entre o Governador do Estado e o comércio, em prejuízo do Tesouro, concessões, conchavos e importantes firmas “na berlinda”.

Entretanto, não mais circulou o **Jornal do Povo**, o qual, com a referida edição, encerrou, definitivamente, sua atividade na imprensa indígena (1). Houve, apenas, 75 números publicados (2) (**Bib. Púb. Est., Arq. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. -UFPe.**).

JORNAL DO RECIFE (Edição Vespertina) — O prestígio e a aceitação do matutino de igual nome (ver Vol. II: “Diários do Recife — 1829-1900”) no seio de tôdas as classes, como órgão de opinião, levaram a firma proprietária da empresa a criar uma edição da tarde (1-A), cujo primeiro número foi dado à circulação no dia 1 de abril de 1916. Abaixo do título, êste desenhado na mesma letra gótica do outro, lia-se: “Ilustrada, Noticiosa e Independente”.

Declarava o editorial de apresentação: “...é o nosso desiderato fornecermos o mais copioso ementário de informações úteis ao comércio, à agricultura, à indústria e a todos em geral. Merecerá nosso especial cuidado o serviço telegráfico, que será mantido o mais vasto possível, como exige o atual momento. O nosso apoio será dado a todo aquêl que souber se traçar e seguir o caminho reto do dever”.

Apareceu com oito páginas e assim continuou, na qualidade de jornal ligeiro, inserindo as seções “De relance”, por **Max**; “Na berlinda”, a cargo de **Bob**; “Coisas úteis”; “O assunto em foco”; “Vida elegante”; “Vida social”; “À porta do Nogueira”, por **Blac & White**; “Desportos”; “Tópicos”, de Adalberto Camargo; reportagens, entrevistas e um “Indicador”, ocupando página inteira, “para facilitar aos leitores quaisquer dúvidas que tenham sôbre repartições federais e estaduais, chefes de seções, pessoal administrativo, Forum, instrução, médicos, corpo de bombeiros, consulados, calendário, higiene, saúde pública, polícia, etc.”.

Devido à falta de papel, passou a publicar-se, desde 1 de

(1) Errôneamente, Sebastião Galvão, no seu “Dicionário”, prolongou a existência do **Jornal do Povo** até 15 de maio.

(2) O **Jornal Pequeno**, edição de 24 de maio, noticiou achar-se à venda a empresa tipográfica do extinto órgão, com as respectivas instalações, a tratar no escritório, com Soares Guimarães.

(1-A) Não consta da relação de Sebastião Galvão (obra citada) o aparecimento da edição vespertina do **Jornal do Recife**.

maio, com quatro páginas, o que ocorreu até 1 de setembro. Prosseguiu com oito, mas, no princípio de 1917, reduziu-as para seis, assim permanecendo. Oferecia-se a assinatura anual a 28\$000 e a semestral a 14\$000, preços que só em julho de 1921 vieram a ser elevados para 30\$000 e 16\$000, respectivamente, sendo o número avulso vendido a 100 réis (2).

Durante algum tempo, a começar de setembro do primeiro ano, apareciam edições em duas cores, com clichês nitidamente impressos. Nessa época iniciava-se o cine-folhetim "Dr. Rameau", de Jorne Ohnet, em tradução de Pínhairo Chagas, e Maviael do Prado redigia o comentário "Corrente calamo". Assinava a seção carnavalesca, na época precisa, **Pierrot** (pseudônimo de Osvaldo de Almeida).

A partir de 1919, o tipógrafo-jornalista João Ezequiel manteve, diariamente, o comentário "Notas e Impressões", abordando os temas mais diversos. **Miravento** era um cronista de notas soltas. **Guanabara Filho** assinava "Carta Aberta". Apareciam versos de Fernando Burlamaqui; colaboração, em prosa, de José Maria Belo; **Paula Judeu** (outro travesti de Osvaldo de Almeida); Nelson Firmo, com artigos políticos pró-Dantas Barreto; **Epaminondas**, que assinava comentários sobre a política de Palmares; Antônio Napoleão Arcoverde, de Rio Branco (atual Arcoverde); **Zema**, o cronista de "No veio do tempo"; mais as seções "Figuras e Fatos"; "Piadas e Peiadas" e "Faiscas", ambas de versos humorísticos, assinadas por **Zé Canudo** e **Gavroche**, respectivamente.

No ano seguinte, liam-se produções de Oscar Mendes Guimarães, **Paulo de Atagiba** (pseudônimo de José Firmo), com a seção "De tudo"; Costa Monteiro e Élfego Jorge de Sousa, ambos vervejando; **Xisto**, que assinava "Coisas da época"; Antônio Carneiro Leão; **Bolivar**, o da crônica intitulada "Cardápio"; **Jadyr**, o das "Ferroadas", em versos, e José Firmo assinava o próprio nome na crônica "De leve", enquanto **Wald** (Valdemar Costa) vinha desenhando **charges** em torno da política de costumes.

Foi em abril de 1920 que teve início, embora durasse pouco tempo, a "Crônica Elegante", firmada por **Tibaldo**

(2) O preço dos jornais era, então, motivo de constantes reclamações. Gazeteiros inescrupulosos vendiam matutinos e vespertinos, nos dias maiores e fora de portas, a \$200, \$300 e até \$500. Mas o abuso continuou e, pelo menos nos trens e cidades do interior, jamais alguém comprou, nem compra hoje, jornal pelo preço marcado.

d'Alcazão, pseudônimo de Austriclínio Ferreira Quirino ou **Austro Costa**, travesti êste que adotou a vida inteira. Já no mês de setembro veio a ter curso, com certo destaque, a crônica ligeira “Vespertinas”, do **Conde d'Oriol**, pseudônimo de Antônio Fasanaro, que também firmava comentários literários com o próprio nome. Foi quando o **Barão de Zeta** criou “Olinda fascinadora” e **João do Recife** andou “Pelos arraiais políticos”.

Em maio de 1921 iniciavam-se as “Mínimas”, comentário filosófico de Batista de Oliveira. Logo mais, **Leo** (Leovigildo Júnior) escrevia “Às pressas”; Josué Brasil firmava “Pingos de vela”; **Zé da Rua** aparecia “Uma vez por outra” e **Gentil Amado** encetava, em setembro, “A estação balneária”, seção bastante movimentada e ilustrada, pseudônimos, os dois últimos, de Esdras Farias, que, também, com o nome ou as iniciais, assinava prosa e verso a torto e a direito.

Sucediam-se seções, pelos anos adiante, tais como: “Faiscas”, por **Gavroche**; “Rindo e castigando”, de **João de Gaibu** (pseudônimo de Franklin Seve); “Tópicos do dia”, por **Madame Sousa**; “Notas e Impressões”, de **Joluz** (que era o mesmo João Ezequiel de Oliveira Luz); “Da minha terra”, por Artur Barbosa; “De leve”, a cargo de Nelson Firmo; “Album lusitano”, de Álvaro Abranches; “Uma por dia”, sonetos de crítica aos maiores da situação; “Cartas de Paris”, mandadas por Sinfrônio Magalhães; “Gargalhadas”, por **Zé Peralta**; “Descantes”, a cargo da turma **Tau, Leo & Lan** (Taurino Batista, Leovigildo e Landulfo Medeiros); “A Princesa do Verão” (1923), do **Marquês de Viral**, que era Osvaldo Santiago; “Pescando”, versos humorísticos de **Cobra d'Agua**, com clichê simbólico; “Salpicos”, de **Zé de Casa** (pseudônimo de Eustórgio Vanderlei), também com clichê, sendo os desenhos do próprio Eustórgio; “Crônicas”, por **R. Danilo** (Arlindo Moreira Dias); “Fases & Frases”, pelo **Visconde d'Ardule** (travesti de Leduar de Assis Rocha); “Variedades-Modas-Assuntos Interessantes”; “Reparos”, por Elpídio Dias do Sacramento; “Pinguinhos”, de **Sá-Poti** (esconderijo de Pedro Lopes Cardoso Júnior); “Colmeia”, por **Abelha Mestra** (ainda Eustórgio Vanderlei), etc.

A vespertina proporcionou idênticas campanhas, sofreu as mesmas dores que a matutina. Na edição de 4 de agosto de 1930, alguns dias após o assassinio do presidente paraibano João Pessoa, a seção “Pinguinhos”, de **Sá-Poti**, ocupando cerca de dez centímetros de altura por uma coluna, começava pelas palavras “Washington Luís” e terminava

com estas: "... pela censura", deixando o local do texto todo em pontinhos, entre êles, aqui e ali, os nomes de João Pessoa e Duarte Dantas. Em nota à parte, explicou a redação: "Devido ao pedido do sr. chefe de polícia — o que importa numa censura — o **Jornal do Recife** deixa, por isso, de dar publicidade a algumas notícias e comentar certos fatos", do que pedia desculpa aos leitores.

Entre os colaboradores da edição da tarde, pelo tempo a fora, contavam-se Oliveira e Silva, Osório Borba, Luís Moreira, Fernando de Sá, engenheiro Eduardo de Moraes, Berguedof Elliot, Carlos Dias Fernandes, Herundina Prazeres, Mário Sete, Artur Gantois, Amadeu de Aguiar, Renato de Aragão, Oscar Lopes, Dário Souto, Austro Costa, Monte Sobrinho, João Monteiro, Landulfo Medeiros, Antônio Neto e Cruz Ribeiro.

Sob a direção e propriedade de Luís Pereira de Oliveira Faria (o **Coronel Faria**), tinha a vespertina como redator-chefe Taurino Batista, depois substituído por Aprígio Faria, sendo redator-secretário, sucessivamente, Nelson Firmo de Oliveira, Leônidas do Amaral, Leduar de Assis Rocha e Batista de Oliveira. Noutras funções do corpo redacional figuraram Franklin Seve, Artur Gantois, Mavíael do Prado, Monte Sobrinho, Leovigildo Júnior, Esdras Farias, Cussi de Almeida Júnior, Osvaldo Santiago, Eustórgio Vanderlei, Eugênio Coimbra Júnior, Manuel Ribeiro, Valdemar de Amorim, Alfredo do Carmo, Luís Gomes do Rêgo Lima, Pedro Pope Girão, Renato Gouveia, Moraes de Oliveira, etc.

A publicação prolongou-se até 30 de maio de 1931, quando foi suspensa "por motivos ponderosos", prometendo, em vão, voltar à circulação "dentro em breve" (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

A LUCTA — Órgão do Centro Cívico 6 de Setembro — Publicou-se o primeiro número a 15 de novembro de 1916, no formato de 36 x 24, com quatro páginas a três colunas de 12 cíceros. Assinava-se a 1\$000 por trimestre (1\$500 para fora da capital) e custava 100 réis o exemplar, sendo a circulação semanal (1). Trabalho gráfico da oficina de Júlio Agostinho Bezerra, situada na rua do Imperador n° 295.

"... surge na arena jornalística desta terra, onde mourejam pontífices sublimados da imprensa indígena, o modes-

(1) Logo mais, **A Lucta** tornava-se diário. Daí, figurar neste volume.

to jornal que talvez por ironia da sorte chamaram-no **A Lucta**” — dizia o artigo de apresentação, acrescentando: “... para transportar-se às regiões do pensamento, não busca os proventos da simpatia, antes os da justiça dentro da verdade republicana que o Centro Cívico 6 de Setembro há esposado em prol da pátria e do povo”.

Nasceu com o próprio Centro, destinada a ensinar “verdades para a religião do Civismo”, aproveitando “as proveitosas lições do grande republicano General Dantas Barreto, praticamente esparsas num govêrno onde o exemplo da moral se evidenciou, que estão agora fazendo proliferarem novas teorias para a evolução moderna”.

Exibindo clichê de Dantas Barreto na primeira página, **A Lucta**, que tinha redação à rua das Cruzes (hoje, rua Diário de Pernambuco) nº 41, 1º andar, era redigida, principalmente, por José Libânio Machado, Monte Sobrinho (redator-secretário), Antônio Martins Filho e Renato Faelante da Câmara. Não foi órgão exclusivamente político — apoiou o govêrno de Manuel Antônio Pereira Borba — mas também noticioso, comentando os acontecimentos mais palpitantes da cidade. Anúncios na quarta página.

O nº 6, de 18 de dezembro, estampou, na primeira página, clichês de Borba e Dantas, chamando-os os “dois maiores filhos do nosso caro Estado”, assim comemorada a data em que, um ano antes, o chefe do Partido Democrata de Pernambuco transmitia ao outro “o timão do govêrno”.

Encerrado o ano com sete números publicados, o nº 1, ano II, de 1917, circulou a 4 de janeiro. O nº 2, cinco dias após, saiu em edição especial de oito páginas, impresso em papel **couché**, a primeira das quais, circulada de vinhetas, trazendo fotogravura do General, com legenda em versos de exaltação, por motivo da chegada, do Rio de Janeiro, do “filho imortal da terra de Nabuco”, cujas festas de recepção foram noticiadas no texto.

A partir do nº 4, prolongando-se por oito edições, divulgou extenso trabalho de José Libânio Machado, intitulado “Porque sou político”.

O mês de janeiro trouxe o rompimento dos “dois grandes”. O artigo “Na escalada...”, abrindo a edição do dia 19 (de seis páginas, igualmente à seguinte), dizia inicialmente: “A comédia está finda... Ao triste apagar das luzes e ao lento descer do pano, já nada resta, enfim, dessa formidável farsa que foi, incontestavelmente, a tão apregoada **lealdade política** do sr. dr. Manuel Borba para com o partido que o

elegeu e — o que é mil vêzes mais doloroso ainda — para com o chefe generoso e amigo que o arrancou, demasiadamente confiado e irrefletidamente crente, da humildade burguesa de uma pobre fábrica lá dos confins de Goiana”. Concluiu, após historiar os fatos que deram lugar ao rompimento:

“Em face, pois, dessa nova situação oriunda dos caprichos do dr. Borba, desfraldamos daqui, com acrisolado civismo, o pavilhão augusto das nossas crenças, onde existe, em caracteres de S.O.S., a inscrição seguinte: Povo, Pátria, Liberdade e Dantas. Ave! General!”

Mudou, portanto, o aspecto pacífico d'**A Lucta**, fazendo jus, dessa maneira, ao título que adotara. E a começar do nº 5, de 1º de fevereiro, tornou-se diário vespertino, trazendo, em cada lado do cabeçalho, uma frase de Dantas Barreto: “O direito é a garantia da ordem” e “Na paz como na guerra”. Cresceu o formato para cinco colunas e alterou-se a tabela de assinaturas, que passou a indicar: ano — 28\$000; semestre — 14\$000, continuando a 100 réis o exemplar. Assumiu a direção José Manuel do Rêgo Barros.

Em nota da primeira página, ilustrada com clichê do patrono político, lia-se: “Como em 1911, aqui estamos, dedicados e amigos, ao lado do General, na defensiva das liberdades do povo”. E mais: “Ao lado dêle e ao lado do povo que está com êle, estamos hoje, como estivemos em 11, como estaremos sempre. É o nosso programa”.

Com quatro páginas, pouco mais de uma de anúncios, dedicou-se, quase exclusivamente, à política, além de manter ligeiro serviço telegráfico e algum noticiário, inserindo artigos, também políticos, assinados por José de Sá e Renato Faelante; algumas **charges**; as “Chispas”, de **Jack**; “Piparotadas”, por **Sá Bido**, e “Epitáfios”, de **Ko Veiro**.

A Lucta censurava, em editoriais e notas, o **Diário de Pernambuco**, “o velho e quase caduco órgão do Beco do Peixe Frito” e “a desassisada sanfona do dr. Lira, sob a batuta reumática do extraordinário Maneco” (Manuel Caitano). Criticava, também, “o tradicionalismo” e “a opinião sibilina e oportunista do sr. Oliveira Lima”, assim como, e especialmente, os “disparates administrativos do sr. Manuel Borba”, a quem chamava “Manuel Antônio Iscariotes Pereira Judas”. Era o governador do Estado atacado a torto e a direito, sofrendo a mesma pena os jornais e jornalistas que o apoiavam, inclusive “Mário Melo Patuá”, “Aris...charco Lopes” e Tomé Gibson. Focalizavam-se, igualmente, “as manobras do General Joaquim Inácio”.

Ainda nos primeiros dias de fevereiro, **A Lucta** melhorou de feição, aumentando mais o formato (seis colunas) e tornando-se mais nítida a impressão. Modificou-se, do mesmo modo, a parte intelectual, criando novas seções, como as “Frasas & Frisos”, de Flósculo da Paz; “Os dignos”, clichês de personalidades políticas; “Cartas a êsmo”, de **Guizot**; “Salão azul”, abrindo as notícias sociais; “Notas do dia”, de fatos policiais; o folhetim “Acidentes da guerra”, do General Dantas Barreto; “De Zepelin”, por **J. K. Lado**; “Troçando e rindo”, por Osório; artigos políticos de Soares Guimarães e Sílvio da Nóbrega; literatura de Monte Sobrinho, Tondela Júnior, Oscar Lisboa e J. Costa.

Alimentou campanha contra a Fôrça Pública do Estado, denunciando “escândalos e mais escândalos” nessa corporação.

Em editorial do dia 26, lia-se, entre outros tópicos: “Se os redatores d’**A Lucta** não possuissem, modéstia à parte, a coragem espartana dos que sabem morrer de pé na defensiva gloriosa de um grande povo, não estariam aqui, como estão, intemeratos e fortes, de bisturi em punho, a dissecar, dia a dia, víscera por víscera, o cadáver moral dessa politicagem composta de elementos heterogêneos, que são, em sua maioria, verdadeiros pechelingues republicanos”.

Dois dias após, em artigo intitulado “A cair de podre”, o comentarista traçava uma série de considerações em torno das ameaças feitas ao jornal, dizendo ter conhecimento de que “o sr. General Joaquim Inácio havia garantido, em palácio, ao sr. dr. Manuel Borba, que os redatores d’**A Lucta** pagariam, muito em breve, tôda a sua audácia”. E concluiu: “Já estamos cansados de dizer a S. S., com excessiva sinceridade e incontestável franqueza, que os redatores d’**A Lucta**, como em 1911, não recuarão jamais, sejam quais forem as ameaças que lhes sejam feitas, diante de um qualquer obstáculo, maximé sendo êsse obstáculo partido de um govêrno que se encontra, apesar de tão nôvo ainda, francamente a cair de podre!” A 7 de março, noutra editorial, esclarecia: “São quatro os redatores dêste jornal. Se, porventura, perecerem três, nesta campanha tremenda, o último que ficar com vida desempenhará, decerto, com ombridade e civismo, não sòmente a sua missão, como também a dos companheiros mortos. Decididamente, Judas anda à procura de corda!”

Cinco dias depois, foi o redator-secretário Monte Sobrinho desacatado e convidado a comparecer ao gabinete do

Chefe de Polícia. No dia 16 ocorreram manifestações públicas, registrando-se uma tentativa de assassinio do General Dantas Barreto, profligada pela **Lucta**, com veemência, o que deu lugar à prisão do gerente José Libânio Machado. A 19, em nota assinada, Monte Sobrinho dizia-se ameaçado de morte, responsabilizando o Governador Manuel Borba pelo que lhe viesse a acontecer. Gazeteiros viviam sob ameaças de prisão e surras, por vender a desabusada fôlha anti-governista.

A edição do dia 23, contendo seis páginas, foi inteiramente dedicada ao aniversário do General Dantas Barreto, clichê na primeira, vinhetas e o título principal "Homenagem d'A **Lucta** ao futuro presidente da República". Várias fotogravuras ilustravam as páginas internas, de elementos da política dantista e dos redatores do órgão (2).

Embora sem assiduidade, apareciam artigos de Renato Faelante, Raimundo Pais Barreto, Artur Lapa e Lauro d'Alba. Todos os dias a página de frente ostentava clichê de Dantas Barreto, sob o título "A nossa divisa" e a legenda (palavras do general): "Na paz como na guerra; para a vida ou para a morte". A partir de 4 de abril, lia-se, abaixo do título: "Órgão genuinamente dantista".

Nesse mês deixava suas funções o gerente José Libânio Machado. No dia 3 de maio, o diretor José Manuel do Rêgo Barros era convidado a comparecer ao gabinete do Chefe de Polícia, pedindo-lhe a autoridade que modificasse a linguagem da campanha contra o General Joaquim Inácio, comandante da força federal no Recife, uma vez que alguns oficiais do Exército se mostravam ofendidos, podendo a situação tornar-se pior. Nem a fôlha abrandou a linguagem nem houve desacato a qualquer dos seus redatores, entre os quais já se encontrava Austro Costa.

Dois dias após, divulgava-se o seguinte "Aviso necessário": "A **Lucta**, tendo vivido, até agora, simples e unicamente, do poderoso auxílio da simpatia pública e dos esforços ingentes dos seus redatores, declara, para evitar dúvidas, nada dever a ninguém".

Mas estava por um fio a existência do valente jornal,

(2) De Monte Sobrinho dizia a legenda: "A sua pena é uma espécie de bisturi: corta tecidos e espedaça vísceras".

que, alguns dias após haver criado a seção “Indiscreções”, de crônicas assinadas por **J. Abelhudo**, suspendeu sua circulação com o nº 90, de 15 de maio de 1917 (3).

Passados poucos meses, reapareceu **A Lucta**, “órgão filiado ao Partido Republicano Democrata”, a 23 de agosto, sob a mesma direção, tendo redação e oficina própria instaladas à rua Marquês do Herval (hoje, da Concórdia) nº 452. Adotou os primitivos **slogans** do cabeçalho e abriu a primeira página com fotogravura de Dantas Barreto.

Voltava, conforme o editorial de abertura, “como um óbice atirado em cheio à vertigem dos desmandos desse governo, como um clarim de guerra a vibrar, de extremo a extremo, despertando energias adormecidas e suscitando energias novas”.

“... êste jornal, em absoluto, não vem encetar uma campanha nova e sim colocar-se, mais uma vez, no seu elevado pôsto de combate, reservando para si, nas escaladas supremas, em proveito da pátria maculada em suas tradições e do povo chicoteado em seus brios, a maior parcela de sacrifícios”. E arrematou: “Ave! Dantas Barreto!”.

Mal impressa, apresentando tipagem gasta, **A Lucta** manteve o corpo redacional anterior, apenas substituído Martins Filho por José Pedro Veloso da Silveira, e intensificou a campanha contra o governo de Manuel Borba, fazendo-o em linguagem das mais violentas. Conservou o formato, dedicando uma página, a última, a anúncios. Não circulava aos domingos.

Logo na edição seguinte, o diretor assinou uma nota “Ao público”, denunciando ameaças de empastelamento e de agressões físicas — o que absolutamente não demovia o jornal do caminho traçado — e responsabilizando o Governador Manuel Borba por qualquer ato de violência contra a sua redação e oficina e os que nelas trabalhavam. Na

(3) No dia seguinte, em carta ao **Jornal Pequeno**, explicava o diretor José Manuel do Rêgo Barros: “Por motivo da falência da Casa Agostinho Bezerra, **A Lucta** suspende, temporariamente, a sua publicação, a fim de tratar da montagem das suas oficinas”.

A 17 de maio, porém, Júlio Agostinho Bezerra, proprietário da Agência Jornalística Pernambucana, dirigiu-se àquêle vespertino, pondo os pontos nos ii: “... não foi esta (a falência) a causa principal, uma vez que as oficinas continuam a trabalhar sem nenhuma interrupção, mas sim por não poder continuar a fazer a impressão do referido jornal sem mediante e prévio pagamento, conforme ficou deliberado pelos sindicatos da referida massa, visto ser a mesma redação devedora à firma de quantia já avultada”.

ocasião, eram rasgados numerosos exemplares d'**A Lucta**, tomados aos gazeteiros que a distribuíam no arrabalde de Santo Amaro, a mando do chefe borbista Virgílio de Me-deiros.

O destemido órgão não poupou mais o grande inimigo, chamando-o traidor, cínico, pusilânime, imbecil. Investiu, acerbamente, contra o órgão borbista **A Ordem**, ao qual denominava **A Titica**, chamando aos respectivos redatores "rebutalhos de gente".

Em sua nova fase, **A Lucta** adotou as seguintes seções: "Girândolas", de versos, por **Pirralho**; "Cartas ligeiras", a cargo de Costa Leite; "Fagulhas", por **H. Menon**, e "Em revista", de Miguel da Fonseca, tôdas versando sôbre política. Liam-se artigos esparsos de Manuel Pessoa (de Luna) Filho e, para amenizar a aridez da prosa, vieram a ser divulgados, de quando em quando, sonetos líricos, ora de **Arnaldo Moreno** (Sabino Arnaldo dos Santos), ora de Austro Costa.

No primeiro dia de setembro afastava-se o redator-secretário Monte Sobrinho, que mereceu notícia altamente elogiosa em homenagem ao seu talento. Mas, voltou no dia 12.

Sobreveio um movimento grevista do operariado do Recife, ao qual deu **A Lucta** tôda cobertura, focalizando-lhe o lado político, tendo por isso sua redação cercada, durante alguns dias, por piquetes da polícia, enquanto se rasgavam exemplares da fôlha nas ruas.

Nada, porém, detinha a campanha contra a situação dominante, contra o "governo podre, de uma desonestidade comprovada" (edição de 8 de setembro). Nem faltaram, fora as "Girândolas", outros versos satíricos de **Griz Fernando**, as paródias de **Tibaldo d'Alcazão** (o mesmo Austro Costa ou Austriclínio Ferreira Quirino) e as "Borbeadas" de **Pablo de Medina Celi**, todos levando ao ridículo Manuel Borba e seus principais auxiliares, assim como o General Joaquim Inácio, os redatores d'**A Ordem** e Mário Melo, que defendia a administração estadual em artigos no **Correio da Tarde**, do Rio de Janeiro.

A 22 de setembro, a nota a seguir, em duas colunas, abria a primeira página: "Vivendo êste jornal, simples e unicamente, do seu próprio esforço e da honrosa simpatia que lhe dispensa o público independente e honesto de nossa terra, o seu diretor, dr. José Manuel do Rêgo Barros, pede aos distintos assinantes d'**A Lucta** o especial obséquio de salda-

rem as suas assinaturas". Essa advertência foi mantida, apenas variando de página (4).

Apesar de sua pugnacidade, o intranquilo órgão dantista não conseguiu ir mais longe, na luta encetada. Estancou com o nº 131, de 9 de outubro de 1917. Justamente quando declarava só descer sua "bandeira rubra de combate" ao desaparecerem de Pernambuco "todos os gatunos", frisando: "Um dantista morre, mas não recua". Outra nota, em letras fortes, colocada, à última hora, nas duas derradeiras colunas da primeira página, dizia:

"Devido à exiguidade de tempo, nada podemos adiantar aos nossos leitores com relação ao que se verificou, hoje, à hora dêste jornal entrar para o prelo, em nossas oficinas. Amanhã, porém, o público terá as necessárias informações sôbre o covarde e ignóbil atentado de que fomos vítimas, hoje, por parte dos janízaros dessa politicagem de lama que tem a sua afirmação irrefragável na infâmia dêsse govêrno" (5).

A Lucta não voltou a circular (6) (Bib. Púb. Est., Arq. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.).

Anos depois, em sua edição de 7 de setembro de 1925, **A Rua** fêz referência ao reaparecimento d'**A Lucta**, novamente na qualidade de órgão do Centro Cívico 6 de Setembro. Dessa última fase só foi possível encontrar um comprovante: o nº 3, de 18 de outubro de 1925, sob a direção de José Libânio Machado, tendo como redator auxiliar Hamilton

(4) **A Lucta** viveu sempre em dificuldades financeiras. Aludindo, vinte anos depois, à sua passagem pela redação dêste vespertino, como o primeiro emprêgo que tivera no Recife, escreveu o poeta Austro Costa: "Vida apertadíssima. Quase fome" (entrevista concedida a José César Borba, sob o título "Depoimento de uma geração", publicada no **Diário da Manhã** de 25-7-1937).

(5) O **Jornal do Recife** e o **Jornal Pequeno** do dia seguinte noticiaram a ocorrência: foram penhorados os móveis e utensílios d'**A Lucta**, por falta de pagamento de uma promissória aceita, cinco anos antes, por José Manuel do Rêgo Barros. Como êste houvesse resistido à entrega dos bens, o advogado do credor requereu a fôrça pública para auxiliar a diligência dos oficiais de justiça. Os bens foram entregues ao depositário Antônio Machado Dias, que ficou com a chave do prédio onde funcionava a tipografia.

O **Jornal do Recife** acrescentou que se tratava de um plano do govêrno, "com o intuito único e tão só de não fazê-lo circular hoje, na chegada do sr. Zêrufino, ministro da Agricultura".

(6) Não obstante a projeção d'**A Lucta**, como jornal político, na fase 1916-1917, não lhe mencionou a existência o "Dicionário", de Sebastião Galvão.

Ribeiro. Formato grande, de 6 colunas, exibiu uma montagem alegórica envolvendo retratos de Sérgio Loreto, Estácio Coimbra, Dantas Barreto e Davino Pontual, com a legenda: "Honra ao mérito", seguida de artigo laudatório. A edição homenageou (as duas páginas do centro eram só de anúncios) o terceiro aniversário do governo de Sérgio Loreto. Artigo especial de Caitano Galhardo. Também escreveu João Barreto de Meneses (**Bib. do DPHAN no Recife**).

1917

A NOITE — Órgão diário, entrou em circulação no dia 9 de janeiro de 1917, em formato de 37 x 28, com quatro páginas a três colunas largas de composição. Diretor — Irineu de Sousa. Confecção da oficina da Imprensa Oficial.

Lia-se no artigo de apresentação: "sem côm política e simplesmente visando o interesse coletivo, pela causa dos justos e na defesa dos bons, terçaremos as nossas armas, empreenderemos as nossas energias e hipotecaremos o nosso patriotismo", acrescentando: "... visa à grandeza comum, notadamente no que concerne ao glorioso Estado de Pernambuco; mais não promete que não seja a defesa do povo; tem desejo de vencer, fará por conseguí-lo".

Na primeira página estampou clichê do General Dantas Barreto, "o homem bom e decidido", seguindo-se regular noticiário, comentários ligeiros e a seção "Pela Lavoura", a cargo de Otávio Peres, além dos "Salpicos...", constituídos de notas satírico-humorísticas, com a assinatura **A. Dinardo**. Na quarta página, nada além de anúncios.

No segundo número, abriu campanha contra o aumento de impostos consignado no orçamento federal. O 3º e o 4º saíram com seis páginas. Mais duas edições e deixou de viver **A Noite**, em cujas páginas colaboraram Oscar Farias e Paulo Aquiles.

O 6º (e último) número teve a data de 15 de janeiro (**Bib. Púb. Est.**).

A ORDEM — Órgão Político e Noticioso — Publicação matutina, começou a circular no dia 20 de maio de 1917, em bom formato de seis colunas, com quatro páginas. Redatores principais — Aníbal Fernandes (secretário), Baltazar Pereira, Aristarco Lopes e Gervásio Fioravanti; redatores

auxiliares — Umberto Carneiro, Antônio Martins Filho, José Borba Filho e Luís dos Santos Leite; gerente — Tomé Alves Arôxa. Redação e oficina à rua 15 de novembro (atual do Imperador Pedro II) n° 295. Assinatura anual — 24\$000; para fora da capital — 28\$000; para o exterior — 36\$000, e respectivas frações quanto ao semestre e ao trimestre.

Apresentou o seguinte programa: “Com a publicação do seu primeiro número, vem alistar-se **A Ordem** na imprensa indígena, prestando à causa pública e aos interesses coletivos de Pernambuco o seu modesto concurso. Conforme indica o seu nome de batismo, **A Ordem** não pretende as polémicas estéreis e irritantes do partidarismo local, não aceita discussões violentas e apaixonadas dos jornalistas exaltados ou ressentidos que fazem das próprias conveniências a sua bandeira de combate.

“Nem o instante grave da política internacional, a pesar como uma atmosfera de chumbo sôbre os nossos destinos, nem a delicadeza do momento na política interna, a carecer de energia serena dos seus chefes, aconselhariam programa diverso e outra diretriz.

“**A Ordem** será, entretanto, um órgão de defesa às classes ativas do Estado, nas suas boas relações com o poder público entregue aos preceitos severos do atual govêrno, com a orientação sadia e republicana que todos lhe reconhecem. Os divergentes atuais dessa política, bem pouco justos e ponderados nos seus ataques, não encontrarão de nossa parte nenhum rancor, nenhum propósito de ofender os seus melindres e as suas predileções.

“Visaremos, de preferência, à defesa das normas e dos princípios e, quando, em meio da luta, tivermos de revidar, ainda assim buscaremos sempre o relêvo dos fatos para torná-los bem claros à luz das consciências bem formadas, porque estamos certos de que êles serão, em todo o tempo, a maior defesa da administração vigente. Os ataques de origem suspeita a essa administração, na fâina inglória de maldizer, ainda não lhe conseguiram marear o brilho, apesar da insistência calculada. Para rebatê-los, não será grande o nosso esforço, que se limitará, muitas vêzes, a um simples apêlo ao bom senso dos homens de trabalho. Porque será sobretudo a êstes que nos dirigiremos, auscultando as suas necessidades, fazendo de sua defesa o evangelho de nossas crenças e pedindo, ao mesmo tempo, o seu apoio moral e material à nossa cruzada de pioneiros humildes, porém resolutos e destemidos.

“Com êsse programa, **A Ordem** cuidará dos interesses do campo, dos problemas agrícolas e industriais, que hão de fazer, estimulados e resolvidos pelo comércio, a nossa riqueza e a nossa independência econômica”.

Variando a quantidade de páginas entre quatro, seis e oito, seguiu-se a publicação, inserindo, na primeira, editorial, sueltos, parte do noticiário e serviço telegráfico. Nas seguintes, a par de anúncios, vinham: a novela de costumes “Madame Sousa”, por Umberto Carneiro; a crônica ligeira “Os dias se passam”, da autoria de Y.; às vészes, “Cartas de Londres”; “Tópicos da véspera”; sátiras e humorismo em prosa e verso, sem assinatura; a “Crônica dos fatos”, de L. Barreto, e colaboração esporádica de Agamenon Magalhães, Nestor Diógenes, B. E. Peixoto, Fernando Griz, Horácio Saldanha, Osório Borba, com os “Arabescos”; Araújo Filho, etc.

Órgão oficioso do governo de Manuel Borba, passou, no mês seguinte, a atacar os jornais da oposição, acusando, a 25 de junho, a “perniciosa educação dantista, em que essa gente cresceu e tomou vulto”, pondo-se, “com um vocabulário pouco decente na ponta da língua, a morder e a injuriar, num diapasão que vai crescendo e se intensificando dia a dia”. Defendeu, igualmente, o Ministro da Agricultura, José Rufino Bezerra Cavalcanti, alvo de críticas da imprensa contrária.

A 26 de julho denunciava-se, em suelto, o preparo de um ataque à oficina d'**A Ordem**, o qual não chegou a concretizar-se. Na mesma data apareceu a seção “Crônica Elegante”, das terças-feiras, “um canto de jornal, onde será especialmente tratada a Elegância em suas manifestações mais flagrantes, quer como elemento educativo de bom gosto, quer mesmo como fator de moral social, pois as boas ações são sempre belas”. Constava de notas literárias, assuntos da moda, “Alfinetadas”, variedades, pensamentos, crônica de Juvenilha de Castro, poesias de Emanuel de Albuquerque, José Campelo, Osório Borba, Oliveira e Silva e Dulce Celeste; trabalhos em prosa de Lucilo Varejão, Célio Meira (1) e outros.

(1) O anagrama **Célio Meira**, de Ceciliano de Oliveira Melo, vigorou, como assinatura, desde seu ingresso na vida jornalística, o que aconteceu em 1908, na Vitória de Santo Antão, cidade onde tomou conhecimento do mundo. Tornou-se tão conhecido dos leitores e dos letrados, através de intensa colaboração na imprensa pernambucana, que resolveu, em caráter legal, adicionar o anagrama ao nome. Assim é que, embora mantido o **Célio Meira** nas crônicas que ainda hoje vem divulgando na imprensa,

Nôvo folhetim começou a ser divulgado a 14 de agosto, sob o título “Noite de tentação”, de Vitória Cross, traduzido do inglês por Américo R. Neto, admitido como redator.

Continuavam, por outro lado, as dissensões, de caráter político, na imprensa, vendo-se **A Ordem** a deblaterar contra o **Jornal do Recife**, **A Provincia** e **A Lucta**.

“Opiniões de uma senhora” foi uma das interessantes seções do último trimestre de 1917, assinada por **Livina das Dors** (pseudônimo de Jáder de Andrade), enquanto Samuel Martins publicava poesias quase diàriamente, sendo outros colaboradores desse período J. Andrade, L. T. e S. F. (Salomão Filgueira), êste último signatário das seções “Ramerão” e “Impressões de repórter”.

Ao iniciar-se 1918, em virtude de deliberação da Comissão Executiva do Partido Republicano Democrata, passou a figurar no cabeçalho Turiano Campelo como diretor, excluídos os nomes dos redatores principais. Nôvo colaborador — Dioclécio Dantas Duarte. No mês seguinte tornava-se órgão ostensivo do Partido, e seu formato foi alterado para sete colunas, com dois centímetros a mais de altura.

Intensificaram-se os ataques, cada vez mais ferinos, aos jornais da oposição, sendo visados, diàriamente, sobretudo, Osvaldo Machado, do **Jornal do Recife**, chamado de “cretino”, “mentiroso”, “fuso doido”, “mofina”, “cínico”, etc., e Gonçalves Maia, d’**A Provincia**, “caluniador e ignorante”, conforme título de um artigo de 15 de fevereiro.

Ocupando-se mais de política que de outros assuntos, a fôlha republicano-democrata logo suspendeu a página dedicada à “Crônica Elegante”. Surgiu, em abril, a seção “Repiques”, em versos, assinada por **Herculano**, da qual vai abaixo uma amostra:

“Osvaldo, Gonçalves Maia,
Que parêlha! Que casal!
Um, de casaco, é o **Jornal**,
Outro é **A Provincia** de saia.

O amo de Osvaldo é Lulu;
Diniz, de Maia, é o senhor,

passou a assinar-se, nos papéis oficiais, desde 2 de abril de 1951, Ceciliano Célio Meira de Oliveira Melo, conforme assentamento em livro do Cartório de Manuel de Holanda Cavalcanti, tabelião e escritor da terra das Tabocas.

E ambos, tratados por tu,
São pagos... prá descompor”.

A Ordem veio a dedicar ponderável espaço ao noticiário do interior do Estado, sob a epígrafe “Pelos Municípios”, e, bem assim, ao movimento teatral. Aos domingos, o nôvo redator Luís Cedro assinava artigos de rodapé, no que foi substituído, no período de setembro a dezembro, pela “Crônica”, de José Campelo.

No dia 21 de setembro de 1918, em comentário sôbre o I Congresso Nacional de Jornalistas, realizado no Rio de Janeiro, escreveu o editorialista que, “entre as inumeráveis propostas submetidas a debate, naquela reunião de loquazes e fogosos profissionais”, sobressaiu a voz de Mário Melo, “aventando a idéia de um apêlo à imprensa pernambucana para abandonar o terreno das paixões pessoais, que tanto a deprime”. Acentuou que foram as melhores possíveis as intenções do então redator do **Diário de Pernambuco**, como delegado junto ao conclave. Entretanto, não era possível “conseguir a conciliação e harmonia entre os jornalistas desta cálida e gloriosa terra, porquanto bem se conhece o temperamento, a idiosincrasia, as manhas, os sestros e hábitos dos foliculários da oposição”.

Um dos redatores do diário era, então, Agamenon Magalhães, enquanto Galvão Raposo fazia o noticiário. Outros auxiliares da redação: Joaquim Carvalho, Clodomiro de Oliveira (2), Romualdo Silva, que usava o pseudônimo **Petrônio**; Amaro Abdon e Alfredo Duarte Filho. Um dos revisores era Paulo de Oliveira, e **Crayon**, ou seja, Abelardo Maia, firmava caricaturas. Colaboração esporádica de Mário Melo.

(2) A notícia a seguir revela a existência, à época, de um **bureau** de registro de repórteres na Repartição Central de Polícia do Estado. Consta do **Jornal Pequeno** de 31 de maio de 1917:

“O desembargador Antônio Guimarães, chefe de polícia, em data de ontem, deferiu a petição dos repórteres Romualdo Domingues da Silva, Clodomiro de Oliveira e Osório Borba, éste do **Diário de Pernambuco** e aquêles d'**A Ordem**, que solicitaram carteira de identidade, com valor de folha corrida e fé pública, idêntica às concedidas aos seus colegas já identificados. Ontem mesmo foram êles identificados no respectivo gabinete”.

Já antes, segundo o mesmo vespertino, edição de 16 de abril, tinham solicitado concessão de “cadernetas de identificação, a fim de facilitar o exercício de sua profissão”, os repórteres Guilherme de Araújo, Luís Santos Leite, Oscar Melo, João Abrantes Pinheiro, Baltazar de Oliveira, Nelson Firmo, Nicomedes Hartman e José Néri de Sousa Filho. Conseguiram, até, dispensa de emolumentos, “sob o fundamento de que, servindo êles à causa pública e sendo sobretudo auxiliares indiretos da polícia”, mereciam “êsse favor, aliás obtido pelos seus colegas do sul do país”.

A escassez de papel obrigou o matutino a voltar ao antigo formato de seis colunas a 23 de setembro, fazendo-o mesmo deixar de circular de 11 de outubro a 14 de novembro. Ao reaparecer, dizia uma nota redacional que a demora fôra ocasionada pelas dificuldades na aquisição de papel e, ainda, pela epidemia da Influenza Espanhola, que tinha atingido quase todo o pessoal em serviço. Voltava, entretanto, “com a mesma direção, sob a mesma bandeira, abraçada aos mesmos princípios”. A 17 de dezembro tornou a adotar o formato de sete colunas. E permanecia a linguagem violentíssima contra os jornais da oposição, chegando a dar o título de “Imprensa cachorra” a longo artigo da edição do dia 29, contra **A Província**, que findou com a expressão “Cadelíssima imprensa!” Enquanto isto, as quadras da seção “Barretilhas”, assinadas por **D’Antas** (pseudônimo de Araújo Filho), ridicularizavam os jornalistas adversários.

No último trimestre, **A Ordem** passara a focalizar a estação balneária, dedicando espaço diário à inserção de reportagens da praia, crônicas e poesias.

A partir de janeiro de 1919 publicavam-se perfis em versos de **Max Linder**, sob o título “Florões”; rodapés de Carlos Malheiros Dias; artigos de Agostinho da Silva, além da matéria comum, constituída de noticiário, “Notas avulsas”, informações gerais, comentários, políticos ou não, e boa parte de publicidade comercial.

A Ordem, que era composta em linotipo e impressa em máquina Marinoni, circulou até o dia 20 de março de 1919. (Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPE.).

1918

MODERNO-JORNAL — Diário de Literatura, Elegâncias e Variedades, editado por Libório & Riedel, para os frequentadores do Teatro Moderno — O nº 1, ano I, circulou a 13 de maio de 1918, em formato de 25 x 20, com quatro páginas de duas colunas. Direção de Aládio Amaral, imprimindo-se na Tipografia Minerva, situada à rua da Praia nº 112, aí funcionando a redação, depois transferida para a rua Duque de Caxias nº 111, 1º andar.

A par da programação de filmes, narrativas cinematográficas e programa diário da orquestra do salão de espera, o pequeno órgão inseria contos rápidos, excertos literários,

poesias, anedotas e “O dia elegante”. Com tiragem declarada de dois mil exemplares, distribuía-se aos portadores de ingressos para o cine-teatro mencionado.

Seguiu-se a publicação até o nº 141, de 30 de setembro, o que consta do primeiro volume manuseado. O segundo, de igual porte, reúne comprovantes a partir de 1920, sem que tivesse deixado de circular no ano anterior, verificando-se, através da coleção lacunosa, que foram distribuídas 1071 edições até 19 de março de 1922, data da última encontrada (**Arq. de J. Soares**).

O DEMOCRATA — Formato grande, com duas únicas páginas a seis colunas de composição, surgiu no dia 10 de setembro de 1918. Redação e oficina à rua Marquês do Herval (hoje, rua da Concórdia) nº 452, onde tinha sido impressa **A Lucta**. Direção de José Manuel do Rêgo Barros, igualmente gerente; redator-chefe — Oscar Brandão; redatores — Monte Sobrinho e Aníbal Cruz Ribeiro. Assinatura anual — 28\$000; semestre — 14\$000. Número avulso — \$100; atrasado — \$200.

Bastante extenso, o artigo de apresentação, assinado pelo redator-chefe, cujo retrato, em duas colunas, figurava ao centro, começou assim: “**O Democrata** é o jornal do povo. Nasce numa terra e numa época em que os direitos e as liberdades do cidadão vivem postergados pelo despotismo de um governo maldito e impatriótico”.

Era o “clamor das classes laboriosas”; o “brado de indignação dos filhos humildes do trabalho”; o “grito de revolta dos que estão ameaçados de estrangulamento”; o “alarme da família contra o despudor”; a “explosão do ódio de uma sociedade inteira”; o “camartelo da crítica”; “látego”; “bandeira”; “côro unânime de vozes” do povo pernambucano “pedindo vingança”, sobretudo, “contra o vandalismo policial”.

Tal a linguagem com que iniciava intenso combate à administração de Manuel Borba, frisando: “O seu lema é reagir contra o governo que nos infelicitiza e degrada, em nome de um direito sagrado — o da legítima defesa do povo. A sua religião — o amor da pátria, a grandeza de Pernambuco. O seu ídolo — Dantas Barreto”.

Assim encetou sua jornada o corajoso órgão diário, cuja matéria se constituía de artigos políticos dos redatores, em estilo panfletário, menos o derradeiro dêles, que firmava

sonetos e coletava notícias; outros de Inácio Borba e **H. Menon**, ambos do mesmo modo violentíssimos no ataque ao situacionismo; comentários gerais e serviço telegráfico.

Só foi possível avistar exemplares d'**O Democrata** até o nº 8, de setembro (arquivados na biblioteca do DPHAN (1) do Recife) e o nº 11, pertencente ao colecionador particular Eduardo Custódio da Silva, de Olinda.

Entretanto, a publicação prosseguiu. Tendo deixado de circular a partir de 7 de outubro, em consequência da epidemia da Influenza Espanhola, só retornaria (conforme declarou Oscar Brandão, no dia 12, ao **Jornal do Recife**, edição vespertina) dentro de mais oito dias, por motivo de reforma do material tipográfico. Não retornou jamais.

O INTRANSIGENTE — Órgão de Livre Opinião — Começou a publicar-se no dia 7 de dezembro de 1918, em formato grande, seis colunas de composição, com oito páginas. Diretor — Osvaldo Machado; gerente — Livino da Silveira Lins. Tabela de assinaturas: ano — 28\$000; semestre — 16\$000; trimestre — 10\$000. Preço do exemplar — 100 réis. Redação e oficina: rua Marquês do Herval (hoje, da Concórdia) nº 452; escritório comercial: rua Larga do Rosário nº 232. Publicação diária, sem interrupção de nenhum dia da semana.

Combativo, mas apartidário, do seu artigo-programa constou o tópico inicial a seguir: “Poderíamos, sem que necessidade tivéssemos de tracejar programa, iniciar a nossa travessia nos mares revoltos da imprensa, pois que o nosso diretor tem opiniões definidas, afirmadas enèrgicamente, desabaladamente, dispensando, portanto, êste artigo de apresentação d'**O Intransigente**, dêste jornal que, apenas, irá trabalhar pelas liberdades públicas, oferecendo resistência decidida a tôdas as violências, desmandos e ilegalidades, onde quer que elas surjam. É, assim, **O Intransigente** um jornal do povo e para o povo e com seu favor conta para que possa honrar o compromisso que toma neste instante, jamais dêle fugindo nas mais terríveis e perigosas emergências.

“Enèrgico sem violências, não duvidará vergastar os que não souberam ou não quiseram ficar adstritos aos ditames da lei e das virtudes republicanas, preferindo assim incorrer nas iras dos potentados, quaisquer que sejam êles, a permi-

(1) O acervo de jornais antigos constante da biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (seção de Pernambuco) foi-lhe transferido, comercialmente, pela família Cezário Nobre.

tir que uma mancha avilte a bandeira ora desfraldada, valendo o seu título como um grito de guerra contra os que praticam felonias contra o povo”.

Matéria variada e bem distribuída, incluía serviço telegráfico, folhetim e as já famosas “Cartas sem selo” (4ª série), de **Mário d’Aguilar** (Osvaldo Machado), com boa parte de anúncios. A seção de versos humorísticos “Pimentões” iniciou com a seguinte quadra:

“**D. Fuas e D. Fuinhas,**
Dois cidadãos de valor,
Botam de fora as carinhas
Para saudar o leitor...”

Ao fim do mês, porém, foram substituídos por **O. Pires de Mólho** (pseudônimo de Esdras Farias), cuja seção, intitulada “Malaguetas”, permaneceu.

A combatividade d’**O Intransigente** começou logo através de severas críticas à administração do Governador Manuel Borba e à do prefeito Moraes Rêgo, em artigos, sueltos e notas ligeiras, além das “Bichas chinesas”, de sátira e ridículo.

A 1º de janeiro de 1919, um clichê do general Dantas Barreto “iluminava”, segundo a legenda, quase metade da primeira página, repetido no dia seguinte, fazendo o levantamento da sua candidatura à Presidência da República.

Começou daí o rasga-rasga retratos do General, pela polícia, que dissolvia manifestações populares com tiroteios e cavalaria, chegando a quebrar a fachão, acintosamente, um quadro colocado na fachada da redação d’**O Intransigente**, porque exibia a efígie daquele político. De outra vez, policiais rasgaram, a sabre, um prospecto colado à porta da redação, em que havia, apenas, a frase: “O direito é a garantia da ordem”.

Com a chegada ao Recife do Senador José Bezerra, a 15 de janeiro, abriu-se a luta pela sucessão governamental, sendo êle indicado pelo situacionismo. Elementos dantistas passaram a exercer represálias, rasgando retratos do candidato oficial, pregados nas paredes e nos postes, e substituindo-os pelos de Dantas (1).

(1) Numa dessas ocasiões foi prêso o poeta Austro Costa, redator do **Jornal do Recife** e exaltado dantista. Metido no xadrês, estúpidamente, logo depois obteve liberdade, por ordem pessoal do chefe de polícia, desembargador Antônio da Silva Guimarães.

Todos êsses fatos forneciam boa matéria aos comentaristas do jornal, para ataques ao “nefasto” govêrno de Borba.

A 20 de fevereiro, longo artigo denunciava que três serviços do govêrno premeditavam acabar com **O Intransigente**, por causa de certas referências feitas, em suas colunas, ao “delfim do dr. Chefe de Polícia”, a propósito dum **meeting** realizado três dias antes e terminado a bala.

No mês seguinte, dia 2, o Partido Republicano Democrata, chefiado por Dantas Barreto, indicava o nome de Epitácio Pessoa à sucessão presidencial, sendo o general indicado, depois, candidato ao govêrno do Estado.

Repelindo acusações do diretor do **Diario de Pernambuco**, escreveu, no dia 12, o editorialista d'**O Intransigente**: “Não nos confunda o dr. Carlos Lira com S. S. e veja a diferença que existe entre jornalistas que se batem por princípios e jornaleiros que lutam por homens e interêsses sórdidos”.

Ainda no mês referido encetava campanha contra o Maximalismo, doutrina do “falso socialismo” que se vinha disseminando pelo Brasil. O comentarista chamava a atenção do Chefe de Polícia para a notícia de que se pretendia fundar, no Recife, um jornal destinado a difundir as idéias maximalistas, originárias da Rússia bolchevista.

No fim do mês foi prêso e injuriado, em Garanhuns, J. M. Borges Júnior, que lá se achava em missão econômica d'**O Intransigente**.

Enquanto isto, o vibrante órgão vinha divulgando, aos domingos, duas colunas de Literatura, ampliadas, meses depois, para cinco, sob o título “Artes, Literatura, Elegâncias”, trazendo a “Crônica da Moda”, “Boulevard das Elegâncias”, perfis femininos ilustrados (“Flôres da Terra”) e outros trabalhos assinados por Esdras Farias (que foi o mais fecundo colaborador, em prosa e verso, inclusive usando o pseudônimo **Gentil Amado**); por Lúcia de Castro, Mateus de Albuquerque, **Lea d'Asc, Vitória Régia, Foscarini, Giroflé, Pintas-silgo, Loris**, Hermógenes Viana, Mário Rodrigues, Arnaldo Lopes, etc.

As edições, que desciam, certas vêzes, até quatro páginas, variavam, indo até o máximo de dez.

O corpo redacional, desfalcado, em março, de Genésio Vilela, achava-se assim constituído: secretário — Adalberto Camargo, signatário de excelentes artigos políticos; redatores — Arnaldo Lopes, Bentes de Miranda e Hermógenes Viana; auxiliares — Esdras Farias e Manuel Gouveia Cavalcan-

ti; repórteres — Raimundo Diniz e Godofredo de Medeiros.

Renato Aragão, assíduo colaborador, começou firmando a seção “Corrente calamo”, transformada, após, em “Comentários”, para, no ano seguinte, substituí-los por crônicas políticas.

Desde o lançamento da candidatura Dantas Barreto ao governo do Estado, exhibia-se um desenho a bico-de-pena, de uma coluna, com a legenda “Ecce Homo”. E a 12 de julho, dia da chegada festiva do General, além do editorial, clichê em três colunas e noticiário, inseriu artigos ou sonetos assinados por todo o pessoal da redação, sobre a personalidade de S. Ex^a.

Amenizando a aridez dos assuntos políticos e administrativos, a redação não se descuidava da parte social. Assim é que a 19 de julho procedeu à entrega solene de uma medalha de ouro, cravejada de brilhantes, ofertada à senhorinha Irene Gomes de Matos, vencedora do “Concurso Chic”.

Logo mais, verificada a edição de 10 de agosto, cresceu um pouco a estatura do jornal, reiniciando as seções “Recreio Infantil”, “Portugal de hoje”, pouco assídua, e “De toda parte”, melhorando a seção comercial e outras.

Enquanto isto, prosseguia a propaganda da candidatura Dantas Barreto, que culminou com o famoso comício da Encruzilhada, no decorrer do qual estaria planejado o assassinio de Osvaldo Machado, um dos oradores, que, entretanto, saiu ileso do tiroteio havido. Ocorreram mortos e feridos, contando-se entre os últimos o jornalista João Barreto de Meneses.

O acontecimento fêz intensificar a campanha anti-borhista d’O **Intransigente**, cujos editoriais, nos dias subsequentes, vinham intitulados: “O cangaceirismo oficial”, “A fera enjaulada”, “O Caim pernambucano”, etc.

Finalmente, realizaram-se as eleições no dia 18 e, uma semana depois, virtualmente conhecido o respectivo resultado, o jornal inseria, a 26, um comentário intitulado “Aqui não se passa!”, aconselhando êsse **slogan** ao povo, para evitar que o candidato eleito nas urnas, José Rufino Bezerra Cavalcanti, galgasse o poder.

Dias antes, o gerente da empresa foi substituído por José Clementino. Por sua vez, afastara-se o redator Raimundo Diniz. Findaram as “**Malaguetas**”, sendo substituídas por “Isto e aquilo...”, também de versos humorísticos, de **Zé da Rua** (Esdras Farias), às vezes longos, em rodapé. Ainda no fim de agosto vieram os “Comentários”, de **Simplício da**

Porciúncula. Guiseppe Fasanaro assinava longas crônicas da Itália, e Hermógenes Viana criou a seção de comentários "Gotas", usando o pseudônimo **Jorge d'Areosa**.

Passada a efervescência política que precedeu as eleições, **O Intransigente** tratou de ocupar-se, nos editoriais, de assuntos variados, criticando, vez por outra, em sueltos, a administração estadual, na expectativa da posse do nôvo ocupante da curul governamental. Por outro lado, intensificou as seções: "Recreio Infantil", às terças-feiras; "Cidade Venusta" (Olinda), às quintas; "Arte do Silêncio", aos sábados, e "Artes, Literatura, Elegâncias", aos domingos, ocupando, cada uma, apróximadamente, uma página, tôdas ilustradas.

Transferida a redação e oficina para a rua 15 de Novembro (atual do Imperador) nº 259, a fôlha estêve suspensa de 29 de outubro a 3 de novembro, voltando com o nome do gerente substituído, no cabeçalho, por **Quintino Paes Barreto**.

A 7 de dezembro, edição de apenas 10 páginas (7 de anúncios), **O Intransigente** comemorou seu primeiro aniversário, inserindo bem elaborado editorial, em que dizia: "Não somos políticos, mas nem porisso abdicamos de nosso direito de critica aos atos do govêrno, por isso mesmo que pensamos que o exercício incondicional da autoridade, na expressão de um grande publicista, produz sempre o enfraquecimento do caráter nacional, como está sucedendo neste país. Daí a nossa atitude de combate desabalado em certas ocasiões, sendo a nossa linguagem candente, quer ferroteando os desmandos do poder, quer esposteando as gafes sociais. Em qualquer dos casos, a nota primacial do nosso procedimento é a sinceridade, é a franqueza, não agindo nunca levados por sentimentos bastardos. Assim somos e assim seremos, orgulhosos do amor dos pequeninos, dos perseguidos, dos que têm fome e sêde de justiça, visto que **O Intransigente** jamais deixou de esposar as causas nobres com a energia e o destemor tantas vêzes atestados nas pugnas em que se tem empenhado".

Carlos de Almogavar iniciou, a 21 de dezembro, uma seção de comentários, sob o título geral "Sustenidos e be-mois", e a 27 começou a série de longos artigos redacionais "O discurso de S. Ex^a.", em que, durante uma semana, foram analisadas as palavras e promessas do governador José Bezerra, pronunciadas ao assumir as rédeas do poder.

Novamente o gerente da emprêsa foi substituído, a 5 de fevereiro de 1920, assumindo o cargo **Horácio B. de Car-**

valho. No mês seguinte, retirava-se o redator-secretário, função que foi entregue a Hermógenes Viana. Cruz Ribeiro vinha atuando como redator policial e Natanael Farias feito revisor.

As “Cartas Sem Sêlo”, que se achavam suspensas, foram restabelecidas — 5ª série — a partir de 26 de fevereiro. Surgiram novas seções e novos colaboradores, como Alexandre Grego, **Sílvio da Selva**, Austro Costa, Mariano Lemos, **Fray-Mocho**, **Malazarte**, **João Ninguém**, etc.

O **Intransigente** terminou sua existência sossegadamente, com a edição de 20 (*) de junho de 1920, para fundir-se, dois dias após, com **A Noite (Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.)**.

1919

JORNAL DO COMMERCIO (1) — “Diário da manhã, dedicado aos interesses das classes conservadoras e do Estado em geral”, começou a circular no dia 3 de abril (2) de 1919, fazendo, inicialmente, a propaganda da candidatura Epitácio Pessoa à Presidência da República. Propriedade de João Pessoa de Queiroz; diretor — Salomão Filgueira; redator-chefe — Odilon Nestor; redator-secretário — Manuel da Silva Lobato; redator — Francisco Pessoa de Queiroz; gerente — Otávio Jaborandi de Moraes. Redação e oficina na rua 15 de Novembro (atual do Imperador Pedro II) nº 295. Formato grande e atraente aspecto material, composto em Linotipos Mergenthaler e impresso em Marinoni de reação, apareceu com doze páginas, ao preço de 100 réis o

(*) Não a do dia 19, conforme consta da relação de Sebastião Galvão, no seu “Dicionário”.

(1) O primeiro **Jornal do Commercio** do Recife foi um trissemanário de Inácio Bento de Loliola, que circulou de 1856 a 1858. Depois, em 1872, surgiu, com o mesmo título, um semanário da Associação dos Guarda-Livros de Pernambuco, só vivendo seis meses. O terceiro foi um órgão “do comércio e da lavoura”, que se apresentou como diário, a 20 de agosto de 1889, mas nunca saiu o segundo número. O quarto, realmente diário, deu 58 edições, apenas, em 1892. O primeiro **Jornal do Commercio** do atual século apareceu em junho de 1908, na qualidade de semanário, mas só existiu pelo espaço de dois meses. O segundo foi o que José Irineu de Sousa editou em 1914, dêle saindo unicamente dois números.

(2) Errando sempre, Sebastião Galvão (“Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”) registou a data de 2 de abril.

exemplar. Assinaturas: ano — 28\$000; semestre — 15\$000.

Lia-se no editorial de abertura, sob o título “Nosso programa”: “Inicia hoje a sua publicação o **Jornal do Comercio**, que, como o seu próprio nome o indica, destina-se à defesa dos interesses das classes conservadoras neste largo pedaço da terra brasileira. Em verdade, não é apenas como um recurso de retórica banal, à falta de melhor argumento, que o abandono do Norte vem proporcionando mil variações, há que tempo!, ao discurso, ao livro, à conferência, ao ensaio literário ou científico, enfim, a tôdas as manifestações dos seus filhos. O abandono do Norte é um fato tanto mais lamentável quanto sabemos a proporção de energia e esforço com que concorremos para o progresso geral do Brasil. E só agora é que vemos, por um sucesso verdadeiramente extraordinário a cuja evidência ainda não nos afizemos, chegado o momento do desagravo com a escolha de um nortista eminente para a Presidência da República.

“Trabalhar pelo Norte — eis, pois, um formoso e lógico programa para um jornal do Norte. Formoso, mas árduo e exaustivo. Porque, é uma infinidade de problemas que se nos antolham a exigir amparo decidido e destemeroso. Em o número dêstes se impõem antes de mais nada os que se referem às classes conservadoras, que são, a nosso ver, a base primeira da civilização de um povo. Sem elas não há estímulo, não há expansão e não há riqueza. Em tôdas as cidades organizadas estão elas a reclamar os cuidados precípuos dos estadistas e dirigentes. E não ficam muito longe da verdade os sociólogos que vêem as origens do formidável drama da Grande Guerra na competência econômica universal”.

Mais adiante, salientava o articulista: “Nós propugnaremos, ainda, pelo progresso do Norte nas artes, nas ciências e nas letras, em todos os ramos da atividade social, em suma. Jornal do povo, estaremos ao lado do artista e do proletário, da gente humilde, do nosso desditoso trabalhador rural, tão deslembado na sua miséria. E visamos também o saneamento do nosso meio político dos males que o assoberbam no momento com as consequências mais funestas para o Norte e Pernambuco em particular. A nossa terra, tão rica em tradições democráticas, berço e baluarte de tôdas as aspirações da liberdade no Brasil, apresenta o espetáculo de uma Babel em que, evidentemente, estamos a pique de tresvariar à força de nos não entendermos. Onde os partidos organizados praticando e honrando o regime? Há um certo nú-

mero de grupos desarvorados. Há meia-dúzia de individualidades, medíocres na sua maioria, olhando só o próprio bem-estar e triunfando quase sempre no choque dos apetites desapoderados. Nota-se um desprezo absoluto pelas mais comzeinhas normas republicanas”.

Concluindo: “Sérias dissensões dividem a família pernambucana. Sente-se um malestar-geral, um verdadeiro desalento na incerteza dos dias que nos esperam. Na medida de nossas fôrças faremos o possível para que o mal desapareça, indicando os meios que melhores nos parecerem de conseguí-lo, de modo que se faça a indispensável harmonia e o velho Leão do Norte, fortalecido, volte a fazer ouvir a sua poderosa voz no seio da Federação.

“Isto não quer dizer que descuremos das grandes causas nacionais. Por muito que clame o ceticismo que tudo devasta e nada constrói, cada vez mais nos convencemos de que a nossa pátria é a mais bela do mundo. E, como tal, estaremos sempre prontos a bem amá-la e servi-la”.

Abrindo o Expediente, vinha a nota: “Os assinantes e anunciantes d’**A Ordem**, cujo ativo adquiriu o **Jornal do Commercio**, estão desobrigados de quaisquer compromissos, permitindo-se a direção do **Jornal** firmar novos com aquêles que nisto aquiescerem, a partir do presente número”.

Em quadro, no alto da terceira página, estampou, sob o título “Aos nossos colegas”: “É com a maior satisfação que levamos ao conhecimento dos nossos colegas, que formam a imprensa desta terra, ser intenção do **Jornal do Commercio** manter a maior cordialidade e harmonia com todos, cujo auxílio e boa vontade solicita, para que, com essa coesão e os mais proficuos esforços, possamos elevar ao nível das nossas aspirações a obra civilizadora do progresso de Pernambuco, representando, assim, dentro do país, a grande fôrça que a Imprensa exerce no mundo inteiro”.

Apresentou matéria variada, incluindo sueltos, correspondência especial da Paraíba, noticiário parlamentar, notas políticas, “Jornal da Praça” (na última coluna da 1ª página), informações telegráficas, “Notícias de Portugal”, comentário internacional; entrevistas; “Correio de Paris”, por **Gil Blas**; artigos de Daniel Carneiro e do padre Gambarra; “Bibliografia”, “Repartições Públicas”, informações militares, desportos, notas forenses, “Registo Social”, “**Memorandum Comercial**”, algumas páginas de anúncios e a “Biblioteca do **Jornal do Commercio**”, que iniciou o romance “Mãe e Rival”, de

Emile Richebourg, publicado em forma de livro, para recortar e encadernar.

Na segunda página, abaixo do Expediente, começava a seção “Dois dedos de prosa”, a cargo de R. A. (Renato de Alencar), que escreveu, inaugurando-a: “Todo jornal, por mais sóbrio e respeitável, deve possuir, ainda que seja de dois dedos, um pouco de prosa amena e ligeira. Nesta coluna tem o leitor circunspecto e grave, ou o afável e sorridente leitor, justamente o que procuravam (se é que procuravam): essa espécie de prosa capaz de espantar os aborrecimentos que nos causam as coisas da vida. O autor destas linhas, que é um sujeito simples e desprezioso, se propõe a desanuviar o enfarruscado semblante daqueles que o quiserem ler, confeccionando diariamente uma pílula perfunctória e digestiva, uma pílula de dois dedos, dois dedinhos de prosa tão simples como êle, o autor”.

Crônicas ligeiras, de alto sabor humorístico, os “Dois dedos de prosa” tiveram, porém, vida efêmera, terminando na edição do dia 22.

Após o primeiro número do jornal, estabilizou-se em oito a quantidade de páginas. Circulava, também, às segundas-feiras, com aceitação pública das mais lisonjeiras. Foram surgindo diferentes seções, novos colaboradores e correspondentes nos Estados e no interior pernambucano. Saíam sueltos assinados com as iniciais M. S., O., M., R. M. e S., só permanecendo, durante anos, a última, que escondia o nome do diretor Salomão Filgueira. “Bric a Brac” foi uma seção interessante de chistes e anedotas, sem assinatura, em que eram focalizados, em prosa e verso, homens e coisas da política local.

A 27 de abril, a edição (doze páginas) foi dedicada à Paraíba, abrindo-a o “Esquasso de uma biografia”, da lavra de Carlos Dias Fernandes, que se ocupou da personalidade de Epitácio Pessoa, eleito Presidente da República. No dia 31 do mês seguinte, ocorreu a maior edição: 16 páginas, dedicada ao Rio Grande do Norte. Já a partir de 15 de maio vinha figurando também no cabeçalho, na qualidade de redator, o nome de Manuel Monteiro.

Começou, em junho, a anunciar prêmios de Natal “aos leitores, amigos e assinantes” que recortassem maior número de cupões. Constavam de uma boneca e um velocípede. Outros prêmios — quatro relógios Omega — eram oferecidos aos quatro gazeteiros que, até a data do primeiro ani-

versário do jornal, apresentassem maior número de exemplares vendidos.

Apareceu em julho a seção “Revista da Imprensa”, constante da transcrição de excertos de cada um dos diários da véspera, o que continuou até recentemente.

Não tendo circulado de 26 a 28 do mencionado mês, retornou no dia 29, quando inaugurou novas instalações no edifício da antiga Agência Jornalística Pernambucana (de Júlio Agostinho Bezerra), à mesma rua, nº 346.

Foram primeiros colaboradores: Faria Neves Sobrinho, Camucé Granja, Eugênio Samico, Austro Costa, Araújo Filho, Armando da Cunha, Manuel Arão, Fernando de Sá, Fernandes e Silva, Júlio Pires Ferreira, Alfeu Domingues, Múcio Leão (“Cartas do Rio”), Oto Prazeres, João do Norte (pseudônimo de Gustavo Barroso) e Carlos Douro, os três últimos assinando crônicas procedentes de Paris, inclusive fazendo a cobertura da Conferência da Paz.

Agosto, mês de eleições governamentais, foi todo de agitação política no Recife, com **meetings**, greves, depredações na Pernambuco Tramways, falta de luz, bondes paralisados, agressões, desassossêgo e exemplares do **Jornal do Commercio** rasgados, no bairro da Torre, por elementos da polícia. Bem elaborados editoriais, da pena de Odilon Nestor, verberaram êsses acontecimentos, acusando, indiretamente, o governo de Manuel Borba e defendendo o operariado “pacífico e brando”.

Imparcial “em meio das competições dos partidos que se digladiavam”, defendeu, em artigo do dia 16, o chefe de Polícia, desembargador Antônio Guimarães, atribuindo a responsabilidade das desordens a elemento “mais altamente colocado”. Concluiu concitando o magistrado a demitir-se, para não ver “soçobrar o seu passado de homem de bem”. No dia seguinte, salientava o articulista: “o governo que determinou tudo isso tripudia sôbre as nossas liberdades”.

Sob atmosfera de apreensões, realizou-se, a 18 de agosto de 1919, o pleito que sagrou José Rufino Bezerra Cavalcanti governador do Estado. Dias depois, cessada a greve operária, tudo voltava à normalidade.

Novos colaboradores foram admitidos nas colunas do matutino, a salientar: José Maria Belo (“Do Rio”); João de Lourenço (“Bilhete Carioca”); Alfredo de Moraes Coutinho (“Entre o Sim e o Não”), e Antônio Tôrres. A partir de 14 de dezembro deixaram de figurar no cabeçalho os nomes dos principais redatores e, a 1 de janeiro de 1920, desapareceu o

do próprio diretor, permanecendo, apenas, o do proprietário.

A 29 dêse primeiro mês do ano o **Jornal** anunciou a ocorrência de alarmante crise de papel, motivo pelo qual se via forçado a diminuir para quatro o número de suas páginas, suprimindo umas seções e restringindo outras. Todavia, já a 8 de fevereiro falava de “melhoramentos consideráveis, quer na sua parte material, quer na intelectual, desenvolvendo os atuais serviços e criando outros”, apresentando, inicialmente, a colaboração de “distinto escritor” carioca, oculto sob as iniciais I. S. Seguiram-se a série “Endemias no Brasil”, pelo dr. Dionísio Bentes de Miranda, e imensos artigos filosóficos do bacharel José Euclides.

A atenção dos articulistas da redação estava voltada para dois temas relevantes: a questão do açúcar e o caso dos navios ex-alemães, enquanto o noticiário telegráfico abria colunas para o grande acontecimento da intervenção federal na Bahia.

Impresso que vinha sendo nas oficinas do **Jornal Pequeno**, desde 1º de maio do ano anterior, uma vez que sua “Marinoni” se tornara insuficiente logo ao fim do primeiro mês, o **Jornal do Commercio** inaugurou, a 7 de março de 1920, com edição de 16 páginas, poderosa “Duplex Tubular”, capacitada “para trinta mil exemplares horários”, anunciando: “Esta fôlha tem agora amplas possibilidades de ser um jornal moderno, correspondendo por inteiro às exigências do público leitor”.

A par de ligeira alteração no formato, cuja estatura diminuiu três centímetros, transferiu as “Informações Telegráficas” para a primeira página, em cinco colunas, esclarecendo: “Serviço da Agência Americana e correspondentes especiais no Brasil e no estrangeiro — Cabos nacionais da Western e Rádio”. Nas duas colunas restantes nasceu a seção “Onibus”, contendo calendário do dia e informações de emergência. Surgiram, mais, o “Conto dominical”, de raro em raro, e “O vulto do dia”, notas históricas transcritas do “Dicionário Biográfico Universal”, ainda inédito, de Zeferino Galvão, ao passo que o “Jornal da Praça” passou a ocupar espaço superior a meia página. O preço das assinaturas foi alterado para 30\$000 e 16\$000, por ano e semestre, respectivamente.

A partir da mesma data, admitiu uma série de artigos do professor Joaquim Pimenta, subordinada ao título “A questão social e o Catolicismo”, a propósito de umas confe-

rências quaresmais, sôbre êsse tema, pronunciadas pelo cônego José Pereira Alves. Êste, no entanto, não se ocupou em rebater as objurgatórias do censor. Tomou a si a tarefa o líder católico Barreto Campelo, quando já publicado o décimo daqueles comentários de crítica, o que fêz através das colunas do **Jornal Pequeno** e, concomitantemente, dos semanários **A Tribuna** e a **Gazeta**, com a série “Contradita a um resumo de Emílio Bossi”, título que adotou por entender que os artigos de Pimenta “resumiam ou adaptavam” o livro “A Igreja e a Liberdade”, do referido escritor.

Travou-se, então, elevada polêmica, passando o mestre de Direito a dirigir-se, diretamente, “Ao dr. Barreto Campelo”, com semelhante título escrevendo trinta artigos, contra vinte do emérito antagonista.

Teria ido mais longe o debate, segundo escreveria, muitos anos depois, o autor dos “Retalhos do passado” (página 210), se a direção do **Jornal do Commercio** não lhe “tivesse devolvido, com uma carta cheia de desculpas”, os três últimos artigos.

Já as edições do diário variavam de oito a dezesseis páginas. Com êste último volume circulou a comemorativa do primeiro aniversário, no dia 3 de abril, sendo nove de anúncios. A primeira página da edição especial trazia o artigo “Um ano de luta”, completada com clichês dos irmãos Pessoa de Queiroz (3), do diretor Salomão Filgueira, do redator-chefe Odilon Nestor e uma montagem fotográfica apresentando cabeçalhos dos principais órgãos da imprensa de Pernambuco. Na terceira página viam-se clichês de funcionários categorizados e do corpo redacional, assim constituído: redator-secretário — Caio Pereira, que substituiu Silva Lobato após os dois primeiros meses de existência do jornal; redatores — Anísio Galvão e Manuel Monteiro; noticiário — Mário Severo; chefe do serviço de tradução de telegramas — Luís Moreira; grupo dos auxiliares da redação e revisores — Martins Filho, Galvão Raposo, Otacílio Machado, Júlio Galvão Cerquinho, José Firmo de Oliveira, José Néri de Sousa Filho e Odon Galvão; gerente — Otávio Jaborandi de Moraes; sub-gerente — Alexandrino da Silva; chefe do atelier

(3) O irmão Francisco P. de Queiroz já não figurava, no cabeçalho, como redator, função que, aliás, jamais exercera efetivamente, absorvido por cargos mais importantes, tal o de secretário do tio Epitácio Pessoa na Conferência de Haia e na Presidência da República.

de gravuras — José Valeriano de Sousa; fotógrafo — Luís Piereck.

O matutino entrou a dar duas côres em anúncios da última página, aos domingos. As notas sôltas de S. foram substituídas pela “Crônica Avulsa”, procedente de Caxambu, onde fizera uma estação de águas o autor, Salomão Filgueira, o qual, de volta, mudou para a meia coluna “Meu diário”. A 1º de maio, a página de frente apresentou, em bicolor, sugestiva alegoria em homenagem ao Dia do Trabalho.

Abrindo o “Registro”, começaram a ser divulgadas concisas crônicas literárias e mundanas, depois poesias, com diferentes assinaturas, sobretudo de Anísio Galvão, também aparecido com as iniciais A. G. ou o pseudônimo **Licarião Selva**; Silvino Lopes e Austro Costa, que era o mesmo A. C. ou **Tritão**, ou **Tibaldo d’Alcazão** ou **Crispim Fialho**, além de transcrições ligeiras de Monteiro Lobato e outros nomes célebres, principalmente Antero do Quental. Durou dois anos a literatura do “Registro”.

Revidando, pelo **Jornal do Commercio**, críticas do **Diário de Pernambuco**, o médico Gouveia de Barros, escreveu, em julho, a série de artigos “História de uma administração”. E a redação revidou, durante o mês de agosto, ataques de Oliveira Lima à família Pessoa de Queiroz, ilustrando os editoriais caricaturas as mais ridículas do escritor pernambucano e grande brasileiro.

Tôda a primeira página da edição de 31 de agosto foi dedicada à propaganda do Recenseamento nacional, com manchete em português e declarações, em várias línguas, de personalidades estrangeiras, inclusive manuscritos até no idioma chinês, sôbre as vantagens e a necessidade da importante medida. Três dias antes tinha tido início nôvo folhetim — “O Rei dos Mendigos”, de Paul Feval.

A 2 de setembro tornou-se o **Jornal do Commercio** órgão oficial do Estado, mediante contrato, por concorrência (4), passando a divulgar, na 3ª página, o “Serviço de Publicações Oficiais”, título em tôda a largura, matéria que se estendia, às vêzes, pela 4ª. A última, antes só ocupada por anúncios, foi reservada a tópicos, o “Meu diário” e noticiário, inclusive “Registro”, colocado êste nas duas colunas do canto esquerdo. Transportaram-se para a 2ª página os telegramas de Última Hora.

(4) O preço das publicações foi estabelecido em 42.000\$000 anuais.

Divulgavam trabalhos literários ou artigos sôbre temas vários: Mário Sete, **Lúcio Dalva**, Esdras Farias, Joaquim de Arruda Falcão, Povina Cavalcanti, Artur Marinho, Antônio Inácio, autor das “Palavras Médicas”, Antônio Nemésio, Belisário Câmara, **C. de Fradique Mendes**, Artêmio Pereira, Horácio Saldanha, Laurita Pessoa, Olegário Mariano, Estêvão Pinto, que assinava “Figuras do século passado”, Armando Goulart Wucherer e outros.

Duas edições tiveram curso no dia 18 de setembro de 1920, a segunda extraordinária, ostentando grandes clichês na primeira página, dedicada aos reis da Bélgica, por motivo de sua chegada ao Rio de Janeiro, em visita oficial ao Brasil (5).

Foi dada nova forma ao noticiário policial, que passou a obedecer à epígrafe geral “Na polícia e nas ruas”, assim permanecendo até, pelo menos, 1954.

Em defesa do governo de Epitácio Pessoa, o **Jornal do Commercio** investia, de quando em quando, em longos artigos, contra o **Diário de Pernambuco**.

Grande espaço dedicou, a 24 de dezembro, ao transcurso do primeiro aniversário da administração de José Rufino Bezerra Cavalcanti. No dia seguinte saiu a edição do Natal, contendo 16 páginas, alegoria alusiva, em quatro colunas, contos de **João Luso** e Jeanne Lacrouselle, traduzido, o segundo, por Antônio Inácio; trovas de Odilon Nestor e Folhinha de Porta para o Ano Novo.

Com a retirada, a 26 de fevereiro de 1921, do jornalista Salomão Filgueira, assumiu Francisco Pessoa de Queiroz a direção do matutino, nada obstante só ter subido para o cabeçalho o seu nome a 7 de setembro do outro ano. Salomão continuou, todavia, a produzir sua crônica diária, de grande receptividade.

Na data do segundo aniversário — 3 de abril de 1921 — ocorreu nova alteração, passando as páginas a ter oito colunas de matéria, em vez de sete, reduzidas, então, para 10½ cíceros, não mais se modificando. Abrindo a segunda página, criou-se a seção redacional “Ecos e Comentários”, em tipo 10, para logo mais dar lugar aos sueltos em tipo 7. Aos domingos começaram a sair alguns trabalhos de literatura, assinados, principalmente, por **Licarião Selva**,

(5) No ano seguinte, o proprietário do **Jornal**, João Pessoa de Queiroz, recebia condecoração do governo da Bélgica.

Raul Machado, também pertencente à redação, e Araújo Filho.

“A alta incessante de todos os materiais necessários ao custeio da indústria jornalística” e “a elevação geral dos salários” deram lugar a que o preço do exemplar, em acôrdo com as demais emprêsas, fôsse aumentado, a partir de 1 de julho, para 200 réis o número do dia e 400 réis o atrasado, enquanto a tabela de assinaturas ficou assim organizada: ano — 48\$000; semestre — 25\$000; trimestre — 13\$000; para o exterior: ano — 80\$000.

A 31 do mencionado mês começou a vigorar a lei municipal do descanso, aos domingos, para a imprensa, não mais circulando o **Jornal do Commercio** às segundas-feiras.

Terminado o folhetim anterior, principiou, em agôsto, “O fiacre nº 13”, de Xavier de Montepin, e em setembro começou a crônica “Vida Portuguêsa”, por José Simões Coelho. No mês de outubro, a 23, teve início a divulgação, aos domingos, de uma página (às vêzes duas) sob o título “Telas e Ribaltas”, incluindo Mundanismo, Desportos e Variedades, matéria bem servida de ilustrações. A reportagem desportiva achava-se a cargo de João da Cruz Ribeiro.

Esboçando-se, no cenário político, a campanha da sucessão presidencial, entrou o diário pessoista a pugnar pelo candidato Artur Bernardes, contra o movimento denominado Reação Republicana, que lançara à liça o nome de Nilo Peçanha, tendo êste como defensor impertérito o **Diario do Povo**, do cientista Raul Azêdo e do sociólogo Joaquim Pimenta. Travaram forte polêmica os dois órgãos da imprensa, sendo Pimenta, sobretudo, alvo, entre os meses de novembro e dezembro, de incessantes ataques, visado até na sua vida particular.

Logo nos primeiros dias de 1922, a seção “Revista da Imprensa” transferia-se para as duas últimas colunas da segunda página.

Nôvo panorama vislumbrou-se no setor político, paralelamente à campanha sucessória do Catete: duas candidaturas ao govêrno de Pernambuco foram apresentadas, no mês de abril: José Henrique Carneiro da Cunha e Eduardo de Lima Castro. O **Jornal do Commercio**, propagandista da segunda, entrou a atacar o chefe político Manuel Borba, patrocinador da primeira. Sucediam-se os artigos redacionais, sempre redigidos por Odilon Nestor, enquanto a campanha se tornava cada vez mais intensa e mais virulenta.

Na edição de 30 de abril, escrevia, a propósito, o edito-

rialista: “O sr. Lima Castro será governador de Pernambuco, porque assim o querem as fôrças de maior prestígio no Estado, porque tôdas as classes estão solidárias para salvaguardar os brios e a dignidade de Pernambuco”, acentuando, com referência a Manuel Borba: “O Leão do Norte não será mais dominado pelo homem que jugulou tôdas as liberdades; que perseguiu a ferro e a fogo o proletariado; que implantou entre nós o período do terror”.

Durante o mês de maio travou-se grave polêmica entre o **Jornal do Recife** e o **Jornal do Commercio**, que passaram das notas redacionais aos artigos assinados pelos respectivos proprietários: de um lado, Luís Pereira de Oliveira Faria, chamado, pelo antagonista, de “velho malandro”, e do outro, João Pessoa de Queiroz, que enchia, diàriamente, cêrca de duas colunas, em tipo 12, negrito, da última página do seu jornal, em resposta à catilinária de que era alvo, com permuta de arrepiantes doestos.

No fim do mês, a campanha política atingia o auge, achando-se o terror implantado no Recife. Sucediã-se conflitos de rua, entre civis e soldados do Exército, êste a serviço, disfarçadamente, da candidatura Lima Castro. O **Jornal do Commercio** acusava o **Diario de Pernambuco**, que era neutro, de insultar as fôrças federais. Procederam-se as eleições (27 de maio) e o matutino pessoista escreveu, a 3 de junho: “No interior do Estado, o pleito da sucessão governamental foi uma orgia de sangue”.

Em meio às tricas políticas, o **Jornal** teve, nos dias 6, 7 e 8 de junho, impressas a primeira e a última páginas em verde e encarnado, numa homenagem à chegada ao Recife, em **raid** memorável, dos aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho, estampando vasta clichéria e grande noticiário no texto.

Continuou a ocupar-se dos acontecimentos políticos, inserindo o resultado diário da apuração das eleições, sempre favorável, na contagem extra-oficial, ao candidato Lima Castro; denunciando a presença de cangaceiros borbistas; polemizando com o **Jornal do Recife** e o **Diario do Povo** e criticando a atitude assumida pelo Clero, de equidistância das posições. Por sua vez, João Barreto de Meneses e Joaquim Inojosa (que entrara para o corpo redacional, no fim de maio, substituindo Raul Machado) assinavam artigos veementes contra a fação borbista, em defesa do Exército.

Editoriais denunciavam: dias 21 e seguintes — “Recomeçou a caçada humana”; dia 27 — “Sangue e mais san-

gue". A 28 o articulista defendia o Catete contra os termos de uma nota oficial do governo interino do Estado, sobre os acontecimentos de Pernambuco, dizendo ser "um dos documentos mais vergonhosos que um poder público tem até hoje fornecido ao julgamento da opinião independente". Na edição imediata: "Por mais que o governo do Estado se faça de ingênuo, todo o país está convicto dos seus propósitos de encabeçar a insurreição contra o poder central, levando aos Estados a anarquia que implantou entre nós". Censurou, depois, a atitude do Clube Militar e de seu presidente, Marechal Hermes da Fonseca, por haverem verberado a atuação intervencionista das tropas do Exército (6).

Na verdade, apesar de derrotado, o candidato Lima Castro esperava galgar o poder, por meio da força, apoiado pelo Presidente Epiácio Pessoa e pela família Pessoa de Queiroz.

Diante da gravidade da situação, na expectativa de acontecimentos de alta gravidade, homens de prol, tendo à frente o cônego José Pereira Alves, constituíram-se em comitê apaziguador, encontrando solução para a pendência. Assim é que o candidato realmente vitorioso nas urnas, José Henrique Carneiro da Cunha, foi reconhecido, para logo após renunciar. A escolha do **tercius** recaiu no juiz Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, que, após eleição formal, assumiu o governo de Pernambuco a 18 de outubro de 1922.

Voltara a calma ao Estado, ao Recife e à agitada redação do **Jornal do Commercio**, posta em sossêgo a pena dos redatores políticos.

Quando ia ainda acesa a campanha partidária, viu-se inopinadamente suspensa, a 23 de junho, a publicação, no matutino, dos trabalhos da Câmara e do Senado estaduais, em virtude de denunciadas irregularidades (7), continuando, todavia, a inserção dos atos oficiais do governo do Estado. Só alguns meses depois voltou a ter curso aquela publici-

(6) Teve ampla repercussão o telegrama do Marechal Hermes da Fonseca aos coronéis Jaime Pessoa e Cezário de Melo e demais oficiais da guarnição do Recife, datado de 29 de junho (ver **Diário de Pernambuco**), que assim concluiu: "... não esqueçais que as situações políticas passam e o Exército fica".

Em consequência desse telegrama, foi prêso o Marechal, por ordem de Epiácio, que também mandou fechar o Clube Militar. De tudo isto resultou o levante de 5 de julho de 1922, consagrado pela famosa marcha dos 18 de Copacabana.

(7) Ver edição do **Jornal do Recife** de 24 de junho de 1922.

dade. E. M. (Erasmus de Macedo) começou, a 27 de agosto, a mandar "Coisas do Rio".

Em homenagem à data do centenário da independência do Brasil, ocorreu, a 7 de setembro, uma edição de 68 páginas, a maior até então verificada na imprensa de Pernambuco. A 1ª estampou bela alegoria (de Raul Pederneiras), em que apareciam Pedro I, Gonçalves Ledo, José Bonifácio e uma figura de mulher representando a bandeira nacional, entre as datas — 1822-1922. Na 3ª vinham mensagens de Epiácio Pessoa e do presidente estadunidense Warren Harding. Ilustraram a 5ª uma saudação da Bélgica e fotografias de Débora Monteiro, Sadi Garibaldi, Araújo Filho, Raul Bopp, Caio Pereira, Anísio Galvão, Joaquim Inojosa e Carlos Pinto Lapa, "colaboradores, redatores e gerente (o último) do **Jornal do Commercio**" (No ano anterior a gerência estivera a cargo de A. Coutinho de Vasconcelos).

Dedicou-se a 21ª página aos proprietários e dirigentes administrativos da fôlha, ostentando clichês dos irmãos Pessoa de Queiroz (José, João e Francisco) e do redator-chefe Odilon Nestor, mais o prédio e a máquina impressora. Nas demais páginas, a par de numerosos anúncios e da matéria de rotina, podiam-se ler produções originais de Felix Pacheco, José Simões Coelho, Júlio Novais, Agenor de Roure, José Maria Belo, Rocha Pombo, Erasmo de Macedo, Edwiges de Sá Pereira, Conde Afonso Celso, Ulisses Pernambucano, Faria Neves Sobrinho, Rui de Luna, Zeferino Galvão, Júlio Belo, F. A. Pereira da Costa, Silva Lobato, Mário Sete, Heloisa Chagas, Gaspar Peres, Gilberto Amado, **João do Norte**, Abner Mourão e muitas outras.

A partir daí, passou a constar do cabeçalho: Propriedade dos irmãos Pessoa de Queiroz. Entre os redatores já figuravam Dioclécio Duarte e João Abrantes Pinheiro, este encarregado do noticiário policial.

Em editorial sôbre a posse do Governador Sérgio Loreto, na edição de 18 de outubro, salientou a redação:

"É este, pode dizer-se, um grande dia para a nossa terra, ao cabo das vicissitudes de tôda ordem que se sucederam no período decorrido desde o desaparecimento do dr. José Bezerra, o ilustre coestaduano que a morte nos levou tão depressa, quando apenas começava a colher os frutos de uma gestão previdente e esforçada.

"Pernambuco, neste lapso de tempo, estêve entregue a uma crise dolorosa. Crise de administração, crise de política, crise de energia cívica, que era principalmente o que

faltava aos senhores do momento para arcarem com uma situação que os revezes da fortuna lhes fizeram parar às mãos bambas e irresponsáveis. Não é, assim, nada lisonjeiro o estado em que vão passar as rédeas do governo ao dr. Sérgio Loreto no período que ora se inicia”.

Alongou-se o artigo em considerações em torno da administração interina de Severino Pinheiro, que findara deixando, apenas, “o caos, o desbarato, a desolação”. E concluiu: “Pode o sr. Governador contar com o apoio e o aplauso do **Jornal do Commercio** à sua missão patriótica de reconstrução e de paz”.

Causando surpresa, viu-se inserida, na edição de 21 de outubro, a seguinte notícia: “Deixou de fazer parte desta redação o dr. Caio Pereira, que, desde o segundo mês de existência do **Jornal do Commercio**, vinha exercendo, com zelo e operosidade, as funções de redator-secretário. O nosso confrade passou a trabalhar na imprensa vespertina, como sub-diretor e gerente d’**A Tarde**, tendo sido substituído nesta fôlha pelo dr. Carlos Rios”. Entretanto, logo reassumiu seu posto o autor das “Vernáculos”.

A 31 de dezembro aparecia, em rodapé, o escritor português **João Luso** (que não era nome, mas pseudônimo de Armando Erse de Figueiredo), com as “Dominicais”, primeira de uma série de impressões de sua visita ao Recife.

Chegado o ano de 1923, a edição de 27 de janeiro trouxe a primeira página prêto-encarnada, em homenagem aos tripulantes do avião “Sampaio Correia II”, que fizera a travessia Nova York-Rio de Janeiro, descendo, de passagem, na capital pernambucana.

No dia 28 passou por nova feição a primeira página, toda ela dedicada ao serviço telegráfico de Primeira Hora, encimado por manchetes de oito colunas, enquanto se transferia a seção informativa “Ônibus” para a 2ª página, nas duas primeiras colunas, assim permanecendo pelo tempo adiante.

O noticiário tomara mais impulso, ocupando a seção desportiva quatro colunas e a seção religiosa outras quatro, variando esta para seis, até uma página e, nos grandes dias, duas a três, como no Domingo da Ressurreição (1º de abril), quando foi dedicada toda a primeira à Tragédia do Gólgota, a terceira a homenagens à Igreja Católica e uma outra às solenidades do dia.

Começava o Carnaval, igualmente, a despertar grande atenção, com noticiário prévio e movimentada edição no dia principal, 11 de fevereiro, ocupada a primeira página por

alegoria alusiva e cinco outras repletas de literatura, sátira, humorismo e informações gerais, amplamente ilustradas.

“Prognósticos de Cassandra” era a epígrafe com que Zeferino Galvão assinava artigos de grande evidência. Nesse ano reapareceu, em março, a “Crônica Avulsa”, de S., procedente de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

A edição do 4º aniversário, 3 de abril de 1923, reunindo 28 páginas, exibiu, na primeira, grande desenho, de autoria do engenheiro Nerêo Sampaio, representando a imprensa através da história. Três “Páginas das Nações” continham clichês de monarcas e presidentes de república e artigos a respeito de diferentes países. Entre os trabalhos de colaboração especial destacavam-se os de Coelho Neto, Amauri de Medeiros, Conde Afonso Celso, Renato de Alencar, Faria Neves Sobrinho, **João do Norte**, Ascenso Ferreira, Sérgio Loreto Filho e Enéas Alves.

Lia-se, junto a outras considerações, no editorial comemorativo da data aniversária: “A vida de um órgão da imprensa tem de ser apreciada, simultaneamente, nos dois aspectos — material e moral, para que se lhe possa aquilatar o grau de progresso realizado e o valor da sua eficiência. Um jornal não é grande porque se instale em suntuoso edifício, porque possua maquinismos modernos e tenha uma edição das mais numerosas. Isso só não seria o bastante. Exigem-se-lhe outros elementos para a formação da verdadeira grandeza: fôrça moral, elevação de idéias e de linguagem, sinceridade e justiça, auto-censura... Sem êsses predicados, que são dos mais preciosos, uma fôlha, por melhor que possa ser a sua aparência, não será digna daquele título.

“O amplo e significativo acolhimento conseguido pelo **Jornal do Commercio**; a sua influência, já bem sensível, nas correntes da opinião; o lugar que conquistou na imprensa — não só do Estado mas também do país — provam que não mentiu às esperanças, e vai cumprindo o seu dever”.

O corpo redacional, além do redator-chefe e do redator-secretário, estava assim constituído: Joaquim Inojosa, Anísio Galvão, Silvino Lopes, Jair de Oliveira, Abdias Cabral de Moura (período de 1922 a 1924) (8), Galvão Raposo, João

(8) Família de jornalistas, vieram a participar do corpo redacional do **Jornal do Commercio**, em épocas diferentes, dois irmãos e dois filhos de Abdias Cabral de Moura: Solon Sócrates Cabral de Moura, desde 1929, e Isnar de Moura, colaboradora (prosa e verso) desde 1939 e cronista social desde 1950. Abdias Moura Filho exerceu, por algum tempo, a chefia da reportagem, e Adonias Moura foi um dos redatores desportivos.

Abrantes Pinheiro, Oscar Siqueira, Odon Galvão, Osvaldo Cavalcanti, Otacílio Machado e Antônio Felix, os quatro últimos revisores. Austro Costa participara, antes, da redação.

Outras edições volumosas ocorreram a 25 de dezembro (34 páginas) e 1 de janeiro (30 páginas), ambas com alegoria de Nerêo, a segunda em homenagem ao ano bissexto. A partir de 17 de janeiro de 1924, onde se lia, abaixo do cabeçalho: "Propriedade dos Irmãos Pessoa de Queiroz", passou a figurar: "Órgão independente e noticioso".

Continuando a prestigiar os folguedos carnavalescos, o **Jornal do Commercio**, que abrira colunas ao respectivo noticiário desde o mês de dezembro, dedicou-lhe, a partir de 20 de janeiro, tôda uma página, impressa em tinta de côr, estabelecendo, entre outras atrações, um concurso de glosas, sob a direção geral de **Pierrot & Pierrete**. No dia pròpriamente do Carnaval — 2 de março — a quarta parte da edição, esta de 24 páginas, foi-lhe dedicada, incluindo alegoria, **charges** e caricaturas (de **Romano** e outros), versos de Guimarães Sobrinho, Armando Goulart Wucherer, Osvaldo Santiago, etc. Na chamada "terça-feira gorda", o jornal exibiu diferente alegoria de página inteira, assinada por **Nerêo**.

Edição tôda em papel róseo, de 40 páginas, solenizou, a 3 de abril, o quinto aniversário do matutino, sendo a primeira constituída de ilustração sôbre a imprensa. A terceira estampou grande clichê do Presidente Artur Bernardes e uma saudação de S. Ex^a à imprensa do Norte do país, em carta autógrafa. Além de longa entrevista do arcebispo Miguel Valverde, a respeito do "catolicismo na hora presente", ocorreram trabalhos assinados por Amauri de Medeiros, João Luiz Alves, Celso Baima, Padre Euclides C. Landin, Olímpio de Magalhães, Rui de Luna, Heloisa Chagas, França Pereira, Lucilo Varejão, Fernando Griz, Ferreira Diu, Araújo Filho, Hercílio de Sousa, Lima Júnior, Clélia de Castro Nunes, Mário Sete, João Vasconcelos, Manuel Arão, Edwiges de Sá Pereira, Oscar Siqueira e outros. Na última página vinha o editorial sôbre a data, a destacar o tópico abaixo:

"Não tem o **Jornal do Commercio** se deixado prender às cadeias de qualquer fação, porquanto de nenhuma delas há dependido, e compreende que o espírito da imprensa, dentro dos limites traçados pela arregimentação partidária, não encontra o seu exercício pleno, deixa de ser o guia e o reflexo, harmonizados, da Opinião, para se tornar o eco de uma par-

cela, obediente aos estatutos e às conveniências políticas. Certo que aquela norma não significa desinterêsse, alheamento, não elimina a faculdade de, em dados momentos, ter simpatias e mesmo paixões por uma ou outra corrente que, a seu ver, sintetize, nesses instantes, as aspirações da coletividade e uma garantia melhor para o futuro da terra comum. Em tais movimentos, que a todos empolgam, a neutralidade absoluta é incompreensível, porque seria a negação dos princípios do periodismo, que são os de orientar as multidões e de pronunciar-se sôbre as causas que as agitam. Mas, seguindo êste ou aquêle rumo, que a consciência das obrigações lhe dite, nunca assumiu os compromissos do aplauso incondicional, nem perdeu a serenidade de julgar, nem se absorveu nos excessos que ocultam quaisquer méritos aos que se achem colocados em campo adverso, e, ainda mais, lhes retalham a honra ou os atam no pelourinho das difamações.

“Dentro de tais moldes é que o **Jornal do Commercio** se sente sempre à vontade para prestigiar os atos dos governos que o mereçam, para discordar, no que lhe parecer, desta ou daquela atitude dos homens que, em outros pontos, lhe façam jus ao encômio, e para combatê-los quando se afigurar necessário. Parece-nos que a causa pública e os dirigentes serão, com êsse programa de imprensa independente, melhor servidos, porque o jornal não constituirá para aquela simples veículo do pensamento de uma parcialidade, nem sempre justo, e, não dando a êles o louvor sistemático, sempre agradável talvez, mas insincero, valoriza os conceitos com que aplauda as boas deliberações”.

Verificado o aparecimento do **Diario do Estado**, findou, a 31 de maio de 1924, a inserção do serviço de publicações oficiais, que o **Jornal** vinha mantendo, mediante contrato com o govêrno do Estado. No dia subsequente criava-se uma página dominical de Literatura, Ciências e Artes, sob a direção de Joaquim Inojosa, da qual foram colaboradores, alternadamente e substituindo-se: Maviael do Prado, Raul Machado, Lucilo Varejão (“Os livros do dia”), Faria Neves Sobrinho, França Pereira, Heloisa Chagas, Paulo Tôrres, Mário Sete, João Barreto de Meneses, Araujo Filho, Silvino Lopes, **Licarião Selva** ou Anísio Galvão, João Pugliesi, Tomaz Pará, Sérgio Miliet, Lins e Silva, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e vários outros, além de notas literárias da redação, humorismo, curiosidades e transcrição de páginas da literatura estrangeira.

Ocorreu a 2 de julho uma edição de 28 páginas, em papel róseo, dedicada ao centenário da Confederação do Equador, a primeira das quais ocupada por magistral alegoria do pintor Heinr Moser, inclusas as datas 1824-1924, representando a degradação canônica de Frei Caneca. Várias outras páginas foram dedicadas ao histórico acontecimento, inclusive mensagem do Governador Sérgio Loreto; “Diário da Revolução de 1824”, por Mário Melo, e transcrição do “Manifesto de Manuel de Carvalho Pais de Andrade aos brasileiros”. Além disso, havia trabalhos de literatura, em prosa e verso, entre eles uma página de Raul Machado, intitulada “Augusto dos Anjos e o seu gênio poético”.

De 32 páginas foi a edição de 7 de setembro, a primeira ocupada por alegoria alusiva à data, inserindo extenso artigo de João Vasconcelos, a respeito de Catulo da Paixão Cearense; poesia de Júlio Belo e, além de mais literatura, uma página de Thomas Moore, em tradução de Raul Machado, sob o título “Lord Byron — Cartas e diários; fatos de sua vida”. Para completar, quatro páginas de estatísticas de Pernambuco, coligidas por Gaspar Peres.

Três das catorze páginas da edição de 18 de outubro foram destinadas ao segundo aniversário do govêrno de Sérgio Loreto, cujo retrato figurou na primeira. Na mesma data, iniciava-se a seção “Dia a dia”, crônica de S. (Salomão Filgueira), colocada na última página. “De Roma” vinha, de quando em quando, correspondência assinada por Luís Sparano. Depois, já no mês derradeiro, aparecia “Vita italiana”, redigida no próprio idioma, saindo às quintas-feiras.

Excelente ilustração de Heinr Moser abriu a edição, em papel róseo (32 páginas), de 25 de dezembro, destacando as palavras “Boas Festas”. Muitos anúncios; colaboração especial de Guilherme de Almeida, Umberto Carneiro, Rafael Correia de Oliveira, Michelangelo da Verona, Luiz Delgado, Severo Portela, Lotinha Jouvin Pessoa de Queiroz e, além de outros, uma peça teatral traduzida por Salomão Filgueira.

A 1º de janeiro de 1925 — apenas 16 páginas — a edição manteve, firme o costume de ilustrar a primeira página. Novamente, o Carnaval mereceu grande destaque, com edição em papel róseo, a 22 de fevereiro, de 24 páginas, figurando na primeira a **charge** “Vitalina rodeada de voadores”. Continuou, nos anos seguintes, a projeção do Carnaval nas colunas do **Jornal do Commercio**.

De apenas vinte páginas foi a edição de aniversário de 3 de abril, ocupada a primeira por significativa alegoria em homenagem à imprensa. Colaboração especial, entre outros, de Wladimir Emanuel, Luiz Gomes, Agripino da Nóbrega, Eustáquio Pereira (Faneca), João Vasconcelos, Severo Portela, Domingos de Albuquerque, Osvaldo Santiago, Emídio de Miranda, Valdemar de Oliveira, Sílvia Moncorvo, Luiz da Câmara Cascudo, Clóvis de Gusmão e Esdras Farias, que também participou do corpo redacional, assim como, por tempo limitado, Eurico Vitrúvio e Rafael Correia de Oliveira.

Em meados desse ano foi suspensa a página dominical de Literatura. A 25 de dezembro, abriu a edição, de 28 páginas, atraente alegoria de Natal, traçada por Heindr Moser. Afora a colaboração especial, dedicou uma página ao Congresso de Estradas de Rodagem, Instrução e Saúde Pública.

A seção "Dia a Dia", crônica de S., suspensa havia alguns meses, voltou a 22 de janeiro de 1926, colocada então na primeira coluna da terceira página. No mês seguinte foi novamente interrompida, para reaparecer em agosto. Igualmente em janeiro, o artigo de fundo passou a ocupar o alto das duas últimas colunas da terceira página.

Substancioso artigo redacional, a 1º de maio, aplaudiu a candidatura Estácio Coimbra ao governo do Estado, escolhido pela Convenção das Municipalidades, para o período de 1926-1930. No mês em referência foi admitido Valdemar de Oliveira, na qualidade de redator especializado da "Vida Artística" e das "Notas de Arte", o qual começou por usar as iniciais W. O., continuando com o simples W., sem interrupção pelo tempo adiante e ainda atualmente. Com assinatura integral, escreveria, em 1927, sobre "Assuntos Médicos".

Visando a atrair mais leitores, a administração do matutino acenou, em janeiro, com um aparelho de barbear, desconhecido na região, como prêmio aos novos assinantes do interior. À época, transcreviam-se grandes reportagens sob a epígrafe geral "A revolução no Sul". Enquanto isto, o livro então editado pelo senador Manuel Borba, a respeito do quadriênio Sérgio Loreto, era alvo de editoriais de crítica acerba, iniciados a 20 de janeiro.

Pela primeira vez, o **Jornal do Commercio** estampou reclamo comercial na primeira página: foi na edição de aniversário de 3 de abril de 1927, que saiu com 32 páginas. Em igual data fundava-se a Caixa de Beneficência dos empre-

gados da empresa, que prestou valiosos benefícios, até sua extinção natural, 42 meses depois, quando da revolução de 1930, que deixara a turma ao desamparo.

Apoiando frustrada campanha, iniciada na capital do país, em favor dos órfãos dos profissionais da imprensa, comentou o sueltista, a 13 de maio de 1927: “Na vida brasileira, há uma classe que é das mais devotadas ao bem público e não tem por isso recompensa alguma. É a numerosa classe dos que, por vocação ou necessidade, fazem os jornais e incessantemente pedem ao cérebro novas sugestões e novos comentários sobre o melhor destino dos seus concidadãos. Quem vê o jornal por fora, não imagina a soma de sacrifícios que êle exige. Não sabe que trabalho, o de ser fiel à missão árdua de informador e, sobretudo, de orientador da opinião pública.

“Mas o jornalista não descansa no seu pôsto. Talvez de ninguém mais exige a sociedade tanto trabalho, tanta dedicação, tanto desinterêsse — glorificando políticos e literatos, favorecendo a ação de industriais e comerciantes, mas permanecendo anônimo. Entre nós é a profissão que mais esgota e mais encurta a vida. Nem há aposentadorias nem gratificações por anos de serviço... É ali: trabalhar e morrer. E quando o jornalista morre, por via de regra não deixa um vintém à viúva, êle que viveu fomentando a multiplicação das fortunas (9) e ouvindo em tórno línguas afiadas, a que não agradou, increpá-lo de vendido. Êsse movimento em favor dos órfãos dos jornalistas merece aplausos. E a sociedade tem o dever de conceder aos filhos o que negou, egoisticamente, aos pais”.

Na edição de 15 do mês em referência, o candidato a governador Estácio Coimbra assinava longo artigo, sob o título “A opinião do meu Estado e do meu país”, revidando um manifesto do ex-governador Manuel Borba; e Anísio Galvão iniciava a série de reportagens “**Nosso padrinho** padre Cícero”, enviadas do sertão, relatando aspectos da preponderância do famoso Cícero Romão Batista sobre “o espírito e os costumes de certa parte da população nordestina”.

Como era de praxe cada ano, a fôlha vinha publicando sonetos-perfis sob o título “Bacharelados de 1927” — turma do centenário da inauguração dos cursos jurídicos no Brasil —

(9) Acrescente-se: ...principalmente dos diretores de empresas jornalísticas.

assinados por **João da Academia** (10). Concluída a série a 24 de maio, com o nº XXXVIII, em que foi perfilado Sinésio Guimarães, êste, na edição seguinte, apareceu firmando soneto sobre a personalidade do autor dos perfis, que não era outro senão Ulisses Lins de Albuquerque.

Vários editoriais foram dedicados, durante o mês de junho, à defesa da anistia aos elementos políticos presos por participação em movimentos revolucionários, além da transcrição em massa de discursos e opiniões alheias a respeito da medida solicitada ao govêrno da União.

O pintor Manuel Bandeira, que já o fizera quanto à edição de Natal do ano transato, ilustrou a primeira página da de 7 de junho de 1927, com expressiva alegoria em homenagem à chegada do "Jahu", o famoso avião de João Ribeiro de Barros, cujos noticiário, comentários, saudações e serviço de clichéria alusivos ocuparam grande espaço, por muitos dias, além da cobertura telegráfica do "raid", desde abril, sob o título geral "De Gênova a Santos pelo ar".

A edição de 12 de outubro foi dedicada ao segundo centenário do café, com sobeja matéria, inclusive uma página histórica de F. A. Pereira da Costa, póstuma.

A crônica "Dia a Dia", de S., foi substituída, a 12 de janeiro de 1928, pelas "Notas Sôltas", firmadas por L. D., ou seja, Luiz Delgado, redator do **Jornal** desde 1926 (11), responsável pelos editoriais. Dois dias após, mudou para "Notas Avulsas" (12). Nêsse mês ensaiava-se dedicar página inteira à "Vida Artística", só algum tempo depois efetivada. Na edição do dia 22, iniciava-se, ocupando tôda a primeira página, incisiva campanha, através de comentários, conselhos e notas diversas, visando a libertar a população do país da verminose, supervisionada pelo cientista Belizário Pena,

(10) Os sonetos de **João da Avenida** foram no mesmo ano enfeixados em livro, acrescidos de perfis dos lentes da Faculdade de Direito do Recife, sob o título "Mestres e Discípulos".

(11) Meses depois ("Notas Avulsas", 3-4-1928), escrevia Luiz Delgado: "... recebera um convite para vir à redação — não sabia nem imaginava para que. E antes de sair já estava com uma banca, tinteiro, pena e papel".

(12) O título "Notas Avulsas" foi utilizado, pela primeira vez, no diário **A Republica**, em 1892. Usou-o o cronista **Legran**, em 1901, no **Jornal Pequeno**. Vimo-lo também encabeçando o noticiário do periódico matuto **A Vontade**, de Glicério, em 1906. Tempos mais tarde, apareceu no diário borbista **A Ordem**, no ano de 1919. Depois, em 1925, serviu-se dêle o escritor Sílvio Rabelo, no vespertino **A Notícia**. Quando o **Jornal do Comercio** se encontrava suspenso, empregou-o O. V., em julho de 1932, no **Jornal da Noite**, igualmente diário. Finalmente, foi avistado, em 1947, na revista **Câmbio**.

que veio a Pernambuco para tal fim, tomando como ponto de partida o município do Cabo.

Começou no dia 26, ainda de janeiro, a "Vida de Direito", página das quintas-feiras, destinada a divulgar "um noticiário tão completo quanto possível das ocorrências na esfera ampla em que se agita o Direito. E não somente isso, mas também e principalmente um repositório de doutrina, legislação e jurisprudência". Dias após criava-se a página semanal "No Mundo das Letras", cujo organizador dizia ser uma porta aberta aos "velhos", como aos "novos", dependendo só da qualidade. E acentuou: "Será uma página em que daremos, não só o que de interessante formos encontrando nas letras do país e de outras nações, mas também o que Pernambuco produzir de original ou de promissor".

Essa nova seção, em sua sequência, inseria produções de Anísio Galvão, José Júlio Rodrigues, Raul Bopp, Gois Filho, Luiz Delgado, João Ribeiro, Mário Coelho Pinto, Araújo Filho, Heloisa Chagas, Austro Costa, Jerônimo Gueiros, Armando Goulart Wucherer, Américo R. Neto, Silvino Lopes, Odilon de Araújo, Silva Lobato, Esdras Farias, Ascenso Ferreira, Olegário Mariano, Olímpio Bonald, Hermes Fontes, Tomaz Pará, João Pugliesi, Marilita Pozzo'li, Israel Fonseca e tantos mais. Odilon Nestor, que deixara o corpo redacional em fins de 1925, vinha produzindo artigos assinados, esporadicamente, que saíam em edições comuns.

Fato verificado pela primeira vez, a edição de 19 de fevereiro de 1928 apareceu dividida em dois cadernos, o segundo dos quais feito Suplemento Carnavalesco, contendo oito páginas em côres, refertas de matéria específica, inclusive perfis em versos, junto às respectivas caricaturas, de diferentes personalidades.

Contou 48 páginas a edição de aniversário do ano em aprêço (3 de abril), exibindo, na primeira, alegoria (repetida) sobre o progresso da imprensa, vasta colaboração especial, incluindo nomes como os de Rodrigo Otávio, Viriato Correia, Alfredo Irrarrazaval, Afrânio Peixoto, Costa Rêgo, A. Mora y Araújo, Afonso Costa, Agenor de Roure, Barbosa Lima Sobrinho, Amélia de Freitas Bevilaqua, Clóvis Bevilaqua, P. Ortiz Rubio, Vicente Abranches, Otávio de Freitas, Silvino Olavo e outros, afora a "Página de Portugal", "Jornal das Crianças", "Mundo das Letras", "Hortas e Campos", "Cruzada Contra a Verminose", etc.

Em longo artigo, sob o título "Nove anos de luta", salientou o editorialista: "Já podemos falar em nosso passado.

As etapas que temos transposto não sobem a contas elevadas. Mas um jornal que se destina à defesa dos interesses públicos, dedicando-se, com honestidade e sem preconceitos, a tomar partido em tôdas as divergências de que possam redundar benefícios ou prejuizos para a coletividade — um jornal assim, dizíamos, não conta sua vida apenas pelos anos que viveu. Possui um outro calendário, bem mais significativo: mede sua vida pelos serviços que presta”.

“Pode ser — lia-se mais adiante — que nem tôdas as posições por nós assumidas tenham sido as mais justas, por isso mesmo que o êrro caracteriza o homem. Mas eram sempre as que nos pareciam mais justas. O que nunca nos abandonou foi o desejo de acertar e de agir bem”.

Noutro tópico: “Agora mais do que nunca, não podemos agir sem longa ponderação, sem acurado exame, sem um imenso esforço para não nos alhearmos de tôdas as influências que nos rodeiam, de tôdas as paixões que nos solicitam, de tôdas as forças que nos envolvem. Sabemos que isso é difícil na vida da imprensa, onde não há perspectiva nem afastamentos que permitam a serenidade natural, só constituída pela ação do tempo. Mas a lembrança de que é essa imparcialidade o que se nos pede e por ela nos temos prestigiado, também nos dará forças.

“Ao lado dos governos quando o merecerem e contra os governos quando isso fôr justo; ao lado dos movimentos populares legítimos, procurando sentir o seu impulso, mas procurando também orientar o seu ímpeto; ao lado do que presente progresso e efetive as admiráveis capacidades do nosso povo e em oposição ao que não tem essa finalidade; ao lado das boas iniciativas e em combate contra o marasmo e a estagnação — tal tem sido a nossa atitude de todos os momentos. E, sob essa orientação, que havemos de manter, temos debatido todos os assuntos, estudado tôdas as questões, desde o aumento da produção econômica até o refinamento da cultura espiritual”.

Escrevendo, na mesma edição, sôbre a data, afirmou Daniel Carneiro que a maior e mais eficiente força é o jornalismo”, aduzindo: “Seja qual fôr a pressão do alto, duras que sejam as leis referentes à liberdade individual, é a palavra escrita, na imprensa, o mais decisivo e o mais fácil dos veículos, na propaganda das idéias, na movimentação dos partidos e no incitamento à ação popular. Enganam-se os governos quando pensam coibir de algum modo essa expressão natural — o espírito público! Iludem-se os reacionários

quando pretendem sufocar êsses estímulos, âmago da opinião livre! Essa dinâmica expansiva é um elemento que não falha, ou é o último a falhar na Constituição moral dos povos”.

Ao começar o terceiro trimestre de 1928, o chefe da redação Caio Pereira, responsável pelas boas iniciativas do jornal, introduziu a prática dos títulos simétricos, ora de linhas cheias, ora em escadinhas, o que exigia a contagem das letras, mediante a escolha prévia do modelo de caracteres a utilizar, à imitação do que faziam grandes diários argentinos e mexicanos. Títulos e sub-títulos constituíam, em geral, uma sùmula perfeita da matéria, para facilidade do leitor porventura apressado. Pertenceu ao corpo redacional nesse ano, até novembro, Mário Magalhães. Visando atrair maior quantidade de leitores, a emprêsa instituiu nôvo plano de sorteio, prometendo dez prêmios, em dinheiro, aos assinantes iniciais.

Em 1929, precisamente a 20 de janeiro, começou a divulgação do concurso para a escolha de Miss Brasil, estabelecido pela **A Noite**, do Rio de Janeiro, e patrocinado pelo **Jornal do Commercio** nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Dois meses durou essa campanha, com larga divulgação, terminando no dia 22 de março, quando a edição do dia veio acompanhada de uma página em papel assetinado, impressa dum só lado, trazendo, entre vinhetas, clichês de Connie Braz da Cunha, “a mais bela das pernambucanas”, e das demais senhorinhas classificadas.

A edição de aniversário de 3 de abril de 1929 constou de quatro seções, num total de 58 páginas, a primeira das quais ostentando, tôda ela, anúncio ilustrado da Companhia Beira-Mar (13). No texto liam-se produções de Hersílio de Sousa, Afonso Costa, Azevedo Amaral, Emílio de Maia, Thomas Jay, Nehemias Gueiros, José de Barros Lima, Múcio Leão, **Malba Tahan**, Moacir Pisa, M. Paulo Filho, Ribeiro Couto, Sabino de Campos, Samuel Campelo, Bernardo Attólico, Salatiel Costa, Edgar Teixeira Leite, Agripino da Silva e Geraldo de Andrade, além de vários nomes de aparição costumeira.

Vinha-se batendo, o matutino, desde o mês anterior, contra a elevação de tributos pelo govêrno paraibano, começan-

(13) Abaixo do anúncio, num quadrinho à esquerda, lia-se: “A Companhia Beira-Mar contratou pela quantia de 5.000\$000 a publicação desta página”.

do por dizer, no dia 27, quanto ao chamado “imposto de barreira”, ser o mesmo verdadeiramente proibitivo, visando isolar a Paraíba, fechando a entrada do seu território a todos os comerciantes e a todos os produtos idos de outros Estados”.

A campanha intensificou-se, transformada em polêmica com **A União**, da vizinha capital, órgão oficial do governo de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ocorrendo pesados ataques de parte a parte, em inflamados editoriais.

“Tais impostos — escrevia a 17 de abril— pela sua evidente e inconfundível inconstitucionalidade, não podem ser cobrados mansa e pacificamente. Pagá-los-á quem quiser. Curvar-se-á aos caprichos do governo aquêle que, se sabendo senhor de um direito, não quer mostrar-se digno dêsse direito”.

Na edição do dia 25, aludindo aos “desatinos” do governo paraibano, afirmou o articulista que a campanha do **Jornal do Commercio** tinha o apoio de quase tôda a imprensa diária do Recife. Depois, a 30: “Declarada a guerra tributária, a Paraíba hostiliza, ferozmente, seus irmãos federados; ergue muralhas chinesas ao comércio interestadual; quer viver sòzinha, pensando que sòzinha pode viver. São as teorias soviéticas que inspiram os dirigentes do Estado”.

Piorou a situação no mês seguinte, quando o presidente João Pessoa declarou haver sido o **Jornal do Commercio** subvencionado pelo governo seu antecessor, subvenção que êle resolvera suspender. Ao mesmo tempo, **A União** desferia ataques ao diretor Francisco Pessoa de Queiroz, qualificando-o, entre outros epítetos contundentes, de “fátuo e vazio”.

Em editorial de 15 de maio, declarava o órgão recifense que “o Presidente da Paraíba sofreu uma diminuição moral igual à que atinge os indivíduos pilhados no flagrante de calúnia e de mentira”. Enquanto isto, transcrevia, diàriamente, comentários da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, a respeito da guerra tributária, em apoio ao ponto de vista pernambucano.

Importantes melhoramentos adotou a empresa em sua oficina gráfica, no ano de 1929, mês de julho, a saber: substituição das máquinas Linotipo por Intertipos e aquisição de matrizes, máquinas de estereotipia e novos **chassis** para a impressora, assim acrescida de duas seções, ficando apta a imprimir a um tempo 24 páginas.

Criava-se, então, a página dominical intitulada “Cinematografia”, sob a orientação de Nehemias Gueiros. Em

setembro vinha a "Página Feminina", dirigida por Edna Leite Gueiros. Passou a circular com 24 páginas aos domingos, incluindo a "Página Mexicana", de transcrições e enormes títulos simétricos. Outra página foi atribuída a "Literatura", tendo, porém, vida curta. Valdemar de Oliveira enviava crônicas "Do Rio"; depois, de São Paulo; de volta, redigia "De Domingo a Domingo", além das nunca interrompidas "Notas de Arte" diárias, adotando o sub-título "A propósito...", que veio a predominar por muito tempo. Aos sábados foi tentada a página "Jornal das Crianças", que não conseguiu prosseguir. A edição de 25 de dezembro, reunindo 42 páginas e copiosa colaboração especial, ostentou, de frente, artístico desenho ilustrativo, de Heiner Moser, sob o título "Feliz Natal".

Proporcionava apreciável espaço ao movimento político esboçado no país, desde agosto de 1929, uma vez assentado o lançamento das candidaturas presidenciais à sucessão do titular Washington Luís: primeiro, a composição oposicionista Getúlio Vargas — João Pessoa, vindo após a chapa oficiosa Júlio Prestes — Vital Soares, que tanto agitaram a vida nacional, até a vitória da segunda (que não seria respeitada), nas eleições de 1 de março de 1930.

No dia 2 de março, mereceu boa edição o Carnaval, com alegoria de L. Vilares ocupando toda a primeira página, vasto noticiário e literatura alusiva, da lavra de Austro Costa, Samuel Campelo, Ida Souto Uchoa, Eustáquio Pereira (Faneca), Neves Sobrinho e L. do N.

Desde fevereiro de 1930 achava-se em efervescência a política paraibana, em consequência da escolha da chapa para senador e deputados federais, o que deu lugar a um levante armado contra o governo, na zona sertaneja, tendo como sede o município de Princesa, sob a chefia do deputado estadual "coronel" José Pereira. Colocou-se a fôlha dos Pessoa de Queiroz ao lado do segundo, abrindo colunas e mais colunas ao serviço de informações telegráficas, em caráter especial, da frente de operações bélicas. Datou de 14 de março o primeiro editorial de condenação à atitude do Presidente João Pessoa, por ter lançado a polícia contra os sertanejos em armas. Seguiram-se outros artigos redacionais (14), em

(14) O redator-secretário Caio Pereira, a quem repugnara a campanha, não tomava conhecimento da matéria atinente ao caso político-militar de Princesa, toda ela subordinada ao sub-secretário José Maria de Carvalho Veras, diretamente orientado pela alta direção do jornal. Os artigos principais, sem assinatura, eram redigidos por Joaquim Inojosa.

que o matutino não deixava de elogiar sua própria norma de proceder, como o fez, por exemplo, na edição do dia 28:

“A honestidade da atuação do **Jornal do Commercio**, no comentário e na informação, sôbre os acontecimentos da Paraíba, tem sido, até hoje, uma das melhores expressões do programa mantido, inflexivelmente, por esta fôlha. É verdade que as nossas simpatias se voltam para a causa defendida pelo deputado José Pereira, que é a causa de milhares de paraibanos que o presidente da Paraíba jurou exterminar, pelo grande crime de os mesmos não lhe terem dado um só voto nas últimas eleições. Estamos com os oprimidos contra o opressor, a favor das vítimas contra o seu algoz. Entretanto, essas simpatias, muito justas, aliás, ainda não chegaram e não chegarão a perturbar a norma de conduta honesta e serena que nos traçamos. Nenhum dos nossos informes a respeito da sublevação paraibana tem sido, até hoje, contestado com lealdade. A nossa análise vem sendo conduzida dentro da esfera que envolve o fato em si, sem resvalar para a mesquinhez dos ataques pessoais”.

Tomava mais vulto, por sua vez, a abolição na política nacional, vislumbrando-se pruridos de subversão da ordem, do que se ocupava o matutino, veiculando matéria favorável ao situacionismo.

As “Notas Avulsas”, delas se havendo afastado L. D. a 12 de fevereiro de 1930, tiveram nôvo redator — R. V. M. (Renato Vieira de Melo) — pelo espaço de uma semana, ficando suspensas a partir do dia 19; mas voltaram a 5 de abril, com a assinatura R. G. (Racine Guimarães), assim prosseguindo.

Reuniu 40 páginas a edição de aniversário dêsse ano, inserindo alegoria e matéria variada, inclusive o poema “Fernando de Noronha”, de Austro Costa, que ocupou mais de uma página, e “Uma rufada pelo sertão”, notas e observações do General Malan d’Angrogne, em cêrca de duas páginas. Ainda em abril, dia 13, iniciava-se o folhetim “Os Três Mosqueteiros”, de Alexandre Dumas, que não chegaria ao fim.

Continuando a guerra civil no sertão, próximo à fronteira de Pernambuco, declarou um editorial de 4 de maio que, “por um dever de patriotismo e humanidade”, se impunha a renúncia do Presidente da Paraíba, que se achava apoderado “da idéia fixa” de arrasar Princesa.

Uma semana decorrida, no dia 11, lia-se: “... a situação se vai tornando mais grave. Pode afirmar-se que a

Paraíba está num estado de verdadeira anarquia, implantada e fomentada pelo chefe do poder executivo. Não dispondo êste de elementos para restabelecer a ordem, cumpre ao poder central intervir e, assim, normalizar a vida constitucional de um dos departamentos da federação”.

Na edição de 24 de maio, repetia o articulista que “sòmente a intervenção federal pacificaria os sertões paraibanos”. Mas a intervenção não veio. E afirmava, a 31, que o chefe do govêrno paraibano se tornara “contrabandista de munições”, a fim de poder manter a luta com os defensores de Princesa, acentuando: “Contrabandista, e dêsses em quem a falta de escrúpulo e a ousadia desafiam as mais severas leis do país”.

A 9 de junho o “comandante” José Pereira de Lima “decretava” a “independência” do município de Princesa, para júbilo do **Jornal do Commercio**. A cidade rebelde chegou a editar um jornal. Que o diga melhor o escritor Joaquim Inojosa.

No mês seguinte, entretanto, aconteceu um fato da maior gravidade, que serviu, segundo observadores políticos, para apressar a Revolução nacional, pregada em quase todo o país, através da imprensa e da tribuna popular: foi assassinado, no Recife, o Presidente João Pessoa. Dois dias após, ou seja, a 27 de julho, salientava o matutino: “Por mais fundas que fôsem as divergências que o separavam do chefe do executivo paraibano”, não deixava de abrir “um parêntesis para lamentar, sinceramente, a trágica ocorrência da Confeitaria Glória” (15).

(15) Meses após a revolução, precisamente a 15 de março de 1931, divulgava Caio Pereira, no **Diário de Pernambuco**, o artigo “Em tórno do assassínio do Presidente João Pessoa”, no qual esclareceu:

“...desde comêço, por divergência da orientação extremada que se deu à campanha do **Jornal do Commercio**, em tórno do levante de Princesa, eu me alheei, por inteiro, de tudo quanto respeitava ao assunto, nas colunas daquele órgão, transferindo a um companheiro o contrôle da respectiva matéria”. Quebrou “êsse propósito de abstenção e alheamento” na noite da morte de João Pessoa Cavalcanti: “Em face da grave situação criada para o jornal com a desgraçada ocorrência, e medindo a responsabilidade dos conceitos que iríamos expender no dia seguinte, avoquei a mim tôda a matéria respeitante ao fato”. Não consentiu, pois, que fôsse publicado o artigo deixado na redação pelo co-proprietário João Pessoa de Queiroz, que sairia “como introito à local sôbre o crime”. Não o publicou por considerá-lo inexpressivo. Êle próprio, Caio, redigiu outro artigo. Entendeu que devia abrir-se um parêntese no aceso combate que o jornal vinha dando ao adversário, “para deplorar a perda de uma vida em circunstâncias tão dolorosas”.

Soube, depois, por intermédio de um companheiro de serviço, que

Em cartas publicadas a 31 de agosto e 14 de setembro, em linguagem violenta, defendeu-se o industrial e co-proprietário da empresa João Pessoa de Queiroz de acusações formuladas por Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (16), que o apontara publicamente como membro do "complot" organizado para tirar a vida do seu irmão, o Presidente da Paraíba.

Veio, finalmente, a esperada revolução, irrompida no Recife na madrugada de 4 de outubro de 1930. Mal circulou a edição dessa data do **Jornal do Commercio**. Ao vislumbrar-se, no segundo dia, a vitória do movimento, foi o edifício assaltado, seguido de empastelamento e saque. Suspensa a folha, viu-se o diretor Francisco Pessoa de Queiroz na contingência de fugir da cidade e, posteriormente, do país, só retornando a Pernambuco dois anos depois. Afastaram-se, igualmente, os co-proprietários João e José Pessoa de Queiroz. E Joaquim Inojosa largou-se para o Rio de Janeiro, lá permanecendo.

O corpo redacional, no ano da revolução, estava assim organizado: Caio Pereira, secretário; José Maria de Carvalho Veras, sub-secretário; Nehemias Gueiros, editorialista; Valdemar de Oliveira, redator artístico; Edna Leite Gueiros, redatora da "Página Feminina"; Racine Guimarães, redator da página dominical "Cinematografia"; Osvaldo Ferreira (de Albuquerque Melo), sueltista; Paulo de Viveiros, noticiário; Solon Cabral de Moura, redator da seção "Religiosa"; João Rufino de Melo e Silva e Luís Gomes do Rêgo Lima, repórteres; Evaldo Coutinho, cronista cinematográfico; João Abrantes Pinheiro, repórter policial; Antônio Almeida, redator desportivo; Luiz do Nascimento, tradutor de telegramas; Otacílio Machado, Ponciano Leitão (aprovado em concurso) (17), Antônio Cipriano de

João Pessoa de Queiroz (seu inimigo pessoal) se havia irritado. Diante do que, escreveu ao diretor Francisco P. de Queiroz, então no Rio de Janeiro, "fazendo-lhe, clara e irretatável", a sua resolução de abandonar o jornal. Em conclusão: "E foi nessa conjuntura, nesse **impasse**, cuja solução eu somente via no meu afastamento do jornal, que me veio surpreender o movimento revolucionário de outubro".

(16) As famílias Pessoa de Queiroz e Pessoa Cavalcanti de Albuquerque têm parentesco próximo.

(17) A Secretaria do matutino instituiu, em fins de setembro de 1929, um concurso de provas, para preenchimento de vagas na revisão, no qual foram igualmente aprovados Edson Mouri Fernandes e Solon Sócrates Cabral de Moura, que exerceram o cargo pouco tempo, exonerando-se o primeiro, enquanto o segundo era transferido para a redação.

Morais Navarro Neto, Agrício Salgado Calheiros, Teodolindo Rodrigues e Eugênio Mesquita, revisores (18). Ocupava a gerência Alexandre Kruse, servindo como “caixa” do escritório Antônio Leitão e, como contador, Cristóvão Breckenfeld.

Havia participado do corpo redacional, anteriormente, Rafael Correia de Oliveira, ao passo que Silvino Lopes trabalhou de 1922 ao primeiro trimestre de 1929, quando o substituiu, por poucos meses, Alfeu Rabelo, o qual, por sua vez, foi substituído, a 4 de outubro, pelo autor desta bibliografia. Ao corpo de revisores tinham pertencido, entre outros, Flávio Guerra, José Aragão e Pereira de Assunção.

Quatro anos depois, precisamente a 30 de setembro de 1934, reapareceu o **Jornal do Commercio**, funcionando em prédio de sete andares, construído no mesmo local do anterior, com novas instalações, reconstituída a antiga “Duplex Tubular”. Trazia abaixo do título: “Órgão Independente e Noticioso. Propriedade da Empresa **Jornal do Commercio S.A.** Diretor — Francisco Pessoa de Queiroz”.

Numa das páginas internas da edição inicial da nova fase, dizia uma nota que, em 1930, o **Jornal** pertencera a uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, constituída dos irmãos José e Francisco Pessoa de Queiroz. Em 1933 resolveram eles incorporar uma sociedade anônima, com capital social subscrito de 3.000.000\$000, mediante ações distribuídas de 1.000\$000, assim organizada a sua diretoria: José Pessoa de Queiroz — presidente; Francisco P. de Queiroz — tesoureiro; Fernando P. de Queiroz — secretário.

A edição apresentou-se em dois cadernos, num total de 40 páginas, a primeira das quais ocupada por propaganda comercial, impressa a côres. A terceira e a quinta, servidas de fotografias ilustrativas, traziam o título “Ressurgindo dos próprios escombros”. Descreveu-se aí o “capítulo, negro como o próprio terror”, que constituíra o regime implantado durante os dias da revolução de outubro de 1930, quando a “massa, infrene e delirante”, praticou “o assalto, o saque, a depredação, o incêndio”.

Foi, realmente, o **Jornal do Commercio** uma das maiores vítimas dos vencedores de então, conforme a narrativa que abaixo se resume:

“Arreventada, a coices de fuzil, uma das portas do seu

(18) A época, cada revisor trabalhava quatro noites durante a semana, folgando nas restantes.

edifício, incontinentemente teve entrada a turba desatinada e bramante”.

“Nada se evadiu à fúria destruidora e à avidez dos assaltantes. Do rés do chão ao telhado do edifício, os rastros profundos dos vândalos. Começaram êles pelo escritório comercial, cujos livros, papéis e documentos, fichários e arquivo foram rasgados e destruídos; espatifados a armação, móveis, máquinas de escrever e tudo mais, não esquecido, antes bem lembrado, o cofre. Que isso era menos despiciendo e mais compatível com o espírito do nefando atentado... E abriu-se o cofre, e dêle retiraram-se quase três contos de réis em prata, vinte e cinco contos em apólices, e outros valores, e iniciou-se a partilha. Difícil coisa, — dizem testemunhas —, que se efetuou a bala, desavindos os partilhantes, no meio da rua, entre gritos de inumanos e uivos de feras”.

“Do escritório, já agora em destroços, passaram os “patriotas” para o departamento de expedição e impressão, onde se achava instalado o nosso grande prelo “Duplex Tubular”, a seção de estereotipia e a de fundição. Os mesmos requintes de barbaria, os mesmos inomináveis excessos”.

“Seguiu-se o armazém de papel, de onde foram retiradas 170 bobinas de papel de impressão, que eram roladas pelas ruas, entre chocarrices e surriadas da patuléia inconsciente, e vendidas a preço vil, a não menos vis aproveitadores do momento. Do andar térreo se dirigiram os atacantes à seção de impressão de avulsos, na primeira galeria. Seis máquinas de impressão, uma de pautação, máquinas brochadoras, utensílios de encadernação, tudo sofreu a ação daninha do ódio cego e execrando.

“Parece, entretanto, pela extensão dos estragos, que onde mais se demorou a turba foi na seção de composição e paginação do jornal, localizada no primeiro andar. Quadro desolador! Tudo revolvido, derramado, espatifado! Aí se achavam instaladas oito máquinas de composição Intertype, duas das quais com dois meses apenas de uso. Êsses engenhos mecânicos, que alguém já disse, com acêrto, agirem e pensarem como qualquer um de nós, e não falarem, somente, porque humanos não são, sôbre êles desabou todo o ímpeto celerado dos bugres.

“Os danos decorrentes foram inapreçáveis, tal a ruina que ficou. Assim a redação, de cujo mobiliário nada restou, porque o escape da fúria destruidora de logo encontrou quem dêle se apossasse e lhe desse o conveniente destino.

Assim, a seção de tipografia, que teve 280 fontes de tipos derramadas perversamente pelo chão, máquinas e móveis reduzidos a pedaços; assim a seção de fotogravura, a de radiotelegrafia e o arquivo, onde se achavam 132 volumes da coleção do **Jornal do Commercio**, quase todos furtados e vendidos como papel de embrulho!”

“Por incrível que se afigure, é evidência meridiana que as instalações do **Jornal do Commercio**, após a louca arremetida da arraia miuda, na manhã de outubro de 1930, tiveram a rematar sua destruição, por dias a reio, pessoas para isso empreitadas e assalariadas e que, friamente, conscientemente, realizaram, tão a seu salvo e a seu modo, e tão a satisfação dos assalariados, uma tarefa de que, dificilmente, melhor desempenho se poderia ter. Obra danada, torpe e mesquinha, essa, a que foram chamados até estrangeiros, hoje, um dêles, beneficiário de munificências de quem as pode prodigalizar.

“Visaram os bárbaros, especialmente, a “Duplex Tubular” e os dínamo-motores que os seus antecessores não haviam roubado. Trinta e três carretas, de proeminente função em nosso grande prelo, foram arrancadas. Era a traça infame de inutilizar para sempre o órgão por onde a grande voz haveria de exprobar e estimatizar a suprema vilania. Era, por certo, mais do que isso, a obsessão de arredar do caminho o concorrente poderoso.

“Obedecendo ainda ao desígnio nefando, foram inutilizadas outras máquinas igualmente imprescindíveis ao funcionamento do jornal, com a avulsão de partes importantes. E tudo, metido num só envoltório, foi atirado, à calada da noite, no fundo do Capibaribe, de onde não poderia sair jamais, e aonde jamais olhar curioso iria dar com êle. Empreitada sinistra, sinistramente executada”.

“Uma circunstância a materializar a prova do mandato está em que sobre mais de vinte dínamo-motores, o prelo “Duplex Tubular” e tôdas as outras máquinas, foi derramado ácido sulfúrico, em maneira tal, que se diria despejados não litros senão hectolitros do ácido destruidor. Ora, se dentro desta casa, um dedal, sequer, não havia do violento corrosivo; se, a quando do assalto, mantinha o comércio cerradas suas portas, é irretorquível e ressaí evidente que a droga, usada não foi pelos assaltantes, mas, por aquêles que lhe vieram completar a obra. Dia virá em que, no judiciário ou fora dêle, se projetará luz sobre tudo. E, então, as contas serão devidamente lançadas”.

Em artigo de quatro colunas, sob o título “Prosseguindo a jornada”, no centro-alto da 23ª página (3ª da 2ª seção), o **Jornal do Commercio** aludiu à “página triste e melancólica” que o fizera suspender a circulação por quatro anos, dizendo haver ressurgido, “dos próprios destroços, mais forte e mais sobranceiro, porisso que, agora, melhor aparelhado, para reencetar a rude e larga tarefa que, havia doze anos, empreendera e vinha realizando”.

Quanto à sua profissão de fé, acentuou: “Esta se mantém íntegra e vem sendo cumprida, à justa, desde o dia em que, surgindo para o público, fixamos os pontos cardeais de nossa orientação. Órgão eminentemente informativo, defensor e propugnador das legítimas aspirações e dos interesses das classes conservadoras, maximamente comércio e indústria, — e vale acentuar que os mais altos expoentes dessas classes, chamados a nos darem seu apoio, não o recusaram, vinculando-se aos destinos desta fôlha, grandes acionistas que êles são de sua empresa editôra —, não é, entretanto, indiferente, nunca o foi, aos problemas sociais que agitam o mundo contemporâneo, e para os quais o Brasil ora se volta, nesse agudo instante de tumultos e anseios que empolga a nacionalidade. Acolhe-os e os debate e encara, como diretrizes e conquistas que a mesma filosofia cristã admite na alta sabedoria dos seus postulados”.

Não era, entretanto, órgão político-partidário, mesmo porque o vedavam os estatutos da sociedade anônima em que se constituira a empresa, composta de elementos políticos e apolíticos. “Todavia, nem por se afirmar independente e alheio das atividades partidárias refugirá ao comentário elevado e sereno dos fatos políticos, entendida a Política no seu alto sentido de organizar o Estado e administrá-lo, construir e levar a nacionalidade aos destinos grandiosos a que todo o povo civilizado deve tender e aspirar. Mas resistirá ao facciosismo, tanto estamos seguros de que êste, de sua natureza, puxa para um terreno resvalado, do qual sempre sai malferida a verdade”.

Como lema, além do exposto, adotaria o seguinte: “Orientar as massas, noticiar, divulgar, incentivar as boas e sãs idéias, comentar tudo, fomentar o desenvolvimento de tôdas as atividades lícitas e produtivas. Ponderação, documentação, precisão no informe. Linguagem polida e limpa, extreme de chorros de palavriado e de despejo de expressão: O escrúpulo e o senso do justo no comentário, desatendidas as afeições,

sopitadas as desafeições. Nem a louvaminha, que nos desprestigia aos olhos do próprio louvaminhado, nem o esfuziote com que, no ataque, não raro se convertem nos seus contrários, qualidades bem evidentes do atacado. Não seremos e nunca o fomos recoveiros de mentiras, de intrigas e de escândalos, nem mascates de exaltações, a serviço do ódio ou da bajulação. Que essa espécie de publicidade, tão ao gosto dos chatins da Imprensa, sempre e sempre de nós será repugnada”.

Concluiu afirmando: “... nesta casa não se soube, nunca, o que seja trepidez, indecisão ou covardia”.

Na mesma página, alto das duas últimas colunas, figurou o editorial da velha praxe. Intitulou-se “A mais infame” (19), focalizando a lei de imprensa, assim iniciado: “Um dos mais sedutores argumentos com que a demagogia da Aliança Liberal incendiava as imaginações simplórias, nos comícios populares, e se derramava em promessas de um mundo melhor, foi a célebre lei de imprensa, que mereceu dos seus fecundos opositores o epíteto de **infame**. Assim, pois, serviu o decreto 4.745, de 15 de outubro de 1923, de bandeira e refrão à exaustiva campanha que culminou na junta dos generais, reclusão do sr. Washington Luis a Copacabana e consequente instalação, no governo discricionário, do sr. Getúlio Vargas, candidato vencido à Presidência da República, no pleito de março”.

Mas, “a lei não foi revogada, apesar das reclamações reiteradas da unanimidade dos jornais brasileiros, e todos os meios de compressão, muitos dos quais inéditos na história da imprensa do país, desde a censura com sentinela à vista até à fôrça bruta, exercitada à plena luz meridiana, desabaram sobre ela, tolhendo-lhe os movimentos, sufocando-lhe o direito de opinar, constringindo-lhe o pensamento, sob os mais fúteis e ridículos pretextos. Não faltavam os motivos de ordem pública, os sagrados postulados da revolução, o crédito do país no estrangeiro e tudo quanto pudesse concorrer para subtrair à opinião pública os erros que se sucediam e acumulavam.

“A lei **infame** substituiu o arbítrio dos interventores. Jornais e jornalistas eram tratados como os políticos da repú-

(19) Na reportagem “Ressurgindo dos próprios escombros” e no artigo “Prosseguindo a jornada”, está patenteado o inconfundível linguajar de Caio Pereira, bastante conhecido dos leitores da época. Bem diferente é o estilo, também eloquente, do artigo “A mais infame”, de autoria de Nehemias Gueiros.

blica velha: o único direito que lhes assistia era não terem direito nenhum.

“De todos os ângulos do país levantou-se o enorme clamor contra os atentados à liberdade de opinião. Jornais suspensos, redatores presos e deportados. E enquanto na Assembléa Constituinte se discutiam os princípios orgânicos da Nova Carta, aos jornais sob o guante da censura era vedada a transcrição dos debates travados no recinto. Não seria possível imaginar semelhante cúmulo de violência, denunciado da tribuna da Assembléa”.

“Apelava-se, então, — dizia — para o regime constitucional iminente. E se bem que a chamada lei **infame** não tivesse sido revogada, ela ao menos delimitava a zona de responsabilidade dos crimes de imprensa, situação de certo delicada, mas preferível à vontade inapelável, ao capricho, ao arbítrio dos agentes do poder discricionário. A imprensa tinha saudades da lei **infame**!”

“Que aconteceu, porém? Nas vésperas de ser promulgada a Constituição, a 14 de julho, precisamente, era substituída a malsinada lei pelo decreto 24.776. Os 37 artigos da **infame** desdobravam-se nos 70 do decreto elaborado sob as vistas e inspiração do jornalista Antunes Maciel. Novas desilusões. Nôvo desencanto! O decreto de 14 de julho nada mais é do que a **lei celerada** (20), refeita com requintes de perfídia”.

É que “a comissão encarregada de elaborar a última, longe de amenizar os horrores da primeira, procurou cercear ainda mais a liberdade de crítica, já de si tão precária, aproveitando disposições repudiadas pela Câmara em 1923 e acrescentando outras que tornam impossível a função de jornais e emprêsas jornalísticas e a triste profissão do jornalismo (21).

(20) O *Jornal do Commercio*, edição de 1º de janeiro de 1935, veio a publicar, na íntegra, a nova lei de imprensa, “a mais infame”.

(21) Em editorial de 23 de outubro de 1934, o *Jornal do Commercio* voltou a profligar a nova lei de imprensa, “instrumento de tortura” arranjado “sob o patrocínio de um ministro-jornalista — o sr. Antunes Maciel — e feito sob as vistas do representante da Associação Brasileira de Imprensa, guarda que deve ser, alerta sentinela dos interêsses supremos da instituição”.

Dizia-se, no artigo, que, podendo escapar às malhas da “lei infamíssima”, não escapava o jornalista à emboscada nos ermos das estradas; ou então fechavam-se as portas dos jornais; impedia-se-lhes a circulação; rompiam-se-lhes as edições no meio da rua; faziam-se apreensões; prendiam-se e deportavam-se jornalistas. E o impressionante de tudo, segundo o arti-

Costa Rêgo, redator-chefe do **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro, em artigo especial para a mencionada edição, escreveu: “O reaparecimento do **Jornal do Commercio** é uma prova da inutilidade da violência. A fôrça interrompe, mas não extingue, o curso das idéias”. E adiantou: “A revolução de 1930 era pregada em nome da liberdade — da liberdade em todos os seus sentidos, mas principalmente da liberdade de imprensa. No dia da vitória, o que logo se destruiu foram os jornais. Aqui, no Rio, em São Paulo, na generalidade dos Estados, o fato ocorreu, irreparável, fulminante, simultâneo, como se estivesse concertado em um plano de campanha. Contudo, não estava... Obedeceu, unicamente, ao instinto das massas, quando, após o triunfo, entram a imaginar que o mesmo instrumento que lhes deu o êxito pode arrancá-lo. Começa neste instante o fenômeno da queda dos ídolos.

“Explica-se, assim, que os revolucionários de 1930, que prepararam o campo de sua insurreição à sombra da liberdade de imprensa, contra a imprensa logo se houvessem precavido, ao lhes tocar o poder. Destruindo os jornais — os jornais de adversários, bem entendido —, êles tinham a ilusão de que a mesma arma de seu manejo não serviria jamais para o manejo alheio”.

Voltando a referir-se ao reaparecimento do matutino, concluiu o jornalista alagoano: “Que há, dentro dêsses quatro anos de seu silêncio? Há lutas, esforços, contendas — e há, sobretudo, um mundo de decepções. Feneceram muitas esperanças. Só uma verdade subsiste: a fôrça abate os ídolos; os ídolos, porém, voltam a ser a fonte de novos desejos e de uma vida nova”.

A edição apresentou, a par de copiosa publicidade comercial, colaboração assinada por Mário Melo, Otávio Domingues, Mário Sete, Raimundo Viana Ribeiro, Antônio Zozaia, Pirandello (traduzido por L. C.), Leopoldo Luís dos Santos, Waldemar Lopes, Ulisses Pernambucano, Brito Alves, Samuel Soares, Eduardo de Moraes, Nair de Andrade, etc., além das páginas: “Vida Artística”, “Cinematografia”, “Jornal das

culista, era a indiferença da Associação Brasileira de Imprensa, que, em face de qualquer atentado, respondia com “um telegrama lacônico”, até parecendo que pedia “desculpas aos poderosos do dia por estar cumprindo o seu dever”.

Concluindo, citava “o caso monstruoso” do jornalista Aparício Torelly, diretor d’**A Manhã** e do **Jornal do Povo**, quando a A. B. I., “mais uma vez”, pôs “em evidência a sua inutilidade como órgão de classe que resolveu não cumprir o seu dever”.

Crianças”, “Página Feminina” e “Mala dos Estados”, iniciando-se o folhetim “A Toutinegra do Moinho”, de Emile Richebourg.

O ressurgimento deu lugar a manifestações populares de regozijo, inclusive a exibição de cordões carnavalescos, que desfilaram pela rua do Imperador, diante do edifício do **Jornal**, feericamente iluminado.

Encetada, pois, a segunda fase de sua existência, adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 50\$000; semestre — 27\$000; para o exterior: ano — 80\$000, continuando o número avulso a ser vendido a 200 réis.

Parmaneceu o feitio anteriormente mantido, a saber: 1ª página — Informações Telegráficas, com manchetes de tipo invariável e, no centro, ocupando duas colunas, em tipo itálico, a correspondência epistolar do estrangeiro; 2ª — “Onibus”, “Repartições Públicas”, “Na Polícia e nas Ruas” e “Revista de Imprensa”; 3ª — a crônica de abertura “Duas palavras”, assinada A. M. (Adalberto Marroquim); artigo de fundo, sueltos, reportagens e notícias; 5ª — continuação do serviço telegráfico de Primeira Hora; Última página — telegramas de Última Hora, “Registo” (sociais), “Coisas Políticas”, notas e entrevistas ou reportagens ligeiras; nas outras páginas, a par de ineditoriais e anúncios, as seções: “Religiosas”, muito ampla; “Desportos”; “Notas Econômicas e Financeiras”; Radiocultura”; Pela Instrução”; “Revista Forense”; “Telas e Palcos” (crônicas de D.); “Notas de Arte” (“A propósito...”), por W; Associações; Correspondência da Alemanha, por Carlos Schwarz, mantida pela Central Alemã de Fomento do Turismo; “Jornal da Praça” e “Navegação”.

As quintas-feiras conservava-se a página “Vida de Direito”, com artigos de jurisprudência e doutrina assinados por Odilon Nestor, Soriano Neto, Nehemias Gueiros, Pedro Cahu, Gil Duarte, Rodolfo Aureliano, Rodrigues de Carvalho, João Domingos da Fonseca e outros. Aos domingos eram incorporadas à edição comum as páginas de arte, feminina e cinematográfica e, raramente, uma especializada de Literatura.

Na “Vida Artística”, a cargo de Valdemar de Oliveira, colaboravam, entre outros, José Júlio Rodrigues, Tarsila do Amaral, Miguel Jasseli, Mário Sete, Nelson Vaz, Alfredo de Medeiros, que depois criou “O meu Conservatório”; Umberto de Alencar, José Penante, Renato Viana, Filgueira Filho, Mário de Andrade e Renato de Almeida. Da página dirigida

pela escritora Edna Leite Gueiros, que não faltava com sua própria crônica, foram colaboradoras: Iraci Ipirapuan Lopes, Isnar de Moura, Edwiges de Sá Pereira, etc. Nas intervaladas páginas de Literatura apareciam Adalberto Marroquim, como poeta, Rubens Saldanha, Gois Filho, Mário Sete, Nilo Pereira, Telmo Vergara, José Maria Belo, Nelson Pinto, Nelson de Alcântara, Fernando de Oliveira Mota, Cleómenes Campos e outros.

Ao reencetar o **Jornal do Commercio** sua circulação (22), além do redator-secretário Caio Pereira, voltaram aos seus postos vários redatores da primeira fase, sendo admitidos outros, a saber: Adalberto Marroquim — editorialista e autor da crônica “Notas Avulsas” (até 31 de dezembro); Osvaldo Ferreira — sub-secretário; Fernando de Oliveira Mota — noticiarista; J. Mendonça Júnior — tradutor de telegramas; Danilo Lobo Torreão — cronista cinematográfico. Nehemias Gueiros foi, ao mesmo tempo, redator e consultor jurídico da empresa. Para a gerência entrou Luís Frago e, para a carteira de contabilidade, Alcides Ferraz, continuando Antônio Leitão, por demais zeloso, como encarregado do Caixa.

Waldemar Lopes, que já representara o **Jornal**, em dezembro, junto ao Congresso de Ensino Regional da Bahia, tornou-se, em 1935, redator de editoriais. Outros jornalistas foram admitidos no decorrer do ano, tais como: Heli Leitão, editorialista, que também assumiu a responsabilidade das “Notas Avulsas”, no que foi substituído, a 6 de agosto, por F. M. (Fernando Mota); Álvaro de Assis, editorialista, por tempo reduzido; José de Oliveira Leite e Francisco Marroquim, encarregados de entrevistar personalidades, sobretudo a bordo de navios; José Hoel da Nóbrega Simões, auxiliar da redação; João José Ribeiro, noticiarista; Eudes Barros, comentarista, por curto período. A revisão, além de Otacílio Machado e Agrício Salgado Calheiros, vindos da fase anterior, contou com Valdemar Claudino de Paiva, José de Arimatéia Dias de Oliveira, Adauto Bezerra de Araújo e, depois, Devaldo Borges Alheiros Dias e Dercilos Castelo Branco. Ser-

(22) Da crônica de **Zeno** (Aníbal Fernandes), n' **O Estado**, a propósito do reaparecimento da folha: “Falando do **Jornal do Commercio**, não se poderia esquecer uma das expressões mais nobres e mais preclaras do jornalismo pernambucano, o grande jornalista e o grande orador Anísio Galvão, meio boêmio, meio desleixado no vestir, meio filósofo, como se diz na gíria, mas um perfeito profissional e um homem de bem em toda linha”.

viço de recepção radiotelegráfica a cargo de Alexandre Kruse e José Magno.

Desde 9 de novembro do ano anterior, o **Jornal do Comércio**, sempre preocupado em ter maior quantidade de leitores, vinha distribuindo cupões, 35 dos quais, reunidos, davam direito a um bonus para sorteio através da Loteria Federal, a cujos felizardos eram distribuídos prêmios, desde 10\$000 até uma casa de moradia, no valor de 25.000\$000. Anúncios coloridos, de página inteira (a primeira), faziam a propaganda do sorteio.

Monteiro de Moraes, Leão M. Tavares Bastos, Eduardo de Moraes (“Coisas Diversas”), José Estelita, Gileno Dé Carli, Mário Melo e (da Rêde Jornalística das Edições Cultura Brasileira) Érico Veríssimo, Agripino Grieco, Brito Broca, etc., eram colaboradores.

A edição de 3 de abril de 1935, comemorativa da data da fundação do matutino, reuniu 32 páginas (duas seções), constituída a primeira de uma alegoria representando a passagem do tempo: 1930 — o velho prédio, entre labaredas; 1935 — o nôvo, entre louros. No texto, colaboração especial de Ubaldo Soares, José Euclides, Valdemar de Oliveira, Telmo Vergara, Pimentel Gomes, Newton Beleza, Antiógenes Cordeiro, Fernando de Oliveira Mota, Gilberto Osório de Andrade, Ascendino Leite, Joaquim Alves, Marcos Muniz, De Cavalcanti Freitas, Manuel Ribeiro e Oscar Brandão. Várias páginas enfeixavam publicidade comercial da Paraíba.

No referido mês de abril adoeceu Caio Pereira, ficando Luiz do Nascimento a responder pela secretaria da redação por algumas semanas, dêle recebendo instruções, que as mandava do próprio leito, para que se não alterasse a orientação do jornal.

Em artigo de 2 de julho, o **Jornal** assinalava o perigo que o regime democrático vinha atravessando, de modo a tornar necessárias diretivas homogêneas e mais acatamento à autoridade do govêrno ante a “indissimulável confusão e incerteza” que vivia a nacionalidade. Combatia as ideologias dissolventes, dizendo que o Integralismo e o Aliancismo, ambos extremistas, semeavam amarguras. “O Brasil — acentuava — caminha para dias sombrios e funestos”. Embora divergissem, na aparência, Integralismo e Comunismo, a Liberal-Democracia os tinha como “inimigos inconciliáveis e de temibilidade igual”. Findou concitando o govêrno a combater as duas correntes extremistas que agitavam o país.

O “batelão” (23) do dia 13 trazia o título: “Apesar da gravidade da situação nacional, certos políticos brasileiros já começam a agir, a serviço das suas ambições, cuidando da sucessão do sr. Getúlio Vargas”. Outra extensa epígrafe, a de 2 de agosto: “Enquanto o país atravessa uma das crises mais graves, o governo continua a malbaratar os dinheiros públicos, com despesas adiáveis e inúteis”.

Passando da política às finanças, o editorial de 21 de setembro louvou a medida do ministro da Fazenda, que reduziu cinquenta por cento na “quota cambial para o papel de imprensa importado”.

Nada obstante, aumentava-se, no dia seguinte, para 300 réis, o preço do exemplar, e as assinaturas anual e semestral para 55\$000 e 30\$000, respectivamente, medida tomada mediante acôrdo com as demais emprêsas jornalísticas, “em virtude da situação cambial”, que vinha “determinando o aumento do preço do material usado na confecção do jornal”. Tal providência, segundo a nota conjunta divulgada, não visava “lucro de qualidade alguma para as emprêsas. Muito ao contrário, foi adotada em benefício do público”, que, de modo contrário, teria o número de páginas reduzido e, conseqüentemente, diminuído o serviço informativo.

A 29 do referido mês iniciava-se a publicação semanal de uma página de reportagem internacional ilustrada, quase sempre historiando acontecimentos criminais de grande vulto, já recebida, pela emprêsa, fundida em matriz.

Na mesma data um artigo de fundo dizia, inicialmente: “Preparemo-nos para a guerra”. Delineavam-se, já então, “perspectivas tenebrosas”, afirmando o editorialista que a conflagração viria. O que veio, no mês seguinte, foi a luta entre a Itália e a Abissínia, ficando a guerra mundial para depois.

Em setembro de 1935, Waldemar Lopes, que havia substituído Osvaldo Ferreira na sub-secretaria, foi enviado à Exposição Farroupilha, no Rio Grande do Sul, onde efetivou completa cobertura noticiosa do conclave. Enquanto isto, adoecia, em recidiva, o secretário Caio Pereira, voltando Nascimento, que chefiava o serviço telegráfico, a responder,

(23) Era assim denominado, na redação, o editorial da última página, devido ao extenso conteúdo.

durante outro mês, pela secretaria (24). De regresso, assumiu-a Waldemar, em caráter interino, uma vez que o titular não pudera, mesmo após a convalescença, reencetar tão árdua tarefa, responsabilizando-se, embora, por serviços redacionais que o não prendessem no expediente noturno. A época, foram admitidos no corpo redacional Samuel Soares e Israel Fonseca, o primeiro na qualidade de sub-secretário. E, precisamente no mês de outubro, iniciava Nilo Pereira a função de redator de editoriais.

A edição de Natal de 1935 constou de 56 páginas, distribuídas em três seções, figurando, na primeira daquelas, expressiva alegoria de Heindr Moser, sob a epígrafe: "Paz na terra aos homens". No texto, vasta colaboração de escritores de nomeada, as páginas especializadas do costume e copiosa publicidade comercial, não só local, mas dos Estados da Bahia e da Paraíba.

A 1º de janeiro de 1936, a edição comum, de 20 páginas, exibiu, na primeira, outra alegoria de Heindr Moser, representando o tempo: um velho, de longas barbas, tacape à mão, destruía o último algarismo do ano findo, enquanto, em plano superior, uma criança acabava de colocar no devido lugar o 6 de 1936, encimado pelas palavras "Feliz Ano".

Voltaram a ser divulgadas as "Notícias da Alemanha", da Central Alemã de Fomento do Turismo. A 19 de janeiro, iniciava-se a inclusão, aos domingos e quintas-feiras, de um Suplemento Carnavalesco, de seis páginas ilustradas, visando a "assegurar sua melhor cooperação ao brilho e ao entusiasmo das festas de Momo", que já se anunciavam, na cidade, "através de perspectivas muito animadoras". Publicaria "não apenas notícias, mas frases chistosas, comentários, versos, perfis pitorescos", de autoria do pessoal da redação e "de toda a gente de espírito" que quisesse colaborar. Sob o título "Sugestões" (para fantasias), cada edição estampava um figurino de Luís Jardim, em quatro colunas. Página inteira era dedicada a originais de músicas carna-

(24) Apesar de enfêrmo, Caio Pereira, como da vez anterior, fazia questão de orientar o serviço do jornal, manuseando os originais de maior responsabilidade e fornecendo instruções diárias, quer quando visitado em sua residência, quer através de bilhetes, às vèzes já alta noite, patenteados desmedido interêsse, no sentido de não serem alteradas as normas traçadas de absoluto critério na informação e no comentário. Alguns desses notáveis bilhetes acham-se reproduzidos no capítulo especial do livro "Roteiro de Jornalistas Pernambucanos" sôbre a personalidade de Caio Pereira como homem de imprensa.

lescas. Instituiu-se concurso de frases chistosas e a última página inseria anúncios coloridos. O texto apresentava-se repleto de caricaturas, tendo como autores Francisco Lauria, Felix e outros desenhistas, que ilustravam perfis, em versos, de personalidades políticas, comerciantes, industriais, advogados, médicos, professores e jornalistas. Uma das seções mais interessantes tinha o título "Caricaturas de Estilo", constituída de crônicas ou artigos "assinados" por Osvaldo Machado, Aníbal Fernandes, Nilo Pereira, Caio Pereira, Oscar Pereira, Mário Melo, Vicente Fitipaldi e Alfredo Medeiros, todos, na realidade, da lavra de Valdemar de Oliveira.

Eram responsáveis pelos Suplementos Carnavalescos: Waldemar Lopes, o idealizador, e Fernandes da Costa, ajudados por outros redatores do jornal, tendo a colaboração, ainda, de Austro Costa, metamorfoseado em **João-da-Rua-Nova**, e Arnaldo Lopes, feito **Policaipo-e-Candoquinha** ou **Flávio da Mauricéa**.

O derradeiro Suplemento da série teve a data de 23 de fevereiro, domingo gordo do Carnaval, reunindo 16 páginas (de uma edição total de 32), ocupada a primeira pela alegoria "Pierrot & Colombina", autoria de Luís Jardim. Ocorreu, no dia seguinte, uma edição extraordinária, de doze páginas, onze das quais repetidas.

A 6 de fevereiro havia começado a divulgar-se, às quintas-feiras, passando, em março, para os domingos, o "Jornal das Crianças", em página inteira, tendo como matéria central, ocupando seis colunas, a história fantástica, em quadrinhos, "Brick Bradford", que continuou indefinidamente. Subiu para 28 a quantidade de páginas das edições dominicais, inclusive oito, às vezes dez, do Suplemento. Nos dias úteis iam até 18 páginas. Colaboração de Jorge de Lima, Genolino Amado, Odilo Costa Filho, Afonso Costa, Jorge Martins Rodrigues, Benedito Silva, Marques Rebelo, Josué de Castro, Umberto Carneiro, Lauro Borba, Luis Martins, Eduardo de Moraes, Mário Melo, Mário Sete, Diocleciano Pereira Lima, Hildebrando de Meneses, Sousa Barros, Sérgio Millet, Nilo Pereira, R. Magalhães Júnior, Austro Costa, Alvarus de Oliveira, Samuel Campelo, Otávio Moraes, Célio Meira, Jerônimo Gueiros, o filólogo de "A disciplina da linguagem", etc. Nas quintas-feiras ocorriam duas páginas especiais: "Vida de Direito" e "Reportagens Internacionais". Novas páginas domingueiras: "Hortas e Campos", "Notas Econômicas e Financeiras" e "Através do Mundo".

O número de aniversário de 3 de abril de 1936 constou

de duas seções, num total de 40 páginas, ilustrada a inicial por Luís Jardim.

A 1º de maio, o **Jornal do Commercio** prestou significativa homenagem à Alemanha, dedicando seis páginas à louvação de Adolf Hitler e suas realizações sob o regime nazista, completadas com anúncios das casas comerciais alemãs do Recife. A primeira apresentou alegoria de motivos alemães, tendo ao centro grande cruz swastica e os dizeres: "Tag Der Arbeit brasilien — 1936".

Mediante carta dirigida à emprêsa, renunciaram seus lugares de diretor-presidente e diretor-secretário da sociedade anônima, respectivamente, José Pessoa de Queiroz e Fernando Pessoa de Queiroz, sendo substituídos, em assembléia realizada a 13 de maio, por Henrique Marques de Holanda Cavalcanti (Barão de Suassuna) e Caio Pereira.

Nos editoriais da terceira e da última página, ventilava o matutino os problemas mais diversos, não só referentes à política nacional e internacional, com os extremismos de per-meio, mas de natureza econômica ou social, inclusive Saúde Pública, Fixação do Trabalhador Nordestino, Menores Abandonados e Alta de Gêneros Alimentícios. Dentro do setor internacional, ainda no decurso de março, o chamado "batelão" manteve, durante vários dias, a mesma epígrafe: "Acentua-se, cada vez mais, a perspectiva duma conflagração européia".

M., ou seja, Mário Melo, vinha escrevendo "Notas Históricas", e Y. (assim oculto Waldemar Lopes) redigiu, de junho a novembro, o comentário sob o título "Todo Domingo", num quadro de duas colunas, abrindo a página "Hortas e Campos".

Solenizando o centenário natalício de Carlos Gomes, foram dedicadas, na edição de 11 de junho, três páginas ("Vida Artística") ao histórico da vida e da obra do grande compositor brasileiro, numa organização de Valdemar de Oliveira.

O **Jornal** passou a solenizar outra data: a do aniversário (o segundo) do seu reaparecimento. Assim é que circulou, a 30 de setembro de 1936, com 40 páginas, em dois cadernos, boa alegoria de Percy Lau, na primeira, representando o trabalho jornalístico; um pouco de literatura e publicidade de municípios cearenses.

Diante da elevação "verificada no preço do material de jornal", "sobretudo o papel de imprensa", aumentou-se para 400 réis o custo do exemplar, aos domingos, isto a partir de 4 de outubro.

Com bastante antecipação, ainda a 22 do mês referido, iniciou atraente seção carnavalesca, com epígrafe em oito colunas, incluindo concurso de fantasias, cujos modelos eram moldados nos indumentos em uso na época da fundação do Recife, de acôrdo com o programa, de natureza educacional, estabelecido pela Federação Carnavalesca. Visava-se a “moldar o Carnaval no sentido do tradicionalismo histórico, fazendo reviver costumes nossos, tipos da nossa história, fatos que nos educam”.

Em dezembro, continuando no mês seguinte, foi desfechada, através de longos editoriais, forte campanha contra a atuação do industrial Manuel Batista da Silva, na presidência do Sindicato dos Usineiros de Pernambuco.

Nêsse último mês do ano, precisamente a 24, “forçado pelo seu estado de saúde, conseqüente da grave doença que o acometeu gravemente”, deixou Caio Pereira, definitivamente, as funções de redator-secretário, cargo que exercera “com o devotamento, o tacto e a inteligência a que todos fazemos justiça” — dizia a nota redacional a respeito, acentuando:

“Todavia, não nos privará êle de sua dedicada cooperação em tudo quanto respeita à vida dêste órgão, que muito lhe deve, desde que continuará como seu redator e como diretor-secretário da **Empresa Jornal do Commercio S. A.**

“Há cêrca de um ano nas funções interinas de secretário dêste jornal, passou à efetividade do aludido cargo o sr. Waldemar Lopes, que se revelou, durante a interinidade, um companheiro operoso e inteligente, capaz do melhor desempenho a encargo de tamanha responsabilidade”.

As edições de Natal (36 páginas) e de Ano Nôvo apresentaram alegorias de página inteira, a primeira das quais de autoria de Percy Lau, a bico-de-pena.

Editorial de 8 de janeiro de 1937 declarava que, com a ida de Agamenon Magalhães para a pasta da Justiça, segundo **O Globo**, do Rio, se cogitava “de reformar a censura à imprensa, tornando-a mais racional e procurando-se melhor entendimento a respeito entre os poderes públicos e a direção dos órgãos de publicidade”.

Noutro artigo, no dia seguinte, lia-se: “A censura à imprensa, tal como está sendo exercida, só serve para corromper os costumes e autorizar os abusos, pois as autoridades podem prevaricar à sombra dessa impunidade garantida”.

O Carnaval do ano referido, cuja aproximação ocupava

tanto espaço, chegou a 7 de fevereiro, quando lhe foram dedicadas várias páginas, ilustrando a primeira bela pintura de Heiner Moser: palhaço e violão, nas cores lírio e preta. Matéria profusa e produções específicas de Austro Costa, Mário Melo e Stênio de Sá.

Enquanto isto, prolongava-se, “cada vez mais acesa, mais impiedosa”, a luta que ensanguentava a Espanha, consoante a epígrafe permanente da copiosa matéria telegráfica alusiva, plantada em cinco colunas, substituída, dois meses após, pela seguinte: “Prossegue, sem descontinuidade, a guerra civil...”. E mais dois meses adiante: “Continua, com seus horrores...”. Outro título de cinco colunas tratava da guerra sino-japonesa.

Despedindo-se Luís Fragoso da empresa, assumiu Samuel Soares a gerência a 17 de fevereiro, ainda 1937, oportunidade em que Israel Fonseca passou à categoria de sub-secretário da redação.

A edição dedicada ao aniversário da primeira fase do matutino — 3 de abril, de apenas 30 páginas (abolido a praxe da alegoria), foi uma das melhores apresentadas, trazendo trabalhos de colaboração assinados por Luís da Câmara Cascudo, Francisco Pati, Sud Menuci, De Matos Pinto, Otávio Domingues, Nehemias Gueiros, Lúcio Cardoso, Sarmiento de Beires, Mota Filho, Murilo Mendes, Rodrigues de Melo, Pedro Calmon, F. Pompeu do Amaral, Rubens do Amaral, José Palmério, Berilo Neves, Raul de Polilo, Rubem Braga, Cândido O. Barbosa, Máximo de Moura Santos, Manuel Bandeira, Valdemar de Oliveira, Alberto Conte, Tasso da Silveira, Lúcia Miguel Pereira, Seve-Leite, E. Mascarenhas, Guilherme de Almeida, Olívio Montenegro, Josué de Castro, Marques Rebelo e autores estrangeiros.

No dia seguinte, o “batelão” da última página, ocupando três colunas, elogiava a atitude do Governador Carlos de Lima Cavalcanti, que definira a atitude oficial de Pernambuco sobre a sucessão presidencial, ao declarar-se contra as “candidaturas saídas dos mesmos processos contra os quais se levantou o país inteiro, em 1930”.

Novamente, foi a edição de 1 de maio de 1937 em parte dedicada à Alemanha, com a cruz swastica na primeira e mais quatro páginas de matéria relativa aos feitos do regime hitlerista, entremeada de anúncios fornecidos pela colônia alemã.

Achando-se a política nacional em efervescência, o matutino deu-lhe grande cobertura, divulgando amplo serviço

telegráfico e longos comentários, entre os quais o artigo de 18 de maio, a cêrca da “definição de campos, a bem da ordem e do regime”, constituída pelo lançamento da candidatura Armando de Sales Oliveira à sucessão presidencial, pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Dias depois, a 21, concitava as correntes officiosas federais a se definirem, pois o país não podia viver em tal inquietação. Até que, segundo o editorial de 26, elementos ligados ao Catete, “atingindo o epílogo de suas famosas coordenações”, resolveram escolher, como seu candidato, o nome de José Américo de Almeida.

A êsse tempo, já o artigo de fundo da terceira página fôra exclusivamente destinado a assuntos de natureza internacional.

O editorial de 18 de junho 1937, sob o título “O govêrno nefasto”, analisou a atuação política de Getúlio Vargas, à aproximação da “hora lenta e inglória do seu ocaso”; ia êle “caminhando, taciturno, para o poente, saudoso da sombra amiga das águias republicanas, que lhe deram a ilusão de um Capitólio perene”. No dia 30, voltava a focalizar “a ação dissolvente, autoritária e deletéria de Getúlio Vargas em todos os departamentos da vida nacional”.

Em seguida a uma série de artigos semelhantes, o de 25 de setembro ocupou-se do fracasso dos “chamados ideais revolucionários”, a propósito da distinção que se vinha fazendo entre República Nova e República Velha, “procurando separar dois têrmos, duas mentalidades, dois períodos históricos”.

“Isso não passa — acentuava o editorialista — de uma afronta à noção mesma de pátria. O Brasil não é uma divisão de tempos, de mentalidades, de fatos e circunstâncias; êle é uno, indiviso e intangível na sua integridade física como na sua intangibilidade histórica, constituindo um bloco infrangível, graças à espiritualidade e à segurança de sua formação”.

Mais adiante, dizia “que essa **República Nova** não pode, de maneira nenhuma, ser comparada à **República Velha**, porque é, antes de tudo, a **República Velhaca**, matreira, traiçoeira, malabarista, solerte, disfarçada”.

Concluiu afirmando que a famosa **República Nova** “iludiu, ludibriou, enganou e traiu a si mesma e ao povo”.

A edição de 7 de setembro homenageou Portugal, estampando alegoria, na primeira página, das caravelas de Pedro Álvares Cabral.

Enchiam as páginas do **Jornal** sucessivas reportagens,

amplo noticiário, artigos, quase diários, de Mário Melo; a crônica "Cooperativismo", enorme série, de Manuel Barbosa; comentários sobre Escotismo, do capitão Rubens de Lima, etc.

Instalado que foi, a 10 de novembro de 1937, regime discricionário no Brasil e decretada, em consequência, a intervenção federal em Pernambuco, divulgou a fôlha conservadora, no terceiro dia, ocupando três páginas, o texto da Constituição do Estado Nôvo, comentado, no "batelão", sob o título "A nova Constituição federal corresponde às necessidades do país". No dia imediato, aplaudia um discurso do ditador Getúlio Vargas, a respeito da transformação política a que o país acabava de assistir.

No primeiro dia de 1938 ingressou Esmaragdo Marroquim no corpo redacional e a 9 de fevereiro assumia a função de redator-secretário, em substituição a Waldemar Lopes, que, dias após, tomava o caminho do Rio de Janeiro, a fim de desempenhar importante cargo no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Encontrando-se no Recife, foi entrevistado pela reportagem o Conde Ernesto Pereira Carneiro, presidente da S. A. **Jornal do Brasil**, do Rio de Janeiro, que assim se manifestou em tôrno de momentoso assunto:

"A situação atual da imprensa é difícilíssima. O papel, que custava, em agosto de 1937, oito libras, custa, hoje, dezesseis libras e dez xelins, o que vale dizer que houve um aumento, de cinco meses para cá, de mais de cem por cento.

"Outra circunstância alarmante para a vida da imprensa brasileira foi a perda do câmbio oficial, que a beneficiava grandemente, de vez que o papel era pago, em libra, à razão de 66\$000, o que favorecia o equilíbrio financeiro das empresas. Perdido, pois, êsse auxílio do govêrno federal, passaram, as empresas jornalísticas, a pagar o papel ao preço de libra de 89\$500.

"Como se as dificuldades já não bastassem, as empresas, como os demais importadores de mercadorias estrangeiras, são ainda obrigadas a pagar três por cento sobre o papel ou qualquer outra matéria prima importada para fabricação do jornal, o que significa dizer que pagarão a libra à razão de 92\$500.

"Ninguém se iluda: a indústria jornalística, no Brasil, é uma indústria precaríssima, não só pelo nosso elevado coeficiente de analfabetismo, como, ainda, porque, dada a ine-

xistência atual de matéria prima, no Brasil, somos forçados a comprá-la no estrangeiro, a pêso de ouro”.

Na edição do dia 11, entrevistado, também, a propósito, acentuou Carlos Rios, presidente da Associação da Imprensa de Pernambuco: “O problema do encarecimento do preço do papel para a imprensa é de caráter permanente. De todos os países, mesmo os de condições mais favoráveis, chegamos notícias das preocupações e das providências sugeridas pela gravidade da conjuntura”.

Reencetou Luiz Delgado sua antiga função redacional (da qual se afastara em fins de 1929, para exercer cargos de relêvo no Estado), voltando a firmar, com as iniciais, a partir de 11 de fevereiro de 1938, a tradicional crônica diária “Notas Avulsas” (25), que estava saindo sem assinatura, apesar de redigida por Fernando de Oliveira Mota. Coube-lhe mais a tarefa de produzir o “batelão” da última página, em face do afastamento de Nilo Pereira, que ia ocupar pôsto de confiança na Interventoria. Também no mês de fevereiro elevou-se para 120\$000 o custo da anualidade destinada ao Exterior.

O Carnaval do ano não mereceu o destaque dos precedentes. Constatou, apenas, do noticiário comum e, ainda assim, reduzido, mesmo no dia principal; a “Vida Artística” é que divulgou trabalhos alusivos, assinados por Valdemar de Oliveira, Mário Melo, Mário de Andrade e Ovídio Cunha. Nos anos a seguir, manteve o **Jornal** a mesma norma, acrescentando ao noticiário amplo serviço telegráfico dos festejos de Momo em outros pontos do país.

A edição de aniversário dêsse ano (46 páginas, em três seções), a 3 de abril, além da matéria especializada do Suplemento dominical, apresentou escolhida colaboração de Rubens do Amaral, Cleómenes Campos, Joaquim Cardoso, Austro Costa, Abelardo Jurema, Jorge de Lima, Mário Melo, Adalberto Cavalcanti, Max Fleiuss, Cristiano Viegas, Otávio Bezerra, Berilo Neves, F. Pompeu do Amaral, Antonio Martins, F. de Sousa, Mário Sete, Graciliano Ramos, José Lins do Rêgo, Coriolano de Medeiros, Bernard Roy, Godofredo

(25) “Cada uma daquelas Notas é um depoimento, é uma lição despretensiosa, é um pedaço de sensibilidade, é um grito, é um clamor, é um poema ou uma apóstrofe de um homem, por assim dizer, acuado diante do mundo. Cada uma delas é uma jóia pequenina que o seu autor joga, com pontualidade, para o público” (Francisco Julião, no artigo “Delgado — um cristão peripatético”, revista **Capibaribe**, julho, 1946).

Freire, Pinto Ferreira, Alfredo Sotero, Marques Rebelo, J. L. Brown, Batista Pelegrini, Glenn Frank, Emilio dos Anjos, Jack Dempsey, Luís Pinto e Brandão Cavalcanti.

Continuou a fôlha sua trajetória, bem comentando e informando. A 1 de novembro, doze páginas da edição do dia foram dedicadas à Bahia, à sua situação financeira e econômica, realizações governamentais e artigos assinados por escritores daquele Estado. No ano seguinte ocorreu uma edição de aniversário (2 de abril de 1939, domingo), sem expressão, com 36 páginas. Havia muito tempo sem página de Literatura pròpriamente dita, a "Página Feminina" é que divulgava, todos os domingos, poesias de Austro Costa, Israel Fonseca, Isnar de Moura, Nilo Tavares, Clélia Silveira, etc.

Os acontecimentos da Europa, precursores da guerra, vinham ocupando extenso espaço, através de copioso serviço telegráfico do Exterior, com grandes títulos nas terceira, quinta e última páginas. A 10 de junho, noticiando a passagem, pelo Recife, do General Marshall, chefe do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos, a primeira página estampou, como fundo, a bandeira do referido país, nas suas côres reais.

Faleceu, a 13 de julho de 1939, Caio Pereira (26), que insidiosa moléstia afastara da chefia do corpo redacional, embora continuasse figurando como diretor-secretário administrativo da emprêsa, no que foi substituído, em assembléia geral de 29 de julho, pelo gerente Samuel Soares.

Noticiando, no dia seguinte, com o merecido destaque, a perda do jornalista insigne, escreveu o matutino, entre outros encômios: "Era, de si mesmo, um inflamado e nunca soube ficar tranquilo e indiferente diante de uma injustiça a reparar ou um êrro a corrigir. As suas maiores amizades — e êle as soube conquistar, grandes e intensas, em tôdas as classes sociais — haviam de basear-se num respeito comum à verdade e à razão. Nunca ninguém contou com êle para qualquer tarefa escusa e inconfessável".

O dia 1 de setembro trouxe a guerra européia, tão preconizada, e uma edição extraordinária, de seis páginas, anunciava, logo na primeira, em vistosos títulos de oito colunas: "A Polônia rejeitou a proposta italiana para uma conferên-

(26) Por iniciativa do corpo redacional, que o custeou, foi apôsto um retrato de Caio Pereira (óleo do pintor polonês Dmitri Ismailovitch) na sala em que êle trabalhava.

cia das cinco potências". Na última página, em caracteres vermelhos, outro enorme título: "Guerra na Europa — Pela madrugada de hoje a máquina de guerra alemã iniciou seu ataque à Polônia".

Mais duas edições circularam, graças ao excelente serviço rádio-telegráfico fornecido, com exclusividade, pelas agências Transocean (alemã) e Associated Press. No dia seguinte, explicava o editorial: "... dentro de uma pátria neutra, queremos reafirmar o nosso espírito de neutralidade". "Aos nossos leitores queremos assegurar que nenhuma paixão nos arrastará". "Entre as partes em luta não teremos preferências".

Na edição extraordinária do dia 4, segunda-feira, a par do "furo" da declaração de guerra à Alemanha, pela França e a Inglaterra, repetia-se, em artigo redacional, que o **Jornal do Commercio** não tomaria partido "nessa luta, senão o partido da paz universal, que só será uma realidade depois de se ter irradiado de cada coração e de cada inteligência".

Enquanto isto, realizava-se, no Recife, um Congresso Eucarístico Nacional, instalado no dia 2, cuja cobertura noticiosa e fotográfica foi intensa.

Logo mais, em nota do dia 10, dizia-se que, devido às "dificuldades sobrevindas ao comércio marítimo entre a Europa e o nosso país, diminuiria o número de páginas do **Jornal**, com a supressão de algumas seções, inclusive do Suplemento dominical, que ficou reduzido a seis páginas, em lugar das dez com que vinha aparecendo. As páginas "Feminina", "Reportagem Internacional", "Cinematografia" e "Jornal das Crianças" mantiveram-se firmes, enquanto se revezavam "Vida Artística", "Hortas e Campos" e as demais. Ocorriam, nas edições comuns, raros artigos de colaboração.

Quase dois meses após, precisamente a 1 de novembro, ainda 1939, "o custo, cada vez mais elevado, de todo o material indispensável à confecção de um jornal, notadamente o papel", fazia subir o preço da assinatura anual para 65\$000 (Exterior — 160\$000) e o da semestral para 35\$000. Essa tabela, novamente em face da "precária situação da importação brasileira, máxime diante da guerra européia", foi alterada, a 21 de junho do ano subsequente, para 80\$000 e 45\$000, respectivamente. A vendagem avulsa passou para 400 réis nos dias úteis e 500 réis aos domingos.

A edição de aniversário de 1940 — 3 de abril — reuniu apenas 16 páginas. Teve início, então, a "Crônica da Cida-

de”, colocada ao pé da segunda página, a cargo de Mário Melo e Mário Sete, com a cooperação esporádica de outros redatores, inserindo também comunicados da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo da Prefeitura e do Serviço de Estatística e Pesquisas do Pôrto do Recife. As informações telegráficas do Exterior tornaram-se ainda mais copiosas, recebidas das agências já mencionadas, da British News Service e da “Nacional”.

Restabeleceu-se, a 22 de dezembro, a “Vida Literária”, que estivera outra vez suspensa, voltando o Suplemento dominical a dar dez páginas. Inseria produções de Gilberto Freyre, Luiz Delgado, autor da seção “Notas de Livros”, Luís da Câmara Cascudo, Mário Sete, Augusto Frederico Schmidt, Oscar Mendes, Rosário Fusco, Israel Fonseca, Austro Costa, Jorge Abrantes e outros, sendo ilustradores Hélio Feijó, F. Lauria e Eros Gonçalves Pereira. Na “Vida Artística” destacava-se a colaboração de Manuel Morais, já pertencente ao corpo redacional, incumbido da tradução de telegramas em inglês, depois redigindo sueltos e a Nota Internacional.

Acusado de germanofilismo, o **Jornal** lançou extenso artigo, a 2 de março de 1941, o título em quatro colunas, declarando a certa altura:

“... mantemos, com não pequenos sacrifícios, serviços de agências neutras e de ambas as fações. Publicamos as notícias fornecidas por tôdas elas, sem a menor restrição. Essas agências são bastante conhecidas já do nosso público, mas não nos furtamos ao desejo de mencioná-las aqui: Agência Nacional, a Associated Press, a British News Service e a Transocean. As duas primeiras, como se vê, são agências neutras, uma brasileira e outra estadunidense, esta última considerada, no momento, como uma das mais perfeitas organizações informativas do mundo, com uma rêde de correspondentes que se estende a todos os recantos do globo. A terceira é inglesa e a última alemã”.

Frisou, mais adianta: “A acusação de germanofilismo, aliás, nunca nos pesou tanto quando se verificaram os fatos que culminaram na derrota do exército francês, em junho de 1940, logo seguidos do armistício. E a população inteira viu, depois, quanto fomos injustiçados pelo furor das paixões que cegam a razão e anulam o bom senso.

“Ora, como, diante da ocupação da Rhenânia; da anexação da Áustria; da incorporação, procedida de grande re-

tumbância, da Tchecoslováquia; da ocupação espetacular de Dantzic; da destruição do exército polonês, o quarto da Europa, em 22 dias; da absorção da Noruega dentro de um mês; da invasão da Holanda, em cinco dias; da dominação da Bélgica, em dez dias, e, finalmente, da derrota do maior exército do mundo, em dezoito dias — como, repetimos, diante de tais acontecimentos, cuja veracidade se impôs desde os primeiros instantes, ante o mundo aturdido, poderia um jornal de responsabilidade, sério, sem paixões, com um honroso patrimônio a zelar, falsificar ou adulterar a realidade, para cortejar uma popularidade fácil?!”

Após assegurar que as derrotas italianas na Grécia e as vitórias inglesas na Líbia e noutros pontos da África não deixaram de ser abundantemente noticiadas, acrescentou o editorialista: “Deve ser compreendida esta verdade elementar: a missão da imprensa, da boa imprensa, da imprensa sadia, é orientar a coletividade a que serve, esclarecê-la, ajudá-la na formação de juízos e julgamentos, e não submeter-se aos seus apaixonados impulsos, temendo, talvez, que se lhe escape a popularidade”.

Em julho do ano em aprêço instalava a emprêsa nova bateria de máquinas Intertype, acontecimento que o diretor-tesoureiro comemorou no dia 21, oferecendo um jantar (27), em sua própria residência, aos representantes das firmas que concorreram à proposta para a aquisição do conjunto. Inaugurava-se, no mesmo dia, um restaurante, no 3º andar do edifício da redação e oficina, a fim de servir ao pessoal em trabalho, descontadas as despesas nas fôlhas de pagamento de salários.

A começar de dezembro, a “Crônica da Cidade” ficou sob a responsabilidade exclusiva e diária de Mário Melo, assim continuando anos a fora. Em janeiro de 1942, iniciava Silvino Lopes um “Boletim Literário”.

Tornando-se “cada vez mais precária a situação”, em face da guerra, veio a ocorrer a 1º de agosto nova modificação na tabela de assinaturas, que passou a ser a seguinte: ano — 120\$000 (exterior — 250\$000); semestre — 65\$000. Preço do exemplar — \$500 nos dias úteis e \$600 aos domin-

(27) O cardápio servido, pela sua curiosidade, vai aqui mencionado: Sopa a Linotipo. Filé de peixe a Serra Mohr. Filé de vitelo a Intertype. Pêssego Melba a Magazine de 90 Canais. Café Aerodinâmico. Vinhos: branco Soutern a Centrador Automático; tinto Medoc a Olho Mágico. Charutos a Fuerst & Mattox.

gos. Advieram, além disso, restrições, novamente, no Suplemento dominical, com sacrifício, sobretudo, da página literária, só restabelecida em janeiro de 1944, para revezar-se com a "Vida Artística". Desde meados de 1942, divulgavam-se, abaixo da crônica internacional da terceira página, artigos de Costa Rêgo, do **Correio da Manhã**, com exclusividade. A edição de aniversário da segunda fase, a 30 de setembro de 1943, saiu com 22 páginas, em dois cadernos, o segundo dos quais totalmente coberto de publicidade do Estado das Alagoas.

Solenizando suas bodas de prata, o **Jornal do Commercio** adotou, em abril de 1944, diferente modalidade para festejar a data memorativa, proporcionando edições especiais entre os dias 2 e 9, as maiores reunindo 32 páginas, isto para divulgar, mais a contento dos interessados, a grande messe de anúncios contratados. A extraordinária do dia 3 (segunda-feira), data exata do 25º aniversário, estampou palavras de saudação e clichês dos generais Mascarenhas de Moraes e Newton Cavalcanti e do arcebispo Jaime Câmara, do Rio de Janeiro. A 1ª página do segundo caderno exibiu grande fotogravura do diretor Francisco Pessoa de Queiroz, completando-a, em composição de tipo corpo 12, interlinhado, a respectiva biografia. Nas três páginas seguintes inseriu a matéria "Vinte-e-cinco anos de serviços a Pernambuco e ao Brasil", entremeada de clichês, inclusive dos outros diretores administrativos da empresa e do corpo redacional, sem esquecer o realmente saudoso secretário Caio Pereira (28).

No editorial do primeiro caderno, lia-se que, tendo resurgido dos próprios escombros, em 1934, "o **Jornal do Commercio** iniciou uma nova fase de sua vida, já então no governo, desde alguns anos, o dr. Carlos de Lima Cavalcanti, que havia sido o chefe do movimento de 1930, em Pernam-

(28) Abaixo do clichê do extinto, em duas colunas, dizia a legenda, além de outras palavras de simpatia:

"O dr. Caio Pereira, além de jornalista dos mais distinguidos entre nós, desempenhou, durante algum tempo, funções públicas, bem como a advocacia, fazendo-o com o requinte de honestidade e valor moral que caracterizava a sua personalidade. Estudioso de assuntos filológicos, o dr. Caio Pereira era profundo conhecedor das questões do vernáculo, e a linguagem do **Jornal do Commercio**, sua pureza e acerto, refletem, ainda hoje, a atuação do antigo redator-secretário deste jornal, que êle tanto amou e ao qual emprestou o melhor do seu esforço".

Na mesma data, L. D. (Luiz Delgado) escrevia, nas "Notas Avulsas": "Um estranho qualquer não pode imaginar o que era a dedicação de Caio Pereira a esta fôlha". "Era, na verdade, um homem íntegro".

buco”. Não modificou nada do seu programa anterior, tendo perseverado, “inabalável, na observância dos princípios que sempre o haviam guiado. Não o privou isso, no entanto, de sofrer grandes dissabores, sérios aborrecimentos por parte do governo Carlos de Lima. Seu diretor e seus redatores foram, então, vítimas de perseguições sistemáticas, e nada menos de 27 vezes foram chamados à Polícia. Ameaças constantes eram dirigidas contra o jornal. Nada disso, porém, pôde impedir que o **Jornal do Commercio** deixasse de combater o referido governo, fazendo-o sempre, no entanto, sem excessos, com elevação e segurança, e jamais a sua linguagem se desmandou em impropérios ou descomposturas em face das perseguições sofridas”.

Aludindo à supremacia do respectivo serviço telegráfico, frisou o articulista que o **Jornal do Commercio** “conseguiu dar em primeira mão, em todo o norte do país, os mais sensacionais furos sôbre os acontecimentos militares e políticos de maior alcance dos últimos tempos. Estarão certamente os leitores lembrados da ocasião, num dia de 1940, em que o exército alemão iniciou a invasão da Dinamarca e da Noruega; de outro dia, no mesmo ano, em que atacou a Holanda, a Bélgica e a França; foi o **Jornal do Commercio** o único que noticiou o fato em primeira mão, em todos os seus pormenores. Quando, em 1941, os alemães invadiram a Rússia, ainda foi o **Jornal do Commercio** o único órgão de imprensa — e desta vez no Brasil inteiro — que deu, igualmente com todos os pormenores, inclusive proclamações de chefes militares e dirigentes russos e alemães, a notícia sensacional”.

As edições comemorativas apresentaram, em seu conjunto, trabalhos de colaboração assinados por Guilherme de Figueiredo, José Mariano Filho, Mateus de Lima, Luiz Delgado, Dulce Chacon, Israel Fonseca, Nelson Rodrigues, Orígenes Lessa, Artur Ramos, João Peretti, Sérgio Millet, Fausto Fernandes Filho, Mário Sete, Valdemar de Oliveira, Valdemar Cavalcanti, o mesmo V. C. do “Boletim Literário”; Pierre Cot, Mário Melo, Nelson Werneck Sodré, Jorge de Lima, Odilo Costa Filho, Joseph Hang, Costa Rêgo, João Vasconcelos, Margaret Nicoletti, Ageu Magalhães, Waldemar Lopes, Gordon Young, Eugênio Gomes, Raul Lima, Palmer Hoyt, Fernando Mota, Frank L. Kluckholm, João Condé Filho, Luís Washington, Cecília Meireles, Bert Weyler, Roberto Lira, Guilherme Auler, Sidney D. Quong, Evaristo de

Morais, Wickham Steed, Renato de Almeida, Giorgio Mortara, Fritz Sternberg, Stephen King-Hall, H. G. Quartich Wales, Willy Lewin, S. P. Kernaham, Luís da Câmara Cascudo, José Lins do Rêgo, Oduvaldo Cozzi, Roger Bastide, Foster Halley, Caio de Sousa Leão, Manuel Maria de Crasto, Walter Taub, Manuel Bandeira, Ascendino Bezerra de Araújo, Carl Hartmann, Genevieve Tabouis, Manuel Bezerra da Cunha, Mário Galvão, Raquel de Queiroz, Valença Leal, Osvaldo Alves, Paulo de Carvalho Neto, Lúcio Cardoso, Joraci Camargo, R. Magalhães Júnior, Alfredo Honorato da Silva, Marte Brill, Douglas Brownrigg, Clive C. Powell, Múcio Leão, Carlos Burlamaqui Kopke e outros. Considerável espaço, nos dias 6 e 7, foi ocupado por publicidade do Estado do Pará.

As comemorações foram encerradas com expressivo almoço, no Grande Hotel, e recepção nas residências de Jorge Martins, Nehemias Gueiros e Joaquim do Carmo Almeida.

Estava, então, assim constituída a diretoria da empresa: Jorge Martins — presidente; Francisco Pessoa de Queiroz — tesoureiro (e diretor do **Jornal**); Samuel Soares — secretário (e gerente), Nehemias Gueiros — consultor jurídico. Corpo redacional: Esmaragdo Marroquim, secretário; Israel Fonseca, sub-secretário; Luiz Delgado, editorialista; Valdemar de Oliveira, redator artístico; Mário Melo, Manuel Moraes, Newton Farias, Luís Luna, José Bandeira Costa, Solon Moura, Antônio Cipriano Neto, Antônio Almeida, João Pinheiro e Luiz do Nascimento. Revisores: Landulfo Medeiros, chefe; Otacílio Machado, José Cristiano de Albuquerque Melo e Carlos Veras. Chefe das oficinas: Celso Silva. Radiotelegrafista-chefe: Alexandre Kruse. Fotogravador: Benevenuto Teles Filho. Fotógrafo: Mário Travassos. No escritório trabalhavam: Pedro Rêgo Barros, contador; Antônio Leitão, caixa; Luís Filipe Vieira e Edu Lopes, escriturários; Iraíde de Andrade, cobradora; Maria de Jesus Cartini e Artur Marques Freire.

Em períodos anteriores, desde o início da segunda fase, vieram a participar do corpo redacional, em diferentes setores, José Brasileiro Vila Nova (29), Emílio dos Anjos, João

(29) Quando, em 1936, se candidatava a um lugar na redação do **Jornal do Commercio** — salientou o professor José Brasileiro, em artigo intitulado "Vida de Imprensa", in **Jornal do Recife** de 28-10-1937, — o redator-secretário Waldemar Lopes, "concluindo considerações sobre a vida amargurada que leva o jornalista", dizia: "Se quiser experimentar, entre; mas eu não aconselho ninguém a trabalhar na imprensa".

Roma, João Calazans, Pedro Pope Girão, Jorge Abrantes (1939-1946), Murilo Marroquim, Permínio Asfora, Luís de França Rodrigues de Meneses (revisor), Nelson de Alcântara, Eulino Barbosa (revisor) e outros.

Atingido o mês de julho de 1944, Samuel Soares deixou a gerência, sendo substituído por Clovis Jouvin, o qual, por sua vez, a transmitiu a Alcides Lopes no dia 1 de novembro. Posteriormente, verificado o desenvolvimento dos negócios da empresa, o cargo de gerente foi desdobrado para gerente geral. Afastado Samuel Soares, igualmente, das funções de diretor-secretário da sociedade anônima, substituiu-o Esmaragdo Marroquim. Nêsse fim de ano, colaborou na "Crônica da Cidade", junto a Mário Melo, o comandante Gerson de Macedo Soares.

Tempos depois, a 13 de maio de 1946, entrou em circulação nôvo órgão da empresa — o **Diário da Noite** (Ver pág. 410).

A 20 de agosto, "o problema da escassez de papel", os "preços do material gráfico", etc., ocasionaram o aumento do preço do exemplar (30) para Cr\$ 0,60 nos dias úteis e Cr\$ 0,70 aos domingos. Assinaturas: ano — Cr\$ 150 (exterior — Cr\$ 300); semestre — Cr\$ 80. Menos de dois anos após (1-5-1948), êsses preços elevaram-se para Cr\$ 220 e Cr\$ 120, respectivamente, permanecendo a tabela para o exterior, e a vendagem avulsa subiu para Cr\$ 0,80 e Cr\$ 1. Ainda em 1946, no dia 1 de dezembro, iniciava-se a seção "Uma caridade por dia", destinada a proporcionar aos leitores, mediante dádivas, "a oportunidade de fazer um gesto caritativo" aos mais necessitados.

Na mesma época, assumiu Costa Pôrto a responsabilidade dos editoriais. L. D. deixou de aparecer, por algum tempo, ao pé das "Notas Avulsas", que tiveram a assinatura de I. F. (Israel Fonseca) de 19 de novembro a 4 de dezembro de 1946 e saíram sem assinatura desde o dia seguinte até 1 de fevereiro de 1947, quando voltou a escrevê-las o redator efetivo.

A edição de aniversário de 3 de abril de 1947 foi mais alentada, reunindo 42 páginas; mas, desde os últimos anos, tais edições deixaram de ter a expressão literária de tempos anteriores, devido à predominância da publicidade comercial, assim perdurando. Pouco antes, a 7 de março, a empresa

(30) Estava em vigor, desde novembro de 1942, o padrão Cruzeiro.

aumentara seu capital, já então de Cr\$ 16.000.000, para Cr\$ 40.000.000. E a 12 de setembro de 1951, ainda lhe acrescentou Cr\$ 5.000.000.

No ano seguinte (1948), em assembléia de 7 de maio, já suprimido que fôra o cargo de diretor-tesoureiro, criava-se o de diretor-técnico, ficando a diretoria da empresa assim constituída: Presidente — Jorge Martins; superintendente — Francisco Pessoa de Queiroz; diretor-técnico — Paulo Pessoa de Queiroz; secretário — Esmaragdo Marroquim.

Começou em julho a “Crônica do Interior”, de S. S. (Samuel Soares), precursora da página “Notícias do Interior”, criada no mês seguinte, tendo como primeiros colaboradores Alfredo Sotero e João Domingos da Fonseca, o qual assinou, durante algum tempo, a “Carta Aberta”, usando o pseudônimo **João do Mato**.

As edições de 3 e 4 de julho foram dedicadas à inauguração do **Radio Jornal do Commercio**, repetindo-se, na segunda delas, a página biográfica do diretor-superintendente, acrescida de dados encomiásticos em torno de sua mais recente promoção industrial.

Desde o mês de junho vinha o matutino melhorando suas edições (Carlos Lacerda divulgava o comentário “Tribuna da Imprensa”), mas não voltou a publicar-se a “Vida Forense”, página das quintas-feiras. Dominaram o Suplemento dominical duas páginas de Literatura, sob a direção de Aderbal Jurema, autor da crônica “Canto de página”. Foram novos colaboradores: J. C. Araujo (“Revista dos Suplementos”); José Bezerra Gomes (“Livros da Semana”); Haroldo Bruno, Rubem Braga, José Geraldo Vieira, Ledo Ivo, Wilson Martins, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Antônio Bezerra Baltar, Edison Régis, Samuel Macdowell Filho, Mariano Lemos, Flora Mackman, Paulo Mendes Campos, Isnar de Moura, Antônio Franca, José Condé, Alfonsus Guimarães, Giovani Papini, Tomaz Seixas, Fernando Ferreira de Loanda e outros. As páginas literárias ainda uma vez foram suspensas entre fins de 1948 e princípio do ano seguinte, mas, em setembro, passaram a encabeçar o Suplemento, suprimindo-se a grande reportagem internacional ilustrada. Foi igualmente extinta a “Vida Artística”, substituída pela “Broadcasting”.

Começou a 5 de fevereiro de 1949 o folhetim “A queda do meu império” (Memórias de um ditador fuzilado), por Benito Mussolini, seguido de “Herman Goering, o homem que

logrou o carrasco”, trabalho primeiro da série “Os grandes documentos da guerra”.

Em longo artigo, sob o título “Desmascarando a impostura”, a edição de 13 de fevereiro defendeu a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e seu presidente, o industrial José Pessoa de Queiroz, alvejados por forte campanha da **Folha da Manhã**, declarando ser invencionice o empenho de tais jornais (edições matutina e vespertina) em estabelecer quaisquer vinculações com os interesses da autarquia açucareira estadual. Escreveu o articulista:

“... a Empresa **Jornal do Commercio S. A.**, cujo capital realizado é de quarenta milhões de cruzeiros, pertence a 42 acionistas, um dos quais, apenas, que é o seu diretor, pertence à família Pessoa de Queiroz”.

“As regalias de que gozam os membros da família Pessoa de Queiroz junto a este jornal, ao **Diario da Noite** e ao **Radio Jornal do Commercio** são as mesmas outorgadas a qualquer estranho. Consistem, por exemplo, em pagar as publicações do seu interesse rigorosamente dentro das tabelas de preços, com os descontos usuais nesta praça”.

No mês de março (1949), começou o deputado Costa Pôrto a enviar, do Rio de Janeiro, crônicas parlamentares, diárias, sob o título “Nos bastidores do Tiradentes”, já tendo o redator Gilberto Osório de Andrade assumido a responsabilidade dos editoriais da terceira e da última página.

Verificado o restabelecimento da “Vida Literária”, Aderbal Jurema passou a assinar o rodapé “No caminho das letras”, sendo novos colaboradores esporádicos: Pinto Ferreira, Benedetto Croce, Eugênio Giovanini, Manuel Bandeira, Valdemar Valente, Amaro Quintas, Barbosa Leite, Ariano Suassuna, Eva Grabower, Adeth Leite, José Mucinic, Carlos Alberto Mateus de Lima, Felix de Ataíde, Lucilo Varejão Filho, Olímpio Pedrosa, Amadeu de Aguiar, Carlos Moreira, Odilon Nestor, Ricardo Cunha, Saldanha Coelho, Eustáquio Duarte, José Pessoa de Morais, Ernani Borba, padre Alusio Mosca de Carvalho, Josimar Moreira de Melo, Otacílio Alecrim e outros. Ilustradores: Zuleno Pessoa e Ladjane Bandeira de Lira.

Na Página Feminina viam-se, do mesmo modo, a par de ilustrações sobre a Moda e conselhos de ética social e culinária, trabalhos de literatura, em prosa e verso, assinados por Maria de Lurdes Teixeira, Rogaciano Leite, **Cilro Meigo** (pseudônimo de Arquimedes de Albuquerque), Amaro Vanderlei, Dulce Chacon, Elze Machado, Israel de Castro, Paulo

Matos, Claudomira Costa Lima, etc. Na seção “Hortas e Campos” escreviam: Jorge Vaitsman, Régis Velho, Rodrigo Pinto Tenório, Olavo Barros de Araujo, E. Marcondes de Melo e outros.

A colaboradora Flora Mackman iniciou, em março de 1950, a divulgação duma crônica social, diária, abrindo a seção “Registro”, mas, no mês seguinte, transferiu-a a Isnar de Moura, que também escrevia artigos sôbre Educação, assunto em que se especializou. Precisamente um ano depois, Flora passou a assinar “Bilhetes do Rio”.

No dia 4 de março de 1951, despediu-se L. D. (Luiz Delgado) das “Notas Avulsas”, dizendo, entre outros tópicos: “Por treze anos (31), dia por dia, neste pedaço de jornal, despejei sôbre algum incauto leitor os meus períodos. Daqui, vi o nascer — quase o nascer, rigorosamente falando, — de um regime político, e a sua morte. Daqui, vi uma guerra inteira. Alguns dos ideais que considero mais justos e mais certos para a humanidade, vi ameaçados durante êsse tempo, mais ameaçados do que de costume. E busquei servir-lhes um pouco. Não com eloquência, nem energia, nem eficácia, mas com serenidade e fé”. Concluiu, modestamente: “Ao menos, uma certeza me resta: tôda esta longa série de treze anos de crônicas diárias vai acabar com uma boa notícia — a de que estará aqui, de terça-feira em diante, o jornalista Costa Pôrto”.

Apenas como “mudança de casa” — palavras suas — Luiz Delgado passou a assinar, às quintas-feiras e domingos, em rodapé, o artigo “Idéias, Livros e Fatos”.

Assumiu Costa Pôrto a responsabilidade das “Notas Avulsas”, não sem manifestar, também modestamente, que não alimentava “a vaidade insensata de acompanhar o ritmo e a “maneira peculiar” do seu antecessor, “de dizer tanta coisa em sínteses admiráveis; pensar, quando tôda gente se afez a deblaterar em voz alta; raciocinar, quando se costuma arrumar frases à toa; manter a justa medida, quando é moda perder-se a cabeça na desorientação ideológica dêstes dias conturbados”.

Tendo deixado o Parlamento e participando, efetivamente, do corpo redacional, Costa Pôrto veio a redigir, concomi-

(31) Mais do que o acima declarado, as “Notas Avulsas” estiveram sob a responsabilidade de Luiz Delgado nos períodos de 12-1-1928 a 12-2-1930 e de 11-2-1938 a 4-3-1951, com apenas ligeiras interrupções.

tantemente, a crônica “Das arquibancadas”, além de editoriais e sueltos, êstes últimos do mesmo modo a cargo de Gilberto Osório de Andrade.

Mais uma alteração na vendagem avulsa ocorreu a partir de 9 de maio de 1951, estabelecendo-se o preço único de Cr\$ 1. E, a 30 de outubro, a tabela de assinaturas ficou sendo a seguinte: ano — Cr\$ 250 (duplicada para o exterior); semestre — Cr\$ 130. O preço do exemplar subiu para Cr\$ 1,50 aos domingos.

Prosseguiu, com intensidade, a vida do conceituado órgão, com larga irradiação nos Estados vizinhos. Chegado o ano de 1954, suas páginas deram boa cobertura às comemorações do tricentenário da Restauração Pernambucana do domínio holandês, a salientar a edição especial de 27 de janeiro, quando foi dedicado o segundo caderno a literatura de caráter histórico, ilustrada, a cargo dos escritores Gilberto Freyre, Mário Melo, Nilo Pereira, Jordão Emerenciano, Aderbal Jurema, J. Wash Rodrigues e Luís da Câmara Cascudo, mais uma “carta de Francisco Barreto dando conta da vitória alcançada nos Guararapes em 1846”.

De março a abril, as páginas do Suplemento deram guarida a duas polêmicas: uma de caráter sociológico, entre o professor Pinto Ferreira e o romancista Antônio Franca, e a outra sobre tema de filologia, entre os professores Fernando de Oliveira Mota e Gláucio Veiga, ambas de forte repercussão.

Entrando o Estado em efervescência política, pródromos da sucessão governamental, o **Jornal** iniciou, a 23 de abril, a inclusão de uma página diária, denominada “Resistência Democrática”, de responsabilidade alheia, para a propaganda da candidatura João Cleofas de Oliveira, o que perdurou até 12 de agosto, tendo como redatores especializados Geraldo Seabra, Múcio Borges da Fonseca e Luís de Andrade. A direção do matutino ressaltou que manteria “posição de absoluta equidistância dos partidos em choque”.

A 16 de agosto, a empresa ainda melhorou suas instalações, com a inauguração solene de nova máquina impressora, de grande capacidade, a qual foi batizada, em meio a discursos e Champanha, com água trazida especialmente da cachoeira de Paulo Afonso. Circulou o jornal, nesse dia (segunda-feira), em edição especial de 32 páginas, a primeira delas com sugestiva ilustração, a côres, do desenhista Zuleno Pessoa, representando o progresso do Recife.

Ausentando-se o redator Costa Pôrto (nomeado ministro

da Agricultura), substituiu-o, em agôsto, Nilo Pereira, o qual voltou a redigir os editoriais e, no mês seguinte, a coluna "Notas Avulsas", que estivera, por alguns dias, a cargo de V. G. M. (o redator Virgínius da Gama e Melo).

Em virtude de convênio entre as emprêsas jornalísticas locais, foi elevado o preço do exemplar, a 17 de outubro, para Cr\$ 2, quer nos dias úteis, quer aos domingos, enquanto o das assinaturas subiu para Cr\$ 400 por ano e Cr\$ 200 por semestre, respectivamente (32).

Ao findar 1954, vinha o **Jornal do Commercio** saindo com 16 páginas, em média, nos dias úteis, e 40 aos domingos, divididas em três cadernos, a saber: 1º — 24 páginas, contendo a matéria de rotina, bastante carregada de publicidade comercial; 2º — 8 páginas, assim distribuídas: "Literatura", duas; "Manequim"; "Página Feminina", duas; reportagens internacionais, duas, incluindo o desenho policrômico "Acredite se quiser". 3º — 8 páginas, assim distribuídas: "Sociais", duas, compreendendo matéria alusiva ao chamado Café Society; "Hortas e Campos"; "Notícias do Interior"; "Literatura Internacional", duas; "Cinematografia" e "Jornal das Crianças", incluindo o desenho multicolor das aventuras infundáveis de Brick Bradford.

As páginas de Literatura apresentavam, a par do rodapé de Luiz Delgado (33) e do romance "Cintia", por Antônio Franca, trabalhos esporádicos de Gilberto Freyre, padre A. Mosca de Carvalho, Gláucio Veiga, Tomaz Seixas, Carlos Pena Filho, Oliveiros Litrento, Carlos Souto, Rubem Franca, Ivo Leitão, José Wamberto, Sílvio C. de Oliveira, Sílvio Lo-

(32) O preço da vendagem avulsa e da assinatura dos dois únicos matutinos do Recife atingiu índice mais alto do que o das duas primeiras cidades do país. Em fins de 1954, o **Correio da Manhã**, o **Jornal** e o **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro, por exemplo, eram vendidos a Cr\$ 1,50 o exemplar, fôsse nos dias úteis, fôsse aos domingos, e a Cr\$ 2, o último dêles, no interior, cobrando Cr\$ 300 por anualidade. O **Estado de São Paulo**, um dos mais importantes jornais brasileiros, custava Cr\$ 1,50 durante a semana, só elevado para Cr\$ 2 nas edições dominicais, de mais de 100 páginas, assinando-se a Cr\$ 380 por ano.

Estas observações referem-se, como está visto, a 1954, ano-limite dos estudos desta obra. Ao publicar-se o presente volume, são decorridos 13 anos. Em consequência da inflação, que avassalou tudo, o número avulso do **Jornal do Commercio** custa, atualmente, Cr\$ 200 da terça-feira ao sábado e Cr\$ 300 aos domingos, ou seja, em cruzeiros novos, NCr\$ 20,00 e NCr\$ 30,00, respectivamente.

(33) No momento em que se publica êste volume, continua, sem ter sofrido nenhuma interrupção, cada domingo, a inserção do artigo "Idéias, Livros e Fatos", de Luiz Delgado.

reto, Manuel Aroucha, Alberto Frederico Lins, Hercílio Celso, Osiris Caldas, Agripino F. da Nóbrega, Mário Melo, José Mucinic, Fernando de Oliveira Mota, Gustavo Corção, Carlos Araújo, Rogaciano Leite, etc.. Nas páginas femininas colaboravam: Josefa de Farias, Israel de Castro, Djanira Gamboa da Silva, Teresinha Caldas, Morena Flores, Dulce Chacon, Sônia F. Gourvitz e Dulce de Andrade. Na seção "Hortas e Campos": Vicente Lacerda, Pimentel Gomes, Altir A. M. Correia, Osvaldo Bastos de Meneses e outros.

Conservava-se o feitiço tradicional, ocorrendo raras alterações, somente as necessárias ao crescimento material e às circunstâncias do cotidiano. A primeira página mantinha o padrão **standard** adotado em 1923, que lhe dera característica própria (34). Nas demais, a matéria costumeira, a ressaltar o intenso serviço telegráfico nacional (35) e do Exterior.

Sem modificação na parte administrativa, era o seguinte, em dezembro de 1954, o corpo redacional: Esmarardo Marroquim — secretário; Hildebrando Lobo — sub-secretário, em substituição a Newton Farias, que ocupara o cargo desde a saída de Israel Fonseca, em 1946; Nilo Pereira — redator de editoriais e das "Notas Avulsas"; Valdemar de Oliveira — redator artístico; Mário Melo — autor da "Crônica da Cidade"; Isnar de Moura — cronista social; Vicente Lacerda, encarregado da página "Hortas e Campos"; Edison Régis de Carvalho — cronista parlamentar, que substituiu a Múcio Uchoa Cavalcanti; Zilde de Enock Maranhão — responsável pelas páginas sociais do Suplemento, aí usando o pseudônimo **Paulo Frederico**; Teresa Guy — redatora da seção "Manequim"; Carlos Luiz de Andrade — chefe da reportagem; Múcio Borges da Fonseca, Amaro Alexandrino da Rocha, Severino Telha de Freitas e Jaime Campos — repórteres especializados; Jorge Campelo e Solon Sócrates Cabral de Moura — noticiaristas; Olga Pimentel Campelo — repórter forense; Antônio Martins de Almeida e Stélio Gonçalves, repórteres desportivos, o primeiro na chefia; Antônio Neto e Leocádio de Moraes — tradutores de telegramas, especiali-

(34) Ano e meio após o ano-limite desta bibliografia, precisamente a 3 de julho de 1956, quebrou o **Jornal do Commercio** o padrão de sua primeira página, adotando moldes modernos.

(35) Os telegramas do país eram fornecidos pela Radiopress, agência de propriedade da Empresa **Jornal do Commercio S. A.**, com sede no Rio de Janeiro, dirigida pelo jornalista pernambucano José Wamberto.

zado, o primeiro, na língua inglesa; Gaston Manguinho — encarregado do noticiário de Olinda; João Abrantes Pinheiro — repórter policial; Luiz do Nascimento — redator de títulos do serviço telegráfico; padre Jaime Diniz — cronista musical; José de Alencar (**Ralph**) — cronista cinematográfico; Zuleno Pessoa, Ladjane e Ionaldo de Andrade — ilustradores; Eunício Campelo — arquivista; Landulfo Borges de Medeiros, Antônio Bezerra de Menezes Sobrinho, Rômulo Freire e Júlio Pereira Alves — revisores, sob a chefia do primeiro.

Pessoal do escritório: Alcides Lopes — gerente; Pedro F. Rêgo Barros — contador; Antônio Pinto Leitão — caixa; Walter Loureiro — chefe da Publicidade; Djalma L. P. Cavalcanti — sub-chefe; Edu Lopes Lima — escriturário; Edgar Bezerra Lopes, Lourivaldo Teixeira, Leusa Monteiro Albuquerque e Teresinha Correia Santos — auxiliares de escritório; Iraíde de Andrade — chefe do serviço de cobrança; Cromácio Ribeiro de Moraes, Esmeraldina Soares Barros e Zildo Cavalcanti Oliveira — auxiliares de publicidade. O serviço de recepção radiotelegráfica estava sob a direção de Alexandre Kruse. Na chefia das oficinas gráficas — Celso Silva. Manuel e Lauro Teles de Carvalho dirigiam a oficina de gravuras e João da Cunha Pedrosa o serviço fotográfico.

Em períodos anteriores, passaram pelo corpo redacional: Ubiraci Barbosa, Nicolau Abrantes dos Santos, José Aristides de Figueiredo Lima, Adonias Cabral de Moura, Abdias Cabral de Moura Filho, Oscar Gurgel Tosta da Silva, Geraldo Seabra, Geraldo Cavalcanti, Alberto Campelo, Silvino Lira, Heraldo de Oliveira Mota, Márcio Augusto Ribeiro Maciel, Jorge Brenand, Renato Pessoa, Miguel Longman, Floriano Ivo Júnior, José Antônio Moreira, José Cândido Carneiro Fernandes de Barros, Eurilo Duarte de Sousa (eventualmente sub-secretário), Ubirajara Mendes, José Cisneiros de Carvalho, Augusto Pessoa Guerra de Holanda, Júlio Barbosa, Francisco Azevedo de Amorim Cunha, Paulo Barreto e Bernardo Ludemir. Pela revisão: Rui Xavier Bezerra, Valdecida Silva Marques, Edezildo Costa Lopes, Arnaldo Pinheiro da Silva e Antônio Soares Pacheco.

Tal a história da existência do **Jornal do Commercio**, o chamado jornal do dr. F. Pessoa de Queiroz, até 31 de dezembro de 1954 (36) (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

(36) A publicação prosseguiu em 1955 e até hoje não sofreu a mínima interrupção.

A TARDE — **Diário Independente e Noticioso** — Formato acima de médio, a seis colunas, o primeiro número circulou no dia 12 de julho de 1919. Diretor-proprietário — Praxedes Brederodes da Costa, redatores — Américo Palha e José Irineu de Sousa (êste sòmente até o n^o 9); encarregado da seção desportiva — Austregésilo de Castro; revisores — Demócrito Ramos da Silveira e outro.

Do artigo de apresentação constava: “A Tarde oferecerá aos seus leitores uma leitura variada que possa agradar aos diversos paladares, apenas se preocupando em ter verdadeiros amigos”. Sem o intuito de fazer competência aos outros jornais, batalharia com êles “pela perfectibilidade social, defendendo os direitos do povo, que há de ser o nosso mais forte apoio”. Dizia, mais adiante:

“A política partidária não nos arrastará a polémicas inúteis e provocadoras. Independentes, sem ligações, não podemos, porém, nos furtar ao pronunciamento em certos assuntos políticos, que aqui no Brasil, infelizmente, são considerados como privilégio dos agrupamentos partidários. A Tarde não poderá deixar de analisar com o necessário e indispensável critério os atos do govêrno, e dar-lhes o que êles merecerem: elogios, se forem talhados a beneficiar a coletividade e tiverem como fio o progresso material e moral do nosso querido Pernambuco; censuras, se êles forem resolvidos fora das normas democráticas, se mentirem aos ideais republicanos pelos quais haveremos de nos bater sem vacilações. Essas censuras, entretanto, não serão feitas com virulência de linguagem apropriada aos órgãos de combate político-partidário; usaremos sempre de expressões enérgicas, profligantes, mas em termos dignos do verdadeiro jornalismo”.

Embora a sua declarada imparcialidade, deu imediato apoio à campanha em prol da candidatura do Barão de Suaesuna ao govêrno de Pernambuco, que não teve êxito.

Apresentava editorial e sueltos, noticiário variado; serviço telegráfico; artigos políticos de J. Guanabario; trabalhos literários de Lucilo Varejão; outros de Álvaro Palhano, Paulo de Corinto, etc.

No princípio do mês de outubro a fôlha ficou suspensa por duas semanas, para reaparecer no dia 18, “após uma pequena interrupção”, com “a feição material reformada”. Diminuiu para cinco o número de colunas de página.

Na edição de reaparecimento, declarou o editorialista que A Tarde “serviu de veículo ao pensamento de um grupo

de pernambucanos que se batiam por um ideal político". Voltava sem ligações políticas, sem partidanismos, acentuando: "Não queremos saber do convívio dessa megera prejudicial".

Publicou-se, a princípio, com quatro páginas, continuou com seis e terminou com quatro novamente. Do meio para o fim teve reduzido o espaço dedicado à matéria redacional e à colaboração assinada, até tornar-se quase só veículo de anúncios.

Foi último número divulgado o 78º, de 1 de novembro (Bib. Púb. Est.).

A HORA SOCIAL — Órgão da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco — Entrou em circulação, feito matutino, no dia 26 (1) de outubro de 1919, tendo redação e oficina instaladas na Praça do Carmo nº 107.

Constava do artigo-programa: "Depois de luta contínua e indefessa, vem à rua o jornal diário do proletariado pernambucano. O quanto de esforço e de sacrifícios de toda ordem nos custa essa iniciativa tão promissora para a causa trabalhista só o sabem os que vêm de perto acompanhando a ação dos propulsores do arrojado tentamen. Agora, mais do que nunca, apelamos para o espírito de união e dedicação das classes trabalhadoras do Estado, em cujas mãos depomos a sorte desta fôlha, que menos não é que o baluarte de sua defesa, o paladino estremado dos seus direitos e interesses" (tópico reproduzido do **Jornal do Recife**).

Pelo menos até o nº 45, de 10 de dezembro, publicou-se **A Hora Social** cotidianamente. Foi êle o único comprovante encontrado. Formato grande, de 54 x 36, com quatro páginas de cinco colunas a 12 cíceros. Lia-se, no expediente, que a fôlha era redigida por "um grupo de camaradas", destinando-se à defesa das classes trabalhadoras, "pugnando pelos ideais modernos de justiça social". Tinha como gerente Amaro de Araújo e assinava-se a 28\$000 por ano ou 14\$000 por semestre.

Vinha divulgando, à guisa de folhetim, o romance de

(1) Não no dia 28, conforme o costume de alterar datas de Sebastião Galvão, no seu "Dicionário".

Enquanto isto, Nelson Werneck Sodré, em sua obra "A História da Imprensa no Brasil", ao ocupar-se, parcimoniosamente (pág. 367), d'**A Hora Social**, cometeu três lapsos: omitiu-lhe o artigo A do título; deu-a como aparecida no mês de novembro e atribuiu-lhe, apenas, três meses de vida.

Manuel Arão “O Claustro”, já na XXXVIII inserção. Demais matéria: “De relance...”, por A.; “Revista Mundial”; “Movimento Sindical”; “Tribuna livre”, “Auxílio pró-Hora Social”, telegramas, notas comerciais, noticiário geral e pouco mais de uma página de anúncios. Abriu a edição extenso artigo, sob o título “Revolução política”, de R. Louzon, que deu boa idéia da linguagem esquerdista do jornal, pois assim concluiu:

“No dia em que as organizações operárias, quer se chamem Sindicatos ou Conselhos de Operários, forem o único poder, isto é, no dia em que o proletariado fizer a sua revolução política, neste dia o trabalhador estará emancipado do seu patrão”.

Mais alguns meses sem comprovantes à vista, o pesquisador encontra o nº 75, de 29 de maio de 1920, e, com certa regularidade, as edições seguintes, ocorrendo a publicação, por aí a fora, em datas indeterminadas, uma a duas vezes por semana. Era, então, **A Hora Social** “órgão da Federação dos Trabalhadores e do proletariado em geral”, passando o gerente à função de editor-responsável. Lia-se sob o cabeçalho: “Proletários de Pernambuco, preparai-vos para a revolução social!” A correspondência devia ser enviada ao “camarada” José de Brito.

O formato foi reduzido a tabloide a partir de 19 de junho, mas logo no mês seguinte voltava ao primitivo. Na mencionada data e no dia 26, em repetição, o periódico divulgou, em página especial, os hinos “A Internacional”, “Canção Vermelha”, “Filhos do Povo”, “Os Semeadores” e “Marselhesa de Fogo”.

A 3 de julho, um editorial anunciou nova orientação. **A Hora Social** voltava a representar, no Norte, o papel que lhe cabia. A situação estivera crítica no tocante ao programa traçado. Houve modificações no corpo redacional e reações. Mas um grupo verdadeiramente idealista decidiu imprimir-lhe, de acôrdo com a Federação, um plano de luta obediente aos métodos do sindicalismo revolucionário. Acentuou o articulista: “Urge que os anarquistas brasileiros reajam com eficiência, formando uma só frente em todo o país”. Era preciso, finalmente, difundir “as doutrinas anarquistas com precisão, com clareza, francamente”.

Seguiu o jornal sua meta, reduzindo o preço da assinatura anual e semestral, respectivamente, para 6\$000 e 4\$000. Número avulso — 100 réis. Corpo redacional: Antônio Cor-

reia — diretor; Alcides Rosa — secretário. Na gerência — J. Brito.

Encheu-se de reportagens sensacionais e artigos em cada edição, focalizando as reivindicações do operariado pernambucano e seu repúdio ao capitalismo, além das seções “O nosso movimento sindical”, “Notas e Comentários” e “Notem”, crônica de **Algapauna**. Não faltavam trabalhos assinados pelos redatores; mais Carlos Passos usando o pseudônimo **Olivério Dupont** e raros de Otávio Brandão e Fábio Luz.

No nº 83, de 17 de julho, iniciava-se a publicação, no alto das 3ª e 4ª páginas, em forma de livro, para recortar e encadernar, do ensaio “O Sindicalismo”, de Henrique Leone, tradução de Manuel Ribeiro. No nº 85 já era gerente José Medeiros, sendo retirados do Expediente, no nº 87, os nomes do diretor e do secretário.

Outra alteração verificou-se no nº 92, de 13 de novembro, quando Sindulfo Correia Josué assumiu o cargo de diretor e Bruno Duarte o de gerente, substituindo-se a indicação do cabeçalho por “Órgão do Povo e Para o Povo”. A edição em aprêço circulara “após um mês e dias de silêncio forçado”, com ela começando “o seu segundo ano de agitada, procelosa existência”. Aconteceu que a edição de 26 de setembro tinha estimulado o ambiente de greve e agitação que envolvia a cidade, resultando em ação violenta da polícia, com depredações no edifício e na oficina onde se imprimia o jornal.

Desde a nova orientação, o periódico aconselhava os trabalhadores a boicotarem o **Jornal do Recife**, que representava “a vontade dos tiranos e dos ladrões”. Também manteve, já no fim, a seção “As nossas letras”, servida de sonetos de Cláudio Santarém e José Oiticica. Apareceram comentários de **Euno** e as “Cartas Vermelhas”, de **Anese Vales** (Enéas Alves).

Todavia, era o fim. Prisões e desagregação de líderes trabalhadores faziam com que **A Hora Social** não tivesse mais condições para continuar. O último número avistado foi o 95º, de 11 de dezembro de 1920 (**Bib. Púb. Est.**).

1920

A NOITE — Vespertino Independente — Começou a cir-

cular no dia 5 de abril (1) de 1920, em formato grande, de seis colunas, com quatro páginas. Tendo o título ao centro do cabeçalho, trazia aos lados pequenos quadros com informações de caráter comercial. Tabela de assinaturas: ano — 30\$000; semestre — 16\$000; para fora da capital: 34\$000 e 18\$000, respectivamente. Preço do exemplar — \$100.

Seu programa estava consubstanciado no seguinte editorial:

“Uma iniciativa de futuro ou uma tentativa inútil, uma ilusão a menos ou um desengano a mais, aí está **A Noite**, produto único e exclusivo da capacidade de trabalho, da força de vontade de alguns moços, amparados por mãos amigas (2).

“O nosso escopo principal, por cuja objetivação jamais pouparemos os esforços mais sinceros, será o de bem servir ao público, informando-lhe, com verdade absoluta, de tudo quanto ocorrer, entre nós, digno de registro.

“Infamar, caluniar, mentir, lançar mão de meios inconcessáveis para a realização de nosso ideal, jamais o faremos.

“Agora, a verdade, desagrade a êste ou vá contrariar aquê, reflita sôbre o poderoso ou vá atingir ao humilde, será dita sempre em as nossas colunas, serena e dignamente.

“Queremos o favor do público; e, como estamos certos de que só o alcançaremos como paladinos do direito, da justiça, das causas legítimas, das idéias nobres, será êste o nosso programa, presidido pela independência mais rigorosa e mais forte.

“A política pernambucana teve no último quadriênio uma feição combativa e chegou, por vêzes, a assumir aspecto agressivo. Vai tudo serenado.

“**A Noite**, sem preocupação partidária, usará do direito de livre crítica no meio das paixões que se agitarem. Assim, pensamos preencher uma lacuna existente na imprensa pernambucana”.

(1) Não no mês de março, como consignara Sebastião Galvão, no seu “Dicionário”.

(2) A fundação d'**A Noite** teve a seguinte origem: Por questão de princípios, Nelson Firmo abandonara o cargo de redator do **Jornal do Recife**, exercido durante quatro anos. Jornalista de convicções, tendo feito campanha pró-Dantas Barreto, negou-se a acompanhar o órgão em que trabalhava, quando êste passou a adotar a política borbista. Pensou, então, em lançar um jornal próprio, idéia a que logo aderiram, nas palestras do “Café Pereira Ferreira”, Oscar Pereira e Alfredo Pôrto da Silveira, com caloroso apoio do advogado Manuel Cândido. Alguns meses após, estava a idéia consolidada e **A Noite** circulando.

Noutro local, vinha a nota a seguir, intitulada “Seção Operária”: “Como uma homenagem ao operariado pernambucano, **A Noite** reserva, diariamente, meia coluna para a nobre classe defender as suas idéias, inserindo artigos doutrinários e de propaganda”.

Divulgando, na primeira página, clichê do Governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, dizia a legenda: “. . . não rendemos um preito ao político de prestígio ou ao chefe de um partido. Prestamos apenas uma homenagem ao chefe de Estado cujo objetivo principal tem sido o conagraçamento dos pernambucanos”.

“Como fazem os jornais das grandes cidades”, decidiu o vespertino, ainda em sua edição de estréia, considerar “a população do Recife como o melhor auxiliar de sua reportagem”, concluindo com o apêlo abaixo:

“Tôda e qualquer pessoa que, em primeira mão, trazer à nossa redação a notícia de um fato sensacional, um acontecimento que mereça ser conhecido do público, terá uma gratificação **pro labore**”.

Era o seguinte o corpo redacional: Nelson Firmo e Oscar Pereira, diretores; Alfredo Pôrto da Silveira, redator-secretário; Nicomedes Hartman, auxiliar de redação, logo substituído por Antônio Correia; Alberto Colares e Rômulo Carneiro da Cunha, cronistas de futebol e hipismo; Inácio Alves, fotógrafo; Manuel Sete, correspondente no Rio de Janeiro. Coube a gerência a José Neri de Sousa Filho, substituído, pouco depois, por Bráulio Fernandes Tavares, sendo sub-gerente Júlio Ferreira.

Como matéria principal, apresentava: “Ordem do dia”, excelente crônica diária de Gonçalves Maia; artigo assinado por Nelson Firmo; “Coisas do Momento”, a cargo de O. P.; “De leve”, por **Guanabara Filho**; “Ecos e Novidades”, comentários redacionais; serviço telegráfico de última hora, recebido entre 15 e 17 horas; reportagens sensacionais; “Crônica Operária”, por Alcides Rosa ou A. Correia; “Palavras soltas”, por F. Tavares, além do noticiário ligeiro, variado, e duas páginas de anúncios.

A primeira campanha d’**A Noite** foi de fundo social, condenando os “anúncios imorais”, publicados em outros diários, nos quais se aconselhava, criminosamente, a restrição à natalidade. Entrevistados, a respeito, vários médicos, advogados e outras personalidades.

Seguiu-se, ainda no primeiro mês de circulação, a cam-

panha contra os “troles” grosseiros de estudantes. Estes, em represália, fizeram o “entêro” do jornal (23 de abril), em ruidosa passeata, ameaçando-o de empastelamento, o que deu lugar a aparato policial, que evitou consequências piores.

Duas semanas após a divulgação do primeiro número, baixou o preço das assinaturas anual e semestral, na capital, para 24\$000 e 12\$000, respectivamente, e fora da capital, para 28\$000 e 14\$000.

A começar do dia 25, devido à falta absoluta de papel do seu formato, **A Noite**, para não suspender a circulação, diminuiu de tamanho, reduzindo uma coluna de composição por página. Alegando grandes afazeres e “também devido a não manter o mesmo pensamento, na direção desta fôlha, com o outro diretor”, deixou a direção Oscar Pereira. Com a saída, igualmente, do segundo gerente, Nelson Firmo passou a controlar a parte comercial.

Foi criada, a seguir, a seção “Kodak”, na última coluna da primeira página, assinada por diferentes cronistas, tais como **Guanabara Filho**, Alfredo Pôrto da Silveira, O. B. (Osório Borba), Clodomiro de Oliveira, José Firmo, R. Silva, etc.

Editorial de 19 de maio dizia que Manuel Borba fôra reconhecido senador, mas não era, absolutamente, representante do povo pernambucano.

No dia 29, Nelson Firmo foi chamado a depor em juízo, por crime de injúria, do qual **A Noite** havia sido acusada pela aventureira Amelinha Carrão.

No mês seguinte, a direção iniciou campanha contra a carestia de vida, não só através de artigos da redação, mas também de comícios, encabeçados pelo agitado diretor, que escreveu uma Carta Aberta ao governador do Estado (edição do dia 9), protestando contra violências policiais de que foram vítimas seus fotógrafos, em pleno exercício da profissão, na praça pública, e contra a concentração bélica formada diante da redação.

Com a edição de 15 do referido mês de junho, o vespertino foi suspenso, reaparecendo no dia 22, o primitivo formato restabelecido e, num dos quadrinhos, ao lado do cabeçalho, a sentença: “A verdade, ainda mesmo perigosa para quem a proclama, deve ser dita. Eis o nosso lema”.

Resultante, essa nova fase, de fusão com **O Intransigente**, ficou **A Noite** sob a responsabilidade de Machado & Firmo, tendo como diretor Osvaldo Machado; redator-chefe — Nel-

son Firmo; secretário — Hermógenes Viana; redatores — Alfredo Pôrto da Silveira, Esdras Farias e Prudenciano de Lemos; cronista desportivo — Alberto Colares; gerente — Horácio de Carvalho.

A propósito da transformação, ressaltou Nelson Firmo, em artigo intitulado “Duas palavras”: “... entreguei a direção d’**A Noite** a Osvaldo Machado, meu colega e companheiro de cinco anos do **Jornal do Recife**. Ele, certo, dirigí-la-á melhor do que eu. Está mais acostumado aos embates; tem enfrentado os inimigos do povo e do regime, com maior coragem e maior possibilidade de vitória. É um combatente às direitas, firme no seu pôsto, decidido nas suas convicções. Em suas mãos fica bem o comando que lhe passei, com ruidosa alegria. **A Noite** vencerá, assim, mais galhardamente”.

No primeiro artigo redacional lia-se: “... o jornalista, se tem a compreensão perfeita dos seus deveres, se não mercedeja com a consciência, se tem de ser um **vir probus peritus agendi**, é um apóstolo e todos os dias derrama, nas colunas do jornal, o pólen adamantino da verdade, para que a Justiça, a Honra, o Dever e o Patriotismo proliferem na alma popular, levando-a aos grandes heroísmos e aos alcandorados rasgos de nobreza”.

Noutro tópico: “**A Noite** é um órgão liberal, é um órgão amigo do povo, é finalmente um paladino da Imprensa, tendo a nítida percepção de seus deveres e sabendo que ela é, muitas vêzes, a única potência que se não teme das brutalidades de governos violentos e despóticos. O que nós queremos é o regime da lei, o domínio da moralidade, o império da justiça, o respeito às garantias constitucionais, tôdas essas coisas que, conjugadas, assegurarão a grandeza do nosso torrão natal”.

Ao entrar para o prelo a primeira edição da nova fase, tocou uma banda de música em frente à redação. Passou a sair com seis e, às vêzes, quatro páginas, sendo-lhe introduzidas outras seções e alterada a tabela de assinaturas, que ficou assim organizada: ano — 28\$000; semestre — 15\$000; trimestre — 10\$000.

O pensamento da direção vinha expresso em editoriais sob o título genérico “Cotas aos Casos”. Usando o pseudônimo **Mário d’Aguilar**, Osvaldo Machado escrevia “Bilhetes Postais”. Ocorriam artigos de **João Ninguém**; os versos satíricos “Horas alegres”, por **Zé da Rua** (Esdras Farias); charges pelo caricaturista Luís Meneses e fotografuras de elemen-

tos da sociedade local. Depois, apareceram as “Pílulas Científicas”, de **Zé do Riachuelo**, e um “Consultório”, do médico João Costa. Novos colaboradores veio a ter a seção “Kodak”, a saber: Hermógenes Viana, também usando o pseudônimo **Jorge d’Areosa**; Paulo de Magalhães, J. Caminha, Adalberto Camargo, **James d’Alcomar**, Alexandre Grego, Prudenciano de Lemos, Bezerra Leite, Gil Florêncio, **Mário d’Eglantine** e Nestor de Sousa.

Em data de 7 de julho, o juiz Custódio de Oliveira condenou Nelson Firmo como incurso nas penas do artigo 317, letras A e B, combinado com o artigo 310 § 2º do Código Penal (caso Amelinha Carrão), mas o jornalista requereu fiança, por intermédio do advogado Maviael do Prado, a qual foi deferida. Depois, o juiz Santos Moreira confirmou a sentença. Maviael do Prado e Osvaldo Machado impetraram “habeas-corpus”, mas o Tribunal de Justiça denegou-o e foi feita apelação para o Supremo. O caso mereceu sucessivos artigos de Osvaldo Machado, em defesa do seu companheiro de jornal. E não se falou mais no assunto.

Tendo-se ausentado do Recife, a 11 de setembro, Pôrto da Silveira passou a escrever, por algum tempo, crônicas precedentes do Rio de Janeiro. Em outubro, o gerente foi substituído por Prudenciano de Lemos, autor das crônicas do “Registo Mundano” e da seção semanal, aos sábados, intitulada “Reportagem Chic”. Começaram a surgir os artigos de Caitano Galhardo; Otávio Moraes fazia reportagens desportivas.

Durante dois meses — de 18 de agosto a 20 de outubro — **A Noite** circulou, novamente, com formato menor — ora seis, ora oito páginas — devido a dificuldades na aquisição do papel adequado.

Ao iniciar-se janeiro de 1921, o matutino deixou de dar edições aos domingos, como vinha fazendo. No dia 7 assumiu o cargo de redator-secretário Baltazar Firmo de Oliveira, um dos mais famosos repórteres pernambucanos, dada a sua atuação no **Jornal do Recife**, continuada em **A Noite**, para a descoberta do assassino do acadêmico João Novais, da “Pensão Landy”, caso sensacional que foi desvendado graças à argúcia do jovem jornalista, após meses seguidos de grandes reportagens e artigos, em que orientava as diligências policiais (3).

(3) Sôbre o mencionado jornalista, chamando-o “o protótipo da tena-

Em edição extraordinária, a 8 de março, noticiava um atentado contra o jornalista Moisés Florivaldo, que morreu no mesmo dia.

A Noite saiu com vinte páginas (14 de anúncios) a 5 de abril de 1921, assinalando a passagem do seu primeiro aniversário. Estampou clichês do pessoal da direção, redação e oficina; alguns trabalhos de colaboração; homenagem aos diretores dos demais diários da capital e dois editoriais comemorativos, no primeiro dos quais, entre longas considerações, havia o tópico:

“Órgão de livre opinião, sem subordinações partidárias, sem agachamentos perante os poderosos, sejam os políticos, sejam os ricos, **A Noite** jamais deixou de emitir suas opiniões com energia, se não temendo das consequências que, de tal modo de proceder, pudessem advir. Nisto está, justamente, seu orgulho, sua força e, ainda, a intensidade da estima pública, que tanto a envaidece e encanta”.

Lia-se, mais adiante: “A jornada tem sido áspera; algumas vezes perdemos, na peregrinação, amigos que, por muito tempo, se bateram pelas mesmas idéias, mas que genufletiram perante o poder, em nome de conveniências pessoais, em nome de interesses bastardos, mas, se o coração nos sangrava vendo-os partir, nem assim deixamos de manter ativa, pompeando aos quatro ventos, a nossa bandeira, até aqui imune de insulto e tremulando nas ameias inimigas sempre e sempre, após os mais violentos combates”.

Era, então, repórter Armando Bordeaux, sendo chefe das oficinas Júlio Ferreira e auxiliar do escritório Pedro Lemos.

A 14 de abril iniciou o professor Joaquim Pimenta uma série de artigos, intitulados “Contra-pastoral”, a que se seguiu outra: “O clero em polvorosa”. E Mário Monteiro Pessoa começou a série: “Revisão constitucional”. Os “Bilhetes” de **Mário d’Aguiar** transformaram-se em “Cartas Postais”. E Leduar de Assis Rocha abriu a seção “De Relance”.

Encetou campanha contra o orçamento estadual, chamado “o monstro”, concomitantemente a outros diários. A 1 de setembro, Prudenciano de Lemos voltava para a redação, entregando a gerência a Horácio de Carvalho, que vinha exercê-la novamente, deixando a função de Representante

cidade”, escreveu Caitano Galhardo (**A Noite** — 5-4-1921): “Não fôsse Baltazar de Oliveira e a incerteza, as sombras da dúvida amortalhariam para sempre essa tragédia ignominiosa, na qual um jovem, para quem a vida sorria nas suas mais belas esperanças, morre barbaramente assassinado nos fundos de uma pensão, vítima de abutres humanos sem consciência”.

Comercial. “Da Itália” procediam longas crônicas de José Fasanaro. E, nesse fim de ano, bradava-se, em larga campanha, contra a família Lundgren e seus métodos patronais.

Atingido 1922, tudo continuou normal; mas, no dia 2 de março, elementos exaltados rasgaram exemplares do *vespertino*, que noticiara a vitória de Artur Bernardes nas eleições presidenciais.

Na data do segundo aniversário — 5 de abril — não houve edição especial comemorativa, por motivos superiores à vontade da direção...

Surgiu a campanha política da sucessão governamental, tendo o diretor d'*A Noite* resolvido apoiar a candidatura Eduardo de Lima Castro. Nelson Firmo, porém, tomava outro caminho, pondo-se ao lado do candidato situacionista José Henrique Carneiro da Cunha. Feito o que, despediu-se da redação, dirigindo uma carta a Osvaldo Machado, datada de 23 de maio, na qual declarou, entre outras considerações:

“Não empresto minha solidariedade ao “coronel” Lima Castro, que é o operoso reformador do Recife, porque a sua candidatura me pareceu ter sido lançada sob a ameaça de um golpe decisivo à autonomia do meu Estado”.

“Não era justo que, mantendo tais idéias, abraçando com ufania uma causa contrária à que defende *A Noite*, continuasse eu a pertencer, hipòcritamente, ao pôsto de redator-chefe”.

No dia da eleição — 27 do mencionado mês — a cidade em polvorosa, foi o prédio da redação tiroteado. Por falta de comparecimento da maior parte do pessoal da oficina, devido à situação de insegurança, a fôlha só voltou a circular no dia 30. O Recife viveu dias intranquilos, assistindo sucessivos motins. Decorrido um mês, precisamente a 27 de junho, *A Noite* divulgava um aviso, segundo o qual, enquanto durasse “o terror espalhado pelo borbismo”, circularia às 16 horas, “visto como a população pávida se recolhe aos seus lares muito cedo, temendo os tiroteios da polícia”.

A 22 de julho, afastando-se Osvaldo Machado, que dizia estar com a saúde alterada, foi suspensa a circulação do *vespertino*.

Reapareceu no dia 18 de setembro, novamente sob a direção de Nelson Firmo, que reassumiu “seu legítimo pôsto de combate”. Tratou, então, em artigo de fundo, das energias despendidas para que *A Noite*, “escoimada de certos elementos que por tanto tempo a depreciaram, pudesse continuar

sua humilde trajetória, independente, ativa e soberana em suas atitudes". Passava a ser "jornal de informações, alheio por completo a partidatismo político".

O novo corpo redacional ficou constituído de Clodomiro de Oliveira (redator-chefe), José Firmo, Alfredo Pessoa da Silva, Armando Bordeaux, Alberto Colares e Mário Monteiro Pessoa. Gerente — Alfredo Inocêncio. A redação e a oficina, antes instaladas na rua 15 de Novembro (atual do Imperador), foram transferidas para o Pátio do Carmo nº 107. Continuou a ser vendido o exemplar a 100 réis, sendo a assinatura anual estabelecida em 30\$000. Não mais de quatro páginas.

Adquiridas algumas fontes de tipos novos, a impressão do jornal apresentou-se, nessa fase, mais nítida. A quarta página passou a conter matéria redacional, inclusive serviço telegráfico de última hora, ficando a segunda e a terceira destinadas a anúncios.

Durou algum tempo a situação de calma em que entrara o corajoso órgão, sem deixar, aliás, de divulgar reportagens sensacionais e de combater os erros do governo.

Seis meses depois, por haver criticado o contrato, sem concorrência, das obras do porto, toda a edição de 15 de março de 1923 foi rasgada por soldados de polícia, verificando-se a prisão de gazeteiros, depois de haver sido arrebatado um placard informativo. Às 23 horas, Nelson Firmo foi preso, sendo metido, "como desordeiro", na Casa de Detenção, de onde saiu na manhã seguinte, quando, ao chegar à redação, já lá se encontravam policiais para confiscar a edição extraordinária em preparo, o que realmente se efetivou.

Não pôde mais circular. A redação ficou ocupada por praças embaladas. Nelson Firmo impetrou "habeas corpus" para si e para todo o pessoal, por motivo de coação, mas o juiz não lhe tomou conhecimento. Anunciado o retorno do jornal para o dia 30 do referido mês, roubaram-lhe, na véspera, peças essenciais da máquina de impressão, tudo paralisando (4). A 30 de abril ocorreu outro assalto à tipografia, com destruição e saque de todo o material (5).

(4) Em carta endereçada a **A Província**, escreveu Nelson Firmo, dias após: "Minha situação aqui em Pernambuco complica-se cada vez mais. Sinto-me sob uma atmosfera irrespirável, mal podendo viver na terra onde nasci, hoje governada por um juiz, dirigida por um homem que nós julgávamos incapaz das cenas de puro vandalismo de que há sido teatro a nossa cidade".

(5) A revista panfletária **Dom Casmurro**, de Osório Borba e José Lins

Decorridos mais de seis meses, viu-se **A Noite** outra vez em circulação no primeiro dia de outubro de 1923, edição especial de dez páginas, composta e impressa, novamente, em oficina própria, sob a direção do bravo Nelson Firmo, tendo como gerente Ribeiro de Carvalho e auxiliar da redação, entre outros, Pedro Fernandes Filho. Estampou a seguinte manchete ao lado do cabeçalho:

“Nas colunas dêste jornal, sejam quais forem os tiranos da época e as violências exercidas contra nós, defenderemos sempre os grandes ideais do coletivismo pernambucano. As barreiras do despotismo governamental oporemos nosso desassombro e a lógica de ferro de nossas investidas cívicas. Se êste fôsse o pensar coletivo da imprensa, os déspotas não se aguentariam; teriam, apenas, uma desgraçada vida efêmera. Mas... Para que completar a frase? A tarefa, por ser fácilima, fica reservada aos intrépidos leitores d'**A Noite**”.

O editorial, intitulado “Sete meses”, tendo por sub-título “Palavras a Aretino aplicadas ao sr. Sérgio Loreto”, foi assim iniciado: “Após sete meses de indébita e criminosa coação do govêrno, caracterizada por clamorosos atentados à liberdade de imprensa, de que pode dar exemplo um juiz-governador que exorbita de suas altas funções, **A Noite** reaparece para o cumprimento exato do seu grande programa. Reaparece mais cheia de vida, de ânimo, de coragem, de desassombro.

“À proporção que contra nós se multiplicam as perseguições governamentais, cujo maior e mais triste epílogo vamos encontrar no assalto, alta madrugada, à tipografia d' **A Noite**, que ficou reduzida quase à ruína, como sendo o meio melhor e mais constitucional de emudecer a grande voz da verdade, dentro de cada um de nós crescia a fé pelos destinos bons de Pernambuco, certamente nem sempre sujeito à medonha ambição do atual quatriênio oligárquico.

“Se alguma vez nos faltou a serenidade no analisar os atos administrativos do sr. Sérgio Loreto, na maioria condenabilíssimos, não nos acusa a consciência que, mesmo assim, o tenhamos difamado. Mas, se a tanto chegamos, S. Ex^a.

do Rêgo, “cujas críticas formidáveis aos atos da oligarquia reinante tanto ruído produziram aqui e além dos nossos limites territoriais”, estava sendo composta e impressa na modesta tipografia de Nelson Firmo, que tomara a peito o trabalho, recusado por várias outras oficinas gráficas, temerosas de represálias policiais. Pois, no assalto de 30 de abril, os vândalos carregaram tôdas as páginas de **Dom Casmurro** em ponto de impressão (**A Noite**, 15-3-1924).

como juiz, e mesmo como governador inconstitucional, que o é, encontraria facilmente, na própria Constituição desrespeitada, leis muito severas contra os delitos da imprensa. Que fez, porém? Preferiu o assalto, a ação calculada, fria e criminosa de seus auxiliares, como poderosa expressão de força, sem se lembrar, ao menos, que, assim agindo, descia, vertiginosamente, do conceito nacional, ao passo que as nossas convicções mais se enraizavam e muito maiores eram as simpatias do povo por esta fôlha”.

Já nos dias 19 e 20, ainda de outubro, o vespertino das 18 horas registava ameaças de novo empastelamento da tipografia e de cacetadas em Nelson Firmo, cuja residência era rondada por policiais, pois o jornalista não deixava de atacar a administração estadual. Concluiu responsabilizando o Governador Sérgio Loreto.

Enquanto isto, procurava atrair leitores, criando seções interessantes, como “Coisas da Vida”, em versos, por **Voltaire & Cervantes**; “Olinda visionária”, crônica das praias, ilustrada, a cargo de **O Homem da Madrugada**, etc. Entre os poucos autores de artigos assinados, salientava-se Osório Borba.

A 8 de novembro o gerente era substituído por João Manuel Lopes, mas êste desceu à posição de cobrador no dia 17 de janeiro de 1924, assumindo o próprio Nelson Firmo a chefia da seção comercial da empresa. O formato reduzira-se, novamente, a cinco colunas. A partir de fevereiro, lia-se acima do título da última página: “Nunca tivemos, como agora, tanta necessidade de republicanizar a República”.

O artigo intitulado “Um ano depois”, divulgado a 15 de março, rememorou os fatos relacionados com o mais recente fechamento d’**A Noite**, afirmando: “Jornalismo indigno, de recuos, de subserviência, de beija-pés, é que nunca fizemos nem faremos. Difere muito Nelson Firmo de certos canalhas que aqui também ensaiaram fazer oposição ao atual governo e tiveram de engulir as idéias num abrir e fechar de olhos”.

Sem motivo aparente, deixou, outra vez, de circular após a edição acima mencionada. Ao reaparecer, no dia 12 de junho do mesmo ano, revelou que a suspensão fôra ocasionada por um “levante de operários, bafejado pela polícia do 1º Distrito da capital”.

Outra nota dizia, referindo-se à empresa: “Era propósito do sr. Nelson Firmo, que, em breve, pretende retirar-se para o sul do país, arrendá-la ou vendê-la. Mas nenhuma proposta, das que lhe foram feitas, estava em condições de ser

aceita". Resolveu, pois, voltar à liça, "para preencher grande lacuna existente na imprensa indígena".

Logo no dia do ressurgimento foi o jornal rasgado, na rua, por gazeteiros da Agência Belga, a serviço do govêrno, continuando o rasga-rasga no dia seguinte. Em vibrante artigo, Nelson condenou a atitude dos seus inimigos, declarando: "Aceito, desassombrado, o desafio que me lança ao rosto, através de baionetas, o despotismo do govêrno".

Recomendação de um Aviso: "**Ao público** — Devido às violências do govêrno, não permitindo que **A Noite** circule regularmente, pedimos ao público vir comprá-la, todos os dias, às 17½ horas, na redação, pátio do Carmo, 107.

Se algum gazeteiro mais afoito saía a apregoar a fôlha, logo era cercado, não ficando inteiro nenhum exemplar. Policiais arrebatavam o jornal até das mãos de leitores menos precavidos. E Nelson, de revólver junto à pena, na sua banca de trabalho, esperava, sereno, a canzoada. O comandante da Fôrça Policial, coronel João Nunes, chegou ao cúmulo de proibir aos seus subordinados, do oficial à praça de pré, a leitura do malsinado órgão.

Nota do dia 16: "A emprêsa d'**A Noite**, resolvida a mantê-la, custe o que custar, aumenta para 200 réis, enquanto durar a perseguição do govêrno, cada exemplar".

Tendo Artur Bernardes, cuja ascensão à Presidência da República Nelson Firmo apoiara, telegrafado para o Recife, solicitando informações ao governador de Pernambuco, respondeu-lhe êste que **A Noite** era "um jornal clandestino e irresponsável". Mas o jornalista telegrafou ao chefe do govêrno federal e à imprensa carioca, comunicando haver preenchido tôdas as exigências da lei de imprensa e assinado têrmo de responsabilidade na Prefeitura, não devendo um real de impostos; chegou mesmo a pagar o exercício de 1922 "duas vêzes", conforme documentos em seu poder.

Enfrentando dificuldades e ameaças, **A Noite** prosseguiu até 11 de julho de 1924, quando parou de circular.

Após quase um ano de trégua, reapareceu, a 28 de junho de 1925, na qualidade de "jornal vespertino independente", sob a direção de João Café Filho, que adquirira a emprêsa por arrendamento, tendo como gerente Austriclínio Bezerra, e administrador, durante curto prazo, Severino Gamboa Cardim. Nova tabela de assinaturas: ano — 40\$000; semestre — 20\$000; trimestre — 10\$000. Número avulso — 100 réis. "Órgão dedicado, exclusivamente, à causa do povo", continuou o formato de cinco colunas, com tiragem decla-

rada de 10.000 exemplares, meses depois diminuída para 8.000.

Entre os novos colaboradores, sempre esporádicos, destacavam-se: Da Costa Aguiar, Armando Cunha, Esdras Farias, Jarbas Peixoto e Valfrido Freire, os dois últimos assinando, conjuntamente, a seção “Zumbidos”. A salientar, ainda, artigos de Eufórbio Lima, o qual, sob o título “Religião oficial”, depois “A religião e o Estado”, se bateu, arduamente, contra a emenda, na reforma constitucional em projeto, que oficializava o ensino religioso nas escolas. Defendendo a liberdade de consciência, acompanharam-no, na campanha, diferentes opinantes, sobretudo o pastor Sinésio Lira, cujo último artigo foi “A vitória do Direito”. A 1º de outubro, sob grandes títulos, um editorial rejubilou com a rejeição da falada emenda pela Câmara federal.

Ao corpo redacional pertenciam, entre outros, Valdemar Amorim, por pouco tempo, Osmundo Borba, Estêvão Ribeiro e Leduar de Assis Rocha, autor de artigos assinados e de sonetos, além das “Bolhas de sabão”, aí usando o pseudônimo **Visconde d’Ardule**.

A par de comentários sobre política geral, reportagens e transcrições em torno do movimento revolucionário que agitava o país, dando-lhe apoio e aconselhando mesmo o povo pernambucano a aliar-se à Coluna Prestes, que marchava na direção Sul-Norte, através do sertão, o jornal ocupava-se da política de Bezerras, de onde viera seu diretor, atacando o prefeito eleito Salviano Machado Filho. Mantinha boa “Coluna Operária” e a seção de versos satíricos “Corta... ações”, por **Zé da Noite**, depois substituído por **Morcego**.

Não ficaria o vespertino imune de ameaças e perseguições. Falou-se em novo empastelamento, que não houve. Entretanto, a 20 de agosto, conforme noticiário do dia seguinte, “numerosa força policial”, distribuída no Pátio do Carmo, revistou todos os auxiliares d’**A Noite**; prendeu dois operários e o gerente Austriclínio Bezerra, os quais, no mesmo dia, depois de “repreendidos”, foram soltos. Ao que escreveu a redação, reprovando a coação infligida: “... vimos mantendo, até hoje, uma campanha de interesse das classes populares, sem paixão nem exagêro de partidatismo”.

Outras campanhas empreendera a redação: contra a desorganização dos serviços postais-telegráficos; contra a carência da vida — “tudo pela hora da morte” — e contra os “escândalos extorsivos” da Pernambuco Tramways. Ainda foram colaboradores: Rotílio Marinho, **Tito Labieno** e **Petro-**

nius. Sem função definida, voltava Manuel Cândido, a 14 de outubro, ao serviço do jornal, para cuja fundação muito concorrera.

Não era lisonjeira a situação da empresa, nem jamais o fôra desde o início. Avultavam-se-lhe as dificuldades, até que, na edição de 11 de dezembro, veio a divulgar um aviso, segundo o qual fazia voltar para \$200 o custo da vendagem avulsa, uma vez que, sendo o único jornal do Recife não importador de papel diretamente, pagava-o, na praça, a preço bastante elevado, além do acréscimo de compromissos e da deficiência de anúncios. Estes, apesar de tudo, enchiam duas páginas, as do centro, sucedendo que nem sempre remuneradores.

Por último, havia-se intensificado a propaganda da rebelião em marcha, no sul do país, desde 5 de julho de 1924, através do título geral "A grande revolução", em plano destacado. Finalmente, achando-se ausente Café Filho, foi o gerente convidado a comparecer à Chefatura de Polícia, sendo ali advertido, consoante determinação "do ministro do Interior", no sentido de "sustar a publicação de artigos e notícias referentes ao movimento revolucionário".

Diante da nova forma de coação, declarou uma nota inserida na edição de 15 de dezembro de 1925: "Constituindo essa medida uma restrição ilegal ao direito de livre opinião e uma intervenção indébita no programa dêste jornal, resolvemos suspender a sua circulação, até que melhores dias venham para o Brasil, há três longos anos fora do regime constitucional".

Terminou, pois, a fase do diretor Café Filho (6), o qual, denunciado por "delito de imprensa", foi absolvido pelo juiz Cunha Melo, em fevereiro de 1926, tendo o Procurador da República recorrido da sentença para o Supremo Tribunal Federal, que a manteve.

Reapareceu **A Noite**, retornando ao primitivo formato de seis colunas, a 29 de janeiro de 1926. Deveria ter circulado na véspera, mas a polícia o proibiu violentamente, sob a alegação de que o registo não fôra devidamente legalizado.

Novamente Nelson Firmo assumiu o pôsto diretivo; e declarou, em artigo assinado: "Voltando à luta, refreio meus

(6) O northeriograndense João Café Filho foi o homem de jornal atuante no Recife (após ter dirigido — 1923-1925 — o **Correio de Bezerros**) que atingiu pontos mais altos na política nacional: deputado federal, vice-presidente e presidente da República — 1954-1955.

justíssimos ódios contra os meus pequeninos perseguidores; mas faço-o com o exclusivo e nobilitante fim de dar às minhas críticas a melhor porção de sinceridade e verdade. Não usarei, por contraproducente, linguagem desrespeitosa; mas também não me rojarei, submisso, pusilânime, indigno das tradições de altivez e bravura dos pernambucanos, aos pés de nenhum govêrno, nem também usarei, com relação aos abusos e crimes do poder, de linguagem que possa parecer ao público uma capitulação". Manteria, "nas campanhas a que fôsse porventura arrastado, atitude de elegância mental". Não se tratava de recuo.

Referindo-se ao Governador Sérgio Loreto, escreveu: "A última vez que cedi terreno sabe-o bem S. Ex^a. porque o fiz. Com as oficinas d'A Noite arrebetadas pela quarta vez (não vos espanteis, leitores, que é verdade!), eu não podia fazer outra coisa". E concluiu: "Prometo combater os atos provavelmente maus e lesivos aos interesses coletivos de todo e qualquer govêrno, a começar pelo atual; prometo bater-me pelo voto secreto, pelas boas lutas eleitorais, as únicas que dão sangue nôvo e saúde ao regime; prometo ser implacável com tôda casta de gatunos e ladrões; prometo trabalhar com sinceridade pelo advento de um govêrno que traga para o Estado uma época de paz construtora, de justiça, de reconhecida probidade administrativa; um govêrno que se cerque de gente capaz, de cidadãos capazes; prometo, enfim, não tarifá-las nunca minhas opiniões nas sempre pródigas pagadorias do Erário Público, indiferente, assim, às comodidades da vida, mas contente comigo mesmo por possuir um caráter cuja indomabilidade (não é auto-elogio), se me tem valido os odiosinhos e perseguições inomináveis dos poderosos quatrienais, tem-me também proporcionado, em maior escala, os aplausos dos homens de bem desta terra".

Tendo as páginas centrais repletas de reclamos comerciais, inseria, nas externas, matéria variada, a saber: "Ecos do dia", por J. C.; artigos de José Firmo de Oliveira, um dos redatores; "Indiscreções"; reportagens sensacionais; "Coluna operária"; "Coluna livre"; noticiário geral; transcrição da crônica humorística "Microlândia", d'A Noite, do Rio, assinada por **Pequeno Polegar** (pseudônimo de Viriato Correia); outras de Benjamin Costallat; "No bagaço do frêvo", a cargo de de **Jeca Chavedefenda**, além de "Solicitadas".

Mas Nelson Firmo continuava no index das iras do govêrno estadual, constituindo-se alvo constante das autoridades policiais. Assim é que A Noite noticiou, a 11 de feve-

reiro, sua “prisão injustificável”, no dia anterior, por 24 horas, passadas num “cárcere infeto, sôbre um colchão estendido ao solo”, sob a suspeita de achar-se êle implicado numa masorca, frustrada, de legionários do General Isidoro Lopes.

Prenderam-no, novamente, no dia 18, “pelo grande delito de ser oposicionista ao govêrno local”. Aguentou, dessa vez, cinco dias na Casa de Detenção, de onde saiu mediante o recurso do **habeas-corporis**. No mês seguinte, dia 2, eram presos, mas libertados 24 horas depois, o redator Nelson Ávila e diversos tipógrafos, alegado o pretexto de que se realizavam, na redação, “reuniões de elementos perturbadores da ordem”.

“Apavorado — escreveria a revista **O Tacape** (nº 28, ano II, 2ª quinzena de 1929) — com a audácia de Cleto Campelo, fuzilado em Gravatá por uma polícia de facínoras”, o oficialismo “envolveu nas malhas de um medieval processo” os jornalistas Nelson Firmo, Carlos Mariz e Josias Leão, o bacharel Cristiano Cordeiro, o médico Sílvio Cravo, o capitão Gamboa Cardim, o tenente Armando Bandeira e outros “implicados”. O juiz Cunha Melo impronunciou a todos êles, sendo a sentença confirmada pelo Supremo Tribunal.

Uma nota da edição de 18 de fevereiro de 1926 acusava o ex-gerente Austriclínio Bezerra de haver conduzido, quando **A Noite** foi fechada, na fase Café Filho, grande quantidade de material gráfico, para melhorar a oficina do **Diario de Victoria**, de Vitória de Santo Antão (7).

O “vespertino de maior circulação em Pernambuco” teve, nessa nova fase de Nelson Firmo, pouco mais de um mês de vida, suspendendo suas atividades a 11 de março.

Reviveu cinco dias, apenas, decorridos, sob a direção dos arrendatários Guilherme de Araújo e Monte Sobrinho. Começava outra existência, nada lhe interessando do passado, consoante nota assinada pelos dois, que aduziram:

“Sem ligações partidárias, sem peias de qualquer casta, na alegria como na dor, ela será sempre a própria expressão do povo; rirá com êle, chorará com êle. E se, realmente, a Fé é mesmo uma fôrça capaz de transpor barreiras, covardes seremos nós se não chegarmos ao fim”.

7) Em artigo no **Diario de Victoria** de 25 de fevereiro de 1926, intitulado “Lavando as calúnias”, escreveu Austriclínio, atacando, furiosamente, Nelson Firmo: “É certo que estão em meu poder nove fontes de tipos pertencentes ao sr. Café Filho, que me foram pelo mesmo entregues”.

Reduziu logo o preço do exemplar para 100 réis e passou a dar duas edições às segundas-feiras, a primeira às 10 horas. Na de aniversário — 5 de abril de 1926 — lia-se, a propósito da nova atuação d'A Noite: "Hoje, sob o influxo de um sangue nôvo, de uma direção outra, completamente alheia ao seu passado, às suas lutas e às suas vicissitudes, ela vem procurando manter-se à altura da sua própria missão, defendendo o povo contra tudo e contra todos".

Assumiu a gerencia, no dia 9 do referido mês, José Lindolfo Silva. Foi quando se iniciou o plebiscito: "Quem deverá ser o futuro governador de Pernambuco?", o qual concluiu dois meses depois, dando o primeiro lugar a Estácio Coimbra, com 5.382 votos. Joaquim de Oliveira vinha redigindo o comentário diário intitulado "Em meia coluna". Tendo encetado campanha contra o **trust** da carne verde, abriu um "Livro do Povo", colocado na redação para receber a assinatura dos leitores que apoiassem a iniciativa.

Edição extra, a 24 de maio de 1926, foi dedicada ao falecimento do diretor Francisco do Monte Sobrinho, com o respectivo clichê e carinhoso necrológio, seguido de biografia e amplo noticiário, que se estendeu por alguns dias, inclusive a repercussão, tendo o jornal tomado luto por uma semana, tôda em tarja a primeira página. Enquanto isto, subiam para o cabeçalho os nomes de Racine Guimarães, que assinava bons artigos, e de Leduar de Assis Rocha, na qualidade, respectivamente, de redator-chefe e redator-secretário.

A partir de 9 de junho, rezava o Expediente: "Diário Independente — Órgão de Defesa do Povo e Sem Nenhuma Ligação Partidária". Baixou o preço das assinaturas: ano — 30\$000; semestre — 16\$000; trimestre — 10\$000.

Exibiu melhor aspecto material e intelectual, comentando e noticiando os fatos e acontecimentos da cidade, do Estado, do país, imparcialmente. Essa atitude, entretanto, não evitou que Guilherme de Araújo fôsse ameaçado de morte. É que desagradara a algumas autoridades policiais a versão dada ao caso da prisão do responsável por um rapto sensacional. Em consequência, foi o jornalista agredido, com injúrias e insultos, pelo delegado do 5º Distrito, Elpídio Branco. Veemente editorial verberou a agressão, resultando ser instaurado processo contra Guilherme, que teve como advogado Osvaldo Machado e mereceu, no fim, plena absolvição.

Considerando-se ameaçado de morte, Guilherme de Araújo divulgou uma nota assinada, repetindo-a diàriamente, em

que se dirigia ao governador do Estado, Sérgio Loreto, e ao chefe de polícia, responsabilizando Elpidio Branco e o inspetor Osvaldo Ciriaco por tudo o que viesse a acontecer a si ou a qualquer empregado d'**A Noite**.

A redação instituiu um plebiscito em tórno do divórcio, que encerrou a 13 de outubro de 1926, havendo respondido à pergunta "É um bem?" 4.680 leitores, contra menos de metade, ou seja, 2.187, que opinaram: "É um mal".

A data da proclamação da República mereceu, a 16 de novembro, uma edição de 20 páginas, sendo 16 de anúncios, coincidindo com o aumento do formato para sete colunas de composição. Adotou o lema: "Do povo e para o povo". O redator-secretário transmitiu o cargo a Leonel Borba, o qual, no entanto, só permaneceu até 25 de janeiro do ano subsequente.

João Barreto de Meneses, o mais vibrante colaborador, escreveu longo artigo, a 28 de janeiro, contra o senador Manuel Borba, porque este apontara a porta da rua a um repórter que o fôra entrevistar. Reapareceu, em fevereiro, a crônica diária "Kodak", originária da primeira fase, assinando-a, unicamente, João Monteiro.

A gestão Guilherme de Araújo, que também contou com a colaboração redacional de Agripino da Silva e Joaquim Carvalho, não foi tão efêmera; atingiu quase um ano, terminando a 2 de março de 1927, por motivo de rescisão do contrato.

Apenas três dias após, restabelecido o formato de seis colunas, reapareceu **A Noite**, sob a direção, mais uma vez, de Nelson Firmo, sendo redator-chefe Ascendino Neves; gerente — Cícero Araújo; repórteres — Costa Neto e José Sotero de Sousa. Reintegrava-se, o obstinado jornal, "no seu largo e liberal programa de desassomburada defesa dos altos e legítimos interesses de Pernambuco", segundo o artigo de reapresentação, assim concluído:

"Continuaremos a exercer, nesta nova fase, com serenidade, imparcialidade e integral independência, o direito de livre crítica aos atos do poder público. Nada de compromissos partidários. Nada de bajulações. Nada de injúrias. E ou cumprimos o que estamos a dizer ou preferimos quebrar a pena e abandonar a profissão. Pode, pois, o público confiar na atuação desta fôlha. Aqui, repetimos, não tarifaremos, absolutamente, nossas opiniões. Somos livres".

Começou a inserção, em rodapé, da série de artigos "A Quadrilha", por Nelson Firmo, verdadeira catilinária con-

tra a passada administração de Sérgio Loreto, trabalho que o autor pretendia editar, depois, em livro.

Não demorou a atuação do redator-chefe Ascendino, que foi substituído, nove dias depois de assumir o cargo, por João Monteiro, ao passo que o gerente deixou suas funções a 5 de abril.

Prosseguiu a publicação sem anormalidade, atravessando, porém, dificuldades financeiras cada vez mais acentuadas. Tanto que, a partir de 11 do mencionado mês, resolveu a direção aumentar para 200 réis o preço da vendagem avulsa. Declarava uma nota que o jornal “nunca se rojou nem se rojará aos pés dos governos”; por isto, sofria, uma vez que o comércio não lhe dava anúncios “receando perseguições, majoração de impostos, multas injustas, etc.”, e os que vinha publicando eram mal pagos. Acentuou: “**A Noite** é, nesta fase, um jornal honestíssimo, dedicado aos interesses coletivos”; daí, precisar da ajuda, prestígio e encorajamento dos seus leitores, concluindo:

“Ou fazemos jornalismo honesto, sem chantages, sem sinecuras, sem assaltos à bolsa popular, ou desistiremos”.

Na mesma data tinha início uma série de reportagens retrospectivas, sob o título “Os crimes do coronel João Nunes”, abrindo-se, ao mesmo tempo, uma subscrição destinada a promover a punição, perante a justiça, daquele ex-comandante da Fôrça Policial de Pernambuco, atualmente denominada Polícia Militar. Não deu resultado. A colheita não rendeu mais que 38\$000, tendo o jornal suspenso a campanha por não poder a direção custear as despesas com o processo.

Os redatores do momento eram José Firmo e Clodomiro de Oliveira, irmãos do diretor, autores de artigos e crônicas assinados, e Nelson Ávila, o poeta noticiarista, tendo saído o repórter Sotero de Sousa, enquanto João Monteiro deixava, por sua vez, a função de redator-chefe a 26 de maio, continuando, todavia, a firmar a seção “Kodak”. Nova tabela de assinaturas vigorou a partir de 27 de abril: ano — 48\$000; semestre — 25\$000; trimestre — 13\$000. A par da reprodução de artigos de Mário Rodrigues, d’**A Manhã**, do Rio de Janeiro, criara-se a seção satírica “Tribuna de **Zé Pacóvio**”.

A vinda de Artur Bernardes ao Recife, após tumultuosa administração presidencial, deu lugar a manifestações estudantis contra o chamado “Seu Mé” e violenta interferência da polícia, pancadaria e prisões. **A Noite** protestou contra as cenas tzarescas do inspetor Ramos de Freitas e isto valeu

a prisão, a 31 de maio, de Nelson Firmo, José Firmo, João Monteiro e Armando Santos, o irreverente caricaturista. O diretor do jornal dormiu “vestido, no cimento frio, ao lado de desordeiros e gatunos”, na Casa de Detenção, o que lhe deu a “impressão de um pedaço da Sibéria asiática” (8).

Estava-se sob o governo de Estácio Coimbra, dizendo um editorial de 2 de junho, a propósito: “Como o sergismo, o estacismo enveredou por atalhos perigosíssimos. Mas a voz de Nelson Firmo só se calará quando o matarem”.

João Monteiro entrou a escrever uma série de artigos — “Kodak ampliada”, narrando, com pormenores crus, as 36 horas de sua prisão, motivada esta pelas restrições que vinha fazendo ao policiamento da cidade.

Atacado, na Câmara federal, pelos deputados Amauri de Medeiros e Francisco Pessoa de Queiroz, Nelson Firmo desancou-os de rijo, em sucessivos artigos, nos quais se defendeu, brilhantemente, de acusações improcedentes.

Depois, ainda em junho, veio o caso do coronel Felizardo Toscano de Brito, o qual intentou processo, por crime de injúrias e calúnias, contra o diretor d’**A Noite**, que o criticara em artigo publicado sob o pseudônimo de **Pacu**. Enquanto corriam os trâmites da inútil ação, o vespertino cumulava aquêlo oficial do Exército do máximo ridículo, chamando-o, inclusive, “legítimo expoente da poltronice humana”.

Ora prendendo gazeteiros, ora espancando-os, a polícia procurava sempre coagir o destemido órgão. A 4 de dezembro foi agredido o mais nôvo auxiliar da redação, Paulo Fernando Dias da Silva, arrancado do estribo de um bonde e espancado pelo comissário Aguinaldo Lacerda. Outro nome constava do corpo redacional: Estêvão Ribeiro.

Veio 1928 e **A Noite** continuava de pé, impávida e disposta a prosseguir sua heróica jornada. Logo a 4 de janeiro foi apôsto, na sala da redação, um retrato do líder revolucionário Luís Carlos Prestes, em meio a estrepitosa soleinidade. Divulgavam-se artigos de Assis Chateaubriand e começou a propaganda da candidatura de Nelson Firmo, pela segunda vez, à deputação, precedida de manifesto.

Novamente derrotado nas urnas, declarou o jornalista,

(8) “Nelson Firmo é, de fato, o “recordman” das prisões. E dos empastamentos de jornal. Sérgio Loreto mandava prendê-lo sempre que nada tinha a responder às suas acusações” (artigo de Osório Borba, n’ **A Manhã**, do Rio, 4-6-1927).

em artigo de 27 de março, que, nada obstante, continuaria “a bater-se contra a tirania dos governos, em benefício do povo”. No dia seguinte, era êle revistado, acintosamente, à saída da redação.

Não tendo circulado nos dias 5 e 6, solenizou, a 7 de abril, apenas com editorial alusivo, o oitavo aniversário de fundação, no qual salientou: “A bandeira de 5 de abril de 1920 é a mesma de hoje e será a de amanhã”. Colocou quadrinhos, à direita e à esquerda do cabeçalho da quarta página e, dentro dêles, os conceitos: “Órgão eminentemente rebelde aos convênios do safadismo político da época” e “Juramos combater, ininterruptamente, todo e qualquer governo que se estribar no despotismo”.

Foi restabelecido, a 24 de junho, o preço de 100 réis para a vendagem avulsa; e o das assinaturas anual e semestral diminuiu, a 14 de setembro, para 38\$000 e 20\$000, respectivamente. No mês anterior voltava José Lindolfo Silva à função de gerente. Entre outros, servia como repórter o estudante Gumercindo de Amorim.

Vinha atacando, acremente, a administração estadual. Quando, em fins de julho, chegou ao Recife uma caravana da recém-criada Aliança Liberal, não lhe regateou louvores e aplausos, acompanhando, através de páginas inteiras, tôda a campanha política dos tribunos sulistas.

Djalma Trindade, então no corpo redacional, iniciou em novembro uma série de artigos, intitulados “O celibato no clero”.

Na primeira edição de 1929 — 2 de janeiro — lia-se: “Neste comêço de ano, **A Noite** deseja todos os bens possíveis ao Brasil, inclusive o de que êste seja o último ano das tiranias republicanas. De todos êsses bens, o bem maior — pelo qual anseia e pulsa desordenadamente o coração brasileiro, rebela-se nossa consciência e se avermelha, do nosso sangue, o solo da pátria, porque a queremos livre — é o que nos virá da vitória da Revolução. Que 1930 já nos encontre integrado na grande obra político-social que antevemos através das palavras e da ação de Luís Carlos Prestes”.

Como matéria principal, divulgou “Um balanço dos des-serviços do sr. Estácio Coimbra a Pernambuco”. No dia imediato, tomava metade da primeira página um retrato de Prestes, ao ensejo do seu aniversário natalício. A 4 de janeiro, aderiu ao Comitê Pró-Liga Anti-Imperialista”. Ocorriam artigos assinados por Oscar Brandão da Rocha.

No mês de fevereiro dava-se a cisão das esquerdas polí-

ticas, ficando o vespertino com Maurício de Lacerda, que preferira o programa revolucionário de Prestes.

Atingido março de 1929, resolveu afastar-se de seu pôsto o gerente Lindolfo Silva. Uma semana depois, a empresa adquiria novas fontes de tipos, melhorando a feição gráfica do órgão.

Artigo redacional do dia 20 divergiu, nalguns pontos, do manifesto de Prestes, frisando, todavia: "... êle é o Bolívar, em edição melhorada, dos supremos anseios libertários do povo brasileiro. Divergindo dêle, não o renegamos. Sob sua chefia extraordinária, assaltaremos e destruiremos, em breves dias, os últimos redutos da canalhice republicana". Pregou a Revolução, abertamente, para "consertar o país".

"Não o consertaremos nunca como quer o sr. Assis Brasil: pregando Democracia e andando na garupa do sr. Getúlio Vargas" — escreveu, a 25 de março, Nelson Firmo, que rompera com os democratas, deixando de tomar posse como membro do Conselho Consultivo do PSD de Pernambuco.

Esse gesto deu lugar a ataques do **Diario da Manhã** e, particularmente, do professor Joaquim Pimenta, entrando Nelson Firmo em polêmica com um e com o outro. Mas a discussão entre os dois antigos companheiros de rebeldia tornou-se demasiado áspera, degenerando na permuta de improperios do maior quilate. Na expectativa de desforço pessoal, amigos comuns dos bravos contendores intervieram, conseguindo um pacto de paz, do que foi publicada uma nota com várias assinaturas, encabeçadas pela do industrial Carlos de Lima Cavalcanti.

Na mesma data dessa publicação, 6 de abril, **A Noite** comemorava seus nove anos de existência com um editorial, em que proclamou: "O país está quase arrasado pelo profissionalismo político. O remédio é a revolução".

Na véspera, elementos da polícia quebraram um placard do vespertino, postado à esquina do Café Lafaiete. O último redator admitido foi Luís de Barros, em substituição a Paulo Fernando, que terminou feito correspondente no Rio.

Estava **A Noite**, finalmente, criticando não só a administração estadual de Pernambuco, mas também a da Paraíba (Presidência de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque), continuando, além disso, a verberar atos do governo pretérito do juiz Sérgio Loreto, enquanto clamava pelo apressamento da revolução, a fim de acabar com as imperfeições do regime.

Perseguido e coagido, sem meios de prosseguir tão es-

pinhosa jornada, Nelson Firmo, o bravo, o correto, o jornalista de mérito, tinha que parar, cansado e descorçoado. E lançou a edição de despedida do seu respeitável diário a 20 de junho de 1929 (9) (**Bib. Púb. Est.**) (10).

1921

DIARIO DO POVO — Órgão dos Interesses Coletivos de Pernambuco — O primeiro número publicou-se no dia 13 de setembro de 1921, em formato grande, de cinco boas colunas. Diretores — Raul Azêdo e Joaquim Pimenta. Redação: rua 15 de Novembro (atual do Imperador) nº 239. Administração e oficina: praça do Carmo nº 107. Entremeados no cabeçalho, apareciam os **slogans**: “Educar o povo para que o povo eduque os governos” e “É mais nobre ser vencido pela verdade do que vencer pelo êrro”. Tabela anual de assinaturas: na capital — 28\$000; para o interior — 30\$000; estados — 32\$000; estrangeiro — 36\$000, custando o semestre a metade dêstes preços.

O editorial de apresentação dizia, inicialmente: “Este jornal surge como rebento legítimo do estado de ânimo que acaba de levantar Pernambuco em pêso para a defesa dos seus direitos e vitais interesses (1). Ele pretende dar forma definida, estabilidade, vida, à atitude dêste povo que lhe grangeou o respeito e a admiração de todos os brasileiros e o reintegrou na consciência das suas fôrças e na dignidade do seu destino”.

Ao lado do título: “Este jornal abrirá para cada uma das classes sociais e para os municípios uma coluna onde possam ser discutidos, com absoluta independência, todos os fatos, apenas exigindo comedimento de linguagem daqueles que trouxerem a sua contribuição em artigos ou em simples informações. A responsabilidade dos escritos assinados caberá exclusivamente aos seus autores”.

(9) Quase três anos depois, Nelson Firmo obteve ganho de causa na ação que movera, por perdas e danos, contra a Fazenda estadual.

10) Coleção com lacunas. A biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco possui alguns volumes de exemplares d'**A Noite**, compreendidos da fundação até julho de 1922 e todo o primeiro trimestre de 1923.

(1) Referia-se à campanha desfechada, no mês anterior, por quase tôda a imprensa do Recife contra o chamado “monstro orçamentário”.

Outra nota, no corpo da primeira página, explicava: “O **Diário do Povo**, por ser um órgão popular, deve tornar-se acessível às classes menos favorecidas, razão por que se venderá sempre a 100 réis. Não é, pois, por concorrência desleal, nem por mercantilismo que adotamos tal medida, sim pelo intuito exclusivo de bem servir ao povo”.

Começou a circular com seis páginas, sendo quatro de anúncios, inserindo vibrantes editoriais, folhetim, serviço telegráfico, “Coluna operária”, desportos, noticiário geral, inclusive câmbio e comércio”; “Ecos da rua”, por **Aretino** (Antonio Freire); “Na forquilha”, versos humorístico-satíricos de **Jeca**, etc.

A 21 de outubro o professor Joaquim Pimenta deu início a uma série de artigos, sob o título “Que patife!”, refutando acusações do periódico **A Voz Paroquial**, da Vitória de Santo Antão, enquanto Henrique Lins escrevia “Pela causa da Pecuária”. No dia 27, o dr. Raul Azêdo começou a divulgar “A queda do rosismo”, fragmento de importante trabalho histórico. Em novembro, apareceram duas seções de versos satíricos, intituladas “Pingos de cera” e “Pingos de água benta”, assinando-as, respectivamente, **Padre Vasco** e **Padre Felix** (2).

Jornal de explosiva combatividade, entrou em campanha contra o cerceamento do direito dos oficiais do Exército de se manifestarem sobre o problema da sucessão presidencial, então em evidência.

Além da palavra escrita, condenando a medida emanada do Presidente Epitácio Pessoa, que visava a sufocar um movimento de opinião em favor do candidato da Reação Republicana — Nilo Peçanha — contra Artur Bernardes, o **Diário do Povo** promoveu um comício, a 24 de novembro, o qual resultou em conflito. Antes mesmo de iniciar seu discurso, o líder Joaquim Pimenta, lente da Faculdade de Direito do Recife, e acompanhantes foram alvejados a bala, ficando êle ferido, ligeiramente, no braço. Houve revide, pânico, correrias ao longo da rua do Imperador, local da cena, contando-se dois mortos e dois feridos. Já antes fôra rasgado um cartaz, na esquina da Lafaiete, em que se anunciava a realização do **meeting**.

O acontecimento levantou grande celeuma. No dia se-

(2) Tais assinaturas constituíam um acinte aos padres Américo Vasco, diretor da mencionada **A Voz Parochial**, e Felix Barreto, diretor do Ginásio do Recife.

guinte, impossibilitado o professor Pimenta de escrever, lançou Antônio Freire, em seu lugar, violento artigo assinado, sob o título "A fúria dos canibais", acusando a família Pessoa de Queiroz como mandante do atentado.

Sob ameaças, o vespertino não saiu a 26, solicitando garantias ao chefe de polícia, a fim de poder circular regularmente. Voltando à atividade no dia 29, Joaquim Pimenta, atacado na honorabilidade de sua vida privada, começou a divulgar os artigos "Exame de consciência", num total de 12, refutando o **Jornal do Commercio** e seu diretor, série que prosseguiu com a intitulada "Banditismo e covardia". No mesmo sentido, ocorriam sucessivos editoriais, sob o título "Dissecando monstros", além de comentários mais ligeiros e noticiário com a epígrafe "A fúria dos canibais". Por sua vez, o estudante Mair Cerqueira alimentava o fogo da polêmica, junto a dois ou três outros colaboradores.

"Cartas da Barataria" foi uma interessante seção de comentários de Antônio Freire, que abordava, com sátira e humor, temas diferentes, políticos ou não. Já o jornal vinha circulando mais com quatro páginas do que com seis. No curso do processo instaurado a respeito dos acontecimentos de 24 de novembro, foi também alvo de uma série de ataques o chefe de polícia, Liberalino de Almeida, sob o título "Que ignomínia!"

A secretaria do **Diario do Povo** tivera à sua frente Domício Rangel, até o dia 21 de novembro; seguiu-se-lhe Antônio Freire, até 26 de dezembro, quando foi substituído por Carlos Azêdo. Ocupava a gerência Benigno Pimenta. No corpo redacional auxiliar figuraram Otávio Lira, Valdemar Amorim, Arnaldo Constantino, encarregado do noticiário desportivo, e outros.

Continuou o vespertino, em 1922, a defender a participação da oficialidade do Exército na campanha presidencial sem unilateralidade, e a fazer propaganda dos candidatos da Reação Republicana. Enquanto isto, divulgava Joaquim Pimenta, em janeiro, o estudo intitulado "O Estado e a revolução social". Outro jornalista vibrante passou a colaborar nas colunas do jornal: João Barreto de Meneses. Depois vieram Jarbas Peixoto, Antônia d'Able, Pereira Sales, **Eustáquio Brazêlim**, autor do comentário "Modos de ver"; o **Alferes de Floriano** (pseudônimo do capitão Melquíades Pais Barreto), etc.

No mês de março iniciou a redação um movimento de protesto contra a trama urdida no processo em torno do

tiroteio de 24 de novembro, em que se pretendia envolver o casal Joaquim Pimenta como responsável pelo acontecido. Formou-se significativa aura de simpatia e apoio ao jornalista e sua esposa, sobretudo nos círculos do operariado, além da solidariedade da Congregação da Faculdade de Direito e do respectivo corpo discente. Em consequência, foi mandado arquivar o processo.

Logo mais, veio à tona a sucessão governamental, numa campanha das mais ruidosas já verificadas em Pernambuco, tendo o **Diário do Povo** apoiado, ao lado do senador Manuel Borba, a candidatura José Henrique Carneiro da Cunha, enquanto criticava acerbamente a política dos irmãos Pessoa de Queiroz, patronos do candidato oposicionista, bafejado pelo Catete.

A fôlha dos professôres Raul Azêdo e Joaquim Pimenta encheu suas colunas de matéria política alusiva, em meio a agitações estudantis, operárias e militares, com a participação do comando do Exército local, então a serviço da candidatura Eduardo de Lima Castro. Efetuadas as eleições a 27 de maio, cabendo a vitória ao candidato bafejado pelo situacionismo estadual, ocorreu após uma série de vexames, que muito prejudicaram a vida social e comercial da cidade, deixando as famílias em sobressalto. O edifício do **Diário do Povo** foi duas vezes tiroteado, na madrugada do dia seguinte, por soldados do 21º Batalhão de Caçadores, tendo reagido, de dentro, pequeno grupo de operários, dois dos quais morreram. “Ficaram as máquinas, as caixas de tipos e o modesto mobiliário espantosamente crivados e perfurados de balas de fuzis e metralhadoras”.

O jornal ficou suspenso. Ao reaparecer, no dia 2 de junho, apresentou a primeira página tarjada, de luto, nela figurando fotografias do prédio assaltado, do local onde se entrincheirou a força do Exército, “comandada pelo então tenente Leônidas de Lima Botelho”, e do operário José Martins, uma das vítimas da fuzilaria.

Não deixou mais, em prosseguimento, de verberar, nos editoriais, a disfarçada intervenção do governo federal em Pernambuco, encabeçada pelo coronel Jaime Pessoa, inspetor da então Sexta Região Militar.

No mês seguinte, após a edição de 5 de julho, suspendeu, novamente, a circulação, “devido a um desarranjo na máquina impressora”. Ao ressurgir, no dia 13, sob a direção exclusiva de Manuel Cândido, divulgou um artigo de desencanto e despedida, de Joaquim Pimenta, que ia demorar-se

no Rio de Janeiro, frisando: “Desde que foi o **Diario do Povo** atacado por carabinas do Exército, ataque do qual resultaram a morte de dois operários e ferimentos em outros, que me considerei desligado da Reação Republicana”.

Lia-se numa nota redacional: “O **Diario do Povo**, provisoriamente, muda, hoje, de diretores; porém o seu programa será o mesmo — de defender os interesses coletivos de Pernambuco. Embora afastado do Recife, por um ou dois meses, o dr. Joaquim Pimenta continuará a colaborar assiduamente, certo de que o público não deixará de acolher esta fôlha com a mesma simpatia que sempre lhe dispensou”.

Entrou o jornal, assim, num período de serenidade, publicando colaboração de Durval César, Pedro Fernandes Filho, autor de poesias e trabalhos em prosa; Renato de Alencar, que escrevia “Modos de ver”; Valdemar Amorim, assinando longas crônicas; Jarbas Peixoto, que focalizava assuntos políticos, e o **Duque Z.**, divulgador de notas curiosas, afora o serviço telegráfico, melhorado, e breve noticiário geral.

Estabeleceram-se um acôrdo entre os patronos do candidato eleito para o govêrno do Estado e o candidato derrotado mas não convencido, sendo escolhido um *tercius*, que foi o juiz Sérgio Loreto. Diante de tal deliberação política, voltou a cidade à normalidade. E o **Diario do Povo**, que nascera para a luta, fêz inserir nas suas colunas, no dia 18 de julho, a nota seguinte:

“A vida jornalística no Recife, após os acontecimentos e os boatos que sempre à sombra daqueles se forjavam e circulavam com prodigiosa rapidez, está de uma pasmaceira de causar mal aos nervos. Não há assunto que interesse, uma notícia sensacional, um boato que agite a língua aos comentadores profissionais. Até a esquina da Lafaiete perdeu o aspecto animado dos dias de Mashorca. Em compensação, anda-se na rua sem receio de voltar à casa com o ventre rasgado ou com o crânio partido”.

O professor Pimenta enviou alguns artigos do Rio de Janeiro; mas logo regressou, reassumindo a 19 de agosto, sozinho, a direção do seu jornal, que, no entanto, perdera o entusiasmo e só viveu até o dia 31 (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

1922

A TARDE — Apareceu no dia 11 de março de 1922, apresentado em formato grande, a seis colunas de composição. Diretores — Manuel Monteiro e Armando Gaioso; redator-chefe — Samuel Campelo; secretário — Mário Marroquim; cronista desportivo — Alfredo d'Agostini; gerente — Miguel de Sousa Leão, funcionando a redação e oficina na rua Paulino Câmara (atual Camboa do Carmo) n° 160. Assinaturas: anual — 30\$000; trimestral — 16\$000.

Foi o seguinte o seu artigo-programa:

“**A Tarde** pretende informar, com segurança, ao público pernambucano, sôbre as últimas novidades do país e do estrangeiro até às 17 horas.

“**A Tarde**, para isso, escolheu correspondentes idôneos, colaboradores de reputada competência e auxiliares ativos, não medindo assim sacrifícios para honrar os compromissos assumidos agora perante seus leitores.

“**A Tarde** manterá livre opinião sôbre assuntos literários, políticos e sociais, sem deixar, contudo, de tomar parte ativa na vida brasileira e, em especial, na vida pernambucana.

“**A Tarde**, com êsse programa de absoluta independência, e com o favor do público, espera vencer”.

De feitura elegante, impressão nítida e bom gôsto na distribuição da matéria, constituída de sumário leve, variado e bem redigido, o cabeçalho, em vistoso clichê de quatro colunas, ficava à esquerda, completando a largura da página um quadro com a notícia principal do dia.

O pensamento do jornal era expresso em sueltos, em vez de artigos. Noticiário local e telegráfico variado. Num rodapé, a princípio na primeira página, depois na segunda, vinham artigos literários ou não, notas estrangeiras, contos transcritos, divulgando, inclusive, em quatro edições, o laudo do técnico francês Locard sôbre as famosas cartas atribuídas ao Presidente Artur Bernardes.

Inseria, além disso, “A entrevista do dia”; “Peço a palavra”, de Tobias do Vale; “Numa tira de papel”, crônica de José Simões Coelho; “Notas agrícolas”; “Ecos & Reflexos”; versos satíricos, por Lira, e “Elegâncias”, com o noticiário social, sendo cada nota de aniversário seguida de uma trova, além da crônica de abertura.

A publicação decorreu ininterrupta. Deflagrada a luta da sucessão governamental no Estado, achando-se os ânimos exaltados, veio a escrever a redação a 21 de junho:

“**A Tarde**, que se mantém rigorosamente neutra em face das competições políticas do momento, continua a fazer votos para que seja encontrado um meio honroso capaz de assegurar a paz e a felicidade de Pernambuco, infelizmente nas vésperas de uma conflagração se a voz da razão não falar mais alto que a das eternas conveniências políticas”.

Logo mais, tôda a primeira página da edição de 4 de julho foi dedicada ao acôrdo político estabelecido em tórno do nome do juiz Sérgio Loreto para governador do Estado. Escreveu o articulista: “**A Tarde** foi o único órgão da imprensa recifense que se bateu, de uma maneira tenaz e decidida, em favor de um acôrdo justo e honroso para as fações em luta”. Teceu, então, largos encômios à comissão pacificadora.

Musael do Campo (Samuel Campelo) escrevia, à época, “Assuntos vagos (tôdas as vêzes que houver vaga e assunto)”; o **Conde de Cyr** (Bandeira Filho) assinava “Pingos d’Agua” (versos satíricos) e **Paul Valmer** redigia “Retratos Grafológicos”. Outra seção que, como a precedente, se prolongou, iniciada a 20 de julho, foi “Sutilezas mundanas”, de Carlos Rogério, divulgada às quintas-feiras e aos sábados. Pouco assídua foi a crônica literária “Do meu recanto”, de Astrogildo Calipso de Carvalho. Outros colaboradores: José Firmo, Austro Costa, Joaquim Inojosa, Célio Meira, Enéas Alves, Heloisa Chagas, J. A. da Silveira, etc.

A publicação foi suspensa a 10 de agôsto, reaparecendo no dia 1 de setembro, como “diário da vida pernambucana”, páginas de sete colunas, mas o cabeçalho minúsculo. Iniciava-se, assim, nova fase, com a direção reduzida a Manuel Monteiro e o gerente substituído por Ettore Orsi. **A Tarde** voltava “à atividade, cada vez mais esperançosa, e cheia de vida”. Por isto que intensificada a parte de anúncios.

Nova alteração ocorreu a 14 de outubro, após dois dias de suspensão. Apresentou melhor clichê no cabeçalho, constando do Expediente: “Informativo e noticioso, sem ligações partidárias — Composto em máquina linotipo da Mergenthaler e impresso em prelo Babcock”.

Fôra admitido Caio Pereira como sub-diretor e gerente, o qual tomou a ombros a tarefa de reformar o jornal, que vinha decaindo francamente e adquiriu mesmo nôvo aspecto, com a substituição de algumas seções e a criação do título “No comêço da página” — a quarta — de artigos assinados por Ulisses Pernambucano ou Meira Lins, Otávio de Freitas, Adalberto Cavalcanti e Eládio Ramos. Na mesma

página, nas duas últimas colunas, passou a figurar a “Última Hora”, com os “Últimos Telegramas — Últimas notas de nossa reportagem — Últimos comunicados” (colhidos das 13 às 14 e meia horas).

Menos de um mês, entretanto, durou a atuação do reformador Caio Pereira (1), que se afastou da função a 4 de novembro, desligando-se da redação, igualmente, Mário Marroquim e Samuel Campelo.

Iniciou-se nova fase de decadência. Antônio Almeida, que substituíra Alfredo d’Agostini, na crônica desportiva, acumulou o cargo de redator-secretário. Outros redatores foram Milton de Oliveira e Renato de Alencar, êste último autor de numerosos artigos assinados, até o fim, inclusive as seções “Apostilas desumanas” e “Consultório gratis”, de assuntos gramaticais.

Ocorreram mais modificações. Reduziu-se a matéria redacional, constituída de raros artigos de fundo e pequeno noticiário, enquanto apareciam novos colaboradores, como Velho Sobrinho, Domingos de Albuquerque, Basílio Monteiro, Joaquim de Oliveira, Silva Lobato, Milcíades Barbosa, Esdras Farias, Costa Alcirim, Joaquim Penedo, que escreveu uma série de bons artigos intitulados “A lavoura do Nordeste”; **João das Cartas**, autor da seção “Filatelismo”; **Gulliver**, com interessantes sonetos satíricos na seção “Anões e Gigantes”, e José Fasanaro, que mandava crônicas “De Napoles”. Terminou o ano com o n.º 211.

A 2 de janeiro de 1923, foi criado o concurso “Qual o médico mais humanitário do Recife?”, recaindo a maioria das preferências no dr. Sabino Pinho.

Ora se arrastando pelo caminho das dificuldades financeiras, ora procurando reerguer-se, **A Tarde** terminou seus dias melancolicamente, apenas com Manuel Monteiro e Antônio Almeida no “batente”, descorçoados e desiludidos, atirando à rua edições mal feitas, que se não vendiam, somente para justificar os contratos e algum anúncio nôvo “cavado”.

O último número saiu a 21 de fevereiro de 1923 — n.º 27 — tendo circulado, ao todo, 238 edições (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

(1) Caio Pereira exercia a função de redator-secretário do **Jornal do Commercio**, que era matutino. Podia ocupar outro cargo em diário vespertino, como o fez, sem prejudicar nenhuma das suas atividades. Assim não o entendia a direção daquele órgão, o qual veio a noticiar, a 21 de outubro, o afastamento do acatado jornalista do seu corpo redacional, o que, afinal de contas, durou pouco tempo.

A NOTICIA — Com a redação, escritório e oficina solenemente instalados na rua Visconde do Rio Branco (hoje, da Aurora) n.º 39, iniciou sua circulação a 16 março de 1922, com quatro páginas de formato grande. Diretores: Horácio Saldanha, Umberto Carneiro e Clóvis Vanderlei; propriedade da “Emprêsa de Publicação Limitada A Notícia”. Assinaturas: ano — 24\$000; semestre — 12\$000; para fora da cidade — 30\$000 e 15\$000, respectivamente. Preço do exemplar — \$100.

Lia-se no artigo “O nosso programa”: “Sem vínculos partidários de qualquer espécie, a intransigência ou o dogmatismo político não se conjugarão contra o nosso propósito de cumprir fielmente o difícil programa que nos impusemos.

“Não temos outras ambições na nossa esfera de ação, do que nos dedicarmos ao bem público, na defesa das causas que se nos afigurem dignas, sem pusilanimidades, mas também sem a inconsciência dos arrojos e dos abusos de linguagem que, quase sempre, só fazem colorir o mal e desculpar as influências nefastas das paixões do momento.

“Sem, entretanto, a indulgência que estende sôbre os atentados mais negros o véu de uma obscuridade calculada, meia publicidade, timorata e cômoda; ou o silêncio que mais não é que a condescendência da fraqueza de parceria com a mentira, venha ela do seio das maiorias ou das potestades do poder, não nos limitaremos a ser unicamente um boletim de informações, mas a tratar com liberdade todos os fatos de ordem política, social, literária ou artística, com elevação de linguagem e isenção de ânimo”.

“É ainda do nosso propósito jamais descermos às discussões pessoais, em polémicas que pouco ou nada interessarão aos nossos leitores, ou ao público, para quem fazemos êste jornal e de quem, exclusivamente, esperamos prestígio e amparo.

“Isto não significa que fuçamos às nobres campanhas de interêsse coletivo; tudo nos obriga a que coloquemos sempre a nossa pena ao serviço desinteressado do oprimido ou em prol do progresso dessa gloriosa e esquecida terra pernambucana, aos interêsses vitais de Pernambuco, ao serviço de quem nos colocamos desassombradamente”.

Em artigo escrito, especialmente, para a primeira edição, sob o título “Agradar é tudo”, com a costumeira concisão de meia coluna, salientou Gonçalves Maia: “Uma grande van-

tagem dessa multiplicidade de jornais (1) é a luta que se estabelece e onde tudo melhora. Se só houvesse um jornal, a vida seria horrível. Era como se na cidade não houvesse senão um homem, ou se no restaurante não houvesse senão um prato, ou se no jardim não houvesse senão uma flor”.

Noutro tópico: “A rua é para o jornal o que o salão é para o homem de sociedade. Se ele sabe agradecer, fica. Se não sabe, se é triste, se é calado, ranzinza, dispersivo, se está deslocado, também ele próprio vai saindo, sem que os outros dêem pela sua falta”. “Assim, a missão de uma fôlha é agradecer”.

Da primeira página constavam editoriais, sueltos, reportagens, “A Nota Estrangeira”; “A Caricatura do Dia”, por **Flagson** (pseudônimo de Raul Bandeira Filho); “Cócegas”, a cargo de **Y.**, que durou pouco, e, às vêzes, artigos assinados. A 2ª abrigava o folhetim “Rasputine — o monge celedrado”, de William le Queux; “A Notícia desportiva”; movimento de vapores, anúncios, êstes também enchendo a 3.ª. Na 4.ª: aos lados do cabeçalho (repetido), notas sôbre Câmbio, Algodão e Açúcar; “A Notícia Social”; “Última Hora Telegráfica” e notícias.

Coube ao bem feito diário patrocinar, em suas colunas, o concurso, no Recife, para a escolha da mais bela mulher do Brasil. Imprimiu-se, durante algum tempo, em papel róseo, e teve como primeiros colaboradores Faria Neves Sobrinho, Débora Monteiro, Mário Melo, Araújo Filho, Lucilo Varejão, Eduardo de Moraes, Mário Rodrigues, Domicio Rangel e Renato de Alencar. A 15 de abril, iniciava-se a crônica diária “Pingo d’agua”, do **Conde de Cyr** (outro pseudônimo de Bandeira Filho) (2).

Jornal independente, ocupou-se dos acontecimentos relativos à sucessão governamental, mais informando do que comentando. Precediam “A Notícia Social” crônicas ou poesias, ora transcritas, ora assinadas por Luiz Delgado, He-loisa Chagas, Austro Costa e outros. “Lavoura & Indústria” foi o título duma série de comentários de J. Gonçalves Carneiro. O filólogo F. Assis Cintra assinava “Questões de Português”. Saíam crônicas sôltas de **Cirano**, enquanto o **Visconde d’Ardule** (Leduar de Assis Rocha) escrevia “Notas

(1) **A Notícia** começara a circular numa época farta de diários, que apareciam e, com a mesma facilidade, desapareciam.

(2) Meses depois, viria a ser assassinado o médico Raul Bandeira Filho, elemento de projeção social.

Desportivas” e, depois, as “Balas...”, abordando assuntos generalizados. A 1.º de julho, a primeira página foi dedicada às senhorinhas classificadas no concurso (setor de Pernambuco) “Qual a mulher mais bela do Brasil?”, tendo obtido o primeiro lugar Ceci Neves de Oliveira. Em meio a vários clichês alusivos, Renato de Alencar, fazendo a apresentação dos “rostos lindos da terra pernambucana”, teceu um hino à mulher (3).

Ainda em julho, divulgavam-se as “Sensações de viagem”, de Valdemar de Oliveira, que fizera uma excursão pela Europa. No mês seguinte aparecia a seção “Frivolidades”, aos sábados, assinada por Sacy, depois Marcelo e, por fim, João da Bijou e Austro Costa. Deixava, então, o serviço de reportagem João Fonseca de Sousa. A 7 de setembro ocorria uma edição especial dedicada ao Centenário da Independência, com dez páginas, alegoria na primeira, de J. Raulfo, e trabalhos literários. Já vinham sendo publicados os “Perfis Grafológicos”, por Sadi Hallot (pseudônimo de Milcíades Barbosa), seção quase diária, que se prolongou bastante.

Tendo-se afastado a 2 de novembro, o diretor Clóvis Vanderlei foi substituído por Costa Alecrim. Entre os colaboradores, contavam-se: Olívio Montenegro, Meira Lins, Arnulfo Lins e Silva, Manuel Arão (série de artigos sob o título “Flagrantes de viagem”), Antônio Carneiro Leão, Benedito Monteiro, Epifânio J. Bezerra, Geraldo de Andrade (ora do Rio, ora do Recife), dr. Adalberto de Lira Cavalcanti, Antônio Nemésio, Mário Sete, Sílvio Rabelo, Arnaldo Lelis, Brito Macedo, Paulino de Andrade, Eustáquio Gomes, Anísio Galvão, Maria do Céu, Naasson de Figueiredo e outros. Uma “Tribuna Livre” acolhia artiguetes de elementos do povo. A seção carnavalesca teve a direção de Zé do Boqueirão.

Na data do primeiro aniversário — 16 de março de 1923 — em edição comum, dizia o articulista: “A Notícia não tem sido o órgão de um partido, de uma pessoa, nem de uma ambição. Será, tanto quanto possível, uma tribuna de princípios, onde as idéias que se nos afiguram boas e úteis nós as semearmos sem olhar se os benefícios da colheita nos venham a tocar. Sempre com a mão limpa e a intenção pura,

(3) Dizia o escritor, entre outros rasgos de imaginação: “Ei-las, veneremo-las. São constelações cintilantes, estrélas formosas engastadas no palio azul do céu pernambucano, via-látea divina, lucilando como pedras de Ofir, na clâmide de um rei assírio”.

nós temos semeado as boas idéias. Olhando para o caminho percorrido, fôrça é confessar que, em geral, fomos justos”.

Concluiu afirmando que o vespertino foi o pioneiro de dois problemas essenciais: “a instrução primária e o saneamento pela higiene pública”.

O corpo redacional, que antes contara com Aníbal Fernandes, Samuel Campelo e Evaldo Rangel, êste no serviço de reportagens, achava-se, então, constituído de Eládio Ramos, Otávio Malta, Leduar de Assis Rocha, Milciades Barbosa, Renato Silveira, Osório e Osmundo Borba e Aires Palmeira (nome adotado pelo piauiense José Augusto de Sousa).

A 18 de julho apareceram as “Cartas sem sê-lo...”, por **Proença**, ora brandas de linguagem, ora crespas e satíricas, sobretudo quando dirigidas ao jornalista João Barreto de Meneses, que revidava pelas colunas d'**A Rua**.

Eduardo de Moraes entrou a escrever “Coisas diversas”, abordando, como o fazia, igualmente, em outros jornais, temas da vida econômica de Pernambuco. Nasceu, ainda, a seção de charadas “Recanto dos Turunas”, a cargo de **Príncipe Negro**.

A edição de 17 de outubro foi dedicada ao primeiro aniversário do governo do juiz Sérgio Loreto. No dia 23 iniciava-se nova fase d'**A Notícia**, assumindo-lhe a direção Arquimedes de Oliveira, que se avocou, igualmente, o ativo e passivo e a exclusiva responsabilidade financeira da empresa. A gerência foi entregue a José Marques de Oliveira.

“Tendo de ser um jornal político — lia-se em editorial — isso não quer dizer que pêrca a linha de conduta, que mantém até hoje, de moderação, de tolerância e de cortesia, dentro das boas normas da ética profissional. Jornal político não significa jornal politiqueiro, apesar de que essa expressão “política” tenha perdido muito de sua significação e do seu prestígio”. Declarou decidido apoio ao governo, que se achava “perfeitamente identificado com os magnos problemas de nossa terra”. Novos colaboradores: Ulisses Pernambucano e Luís Cabral, êste assinando “Notas à margem”.

Na edição comum do segundo aniversário (1924), que saiu a 15 de março, dizia o articulista não haverem tentado ao vespertino “as polêmicas estêreis e as campanhas pessoais”, acrescentando: “**A Notícia**, sem ter sido cortezã, jamais se constituiu pelourinho de reputações alheias. Temos mantido sempre as discussões de todos os assuntos e de todos os problemas no terreno elevado das idéias, sem descambar para o ataque e para o insulto. Porisso uma lei de imprensa

nunca nos atemorizou, como acontecia aos caluniadores profissionais que transformaram o jornalismo numa arma de difamação e num meio fácil de satisfazer a interesses inconfessáveis”.

No mês de abril a empresa constituiu-se em sociedade anônima, com o capital de 120.000\$000, dividido em 1200 ações de 100\$000, obedecendo à seguinte diretoria: presidente — Joaquim Bandeira de Melo; secretário — Aníbal Fernandes; tesoureiro — Coaraci de Medeiros. Os dois últimos assumiram a direção propriamente do jornal a 22 de maio, em substituição a Arquimedes de Oliveira. O Conselho Fiscal foi entregue a José Marques de Oliveira, Raul de Carvalho Neves e Antônio Ferreira da Costa Azevedo. Não houve, todavia, alteração no programa estabelecido. Continuava apoiando o governo estadual.

No período de 8 de julho a 15 de setembro, o formato de sete colunas foi diminuído para seis, devido à greve em curso nas grandes fábricas especializadas da Noruega, cujas remessas tinham sido sustadas, o que levou a empresa a adquirir na praça outro tipo de papel.

Apesar de tão brilhante direção, o vespertino tornou-se monótono, desinteressante, reduzidos os comentários de ordem geral, salientando-se o noticiário dos acontecimentos e realizações oficiais e a defesa do governo do Estado, quando atacado. Divulgava, às vezes, artigos de José Vasconcelos, José de Sá, Joaquim Salústio (“Coisas do Ensino”), Melo e Sousa, Paulino de Barros, Anísio Galvão e Sotero de Sousa.

Só em março de 1925 **A Notícia** tomou ânimo novo, mediante a inclusão, no corpo redacional, de Sílvio Rabelo, Luiz Delgado e Lucilo Varejão, que já vinham divulgando artigos e crônicas assinados, o primeiro dos quais, sobretudo, autor das “Notas Avulsas”, depois firmando um que outro comentário com o pseudônimo **Hilarião**. Suetos e editoriais abordavam temas diferentes, a par da indispensável matéria noticiosa. Como inovação — caso jamais visto — o cabeçalho da última página foi transferido para a terceira.

Em meados do referido ano, desmandou-se a fôlha em catilinárias contra o **Jornal do Recife**, que rompera com a administração estadual e a vinha atacando. Referiu-se (21 de julho) “ao infeto órgão do judeu da ilha de São Miguel”, à “imprensa prostíbulo” e, já a 6 de outubro, classificava o antagonista como “jornal inteiramente desmoralizado, useiro e veseiro em processos infamantes”.

Visado, igualmente, foi o professor Metódio Maranhão,

a quem o articulista chamava “*Mete-Ódio*” e “*Dr. Bicicleta*”, cujos estudos de astronomia eram ridicularizados até em colaboração de J. B. Coutinho.

Ocorreu edição de dez páginas a 19 de outubro, solenizando o terceiro aniversário da gestão do Governador Sérgio Loreto, duas das quais dedicadas ao evento, ilustrada a primeira com clichê de quatro colunas. A mais, somente, longo artigo de Luiz Delgado. Grande messe de anúncios. As edições de 7 e 8 de novembro destinaram bastante espaço ao centenário do **Diário de Pernambuco**, estampando, inclusive, **fac-simile** do primeiro número.

1926 encontrou **A Notícia**, outra vez, inexpressiva, quase sem colaboradores, inserindo transcrições de Carlos Laet e outros. A data do quinto aniversário não mereceu mais que uma edição de 12 páginas, em papel róseo. Continuavam, no entanto, os ataques ao **Jornal do Recife**, matéria já corriqueira. Dava comumente quatro páginas, mais da metade de reclamos comerciais. Artigos raros de Renato Vieira de Melo ou de algum dos redatores. Grande espaço dedicou-se, a 10 e 12 de julho, à visita ao Recife do senador Washington Luís, presidente eleito da República. Reuniu 20 páginas a edição de 18 de outubro, quando da transmissão do Poder Executivo a Estácio Coimbra, novo motivo para uma plethora de publicidade remunerada.

O último número do ano circulou a 18 de dezembro, ficando o diário suspenso, para “reforma nas oficinas”.

Reapareceu, proporcionando oito páginas, no dia 10 de janeiro de 1927, sob nova administração, assim constituída: diretor-presidente — Horácio Saldanha; diretor-secretário — Umberto Carneiro; diretor-gerente — Eugênio Barreto, os dois primeiros pertencentes à tríade de fundadores. “Órgão de informações, livre de compromissos partidários”, prometeu o articulista “redobrado esforço para fazer **d’A Notícia** um diário moderno”, “digno da nossa cultura e crescente progresso”.

Melhorou, novamente, o padrão. Tornou-se mais leve o vespertino, mais variado, de agradável leitura. Criaram-se as seções “*Nos bastidores da política*”; “*Carta de Alfinetes*”, por **Alfinete sem Cabeça**, de pouca duração; “*Letras e Artes*”; “*A Cidade Frívola*”, às segundas-feiras, por **João-da-Rua-Nova** (Austro Costa), que durou poucos meses; comentário avulso, de M.O., e “*A Caricatura do Dia*”. Voltou a colaboração diária de Eduardo de Moraes, suspensa na fase anterior; e o segundo cabeçalho retornou à quarta página. Teve início em

fevereiro a inserção da crônica “Microlândia”, do **Pequeno Polegar** (transcrição d’A Noite, do Rio de Janeiro) e, em março, apareciam bons sonetos, intitulados “Gente de que se fala”, com a assinatura **Pelletier do Brasil**. **Guilherme de Araújo** assumiu a chefia da reportagem. Publicavam-se cupões para sorteio, entre os leitores, do prêmio de 50\$000.

Verificada a saída de **Umberto Carneiro**, o corpo redacional ficou assim constituído: diretor — **Horácio Saldanha**; redator-chefe — **Eugênio Barreto**; redator-secretário — **Luiz Delgado**. O professor **Ageu Magalhães** começou, em abril, a divulgar “Dois dedos de Medicina”, enquanto o dr. **João Alfredo** assumia a responsabilidade do “Consultório Médico”.

A 7 de maio, declarava uma manchete que, pela primeira vez no Brasil, um jornal se imprimia com tinta nacional. É que utilizara produto fabricado, em Pernambuco, pelo professor de química **José Júlio Rodrigues**, em aparelhagem improvisada mediante processo a ser desenvolvido por uma empresa em via de organização.

O centenário da criação dos Cursos Jurídicos no Brasil — 11 de agosto — mereceu boa edição de 24 páginas, à frente o clichê do Visconde de São Leopoldo (ministro que assinou o decreto de 1827) e palavras alusivas de **Andrade Bezerra**, **Edgar Altino**, **Caldas Lins** e outros professôres; histórico da Faculdade de Direito do Recife, nascida em **Olinda**; conto de **Anísio Galvão**, poesia de **Heloisa Chagas** e, ainda, prosa de **Manuel Arão**, **Eduardo de Albuquerque**, **Carlos Rios**, **José Júlio Rodrigues** e **Oton Linch Bezerra de Melo**.

No mês em referência começou **Odilon Vidal de Araújo** a escrever a crônica “De avião”, e **Heloisa Chagas** divulgava “Alguma coisa...”. Cresceu a seção desportiva, adotando clichê-título de quatro colunas, na terceira página. Publicaram-se, em setembro, algumas “Cartas sem sê-lo”, de **Carlos dos Maias**. No mês de outubro estabilizava-se em 30\$000 o preço geral da assinatura anual. E, a 16 de dezembro, **Carlos Rios** era admitido como redator.

Numa edição de 16 páginas, **A Notícia** solenizou, a 16 de março de 1928, o sexto aniversário, cujo editorial alusivo dizia: “O que representa êsse tempo de vida, com tôdas as vicissitudes que no-lo marcaram, com todos os seus espinhos, mas também com tôdas as consolações e os estímulos recebidos — só nós mesmos o podemos saber. Só nós mesmos, na luta quotidiana de dar ao público o jornal prometido em nosso primeiro editorial, há sete anos passados, alcançamos o significado difícil e amável dêsse percurso.

“Dentro dos limites de nossos recursos, que nunca forçamos ultrapassar, temos servido ao povo com desinteresse e lealdade. Colocando a defesa das suas necessidades acima de quaisquer outras considerações, temos conseguido não cair também nos surtos perigosos da demagogia. Assim, norteados por um certo bom senso esclarecedor, temos visto formar-se em tôrno de nós um círculo de amigos que cada dia é maior e a cujo estímulo e a cujo conforto devemos o que somos”.

Precisamente um mês após, dissolvia-se a sociedade anônima, sendo transferidos títulos, haveres e direitos da empresa para a firma comercial Horácio Saldanha & Cia., substituída, a 14 de setembro, pelos irmãos Horácio e Arnaldo Saldanha.

Em meados do ano, o órgão diário tomou feição diferente, divulgando reportagens locais, com títulos vibrantes, mais comentários, mais vida e movimento. E deixou o “battente” o redator-chefe Eugênio Barreto. Compunham, no momento, o corpo redacional, incluindo a revisão: Marques Júnior, Pereira de Assunção, Aimbiré Kanimura de Lima Leal, Tércio Rosado Maia, Moraes de Oliveira, José Sotero de Sousa e Abdias Cabral de Moura. Este último redator permaneceu de 1928 até 8 de outubro de 1930, quando foi fazer jornalismo em Timbaúba.

Com o desenvolvimento dos desportos em geral, entrou a dedicar a essa matéria oito colunas, sob o título “Página de Informações Desportivas”. Ligeira suspensão ocorreu após 31 de dezembro, para reforma e aperfeiçoamento completo de todos os serviços, reencetando-se a publicação no dia 7 de janeiro de 1929, impresso em nova máquina, modelo “Duplex Printing Press”, com capacidade horária de seis mil exemplares de oito páginas, transferidas a redação, escritório e oficina para a rua do Imperador Pedro II n.º 474. O reaparecimento verificou-se com edição de 20 páginas, repleta de artigos de colaboração, reportagens, curiosidades e a indefectível parte de publicidade comercial, bastante alentada. Depois, estabeleceu regime normal de seis páginas.

Luiz Delgado e Carlos Rios assumiram as funções, respectivamente, de redator-chefe e redator-secretário, passando a gerência a ser ocupada por João Saldanha, substituído, este, a 1.º de março, por Odon de Oliveira, que já exercera esse cargo nos primeiros vinte meses da fundação, mas a nova gestão durou menos, terminando no dia 18 de dezembro, quando foi transmitida a Edilásio Caraciolo.

Acentuaram-se os melhoramentos na feição intelectual, lendo-se “As novidades políticas”; “A entrevista do dia”; “Cartas de Lisboa”, por Joaquim Leitão; um conto diário (transcrição); a crônica “De quarta a terça”, por **Terra de Sena** (pseudônimo de Lauro Nunes), do Rio, etc. Em certos dias da semana saíam duas páginas de matéria desportiva. Contou 16 páginas a edição de Natal.

A começar de janeiro de 1930, achando-se a política do país em polvorosa, o vespertino dedicou largo espaço ao noticiário telegráfico e local dos acontecimentos, comentando-os, ao mesmo tempo, imparcialmente, sem partidarismo, mas deixando transparecer tendências a prol da mudança do regime.

Na edição de 17 de março escrevia o articulista: “**A Notícia** encerrou ontem o seu oitavo ano de existência. Inicia hoje uma nova etapa. E neste dia, para nós gratíssimo, ela representa aos seus leitores, tal como desejou desde o aparecimento: com a consciência de ter servido na medida de suas forças o bem comum, os interesses legítimos da população. Para exercer essa atividade que prometíamos desenvolver, no nosso primeiro dia de existência, não eram necessárias luxuosas aparências nem ideologias mais luxuosas ainda. Dentro da modéstia, cabia essa finalidade que requer outras coisas: a firmeza de ânimo, a resistência aos impulsos momentâneos e às paixões violentas, a confiança nas vitórias do bom senso e a certeza dos bons destinos que Deus reserva ao Brasil. Esses sentimentos nós temos procurado fortalecer diariamente. E parece que não tem sido vão o nosso esforço, pois aí está o confortador acolhimento que o povo nos tem dispensado e que tem sido, juntamente com a nossa consciência tranquila, a nossa melhor recompensa”.

A agitação política, em todo o país, não tinha trégua. Os acontecimentos se sucediam, registando-se motins e escaramuças em vários Estados, entre elementos exaltados. No dia 20 de junho, **A Notícia** divulgou um tópico, em que dizia: “A vida política nacional passou a semana a oscilar entre dois boatos. Como fundamento não se pode desejar coisa alguma de mais flutuante e de mais inseguro”.

Após outras considerações, concluiu o comentarista: “Nada pode ser mais precário do que a vida de uma nação a oscilar entre dois boatos. De um lado, a notícia de um acôrdo entre as forças políticas que disputaram a Presidência; de outro lado, a notícia de revoluções que se preparam

e vão estourar com dia e hora marcados... E o grave pensamento político do país, vencendo uma etapa de sua marcha civilizadora, fica a mover-se e trabalhar no círculo que lhe desenham êsses dois boatos, contente de si mesmo e de seus destinos”.

As edições de 27 de julho e seguintes dedicaram grande espaço ao assassinio do presidente João Pessoa, ocorrido no Recife, fato que foi considerado o estopim da Revolução de outubro. Esta encontrou o vespertino em seu pôsto, repleto de manchetes e títulos sensacionais.

A 2 de janeiro de 1931, saudando o Ano Nôvo, em artigo ao lado de uma alegoria alusiva, de Vilares, em cinco colunas, com a legenda: “Felicidades ao Brasil”, arrematava o comentarista: “Acalmados os ódios que separaram os homens; restaurada a majestade da lei que assegura aos cidadãos o livre exercício de seus direitos, reunidos os brasileiros sob a bandeira vitoriosa de uma pátria nova, oxalá posamos, nesse 1931, ontem nascido, realizar a suprema aspiração: Brasil, terra de opulência e da liberdade!”

Antes admitido como redator, Silvino Lopes começou o ano escrevendo a seção “Dia sim, dia não”, que aliás pouco durou, usando as iniciais S. L.. Vieram os “Assuntos em desfile”.

Foi suspensa a publicação, mais uma vez, a 24 de fevereiro, reaparecendo a 2 de março, tendo no cabeçalho, apenas, os nomes de Horácio Saldanha — diretor, e Alexandre Kruse — gerente. Iniciava-se “uma fase nova de vida, alterando o aspecto e as possibilidades intelectuais e materiais”.

“Só não se altera aqui — acentuou o articulista — o sentido moral de nosso esforço, o reto e claro dever de contribuir, junto a governantes e governados, para o aumento da tranquilidade e do progresso comuns”. Mais adiante: “Nas condições gerais do Brasil, é dever patriótico lembrar isso, lembrar os deveres que a cada qual incumbem junto aos direitos que lhe pertencem. Hoje, mais do que nunca, seria um crime fecundo em erros o governismo incondicional e o demagogismo desbragado. Diante do govêrno, nem louvar demais nem reclamar além das justas proporções; diante do povo, nem a instigação nem a indiferença. Eis a tarefa d’A Notícia, velha tarefa de patriotismo e ponderação que ela não inicia, mas, apenas, reafirma e renova”.

Passou de vespertino a matutino, e adotou oito páginas diárias, vendido a 200 réis o exemplar. Nova tabela de assinaturas: ano — 48\$000; semestre — 25\$000; para o exte-

rior — 78\$000 e 42\$000, respectivamente. O cabeçalho foi substituído por melhor clichê. Seções anteriores foram extintas. Escreviam-se longos editoriais em tipo corpo 12 negro, e Carlos Rios abriu a seção “Todo dia”, na primeira coluna da última página, emitindo opinião sobre os mais diversos assuntos, inclusive de natureza política. Boa matéria noticiosa; correspondência do Rio de Janeiro e, às quartas-feiras, a “Vida Portuguesa”.

Edições domingueiras de 12 páginas, em dois cadernos, tornaram-se comuns, incluindo a “Vida Literária”, na qual apareciam trabalhos, em prosa e verso, de Fernando Pio dos Santos, Agripino da Silva, Otacílio Alecrim, Stênio de Sá e outros. Vidal de Araújo recomeçou, em maio, sua colaboração, desde algum tempo suspensa, e foram iniciadas “A nota estrangeira” e “A nota brasileira”, enquanto E. B. criava “Dulcamara”, de notícias ligeiras. Limeira Tejo iniciou a série de reportagens “Cariri Velho”, a que outras se seguiram, inclusive “Os caminhos do Sul”, fruto de viagens por êle efetuadas. Enquanto isto, reduzia-se a seção desportiva.

Em maio e junho, Mário Melo travou polêmica sobre princípios de heráldica, pelas colunas d’A *Notícia*, com Zeferrino Lima e outros, a propósito da confecção do escudo do Recife. E o matutino foi absolvido, pela Justiça, da denúncia que lhe movera a Bôlsa Mercantil Popular, por “crime de injúrias impressas”.

Ainda em junho, iniciava-se a crônica diária “Ver, Ouvir e Contar”, não assinada, mas redigida por Silvino Lopes, que abordava temas gerais, muitas vezes literários. Mauro Mota escrevia crônicas esparsas, precedendo o noticiário social, onde aparecia, igualmente, entre outros, **D. Jaime**, o autor da seção de versos satíricos “Faiscas”. Mais colaboradores: Mário Sete, Gomes Maranhão, Célio Meira, Fausto Rabelo, Álvaro Lins e L. do N., enquanto o escritor Luiz Delgado estabelecia polêmica, sobre o Estado Leigo, com Nehemias Gueiros.

A 26 de junho deixava Alexandre Kruse de ser o gerente, cargo só preenchido a 9 de setembro, por J. Campos. Vinha-se publicando o folhetim “Os grilhões do Kaiser”, autoria de Teodoro Plivier. De quando em quando ocorriam sonetos de **J. dos Milagres**, sob o título único “Do Forte”. Ainda surgiu a seção “Dentro da vida”, de saborosas crônicas, atribuída a Silvino Lopes. Em novembro, causou sensação a série de reportagens “O homem-bicho”, em tórno

de um louco da Várzea, a qual, depois, foi publicada em fascículos.

Embora nunca houvesse entrado em luta contra a Igreja Católica, a direção d'**A Notícia** firmara um pacto de bem-viver "com a autoridade eclesiástica", do que, todavia, não dera conhecimento aos leitores (4).

Terminado o folhetim anterior, teve início outro, a 6 de janeiro de 1932, intitulado "Os paladinos de Irmar", sem mencionar autor. Não chegou a ser concluído.

No dia 24 inseria o decreto do govêrno estadual que regulou o caso das tabelas para fornecimento de cana, motivo de longo dissídio entre plantadores e usineiros e do qual se vinham ocupando, em artigos, José Marcionilo Lins, Novais Filho, Oscar Carneiro e outros agricultores, inclusive, igualmente, através de entrevistas. Regulada a questão, **A Notícia** ainda promoveu uma enquete sôbre o aspecto jurídico, pôsto em dúvida, da decretação das tabelas, inserindo respostas dos advogados Carlos Rios, José Julião Neto, Antônio Pereira de Sousa, Agamenon Magalhães e Osvaldo Machado. Ainda uma vez vagou, a 4 de fevereiro, o cargo de gerente. Foi ocupado, nos últimos dias, por E. C.

Motivos supervenientes levaram o bem feito matutino a sustar, definitivamente, sua circulação, o que ocorreu a 21 de fevereiro de 1932.

Além do diretor e do secretário Carlos Rios (5), o corpo redacional estava assim constituído: Marques Júnior, Guilherme de Araújo, Célio Meira (autor do rodapé "Bazar de

(4) O semanário católico **A Tribuna** publicou, na sua edição de 11 de outubro de 1931, uma carta do Vigário Geral, Monsenhor Ambrosino Leite, dirigida aos párocos da Arquidiocese, segundo a qual a "diretoria" d'**A Notícia** firmara um "pacto verbal com a autoridade eclesiástica", comprometendo-se ao seguinte: "a) **A Notícia** jamais publicará artigos contrários ao dogma e à moral da Igreja; b) acatará a hierarquia eclesiástica, nada publicando que pareça menos deferente às pessoas revestidas de caráter sacerdotal, ressalvando o que se refira ao noticiário comum, em termos respeitosos; c) não publicará defesa nem propaganda de outros credos religiosos, limitando-se ao noticiário de informações; d) defenderá os princípios doutrinários e as campanhas sociais da Igreja Católica ou fará silêncio sôbre elas quando assim o exijam as convicções do seu diretor, nunca porém combatendo-a.

"Da nossa parte — acrescentava — comprometemo-nos a dar-lhe todo nosso apoio moral e a fornecer-lhe, antes que a qualquer outro diário, os elementos de esclarecimento e informação eclesiástica, bem como encíclicas, pastorais, etc."

(5) Dois livros de crônicas extraídas d'**A Notícia** foram editados no Recife: "Bric-a-brac", de Carlos Rios, e "Política é isso mesmo...", de Silvino Lopes.

Turco”), Jaime de Santiago, A. S., Luís de Barros, Hibernon Borba e Ivo Augusto, os dois últimos da seção desportiva. Entre os revisores contava-se Coraci Leal (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

A RUA — Vespertino Independente — Saiu a lume no dia 27 de julho de 1922, com quatro páginas, formato grande, a seis colunas de 12 cíceros. Diretor — Osvaldo Machado; redatores — Bezerra Leite, Caitano Galhardo, José Manuel do Rêgo Barros, Adalberto Mações e Elpidio Branco; repórteres e noticiaristas — João Pugliesi, Oscar de Siqueira Melo, Jorge Gonzaga de Oliveira Barros, Aníbal da Cruz Ribeiro e Joaquim Carvalho. Redação e oficina à rua 15 de Novembro (atual do Imperador) n.º 290. Tabela de assinaturas: ano — 28\$000; semestre — 15\$000; trimestre — 10\$000; para o interior — 30\$000, 17\$000 e 15\$000, respectivamente. Número avulso — 100 réis.

Lia-se no editorial de apresentação: “Por que aparece **A Rua**? Fatalidade dos acontecimentos, imposições que não se podem explicar. Todos sabemos o que fazemos, mas não realizamos o que desejamos.

“Há um determinismo invencível nas humanas ações. O nosso programa? Para que fazê-lo, se uma fôlha não é um recital previamente preparado, o que não impede ser modificado por motivos diversos e inesperados, entre os quais a moléstia e a morte?!

“Não temos ódios pessoais, nem paixões partidárias. Olhamos tudo superiormente, sem que nos surpreendam os heroísmos, nem nos alarmem as infâmias. Conhecemos a humanidade e sabemos como neste país as acomodações e transigências têm foros de cidade!! **A Rua** é a rua, o salão do povo, da “canalha sagrada”, que morre em nome de uma idéia, enquanto os grandes jogam tendo em vista sempre o ganho. **A Rua** quer ser o regime da lei, a felicidade de Pernambuco. É alguma coisa”.

Ao lado das palavras de abertura, via-se um clichê (duas colunas) de Osvaldo Machado, cujo aniversário natalício transcorria na mesma data, assim concluída a respectiva legenda: “Está sempre de pé e de pé morrerá. **A Rua** tem orgulho de possuir semelhante diretor”. Noutra coluna, o artigo encomiástico “Um lutador”, de Caitano Galhardo.

Esclarecimento à parte: “**A Rua** declara aos seus assinantes e anunciantes que mantém todos os compromissos

tomados pelo jornal **A Noite**, que antigamente saía de suas oficinas”.

Tendo surgido numa época de transição política, não tomou partido, dizendo, a propósito, na edição de 2 de agosto: “O momento não é de lutas e antes a paz dos pântanos domina esta terra e assim não cabe a qualquer de nós perturbá-la, salvo se do alto, da vontade popular, vier a chuva bendita capaz de sanear o mulador político em que nos achamos. Hoje apenas estamos de alcatéia para denunciar os erros do governador e elogiar os seus acertos, sem outra preocupação, salvo a de defender os interesses da coletividade”.

“**A Rua**, saibam todos, não tem política, embora os seus redatores a possam ter, de acôrdo com as suas simpatias e inclinações. Agora, porém, nenhum de nós sente o fogo sagrado que nos animava nas pugnas passadas, quando muitas vêzes era preciso arriscar a vida.

“Estamos certos de que, no instante próprio, a igualdade de pensar e sentir, a coragem cívica animando cada um de nós, a firmeza de caráter que a todos distingue, tôdas estas qualidades juntas farão com que, unidos, firmes e valentes, tomemos a atitude de combate, quando os clarins da guerra, dando o sinal de reunir, chamarem a postos os homens de coragem, os homens que sabem que a vida sòmente é digna quando se pode ser útil à Pátria e à Família”.

Seguiu-se a publicação, inserindo editorial de duas colunas; rodapé intitulado “Contos e Crônicas” (transcritos), a começar com **Felício Terra** (pseudônimo do conselheiro Nuno de Andrade); a seção de sátiras em versos “Faiscas”, por **Til**, como se ocultava Osvaldo Aníbal de Almeida; “Galeria Infantil”; “**A Rua Chic**”; “Pessoas & Coisas”, comentário de B. L.; “Crônica Elegante”, por **Louise de Marilac**; “Pensamentos Femininos”; crônicas de **Malebranches**; outras, raras, de **Cláudia de Lara** (travesti de Fredovina de Sá Pereira); caricaturas e **charges**, ora assinados por **Felix**, ora por **Milk**, ou **Wald** (Valdemar Costa), ou **Ag** (Armando Gama) ou **Flagson** (Bandeira Filho), e “**A Rua... da Amargura**”, em versos humorísticos de boa marca, autoria de **Gavroche** (pseudônimo de Velho Sobrinho). “Da Itália” foi o título de uma série de crônicas enviadas por José Fasanaro.

A 14 de agosto, lia-se, em editorial, que o acôrdo político para o lançamento do nome do juiz Sérgio Loreto ao governo de Pernambuco, na qualidade de **tercius**, resultara numa pilhéria. Aludiu ao malbaratamento dos dinheiros públicos

e a violências policiais ocorridas no interior. Continuou, noutras edições, a criticar o acôrdo que visava à paz da família pernambucana, denunciando, inclusive, que as eleições municipais decorreram “sob pressão da carabina policial e do trabuco do capanga”. Depois surgiram críticas ao prefeito Antônio de Gois, por pretender consertar as finanças do município aumentando os impostos.

Nasceu em novembro a seção “Pizzicatos”, de crônicas, a cargo de Carmencita Ramos, divulgada às segundas-feiras. “**A Rua Artística**” era redigida por J. Pugliesi, enquanto **Tasso Guanabara** fazia “Olinda no verão”. Havia um sorteio de terrenos entre os leitores e criou-se concurso de beleza para Olinda. De uma edição de 12 páginas, a 30 de dezembro, 10 encheram-se, exclusivamente, de reclamos comerciais. Devido ao limitado espaço reservado à parte intelectual, eram raros os artigos de colaboração, especialmente de Bandeira Filho, Eustáquio Pereira (Faneca) e Élfego Jorge de Sousa.

Desde 1 de setembro, deixara o corpo redacional Adalberto Mações, sendo substituído por Luís Potiguar Fernandes, que, por sua vez, só permaneceu até 20 de abril de 1923. Foi o início duma evasão de redatores. Caitano Galhardo saiu a 16 de maio. Nove dias após, despedia-se Bezerra Leite, por divergência de orientação; e Elpídio Branco largava o “batente” a 27 de junho. O quadro de redatores principais ficou assim transformado, a partir de 4 de julho: José Manuel do Rêgo Barros, Renato de Alencar e João Pugliesi; mas êste último, que vinha da fundação, despediu-se oito dias depois. Guilherme Matos era correspondente telegráfico no Rio de Janeiro.

Ainda março do ano em referência, achava-se **A Rua** em campanha contra a administração das Docas do Pôrto, em face dos “furtos e desonestidades outras” verificadas naquele “seio de sinecuristas”. Em consequência, elementos interessados no escândalo rasgaram, no dia 15, um cartaz do vespertino, apôsto na esquina da Lafaiete, o que levou o chefe de polícia a, no dia imediato, proibir a afixação de cartazes em outro local que não as redações, alegando “a necessidade de evitar a perturbação da ordem pública”.

Escreveu a redação, no dia 21: “**A Rua**, na questão das Docas, não só mantém tudo quanto tem dito, como ainda acusa, franca e positivamente, o sr. coronel Taumaturgo de Farias, pelo descalabro que ali vai, sustentando que os rou-

bos não podem ser levados a efeito sem conivência de empregados”.

Entretanto, logo abaixo, outra nota elogiava o administrador das Docas, por haver demitido 13 guardas responsáveis. Na mesma edição, a crônica “Pessoas & Coisas”, de Bezerra Leite, ressaltava as qualidades pessoais do coronel. E assim terminou a ofensiva.

Durante os meses de maio e junho, **A Rua** empreendeu campanha contra o Orçamento estadual, mostrando seus inconvenientes e defeitos. Considerava-o “o mais terrível meio de perseguir o povo, condenando-o a morrer de fome”.

“No gancho” era uma seção constituída de duas quadrinhas satíricas, a cargo de **Taborda**. Depois apareceu “A carvão e a giz”, de **Zacheu**, ao passo que **Tasso Guanabara** fornecia a crônica “À margem dos fatos”. **Oswaldo Machado** divulgou algumas “Cartas sem sê-lo” e numerosos “Pontos de História Universal”. **Renato de Alencar** adotou “Contos de Vigário”.

João Barreto de Meneses começou, em julho — ainda 1923 — a produzir candentes artigos políticos. Sendo-lhe criticada por **Proença**, n’**A Notícia**, a sua “gaiatice e hilariante atitude contra o borbismo”, replicou êle, no dia 26, que não se bateria com anônimos; que se descobrisse o seu acusador; viesse de frente, pois aceitaria a luta até com a redação inteira. Ficou nisso.

Nova edição especial, de dez páginas, sendo oito repletas de anúncios, foi dada por ocasião da data do primeiro aniversário d’**A Rua**, a 27 de julho, em cujo editorial se lia, entre outros tópicos: “Se temos tido frases candentes contra atos do governo atual, se nos batemos com bravura contra a taxaçaõ da comida do povo, se nos insurgimos contra o predomínio do afilhadismo, também é certo que vários atos do poder tiveram os nossos elogios, como ainda têm hoje os que merecerem, justamente porque, nascendo livres, livres queremos morrer.

“Os nossos pulsos se não subordinam às algemas e a nossa pena se não coaduna com o “suicismo” tão em voga no momento atual, momento de organização política do Estado, momento em que os “espia-maré” procuram tirar do fato tôdas as vantagens, ficando com o vencedor, ou antes, com o detentor do bolo orçamentário”.

“Onde houver uma injustiça a combater, uma infâmia a vergastar, uma violência a ferrotear, a nossa pena, verdadeira clava de combate, fará o seu dever, da mesma forma

que se não excusará de dar aplausos aos atos bons dos governantes, aos atos que os recomendam à estima, respeito e epinícios de seus concidadãos”.

Ao lado direito do título, que passou a ser colocado à esquerda, vinha o seguinte, num quadro em tipo 14 negrito: “Quando um jornal, comemorando o seu primeiro aniversário, lança uma vista retrospectiva sôbre o seu passado e pode afirmar que sempre e sempre honrou o seu programa, olha altivo a cainçalha que de longe ladra, temendo um pontapé vingador”.

Coincidindo a data com o aniversário natalício do diretor Osvaldo Machado, êste foi saudado através de artigos de João Barreto de Meneses e **Tasso Guanabara** e da seção de perfis-paródias “A Carvão e a Giz”, assinada por **Zacheu**. Iniciava-se a 31 de julho uma série de editoriais intitulados “A Lavoura e a Great Western”. Dois antigos redatores voltaram às suas funções: em agosto, João Pugliesi; no mês seguinte, Elpídio Branco.

Expressiva manchete foi inserta no quadro ao lado do título, na edição de 21 de setembro. Dizia: “Enquanto o povo morre de fome pelo encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, os deputados e senadores federais sustentam discussões bizantinas e assim preparam terreno para novas prorrogações, sangrando, “patrioticamente”, os depauperados cofres públicos”.

Criaram-se novas seções, inclusive “Letras e Tretas”, de Renato de Alencar, e “No ôlho d’A Rua” (versos humorísticos), de **Visconde**. “Pizzicatos” passou a ter a assinatura de **Hélio**. Publicaram-se perfis das professorandas do Colégio Pritaneu e epitáfios dos bacharelados de 1923, êstes de autoria de **Juvenal S. Felix**.

A partir de 12 de outubro ocorreu ligeira modificação, com a troca da matéria da segunda para a quarta página. **Gavroche**, por acaso ausente, voltou com as sátiras de “A Rua da Amargura”. Justiniano de Godoi iniciou, em novembro, a série de comentários sob o título “Pela Política”, criando-se, no outro mês, a seção “Na Lafaiete dizia-se...”, a cargo de **José do Caldeireiro**. Outros colaboradores: Arlindo de Figueiredo, Asdrubal Vilarim e Ferreira dos Santos, que escrevia “Pela Odontologia”.

Ainda surgiram (fevereiro de 1924) as seções “Pingos de Vela”, crônica de Nestor de Sousa, e “A Rua... da Alegria”, versos de **Garoto**, ou seja, Oscar Brandão.

Osvaldo Machado, com a saúde abalada, precisando de

repouso que lhe tonificasse “os músculos de lutador e a alma de democrata”, deixou, a 4 de abril de 1924, as funções que exercia, cumulativamente, de diretor e redator-chefe. Transferiu-se a propriedade da empresa a Rodolfo Araújo, Fábio de Barros e Souto Filho, cabendo ao último a direção. Na gerência, José M. do Rêgo Barros. Declarava uma nota: “Não sofre, por isso, este jornal solução de continuidade em seu programa de órgão de livre opinião, vigilante no bem público e nas legítimas aspirações da comunhão pernambucana”.

Além da permanência de Elpídio Branco liderando o corpo redacional, contava com o “valioso concurso do comandante Velho Sobrinho, João Barreto de Meneses, Maviael do Prado, João Pugliesi, Clínio Mairink, Cícero Brasileiro de Melo e Raul Machado”. Voltou para a segunda página a matéria da última, ficando esta e a terceira sempre repletas de anúncios. Outro redator admitido foi Oscar Brandão.

Nos dias 1 e 2 de julho de 1924, **A Rua** dedicou sua primeira página ao centenário da Confederação do Equador, publicando, inclusive, a letra do hino comemorativo, autoria de Maviael do Prado. Nêsse mês, a 27, falecia Rodolfo de Albuquerque Araújo, um dos proprietários do vespertino.

Publicava-se, em dias indeterminados, um rodapé literário, intitulado “Academia Pernambucana de Letras”, com a colaboração de Laiete Lemos, Armando Gaioso, João Barreto de Meneses, Costa Rêgo Júnior, Oscar Brandão e outros acadêmicos. Suprimidas as seções costumeiras, foram criadas “**A Rua** . . . do riso”, em versos de Pangloss (Oscar Brandão) e “Perfis políticos”, de B. O., também em versos. Continuavam “**A Rua** chic” e “Galeria Infantil”, com clichês, respectivamente, de moças e crianças.

A 23 de setembro deixava a gerência José Manuel do Rêgo Barros. Ausentando-se da cidade o deputado Souto Filho, assumiu a direção, a 10 de dezembro, Fábio de Barros, que admitiu Júlio da Santa Cruz Oliveira como redator-chefe.

Nova alteração verificou-se em janeiro de 1925. Suspensa a circulação no dia 15, para reparos, reapareceu **A Rua** a 27, sob a direção de Silviano de Rangel Moreira, tendo como redatores principais João Barreto de Meneses e Oscar Brandão, permanecendo como proprietários Souto Filho e Fábio de Barros, juntamente com o nôvo diretor.

No editorial do primeiro número dessa fase, adiantou o articulista: “O jornal é o termômetro da moral de um povo,

que se integraliza na ordem de viver e na liberdade de pensar, buscando sua força na própria força jurídica das leis. Na confusão dos ruidos diários da vida humana, o jornal é o clarim de nota vibrante, acordando governantes e governados ao cumprimento sagrado dos seus deveres”.

“Na contemplação diária dos fatos de interesse coletivo, seremos inflexíveis e sinceros, aplaudindo os bons e profligando os maus atos, com a serenidade de uma consciência segura de seu dever”.

“O nosso programa tem como ponto de fé a verdade, que é, ao nosso ver, a melhor benemerência do Amanhã.

Foi intensificada a parte telegráfica e criou-se o título “Ecos”, de comentários redacionais, na primeira coluna da quarta página, que voltou a ser alimentada de matéria.

“**A Rua . . . do chôro**” — versinhos de **Cabotino** — iniciada em janeiro, já em março era substituída pelos perfis de **Gilvan**, sob o título “No mundo político”. No dia 3 do mês referido apareceu, no cabeçalho, o nome de Flávio Marciano feito gerente, mas dois dias após era substituído por Nelson Paixão. Os rodapés literários estavam reduzidos a dois autores: João Barreto e Oscar Brandão.

Outra mudança verificou-se, a 22 de abril de 1925, na parte administrativa, passando a fôlha à direção e propriedade exclusiva de Sousa Filho e Silviano de R. Moreira. Entretanto, “a sua orientação não se modifica; continua a ser o mesmo órgão de livre opinião de sempre, intransigente e forte na defesa dos direitos e aspirações populares de nossa terra”. “Entra aqui — concluiu — um sangue nôvo para animar os combatentes pela liberdade”.

Com o “sangue nôvo” que recebera, **A Rua** tomou, realmente, melhor rumo, divulgando artigos e reportagens de sensação. Inicialmente, **Pedro Paulo** escrevia “Cartas sem resposta”, dirigidas a elementos políticos, o que provocou grande ruído. A do dia 27 de abril, ao deputado estadual Carlos de Lima Cavalcanti, mereceu dêste um discurso tremendo contra o redator Oscar Brandão, que todavia, nada tinha com as “Cartas”. A direção assumiu a responsabilidade da publicação, para o que desse e viesse. Só depois de algum tempo descobriu-se o autor: era Silviano de Rangel Moreira.

Desde o rompimento do acôrdo político que levou o juiz Sérgio Loreto ao poder, vinha **A Rua** criticando as atitudes do senador Manuel Borba, o que continuou, sempre, em crescente diapasão.

O gerente foi substituído, a 1 de junho, por Elpídio Branco. Entre 16 de junho e 26 de julho, divulgou-se, em folhetim, o capítulo “A intervenção em Pernambuco”, do livro “Pela Verdade”, de Epiácio Pessoa.

A data do terceiro aniversário d’**A Rua** — 27 de julho de 1925 — só mereceu modesta edição de seis páginas, reafirmando o editorialista continuar sem partidarismo, mas agitando os problemas de alcance político, “exaltando os atos que valem e profligando os atos que amargam, ao lado dos homens que timbram pelo soerguimento material e político de sua terra”.

Entre os novos redatores contavam-se Monte Sobrinho e Felix Sobrinho, êste encarregado do noticiário. No mês de agosto iniciava-se forte campanha contra a Pernambuco Tramways. Ocorreram depois: “O Verão em Olinda”, constante de crônicas sociais de **Tasso Guanabara** e **Franco Leal** (quase pseudônimo de Francisco Floro de Albuquerque Leal), também atuante no setor da reportagem de polícia, e um concurso para apurar qual a jovem mais simples e mais elegante da estação balneária, que findou elegendo Maria Antonieta de Freitas Dowsley. Outros concursos foram empreendidos, inclusive carnavalescos e comerciais.

Começou em janeiro de 1926 a colaboração do engenheiro Eduardo de Moraes, especializado em assuntos técnicos. Terminadas as seções de versos satíricos, vieram as “Indiscrições Políticas”. Acabado o estoque de papel, devido “ao aumento das tiragens”, viu-se o jornal impresso em formato menor, de cinco colunas, no decorrer de 29 de janeiro a 10 de junho e, após um período normal, de 18 de agosto a 7 de outubro, sem mais alterações.

Nem sempre bem impressa, **A Rua** atravessou uma época de decadência, inclusive intelectual, salvantes as produções do redator João Barreto, os versos humorísticos intitulados “Bandarilhas”, de **Aristófanés** (outro pseudônimo de Oscar Brandão), e as crônicas de **Mendes Fradique**.

O já então redator-secretário João Felix Sobrinho encontrava-se seriamente doente, tanto que embarcou, a 25 de julho, rumo à cidade de Gravatá, a fim de gozar a amenidade do clima, dali regressando a 11 de outubro, ocasião em que substituiu Nestor de Sousa, que figurava como redator-chefe. Entrou como gerente, em agosto, Álvaro da Silva Ferreira, mas foi “desligado” das funções no mês seguinte, cedendo o lugar a Emídio Pereira.

Veio a melhorar a feição gráfica nos últimos dias de

dezembro, uma vez empregada tipagem nova e substituído o clichê do título por outro de mais efeito. Sousa Filho deu início a uma série de artigos diários, de crítica a recente livro de Manuel Borba, a respeito da política pernambucana, ao passo que retornava **Pangloss** ao humorismo de "**A Rua... do Riso**". Nôvo colaborador foi o médico Geraldo de Andrade.

Verificou-se outra modificação na parte administrativa, quando, a 22 de março de 1927, Maviael do Prado adquiriu a empresa, por arrendamento. Suspenso nessa ocasião, voltou o vespertino a circular quatro dias após, escrevendo o editorialista: "Não faz parte dos nossos moldes a defesa de interesses sórdidos, nem desceremos jamais à vilania de ataques desmedidos". Assegurou: "**A Rua** será, como sempre, sem quebra de sua norma de conduta, um jornal do povo".

Em artigo de despedida, o diretor Sousa Filho — que permaneceu no cabeçalho, na sua qualidade de proprietário — declarou não esquecer os esforços de Genésio Vilela e João Barreto de Meneses, já afastados da redação, "nem de Geraldo de Andrade, Oscar Brandão, José Manuel do Rêgo Barros, Felix Sobrinho, Oscar Siqueira, Manuel Cavalcanti, Clóvis Maranhão e outros que ainda aqui estão".

Assumindo a gerência, Alcides Caneca aumentou, de imediato, o preço das assinaturas, assim estabelecido: ano — 36\$000; semestre — 20\$000; trimestre — 10\$000. Cícero Brasileiro de Melo foi admitido, a 14 de maio, como redator-secretário. Outros redatores: José Eustáquio da Silva, Armando Goulart Wucherer e Hercílio Celso. Na sub-gerência, Raul de Oliveira.

Nêsse ano foi condignamente solenizada a data — 27 de julho — do aniversário da fôlha, que saiu com vinte páginas, ilustradas, apresentando trabalhos assinados por Osvaldo Machado, Goulart de Andrade, Olímpio Bonald (sonetos), Leduar de Assis Rocha, Altamiro Cunha e outros. O editorial comemorativo falava de "palpitantes campanhas em prol do bem público", levadas a efeito em tôdas as fases do vespertino, assim concluindo: "Seguimos para a frente, sonhando a mesma ilusão dourada e alimentando as mesmas esperanças nunca perdidas ou mortas".

Voltou em agosto "**A Rua da Amargura**", de **Gavroche**, criando-se ao mesmo tempo a seção "**Três por dia**", assinada por **Brochura**. Tendo-se ausentado de Pernambuco, Cícero Brasileiro deixou, a 14 de setembro, a função de redator-secretário.

Para reformas, o jornal foi suspenso a 19 do referido

mês, mas retornou quatro dias após, apresentando nôvo cli-chê de título, vasto serviço telegráfico e, afora a matéria comum, o folhetim “Vida e ação de Santa Dica”, de Vicente de Medeiros. Circulava às 17 horas, praxe que só vigorou até 14 de janeiro do ano subsequente. Ainda em 1927, a 18 de novembro, apareceu, junto a Maviael do Prado, um segundo diretor: Rafael Xavier.

Atingido 1928, a edição de 6 de janeiro, de 16 páginas, homenageou a Rainha das Praias: Neusa Pinto. Continuavam as críticas à atuação política do **Jornal do Recife**, com o qual muitas vezes **A Rua** polemizara.

Tendo fracassado a mais recente fase de reformas, voltaram o marasmo e o desinterêsse à vida do vespertino, que se enchia de anúncios, reduzindo-se as tiragens sensivelmente.

Rafael Xavier afastou-se da direção a 19 de abril. Logo mais, no dia 7 de maio de 1928, por “necessidade de urgentes reparos na máquina de impressão” e de “completa reforma do seu material tipográfico”, **A Rua** deixava de “circular durante alguns dias”, até que êsses serviços pudessem “ser executados convenientemente”.

Foi, no entanto, o “canto do cisne” (**Bib. Púb. Est. (+) e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

1924

DIARIO DO ESTADO (1) — Matutino editado pela Repartição de Publicações Officiais do Estado de Pernambuco, foi criado em virtude da lei n.º 1626, de 29 de março de

(*) A coleção da Biblioteca Pública do Estado acha-se desfalcada dos quatro primeiros números do ano 1.º.

(1) **A Aurora Pernambucana**, primeiro jornal que circulou no Estado (27 de março a 10 de setembro de 1821), foi também o primeiro órgão oficial. Seguiram-se, com idêntica missão, **O Segarrega** (8 de dezembro de 1821 a 27 de outubro de 1823); o **Relator Verdadeiro** (13 de dezembro de 1821 a 25 de maio de 1822); a **Gazeta Extraordinária do Governo**, cujo primeiro número circulou a 22 de junho de 1822, contendo “exclusivamente peças oficiais”, e o terceiro a 3 de agosto; a **Gazeta do Governo Temporário**, com dois únicos números, divulgados a 21 e a 26 de setembro de 1822 e a **Gazeta do Governo Provisório**, igualmente com duas edições, em outubro do mesmo ano.

Com maior duração, surgiu, em 1823, o **Diário da Junta do Governo**, que circulou a partir de 8 de fevereiro, continuando, a 18 de junho, com o título alterado para **Diário da Junta do Governo de Pernambuco**, mudando, ainda, em dezembro, para **Diário do Governo de Pernambuco**, em

1924, do Governador Sérgio Loreto, tendo começado a circular a 1 de junho do mesmo ano (2).

Formato grande, em oito colunas, agradável aspecto material e impressão nítida, saiu a primeira edição com oito páginas e duas tiragens: a primeira, pela manhã, em papel provisório, e a segunda, em papel definitivo, depois das 11 horas, quando desembarcou o carregamento marítimo da encomenda feita. O corpo redacional estava constituído dos seguintes nomes: Sérgio Loreto Filho — redator-chefe; Eládio dos Santos Ramos — secretário; José Eustáquio da Silva e Artur Tavares de Moura — redatores auxiliares; Leovigildo Samuel da Silva Costa Júnior, Nabor Bezerra Cavalcanti, Joaquim da Rocha Pereira Júnior, João Cabral de Melo Filho, Eurico de Siqueira Cavalcanti, Alvaro Nestor de Albuquerque Melo, Enéas Alves e Antônio de Sá Leal — noticiaristas; Solon de Albuquerque Montenegro e Alvaro da Costa Lins — repórteres; Geraldo de Andrade, correspondente no Rio de Janeiro; Augusto dos Santos Ramos, José Mário da Cunha, Francisco de Matos Pinto, Arlindo José de Melo

março de 1824 para, simplesmente, **Diário do Governo**, em agosto para **Registo Oficial do Governo de Pernambuco** e, em outubro, novamente, para **Diário do Governo de Pernambuco**, cuja publicação se estendeu até junho de 1825, circulando ora uma, ora duas vezes por semana ou em dias indeterminados.

Algum tempo transcorreu até que se publicou, de 22 de dezembro de 1829 a 11 de março de 1830, o **Diário do Conselho Geral da Província de Pernambuco**.

Depois de outro interregno, surgiu, a 15 de abril de 1833, o **Diário do Governo**, que logo a 1º de maio passou a denominar-se **Diário da Administração Pública de Pernambuco**, circulando desta vez diariamente (os anteriores diários não o eram na realidade), até 30 de abril de 1835 quando se fundiu com o **Diário de Pernambuco**. Este assumiu a publicação dos atos oficiais, sucedendo-se em contratos com cada govêrno provincial até o mês de maio de 1845.

Seguiram-se: junho de 1845 a abril de 1848 — **Diário Novo**.

Maio de 1848 a junho de 1863 — **Diário de Pernambuco**.

Julho de 1863 a março de 1864 — **Jornal do Recife**.

Abril de 1864 a 19 de março de 1890 — **Diário de Pernambuco**.

20 de março a 10 de agosto de 1890 — **Jornal do Recife**.

11 de agosto de 1890 até 1911 — **Diário de Pernambuco**.

1912 — **Jornal do Recife**.

1913 — **O Tempo**.

Janeiro a abril de 1914 — **A Republica**.

Maio a dezembro de 1914 — **O Tempo**.

1915 — **Jornal do Recife**.

Janeiro de 1916 a agosto de 1920 — **Imprensa Oficial**.

Setembro de 1920 a maio de 1924 — **Jornal do Commercio**.

(2) No mês seguinte, a Repartição de Publicações Oficiais editava a **Revista de Pernambuco**, aproveitando o mesmo corpo redacional do **Diário do Estado**, destinada à divulgação ilustrada das realizações do govêrno de Sérgio Loreto (ver vol. VIII: "Periódicos do Recife")

Figueiredo, Amaro Pereira Cavalcanti e Aires Palmeira (pseudônimo efetivo de José Augusto de Sousa) — revisores. Era diretor-gerente Carlos Rios, ao mesmo tempo diretor da repartição editôra.

Apresentou-se o jornal com o sucinto artigo que aqui se transcreve:

“O **Diario do Estado**, apesar de órgão oficial, não será, contudo, um simples repositório de expedientes meramente burocráticos, como o são, em regra, as imprensas oficiais. Publicará, também, além dos atos de origem puramente oficial, artigos, notas e informações que possam interessar ao público em geral.

“Na vida dos povos civilizados a imprensa tem atualmente um dos lugares de maior relêvo e nenhum govêrno, sobretudo nos regimes democráticos, poderá dispensar, hoje, os seus serviços. A publicidade pela imprensa constitui, assim, um verdadeiro serviço de ordem pública. A orientação e as tendências de cada jornal, porém, refletirão naturalmente a orientação, tendências e aspirações, talvez justas, talvez injustas, legítimas ou ilegítimas, dos seus proprietários ou diretores.

“Isto explica, suficientemente, a necessidade de possuir o Estado um órgão de sua exclusiva propriedade, administrado, como os demais departamentos públicos, por funcionários ou prepostos seus, acima de contingências estranhas de caráter particular, para melhor servir, exclusiva e constantemente, aos interesses gerais do organismo social, de que o Estado é a síntese suprema. E eis aí, em poucas palavras, os motivos do aparecimento e o programa jornalístico do **Diario do Estado**”.

Estabelecido o preço de 200 réis por exemplar, adotou, também, o regime de assinaturas anuais e trimestrais, à razão de 45\$000 e 25\$000, respectivamente. Para os funcionários públicos estaduais, ativos ou inativos, inclusive diaristas, assinantes obrigatórios, foi instituído o desconto mensal, em fôlha, de apenas 2\$000 nos vencimentos, quando superiores a 200\$000.

Circulando regularmente, a primeira página inseria serviço telegráfico e noticiário geral do palácio do govêrno e demais repartições públicas. Seguiam-se: “Diário do Poder Legislativo”, “Diário do Poder Executivo” e “Diário do Poder Judiciário”; “Publicações Municipais”, “Leilões” e “Solicitadas”, ficando na última página as seções de comentários,

noticiário geral, correspondências e artigos assinados, sendo principais colaboradores: Samuel Hardman, Sérgio Loreto Filho, Neto Campelo, Andrade Bezerra, cônego Henrique Xavier, Arruda Falcão, Gaspar Peres (“Notas Econômicas”), Fernandes e Silva, Estêvão Pinto, Moreira Reis e Angeline Ladevêse.

Variava a quantidade de páginas, dependendo da matéria oficial. A edição de 2 de julho dedicou quatro páginas ao centenário da Confederação do Equador, a primeira das quais tôda ocupada por uma alegoria de Heinr Moser, em homenagem aos heróis de 1824, sendo o texto ilustrado com retratos, clichê do sêlo comemorativo, artigos históricos e o noticiário das solenidades programadas. Grande espaço das edições de 18, 19 e 20 do mês de outubro foi reservado à passagem do segundo aniversário do govêrno de Sérgio Loreto, e a 18 de novembro divulgava-se longo manifesto de Artur Bernardes ao povo brasileiro, ao terminar o segundo ano de sua gestão na Presidência da República.

Comemorando o primeiro aniversário de circulação, declarou o **Diario do Estado**, em nota sucinta, a 2 de junho de 1925, que vinha procurando ampliar, o quanto possível, “o seu raio de ação, de maneira a poder acompanhar, senão com a mesma galhardia, ao menos com o mesmo entusiasmo, os seus vitoriosos confrades da imprensa moderna”.

No ano em aprêço, a partir do mês de agôsto, foram criadas, aos sábados, a página “Através do mundo”, e, aos domingos, o “**Diario Literário**”, também ocupando uma página, da qual foram colaboradores Enéas Alves, Oscar Mendes, José Mindelo, Luiz Delgado, Célio Meira, Jarbas Peixoto, Mário Sete, Sílvio Rabelo, Paulino de Barros, Queiroz Lima, Olinto Victor Filho, Carlos Pedrosa, Estêvão Pinto, padre Nestor de Alencar, Odilon Nestor, Ascenso Ferreira, Umberto Carneiro, Nelson Xavier, Sebastião Lins, **Aires Palmeira**, Alves Pedrosa, Armando Goulart Wucherer, Leonardo Selva, Dourado Ferreira, Píndaro Barreto, Esdras Farias, João Ribeiro, Emídio de Miranda, Mário Linhares, Aníbal Portela, Lucilo Varejão, Renato Vieira de Melo, Pereira de Assunção, etc.

A edição de 1º de maio de 1926 exibiu, na primeira página, clichês de Sérgio Loreto e Estácio Coimbra e a Proclamação dêste último como candidato à sucessão governamental. Precisamente um mês após, comemorou-se, com 14 páginas, o segundo aniversário do matutino, que se encheu de propaganda ilustrada das realizações do governador Sérgio

Loreto e trabalhos de colaboração, alguns de caráter literário.

Tinham ocorrido alterações no corpo redacional, do qual se afastaram, ainda no terceiro mês da publicação, Artur Tavares de Moura e o revisor Amaro P. Cavalcanti, sendo substituídos, respectivamente, por Clínio Mairink de Andrade e Orlando Rocha Cavalcanti. No segundo ano, eram novos noticiaristas Cândido Marinho, Lucilo Varejão e Sócrates Medeiros, entrando para o serviço de reportagens José Cisneiros de Albuquerque. Em janeiro de 1926 aparecia o nome de Estêvão Pinto na qualidade de noticiarista.

Manteve o **Diario do Estado** o programa traçado, ainda por algum tempo, não sem despendar espaço com o elogio da administração estadual e dos detentores do poder, em geral, o que teve epílogo com as edições de 16 a 22 de outubro de 1926, que se ocuparam, repletas de fotogravuras, da substituição do governador pernambucano.

Entrou, então, o jornal em nôvo caminho. Não mais literatura, nem outros artigos assinados, o próprio noticiário essencial bastante reduzido, alguns telegramas e edições de seis páginas, só aumentadas por exigências da matéria oficial, como Mensagens, Orçamentos, etc. O diretor Carlos Rios e os principais redatores foram afastados, restando poucos noticiaristas.

A 23 de dezembro extinguiu-se a Repartição de Publicações Oficiais, com a criação, por lei, da Imprensa Oficial, passando o **Diario do Estado**, desde o dia 31, a usar, ao lado do cabeçalho: "Editado pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco". Assumiu a chefia da redação Aníbal Fernandes.

Quando, a 18 de outubro de 1927, completou o primeiro ano da administração Estácio Coimbra, o matutino registou o acontecimento da maneira mais sóbria possível.

Sem mais alterações no programa de órgão essencialmente oficial, continuou a circular com regularidade até 4 de outubro de 1930.

Suspenso, em consequência da Revolução, reapareceu doze dias depois, a princípio com quatro páginas, depois seis ou oito. A 9 de outubro de 1934 acompanhou-se de um Suplemento de 28 páginas, contendo a relação dos eleitores do município do Recife.

Conservou o formato primitivo até 14 de abril de 1936. No dia seguinte apareceu em modelo tabloide (31 x 23), reunindo 32 páginas, igualmente dividida a matéria em "Diario

do Poder Executivo”, "...do Judiciário” e "...do Legislativo”, esta última parte usando numeração especial de páginas, destacável do volume.

Passou a empresa a funcionar, servida de novas instalações, no prédio da antiga Escola Técnico-Profissional, à rua da Concórdia, ali estabelecidos todos os demais departamentos da Imprensa Oficial. Além da nova rotativa, fornecida pela firma Schnellpressfabrik Koenig & Bauer, de Wuerzburg, Alemanha, a seção de impressão foi completada mediante aquisição de moderna aparelhagem para estereotipia, maquinismos para acionamento da força motriz auxiliar e principal e outros melhoramentos.

A direção do **Diário do Estado**, desde o governo de Estácio Coimbra, abrangia a repartição editôra, denominada Imprensa Oficial, exercendo-a, pela ordem cronológica, depois de Carlos Rios, os seguintes titulares: Alfredo Osório de Siqueira Cavalcanti, até 30 de agosto de 1928. Alfredo Aurélio F. Caldas, até 10 de agosto de 1937. Manuel Rodrigues da Fonseca, até 23 de dezembro do mesmo ano. Virgílio Aragão, até 31 de janeiro de 1938. Vicente do Rêgo Monteiro, até 30 de abril de 1939. Virgílio Aragão (outra vez), até 10 de agosto do mesmo ano. Willy Diniz Lewin, até 1 de setembro de 1943; Solon Sócrates Cabral de Moura, em caráter interino, até 20 do mesmo mês e ano e, daí por diante, José Orlando Vieira.

O corpo de revisores variou sempre de nomes, muitos deles com atuação ligeira, constando da lista, desde os primeiros anos: Mário Rosas, Heráclito Buarque de Melo, Enock Gomes de Almeida, Cleofas Nilo de Oliveira, José Almeida, José Vilar, Osvaldo de Almeida, Tertuliano Brasil, Rômulo Pessoa, João Barreto Cardoso, Osvaldo Deodato Monteiro, Tertuliano do Nascimento Feitosa, Emídio Cavalcanti, Luís de França Ferreira, Newton Barbosa Pinto, Abdias Cabral de Moura, Aristeu Barbosa Maciel, Agripino Fernandes da Silva, Salomon Set Stevens, Afonso Izidoro Paz, José Gomes Ferraz, Dercilos Castelo Branco, Virgílio Delgado Borba Júnior, Nabor Brito Lira, José Orlando Vieira, Lourival Jorge de Moura, Antônio Gamboa Cardim, Francisco Xavier Pessoa Monteiro, Mário Braga Lambert, José Joaquim Borges Uchoa, José Bastos Figueiredo, Gerson Romário dos Santos, José Pereira Valadares de Sousa, José Marinho de Seixas, Euclides Ramos Ferreira, Virgínio Everardo dos Santos, Aston Pires de Lima, José Cabral da Rocha, Aluisio Barbosa da Silva, Teonas Guilherme Bandeira, José Umberto de Mesquita

Campos, José Moreira Temporal, Gibraldo de Moura Coelho, Otacílio Machado, José Cristiano de Albuquerque Melo e Vitorino Trindade.

O primeiro administrador das oficinas pròpriamente ditas do **Diario do Estado** foi Filemon Marques da Trindade, que pouco tempo atuou, sendo substituído a 21 de julho do mesmo ano — 1924 — por Abdias Cabral de Moura, mas voltou à função no período de 16 de maio/15 de novembro de 1927. Seguiram-se: Enéas Alves e João Ribeiro, até que assumiu o cargo, em definitivo, Manuel Rodrigues da Fonseca.

Após a edição de 27 de agosto de 1944, deixou de existir o **Diario do Estado**, sendo substituído pelo **Diario Oficial** (Ver página 408) (**Bib. Púb. Est., Bib. Inst. Arq. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

DIARIO DA NOITE — Apareceu no dia 17 de junho de 1924, em formato de 55 x 37, com seis páginas de seis colunas, após solene inauguração do escritório, redação e oficina, na Praça Joaquim Nabuco ns. 167/173. Redatores principais — Comandante Velho Sobrinho e Bezerra Leite; redator-secretário — José Barcelos; auxiliares — Osvaldo de Almeida, Nelson Xavier de Albuquerque, tenentes Luís Fernando e Raul Paranhos, Aníbal Ribeiro, Josué Leite da Silva e José da Cunha Alvarenga; correspondente no Rio — Alberto Pôrto da Silveira; gerente — Alfredo de Melo, logo substituído por José Lindolfo Silva. Assinaturas: anual — 40\$000; semestral — 25\$000. Número avulso — 100 réis.

Foi o seguinte o artigo de apresentação, sob o título: “O nosso rumo”: “O **Diario da Noite** terá por fim principal, no seio da imprensa pernambucana, cuidar dos interesses da coletividade, acima de tudo sendo um jornal informativo e sem qualquer ligação político-partidária. Defenderá os legítimos interesses de Pernambuco e do povo pernambucano, com independência e com altivez, sem que para isso quebre, jamais, a linha de sobriedade e respeito que deve ao grande público, com quem procurará sempre estar de acôrdo, para que possa atravessar, com segurança, o caminho que hoje começa a percorrer. Sua feição será a mais leve possível, para que, sendo um jornal que vai circular nas primeiras horas da noite, possa recrear os espíritos de quantos voltarem para os seus lares, sem fatigá-los, sendo ao mesmo tempo o jornal moderno, que em uma rápida leitura, no bonde, no restaurante ou no teatro, deixe o leitor perfeita-

mente informado sôbre os últimos acontecimentos do dia. E, assim, será mais um trabalhador abnegado e sincero, pela grandeza moral e material de Pernambuco”.

Jornal realmente leve, inseria, na primeira página, sueltos, alguns telegramas, a seção “Eu sei tudo...”, os versos satíricos de **Gavroche** (Velho Sobrinho), sob o título “De canto chorado”, e sobretudo a crônica “Pessoas & Coisas”, de B. L. (Bezerra Leite) (1), que escreveu inicialmente:

“Esta coluna será ocupada, diariamente, por tôdas as pessoas e tôdas as coisas que lhe chegarem para assunto, vivendo, quanto lhe seja possível, a simples e sadia vida do campo, com tôdas as suas belezas e costumes, assim como a vida afanosa da cidade, com o seu bulício, a sua grandeza, sua elegância, suas virtudes, sua hipocrisia, seus vícios e seus defeitos sociais”.

“Enfim — concluiu — se esta seção precisasse de ter um programa, o seu programa seria o de se ocupar, todos os dias, de pessoas e coisas de Pernambuco, do Brasil, do mundo inteiro”.

“Pintando o...**Set**”, num desenho que ocupava todo o alto da quarta página, era o título do noticiário social, precedido de crônicas ligeiras, com diferentes assinaturas, inclusive a de **Célio Meira**, o qual, após os primeiros meses, entrou para o corpo redacional. Em meio à seção vinha também, a princípio, um sonêto-perfil sob o título “Anões e Gigantes”, por **Gulliver**, depois **Pigmeu**, seção logo mais substituída por “Jóias... de imitação”, de **Sloper & Cia**.

Outras seções fixas: “Modas e... Modos”, iniciada por **V. S.** e continuada por **Coline**; “No Campo”; “O Bicho” (resultado do jôgo do bicho); “Do Muque” (desportivas); “Prosa e Verso”; “Arte e ... Manhas” (charadas), etc.

Entre os raros colaboradores contava-se Eustáquio Pereira (Faneca), que divulgou em folhetim, a partir de 26 de junho, sua novela “A filha do general Godinho” e manteve, tempos depois, a crônica esporádica “Enquanto acabo o meu charuto”. “Médicas” foi uma seção de consultas a cargo do dr. Luís de Gois, e “Notas agudas”, desde 17 de setembro, era constituída de prosa e verso.

Publicado, normalmente, com quatro páginas, a edição de 18 de outubro saiu com oito, em homenagem ao segundo aniversário da gestão do Governador Sérgio Loreto, exibin-

(1) Observe-se que a seção referida procedeu do diário **A Rua**, páginas atrás estudado.

do, na primeira, expressiva alegoria de Mário Túlio, gravação de R. Obdom, com figuras simbólicas do Comércio e da Indústria, que seguravam um facho de luz sôbre o retrato do chefe do Executivo. Clichês, no texto, dos mais altos colaboradores do govêrno estadual.

Dada a edição de 23 de dezembro, ficou suspensa a circulação, para reparos nas oficinas. só reaparecendo o jornal a 8 de janeiro de 1925. E, no dia 20, Velho Sobrinho embarcava para o sul do país. Como noticiarista, foi admitido Demócrito da Silveira. Novos colaboradores: Rui do Rêgo Barros, Asdrubal Vilarim, Jonatas Serrano e Pedro de Holanda.

Em data de 17 de junho solenizou o **Diario da Noite** o primeiro aniversário numa edição comum, em papel róseo, escrevendo, a propósito, B. L., nas "Pessoas & Coisas": "Se o grande público pudesse adivinhar o sacrifício ingente dessa travessia terrível e gloriosa durante os 365 dias que vimos de vencer, ficaria com certeza convencidíssimo de que fazer um jornal é obra, nesta terra, que sômente pode ser executada por loucos ou por bravos, porque, para isso, exige-se mais bravura e mais loucura do que carece de ter um soldado em pleno campo de batalha".

João Pugliesi, numa crônica de saudação à data, frisou, depois de outras considerações: "Num meio hostil à imprensa como o é o Recife, o fato assume proporções de vulto. Escandaliza até. Sustentar um jornal durante 365 dias, sem chantagem, sem processos indecorosos e sem o auxílio do grande público, pois êste, na sua maioria, não lê, nem mesmo sabe ler, é já alguma coisa digna de registo especial".

Desde a saída de Velho Sobrinho, o vespertino deixou de ter aquela leveza de que falava o seu programa. Tornou-se monótono e pesado, com quase três páginas de anúncios, seções suprimidas, só reduzido ao artigo "de fundo", algum noticiário e, já na fase final, a crônica diária de F. B., "Novidades"; "Tiras", série de artigos de Luis Fernando, e "Pingos", versos humorísticos de Lulu.

A vida do **Diario da Noite** não foi além da edição de 23 de dezembro de 1925 (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. - UFPE.**).

1925

CORREIO-JORNAL — Vespertino das 15 horas, formato grande, de seis colunas, teve seu primeiro número dado à

luz no dia 27 de agosto de 1925, confeccionado em oficina própria (1), situada à Travessa Matias de Albuquerque nº 66. Direção e propriedade de Luís A. de França Ferreira; diretores — Oscar Melo e Joaquim de Oliveira; gerente — Augusto Vanderlei.

Adotou a seguinte tabela de assinaturas: ano — 36\$000; semestre — 20\$000. Número avulso — 100 réis. Não tinha, pelo menos a princípio, vendagem de rua, a notar pela seguinte publicação: “O **Correio** é vendido no seu escritório mercantil, na Agência Moura (rua da Imperatriz) e na Tabacaria Rodrigues (rua do Cabugá)”.

Com quatro páginas, o cabeçalho salientava-se em tinta encarnada, o mesmo acontecendo a alguns anúncios, processo adotado até 6 de setembro.

Apresentando-se sem programa definido, escreveu a redação, sob o título “Cumprindo o protocolo”: “Quanto a programas, não os temos. Os programas jornalísticos, nos dias atuais da república, estão tão desacreditados quanto as plataformas governamentais.

“Por que? Porque os jornalistas, em regra, oscilam ao sabor dos acontecimentos. São êstes que os conduzem, são êstes que lhes formam a ambiência. O que parece, por vêzes, uma questão de orientação não é mais que a contingência dos fatos que inclinam as opiniões as melhores intencionadas.

“Não pode, entretanto, o jornal, tomado no sentido exato de órgão da Imprensa — e êste é o que nos propomos revestir — deixar de ser político. O partidarismo é que não está nos nossos propósitos. Mesmo porque, conquanto pareça paradoxal, quando a terapêutica que se vem precognizando para os males da república é exatamente a criação de partidos com princípios definidos, a decadência do regime é originariamente fruto dos partidos ou correntes políticas do Brasil.

“É verdade, aliás, que elas não têm princípios. Mas o que é mister é criá-los e com êles formar para o povo uma escola cívica. O jornal que orienta pode ser um grande fator dessa gênese.

“Seja-nos lícito, porém, manter a independência para a crítica e para o aplauso aos atos do poder público. Que a defesa dos legítimos interesses e direitos do povo em geral

(1) A empresa adquiriu o material tipográfico em que tinham sido impressos o **Correio do Norte** e o **Correio da Tarde**.

é o nosso lema, fazendo a análise e o desprezioso doutrinamento da boa moral social e da salutar moral republicana”.

Inseria matéria variada, entre artigos, sueltos e notícias, dando aos desportos o título: “O **Correio** ao ar livre”; reunindo “Da Sociedade e da Religião” e colocando na quarta página “As últimas novidades”. Seções de vida mais ou menos efêmera: “Pontos nos ii”, de Célio Meira; “Etc.”, versos satíricos de **Musael** (Samuel Campelo); “Modos de pensar”, artigos de **M**; “Notas de arte”, de Aurélio Bandeira; “De tudo”, por Sebastião Pinto Ribeiro; “Retalhos”, de Stênio de Sá, e “Recreio da Petizada” aos sábados, de Eustórgio Vanderlei.

A começar de janeiro de 1926 liam-se crônicas avulsas de **R. Danilo** (Arlindo Moreira Dias); “Notas diárias” de S. L.; “Pingos e Pinguinhos”, versos ligeiros de **Policarpo**, depois substituída por “Berliques e Berloques”, de **Salustiano**.

No dia 18 de fevereiro deixou Joaquim de Oliveira seu lugar na direção, continuando a fornecer, todavia, artigos assinados, nos quais usava o pseudônimo **J. Castelar**. Entre os raros colaboradores, salientavam-se Romualdo Pimentel e Carlos Passos. Em junho criou-se uma Coluna Espírita, a cargo de Djalma Trindade, que logo a abandonou. Iniciou Cristiano Cordeiro, no dia 15, a divulgação do trabalho “À margem de uma polêmica”, no qual, respondendo a críticas de Joaquim Pimenta, definiu, exaustivamente, a atitude do Partido Comunista em 1922, quando do problema da sucessão governamental do Estado, e como partido político da classe operária, seu programa, tática e organização.

No mês seguinte, o **Correio-Jornal** ofertava prêmios diários aos leitores, constantes de um par de sapatos, mediante a divulgação de números ao lado do cabeçalho, contanto que o da loteria correspondesse ao do jornal em mão do leitor. Vários calçados foram, realmente, entregues, publicando cli-chês dos felizardos.

O primeiro aniversário foi solenizado — 27 de agosto de 1926 — com edição de 16 páginas, impressas ora uma, ora outra, em azul, lírio, encarnado, preto e verde, vendo-se na primeira, ao centro, a bandeira brasileira nas cores próprias. Longo editorial alusivo, servindo de fundo de página, assim concluiu:

“Assim vencemos a primeira etapa, que é êsse ano decorrido. Assim queremos continuar (referia-se à neutralidade política que vinha mantendo) a nossa existência. Que nos guie em a nossa trajetória êsse “auri-verde pendão da

minha terra, que a brisa do Brasil beija e balança" — sagrado pavilhão de nossa Pátria Amada, símbolo sacrossanto da Santa Cruz e da República, que Deus proteja e o civismo dos nossos estadistas guie a pôrta seguro dos seus destinos".

Escreveram, especialmente, para a edição: Otávio de Freitas, Manuel Arão, Gilberto Fraga Rocha, Samuel Falcão, Monteiro de Melo, Agripino da Silva, Gaspar Drumond Filho, Durval César, A. Figueiredo Pimentel e outros, sendo a data comemorada com festividades, inclusive a distribuição de prêmios aos gazeteiros.

O corpo redacional estava, então, assim constituído: Sotero de Sousa, chefe da reportagem; Eustáquio Duarte, noticiariasta; Cleofas Nilo de Oliveira, chefe da seção desportiva, da qual Chaves Martins era auxiliar; Almeida Pernambucano, chefe da revisão. O escritório tinha como chefe Rodrigues Viana e Oto Botelho como auxiliar.

O **Correio-Jornal** alcançou grandes tiragens em face da divulgação especializada do noticiário sôbre o movimento subversivo que abalava o país. Assim é que iniciou, a 4 de setembro, a narrativa circunstanciada d' "A coluna Prestes através do Brasil", e a 16 o livro do tenente João Cabanas "A Coluna da Morte". Depois: "A revolução no Sul", "Na ilha da Trindade", etc.

Em 1927, a 21 de janeiro, foi o gerente substituído por Guedes Filho, o qual, por sua vez, deixou o cargo a 23 de abril.

A par de raros artigos de Anísio Galvão e dos assíduos de Antônio Dias, a fôlha inseriu, aos sábados, a partir de 28 de janeiro até fins de fevereiro, a interessante charge "Correio dos fatos e fitas", em rodapé da primeira página. Passou a ocupar bom espaço o concurso "A eleita dos operários". A 10 de março começava a seção "De leve", quadras humorísticas de J. das Neves. Foi aberta, no escritório, subscrição em favor dos revolucionários da Coluna Prestes, já internados na Bolívia.

A edição de 1 de maio saiu em tipo tabloide, reunindo 16 páginas de papel almaço, homenageando a "eleita" dos operários: Georgina Freitas, cujo clichê, e mais os das damas de honra, enchem a primeira página. Uma seção de Grafologia foi iniciada no mês em referência, assinada por G. D.

Estava-se na época do Jahú, o famoso avião de João Ribeiro de Barros, cuja viagem, cheia de tropeços, vinha preocupando a imprensa. Sua chegada ao Recife, sempre

adiada, marcou-se, definitivamente, para o domingo 22 de maio, o que fêz o **Correio-Jornal** dar uma edição extraordinária — “Nossa homenagem aos destemidos tripulantes do Jahú” — com artigo alusivo e clichês na primeira página, sendo as legendas em versos decassílabos de Oscar Brandão. Todavia, o avião não chegou (retido em Natal), senão a 6 de junho, quando o jornal, sem ter deixado de comentar, cada dia, a ansiedade da espera, noticiou os preparativos da recepção, inserindo clichês e legendas, a par de abundante messe de informes, continuada nos dias seguintes, matéria que estêve a cargo do nôvo redator Luiz do Nascimento.

Dispondo de pouco espaço redacional — menos de duas páginas, — eram pouco comuns os artigos de colaboradores, a ressaltar algum de João Barreto de Meneses, de Ângelo Cibela ou Fernando Máximo, e as “Cartas da Bahia”, de P. A. de Alcântara. A 18 de junho assumiu a gerência A. Melo.

Em prosseguimento ao programa de atrair leitores com medidas democráticas, a direção adotou a seguinte e curiosíssima iniciativa:

“Tôda e qualquer pessoa que, lastimavelmente, fôr vítima de um acidente na via pública, sendo encontrado em seu poder um exemplar do **Correio-Jornal**, número do dia, será assistida gratuitamente de serviços médicos, compreendidos também os remédios precisos. Em caso de morte, a sua família, suficientemente provado como tal, receberá a importância de 150\$000 para o funeral”. Para isso foi organizado um corpo médico, sob a orientação do dr. Geraldo de Andrade. Seguiu-se a publicação de cupões para sorteio de uma casa entre os leitores.

Edição de oito páginas homenageou, a 13 de agôsto, os heróis portugueses da aviação Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Ocorriam artigos de Oscar Brandão, Antônio Dias e **D. Casmurro** (pseudônimo de Cleofas de Oliveira). Apareceu uma coluna charadística, sob a responsabilidade de **Elmo Saul** (pseudônimo do dentista Samuel Ponce de Leon). E, no dia 20, começou a publicar-se o romance de costumes locais “O crime do garoto”, assinado por **Jean Joachin** (Joaquim de Oliveira), divulgação que não chegou a terminar, ficando no 89º folhetim (2).

Ocorreram, nesse ano, duas edições de doze páginas: a

(2) Posteriormente, “O crime do garoto” foi enfeixado em livro.

27 de agosto, data do segundo aniversário, e a 24 de dezembro, dedicada ao Natal, contendo trabalhos assinados por Brito Macedo, Esdras Farias, Stênio de Sá, Fausto Rabelo, Armando Maia, José Alfredo, Albino Buarque e **Agnus**, que vinha escrevendo excelentes artigos, ao centro da primeira página, sobre os assuntos mais palpitantes do momento.

A 22 de janeiro de 1928, deixou a gerência A. Melo, ficando o jornal suspenso. Reapareceu a 11 (ou 13) de fevereiro (3), em nova fase, figurando Luís de França na qualidade de diretor-gerente. Os redatores Manuel Amaral e Cleofas de Oliveira procuraram dar melhor feição ao decadente diário, divulgando matéria selecionada, sem conseguir êxito.

Mais alguns dias e findou-se-lhe a existência uma vez divulgada a edição de 27 de fevereiro.

Entre os redatores do **Correio-Jornal**, salientou-se, por algum tempo, o poeta Manuel Monteiro. Serviram como repórteres Francisco Floro de Albuquerque Leal e Augusto Fernandes Viana, tendo sido revisores Edgar Neto, na chefia, Cícero Barbosa da Silva e Severino Pereira de Sousa (**Bib. Púb. Est.**).

1926

O NORTE DO BRASIL — Matutino Informador e Político, Livre de Compromissos Partidários — Formato grande, de oito colunas, apareceu no dia 15 de novembro de 1926, sob a direção e propriedade de Baltazar de Mendonça, tendo como redator-secretário Fernando A. de Mendonça e gerente José Maria de Carvalho Veras. Redação, escritório e oficina à praça Joaquim Nabuco n.º 167.

Tabela de assinaturas: ano — 35\$000; semestre — 20\$000; trimestre — 10\$000. Para o estrangeiro: ano — 60\$000. Número avulso — 100 réis.

Lia-se no artigo-programa: "Afirmando que só almeja servir às causas superiores, que agitam e apaixonam a alma das nacionalidades conscientes de seus deveres cívicos, políticos, morais, sociais e humanitários, êle confia, apenas, no imparcial veredictum de seu único julgador — o público.

"Acompanhem-no, pois, na sua trajetória. Se mentir

(3) Acha-se desfalcada de alguns números a coleção manuseada.

ao que promete e ao que se obriga — detestem-no; excomunguem-no. Se cumprir a palavra empenhada, aplaudam-no; amparem-no”.

O primeiro número saiu com oito páginas, continuando com quatro. A princípio reduzido o serviço telegráfico, ampliou-o logo, de modo a ocupar-lhe quase tôda a primeira página, com despachos procedentes do país e do exterior.

Jornal moderno, de lisonjeiro aspecto material (1), localizou na terceira página, coluna dupla, ao centro, o artigo diário, em tipo corpo 12, negrito, assinado pelo diretor, que jamais deixou de escrevê-lo. Outros artigos eram publicados, esporadicamente, da autoria de Cristiano Cordeiro, Jarbas Peixoto, Nehemias Gueiros, Raul Azêdo, L. C. Cardoso Aires, Monteiro de Melo, **Gentil Amado** (pseudônimo de Esdras Farias), Racine Guimarães, Severo Portela, Manuel Gondin, M. Ribeiro, Fernando Mendonça e Alves Pedrosa, a par de sueltos e do noticiário geral, variado, mas com economia de espaço, uma vez que duas páginas eram dedicadas a anúncios.

“A Vida Portuguêsa” foi, a princípio, uma seção dirigida por Artur Alves Barbosa. “A Sociedade” abrigava, às vêzes, abrindo o noticiário, versos de Píndaro Barreto, José Pinho e Marques Junior, êste último um dos auxiliares da redação. Aureliano Dias era o responsável pela seção carnavalesca, usando o pseudônimo **Cravo das Meninas**; e **Sagittário** assinava a seção de versos satíricos “As seteiras”. Terminou o ano o n.º 39, de 31 dezembro, prosseguindo a publicação em 1927.

A 6 de abril, **O Norte do Brasil** diminuiu de estatura, adotando seis colunas, mas saindo com oito páginas. Aumentou a tabela de assinaturas: ano — 40\$000; semestre — 22\$000; trimestre — 12\$000, subindo o preço do exemplar para 200 réis. Melhorou um pouco o noticiário, colocando na última página o título geral: “O jornal do repórter”.

Não deu certo, entretanto, a inovação e, no dia 28, foi novamente alterado o formato do matutino, que passou ao regime de sete colunas, quatro páginas e mais um pouco de altura, voltando a ser vendido a 100 réis o exemplar.

Finalmente, a situação financeira não era favorável e o

(1) Comentando o aparecimento d'**O Norte do Brasil**, escreveu, no dia seguinte, o **Correio-Jornal**: “...o nôvo confrade auspicia-se um grande successo em nossas rodas jornalísticas, por vir quebrar o provincialismo de formas do periodismo da terra, com distribuição artística de suas matérias editoriais e critério de confecção”.

jornal de Baltazar de Mendonça divulgou sua última edição, de n.º 147, a 13 de maio de 1927 (**Bib. Púb. Est.**).

1927

DIARIO DA MANHÃ — Surgiu no dia 16 de abril de 1927, com 24 páginas, formato grande e excelente aspecto material (1). Propriedade da firma Lima Cavalcanti & Cia., dispunha de moderna oficina gráfica, instalada à rua do Imperador n.º 227, sendo impresso em máquina Duplex n.º 4. Redator-chefe — José de Sá; redator-secretário — Cristiano Cordeiro; redatores principais — Esmaragdo de Freitas, Racine Guimarães e Domício Rangel; redator-correspondente no Rio de Janeiro — Osório Borba; gerente — Antônio Lumachi do Monte. Tabela de assinaturas: ano — 48\$000; semestre — 25\$000. Número avulso — 200 réis. Lia-se ao lado do título: “Quando não se procura corrigir os pequenos defeitos, resvala-se, pouco a pouco, para os maiores” (da “Imitação de Jesus Cristo”). O quadro continuou, apresentando, cada dia, pensamento novo, de autor célebre.

A direção geral coube a Carlos de Lima Cavalcanti, que assinou a seguinte apresentação inserida na 1.ª página, sob o título “**O Diario da Manhã** é uma iniciativa pernambucana e uma tribuna brasileira. Entregamo-la ao povo”:

“Com a fundação do **Diario da Manhã**, vejo realizado um sonho antigo, o mais ardente dos meus sonhos. Confiei para isso no tempo. Em quase meia existência, ano a ano, dia a dia, por assim dizer minuto a minuto, guardei, dentro da alma, como coisa sagrada, êsse ideal que tenho a alegria enorme de concretizar através o aparecimento desta fôlha. Ele representa, pois, a vitória de um esforço contínuo, apaixonado e desprendido, a que não terei mais o direito de recusar a menor das minhas energias ou o maior dos meus sacrifícios. E juro que não trilharei outro caminho, sejam

(1) João Monteiro, que assinava a crônica diária “Kodak”, n’**A Noite**, do Recife, achou “impossível que houvesse em Pernambuco o paginador que fez o primeiro número do **Diario da Manhã**, frisando: “Além da feição material, há gosto em tudo, até nos títulos das seções, que são felicísimos”.

Dois dias depois, salientava **A Provincia** que o novo órgão tinha “a feitura d’**A Manhã**, do Rio, no caráter dos tipos, na distribuição das matérias e nos sueltos”.

quais forem as hostilidades que se opuserem à serena e intrépida existência desta fôlha.

“O **Diario da Manhã** é propriedade da firma Lima Cavalcanti & Cia., a que pertencemos eu e meus irmãos Artur de Siqueira Cavalcanti, Caio de Lima Cavalcanti, Rui de Lima Cavalcanti e Fernando de Lima Cavalcanti. Orgulho-me, e não sei como ocultar o meu desvanecimento, da confiança e estima que lhes mereço, por me outorgarem poderes pleníssimos de direção do jornal. Os vínculos que nos uniram, sempre, invariavelmente, pela voz do sangue, pelos impulsos do coração e pelas vibrações da inteligência, jamais se estreitaram tanto como agora, quando assumimos o compromisso de servir à mesma causa.

“Trazemos para aqui um programa que definiremos em poucas palavras. Queremos ser justos e verdadeiros. Dentro desta fórmula alta, clara e nítida de ação jornalística, combateremos pelos interesses da coletividade, tendo em vista concorrer, do melhor modo possível, para a educação física do povo e o prestígio moral do Estado. O engrandecimento da nacionalidade, sem preocupações restritas de regionalismo, eis aí, em síntese, o nosso grande anelo de imprensa livre, nascida no ambiente das sadias agitações democráticas que empolgam, neste momento, o espírito brasileiro.

“Entregamo-lo ao povo, para vencermos com os seus anseios de justiça e de verdade. Não aspiramos outra companhia e outro triunfo”.

Saudando o aparecimento da fôlha, o líder político gaúcho Assis Brasil enviou longa mensagem telegráfica, publicada em tipo corpo 16, negrito, em duas colunas, na primeira página, a destacar o tópico:

“Da imprensa partiram os primeiros gritos de alarma pela urgência da remodelação nacional. Sem a sua doutrinação nunca teriam soado os primeiros estampidos das carabinas libertadoras, cujos saudáveis efeitos são mais eficazes depois que elas emudecem. Estamos em uma dessas passagens históricas! A suspensão do fogo convida povo e governo à reflexão e à ação prudente para evitar a renovação da crise sangrenta. O Brasil civilizado e pacífico, levado ao extremo da revolução pela insolência insensível dos usurpadores da sua soberania, continua a ver na imprensa a bússola do seu roteiro e o íman poderoso de atração afetiva e racional entre os vastos elementos da sua estrutura colossal, que os bárbaros déspotas estão sempre a tentar dispersar”.

Na terceira página vinha outra apresentação, constante do artigo redacional “Bom dia”, em tipo corpo 12, negrito, título em quatro colunas, onde se lia: “O programa do **Diario da Manhã** será uma renovação permanente de trabalho, visando idéias de justiça, a serviço de interesses e aspirações generosas. O trabalho de todos os dias, sem trégua e sem esmorecimento, sejam quais forem as vicissitudes da jornada, os revezes e as desilusões do campo de atividade em que se projeta o esforço do jornalismo de opinião independente e bemfazeja. O trabalho de inteligências moças e desprendidas, identificadas pelos mesmos sonhos, vendo as realidades do momento brasileiro pelo mesmo prisma de confiança nas suas energias inexauríveis e de fé no seu futuro esplendoroso”. E concluiu, após longas considerações:

“Leitores do **Diario da Manhã**, tranquilizai-vos! O egoísmo não terá guarida nesta casa. Em nenhuma hipótese, em nenhuma emergência, por nenhuma vantagem e por nenhuma fascinação sacrificaremos o nosso programa de trabalho intenso e abnegado, em prol da nossa pátria e do nosso povo. Estas colunas são vossas. Queremos fortalecê-las com o prestígio de vossa confiança. Que jamais nos faltem o calor e a honra das vossas palmas. Amigos do **Diario da Manhã**, para começar, bom dia!”

Ainda na terceira página, quase tôda dedicada à manifestação do pensamento da direção do jornal, iniciava-se a seção “Prós e Contras”: “O enunciado destas duas palavras define, em síntese, um programa. Elas indicam o espírito amplamente liberal destas colunas, abertas ao louvor, como à censura, sempre que os interesses coletivos reclamarem a nossa opinião de imprensa independente. Abordando, em notas incisivas, todos os assuntos, daremos aos leitores do **Diario da Manhã** um resumo comentado do que a vida, de sol a sol, oferece à nossa inteligência e à nossa curiosidade”.

Da primeira à última página, o jornal mostrou-se repleto de matéria variada: artigo e caricatura (por **Guevara**) de Maurício de Lacerda, na primeira página; outro de Vicente Licínio Cardoso, abrindo a terceira, em cuja última coluna se estabeleceu a seção “Dente de Coelho”, crônica satírico-humorística de **Panurge**, tendo ao pé o “Chumbo Fino”, epigrama de **Nenrod** (2), ambos pseudônimos de Esmaragdo

(2) A assinatura de **Nenrod** tornou-se comum ao desembargador Luís Salazar, autor de excelentes quadras.

de Freitas. A “Feira das Vaidades” encimava o noticiário social. Outras seções: “A Polícia por dentro e por fora”, “Vida Proletária”, “Coluna Israelita”, “Comércio” e “No Mar”, além de reportagens e noticiário geral.

O segundo caderno constou de literatura e anúncios em profusão, também distribuídos pelo terceiro, a par de páginas de “Modas” e “Cinema”, bastante ilustradas, a segunda das quais a cargo de Racine Guimarães.

Passou a fôlha a circular normalmente, com oito páginas nos dias úteis e 16 aos domingos, em dois cadernos. Cada primeira página mostrava feição nova, diagramada, especialmente, pelo técnico argentino Andrés Guevara, contratado, ao mesmo tempo, para desenhar **charges** e caricaturas.

A empresa firmou contrato de colaboração com grandes nomes das letras nacionais ou regionais, a saber: Gastão Cruls, Gilberto Amado, Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Mota Lima, Agripino Grieco, Luís Cedro, Paulo Guedes, padre Batista Cabral, Raul Azêdo, Joaquim Pimenta, Edgar Teixeira Leite, João Barreto de Meneses, Eduardo de Moraes, Aurino Duarte, etc.

Logo nos primeiros números, entrou a atacar a administração estadual e o governo federal. Inseriu capítulos do livro inédito de Juarez Távora “Idéias Revolucionárias” e promoveu plebiscito para a indicação dos nomes que deveriam compor a diretoria do Partido Social Democrático, além de uma enquete a respeito. Abriu colunas para angariar auxílio destinado aos brasileiros da Coluna Prestes exilados na Bolívia. Para o mesmo fim, anunciou a venda do livro “História de uma covardia”, de Carlos de Lima, sobre o quadriênio Artur Bernardes na Presidência da República, e de livros de Maurício de Lacerda.

Abriu a primeira página da edição de 28 de abril um artigo-manchete de Carlos de Lima, sob o título “A trinca celerada”, referindo-se a Sérgio Loreto, Amauri e Bianor de Medeiros, elementos de projeção, os dois últimos, do governo do primeiro, cuja gestão terminara. Dizia-se o diretor do **Diário da Manhã** vítima de usurpação do mandato de deputado federal, ao qual se candidatara, pelo segundo distrito, em competição com o ex-governador. No centro da página, uma caricatura de seis colunas, assinada por Caio de Lima Cavalcanti, apresentava Sérgio Loreto em meio corpo, trajado de cangaceiro. Nas colunas laterais e abaixo, longo telegrama contendo trechos do discurso em que Maurício de Lacerda contestou o diploma do “usurpador”.

Fôrças de cavalaria e infantaria da Polícia foram ostensivamente colocadas, a 28 de maio, na calçada do edifício do **Diário da Manhã**, por motivo de uma passeata acadêmica “de desagravo ao reconhecimento de Artur Bernardes” como senador, quando houve choques entre estudantes e policiais. Dois dias após, quando da passagem do ex-presidente pelo Recife, onde recebeu homenagens, havendo passeata pelas ruas principais, intensificou-se o policiamento às portas do jornal, sendo revistados todos os redatores e demais pessoas que entrassem ou saíssem.

Atingia o auge a campanha de descrédito, desfechada nas colunas da fôlha, contra o senador eleito. Na primeira página da edição do dia 31, sob o título “Sou eu o autor de tudo isso”, apareceu uma charge (autoria, também, de Caio de Lima), mostrando Artur Bernardes feito camondongo, tendo na cauda a palavra “Bagé”, atrás de uma cruz rodeada de caveiras, com a seguinte legenda: “1922—Trindade — Clevelândia—1926”. Fotografias ilustrativas espalhavam-se dentro da página, em cujas duas últimas colunas vinha a epígrafe: “O balanço do govêrno Bernardes”. O ativo mostrava uma coluna tôda em branco, ao passo que o passivo trazia longa descrição de fatos desabonadores. Em baixo, a soma: “Misérias e crimes”.

Redatores eram convidados a comparecer à Chefatura de Polícia, entre êles o secretário Cristiano Cordeiro, em consequência da campanha contra Bernardes, chamado “Seu Mé, o réprobo”, “o homem que ninguém nunca viu”, “o celedado” e quejandos epítetos. A seção “Prós e Contras” não deixava de, vez por outra, desferir tundas contra elementos de projeção do govêrno estadual anterior, sobretudo o juiz Sérgio Loreto, que era “o gorila”; Sérgio Loreto Filho, “o rato”; Amauri de Medeiros e outros. Ocorriam extensas reportagens acêrca da marcha da Coluna Prestes e do exílio dos revolucionários brasileiros.

A edição de 16 de julho, contendo 16 páginas, em dois cadernos, foi dedicada aos dois 5 de julho (1922-1924), inserindo longo editorial sôbre a necessidade da anistia; palavras de Assis Brasil e de outros líderes político-revolucionários; enorme espaço dedicado ao “cavaleiro da esperança” Luís Carlos Prestes; imensos clichês, inclusive dos “18 de Copacabana”, e uma página inteira com o artigo de Juarez Távora: “Pela liberdade de representação”.

Os suplementos dominicais saíam fartos de boa matéria: páginas de Literatura, Artes, Cinema e Automobilismo,

na primeira das quais assinavam trabalhos, em prosa ou verso, entre outros, Olegário Mariano, Napoleão de Albuquerque, Ernani de Irajá, Cleto Campelo, Maciel Filho, Renato de Alencar, Da Costa Aguiar, padre Álvaro Negromonte, Jarbas Peixoto, Domicio Rangel, Agripino da Silva e **Lula** (Luís) Cardoso Aires, autor de poemas por êle próprio ilustrados.

Nas edições comuns havia um "Consultório Médico", a cargo do dr. Jorge Lobo, e "À luz da Grafologia", seção de grande efeito, por **Gil Vaz**, que não era outro senão o engenheiro Lauro Borba, também signatário de artigos da terceira página. Liam-se reportagens sensacionais; fogosos discursos políticos, sobretudo de Maurício de Lacerda; artigos de João Barreto de Meneses, Joaquim Pimenta, José de Sá, Apolônio Sales, Luís da Câmara Cascudo, Danton Jobim, Silo Meireles, Esmaragdo de Freitas...

Iniciou, no mês de setembro, áspera campanha contra o orçamento estadual, chamando-o "o Monstro". Na edição do dia 7, a par de expressiva alegoria de Chambelland, alusiva à Independência, inseriu longo manifesto sôbre a fundação do Partido Social Democrático em Pernambuco, ilustrado com fotografias dos respectivos signatários, inclusive Dantas Barreto e Alexandre José Barbosa Lima, ao que se seguiu forte polêmica, de fundo político, com **A Província**.

Depois de alguns artigos sôbre "os sete pernambucanos da Academia Brasileira de Letras", Agripino Grieco divulgou outra série, a partir de 11 de setembro, sob a epígrafe "Os quarenta canastrões do Petit Trianon", de grande repercussão nos meios intelectuais, devido às irreverências do autor.

Em determinados dias, estampava expressivos rodapés de **charges** políticas, de Andrés Guevara. Noutros, ocorriam crônicas ilustradas, igualmente políticas, de Osório Borba, também autor dos "Bilhetes da Avenida", de um palmo de coluna, e colaborador das duas primeiras colunas da 3ª página. Depois vinham as crônicas de Benjamin Costallat, ocupando rodapé da 1ª página, ilustradas por J. Carlos, Di Cavalcanti ou Tarquínio.

Na edição de 15 de novembro viu-se, na página de frente, magnífica alegoria de Chambelland, alusiva à República, incluindo o Marechal Deodoro da Fonseca a cavalo, em plano superior, sob o título: "Apesar dos pesares, tiremos-lhe o chapéu".

A partir de 1º de dezembro, grande espaço foi ocupado

com o noticiário, comentários e a repercussão telegráfica da agressão de que foi vítima o industrial Fernando de Lima Cavalcanti, um dos proprietários da empresa, por parte do chefe de polícia Eurico de Sousa Leão. A **Província** e seu diretor Diniz Perilo, que deram apoio ao agressor, foram rudemente atacados pelo **Diário da Manhã**, que, na edição do dia 12, deu ao artigo da terceira página o título “O sr. Eurico Chaves negou a prisão de Fernando de Lima Cavalcanti”, seguido de trinta centímetros de altura por duas colunas de espaço apenas pontilhado, para terminar com as palavras: “Não tem comentários”.

Novas seções eram criadas, como “A Semana Portuguesa”, a cargo de Artur Alves Barbosa, e, aos domingos, a página “Vida Internacional”, bastante ilustrada, incluindo correspondência de vários países. Mais uma expressiva alegoria do pintor Chambelland, ocupando página inteira, saiu na edição de Natal, a par de magnífico soneto de Olavo Bilac. E passou a figurar o nome de Caio de Lima Cavalcanti como diretor-substituto.

1928 (1 de janeiro) começou proporcionando edição de 24 páginas (incluindo Folhinha de Porta), na primeira das quais novamente Chambelland assinava grande alegoria, com artigo redacional servindo de legenda. Após cumprir os leitores, assinantes e anunciantes, concluiu: “Vivendo do favor público, existindo exclusivamente para defender os interesses e as aspirações do povo, o **Diário da Manhã** sente-se feliz vendo o tempo libertá-lo das sete pragas com que os maus governos deste generoso país assinalaram os seus erros administrativos e as suas prepotências clamorosas”.

Logo no dia 3 (16 páginas), homenageava Luís Carlos Prestes, com fotogravuras, longos artigos e a manchete: “Como o cego pede a volta da luz, o Exército pede a volta de Prestes. Gritamos a plenos pulmões e até que nos atendam: Prestes! Prestes!! Prestes!!!”

“Loura ou Morena” foi um concurso de grande êxito, lançado pela “Paramount”, através do Suplemento Dominical, cuja página cinematográfica era a mais bem organizada de então, ostentando expressivos clichês. A 24 de janeiro, em artística primeira página, o matutino festejava as eleitas.

A página de Literatura da edição de 1 de abril foi inteiramente dedicada à memória do escritor e diplomata Oliveira Lima, a respeito de quem escreveram Gilberto Freyre, Mário Melo e Joaquim de Arruda Falcão. Surgiam novos cola-

boradores: Aurino Maciel, Gildo Leme, Gondin da Fonseca, Josias Carneiro Leão, Orris Barbosa, Silo Meireles e O. Maia, o das "Cartas de Paris".

Edição de sessenta páginas — 16 de abril de 1928 — assinalou a passagem do primeiro aniversário do vibrante matutino. Dividida em dez cadernos, inseriu, na primeira página, alegoria de Guevara e, num quadro, à esquerda, entre vinhetas, artigo de Carlos de Lima Cavalcanti, no qual afirmou que "as promessas foram cumpridas fielmente; se houve obstáculos no caminho do **Diário da Manhã**, só serviram para retemperar as energias", concluindo:

"Combatemos e combateremos, incessantemente, a política profissional, a deshonestidade e a incompetência administrativas, a mentira eleitoral, as violências policiais, o desrespeito à vontade, aos direitos e às aspirações do povo. Combatemos e combateremos os exploradores do poder público que adquirem, escarnecendo do povo, as fortunas misteriosas em que se apoiam, como um permanente insulto à nação, os cínicos e desabusados magnatas da república.

"Sejam quais forem as hostilidades que se antepuserem à existência do **Diário da Manhã**, prosseguiremos, impavidamente, dentro do nosso programa de reação aos politiquieiros desonestos e aos déspotas que meteram o país no bolso. Pode o povo confiar nas energias e na fé cívica do nosso programa. Continuaremos na defesa dos seus direitos e da sua liberdade".

O editorial da terceira página ocupou-se, igualmente, do acontecimento, sob o título "Para a frente", assim concluindo: "Vencendo, hoje, a sua primeira jornada, o **Diário da Manhã** orgulha-se de pertencer ao povo e lutar pelo povo. Neste caminho prosseguiremos, possuídos da mesma fé e da mesma alegria com que soltamos o primeiro grito contra a canalha republicana".

A grande edição inseriu palavras de saudação de Dantas Barreto, Alexandre José Barbosa Lima (focalizando Carlos Prestes), Agamenon Magalhães, Otávio Tavares, Pedro Mota Lima e Leopoldino de Oliveira, e artigos assinados por Silvino Otávio, Arruda Falcão, Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Celso, Francisco Morato, Costa Rêgo, Jarbas Peixoto, Osório Borba, Adolfo Bergamini, Agripino Grieco, Gastão Cruls, Aurélio Domingues, Luís Cedro, Orris Barbosa, Ageu Magalhães, Juarez Távora, Olegário Mariano, Graça Aranha, João Barreto de Meneses, Raul Azêdo, Jorge de Lima, Artur Coelho, Belmiro Valverde, Silo Meireles, Da Costa Aguiar, José Bru-

ges de Oliveira, Álvaro Moreira, Josias Leão, Cecília Meireles, João Vasconcelos, Agripino da Silva, Roberto Lira, Jaime D'Altavila, Gilberto Amado, Gildo Leme, Mário de Andrade, etc. Muito ilustrada, também, tôda a edição, que incluiu página inteira de **charges** de Guevara, intitulada "Bom e mau humor", as legendas em versos. Duas páginas foram dedicadas a assuntos cinematográficos e duas outras ocupavam-se de Artes, a salientar longo artigo de José Campelo: "As artes em Pernambuco", fora as seções costumeiras (3).

Dois dias decorridos, o matutino, em seu primeiro suelto, atacou, desabridamente, o **Diario de Pernambuco**, acusando-o de haver insinuado "uma das mais terríveis perfídias que uma fôlha já terá feito a outra colocada em campo contrário ao da especialidade das hipocrisias" (4). Polemizaram os dois grandes órgãos, um a defender e o outro a criticar a administração estadual. Fortes ataques desferiu, igualmente, o **Diario da Manhã** contra **O Paiz**, do Rio de Janeiro, que divulgara uma série de artigos em defesa do governador Estácio Coimbra.

Esmaragdo de Freitas, que substituíra Cristiano Cordeiro, meses atrás, na secretaria da redação, deixou o cargo a 30 de maio de 1928, ausentando-se do Recife. Noticiando o fato, declarou o **Diario da Manhã** que o lugar não seria preenchido, passando a exercê-lo, cumulativamente, o diretor Caio de Lima. Entretanto, pouco tempo depois Jarbas Peixoto tornava-se redator-secretário.

Verificada a saída de Esmaragdo de Freitas, a coluna "Dente de Coelho" foi substituída, alguns dias, por "Nós, pelas costas", procedente do Rio de Janeiro, com a assinatura **Raul**, vindo, a seguir, os "Postais Aéreos", de **Pangloss** (pseudônimo de Domicio Rangel), também de curta duração. O "Chumbo fino" continuou, esporadicamente, ora assinado por **Fuzil**, ora por **Kain**, até o ano seguinte.

(3) A edição de aniversário dedicou um suelto à personalidade do redator-chefe José de Sá, do qual vale destacar o tópico: "Poucos profissionais, no Brasil, dispõem, como êle, de uma vocação tão assinalada e de uma personalidade tão completa para a imprensa, pela exuberância e maleabilidade da sua produção mental. A essas qualidades de inteligência, a que se alia uma bravura apaixonada por tôdas as causas em que se integram as reivindicações liberais, temos em José de Sá um empolgante panfletário dos nossos costumes políticos, onde as sátiras e os sarcasmos não excluem um raciocínio implacável de lógica e argumentação".

(4) Registrando o transcurso do primeiro aniversário do **Diário da Manhã**, disse o **Diario de Pernambuco** tratar-se de "uma interessante expressão da corrente revolucionária nacional, de que o ilustre colega se fez aqui ardoroso paladino".

A data de 5 de julho de 1928, como sucedera no ano anterior, foi dedicada aos heróis de 1922 e 1924, divulgando-se, especialmente, manifestos do General Izidoro Dias Lopes e do coronel Paulo de Oliveira. No fim do mês referido, grande espaço foi dedicado à chegada ao Recife de uma comitiva do Partido Democrático Nacional, chefiada por Assis Brasil. A 23 saía uma edição extraordinária sobre o acontecimento, que teve ampla repercussão. Eram os precursores da Aliança Liberal. Tiveram a mais completa cobertura todos os movimentos da caravana cívica, com seus ruidosos comícios, em que se pregava a necessidade de radical transformação no estado de coisas reinante no país, tudo documentado através de eficiente serviço fotográfico.

Figurou em manchete o seguinte tópico da conferência pronunciada por Maurício de Lacerda (5), no Teatro Santa Isabel, a 27 de junho, quando o orador se referiu ao **Diário da Manhã**: “Êsse órgão que é trincheira e é templo; trincheira quando se bate, templo quando acolhe os perseguidos; que é tabernáculo e sacrário; tabernáculo de crença e sacrário da hóstia libertadora; que é manto do foragido e cruz do revoltado; manto que cobre os vencidos e cruz que inspira aos rebelados a fé no Direito; sim, cruz, porque no sacrifício, que ela exprime, é que nasce a fôrça moral dos revoltados; só no apostolado, em que ela abre os braços às multidões, nascem as religiões da Justiça e os Cristos da Liberdade, como essa arrancada dos 5 de julho e êsse grandioso Luís Prestes”.

A primeira página e mais espaço das edições de 12 e 14 de agosto dedicou-as o matutino ao falecimento do ex-governador Manuel Borba, lendo-se no título principal, sob tarja de mais de um centímetro de espessura: “Uma grande hora de tristeza para Pernambuco”. Abaixo de grande fotogravura, a legenda: “Pernambuco não se deixará humilhar!”, palavras que o extinto pronunciara por ocasião da campanha política de 1922. Além do necrológio, fêz-se completa cobertura noticiosa e fotográfica dos funerais. Dias após, iniciava-se subscrição para um mausoléu.

Sob o título geral “As reportagens sensacionais do **Diário da Manhã**”, a edição de 2 de dezembro abriu com a se-

(5) Já no mês de março, a empresa do **Diário da Manhã** editara e expusera à venda o livro de Maurício de Lacerda “Três Libelos”, constituído de discursos políticos.

guinte: “Luís Carlos Prestes visto por um jornalista argentino”, assinada por Nicolas Olivari.

A 1.º de janeiro de 1929 exibiu a página de frente interessante alegoria de Mário Túlio, sob o título “Uma esperança ou uma decepção?”, apresentando o Leão do Norte entre louros e o raiar de novo sol. Modificara-se a feição da terceira página, passando os artigos assinados a sair, por algum tempo, em forma de manchetes. Continuava, intensa, a campanha contra a política situacionista federal e a administração estadual (6), alvos de tremenda crítica, em artigos, sueltos e notas, sobretudo pela pena de José de Sá, de uma ironia picante, que levava ao ridículo os mais altos auxiliares do governo, como Samuel Hardman, Gouveia de Barros (campanha das jarras), o prefeito Heitor Maia, Genaro Guimarães, etc. (7), ao passo que ainda atacava a atuação do governo precedente, satirizando os Sérgio Loreto, pai e filho; Amauri de Medeiros, Aníbal Fernandes e outros elementos de projeção.

O “Carnaval” (seção a cargo de Luiz do Nascimento), já dois meses antes vinha ocupando bom espaço, a destacar a **enquete** “Qual o seu melhor Carnaval?”, respondida por intelectuais de projeção. A partir de 16 de março, estampou-se a seguinte tabela de assinaturas: Nos países signatários da Convenção Postal Panamericana: ano — 78\$000; semestre — 42\$000; nos países da Convenção Postal Universal: ano — 138\$000; semestre — 73\$000.

Além do chefe e do secretário, estava assim constituída a equipe de trabalho: redatores — José Campelo e Eudes Barros; noticiarista — Domicio Rangel; tradutor de telegramas — Artur Neves; repórter-forense e marítimo — Augusto Fernandes Viana; repórter policial — Hamilton Ribeiro; desenhista — Manuel Paranhos; fotógrafo e gravador — Benevenuto Teles Filho. Na revisão, revezavam-se: Agripino da Silva (chefe), Adauto Correia de Araújo, Moisés

(6) **A Noite**, também vibrante órgão político do Recife, declarou-se (11-10-1928) solidária com o **Diário da Manhã**, na “obra de construção cívica, de combate intenso e dinâmico às oligarquias republicanas”.

(7) A edição de 20-1-1929 divulgou curiosas fotografuras, nas quais se viam, deitados em redes confortáveis, o Governador Estácio Coimbra ao centro, no clichê da direita Samuel Hardman e, no da esquerda, Genaro Guimarães. A 7 de fevereiro, outra fotografura mostrava o prefeito do Recife sentado numa poltrona, em agradável cochilo. As legendas expressavam a “atividade burocrática” dos homens do governo de Pernambuco. Serviço de montagem executado pelo técnico Benevenuto Teles Filho.

Cícero do Rêgo Gomes, Antônio Cipriano Neto, Antônio Barreto, Vicente Noblat, Luís da Nóbrega e Luiz do Nascimento, o último dos quais, admitido em julho de 1927, exerceu, também, a chefia da revisão, fez noticiário e reportagem policial, até 30 de setembro de 1929; administrador das oficinas — Albérico Pena. Apareciam artigos de Pedro Mota Lima e Agripino Nazaré, respectivamente, d'A **Esquerda** e d'A **Manhã**, do Rio de Janeiro, enquanto Joaquim de Arruda Falcão escrevia, longamente, sobre a defesa do açúcar.

Nos meses de março e abril de 1929 desfechou-se forte campanha contra a reforma do ensino normal e primário do Estado, organizada pelo professor contratado José Escobar, que era chamado, em notas e artigos, “escamoteador de programas”, “plagiário”, “autor de lições de mau gosto”, além de ridicularizado pelo bico-de-pena dos caricaturistas do jornal, entre os quais Mário Túlio. Ao mesmo tempo, alimentava polêmica com **A Província**, a que cognominara “o Pega-Mosca”.

Em artigo de 26 de maio, sob o título “**O Diário da Manhã** e as campanhas democráticas”, comentando recente Manifesto do líder revolucionário Luís Carlos Prestes, lia-se, no segundo tópico: “Para maior liberdade e eficiência do programa pelo qual nos batemos, estamos desembaraçados de quaisquer compromissos partidários, o que não exclui, nem poderia excluir, num jornal político com a circulação do **Diário da Manhã**, o interesse devido pela imprensa de opinião à atividade das correntes partidárias orientadas por princípios liberais e aspirações patrióticas”.

Depois de transcrever sucessivos trechos do Manifesto, de declarar que desaprovava transigências dos elementos democráticos em relação às oligarquias reinantes no Brasil e de afirmar que ainda não vira motivo para recusar aplauso e incitamento ao Partido Social Democrático, concluiu o editorial: “Porque estamos lealmente convencidos de que Luís Carlos Prestes é o chefe natural dos homens que não perderam a fé nos destinos do Brasil, continuamos cada vez mais vinculados ao seu idealismo generoso e incorrutível”.

Nova homenagem foi prestada aos revolucionários brasileiros, na edição de 5 de julho de 1929, aparecendo Luís Carlos Prestes num retrato de seis colunas e artigos ardorosos de Barreto Leite Filho, Josias A. César, Joaquim Pimenta e João Barreto de Meneses, este último terminando com a frase: “Salve, homem-lâmpada do Brasil!”, além de documentário, notas históricas e vasta ilustração. A 13 do

mês em referência teve início a seção “Vida Forense”, sob a responsabilidade do advogado Barros Lima.

Inaugurou a empresa, em setembro, nova máquina impressora, rotativa, do fabricante alemão Vomag, com capacidade para imprimir 24.000 exemplares diários.

Ao findar o ano, mesmo no dia 30 de dezembro, foi prêsô, algumas horas, o repórter Hamilton Ribeiro, por haver divulgado uma reportagem sobre o fechamento do Ambulatório da Assistência Pública, que o governo pretendia deixar em silêncio.

1930 foi saudado com edição de 32 páginas. Figurou na primeira: “Ano Mau, Ano Bom...”, tendo ao lado o desenho simbólico “Le Penseur”. O editorialista referiu-se a 1929 como “ano tormentoso e fatídico”, exprimindo otimismo quanto ao ano nôvo, ao escrever:

“... a musa das esperanças sorri para os nossos destinos sombrios. A nação está de pé. A campanha liberal integrou-a nas suas reivindicações. Ela marcha vitoriosa. É mais do que uma esperança. Mais do que um conforto e um estímulo, mais do que um anseio e um ideal, porque é a alma brasileira disposta a quebrar os grilhões do cativo oligárquico, resoluta e decidida a emancipar-se dos traidores da pátria. O nôvo ano surge para o Brasil num clarão redentor, gritando por tôdas as bôcas: Abaixo a tirania!” E frisou: “1930 se prenuncia o ano da redenção republicana”.

Chegada ao Recife, a 27 de janeiro, a caravana da Aliança Liberal, dedicou-lhe o jornal páginas e mais páginas, dias seguidos, intensificando, assim, a propaganda contra os governos de Washington Luís e de Estácio Coimbra.

A edição de aniversário desse ano foi de 32 páginas, repletas de boa matéria, inclusive artigos do nôvo colaborador Manuel Caitano e de Assis Chateaubriand, em transcrição.

O **Diário da Manhã** vinha sofrendo coações, queixando-se até de ter o seu serviço telegráfico censurado, uma vez que fervia o caldeirão revolucionário, atiçado pela comitiva de oradores que estivera no Recife. A 30 de junho foi prêsô, no Rio de Janeiro, o diretor Carlos de Lima, ao desembarcar do navio “Gelria”, passando algumas horas na Quarta Delegacia Auxiliar, incomunicável. Julgava a polícia carioca tivesse êle viajado em missão subversiva, fazendo ligação entre correligionários do Norte e do Sul. O acontecimento teve ampla repercussão.

Crescia, sempre, de intensidade a campanha política encabeçada pelo famoso órgão, que se enchia de manchetes e artigos do gênero panfletário. Ocorreu a 26 de julho o assassinio, numa confeitaria recifense, do presidente paraibano João Pessoa, o que ensejou vasto noticiário, imenso serviço telegráfico sôbre a repercussão provocada e inflamados editoriais de condenação ao atentado. Por ocasião da missa de sétimo dia houve subversão da ordem, com a cavalaria em cena, espancamentos e enorme pânico. No dia seguinte, saía o **Da Manhã** com grandes trechos de espaço em branco, nas diferentes páginas, assim mutilados editoriais, noticiário, serviço telegráfico e até um artigo da lavra de João Barreto de Meneses, que comentara, com pena cáustica, os acontecimentos da véspera.

Levantada a censura (8), o matutino repetiu, integralmente, a matéria destinada ao espaço em branco, profligando as violências policiais.

Finalmente, rebentou a revolução de 1930 e, em consequência, devido à ausência de operários, o jornal deixou de circular a 5 de outubro. No dia seguinte, Carlos de Lima Cavalcanti foi substituído, na direção, por Caio de Lima Cavalcanti, uma vez que assumiu a posição de governador provisório do Estado, como um dos próceres, que foi, do movimento, sendo, após, nomeado interventor.

Verdadeiro porta-voz dos próceres revolucionários em Pernambuco, o **Diario da Manhã** (9) tornara-se órgão oficioso do governo. Entrou para o corpo redacional Oscar Pereira, não atuando mais do que os dois meses em que esteve suspenso o **Jornal Pequeno**, do qual era secretário. Tendo assumido cargo de confiança no Estado, Antônio Monte deixou a gerência a 4 de novembro, sendo substituído, igualmente, por Caio de Lima.

A 1 de janeiro de 1931, o matutino exibiu, ocupando tôda a primeira página, sob o título "1930 foi o ano da libertação nacional", significativa alegoria do pintor Mário Túlio, tendo como motivo um leão e, ao lado, homens de braços

(8) Só três jornais tinham merecido a censura policial de um dia: **Diario da Manhã**, **Diario da Tarde** e **Jornal do Recife**.

(9) Anos depois (edição de 16-4-1936), escrevia Antonio Boto de Meneses: "A voz do **Diario da Manhã**, no momento da campanha da Aliança Liberal e nos dias atormentados de João Pessoa, mergulhou o Nordeste na Revolução. A chama viva, que ardeu por longos dias, convocou o idealismo de todo o país para uma obra de intenso ressurgimento político".

erguidos, empunhando algemas como troféus; ao fundo, o sol raiando; em cima, a sombra dos “heróis de Copacabana” junto à bandeira nacional e, em baixo, soldados deitados, fuzil em mira.

Começou árdua campanha contra Assis Chateaubriand, que passara a criticar, n’**O Jornal**, do Rio de Janeiro, a administração revolucionária de Pernambuco. Entrou na polêmica, depois, o **Diário de Pernambuco**, que atacava a política social do governo do Estado e os erros da revolução, sendo refutado, sobretudo, através de uma série de artigos de Cândido Marinho.

Por essa época, a terceira página continha mais artigos assinados e menos sueltos. Eram novos colaboradores: Osvaldo Machado, Mário Melo, Jorge Gastão de Oliveira, Camucé Granja, Batista de Oliveira, Laurindo de Oliveira e Silva, M. A. de Moraes Rêgo, que focalizava a reforma do bairro de Santo Antônio; J. F. Brandão Cavalcanti, Jaime Adour da Câmara, Antônio Pinto Lapa, Rafael de Holanda, Godofredo Freire, Arruda Câmara, João Cleofas e outros, permanecendo a atuação de João Barreto de Meneses, autor de ardorosos artigos políticos.

Teve início a 1º de abril uma enquete em torno da revisão do mapa geográfico do Brasil, sob o título “Deve ser aumentado ou diminuído o número dos Estados?”. Logo mais, a 16, na edição de aniversário, de 32 páginas, figurou, na primeira, grande retrato do Príncipe de Gales (autoria de Manuel Bandeira), por motivo de sua passagem pelo Recife, com a legenda: “**God bless the prince of Wales**”.

Continuava, em 1932, a polêmica com os Diários Associados e o **Jornal do Recife**, ao último dos quais acusava de insuflar movimentos criminosos e subversivos. Nêsse ano, a edição de aniversário (10) subiu para 56 páginas, ostentando alegoria do pintor Murilo la Greca, na primeira, e numerosos trabalhos assinados, de literatura ou não. Divulgou longo “programa revolucionário” do Clube Três de Outubro e extensa exposição do interventor federal a respeito da atuação do seu governo, no período de outubro de 1930 a dezembro de 1931.

(10) A propósito, escreveu Domicio Rangel: “Tenho bem viva a lembrança do dia em que se fez o primeiro número do **Diário da Manhã**. Havia nesta casa, entre todos, uma alegria ruidosa e confortadora. Uma azáfama feliz. Dava a idéia do acampamento de um exército que se apronta para a batalha. As linhas saltavam das linotipos como cartuchos de fuzis, e se alinhavam, prateadas, como soldados aguerridos”.

Do editorial comemorativo da etapa vencida constaram os tópicos seguintes: “Durante mais de três anos, o **Diário da Manhã** foi a voz do povo em revolta permanente contra os erros, os atentados e os desregramentos inomináveis do estacismo. A nossa tarefa não mais se enquadrava nos moldes da imprensa imparcial e serena. Por vêzes, e não poucas, precisamos profligar com extrema veemência os crimes e excessos com que se pretendia fazer calar a voz do povo, que era a voz da sua imprensa incorruptível e desassombrada. E não poucas vêzes tivemos de repêlir os janízaros da oligarquia, incumbidos de assaltar as nossas oficinas e de agredir os nossos companheiros. A intolerância feroz dos poderosos de então, a covardia e a inconsciência dos instrumentos dos seus ódios, a impunidade que o regime assegurava a todos êles, estimulando-os na prática de suas façanhas clamorosas debalde torceram o caminho das nossas campanhas reivindicadoras. Fortalecidos pelo apoio do povo e fascinados pela ideologia renovadora, que eram os lemas da nossa bandeira combativa, cavávamos a ruína do poder despótico.

“Em meio dessa agitação sem tréguas e sem recuos, o **Diário da Manhã** encabeçou movimentos verdadeiramente nacionais. A alma vibrante das populações nordestinas inflamava-se com os apelos que lhe dirigíamos no sentido da libertação do jugo das autocracias que reinavam de norte a sul do país. Antes a caravana democrática e depois a caravana liberal foram as primeiras conquistas das nossas campanhas, prenunciando a vitória do povo na madrugada rubra de 3 de outubro. Jamais a alma pernambucana, a bravura e o civismo das populações nordestinas repetirão os soberbos milagres daquelas epopéias que foram as horas agoniadas dos revezes e os dias esplêndidos dos triunfos, nos embates de vida e morte, entre o poder discricionário periclitante e a marcha vertiginosa das multidões para a arrancada outubrina.

“Vitoriosa a revolução, que saíu, entre nós, das paredes temerárias do **Diário da Manhã** para as trincheiras da Soledade, não temos, ainda, senão motivos para exultar diante do contingente dos nossos esforços pela causa a que estamos vinculados por tantos episódios históricos e inesquecíveis. Somos, agora, por assim dizer, os fiscais da própria obra que ajudamos a realizar, sem medir sacrifícios, visando à regeneração da República e à grandeza da pátria”.

Modificara-se, a 20 de abril, a administração da empresa,

transformada em Sociedade Anônima, assim dirigida: diretor-presidente — Renato Carneiro da Cunha; diretor-tesoureiro — Oscar Berardo; diretor-redator-chefe — José de Sá. No corpo redacional vinham ocorrendo alterações. Com a ausência de Jarbas Peixoto, ocupou o cargo de redator-secretário, após ter passado pelo noticiário, José de Alencar (11), entrando como redator Silvino Lopes, que, no mês de setembro, criou a seção “Alto Falante”, de crônicas diárias.

Ainda em 1932, tendo começado em julho o movimento constitucionalista, armado, de São Paulo, o **Diario da Manhã** combateu-o vivamente, inserindo copiosa reportagem telegráfica e epistolar, ilustrada, procedente das frentes de batalha.

Legalmente organizada, a empresa divulgou, a 31 de dezembro, a nomenclatura do Conselho Fiscal da Sociedade Anônima para 1933: João Cleofas, Rui de Lima Cavalcanti e Mário Loureiro de Assunção Lima. Este último, exercendo, a princípio, a função de “caixa”, assumira, depois, a gerência, cargo em que permaneceu até 1936. A direção instituiu grande concurso popular para distribuição de prêmios, inclusive uma casa residencial, mediante a publicação de cupões, que os leitores recortavam, colecionavam e trocavam, no balcão, por bonus numerados, fazendo jus aos sorteios da Loteria Federal.

A edição de aniversário de 1933 foi a maior jamais vista em Pernambuco. Reuniu o total de 100 páginas, exibindo, na primeira, admirável alegoria de Manuel Bandeira, intitulada “Avante! legionários da nação redimida!”, tendo ao lado as seguintes palavras do Interventor Lima Cavalcanti:

“Órgão das aspirações nordestinas, o **Diario da Manhã** jamais transigiu com os falseadores da ideologia outubrista. Atingindo, hoje, o 6º aniversário de sua fundação, esta fôlha não tem por onde penitenciar-se perante a consciência cívica do povo e a responsabilidade que lhe cabe na vitória da revolução brasileira. Vencemos com o povo. Aqui estamos, com o povo, para lutar sem tréguas por uma democracia digna da nossa cultura e da nossa civilização”.

(11) José de Alencar foi um exemplo de talento e obstinação. Homem do interior, palmarense humilde, conseguiu entrar no **Diario da Manhã** feito contínuo. Já madrugada, quando escasseava o serviço, punha-se a rabiscar tiras de papel. Findou capitaneando a redação. Mas, em 1934, bandeou-se para outro jornal: a **Folha da Manhã**. Decorrido um ano, seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de tentar vida nova. Lá, no entanto, sofreu adversidades, vindo a falecer num hospital, isolado, em setembro de 1952.

Na mesma página, do outro lado, em baixo, estampava-se o artigo redacional sôbre a data, a qual foi solenizada com um almoço. A par da matéria comum, as seções melhoradas, a edição estampou colaboração especial de Agripino Grieco, Atilio Vivaqua, Caminha Franco, André Carrazoni, Joel Galvão, Gastão Cruis, Umberto Carneiro, Mário Melo (os dois últimos com ilustração de M. Bandeira), Mário Coelho Pinto, José Jobim, Rubens do Amaral, H. Pedra, padre Tenório de Canavieiras, Palmira Vanderlei, Augusto Rodrigues (ilustração de Nestor), Henrique Pongetti, Carlos Pereira da Costa, Alde Sampaio, José Teófilo, Otávio de Freitas, Austro Costa, Dilza de Carvalho Lima, Gileno Dé Carli, Apolônio Peres, Moreira Regis, Otávio Pinto, Cônego Henrique Xavier, José Pereira Borges, Ernani Braga, Luís da Câmara Cascudo, João Aureliano, Sérgio Marinho, Aluizio Marques, Renato de Farias, Godofredo Freire, Luiz Delgado, Fernandes e Silva, Sérgio Magalhães, Gilberto Osório de Andrade, Gentil Mendonça, Ageu Magalhães, Arnulfo Lins e Silva, Silvino Lopes, Mauro Monteiro, Bráulio Fernandes Tavares, Baltazar da Câmara, Etelvino Lins, Bibiano Silva, Rubem Bemvindo, Ildefonso Lopes, Osvaldo S. Maranhão, Antônio Persivo, Álvaro Amorim, Mário Nunes, José Borba, etc.

Desde março, Silvino Lopes vinha redigindo a crônica intitulada "Bom Dia", com a qual abria a "Vida Social". Em 1934 novas seções foram criadas, a saber: "Um conto para ler no bonde"; "Três minutos de Literatura"; "Em dia com o mundo" e "Lições de coisas para crianças", em desenhos, tôdas na última página. Na terceira: "Ver, Ouvir e Contar", crônica de S. (Silvino Lopes), e "Trechos". Na "Vida Social": crônicas, ora de Ney, ora de Marcelo, ao que se seguiu "Olha o Café", de João-do-Moka (pseudônimo de Austro Costa), de pouca duração. A página "Vida Esportiva", sob a responsabilidade de Ivo Augusto, adotou a crônica diária "Da cêrca", assinada por Kluka.

As edições normais saíam com oito páginas, em certos dias aumentadas para dez ou doze, enquanto aos domingos contavam-se 24, incluído um Suplemento dos mais variados, a começar por Literatura (presença de **copy rights** da U. J. B.), terminando com o Boletim Judiciário e meia página dedicada à "Juventude Católica de Pernambuco", tudo servido de ampla clichéria (12).

(12) O **Diário da Manhã** possuiu um dos melhores arquivos de cli-

Dizia uma nota, a 28 de março, que, devido à ampliação do serviço de informações, fôra restringido o espaço destinado a artigos de colaboração, os quais só seriam insertos quando solicitados. Dois dias antes, deixava de figurar no cabeçalho o nome do tesoureiro da empresa — Oscar Berardo. A partir do dia 29, era a seguinte a tabela de assinaturas: para todo o Brasil e países da União Panamericana: ano — 55\$000; semestre — 30\$000; para os países da Convenção Postal Universal: 150\$000 e 80\$000, respectivamente.

A edição de aniversário de 1934 saiu a 15 de abril, igualmente com 100 páginas, ocupada a primeira por artística alegoria de M. Bandeira e o editorial comemorativo, a ressaltar o excerto a seguir: “Nos bons ou nos maus instantes que, através dos anos, temos experimentado, sujeitos às vicissitudes da própria função jornalística, não mentimos nem mentiremos aos altos desígnios a que obedeceu o nosso aparecimento numa hora em que a nacionalidade caminhava para a fase mais delicada e incerta da sua existência político-social, qual a que se sucedeu à vitória do movimento revolucionário de 1930. Nascido por um imperativo do ideal libertador que animou êsse movimento, o **Diario da Manhã** foi, como continua sendo, a tribuna revolucionária por onde a opinião pública da nossa terra se manifesta franca e livremente”.

Em março do ano seguinte, passou a divulgar “As cartas de Napoleão a Maria Luisa” e, no dia 14 de abril, uma edição de 24 páginas, a primeira ocupada por imensa fotogravura de Lima Cavalcanti, assinalava a posse dêste na função de Governador Constitucional do Estado.

Superou o recorde anterior a edição de aniversário de 1935, pois apresentou-se com 120 páginas, a primeira ilustrada por M. Bandeira, ladeando-a o editorial comemorativo, que, a certa altura, ressaltou: “Hoje, se acaso nos fôsse exigida uma profissão de fé, não teríamos senão que repetir as palavras com que nos apresentamos ao público, em 1927. Continuamos a seguir, senão com inteligência, pelo menos com calor e sinceridade, as diretrizes fixadas em nosso primeiro número pelo idealismo criador de Lima Cavalcanti.

“Em face de certos acontecimentos políticos e econômicos, tão comuns aos povos que, como o nosso, ainda elabo-

chês do Brasil, catalogados de modo a permitir rápido manuseio, recebendo, diariamente, matrizes ou fotografias dos grandes acontecimentos nacionais e internacionais.

ram, angustiosamente, através de embates pessoais, o drama de suas ideologias remotas — jamais a nossa voz se amargurou no pessimismo, porque jamais descremos, sob a influência de fenômenos passageiros, dos nossos destinos de povo e nação”.

A exemplo das grandes edições precedentes, a mencionada divulgou farta colaboração de destacados vultos das letras e das artes, e copiosa ilustração. Todo o 8º caderno, de dez páginas, foi dedicado ao Estado da Paraíba.

Começou a 17 de abril, em feitiço de livro, a publicação d' "A vida privada de Greta Garbo", com exclusividade, da autoria de Rilla Page Palmberg, tradução de Edgar Lobato. A partir de 12 de maio incluiu-se na edição dominical um Suplemento Infantil, tabloide de oito páginas, sob a responsabilidade do **Mano Mais Velho** (travesti de Carlos Leite Maia) (13), contendo histórias em quadrinhos, a seção "O que a meninada escreve", passatempos, concursos, questionários e, em transcrição semanal, o livro "O Sacy", de Monteiro Lobato.

Continuavam os editorialistas a atacar a orientação do **Diário de Pernambuco**, contrária à administração estadual. Por outro lado, criticavam a Aliança Nacional Libertadora (edições de 25 e 26 de junho), como um "disfarce grosseiro do comunismo". A 10 de julho, comentando o manifesto de Luís Carlos Prestes, diziam que este e a Aliança "queriam a barbarização do Brasil pelo advento dum regime de anarquia". Já a 5 de julho a data não merecera mais do que um magro suelto a respeito das revoluções de 1922 e 1924. No dia 11 a edição, com a primeira página repleta de clichês, homenageou a promulgação da Constituição pernambucana.

Atacava, então, o ex-secretário da Agricultura, João Cleofas, também ex-membro do Conselho Fiscal da empresa. A 14 de julho foi divulgada uma edição de 52 páginas, em homenagem à Bahia. As dominicais passaram a ter 32 páginas, divididas em quatro seções, inclusive a do Suplemento Infantil, reportagem internacional, bem desenvolvida parte desportiva e as outras do costume.

No Dia do Soldado — 25 de agosto — circulou com 60 páginas, sendo homenageado, na primeira, em grande clichê, o General Manuel Rabelo, comandante da 7ª Região

(13) O Suplemento Infantil foi originário do **Jornal do Recife**.

Militar, que dotara o Recife de grandes obras, na data inauguradas.

Em virtude da alta do preço do papel, o **Diario da Manhã** (em combinação com os demais matutinos) aumentou o preço do exemplar para 300 reis, explicando uma nota conjunta, modestamente: "...a deliberação não visa lucro de qualidade alguma para as emprêsas. Muito ao contrário, foi tomada, exclusivamente, em benefício do público, a fim de que êste não tivesse os jornais de sua preferência reduzidos em número de páginas e no serviço de informação, providência que estaria sendo determinada pelo imperativo da situação cambial".

A edição de 27 de outubro, de 62 páginas, foi dedicada ao Rio Grande do Sul, por motivo da Exposição Farroupilha, encabeçada com enorme clichê do Governador Flores da Cunha, enquanto os "Fatos e vultos da guerra dos Farrapos" ocupavam três páginas, a primeira das quais ilustrada com desenho de Nestor Silva. Letras e artes gaúchas completaram a parte redacional, seguida de intensa publicidade da indústria e comércio da região visitada pela imprensa recifense.

Luiz Delgado iniciou, a 17 de novembro, um rodapé semanal, intitulado "Notícias de Livros". Publicava-se a seção "Atividades da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino", ocupando meia página, sob a responsabilidade de Juanita Borel Machado. Em agosto de 1934 retirara-se o redator-secretário José de Alencar, que foi substituído por Umberto Carneiro; mas êste pouco demorou no cargo, transmitindo-o a Silvino Lopes em 1935. Foram outros redatores, em prazos diferentes: Nelson Firmo, Renato Vieira de Melo, Álvaro Lins, Gilberto Osório de Andrade, Carlos Rios, Mauro Mota, Esmaragdo Marroquim, José Magno, Berguedof Elliot, Luís de Barros, João Duarte Filho, Jorge Campelo, Mauro Monteiro, Murilo Marroquim, Hamilton Ribeiro, Heronides Coelho Filho, etc. Da bancada da revisão participaram Landulfo Medeiros (na chefia), Francisco Marroquim, Antônio de Andrade Lima Filho, Eugênio Coimbra Júnior, José Leite, Antônio Cipriano Neto, Salgado Calheiros, Antônio Maciel e José Domingos de Melo.

A emprêsa mantinha sucursais no Rio de Janeiro, em João Pessoa, Campina Grande e Maceió; agências em Paris, Nova York e Buenos Aires; correspondentes noutros países, em todos os Estados do Brasil e nas principais cidades e vilas nordestinas. Ainda em 1935, deflagrada a guerra da Abissí-

nia, o matutino emprestou grande espaço ao serviço telegráfico e fotográfico a respeito, continuando no ano seguinte.

Edição de 48 páginas foi dedicada, a 19 de janeiro de 1936, ao Estado de Alagoas. Voltou a terceira página a encher-se de sueltos, que tinham escasseado; a começar de fevereiro, uma página era destinada às “Notícias do Nordeste”. Surgiram as “Lições de Coisas para Crianças”, em quadri-nhos desenhados. Ausentando-se, João Duarte Filho passou a enviar “O comentário do Rio”. Publicavam-se **copy rights** da Companhia Editora Nacional. E principiou, em março, a seção “Alma da Raça”, servida de artigos de Artur Alves Barbosa, às quintas-feiras.

Em face da permanência de José de Sá no Rio de Janeiro, ocupando uma cadeira de senador, desdobrara-se a função conjunta de diretor-redator-chefe, ficando êle apenas na direção, enquanto Carlos Rios era investido na chefia da redação.

Atingiu 144 páginas (quinze cadernos) — quantidade até então jamais vista em qualquer outro jornal brasileiro — a edição do nôvo aniversário, a 16 de abril de 1936 (vendido o exemplar, excepcionalmente, a 1\$200), abrindo-a excelente ilustração de M. Bandeira, sob o título “Por Pernambuco e pelo Brasil”, tendo ao pé a legenda: “No nono aniversário de sua vida, o **Diario da Manhã** contempla o caminho percorrido e sente uma sensação de felicidade. Dessa felicidade que resulta da consciência do dever nobremente cumprido. Trabalhamos, realizamos, objetivamos um programa orientado no sentido do bem público. Ao contemplar mais uma etapa, conforta-nos a convicção de que tudo empenhamos — cérebro e coração — para a realidade do simbolismo desta página: a grandeza de Pernambuco pela dinamização do seu complexo econômico e social. E prosseguiremos na peleja com a alegria dêsse aplauso”.

A importante edição prestou “justa e merecida homenagem” aos escritores pernambucanos desaparecidos, mediante a transcrição de trabalhos literários dos seguintes: Alfredo de Carvalho, Joaquim Nabuco, Faelante da Câmara, Manuel Arão, Faria Neves Sobrinho, França Pereira e Silva Lobato. Mereceram cadernos especiais os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Seções bastante desenvolvidas, com farta clichéria, sendo uma página dedicada às “cinco gêmeas do Canadá”, as famosas Dione. Colaboração original de Bastos Tigre, Rafael Correia de Oliveira, Júlio Chantala, Cleómenes Campos, Olegário Mariano, Pau-

lino de Andrade, Arnóbio Tenório Vanderlei, Nelson Firmo, Luís Teixeira (com ilustração própria), Hercílio Celso, Ascendido Leite, Agripino da Silva, Getúlio César, Cônego Xavier Pedrosa, Agripino Grieco, Brito Alves, Georges Latache Pimentel, Luís da Câmara Cascudo, Fernandes Tavares, Raimundo de Moraes, Filgueiras Júnior, Álfio Ponzi, Osires Caldas, Guilherme de Oliveira, Valdemar de Oliveira, Ageu Magalhães, Ademar Vidal, Eustáquio Duarte, Fábio Luz, Lucilo Varejão, Fernando Burlamaqui, Valdemar Valente, Pedro Pope Girão, Austro Costa, Eudes Barros, F. Ferreira, Fernando Pio, Jerônimo Gueiros, Gilberto Osório de Andrade, Durval de Albuquerque, Hildebrando de Meneses, Joaquim Tomaz, Artur Ramos, Luís Amaral, Domício Rangel, Esmeragdo Marroquim, Artur Coelho, Milton Malta Maranhão, Mário Sete, L. C. Rowe e outros.

Além do corpo redacional regular, cooperavam na feitura do matutino: Fernando Mendonça — página forense; Milton Malta Maranhão — Boletim Judiciário; Nestor Silva — desenhista; Gaston Manguinho — Seção Comercial. Era, então, o seguinte o corpo de revisores: Simplício Mesquita (chefe), Álfio Ponzi, Mário Batista, Paulo de França Pereira e Esmeraldino Marinho. Na gerência, já à frente Mário Lira, trabalhavam Anésio Mota e Antônio Correia Lima. Diretor do Departamento de Publicidade — Valdemar Angelim; chefe das oficinas — Sátiro Lima.

Em pleno auge das grandes edições, o jornal da revolução veio a proporcioná-las mais comumente. Na “Vida Social”, começou a aparecer **Dona Joana** assinando uma série de crônicas. Ocorria a interessante seção “Passatempo”, de charadas, palavras cruzadas, etc. Desde 2 de agosto, o **Suplemento Infantil** saía em tabloide de 16 páginas, vendido em separado, a 200 réis (14), chegando a estabelecer assinatura anual a 10\$000; mas não durou bastante a medida, pois, a 4 de outubro, “cessados os motivos que determinaram sua circulação independente”, voltou a ser incluído nas edições dominicais, como uma de suas seções fixas.

Criou-se um **Suplemento Sportivo** ilustrado, tablóide de oito páginas (o primeiro) e quatro depois, circulando às se-

(14) Na sua edição independente, de 6 de setembro de 1936, o **Suplemento Infantil** ostentou a seguinte manchete: “Não empreste seu jornal. Se você emprestar o seu jornal prejudicará o desenvolvimento cultural do país”.

gundas-feiras. Não conseguiu, igualmente, firmar-se, findando sua existência no quinto número. E a seção desportiva continuou, no jornal, como dantes. Nôvo aspecto apresentava a página de Literatura, inserindo colaboração, entre outros, de Luiz Delgado, Mário Sete, Jerônimo Gueiros, Ribeiro Pena, Austro Costa, Esdras Farias, Araújo Filho e Aderbal Jurema.

Baixou para 70 páginas a edição de aniversário de 1937, ainda ilustrada por M. Bandeira a primeira, tendo como motivos mapa do Nordeste, gazeteiro sobraçando o jornal, exemplares espalhados. A legenda constou de palavras de Lima Cavalcanti, extraídas do número de estréia. Lia-se no editorial da terceira página:

“... temos colaborado, imparcialmente, com a administração pública, dentro de uma rigorosa linha de independência e altivez. Se não nos sentimos constrangidos em confortar, com os nossos aplausos, o govêrno que se formou em consequência da revolução e que tantos benefícios tem dado a Pernambuco, também é certo, por outro lado, que o nosso direito de julgamento não sofreu solução de continuidade e continua a ser exercido plenamente, tôda vez que se faz necessário”.

“No terreno puramente jornalístico, o **Diario da Manhã** pode afirmar, sem vitupério, que se inscreve entre os melhores órgãos da imprensa brasileira. Mantendo, diàriamente, os mais amplos e completos serviços de informação, tanto nacional como estrangeira, sem perder de vista a sua feição de jornal pernambucano, isto é, o seu interêsse local e, num plano regional mais vasto, a sua identificação com a zona nordestina, a que serve com vigilante carinho, esta fôlha se orgulha, também, de possuir uma aparelhagem gráfica moderna e eficiente, fazendo-se por todos êsses meios um órgão informativo dos mais bem aparelhados do periodismo nacional”.

Assumiu a função de redator-secretário Gilberto Osório de Andrade. A 18 de abril, iniciou José César Borba interessante série de reportagens literárias, semanais, sob a epígrafe “O depoimento de uma geração”. No mês de maio o matutino ocupou-se, largamente, das acusações segundo as quais o Governador Carlos de Lima se achava comprometido com o movimento sedicioso comunista de 1935, pois fôra denunciado perante o Tribunal de Segurança Nacional (15).

Dura campanha encetou-se contra o Ministro da Justiça,

Agamenon Magalhães, com quem rompera o chefe do Executivo pernambucano, ao mesmo tempo que expressivo espaço era dedicado à propaganda da candidatura José Américo de Almeida à Presidência da República. Fase de grande agitação política, também era alvo de ataques o padre Arruda Câmara.

Extinta a seção infantil em abril de 1937, seu dirigente, Carlos Leite Maia, passou ao serviço de reportagem a bordo dos transatlânticos. Em maio, precisamente no dia 16, começava a publicação, em folhetim (formato de livro), da comédia dramática "Tufão", de S. L. (Silvino Lopes), o qual também escrevia saborosas crônicas, mais ou menos diárias. Nasceu a nota política "Vespas", de **Hipólito II**. No mês de julho Luiz Delgado lançou uma série de artigos, sob o título "História de um Concurso de Finanças", e logo voltava a fôlha a divulgar, autorizadamente, artigos de Costa Rêgo, do **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro. Vinha, todavia, diminuindo a quantidade de páginas, a ponto de descer até oito nos dias úteis e 16 nos domingos, reduzidas ou suspensas as seções específicas do Suplemento.

Quatro dias após a instituição de novo regime político no país, o chamado Estado Novo, saiu o nome de José de Sá (16) do cabeçalho, onde até então figurava como diretor, embora ausente do Recife. Na mesma data — 14 de novembro — justificava-se, com a alta do papel e do material gráfico, a diminuição da quantidade de páginas, o que ocorria para não ser aumentado o preço do número avulso. No fim do ano Gilberto Osório de Andrade escrevia crônicas de abertura da seção "Sociais", usando o pseudônimo **Saint Cyr**.

(15) Carlos de Lima Cavalcanti foi absolvido, no mês de agosto, por unanimidade.

(16) Na edição de 17-4-1947, escreveria Silvino Lopes, a respeito de José de Sá, na realidade um dos mais vibrantes jornalistas pernambucanos: "A revolução de 30 partiu do **Diário da Manhã**; foi o primeiro órgão que pregou, corajosamente, a rebelião salvadora. Mas, havia um homem ao leme. Um homem que parecia louco e desgovernado, porém era um jornalista: era e é, que está bem vivo — José de Sá. Nêle a imaginação nunca foi maior nem menor do que a capacidade de trabalho. Começava a escrever às 20 horas e ia até às 5, quando não se precisava mais do auxílio das lâmpadas. O chefe da oficina, o Albérico, só faltava chorar, pedindo que êle não escrevesse mais. E o homem não atendia. Terminava rasgando muita coisa que escrevia, notas que poderiam ser aproveitadas no dia seguinte, mas dizia êle que escreveria outras; que o seu destino era escrever. Pela manhã, disposto a abandonar o trabalho, e já a máquina estava rodando, êle bradava: — Isso é uma vida miserável! Seu Silvino, nós somos uns miseráveis!"

1938 trouxe, para o **Diario da Manhã**, uma inovação: títulos da primeira página em escadinha, letras contadas, a exemplo de **La Prensa**, de Buenos Aires. No mês de janeiro noticiava o falecimento, ocorrido a 17, do venerando jornalista Domício Rangel, do corpo de fundadores do matutino e já afastado do serviço por motivo de enfermidade (17). A partir de fevereiro, publicava artigos do Serviço Globo de Divulgação Literária e voltou a colaboração de Mário Sete.

Contou 60 páginas, em dez cadernos, a edição de aniversário de 1938, publicada a 17 de abril, exibindo alegoria de **Creso** e editorial na primeira. Encimou a terceira a seguinte manchete: "Ao registrar o seu 11º aniversário de luta e de vida, o **Diario da Manhã** reafirma os elevados propósitos de bem servir a Pernambuco e ao Brasil, cooperando, lealmente, para a ordem e para a tranquilidade nacionais, indispensáveis ao progresso e à grandeza do Brasil".

Tornou-se diretor-presidente da empresa, no dia 21 de junho, Rubens Pereira de Araújo, em substituição a Renato Carneiro da Cunha, que se viu forçado a abandonar o posto, vítima de perseguições do governo estadual (gestão de Agamenon Magalhães), chegando a ser preso algumas vezes e, por fim, deportado, como sucedeu, igualmente, ao redator Luís de Barros. Dias depois, exonerava-se Carlos Rios, passando Mauro Mota a atuar na qualidade de redator-chefe.

Eram outros redatores: Luís Teixeira — para assuntos de Artes; Pedro Brandão — tradutor de telegramas; Zito Mota (José João da Mota e Albuquerque) — noticiarista, depois de ter sido revisor; José Aristides de Figueiredo Lima — repórter. Na revisão figuravam, entre outros, Aldarico da Cunha e João de Deus Albuquerque Trindade.

Nova alteração sofreu, a partir de julho, a primeira página, ostentando títulos em caracteres mais vistosos. Os co-

(17) A respeito de tão interessante personalidade, escreveu Leônidas de Oliveira, no semanário **Recife**, edição de 9-4-1938: "Domício do Régo Rangel foi um espírito de elite. Jornalista, poeta, filólogo. Possuía uma probidade doentia e uma bondade infinita. A sua vida era pautada dentro de um método do qual não se afastava de modo nenhum. Era um homem que parecia ter sido feito sob medida".

Tendo começado como tipógrafo d'**A Província**, ao lado de Leônidas, igualmente evoluído para a mesa da redação, Domício Rangel passou, em 1890, à categoria de redator do importante órgão. Mais algum tempo e ausentou-se, pelo espaço de 20 anos, do jornalismo, ao qual retornou para atuar até o fim de sua existência, trabalhando em diversos diários. Deixou livros inéditos, principalmente "Nassau", em via de ser editado em São Paulo, do que não se teve mais notícia. Morreu pobre, como sucedia aos homens de jornal, ficando-lhe família numerosa.

mentários da terceira tomaram as epígrafes: “O Brasil — hoje”, na primeira coluna, e “O Mundo — hoje”, na oitava. Foram criadas as seções “Notícias dos Estados” e “dos Municípios”; “Dos jornais do Brasil” e “Fatos do Dia”, enquanto Altamiro Cunha assumia a crônica mundana.

O matutino tomou mais alento, passando a dar vinte páginas aos domingos, restabelecidas algumas seções, inclusive o “Suplemento Infantil”, do **Mano Mais Velho**. Surgiram colaboradores como Murilo Mendes, José Condé, Paulo do Couto Malta, Adalgisa Néri, Abem-Attar Neto, Bezerra de Freitas, Joel Silveira, Odorico Tavares, Rui Santos, Manuel Bandeira, Lucilo Varejão, Maria Jacinta e outros. Por sua vez, o preço do exemplar subiu, a 1º de setembro, para 200 réis.

A função de diretor-presidente foi transferida, a 3 de fevereiro de 1939, a Pedro de Sousa, sendo consultor jurídico Oscar Carneiro; tesoureiro — Cícero de Sousa; inspetor geral dos departamentos comercial e gráfico — Luís Coimbra. No mês seguinte, voltava o regime de 12 páginas diárias, em dois cadernos, ampliados o noticiário, reportagens, comentários, clichéria e copioso serviço telegráfico da United Press, aumentado também para 300 réis o preço do número avulso. Gilberto Osório, o redator-secretário, reencetou a crônica diária da primeira coluna da última página, criada no ano anterior (outubro) e suspensa dois meses após. Era seu, igualmente, o pseudônimo **Marcel** nas crônicas sociais, alternando com Altamiro Cunha. Criou-se a seção “No Mar e no Ar”, de reportagens e entrevistas, e Silvino Lopes apareceu com as “Notas a lápis”, assinando-se **M. A. M.** Estava o jornal novamente bastante movimentado e atraente, ostentando a primeira página boa distribuição de matéria. Outros redatores: Mário Leão Ramos, Aurino Maciel, Mário Jácome de Araújo e Nestor de Holanda Cavalcanti Neto.

Saiu com 30 páginas, em quatro seções, a edição de aniversário de 1939, figurando em primeiro plano alegoria de M. Bandeira e o editorial comemorativo, no qual se lia: “Criado o Estado Nôvo em 10 de novembro de 1937 e cessadas as lutas partidárias no Brasil, o **Diario da Manhã** tem sabido compreender a missão da imprensa, que se tornou, com o nôvo regime, um órgão de colaboração com os poderes públicos, para o engrandecimento nacional e na defesa dos interesses coletivos.

“Sob o ponto de vista jornalístico, o **Diario da Manhã** tem a certeza de que se acha em condições de servir da me-

lhora maneira à opinião pública, com um serviço de informações e notícias que se torna cada dia mais completo e mais de acôrdo com o programa do periodismo brasileiro, em cujo seio ocupamos um papel de relêvo, conquistado nestes doze anos de fecundo trabalho”.

Curioso título criou, depois, Murilo Marroquim, no local desocupado pela crônica de Gilberto Osório: “8 Velho — Máquina 3”. E surgiu, ainda em abril, a seção redacional “A cidade e os subúrbios”, de longa duração.

Entretanto, a 28 de julho, os dois redatores acima mencionados deixaram o serviço do jornal, porque, tendo escrito, com a respectiva assinatura, comentários que geraram descontentamento na colônia portuguesa, a direção da empresa fêz divulgar uma nota de reprovação ao procedimento de ambos, lamentando que êles, “por motivos pessoais, tenham usado as colunas desta fôlha para faltar com a devida atenção a quem é merecedor de todo respeito e acatamento”.

O Suplemento Infantil, reaparecendo, foi definitivamente extinto após a edição de 3 de setembro. Começara, assim, nova descensão, diminuindo, inclusive, para 16 e, depois, para 12 páginas, as edições dominicais, que, apesar disso, passaram a ser vendidas a 400 réis.

Retornando às suas funções, viu-se Gilberto Osório de Andrade, em janeiro de 1940, a escrever crônicas e mais crônicas e logo divulgou a série de artigos intitulada “A Amazônia na Exposição Nacional”. Como chamariz de leitores, a empresa resolveu que as assinaturas renovadas dariam direito a doze romances por ano, bastando o interessado devolver, cada mês, todos os jornais lidos. Na mesma data — 1 de março — baixou para 60\$000 o preço da assinatura anual destinada ao Brasil e países da União Panamericana.

Apenas 24 páginas teve a edição de aniversário de 1940, em quatro cadernos, um dos quais dedicado à Bahia. Do editorial comemorativo constava o tópico abaixo:

“Antes de tudo existe um dever e será preciso estar sempre vigilante para não lhe faltar nem o trair: o dever de servir a opinião pública, o Estado e a Nação. Os que fazem um jornal abdicam de quaisquer interesses individuais e só visam idéias, doutrinas, normas que se tornaram o programa coletivo do jornal. Os trabalhos são diários, ásperos e anônimos. Dia e noite as nossas salas e as nossas oficinas não param. O público que adquire o seu jornal pela manhã mal pode imaginar o que êle custou a várias pessoas em trabalho e dedicação. Os sacrifícios decorrem das condições da

indústria jornalística, sempre pronta a se onerar para servir o público, sempre com a necessidade de serviços novos e sempre disposta a realizá-los sem o pensamento de quaisquer lucros ou compensações. Temos a certeza de que nunca fugimos diante dos deveres, trabalhos e sacrifícios que são próprios da vida do jornal”.

As edições dos dias úteis apresentavam, então, seis páginas, e oito as dominicais, variando para dez. Devido ao retardamento do embarque do papel linha-d'água encomendado, viu-se o matutino, a partir de 8 de maio, na contingência de usar papel BB, reduzindo, portanto, alguns centímetros na estatura, situação que perdurou até 13 de junho. A 21, a vendagem avulsa geral foi estabelecida em 400 réis. Do dia 31 até 10 de agosto saíram, como experiência, edições em tablóide de oito páginas. Liam-se, na primeira coluna da última página, artigos de Gilberto Freyre e dos redatores Silvino Lopes (de volta de Timbaúba, onde passara alguns meses, a serviço do Recenseamento) e José César Borba. Outro redator da época: Rui Duarte, ao passo que Nelson Firmo dirigia a sucursal da empresa em João Pessoa, Paraíba.

Chegado 1941, Charles J. Rolo iniciou, a 11 de janeiro, a série “A estratégia da guerra pelo rádio”, e Artur Alves Barbosa assinava, depois, a “Crônica Lusa”. Acentuando-se a decadência, não houve, no referido ano, edição especial de aniversário. A 23 de abril começou frei Romeu Peréa a divulgar artigos sob o título “Frei Caneca maçã?”, para terminar substituindo-o pelo seguinte: “Sim, sr., frei Caneca não era maçã”, rebatendo opiniões em contrário dos historiadores Mário Melo, que escrevia no **Jornal do Commercio**, e Aurino Maciel, éste no próprio **Diário da Manhã**. A polêmica prosseguiu até 25 de maio, quando o ilustre carmelita lançou o último artigo.

Vigorou o tipo tablóide, novamente, no período de 3 a 15 de julho. Nêsse mês, a partir do dia 12, entrou a divulgar, em datas indeterminadas, curiosas reportagens ilustradas, sôbre diferentes ângulos da vida do Recife, sob o título genérico “Revista de Pernambuco”, com a assinatura, principalmente, de elementos do corpo redacional. Iniciou-as Carlos Leite Maia, seguido de Silvino Lopes, Gilberto Osório

de Andrade, Zito Mota, Jorge Paula Romeu, Francisco de Assis, José Aristides (18), Mário Sete e **Saul**.

No dia 13 de julho de 1941 ocorria mais uma modificação nas turmas administrativa e redacional do órgão, que ficaram assim constituídas: diretor-presidente — Pedro de Sousa; diretor — Oscar Carneiro; tesoureiro — Cícero de Sousa; redator-chefe — Gilberto Osório de Andrade; redator-secretário — Silvino Lopes; redator — Patrício Saraiva; gerente — João Manuel Lopes. Voltou a circular com oito páginas nos dias úteis e doze aos domingos, restabelecida a de "Literatura", alternada com a "Vida Internacional". Verificaram-se alterações de pequeno porte na matéria geral, melhorando, inclusive, o serviço de ilustrações, enquanto Altamiro Cunha restabelecia a crônica social. Adotou, a 7 de setembro, diferente tabela de assinaturas, a saber: ano — 70\$000 (depois, 75\$000); semestre — 40\$000. Logo mais, de 27 de novembro a 13 de dezembro, vigorou outra vez o formato tablóide, de oito páginas.

No último mês do ano iniciava-se uma série de artigos de Carlos Lacerda, a respeito dos japoneses no Brasil, e o redator Luís Luna apresentava a seção "As Coisas da Cidade", assinando-a com as iniciais. Em março de 1942 deixou de figurar, no expediente, o nome de Oscar Carneiro.

Não obstante se declarasse "retemperado para prosseguir nas suas atividades pelo bem comum, sem desfalecimentos ou deslises", o **Diário da Manhã** continuava a cair, circulando com seis páginas, até nos domingos, excluída de novo a edição especial de aniversário. Suspendendo a circulação a 16 de julho, ressurgiu dez dias após, como semanário, o formato um pouco diminuído, vindo a adotar, em definitivo, o modelo tablóide, com oito páginas (19). Apesar disso, devido à "situação cada vez mais difícil", em combinação com outros matutinos, elevou o preço do exemplar para \$600.

Afastaram-se os redatores Gilberto Osório de Andrade e Silvino Lopes. E o tradicional diário da revolução de 1930, perdida a sua expressão de combatividade, passada a sua

(18) Depois de ter prestado serviços ao **Diário da Manhã** e a outros jornais, José Aristides de Figueiredo Lima, excelente companheiro de trabalho, desapareceu, misteriosamente, sem que se tivesse qualquer notícia de sua morte, que ocorreu, decerto, por dipsomania, relegado à indigência.

(19) Já então, dadas as dificuldades da empresa, se havia vendido a máquina impressora grande, uma das melhores do país. Daí por diante, o jornal ficou sendo impresso em rotoplana.

atuação exponencial na imprensa pernambucana, arrastava-se, inglòriamente, numa existência apagada, quase nula, saindo aos domingos, com tiragem mínima, para meia dúzia de leitores. Assim prosseguiu, tendo como matéria indefectível a “Crônica Lusa”, de A. Alves Barbosa; a seção “Do lar e para o lar”, de Augusta Emília L. Alves Barbosa, que fazia questão de juntar ao nome o pseudônimo: **Lêa de Portugal**; as “Reminiscências”, de O. P.; as crônicas: de Cinema, por Bartolomeu Bastos, e de Rádio, pelo redator especializado José Edison; sueltos e o costumeiro noticiário, tudo, porém, reduzido.

Circulou o **Diario da Manhã** semanalmente até 6 de fevereiro de 1944. Tornou-se outra vez diário, mantendo, contudo, o formato tabloide, vendido o exemplar a Cr\$ 0,30 (em vigor o padrão monetário Cruzeiro). Criou-se, apesar de tudo, um Suplemento de seis páginas, aos domingos, dirigido por Aderbal Jurema, com bastante espaço dedicado a Literatura, inserindo produções de Austro Costa, Willy Lewin, Esdras Farias, Brito Alves, Tenório de Cerqueira, Hermilo Borba Filho, etc. Durou pouco tempo. Era redator-secretário Eugênio Coimbra Júnior; redator radiofônico, Romildo Quiroga; noticiarista, Pajuaba Neto; revisores, Carlos Luís de Andrade e Jorge Medeiros de Sousa; chefe das oficinas, Josafé Rosas.

Ainda publicou-se diàriamente até o último dia do ano. Retornou a 7 de janeiro de 1945, feito semanário, assim continuando. Mas não foi além da edição de 27 de abril, quando ficou suspenso.

Ano e meio depois, alguns espíritos esclarecidos entenderam de reerguer das cinzas o **Diario da Manhã**, título que representava uma tradição de luta, uma bandeira de princípios. Organizada uma sociedade anônima, Costa Pôrto foi designado para a direção daquele que se tornou órgão da ala dissidente do Partido Social Democrático local, destinado a fazer a propaganda da candidatura Neto Campelo Júnior ao governo de Pernambuco. Lamartine de Holanda assumiu a gerência. O ressurgimento ocorreu a 27 de outubro de 1946, com doze páginas, formato grande, custando o exemplar Cr\$ 0,70. Lia-se no editorial “Definição de rumos e atitudes”:

“Ao influxo das instituições democráticas renascentes, retorna o **Diario da Manhã** ao lugar que, durante pouco mais de um decênio, ocupou nos quadros da imprensa de Pernambuco. E não será difícil identificar certa coincidência de objetivos entre os fatores que inspiraram a sua fundação, em 16

de abril de 1927, e as razões que determinam, agora, seu reaparecimento, a serviço dos mesmos ideais.

“Coube a êste jornal, na primeira fase de sua existência, contribuir para a formação de uma consciência coletiva favorável à reforma dos costumes políticos e à consecução das aspirações que agitavam os espíritos, naquela etapa de nossa evolução, constituindo o **Diário da Manhã**, tanto pelo ânimo combativo e espírito de luta, como pelos modernos recursos técnicos utilizados em seu feitiço gráfico, um marco de renovação na imprensa do Norte, que nêle encontra instrumento sensível às tendências e idéias dos novos tempos.

“Após experiências, em desacôrdo com os impulsos de nossa índole, o país retoma, agora, a normalidade constitucional, abrindo-se, assim, nova fase à cooperação construtiva entre a imprensa e os órgãos do Estado, estruturados em bases legítimas, sob a autoridade emanada das fontes puras da soberania popular”.

“Seremos um órgão de opinião e, como tal, combativo, sem sacrifício, entretanto, do respeito devido ao adversário, enquanto digno dêle. Iniciativa pernambucana e tribuna brasileira — como acentuamos, há 18 anos, em nosso número inicial — aqui estamos para dar modesta parcela de esfôrço à obra de consolidação das instituições democráticas, em que se empenha o govêrno da República, em consonância com os anseios da opinião nacional.

“Ao povo pernambucano entregamos, mais uma vez, os destinos dêste jornal, certos que não lhe faltarão o estímulo de seus aplausos, nem o calor de sua simpatia”.

Começando o artigo diário, intitulado “Retângulo de janela”, que abria as duas primeiras colunas da segunda página, abaixo do expediente, Costa Pôrto quis logo deixar claro que aí traduzia, tão sòmente, os seus pontos de vista pessoais, acentuando:

“O **Diário da Manhã** reflete a orientação de uma corrente política, de um grupo partidário; busca estabelecer certa média de opinião, cujo pronunciamento se encontrará nos seus artigos de fundo, nos seus editoriais, nos seus sueltos, nas diversas maneiras com que se dispõe a encarar os diversos aspectos da vida nacional. Esta coluna refletirá minha maneira própria de conceituar os fatos, sofrendo as reações necessárias das idéias, prejuizos, erros de visão, paixões, tendências ou inclinações que me são exclusivos”.

O articulista declarou-se, por fim, ligado à corrente política que a fôlha ia defender.

“Iniciando a peleja pela instauração da verdade democrática”, o **Diário** saudou o General Eurico Dutra, “presidente de todos os brasileiros”, e inseriu uma saudação de Carlos de Lima Cavalcanti.

A partir da segunda edição, foram adotadas seis páginas, vendendo-se o número avulso a Cr\$ 0,60. Assinaturas: ano — Cr\$ 150; semestre — Cr\$ 80. Em face da crise verificada na imprensa nacional, constituiu sério entrave a falta de papel que a empresa teve de enfrentar, justificando, assim, o reduzido número inicial de páginas. Todavia, esperava superar os obstáculos.

Apresentando lisonjeiro aspecto, divulgava, a par da matéria política — constituída de notas, comentários, reportagens locais e do interior — movimentadas seções, a salientar: “Dente de Coelho”, por **Frei Gil de Belém**, o mesmo Silvino Lopes, que, com o próprio nome, escrevia diferentes comentários; notas de José Lins do Rego; comentários e reportagens internacionais; “Fortunato, o azarento”, em quadrinhos; a **charge** “Pimenta Malagueta”; “Da mulher e para a mulher”, etc.

Formavam o corpo redacional: Silvino Lopes, Carlos Luís de Andrade, Silvestre Maia, Ubirajara Mendes, Alfredo Vieira, Jaques Gonçalves, Lúcio Coura Gois e Júlio Jesum de Carvalho, encarregado de “Todos os desportos”. Colaboração, entre outros, de Fernando Mendonça, Aderval Torres, Luís Gaioso, Fernando de Oliveira Mota, Melquíades Montenegro, Cleodon Fonseca, Fernando Tasso de Sousa, Osório Borba, Nelson Firmo, Airon Rios, Ângela Delouche (poesia), A. Alves Barbosa, Boanerges de Oliveira e Manuel Markman (desportos).

Em meio à violenta campanha política que se vinha desenvolvendo, surgiu o Natal, comemorado com edição de 12 páginas, na primeira das quais, ladeando uma alegoria de seis colunas, lia-se bem elaborado editorial, dêle extraído o tópico a seguir: “Abramos, no intrincado negror da vida, nessa noite de encantamento e alegrias inenarráveis, uma clareira. Façamos uma pausa no doloroso caminhar... Confraternizemo-nos. Peçamos ao Rei dos Reis um pouco de sua infinita bondade para a Humanidade que sofre. Esqueçamos, nesta hora de amor e de Fé, o mal que nos fizeram e imploramos das alturas, do Senhor dos Mundos, um pouco de piedade para nós mesmos”.

A 19 de janeiro de 1947, dia de eleição governamental, encheu tôda a primeira página um clichê do candidato Neto

Campelo Júnior. Dias depois, findava o “Retângulo de Janela”, sendo o local ocupado, embora não diàriamente, pela crônica “Duas palavras”, de Antônio Geraldo Guedes, enquanto o diretor Costa Pôrto, eleito deputado, passou a escrever, do Rio de Janeiro, o comentário “Nos bastidores do Tiradentes”. Em fevereiro iniciava-se a seção “A alma das ruas”, de crônicas ligeiras, assinadas por **Ariel**. Outros colaboradores: Andrade Lima Filho, coronel Vilaronga Fontenele, Jáder Torquato, Gasparino da Mata, autor de curiosas reportagens, etc. Por outro lado, travava-se acesa polêmica com a **Folha da Manhã**, em tórno da sucessão governamental.

Comemorando o 20º aniversário, edição de 18 páginas, escreveu o editorialista: “Hoje mais do que nunca, os nossos propósitos de lutar são firmes e decididos. Nascemos para o combate. E nada nos desviará do nosso grande destino. A nossa marcha foi interrompida, é verdade, mas a nossa vida não se extinguirá jamais. Um ano a mais. E a nossa vida continua”.

Estava feito gerente Josafá Rosas, sendo redator-secretário Hibernon Vanderlei. A crônica parlamentar achava-se a cargo de Adson Pacheco de Oliveira; Guerra de Holanda redigia o “Bazar de Gringo”. Faziam reportagens Fernandes de Barros e Valdemir Maia Leite. Colaboração de Flávio Guerra, Lourenço Marques (“Um dia atrás do outro”), Melquiades Montenegro, Arnóbio Graça e J. Lopes de Oliveira.

Um reparo na máquina de impressão, a 14 de setembro, fez reduzir, novamente, o formato do **Diário**, aumentando o número de páginas, em compensação, para doze, diàriamente. Mantiveram-se as seções anteriores, colaborando no suplemento dominical, entre outros, Hélio Augusto, Filho de Oliveira, Édison Régis, Joel Pontes, Potiguar Fernandes, Guerra de Holanda, Júlio Barbosa (“Crônica da Semana”) e Valdemir Maia Leite (poesia).

Outra alteração veio a ocorrer a 25 de dezembro, no corpo administrativo, cuja direção foi transferida a Hibernon Wanderlei e Virgínio Novais, sendo gerente Joaquim de Oliveira. Na redação: Josimar Moreira de Melo, secretário, pouco depois substituído por Silvino Lira; Múcio Uchôa Cavalcanti e outros. Na revisão: Leocádio de Moraes (depois, repórter), Jamesson de Araújo e Américo Tôrres.

Já em janeiro de 1948 reduzia-se o número de páginas, suprimidos, aos domingos, o Suplemento Literário e diversas seções.

Mais alguns meses de circulação e, a 13 de maio, Constantino Maranhão tornou-se presidente da empresa, “dentro, porém, do mesmo programa de jornal combativo, livre e democrata”. Assumiram a secretaria e a gerência, respectivamente, Geraldo Seabra e Sílvio Mariz, ficando Josafá Rosas na chefia das oficinas. O matutino readquiriu o formato grande, passou a circular com seis páginas e estabeleceu em Cr\$ 0,60 o preço do exemplar. Colaboração dos padres Públio Calado (“Comentários parlamentares”) e Petronilo Pedrosa; de Costa Pôrto e Silvino Lopes.

Foi, igualmente, curta essa fase, que terminou a 1 de agosto de 1948, ficando, então, suspenso, mais uma vez, o ex-brilhante órgão de duas décadas atrás.

Numa ousada tentativa de reerguimento, organizou-se, a 26 de março de 1950, a Empresa **Diário da Manhã S.A.**, tendo como diretor-presidente Luís Filipe de Sousa Leão. Voltou à circulação com extenso editorial de apresentação, sob o título “Duas palavras”, a destacar: “Precisamente no momento em que se movimentam as forças políticas nacionais para os embates da sucessão presidencial, o **Diário da Manhã** retorna à sua tradicional posição de trincheira de combate pelas reivindicações do povo”.

Dizia-se “inteiramente alheado de bandeiras político-partidárias”, mas vigilante “pelos ideais de 1930”, postos “à margem pelo recrudescimento do eleitoralismo”, que ameaçava “reviver o império das oligarquias incompatíveis com os princípios democráticos”. Seria imparcial, adiantando: “Essa imparcialidade, porém, será a imparcialidade da justiça, que é a parcialidade do direito”.

O corpo redacional, tendo à frente Édison Régis como secretário, compunha-se de Geraldo Seabra, Everardo Vasconcelos, Aderbal Mendonça, Paulo da Cunha Pedrosa, Luís Rocha, Oscar Gurgel Tosta da Silva, Guerra de Holanda, autor da seção “Tico-Tico no Fubá”, Artur Maciel e Nilson Sabino Pinho, os dois últimos na parte desportiva. Logo depois chegavam Leocádio de Moraes e J. Barradas de Crasto.

Passou a ser vendido, avulsamente, a Cr\$ 0,80 nos dias úteis, estabelecendo, logo mais, os preços de Cr\$ 200 e Cr\$ 120, respectivamente, para as assinaturas anual e semestral. Novas seções surgiram, inclusive a “Coluna Social Progressista”; “Lavoura e Criação”; “Malhando em ferro-frio”, por E. V.; “Reminiscências & Atualidades”, a cargo de L. C.; “Baú de Turco”, por Salim; “O conto do dia”; “Coluna Universitária”; “Bancada dos Ausentes” (quadro dos deputados

faltosos às reuniões da Assembléia Legislativa); “Rádio — Cinema — Teatro — Festas” e “O **Diário** em Olinda”, por Geraldo Cavalcanti. Reportagens de Telha de Freitas e José Emídio de Lima; artigos de Otoniel Marinho Espíndola; e, por fim, as sensacionais crônicas literárias de **Canário Silva**, que não era outro senão Nertan Macedo de Alcântara.

Nessa última fase, o **Diário da Manhã** (20) viveu nove meses. Chegou a sair com doze páginas nos dias úteis, mas terminou com seis, reduzida a circulação, os anúncios rareando, até que deixou de existir definitivamente, sendo a derradeira edição divulgada a 31 de dezembro de 1950 (21) (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

1928

MEIO-DIA — Vespertino Independente — Surgiu no dia 18 de abril de 1928, em formato acima de médio, com quatro páginas de seis colunas. Diretores — Joaquim Teopompo Moreira e Severino Nunes Lins; redator-chefe — Estêvão Ribeiro. Confeção material da tipografia do **Correio-Jornal**, por arrendamento. Assinatura anual — 36\$000: semestral — 20\$000. Preço do exemplar — 100 réis.

Seu artigo-programa findou com o seguinte tópico: “Bussolar idéias sãs, abstraindo-se dos indivíduos que as apoiam ou combatem; constituir um reduto inexpugnável onde o povo, carecido de amparo e estímulo para colaborar, sinceramente, na obra de remodelação de nosso sistema político-social, esteja ao abrigo das violências e das explorações; verberar o erro e o sofisma, exaltar o mérito e a virtude — em uma palavra — viver para a verdade e pela verdade — eis o que ansiamos”.

Logo nas primeiras edições, o irrequieto diário empreendeu acesas campanhas, em linguagem violenta, especialmente contra o quebra-jarras higiênico do Departamento de Saú-

(20) Na “bela época” da primeira existência, a empresa fez editar, além do **Diário da Tarde** e da **Folha da Noite**, estudados páginas adiante, os seguintes periódicos: em 1930-31, a revista **P’ra Você**; de 1934 a 1937, o **Anuario de Pernambuco** e o **...do Nordeste** e, em 1940, o **Jornal da Indústria e da Agricultura**, estudados, a primeira, no Vol. VIII e os outros no Vol. IX desta obra, a serem publicados oportunamente.

(21) Muitos anos decorridos, voltou à liça o **Diário da Manhã**, feito semanário das segundas feiras. Ainda está circulando em 1967.

de Pública, enquanto criticava, acerbamente, os dirigentes do **Diário da Manhã**, ao qual chamava "Diário da Pedrosa".

A par da matéria sensacionalista, noticiário e comentários ligeiros sobre assuntos gerais, **Meio Dia** manteve, por algum tempo, a crônica literária "Gente de toda espécie", por **Ariel**; a quadra satírica "Pancadas de cego", assinada por **Bom de Veras**; e, depois, "Julgamento" (sobre livros), por Dilcíades Pajeú, às quartas-feiras. As páginas centrais só continham anúncios, ainda sobrando alguns para as externas.

Modificara-se, a certa altura, o corpo de responsáveis pela publicação, descendo Teopompo Moreira para a função de redator-secretário, subindo Manuel Maria de Crasto para a direção.

Desmantelada a máquina impressora a 2 de junho, o jornal omitiu-se, para uma semana de reparos. Ao voltar à circulação, fê-lo com irregularidade. A 7 de julho aparecia, no cabeçalho, um diretor-substituto — o poeta Fernandes da Costa.

Enfrentando situação financeira desesperadora, sem esperanças de solucioná-la, **Meio-Dia** não pôde ir além do nº 51, de 12 de julho (**Bib. Púb. Est.**) (1).

NOVIDADES — Diário matutino, circulou o nº 1 a 22 de maio de 1928, em formato grande, a sete colunas de composição, com quatro páginas, havendo instalado redação, escritório e oficina na Praça Joaquim Nabuco nº 167. Diretor — Pedro Brandão; redator-chefe — Abdias Cabral de Moura; gerente — Ernesto Leça. Assinava-se a 24\$000 por ano (40\$000 para o exterior), custando o número avulso \$100.

"Orientado, unicamente, por profissionais de imprensa, — lia-se no editorial de apresentação — desejamos ser, principalmente, um jornal informativo, obedecendo aos processos modernos da imprensa. E, na parte opinativa, um orientador honesto do povo. Não objetivamos, por esta razão, obter as nossas graças no enfileiramento à corrente dos órgãos que se dizem de oposição, como não nos seduzem os aplausos ou atenções do governo, porque não iremos correr parelhas com os que lhe batem incondicionalmente palmas. Se o público der solidariedade a este programa, teremos satisfeitos os nossos propósitos".

(1) Coleção desfalcada

Sobretudo noticioso, contendo serviço telegráfico e ligeiros comentários, **Novidades**, ao contrário dos congêneres, manteve, nos dois primeiros meses, cabeçalho, em grandes caracteres, não só nas 1ª e 4ª páginas, mas também nas centrais. Aos domingos, a edição fazia-se acompanhar do **Suplemento Semanal Ilustrado**, impresso no Rio de Janeiro e comum a numerosos jornais do país.

Inseria seções interessantes, como “Perfis de figurões”, soneto humorístico, de **Ferino**, e “Coluna do Diabo”, crônica de assuntos gerais, a cargo de Abdias Moura. Fêz campanha cerrada contra a instituição dos “**dias** disso e daquilo”, muito comuns à época, e criou o jornal cinematográfico “**Novidades-Film**”, mensal, que não passou da primeira “exibição”.

Deixou sua função, a 23 de julho, o redator-secretário Mário Magalhães, acompanhando-lhe o gesto o gerente e os repórteres e noticiaristas Fortunato Chaves Martins, Nelson Paixão e Antônio Chaves Martins, todos fundadores. No cabeçalho passou a figurar: “Órgão Informativo e Independente”. Em agosto, precisamente a começar do dia 8, diminuiu alguns centímetros na estatura e reduziu a largura das colunas.

A 1º de janeiro de 1929, “por motivos particulares”, Pedro Brandão deixou a direção. É que, incurso na Lei de Imprensa, fôra sentenciado a seis meses de prisão e multa de 2.500\$000, grau mínimo do artigo I, nº 2, última parte do decreto 4743, de 31 de outubro de 1923, processado pelo administrador dos Correios, porque seu jornal publicara algumas cartas de leitores, que denunciavam irregularidades naquela repartição.

Assumiram a direção Abdias Cabral e Guedes Alcoforado Filho, constando do cabeçalho: “Matutino Informativo e de Livre Opinião. Nem Oposição Sistemática, nem Governismo Incondicional”. Mais alguns dias, lia-se: Propriedade de Cabral de Moura & Cia. Novos redatores — José Hoel da Nóbrega Simões e José Neves Sobrinho; repórter policial — Arquimedes de Albuquerque, logo mais substituído por Francisco Floro de Albuquerque Leal. A crônica desportiva achava-se a cargo do sargento Hugo de Moraes. No dia 14 afastava-se Guedes Filho, porque ia dirigir outro jornal.

A seção “Na Sociedade” passou a constituir uma espécie de abrigo literário, divulgando crônicas e poesias assinadas por **Gasi Nobre** (Nóbrega Simões), **Falira** (pseudônimo de Josefa Pereira de Lira); **Cilro Meigo** (Arquimedes de Albu-

querque), Enéas Alves e Alfredo Brito. “Na Bigorna” foi uma seção humorística assinada por **D. Fradique**.

Noticiando, a 20 de janeiro, a confirmação, pelo Tribunal, da sentença contra Pedro Brandão, a ser cumprida num dos quartéis da Fôrça Pública, escreveu um comentarista:

“Pedro Brandão por êsses dias irá pagar no cárcere o desafio de pôr a sua inteligência a serviço de Pernambuco e, quiçá, do Brasil. Se, em vez de fundar e orientar um jornal livre, do povo e para o povo, tivesse vendido a sua pena às gamelas governistas, outros fados lhe correriam... Na prisão, pelo crime único de se julgar livre num país que se diz livre...” **Novidades**, entretanto, continuava a ser “a válvula” por onde escapassem “os gemidos do povo, cansado de sofrer, farto de ser explorado”.

Uma semana depois, a 29, ocorria nova alteração na parte administrativa: Propriedade e direção de Moraes & Sousa, esclarecendo a redação: “Não se responsabiliza por qualquer fato publicado antes da administração dos novos proprietários”. “Vai viver do povo e para o povo”.

O matutino tornou-se mais movimentado, com artigos em manchete e novas seções: “Irreverências”, de **Chico Peba**; “Na cozinha dos jornais”, por **J. Revisor**; “Boletim Espiritual”; “Seteiras” (humorismo), a cargo de **Sagitário**, e “Pancadas”, de **Filho da Candinha**. “Na Sociedade” aparecia com novos nomes: João Rufino, J. B. de Santa Rosa (revisor) e William. Houve, também, uma “Seção Infantil”, pequena e acanhada, sob a responsabilidade de José Bartolomeu.

A começar de 9 de fevereiro, lia-se, apenas, no cabeçalho: Direção de Ápio de Sousa. Na véspera, tinha sido iniciada uma enquete, para auscultar a opinião pública quanto ao sucessor do governador Estácio Coimbra. Depois, divulgava um manifesto do líder revolucionário Luís Carlos Prestes, fazendo-lhe a apologia em comentário à parte.

Atacando o govêrno federal, lembrou a redação, a 26 de março, a necessidade de “uma ditadura honesta, firme e forte, que saiba punir os Bernardes; ou, por nossa própria culpa, cairemos sob o regime do chicote, já ensaiado com alguma cerimônia própria das coisas novas...”

Dificuldades financeiras sobrevieram. Fêz-se um concurso de anúncios comerciais, visando a melhorar a situação, mas não deu resultado, e o independente matutino encerrou suas atividades com a edição de 14 de abril de 1929.

Circularam ao todo, em pouco menos de um ano, 277 edições (**Bib. Púb. Est.**).

O GLOBO — Diário matutino de opinião liberal, apareceu no dia 18 de agosto de 1928, em formato grande de seis colunas, com quatro páginas. Diretor — Ascendino Neves; redator-chefe — José Firmo; redator-secretário — José Neves Sobrinho; redator de assuntos internacionais — J. Nachbin; repórter fotográfico — Osvaldo de Melo; gerente — José Lindolfo Silva; sub-gerente — Jason Falcão.

Tratava-se de jornal “eminentemente informativo, acima de quaisquer injunções de ordem política, com livre modo de pensar sobre os partidos organizados e por se organizar, sem ódios nem rancores que alterem o senso analítico dos profissionais da imprensa, sereno, usando uma linguagem compatível com a educação dos que o dirigem e com a exigência dos novos rumos da cultura moderna”.

Acentuou o editorial de abertura: “... não seremos, entretanto, um órgão apático, sem vibrações, que se descure dos problemas afetos à fiscalização de todo jornal independente”.

“... tanto as oposições como os governos que transgredirem as normas equitativas do bom senso e da tolerância, do direito e da justiça, da moral e da lei, tomando atalhos nocivos à evolução geral do país, estarão, implicitamente, ao alcance das nossas censuras patrióticas”.

No segundo número, João Monteiro iniciou a seção “Kodak”, escrevendo, inicialmente: “Um jornal é sempre uma nova esperança. Salvo o jornal governista. Esse não é jornal. Não é imprensa. É gazeta de chaleirismo e alcovitice. Imprensa quer dizer um ofício nobre, um sacerdócio, um apostolado, uma religião, um sacrifício. E o que não fôr isso não é imprensa. É contrafação da imprensa”.

Expressiva manchete, no terceiro número, dizia: “O povo do Nordeste está criando uma mentalidade, não diremos revolucionária, mas de indisciplina aos erros viscerais das tiranias brasileiras. É um grande passo dado”.

Apresentou variado noticiário, artigos diversos, sueltos e reduzido serviço telegráfico. Boa messe de reclamos comerciais.

Ao que tudo indica, terminou com o n.º 3 a existência d’O Globo, tão bem iniciada (**Bib. Púb. Est.**).

DIÁRIO DA TARDE — De aspecto moderno, impressão

nítida e atraente, formato grande, seis páginas, iniciou sua circulação no dia 17 de dezembro de 1928. Propriedade da firma Lima Cavalcanti & Cia., foi a chefia da redação entregue a José Campelo. Preço do exemplar — 100 réis.

Apresentou bem fundamentado editorial, declarando: "... o **Diario da Tarde**, se não aparece à população do Recife com o cartaz de um programa extenso e complicado, tal como a plataforma dos nossos governos, saberá servir aos seus leitores com a boa vontade, o desassombro, a coragem e a exuberância de trabalho que são as causas essenciais do êxito do **Diario da Manhã**, de propriedade e direção da mesma empresa que funda, hoje, o **Diario da Tarde**.

"Esperamos dar aos leitores do Recife, tôdas as tardes, a reportagem de sensação, viva, movimentada, que corresponda à intensidade vertiginosa da vida moderna; o comentário ligeiro, a notícia rápida e um grande serviço telegráfico vespertino, mas serviço autêntico, transmitido de verdade pela Western".

"... não prescindirá da política. O jornal que é verdadeiramente jornal, o jornalista que vive do povo e para o povo e não solicita ou recusa os favores dos governos impatrióticos e desonestos, estará sempre contra todos os erros e crimes das administrações que envilecem a nação e desmoralizam a República.

"Nós brasileiros atingimos aquela etapa histórica em que os povos anseiam por se reintegrar nos seus destinos democráticos pela vitória do sufrágio livre ou pelo sangue generoso das revoluções libertárias.

"A imprensa, refletindo a opinião pública, não pode subir o curso da corrente... Há de ir com os anseios do povo e servir aos interesses do país".

Ainda na primeira página inseriu vibrantes saudações, recebidas por via telegráfica, de Luís Carlos Prestes e Maurício de Lacerda, dirigindo-se, êste, "ao espírito e ao coração dos nordestinos, concitando-os a confiar nos ideais de redenção da Pátria escravizada ao jugo das oligarquias funestas e aviltantes".

O **Diario da Tarde**, que veio secundar a atuação política do matutino seu irmão, na campanha político-revolucionária, teve grande acolhimento entre os leitores, circulando largamente. Além da matéria enunciada, inseria: "resenha e tradução dos últimos jornais europeus"; crônica social de Willy Lewin; conto diário, sob o título geral "Mil e uma noites", e, ao pé da 3.^a página, em cinco colunas, circulado,

artigo de colaboração, ora de Élfego Jorge de Sousa (o primeiro), ora de Eudes Barros, Gaspar Uchoa, Tristão de Lima, Leonardo Mota, Josué de Castro, Paulino de Andrade, Sánchez Sãez, Agripino da Silva, Josias Leão, Jarbas Peixoto, João Barreto de Meneses, Agripino Grieco, Nicolas Olivari, Teodoro Lins, Manuel Caitano, Austro Costa, etc.

As segundas-feiras, durante algum tempo, a primeira página era ocupada pela seção "Todos os Sports". Em julho de 1929, instalava-se, às quintas-feiras, a seção "Leituras Infantis", com ilustrações de Mário Tulio e clichês de crianças. Prolongou-se bastante, chegando a encher uma página.

A propósito da passagem do primeiro aniversário, salientou o articulista, a 17 de dezembro: "O **record** que batemos, diariamente, na venda avulsa de nossas edições, maior que a imprensa desta capital, matutina e vespertina somada conjuntamente, testemunha, com eloquência matemática, a preferência que merecemos do público pernambucano".

No ano de 1930, começou, a 6 de maio, a publicação de "Minha vida", por Leon Trotzky. A 1º de agosto, quando a cidade se encheu de pânico, em face dos acontecimentos fronteiros à matriz da Boa Vista, por ocasião da missa em sufrágio da alma de João Pessoa, o redator-chefe José Campelo foi intimado, pelo Chefe de Polícia, a usar linguagem moderada a respeito do que houvera. Ao circular, naquele dia, o **Diario da Tarde** exibiu um quadro em cinco colunas, ao pé da primeira página, no qual se lia: "Aqui deviam figurar as nossas palavras de indignação pelas violências de hoje". A edição do dia seguinte divulgou, ocupando tóda a primeira página, excelente fotografia do extinto presidente paraibano, tirada, na semana anterior, por Louis Piereck. A última página, porém, veio tóda em branco, só com o cabeçalho e manchete.

Por ocasião do movimento revolucionário de outubro, a fôlha deixou de circular três dias, por falta de energia elétrica. Lançou, porém, um Boletim, no dia 6, anunciando a vitória da Revolução em vários Estados. Tendo Carlos de Lima Cavalcanti assumido a chefia do Governo Estadual, subiu Caio de Lima para a direção, também, do **Diario da Tarde**, transformado em órgão oficioso.

Na data do segundo aniversário, lia-se: "Em dois anos de luta contínua e incessante, perseguido na pessoa dos seus diretores, redatores e auxiliares outros; violentado no seu direito de circulação e liberdade de crítica aos desmandos dos governos; fechadas, para a sua reportagem, as fontes de

informações de quase tôdas as repartições públicas, jamais o **Diario da Tarde** sentiu a imposição do recuo das atitudes assumidas, porque moviam o cérebro dos que o fazem o interesse e a esperança de melhores dias para a coletividade. Damos por bem empregados os sacrifícios e as horas de perseguição que atravessamos”.

A 23 de março de 1931 passou para 200 réis o preço do exemplar. Continuando variado o programa de divulgação, promoveu interessante concurso de robustez infantil e, a 27 de agosto, iniciou um plebiscito popular sobre a formação do Bloco do Norte. Na mesma data, o vespertino (como fizera o **Diario da Manhã**) declarava haver-se associado à Confederação Brasileira de Imprensa (1), destinada a “estabelecer intercâmbio intelectual entre os jornais do Sul e do Norte”.

Depois da edição de 28 de agosto, ficou suspensa a circulação do **Diario da Tarde**, “em virtude de uma ordem da Secretaria da Segurança Pública”, devido à publicação da nota intitulada “Episódio vaudevillesco”, “considerada em desacôrdo com as instruções terminantes do Govêrno Provisório da República, expressas em circular de ordem geral, prèviamente comunicada aos interessados”. É que a nota comentava as “atividades subversivas” do General Sotero de Meneses em Pernambuco, divulgadas numa reportagem transcrita da **Folha da Noite**, de São Paulo. Cumprida a punição, voltou a publicar-se no dia 3 de setembro.

A 17 de dezembro, continuava a ser um “vespertino de feição moderna”, que praticava “o jornalismo de combate e de informações”, acentuando o articulista, a propósito da data do terceiro aniversário: “Diz-nos a consciência, testemunhada pela confiança que vimos tendo do povo pernambucano, que o **Diario da Tarde** não traíu os seus amigos, não abjurou os ideais pelos quais se bateu e que os princípios da fé por um Brasil melhor, vitoriosos pelas armas dos soldados da Revolução, se mantém firmes nesta casa”.

Transformada, meses depois, a emprêsa, em Sociedade Anônima, Renato Carneiro da Cunha assumiu a direção geral.

Pela primeira vez, foi a data aniversária comemorada com edição especial, 32 páginas, a 17 de dezembro de 1932, constando do editorial alusivo:

“Raramente se apontará um tão excepcional sucesso na

(1) Instituição de vida efêmera.

história do periodismo brasileiro: o nosso jornal conquistou a opinião pública de Pernambuco, com irradiação por todos os Estados do Norte, desde os primeiros dias do seu aparecimento, ocupando até hoje, nesta capital, o primeiro lugar na tiragem da imprensa pernambucana. Graças a Deus, continuamos sem desmerecer um só instante da confiança pública, com o aumento progressivo das nossas edições e a afluência considerável de matéria paga, de tal maneira acrescida que nos vimos na necessidade de publicar edições extraordinárias de oito páginas, quebrando, assim, a feição ligeira do jornal para atender à considerável procura dos nossos anunciantes”.

Noutro tópico afirmava o articulista não se haver ainda realizado, no “Brasil, por iniciativa da imprensa e em tais proporções, uma festa cristã capaz de igualar ao Natal das Crianças Pobres, promovido, anualmente, pela redação do **Diário da Tarde**”.

A edição em aprêço apresentara alegoria de Manuel Bandeira, ocupando cinco colunas da primeira página, saudação do antigo diretor Carlos de Lima e colaboração especial de Paulino de Andrade, Heloisa Chagas, Aurélio Domingues, Fernando Mendonça, Mayne O. Peak, Mário Pessoa, Francisco Ciccotti, Willy Lewin, Limeira Tejo, Mário Libânio, Barros Lima, João Barreto de Meneses e Ascenso Ferreira, além das seções costumeiras, bastante desenvolvidas e ilustradas.

O corpo redacional, além da chefia, achava-se, então, assim constituído: Eugênio Coimbra Júnior, secretário; Mário Libânio, Antônio Cipriano Neto, Berguedof Elliot, Gentil Pôrto e Ivo Augusto, encarregado da seção desportiva, sendo revisores Landulfo Medeiros, Francisco Floro de Albuquerque Leal e Manuel Pontual de Melo.

Em diversos postos da redação, já haviam servido: Luís de Barros, José de Alencar, Elfego Jorge de Sousa, Eudes Barros, Joaquim de Oliveira, Hamilton de Oliveira, Evaldo Pimenta, Álvaro Palhano de Jesus, Newton Barbosa Pinto e Josué de Oliveira; na revisão: Gumercindo Cabral de Vasconcelos, Adalberto Maciel, Sanelva Ramos de Vasconcelos e Luiz do Nascimento.

Seguindo em tudo as diretrizes do **Diário da Manhã**, o vespertino circulava ininterruptamente, proporcionando matéria variada, sobretudo reportagens sensacionais.

A edição de aniversário de 1933, a 18 de dezembro, reuniu 24 páginas, contendo alegoria de Manuel Bandeira, ou-

tras ilustrações, e trabalhos, em prosa e verso, assinados por Limeira Tejo, Esdras Farias, Cavalcanti de Carvalho, Josefa de Farias, Mateus de Lima, Aurélio Pôrto, Nibellung de Araújo, Barros Lima, Araújo Filho, Paulino de Andrade, Odorico Tavares, Estêvão Pinto, Joaquim Cardoso, Austro Costa, Evaldo Coutinho, Silvino Lopes, Samuel Campelo, Agripino Grieco, Ademar Tavares, Paulo (do Couto) Malta Filho, Altamiro Cunha e Josué de Castro.

“Como imprensa moderna, rápida e sintética — escrevera a redação — raramente se apontará na história do jornalismo do Norte uma vitória tão completa como a que, modestia à parte, conseguimos nestes cinco anos”.

Por sua vez, proclamava o irmão mais velho, de publicação matutina: “... irradiando a sua atuação por todo o Nordeste, tem (o **Diario da Tarde**) uma atuação, no nosso periodismo, assinalada pelas mais empolgantes campanhas jornalísticas promovidas em favor da prosperidade e da grandeza de Pernambuco”.

A 24 de outubro do referido 1933, precedendo o noticiário d’ “A Vida na Sociedade”, iniciou **João-da-Rua-Nova**, ou seja, Austro Costa, a seção “De Monóculo”, de sonetos satírico-humorísticos, que somou, até 6 de abril de 1934, 121 produções. Uma segunda série, em diferente colocação, teve início a 7 de novembro, prolongando-se até 9 de julho de 1935, num total de 159 sonetos. Continuando a difundir “o **humour** ingênuo e o frívolo epigrama”, a pedido dos “leitores lhanos”, ocorreu a terceira série a partir de agosto do mesmo ano, para terminar a 11 de dezembro, contando 39 peças de 14 versos do melhor gosto poético (2).

Na edição do 6.º aniversário, de 24 páginas, escreveu o redator-chefe, José Campelo, inicialmente:

“O **Diario da Tarde** não tem sido, nesses seis anos de sua existência, um mero órgão de política partidária, amarrado a faciosismos e incondicionalismos que por acaso pudessem tolher a sua ação pelos interesses públicos a que vem servindo, senão com muita inteligência, pelo menos com calor e sinceridade”.

Noutro tópico: “O **Diario da Tarde** foi fundado para a campanha revolucionária contra os processos políticos e ad-

(2) Decorridos 31 anos (13 do falecimento do poeta-acadêmico, a Academia Pernambucana de Letras, por iniciativa de seu presidente, o professor Luiz Delgado, fez publicar o livro “De Monóculo”, nele enfeitando uma seleção daqueles famosos sonetos.

ministrativos que criaram para a República uma situação clamorosa, em que deixáramos de ser uma nação politicamente organizada, cuja forma republicana federativa desaparecera pela inexistência do sufrágio livre e o permanente desrespeito à sua lei estrutural”.

Mais adiante, porém, o articulista mostrava-se desiludido, dizendo, francamente: “Estou aliás, convencido, e esta convicção é cada vez mais forte em minha consciência, de que a revolução errou, de início, pelo apêgo às formas governamentais fundadas entre as proxenetas da liberal-democracia maçom, irreligiosa, tumultuária e inculta que já não corresponde à época de transição social em que vivemos. Governar quando muito para as épocas fáceis de abundância, em que o Estado pode duplicar a burocracia e transigir com os “affaires” escandalosos, ela não resolve e nem sequer atenua as situações difíceis e complexas em que se debatem países como o nosso. Falha a liberal-democracia na finalidade jurídica e econômica. E é inútil querer ressuscitar o que está morto e enterrado”.

Referindo-se aos “caminhos certos” para a salvação da pátria, acentuou: “Teremos que buscá-los no Estado integral, corporativo, sob uma nova modalidade, embora, pelas condições do espaço, nessa síntese formidável que o gênio de Mussolini arrancou à teoria das elites de Mosca e Wilfredo Pareto e ao realismo político e às criações filosóficas de Benedetto Croce e de Bergson e tantos outros em que deparamos, latentes, as idéias estruturais do fascismo”.

O articulista prestou homenagem aos antigos e atuais diretores da empresa, lembrando, igualmente, nomes de companheiros de trabalho, como Aderbal Jurema, Osório Borba, Jorge Campelo, Pedro Pope Girão, Valdemar Amorim e outros.

A edição apresentou alegorias de Manuel Bandeira, na primeira e na última páginas, e colaboração especial, entre outros, de José Eustáquio Duarte, Brito Alves, Palmira Vanderlei, José Geraldo Vieira, Silvino Olavo, Sabino de Campos, Orígenes Lessa, Paulo do Couto Malta, Azevedo Amaral, Renato Mendonça, Renato de Almeida e Abelardo de Araújo Jurema.

Começou a 24 de janeiro de 1935 a série de reportagens “Coisas da Civilização Yankee”, focalizando o rapto do filho de Lindberg, servida de ampla ilustração. Desde dezembro do ano transato até o mês de março, manteve **João da Beira-Mar** (pseudônimo de Fernando Pio), às quartas-feiras, a se-

ção “Clube de Tennis de Boa Viagem”, tendo por sub-título “Carnet de Indiscreções”. Iniciara-se, também, a seção de quadrinhos ilustrados “Pequenas delícias da vida conjugal”, de George Mac Manus, ao passo que, a partir de 12 de março (2), Altamiro Cunha instalava a sua crônica mundana diária, precedendo o noticiário d’“A vida na Sociedade”, onde permaneceu longo tempo, com ligeiras interrupções. Outros colaboradores foram surgindo, tais como Alvaro Moreira, J. Silvestre, Jorge Amado, Ernani Braga, José César Borba, Alfredo de Medeiros, Antônio Fasanaro, Leopoldo Luís dos Santos, Alvaro Lins, Medeiros Brito, etc.

A edição de aniversário do mencionado ano constou de 24 páginas, mas a de 1936 subiu para 26, a primeira das quais tôda ocupada por expressiva ilustração de Percy Lau.

Modificara-se quase totalmente o corpo redacional, verificado o afastamento, sobretudo, de José Campelo, em dezembro de 1935, e de Mário Libânio em outubro do ano seguinte, ambos vindos da fundação. Novos redatores: Gilberto Osório de Andrade, José Aristides de Figueiredo Lima e José César Borba; revisores novos: Pedro Martiniano Lins e Simplicio de Mesquita.

Acompanhando o **Diario da Manhã**, o **Da Tarde** desenvolveu, em meados de 1937, rigorosa campanha contra o Ministro Agamenon Magalhães e, igualmente, contra “as atividades subversivas” do padre Arruda Câmara. Este envolveu o vespertino em dois processos, o primeiro por causa do artigo “O Monstro”, divulgado a 10 de agosto; e o segundo devido ao editorial “O masorqueiro”, do dia 21. O então redator-chefe, Eugênio Coimbra Júnior, respondeu, em Juízo, pela autoria das publicações repudiadas e ainda inseriu uma nota assinada, a 22 de setembro, confirmando sua responsabilidade (3), com o que respondeu a indagações do deputado Artur de Moura, feitas através da tribuna da Assembléia Legislativa.

A edição de aniversário de 1937 reduziu-se a 16 páginas. No ano seguinte, passou o vespertino, em junho, à direção de Rubens Pereira de Araújo, e já no mês de julho apresentava diferente aspecto material, devido à tipagem nova adquirida, melhorada a distribuição das seções, inclusive a par-

(2) Não a 4 de março, como veio a escrever o cronista, no **Diario da Noite** de 30 de dezembro de 1954.

(3) Foi absolvido por um juri especial, a 8 de agosto de 1938.

te desportiva na terceira página e os comentários na última, modificado, igualmente, o serviço de clichéria, mediante boas montagens. Outros redatores: Caio de Sousa Leão, Carlos Leite Maia, Fernando Lobo e Antônio Barreto. Entre os colaboradores contavam-se José Condé, Danilo Gomes e Paulo Travassos Sarinho, encarregado do "Cooperativismo". A 1.º de setembro desceu para 100 réis o preço do exemplar e reduziu-se de seis para quatro a quantidade de páginas, estas a oito colunas, mais estreitas, sem alterar-se o formato do papel.

Assinalou a data do décimo aniversário uma edição de 16 páginas, sem a clássica alegoria na primeira. Dois dias após — 19 de setembro de 1938 — passou o vespertino ao modelo tabloide, de oito páginas, conjugadas as duas do centro, destinadas ao serviço desportivo.

Tornou-se inexpressivo o jornal, uma vez acentuada a decadência da empresa, que foi adquirida, em fevereiro de 1939, por Pedro de Sousa. Finalmente, encerrou, "temporariamente, suas atividades na imprensa nordestina" a 1º de abril do mesmo ano, sob alegações diversas, inclusive a reforma de máquinas, o aumento de páginas do **Diário da Manhã** e o montante de encomendas avulsas na oficina gráfica.

Mais de dez anos decorridos, precisamente a 3 de outubro de 1949, dirigido por Luís Filipe de Sousa Leão, tendo como redator-secretário Newton Farias, ressurgiu o vespertino.

Na "Apresentação", declarou o editorialista que o **Diário da Tarde** voltava à publicidade "animado, apenas, do propósito de servir ao povo e defender, intransigentemente, as suas convicções", acentuando: "Jornal estritamente local, sem fugir, todavia, ao imperativo do debate dos problemas que afligem o nosso povo, êle tem a finalidade específica de servir à população do Recife, expondo as suas necessidades, ventilando as suas reivindicações, mostrando aos poderes públicos as suas mazelas mais clamorosas.

"Não será demais reafirmarmos aqui que não temos nem teremos nenhum outro interesse a defender, que não seja o interesse do povo e da cidade do Recife. Para isso estaremos diariamente na rua, com estas modestas quatro páginas, dizendo as verdades que precisam ser ditas, firam a quem ferir, doam a quem doer. As conveniências não nos apearão.

"Nesse primeiro contacto com os nossos leitores, quere-

mos deixar bem claro que as tricas da política partidária não nos seduzem — e tanto é assim que o **Diário da Tarde** primará por ser um órgão absolutamente desligado de qualquer partido político, pois entendemos que acima da política estão os interesses do povo”.

Procurou recuperar seu antigo prestígio entre os leitores, apresentando reportagens sensacionais, grandes títulos e matéria geral variada. A terceira página vinha repleta de artigos e crônicas assinados por Luís Beltrão, Cezário de Melo, Melquíades Montenegro, Silvino Lira (“Homens, Idéias e Fatos”), Alfredo Pessoa de Lima e Geraldo Seabra (“Câmara Lenta”). Outras seções: “Política e Políticos”, por Y; “Teatro” por G. S., depois, P. S.; “Coisas de Rádio”, a cargo de G., ou **Geo**. O serviço de reportagens estava confiado a Leocádio Moraes e Luís Rocha, êste sempre “Em dia com a cidade”. O noticiário e comentários desportivos ficaram com Nilson Sabino Pinho e Artur Maciel, saindo às terças e sextas-feiras a crônica de **Aladin** (pseudônimo de Alfredo Craveiro da Costa Leite).

Vendia-se o exemplar a Cr\$ 0,50, custando as assinaturas anual e semestral, respectivamente, Cr\$ 130 e Cr\$ 80. Bastante movimentado, ainda criou novas seções, a salientar: “Um conto por dia”, em rodapé da segunda página, mas não diàriamente, tendo como signatários Francisco Julião, José Mucinic, Paulo F. de Campos Monteiro, etc.; “Coisas que acontecem”, de Josimar Moreira de Melo; “Vamos acabar com isso?”, a cargo de J.; “Um mote por dia”, de **Alins** (Antônio Lins), e “Um caso por dia”, de R.C., além da crônica de **Zé do Recife** e diferentes colaborações.

A 27 de outubro, escreveu Newton Farias ao diretor da fôlha: “Pedi ao paginário que retirasse o meu nome do cabeçalho do jornal. Êle figura lá, como você sabe, por sua iniciativa. Ora: acontece que têm saído no seu jornal tantas coisas com que eu não concordo pessoalmente, que para mim seria um constrangimento continuar o nome. Falar-lhe-ei, pessoalmente, com maiores vagares”.

O vespertino fêz cerrada campanha contra o govêrno do Estado, em editoriais de grandes títulos. A 13 de novembro, uma edição extraordinária, de seis páginas, trazia as duas do centro em branco, sòmente com o título: “Realizações do govêrno Barbosa Lima Sobrinho”, e uma caricatura dêste, bem pequena, ao pé. Auxiliares da administração estadual eram, por sua vez, atacados e ridicularizados, em constantes comentários.

Logo no início de 1950, o redator-secretário Josimar foi substituído por Geraldo Seabra. Outras alterações ocorreram no corpo redacional. Entrou Everardo de Vasconcelos com a crônica "Acontece que isto é verdade" e, depois, "Vamos acabar com isso?". José Almeida passou da revisão para a reportagem, assinando-se Almeida Júnior. Veio, também, Aderbal Mendonça, escrevendo "Em defesa do povo". E Oscar Gurgel Tosta da Silva fazia a reportagem policial.

Circulava, então, com seis páginas, incluindo novas seções, como "Política e politiquice"; "Lições de Esperanto"; "Conversa de rua"; por **D. Nobre**; "Coisas de Rádio", sob a responsabilidade de Charles Mendonça; reportagem de Paulo Antunes; artigos de Plínio Salgado e José Emídio de Lima.

Voltou, contudo, ao regime de quatro páginas diárias, praticamente sem anúncios e vendagem bastante fraca. Era o fim.

Atingida a edição de 29 de abril de 1950, resolveu o **Diário da Tarde** suspender, "temporariamente", a circulação, até que chegasse a rotativa encomendada... que nunca chegou (**Bib. Púb. Est.**).

1929

O **COMBATE** — Matutino liberal, surgiu no dia 5 de fevereiro de 1929, em formato de 60 x 45, com quatro páginas de sete colunas, impresso em oficina própria, situada, com a redação e a gerência, na Travessa Matias de Albuquerque nº 66. Diretor — Guedes Filho; redator-secretário — Nóbrega Simões. Assinatura anual — 30\$000; para o interior — 35\$000; para o exterior — 50\$000. Número avulso — 100 réis.

Apresentou-se com a nota a seguir, intitulada "Nossa finalidade": "Um jornal. Um programa. Defender os espoliados. O povo. Está aí a "chapa batida" em uso tôda vez que vem a público um jornal. Fugindo dêste lugar comum, negando guarida às prometedoras plataformas, os pernambucanos que fazem êste jornal limitam-se a dizer, em síntese: — **O Combate** é um jornal de opinião liberal. Entendam o nosso motivo na auréola das palavras acima e temos dito a nossa finalidade".

Noutra nota, ilustrada com clichê do líder revolucionário Luís Carlos Prestes, lia-se, entre outras considerações: "Iniciamos o nosso programa dentro da Prece, cheios de Fé

pela grandiosidade brasileira, e sòmente a entendemos traçando o nosso limite ao povo brasileiro com um jornal do povo, para o povo e pelo povo”.

Abriu a segunda página a seção “Na Trincheira”, de **D. Fradique**, com esta quadra:

“Para as lutas na imprensa,
francas, sinceras, louças,
surge **O Combate** na imensa
flâm’la das claras manhãs”.

Seguiu-se a publicação do movimentado diário, que fêz a apologia dos líderes revolucionários, inclusive comentando a seguinte frase de Assis Brasil, junto ao respectivo clichê: “Se os nossos adversários forem prudentes e tolerantes e nos deixarem a porta aberta, passaremos cordialmente e em paz. Se no-la fecharem a arrombaremos”.

A par de editoriais sôbre temas diferentes, de interêsse regional, inseria reportagens ilustradas, sobretudo em campanha contra o preço das carnes de charque e verde, esta última vendida no mercado ao preço de 1\$500 o quilo, tendo tido “um aumento escandaloso de 100 réis”; noticiário geral; a nota “Politicando”; crônicas elegantes de **Gasi Nobre** (o redator-secretário), Marilita Pozzoli e **Falira** (pseudônimo de Josefa Pereira de Lira Cavalcanti), etc., sendo duas páginas só de anúncios. Colaboração inicial de Costa Bivar e Vincenzo de Sena.

Ao circular o quinto número, ficou **O Combate** suspenso, para reaparecer um mês após, no dia 9 de março, em nova fase, permitindo “a liberdade de idéias e opiniões a quem quer que esteja em condições de esplaná-las e discutí-las, respondendo cada um pelo seu modo de pensar, independente da nossa solidariedade”.

Fôra suspenso devido a uma divergência entre os sócios da empresa Abdias Cabral de Moura, Guedes Alcoforado Filho e José Hoel da Nóbrega Simões, que tinham adquirido à firma Daniel Rodrigues & Cia. a oficina onde se imprimiram o **Correio da Tarde**, o **Correio-Jornal**, **Meio Dia** e **O Globo**, antes pertencente a Luís de França. Com a suspensão, os sócios Abdias e Nóbrega venderam suas partes à sra. Iracema Alves Neves, que assumiu a responsabilidade da empresa. Nôvo corpo redacional e administrativo: diretor — Abdias Cabral; redator-chefe — Costa Bivar; secretário — Nóbrega Simões; gerente — Pedro Pope Girão.

Começou, então, incisiva campanha contra o govêrno de Costa Rêgo, de Alagoas. Estabeleceu correspondente na Paraíba. Abriu diferentes seções, a saber: “Faiscas” (humorismo), por **Trovão**; “A charge do dia”; “Cofre de pérolas” (transcrição de sonetos célebres); crônica social de Álvaro Lins, e, depois, “Ver, Ouvir e Contar”, por **Juvenal**.

Embora continuasse a assinar seus artigos, o alagoano Costa Bivar deixou logo o corpo redacional. Pouco demorou, também, o gerente. Outros colaboradores: Ismael Moraes, Joaquim de Oliveira, Severino de Sousa, Cleofas de Oliveira, sargento Hugo de Moraes, na seção desportiva, e **Guy de Pardelan** (pseudônimo de Manuel Pedro dos Guimarães).

Vivendo em constantes dificuldades financeiras, o matutino foi novamente suspenso, o que ocorreu pouco mais de uma semana após iniciar a segunda fase, precisamente com a edição do dia 20 de março. Voltou a lume no dia 28, apresentando formato menor, a seis colunas de composição, tendo passado à propriedade exclusiva de Abdias, enquanto Nóbrega se mantinha na secretaria.

Sem mais possibilidade de sobrevivência, **O Combate** ainda circulou no dia 31 de março, quando, apenas completadas 15 edições, encerrou, definitivamente, sua atuação de jornal revolucionário, sem haver travado, sequer, pequenos combates... (**Bib. Púb. Est.**).

REAÇÃO — Onde Estiverem os Interesses do Povo aí Estaremos — Diário matutino, entrou em circulação no dia 30 de novembro de 1929, em formato de 60 x 45, com seis páginas de oito colunas. Direção de Racine Guimarães; redatores principais — Esdras Gueiros, Curvelo Júnior, Nelson Ávila e Luís Teixeira; gerente — Eduardo Guimarães. Redação e oficina à rua das Cruzes (atual rua Diário de Pernambuco) nº 86, mas imprimia-se na máquina d’**A Notícia**. Assinatura anual — 35\$000; semestral — 20\$000. Número avulso — \$100.

O editorial de apresentação começou em manchete sobre o cabeçalho, tipo corpo 24, negrito, para terminar descendo pela primeira coluna, em tipo 12, também negrito. Dizia um dos seus candentes tópicos: “Sem ser um jornal essencialmente político, **Reação** analisará os acontecimentos com desassombro, tendo sempre a norteá-la a verdade. Porque a verdade está latente em cada consciência. E não seria com malabarismos verbais hábilmente arranjados que porventura conseguiríamos solapar-lhe a evidência imperiosa. Aqui

não há lugar para os mistificadores, para os embusteiros, para os falsos profetas de credos ambulantes. Como não há lugar para os pusilânimes". Era, por fim, "um jornal pobre, de gente pobre e honesta, incapaz de se mercadejar como os tartufos travestidos de Cresus".

Servido de reportagens e comentários na primeira página, ilustrado com fotografuras e caricaturas de figurões políticos, combateu os medalhões da Aliança Liberal, tais como Getúlio Vargas, Antônio Carlos, João Pessoa, Assis Brasil, Maurício de Lacerda e, sobretudo, Carlos de Lima Cavalcanti, enquanto defendia, em tese, as idéias do líder esquerdista Luís Carlos Prestes.

Instituiu o prêmio **Reação-Repórter**, de 20\$000 a 50\$000, para trabalhos de jornalistas amadores, e o concurso Casa Operária, no valor de 5.000\$000. Abriu seções como "Pontas de fogo", de quadras satíricas, por **Satan**; "Ecos e informações"; "O conto" (transcrições de **Malba Tahan**); "Crônica da Cidade", por **D'Ante**, além de "Literatura", "Moda", "Cinema", regular serviço telegráfico, noticiário, reportagens e entrevistas. Colaboração de Nehemias Gueiros, José Firmo, Sousa Filho, Fernando Pio, Antiógenes Cordeiro e Esdras Farias.

O forte, entretanto, de **Reação** era o panfleto, a catilinária, principalmente através dos artigos de Racine, abrindo a primeira página, em que chamava João Pessoa "truculento e atrabiliário"; dava a Carlos de Lima o epíteto de "usineiro megalomaniaco" e falava da "mentira liberal", considerando a revolução em perspectiva um "negócio de capitalistas". Denunciou dissídio nas hostes aliancistas de Pernambuco, criticou o **Diário da Manhã** e o "filhote" **da Tarde**, dedicando, principalmente, o artigo "Infeliz", dos mais violentos, ao redator-chefe do segundo, o jornalista José Campelo, um "instrumento do patrão".

Foi tremendamente violento, sobretudo, no artigo de 5 de dezembro, assim terminado: "Podem ganir, lulus, pobres lulus sem sexo! Mas, cuidado... Passem de largo, e escutem a advertência do silvo do meu chicote".

O matutino focalizava temas gerais do momento, não só políticos, e bateu-se pela encampação da Great Western (hoje, Rêde Ferroviária do Nordeste). Bem redigido e de lisonjeira feição gráfica à moderna, teve, contudo, vida efêmera, encerrando sua existência combativa, sob ameaças e perseguições, com o nº 7, de 7 de dezembro (**Bib. Púb. Est.**).

1930

O LIBERTADOR — Diário vespertino, de grande formato, a seis boas colunas de composição, apareceu no dia 27 de fevereiro de 1930, trazendo sob o título as divisas: “Educar o povo para que o povo eduque os governos” e “Reagir contra a tirania de uns e precaver-se contra a hipocrisia de outros”. Direção do professor Joaquim Pimenta; redator-secretário — Aládio Amaral; gerente — Abílio Vicente. Redação, escritório e oficina na Praça Joaquim Nabuco nº 167. Assinaturas: anual — 24\$000; semestral — 15\$000. Número avulso — 100 réis.

De aspecto revolucionário, apresentou-se com grandes manchetes encerrando palavras candentes dos líderes da Aliança Nacional Libertadora, um dos quais, em Pernambuco, era o próprio Pimenta, e clichês alusivos. Foram do seu artigo-programa os seguintes tópicos:

“Este jornal vai ser um órgão de reivindicação de direitos, de defesa dos oprimidos de qualquer categoria social contra os opressores, sejam eles quais forem. Jamais relutará em proclamar a verdade, que deve pairar acima das conveniências transitórias que se tecem à sombra dos interesses de classe ou de partido, nem tampouco a estes subordinará os altos interesses da comunhão nacional.

“Surgindo em um dos momentos mais tumultuosos da nossa história, vem colocar-se com desassombro ao lado da corrente de opinião que verdadeiramente encarna as aspirações do povo brasileiro por um regime que, além de reintegrar os governos nos moldes constitucionais, seja a força motriz de uma política ao mesmo tempo construtiva e defensiva”.

“Serenos, imperturbáveis, não recuará na crítica e condenação dos erros e desmandos dos governos, sempre dentro do terreno das idéias e apoiado no testemunho dos fatos, podendo, se as circunstâncias o exigirem, ir até o extremo da veemência e da severidade, sem apelar, porém, salvo em legítima defesa, para ataques pessoais a quem quer que seja. Também não transigirá com o liberalismo postiço de pretensos orientadores do espírito popular, cujos precedentes políticos e o modo por que se conduzem como patrões ou homens de negócio, neles traem a mesma envergadura mental, os mesmos hábitos de emprego mandonismo, a mesma educação autocrática, a mesma índole despótica da quase totalidade dos nossos governantes”.

Num quadro, a publicar-se seguidamente, avisava a empresa: “**Saibam quantos** que este jornal não foi, não é nem será subvencionado por ninguém, devendo apenas contar com o apoio do público a que sempre procurará servir com absoluta honestidade e não menos incondicional devotamento às grandes causas em que estejam empenhados os direitos e as mais legítimas aspirações do povo pernambucano”.

Logo no primeiro número, **O Libertador** estampou fotografuras de Getúlio Vargas, Antônio Carlos e João Pessoa, sob o título: “O triunvirato da democracia brasileira”.

Suas colunas foram franqueadas “a tudo o que diz respeito a interesses e direitos das classes populares”.

Publicado o primeiro número com seis páginas, prosseguiu com quatro, inserindo boas reportagens, serviço telegráfico, “Um conto por dia”, sueltos, notas curiosas, informações gerais e boa parte de reclamos comerciais. Além do artigo principal, de Joaquim Pimenta, apareciam outros, assinados ora por Nelson Coutinho, ora por Georges Latache Pimentel, Raul Azêdo, Artur Neves, Artur Locke, Aurino Maciel, etc.

Não obstante a boa receptividade que teve o diário, sua vida foi das mais curtas. Depois do segundo número, parou alguns dias, voltando a 5 de março, para continuar, com regularidade, até o n° 27, de 2 de abril (**Bib. Púb. Est.**).

1931

INFORMADOR COMMERCIAL — Boletim de circulação diária, mimeografado, capa impressa em papel de côr, não foi possível conhecer a data de sua fundação, uma vez avistada, apenas, de princípio, a edição de 27 de fevereiro de 1931, sem outra qualquer indicação. Formato pouco menor do que papel de ofício. Propriedade da firma Souto & Maux, sendo gerente João Duarte Filho. Redação e escritório à rua Bom Jesus, n° 237, 2.º andar.

Apresentou o seguinte sumário: Manifestos de importação e exportação — Títulos protestados — Movimento do Fôro — Junta Comercial — Cotações de açúcar e cereais — Entradas de açúcar, e demais serviços de interesse do comércio.

No ano de 1932, já alterada a firma para Souto & Cia., o boletim, a certa altura, fazia-se acompanhar, uma vez por quinzena, do **Suplemento do Informador Commercial**, do qual

só existem três edições na Biblioteca Pública do Estado, datadas de 15-7, 31-8 e 15-9, números 7, 10 e 11. Ocupava-se, através de comentários e estatísticas, do “movimento comercial, econômico, financeiro, agrícola e industrial”. Distribuição gratuita, saía com doze páginas, redigido por João Duarte Filho, Gaston Manguinho, Gil e Rui Duarte, tendo-se passado o escritório para a avenida Marquês de Olinda n° 215, 1.º andar. Bem servido de anúncios, cobrava 200\$000 por página, 100\$000 pela metade e 50\$000 por 1/4. Apareciam, também, artigos assinados por Severino Nunes Lins e Godofredo Freire. O n.º 11 foi o último do **Suplemento**, nele anunciando-se, em substituição, o surgimento de uma revista independente — **Indústria e Comércio** (Ver “Periódicos do Recife”, Vol. VIII da “História da Imprensa de Pernambuco”).

Do **Informador Commercial**, pròpriamente, não resta nenhum outro exemplar da primeira época, afora o mencionado lá em cima.

Passa-se, então, para o n° 73, ano XII, de 1º de abril de 1938, série A. Daí por diante, foi possível manusear coleção completa.

“Publicação diária de propaganda da **Distribuidora Ltda**”, instalara-se a redação na rua Duque de Caxias n° 307, 1º andar. Capa impressa tipograficamente. Contava o texto 20 a 24 páginas mimeografadas, inserindo o mesmo tipo de informações comerciais e estatísticas da edição de 1931, intercaladas de páginas impressas de anúncios.

Prosseguiu o boletim normalmente, transferindo-se o escritório, a 1º de julho de 1941, para a rua do Imperador n° 221, 3º andar. Logo mais, a 21 de agosto, passou a constar do cabeçalho: “Órgão oficializado pela Câmara Sindical dos Corretores de Pernambuco”. Enquanto isto, baixava alguns centímetros o formato.

Voltou a mudar de escritório a 1º de junho de 1942, instalando-se na rua 1º de março, 61, 2º andar. Quinze dias depois deixou de figurar a firma proprietária, começando a decair a publicação, já diminuído o número de páginas, a capa impressa em papel de embrulho, de côr, além do péssimo papel do texto, indo assim até o n° 174, ano XIX (?), de 7 de agosto de 1942, que deve ter sido o último (**Bib Púb. Est.**).

1932

JORNAL DA NOITE — Viu-se-lhe o primeiro número publicado no dia 11 de junho de 1932. Abaixo do título, trazia: “Informar com lealdade — Comentar com justiça”. Direção de Massilon Souto; redator-chefe — Carlos Rios; redator-secretário — Edgar Mouri Fernandes; gerente — Pedro Chaves Peixoto. Propriedade da empresa “**Jornal da Noite S. A.**”. Exemplar do dia — 100 réis.

Do seu programa constava: “Defesa e propaganda dos ideais de democracia e de justiça” — “Indiferença às questões de política partidária” — “Interesse e debate em torno das questões sociais” — “Manter em rigor a ética profissional” — “Lealdade e fidelidade nas informações” — “Trabalhar para construir com independência e serenidade, fazendo da imprensa a tribuna do bom e do justo”.

Formato grande, de oito colunas, reduziu-as, logo no quarto número, para sete, “por motivo superveniente”, perdendo cinco centímetros de altura.

Movimentado de manchetes ardentes, regular serviço telegráfico, inseria artigos em duas colunas, tipo corpo 12, assinados, ora pelo redator-chefe, ora pelo secretário, prática só seguida no primeiro mês. Manteve colunas de colaboração e noticiário de interesse das classes operárias; a seção fixa “Peço a palavra”, assinada por **Marco Túlio** (pseudônimo de Carlos Rios); crônica diária de Célio Meira; narrativa d’“A Marcha da Coluna Prestes” (do nº 3 ao nº 86), por S. Dias Ferreira, continuada com a série “O paraíso moscovita”, de Raul Marion, além da crônica “Retalhos”, não muito constante, de Fernando Pio, e algumas “Notas avulsas” por O. V., sendo outros colaboradores Limeira Tejo, Jaime de Santiago, etc. Hibernon Borba fazia o noticiário desportivo. A 13 de agosto, o gerente era substituído por Alberto Pinto Lapa.

Sobrevindo o movimento constitucionalista de São Paulo, o vespertino combateu-o, sobretudo através de artigos assinados por Massilon Souto e Edgar Fernandes. Este, considerando-o “uma revolução sem princípios”, concitou a formação de batalhões de voluntários pernambucanos que fôsem defender a legalidade, num dos quais êle próprio partiu para o **front**”.

O **Jornal da Noite**, acima de tudo defensor do operariado, ficou suspenso ao publicar-se o nº 102, a 12 de outubro (**Bib. Púb. Est.**).

JORNAL DA MANHÃ — Sob o lema: “Informar com lealdade — Comentar com justiça”, apareceu à luz da publicidade no dia 17 de outubro de 1932, como edição matutina do **Jornal da Noite**, “no desejo de ampliar sua atuação e tornar mais eficiente a propaganda dos superiores ideais que propugna, irradiando-os por todo o Estado”.

Formato maior que a edição vespertina, em oito colunas, veio destinado “a observar os rumos traçados nêsse heptálogo luminoso que vem servindo de norte ao **Jornal da Noite** (1), sendo, porém, órgão oficial da Federação Regional das Classes Trabalhadoras de Pernambuco”. Tabela de assinaturas: ano — 30\$000; semestre — 15\$000. Número avulso — \$100.

Adotou as seções do vespertino irmão, sob a mesma direção e propriedade, aproveitando-lhe o corpo redacional e alguns colaboradores. Continuou a inserção do “Paraiso Moscovita”, de Raul Marion.

Após mais de três meses de circulação ininterrupta, foi suspenso a 23 de janeiro de 1933, por motivos supervenientes, reaparecendo a 12 de fevereiro, sob “a mesma orientação e os mesmos destinos, continuando a ser uma tribuna livre, um pulmão sadio para a respiração coletiva. Jamais um pelourinho, jamais um panteon. Nem ódio, nem favor: Justiça”. Entretanto... “o imperativo econômico, o preço em alta do papel leva-nos a uma providência que muito nos constrange: o nosso exemplar diário custará, doravante, 200 réis”. Prometia, em compensação, desenvolver o serviço de informações.

Na expectativa de eleições, o **Jornal** fêz a propaganda dos postulados da Liga Pernambucana de Ação Eleitoral do Pensamento Livre. Eram novos colaboradores: general Vilela Júnior, Odilon Vidal de Araújo, Abdias Abdon (“A minha prosa”), Sálvio Lara (“Flagrantes”), Flávio Guerra (crônica internacional) e outros. Ainda no mês de fevereiro, a segunda página foi transformada em Página Sindical.

Abriu as duas primeiras colunas da edição de 4 de março uma “Carta Aberta” dirigida ao Capitão Secretário da Segurança Pública e assinada pelos diretores Massilon Souto e Carlos Rios (publicada à revelia da censura), na qual reclamavam contra os excessos da medida coercitiva que pe-

(1) O **Jornal da Noite**, suspenso cinco dias antes, não voltou jamais à circulação.

sava contra o matutino, exercida por um funcionário da Polícia, ao passo que, nos outros diários, ficara a cargo dos próprios diretores. A carta concluiu deprecando providências para a cessação do constrangimento; em caso contrário, prosseguindo “a asfixia, até que se extinga, de vez, o último alento de vida”, prefeririam “ao invés da crueldade de uma morte lenta, a beleza romântica de um gesto altivo”. E fechar-se-ia o jornal, “para não trair os generosos propósitos de sua atuação nos destinos políticos e sociais de nossa terra”.

No dia seguinte criava-se a seção de consultas “O sêgrêdo da felicidade”, em que o dr. **Sariel Roasct** (criptônimo de Israel de Castro) se propunha a “desvendar o futuro e transformar os destinos humanos”.

No mencionado mês, a 22, o gerente foi substituído pelo seu auxiliar Antônio Guerra Filho. Ao mesmo tempo, deixava de ser órgão da Federação para adotar livre opinião, sem compromissos político-partidários. Entretanto, não haveria nenhuma solução de continuidade no programa de amparo às classes trabalhadoras.

Assim continuou, mas não pôde ir muito longe, só circulando até 8 de maio de 1933 (**Bib. Púb. Est.**).

1933

O ESTADO — Começou a circular, feito matutino, no dia 16 de julho de 1933, em formato grande e lisonjeiro aspecto material, impresso na oficina gráfica da extinta **A Província**, adquirida pela Sociedade Anônima **O Estado**, presidida por Fileno de Miranda. Diretor (ausente) — Luís Sucupira; diretor substituído — Renato Vieira de Melo; gerente — José Carlos Dias. Instalações completas à Avenida Marquês de Olinda nº 273. Tabela de assinaturas: ano — 48\$000; semestre — 25\$000; trimestre — 15\$000; para o exterior — 138\$000, 78\$000 e 38\$000, respectivamente.

A edição de estréia saiu com 24 páginas, em três cadernos, assim distribuída a matéria: 1º — Editoriais; artigos assinados; reportagens; serviço telegráfico; sueltos; Boletim Internacional; entrevistas; noticiário; seções “A Cidade” e “Para ler no bonde”; notas soltas. 2º — Literatura; assuntos econômicos; seção infantil, instrução; curiosidades. 3º — Teatro; Cinematografia; Desportos; Patrianovismo; “Finan-

ças, Indústria e Comércio”, etc. Bem distribuída, a publicidade comercial.

Lia-se no artigo de apresentação, entre outras considerações: “A vida de um jornal depende, sobretudo, das circunstâncias que o cercam e que só por uma parte reduzidíssima dependem d’ele. Reflexo da vida do povo, dos movimentos sociais de que é parcela, um jornal não pode jamais prever o detalhe de sua conduta de amanhã, conduta que será sempre organizada em função de situações gerais muita vez imprevisíveis. O seu programa tem de ser, portanto, menos uma súpula do que êle vai fazer do que uma síntese do que êle quer fazer. Torna-se, em última análise, uma simples exposição das intenções com que êle vem a público.

“Parece-nos que não estaríamos iludidos afirmando, neste primeiro número, que a nossa primeira intenção é um ato de fé no Brasil, de crença nos destinos da nacionalidade. Quaisquer que sejam as vicissitudes por que temos passado e estamos, sem dúvida alguma, passando, o certo é que, ao longo de quatro séculos de história, lutando com umas condições geográficas difíceis, soubemos construir uma nação respeitável e respeitada. Em horas dolorosas e amargas, temos sabido sempre colocar mais alto que as nossas questões pessoais, que os nossos interesses e as nossas decisões íntimas, o ideal dessa pátria, a convicção do destino histórico que ela tem a cumprir na terra”.

“O mundo moderno parece ser tão pobre de elementos fecundos — de justiça, de generosidade, de altruísmo, de nobreza e de fé, tão pobre de elevação e de grandeza, que a primeira tarefa de toda boa intenção é desconhecer as separações entre os homens e procurar por toda parte essas virtudes dispersas que poderão talvez salvar o mundo.

“Nós compreendemos, portanto, como nosso dever fundamental o de não nos colocarmos a serviço de qualquer parcialismo, de qualquer ódio. E, dentro dessa orientação geral, procurando trazer o nosso concurso, de cujo mérito o povo será juiz, à solução de nossas crises e à satisfação de nossas necessidades pelo esclarecimento da consciência coletiva, teremos sempre em vista que não é lógico nem possível desprezar o nosso espírito nacional. O fato indiscutível é que não podem ter passado sobre nós quatro séculos de vida sem nos deixar nem uma lição. Tudo aquilo que nos chega sob os nomes tão controvertidos de ciência, de civilização e de progresso, tem de ser adequado à fisionomia e à alma que êsses quatro séculos deixaram que entrevíssemos em nós mesmos.

“Sob êsso aspecto seremos jornal de feição nítidamente conservadora: nenhuma inovação será por nós defendida sem um estudo detalhado e honesto de sua concordância com a realidade de nossa vida e nossa alma”.

A publicação seguiu-se com oito páginas normais, matéria variada e boa colaboração. Aos domingos dava doze páginas, em dois cadernos. Fêz oposição ao governo do Estado, criticando-lhe desacertos administrativos, sobretudo no tocante às finanças, nada obstante o rigor da censura então existente.

Assumiu a gerência, a 8 de agôsto, Joaquim da Silva Cabral, que faleceu no dia 4 de janeiro do ano seguinte. Naquela data, José Carlos Dias transferira-se para o corpo redacional, mas nêle permaneceu menos de um mês. O diretor Luís Sucupira (deputado cearense à Assembléia Constituinte) só estêve no Recife, de passagem, a 31 de agôsto, e logo mais deixava a função que jamais exercera, ficando Renato Vieira, definitivamente, na direção.

Na edição dominical de 15 de outubro, ostentou **O Estado** anúncios ilustrados na primeira página do segundo caderno, deslocando-se a parte literária para a última. A inovação não durou, indo para aquela a seção “Direito e Jurisprudência”, bastante desenvolvida.

Sob o guante da censura, o matutino teve apreendida a edição de 7 de novembro, por haver inserido, “em suas páginas, uma nota cuja publicação havia sido proibida”. A edição de 24 de dezembro, contendo 22 páginas, em três cadernos, repleta de literatura, publicidade oficial e clichéria, foi dedicada à Paraíba. Em data de 17 de março de 1934 o preço das assinaturas para o exterior ficou assim reduzido: ano — 100\$000; semestre — 50\$000.

Denunciou, a 15 de abril, uma fraude da empresa **Diário da Manhã**, que imprimiu o **Anuario de Pernambuco** em papel linha d’água, indevidamente, crime, portanto, de contrabando, como acentuara o comentarista. Nêsse mesmo dia teve sua circulação suspensa, por ordem do Interventor Lima Cavalcanti.

Até então, com alternativas, tinham sido colaboradores: Luís Sucupira, Bartolomeu Anacleto, Tomé Dias, Artur Gaspar Viana, Ovídio da Cunha, Oscar Mendes, Plínio Salgado, Tristão de Ataíde, Apolônio Sales, Abgar Soriano, Arlindo Figueiredo, Hercílio Celso, Esdras Farias, Lucilo Varejão, Cicero Galvão, Gilberto Osório de Andrade, Correia Júnior, Lima Júnior, José Mariz de Moraes, Umberto Gondim, Olívio

Montenegro, Plínio Correia de Oliveira, Manuel Lubambo, H. Sobral Pinto, Andrade Lima Filho, Nilo Pereira, Sílvio Rabelo, Álvaro Lins, W. Tinoco, Danilo Lobo Torreão (“Cinematografia”), José Burlamaqui (“Paráfrases”) e Ida Uchôa, além de **copy rights** da U.J.B., a crônica diária “A Cidade”, assinada por **Zeno** (Anibal Fernandes), e a quadrinha “Chumbo grosso”, de **Lince**.

Após quase cinco meses de suspensão (no início da qual a empresa apresentou ação de protesto, no Juízo Federal, por intermédio do advogado Abgar Soriano), reapareceu o matutino a 7 de setembro, ainda sob a direção de Renato Vieira de Melo, numa edição especial de vinte páginas, em cujo artigo principal se lia:

“Afastados da arena pela violência de um governo comprometido na opinião pública, que nos assaltou a casa e nos forçou a fechar as portas, com a polícia armada, encontramos meios de não ficar de todo inibidos de enfrentar a prepotência governativa, fazendo circular **A Cidade**, que, durante todo o tempo da suspensão e da censura (1), bravamente nos substituiu. A volta do regime constitucional importava, **ipso facto**, no cancelamento da medida iníqua da Interventoria, mas a necessidade de atender ao alargamento das oficinas e de assegurar o stock de papel indispensável às duas edições, nos forçou a retardar o reaparecimento do nosso jornal. A nossa voz de todo não se calara, porque **A Cidade** era a válvula de escape, por onde a opinião consciente de Pernambuco respirava”.

“**O Estado**, no momento histórico que estamos vivendo, tinha, forçosamente, de se pôr em oposição ao atual governo de Pernambuco, precisamente por ter êsse governo traído os interesses superiores da coletividade”.

“Defendendo os bons princípios e os ideais democráticos, que animaram os líderes da Revolução de Outubro, não podia **O Estado** deixar de formar decididamente entre os que repelem, por uma questão de moralidade, a eleição do atual interventor à sucessão de si mesmo”.

Intensificou, então, a ofensiva contra a administração

(1) Tendo a Associação da Imprensa de Pernambuco pedido ao interventor federal no Estado que autorizasse (meados de junho) a volta d'**O Estado** à circulação, o jornalista Renato Vieira de Melo, em carta dirigida ao **Jornal do Recife**, agradeceu a gentileza do gesto do órgão da classe, frisando, porém, que não aceitava clemência do governo; seu jornal só voltaria a circular sob o regime de garantias legais.

estadual, focalizando, sobretudo, o aumento dos impostos e as verbas do jôgo. "Chumbo de Campanha", assinada por **Araçatuba**, satirizava os líderes da situação. A primeira página da edição de 14 de setembro foi dedicada à vinda ao Recife do prócer revolucionário de 1930, João Alberto, com o objetivo de reunir "tôdas as fôrças para o bom combate em prol da regeneração política e administrativa do Estado".

A crônica diária "A Cidade" publicou-se pela última vez no dia 15 de novembro, afastando-se Aníbal Fernandes da redação. Três dias depois, começava a seção "Banco de Lavar Roupá", firmada por **R.**, que escreveu, inicialmente:

"O jornalista, principalmente o que tem a responsabilidade de um jornal, é uma espécie de banco de lavar roupa, onde tôda gente se julga com o direito de bater. Um indivíduo de quem todos querem fazer o instrumento dos seus ódios, comodamente acobertados no anonimato".

Após citar alguns casos, concluiu **R.** (Renato Vieira de Melo): "É êsse um dos aspectos mais amargos da vida incerta e acidentada que nós outros profissionais da pena levamos. Mas que não deixa de ter o seu lado divertido. Porventura não será um grande prazer para um homem apalpar a pusilanimidade dos outros?"

Ocorreram ligeiras modificações no feitio do matutino, cujos telegramas foram transferidos para a primeira página e o artigo de fundo instalou-se no centro da terceira. O Suplemento dominical reduziu-se a quatro páginas. Novas seções: "Registo", crônica de **H.**, e "À margem", por **Téo**. Continuou "Todo o Nordeste".

Iniciado 1935, via-se no cabeçalho: "**O Estado** é um jornal de orientação católica". Baixou o preço das assinaturas anual e semestral, respectivamente, para 30\$000 e 16\$000. Sem alteração o custo do número avulso — 100 réis.

Decorreu a publicação regularmente até 17 de março do referido ano, quando ficou suspensa, "para reaparecer dentro em breve, num jornal moderno, de proporções que honrem, de fato, a imprensa de Pernambuco". Todavia, não reapareceu.

Além de Aníbal Fernandes, foram redatores d'**O Estado**: Limeira Tejo, Gomes Maranhão, Francisco Lopes Filho, Erasmo Vieira de Melo, Albino Gonçalves Fernandes, Carlos Pedrosa, Alfredo Vieira, Chaves Martins, Geovani Gomes de Lima e Francisco Oiticica. Na revisão atuaram, entre outros, Euclides Rocha, Hélio Alves e Diógenes da Veiga Pessoa. Na gerência — Osvaldo Cavalcanti da Veiga Pessoa, figurando

Antônio Sarmiento na qualidade de sub-gerente (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**) . . .

1934

A CIDADE — Vespertino de propriedade da Sociedade Anônima **O Estado**, dirigido por Limeira Tejo, começou a circular no dia 30 de abril de 1934 (em substituição a **O Estado**, quando êste foi suspenso por ordem do govêrno), publicando o seguinte quadro, ao lado do cabeçalho da primeira página:

“A melhor apresentação para um jornal, se é que não podemos fugir a ela, é o seu próprio aparecimento. Isso de dizer que seremos um jornal popular, ligeiro, informativo e com a sua dose de comentários políticos, é uma coisa perfeitamente inútil, porque ressalta à primeira vista. Nós nos apresentamos com a nossa fisionomia. Sem largos programas de cavaleiro andante. Sem os bonitos compromissos assumidos como motivo para as frases de efeito.

“Aí está o nosso jornal. Surge vivendo já os acontecimentos. Sem parar a vida para fazer notar o aparecimento. Como um passageiro apressado que, não querendo perder o bonde, toma-o em movimento”.

Obedecendo ao mesmo formato grande do antecessor, mas com quatro páginas, vendido a 100 réis o exemplar, tinha o corpo redacional constituído de Aníbal Fernandes, Albino Gonçalves Fernandes, Carlos Pedrosa, Gomes Maranhão, Alfredo Vieira, Erasmo Vieira de Melo e Chaves Martins (“Desportivas”).

Na terceira página aparecia a seção “A Rua”, crônica diária de **Jacinto** (pseudônimo de Aníbal Fernandes). Era — dizia — “a antena sensível da rua do nosso burgo. Refletirá as aspirações e os reflexos da opinião. Auscultará os anseios e as inquietudes de nossa gente”.

Jornal variado, inseria manchetes na primeira página, sueltos, serviço telegráfico, indicador médico, algumas reportagens de Gil Fernando; a seção “Placard”, a princípio assinada por **Sisifo** (pseudônimo de Carlos Pedrosa); movimento marítimo; Informações do Dia; artigos e crônicas, assinados ou não, de Limeira Tejo, colaboração de H. Sobral Pinto; Danilo Lobo Torreão (“Cinema”); Flávio Guerra, Adalberto Marroquim, etc.

Embora sob rigorosa censura, continuou a campanha d'**O Estado** contra o Interventor Lima Cavalcanti e os jornais officiosos, atacando, também, o então deputado Agamenon Magalhães, que liderava a política pernambucana.

Atendendo a uma solicitação da Associação da Imprensa de Pernambuco, recém-reorganizada, o Interventor suspendeu a censura que pesava sobre os jornais. A propósito, escreveu **A Cidade**, em sua edição de 16 de junho, na primeira página:

“Hoje estivemos finalmente livres da revisão do lápis vermelho em que tanto se especializaram os Osmundos, os Broderudes, os Levinos e tôda a luzida famulagem do oficialismo. Nenhum aviso nos foi feitio, aliás. À hora marcada para a visitinha do guarda que nos leva as provas, não tivemos o cotidiano prazer de avistar-lhe o garbo. Telefonamos, então, para a Secretaria da Segurança e foi quando o dr. Dirceu Borges nos comunicou a grande nova. A censura foi suspensa.

“Ficam aqui os nossos votos de despedida a essa “gente boa”, que teve, com a censura do nosso jornal, a oportunidade de se fazer querida dos detentores do poder. E aos investigadores Viana e Borges, bem como ao guarda-civil 25, funcionários subalternos da instituição do lápis vermelho, o nosso **shake-hand** agradecido pela linha de conduta exemplar que sempre mantiveram no seu árduo mister. Até outra vista, rapazes! Pode ser que a medida de coação ressurgja, como de outras vêzes”.

Não deu trégua à campanha contra a administração, sobretudo impugnando a candidatura do Interventor Lima Cavalcanti ao governo constitucional do Estado, em polémica com o **Diario da Manhã** e o **Diario da Tarde**, órgãos officiosos. Virgínia Pepe começou a assinar, a 1 de agosto, a interessante seção “A Economia no lar”, e L. T. publicava “O livro do dia”. No dia 28, Renato Vieira de Melo assumiu a direção, ficando Limeira Tejo como redator. E entrou para a gerência Osvaldo Cavalcanti da Veiga Pessoa.

Quase dois meses após, a 23 de outubro, por acúmulo de serviço à frente d'**O Estado** (que voltara a circular), o diretor do vespertino foi substituído por Aníbal Fernandes, mas êste, por sua vez, “em virtude de excesso de trabalho”, afastou-se, a 20 de novembro, de ambos os jornais da empresa, tendo escrito, três dias antes, sua última crônica. Subiu para o cabeçalho o nome de Gomes Maranhão.

Por essa ocasião, respondia a processo Limeira Tejo, que

lhe movera o Capitão Jurandir Mamede, comandante da Fôrça Policial, atingido por críticas daquele jornalista. Acha-va-se em vigor nova Lei de Imprensa, a cognominada Lei Infame. A 15 de março de 1935 foi efetivado, como sub-gerente, Antônio Sarmento. Novas seções sucederam-se, inclusive "Hoje", por **Marcus**; "Cock-tail", a cargo de F. M. (Fernando de Oliveira Mota) e "Registo", por H. (Heraldo Mota).

Regressando duma excursão à zona mais remota de Pernambuco, Limeira Tejo divulgou uma série de reportagens sôbre "a situação verdadeiramente angustiante do sertanejo". "O livro do dia" passou a ser subscrito por A. M. O. e o registo social era encabeçado por crônica de **Gil Failand**.

A **Cidade** festejou o primeiro aniversário com edição de 32 páginas, a 30 de abril, em quatro cadernos, vendido a 200 réis o exemplar. No editorial — "Vencemos" — lia-se:

"Foi um caminho bem difícil o que percorremos nesses 365 dias. Foi uma caminhada decidida, no entanto. Fizemo-la sem desfalecimentos, sem covardias, sem acomodações interesseiras. Fizemo-la de frente, franca, de peito aberto. Corajosamente. Temerariamente, muitas vêzes.

"Nos dias inseguros da nossa vida jornalística em começo, nenhuma garantia animava o nosso desassombro. Sòmente contávamos com a nossa própria defesa pessoal, muito precária, aliás, ante uma violência da capangada. Vivíamos abandonados à própria sorte, num ambiente das mais tenebrosas expectativas. Mas vivíamos. Gritando bem alto o nosso protesto contra a série interminável de desacertos, reclamando sem cansar contra os sucessivos abusos, as constantes humilhações, os desastres consecutivos, a tristíssima obstinação política de um chefe de govêrno saturado de ódios pequeninos, satisfazendo-se perversamente com a realização das vinganças mais mesquinhas, mais pessoais, mais incabíveis".

A volumosa edição, a par de numerosas reportagens comerciais, apresentou boa colaboração intelectual.

Vinham sendo divulgados trabalhos, em prosa e verso, de Afonso Arinos de Melo Franco, Martins Capistrano, Evaristo de Moraes, Carlos Sussekind de Mendonça, Guilherme de Almeida, Luís Heitor, Odilon Negrão, Eloi Pontes, Berilo Neves, Mário de Andrade, Lucilo Varejão e Esdras Farias, todos da "Rêde Jornalística das Edições Cultura Brasileira". A 8 de maio foi iniciada a seção "Tôda tarde", de L. F. (Francisco Lopes Filho), comentário em coluna inteira, de louvação ao Integralismo.

No referido mês, dia 29, eram afastados da redação Gomes Maranhão e Limeira Tejo. Uma nota a respeito dizia: “Órgão sem vínculos partidários e obedecendo a uma orientação conservadora, certo não pode assumir, nem assumirá feição extremista, a que infelizmente estava sendo arrastado por aquêles dois jornalistas, pôsto-que em evidente discrepância aos princípios católicos, de que fazemos questão de ser um dos esteios”. Acrescentou que êles se preocupavam em “subtrair referências elogiosas a qualquer outra fação de combate ao Comunismo (1).

Voltou à direção Renato Vieira de Melo, prometendo uma nota redacional que o vespertino se manteria em atitude de alheamento partidário, “mas, em todo caso, de franca e decidida oposição ao Comunismo”.

Desde a extinção d’**O Estado, A Cidade** passara a sair com seis páginas. A 6 de julho, entrando em gôzo de licença, Renato foi substituído, na direção, pelo gerente Osvaldo da Veiga Pessoa. Nêsse mês travou-se ligeira polêmica com o **Diário de Pernambuco**, “acêrca de certas contradições doutrinárias”. Em agôsto viu-se Andrade Lima Filho participando do corpo redacional. No dia 16, começava a inserção da matéria intitulada “Brasil — Colônia de Banqueiros” (história comentada dos empréstimos de 1824-1934).

Outras seções, em substituição, apareciam, inclusive: “Bagatelas”, crônica de A. M.; “Coisas do outro mundo”, coligidas de outros jornais e comentadas em versos, por Gil. “O livro do dia” passou a ter a assinatura de G. Novos colaboradores: Clodomiro de Oliveira, Baltazar Firmo de Oliveira, Jonatas Serrano, Quintiliano Cunha e outros, da U. J. B.; Everaldo Backheuser, **Pertinax** e Luís Sucupira, **copy**

(1) Sob o título “Imprensa do Recife”, os jornalistas Gomes Maranhão e Limeira Tejo divulgaram longa nota, nos matutinos da capital, a 29 de maio, a propósito do seu afastamento d’**A Cidade**. Declararam, em resumo, que o industrial Fileno de Miranda lhes havia feito sentir o desejo de imprimir ao seu jornal uma orientação de franca simpatia à corrente integralista. Ficou certo, nessa ocasião, de que não contava com tal dedicação. Ainda esperou que êles modificassem sua atitude, não faltando, para isto, insinuações de outrem. Mantiveram-se firmes, sendo acusados de professor o comunismo. Até que Fileno de Miranda, viajando para o Rio de Janeiro, de lá transmitiu uma ordem telegráfica ao advogado Abgar Soriano, chefe do movimento integralista em Pernambuco, para que assumisse a direção da S. A. **O Estado**, editôra do vespertino, e despedisse os dois redatores.

Acrescentaram Gomes Maranhão e Limeira Tejo: “Fizemos sempre um jornal de combate político, de informações e independente de qualquer credo que atente contra o regime vigente no país”.

rights do **Diario** de Belo Horizonte; José Mairink, Clovis Chaves, Gustavo Barroso, Gilberto Osório de Andrade, Arnóbio Graça, Miguel Reale, **Tristão de Ataíde**, cônego Xavier Pedrosa, Luís da Câmara Cascudo, Sócrates Times de Carvalho, etc.

Sempre movimentado, bem redigido e de agradável feição gráfica, o vespertino, tornado propagandista franco do regime integralista, deu uma edição extraordinária, no dia 7 de setembro, com trinta páginas, em quatro cadernos. De sua ampla matéria, entremeada de bastante publicidade comercial, destacava-se a página "Da mulher e para mulher", contendo poemas e crônicas assinados por Edna Leite Gueiros, Sílvia Patrícia, Iraci Ipirapoan Lopes, Ilka Maria, Isnar de Moura, etc. Outra página trazia o título "Por Deus, pela Pátria e pela Família", inteiramente dedicada ao Sigma. Noutra vinha "A palavra de ordem do chefe nacional do Integralismo".

Nova edição especial saiu a 28 de outubro, apenas doze páginas, comemorativa da marcha fascista sobre Roma, dedicada à colônia italiana.

Ficara **A Cidade** sob a direção de Andrade Lima Filho, que adquiriu a empresa, por arrendamento. Na gerência continuava Osvaldo da Veiga Pessoa. No corpo redacional: Alfredo Pessoa de Lima, Fernando Mota, Filgueira Filho, Francisco Lopes Filho, Alfredo Vieira, Milton Gomes da Veiga Pessoa, Erasmo Vieira de Melo, Paulo Malta Ferraz, os quatro últimos na reportagem e noticiário, Tadeu Rocha ("Notas Sindicais") e Chaves Martins na parte desportiva. Euclides Rocha era um dos revisores.

A edição de 4 de novembro ocupou mais de metade da primeira página com o noticiário, sob grandes títulos, e artigo assinado por Andrade Lima Filho, a respeito da agressão, dois dias antes, de que fôra vítima, por parte de João Cabral de Vasconcelos Filho, na calçada da residência deste último, em Olinda, resultando em luta corporal e contusões de parte a parte, por pouco não havendo exibição de armas de fogo. A agressão foi ocasionada por questões políticas, agravadas pelo artigo de Andrade intitulado "Uma nova edição do major Barata", divulgado a 31 de outubro, em resposta a outro, também violento, de João Cabral, inserto no **Diario da Tarde**.

Por falta de papel, a começar de 19 de novembro o vespertino passou a circular com apenas quatro páginas às terças e sextas-feiras. Mas, já a 24 de dezembro saiu uma edi-

ção de 24 páginas, trazendo na primeira, ilustrada por Lauria, uma "Oração de Natal da Pátria-Criança", da lavra de Plínio Salgado, e a "Nossa Prece de Natal", da redação.

Um mês depois, a 25 de janeiro de 1936, outra edição especial, de 24 páginas, era dedicada à Paraíba. A 30 de abril, comemorava-se, idênticamente, o segundo aniversário de circulação.

Mais alguns meses e, a 24 de setembro do ano III, ocorria nova alteração no quadro administrativo, tendo em vista "circunstâncias especiais": Andrade Lima Filho (motivo de saúde) foi substituído, na direção, por Abgar Soriano, enquanto o gerente entregava seu cargo a Antônio Sarmento. Tais modificações não traduziam, entretanto, nem acarretavam, segundo nota explicativa, qualquer mudança de atitude intelectual, continuando o jornal "a ser o baluarte das causas sadias, o batalhador a prol do interesse coletivo, o clarinador de uma mentalidade nova, o pugnador de um Brasil uno, forte e feliz".

No dia 1 de outubro o exemplar passava a vender-se, ordinariamente, a \$200, para não ficar "em desigualdade com o preço dos outros vespertinos". O artigo diário principal, em duas colunas, tipo corpo 12, negrito, era assinado pelo novo diretor. No dia 24 de dezembro ainda saiu uma edição de Natal, que reuniu 18 páginas.

Finalmente, no último dia de 1936 circulou o último número d'**A Cidade**. Declarava-se suspensa *sine die*, para "entrar numa fase de renovação". Foi o fim (**Bib. Púb. Est. e Bib. Fac. Dir. UFPe.**).

FÓLHA DA NOITE — Diário político, propriedade da Empresa **Diário da Manhã S. A.**, tendo como diretor-presidente Renato Carneiro da Cunha, formato grande, magnífica feição material, veio engrossar, junto ao **Diário da Manhã** e ao **Diário da Tarde**, a campanha em prol da candidatura do Interventor Carlos de Lima Cavalcanti ao governo constitucional do Estado. Vendia-se a 100 réis o exemplar, circulando às 17 horas, com seis páginas.

No primeiro número, aparecido no dia 25 de agosto de 1934, lia-se em manchete da última página: "A hora é das atitudes inflexíveis. Não comporta dubiedades. O indivíduo tem que escolher a ponta do dilema: ou está com a revolução ou está contra ela. Não há por onde fugir".

A seção "Câmara lenta" começou com o seguinte tópico: "Para um jornal moderno, de linhas ultra-elegantes, ver-

tiginosas como um super-Cliper, dentro do século, equipado com asas, o comentário leve sôbre assuntos pesados é um “imperativo categórico”, como aquêles que já impressionavam o irreverente sr. Pitigrili ao observar o jornalista admirador do seu famoso professor da Merovingia. E se a política — com p minúsculo — é um assunto evidentemente pesado, o seu comentário num jornal-última-hora, trepidante, deve de ser leve, ou melhor, se o preferem os admiradores do justo têrmo das coisas, leviano... Seguiremos, assim, por êsse caminho que, se não nos leva a nenhum Golgota, tem, todavia, as suas asperezas — catabis, na linguagem do século — que pretendemos vencer à fôrça do nosso equipamento moderno: ação de joelho em tôdas as rodas. Isso pôsto, **en avant tous**, como diriam, endomingados a Souto Filho, os quadrilheiros dos tempos da saudosa mocidade do jornalista Mário Melo”.

Apresentava-se repleto de reportagens, comentários ligeiros, sueltos abrindo a terceira página, copioso serviço telegráfico, **charges** políticas, clichês de personalidades do momento; a crônica “Do lar e dos salões”, por **Lúcio Daltavir** (Altamiro Cunha); “Notas e fatos”, de D. R. (Domício Rangel), e “O lar feliz”, por **Sibila**, com títulos ilustrados. A parte desportiva trazia a epígrafe: “A vida sob o grande ar”.

Predominou, porém, a campanha dos candidatos do P. S. D. a cargos eletivos, em face do pleito que se avizinhava, realizado o qual extinguiu-se a vida da **Folha**, cujo último número saiu a 20 de outubro, antes de completar dois meses de circulação.

Explicou, mesmo, o derradeiro editorial: “**A Folha da Noite** nasceu da necessidade da luta para as emoções de uma campanha”; apareceu “na hora agá, como um reduto da rebeldia pernambucana”, concluindo: “**A Folha da Noite** é uma bateria que cala, voluntariamente, porque chegou a hora do armistício que os vencedores trazem aos vencidos, como resultante de um triunfo completo e definitivo”.

O corpo redacional era comum aos outros jornais da Empresa, sendo redator-secretário José Penante (**Bib. Púb. Est.**).

1935

FOLHA DO POVO — Vespertino independente, teve seu primeiro número em circulação a 10 de julho de 1935, obe-

decendo ao formato de 55 x 37, a seis colunas de composição, com quatro páginas. Direção e propriedade de Osório Lima; corpo redacional: Rubem Braga (redator-chefe), Cláudio Tavares, Abelardo de Araújo Jurema, Luís Luna, Marcelo Cordeiro e Vanderlindo Virgínio Nunes; revisores — Fernando Licarião e Richomer Barros; gerente — José Calvanti Vanderlei; auxiliar da gerência — Augusto Aragão. Trabalho gráfico da oficina do semanário **A Esquerda**, à rua Diário de Pernambuco nº 42, onde funcionava, igualmente, a redação. Tabela de assinaturas: ano — 40\$000; semestre — 25\$000. Preço do exemplar — 200 réis.

Foi o seguinte o editorial de apresentação, ilustrado com retrato de corpo inteiro do líder revolucionário Luís Carlos Prestes: “Tivemos uma grande luta para jogar êste jornal na rua. É um jornal e, portanto, mal instalado e mal feito. Muita coisa que um bom jornal precisa ter, nós não temos. Comercialmente, nossa ambição não está nos lucros máximos, está nos prejuízos mínimos. Tènicamente, nossa ambição tôda é aproveitar do melhor modo um material e um pessoal insuficientes. Jornalisticamente, nossa ambição tôda é fazer um jornal legível.

“Ao lado dessas pequenas ambições temos uma grande ambição: **Folha do Povo** quer ser, de verdade, a fôlha do povo. Êste jornal quer ser um jornal para operários, para trabalhadores de tôdas as profissões, para comerciantes, proprietários e industriais modestos, para intelectuais, estudantes e soldados, para todos os que sofrem a opressão dos salários baixos, dos impostos altos, da vida difícil e dura.

“Nós queremos que, através destas páginas, tôdas as camadas populares possam manifestar suas idéias e suas reivindicações. Aqui dentro não temos e não admitiremos nenhum dogma partidário, religioso ou social. **Folha do Povo** desmentiria seu próprio nome se não fôsse um jornal visceralmente e intransigentemente democrático.

“Nossos inimigos, os que entoam hinos aos regimes de opressão, os fascistas de camisa ou de palitô, lerão demagogia onde escrevemos democracia. E hão de sorrir quando falarmos do povo: — Que vale o povo? Pois bem, senhores: nós acreditamos no povo. O povo é muito ignorante? Mas sabe perfeitamente como vive. É analfabeto? Mas sabe ler o recibo dos impostos que paga. É nulo em matemática? Mas sabe calcular o número de níqueis de que precisa para matar a fome. É imprestável e doente, mas sabe produzir tudo o que existe, e construir tudo o que torna humana a

vida do homem. O povo sabe o suficiente: sabe porque vê e porque sofre na carne e na alma o que vê. Nós acreditamos no povo, em suas virtudes, em seu gênio oprimido pelos grandes exploradores, pelos grandes opressores e pelos grandes mistificadores.

“Vós já olhastes, senhores fidalgos, a massa de homens e mulheres, velhos e crianças, no meio de uma rua, no interior de um templo, de uma usina, de um estádio; do alto de vossas janelas ou de dentro de vossos automóveis, já visteis a multidão de brancos, prêtos, caboclos e mulatos, milhares de criaturas juntas, trabalhando, rezando, rindo ou chorando, gritando ou cantando? Como se chamam êsses homens mal vestidos, essas mulheres pobres, êsses velhos alquebrados, essas crianças magras? Vós os conheceis vagamente: êles são o povo, a patuléia, a massa ignara, os anônimos. Nós procuraremos falar em nome dêsses anônimos. Nós queremos ser voz e arma do povo”.

Iniciando o seu comentário assinado, Osório Lima escreveu, ainda, sobre o programa do jornal: “Agitaremos, com especial atenção, o problema da mulher e da criança, grave e delicado problema, quando verificamos, constrangidos, o aumento assustador da prostituição, da mendicância e da mortalidade infantil no Recife, em outras capitais e no interior nordestino. As questões de educação da mocidade e tôdas as outras que interessam vivamente ao nosso meio social, nós as colocaremos em foco”.

A Folha do Povo encetou suas atividades fazendo propaganda dos postulados políticos da Aliança Nacional Libertadora, que, aliás, foi extinta, dois dias depois, por decreto do governo federal. Prosseguiu atacando o partido integralista e seu órgão oficial diário — **A Cidade**.

Circulando normalmente com quatro páginas, pouco mais de uma de anúncios, inseria sueltos, algumas vezes artigo de fundo, serviço telegráfico, seção sindical, noticiário, inclusive social e desportivo, êste último por algum tempo precedido de ligeiro comentário, assinado por Y. E mais: “Cinemas”, por D. J. M., e “Rádio” por Y. B. Apareciam artigos de colaboração, a princípio, de Álvaro Moreira, J. Marinho, Sodré Viana, Pedro Mota Lima, Newton Freitas e Brasil Gerson, além da crônica diária de Rubem Braga.

A edição de 1 de agosto registou ameaças à **Folha do Povo**, “feitas de modo insidioso e indireto”, isto porque “não nasceu para agradar a todo o mundo”, mas “desagrada e fere a muita gente”. Noutro tópico, o articulista criticou

uma portaria do Secretário da Segurança Pública, que proíbe a presença de repórteres nas repartições policiais.

No dia 24 do mês em referência, afastou-se Osório Lima, passando a direção e propriedade a José Cavalcanti, que se tornou “único responsável pelo contrato de reserva de domínio” que tinha com Reinaldo Lins, dono da tipografia. Assumiu a gerência Lourival da Mota Cabral.

Começaram a efetivar-se, no último dia de agosto, as ameaças policiais ao pessoal do vespertino, que continuava a defender os ideais revolucionários de Luís Carlos Prestes. Foram presos os auxiliares Augusto Aragão e João Evangelista. Dias após, ante a perspectiva de novas violências, o juiz João Tavares concedia “habeas-corpus” preventivo a Rubem Braga e a Mota Cabral.

No mês de setembro, encetou intensa propaganda da chapa “Trabalhador, ocupa o teu pôsto”, de candidatos ao Legislativo municipal. Na edição do dia 11 publicava um apêlo às finanças dos “leitores, anunciantes, assinantes e amigos”, a salientar o seguinte tópico: “O dinheiro de que precisamos se destina ao pagamento mensal, que devemos fazer, até janeiro do próximo ano, à pessoa a quem compramos as oficinas desta fôlha”. E foi criada uma lista dos “amigos da **Folha do Povo**”.

No dia seguinte, 12 de setembro, viajava o redator-chefe Rubem Braga rumo a Pôrto Alegre, a fim de fazer a cobertura noticiosa da Exposição Farroupilha, lendo-se artigos, a propósito, dos redatores Cláudio Tavares e Luís Luna. É que aquêle não retornaria ao Recife, de lá enviando reportagens e artigos, como o faria, depois, do Rio de Janeiro (1).

A partir do dia 14, foi divulgada, em folhetim, a peça teatral, em três atos, “Carne para canhão”, de Afonso Schmidt. Ainda em setembro, a 27, registava-se a prisão do repórter sindical Etelvino Pinto, que permaneceu 52 horas no xadrez denominado “Brasil Nôvo”.

Além dos colaboradores já mencionados, outros vieram a figurar com artigos especiais, embora esporadicamente, a saber: Gilberto Freyre (um só artigo), Reis Leme, Moacir

(1) Em artigo enviado do Rio, sob o título “Trabalhador, ocupa o teu pôsto!”, publicado na edição da **Folha do Povo** de 4-11-1935, escreveu Rubem Braga, resumindo impressões de sua permanência no Recife: “... passei um domingo na praia de Boa Viagem e uma noite na cadeia”; “... fui à festa dos Montes Guararapes e trabalhei no jornal mais quebrado do mundo”.

Werneck Sodré, Josué de Castro, Aderbal Jurema, Carlos Lacerda, Raimundo Pais Barreto, Muniz de Farias, Lídia Freitas, Hermes Lima, Gomes Maranhão, Chagas Ribeiro, Paulo Ribas, Manuel Bezerra (poesia), Calinício Silveira, Agostinho Dias, Elmo Ferreira, Augusto Aragão, José Bezerra de Lima, Jaime Siqueira, Luís Cisneiros, Cláudio Tavares, Luís Luna e **Ivan Barreto** (pseudônimo de Iomar de Barros).

Em dia da última semana de outubro, guardas-civis e investigadores de polícia cercaram a redação, e a edição de 6 de novembro foi apreendida das mãos dos gazeteiros, sendo a oficina varejada e ameaçada a redação de efetiva censura prévia, o que aconteceu uma semana depois, antes apreendido o cartaz em que se chamava atenção para a matéria do dia.

Baseado na Lei de Segurança Nacional, o Secretário da Segurança, Capitão Malvino Reis, instaurou processo contra a **Folha do Povo**, sob o pretexto de que vinha “incitando o ódio e a luta entre as classes sociais, de modo violento e subversivo”, com a divulgação da reportagem “A Usina Catende lança na miséria seus fornecedores”, outras notas e artigos, sobretudo referentes à prisão e expulsão do Brasil da estudante húngara Geny Gleiser. A 15 de novembro era prêso o repórter estudante José Tavares de Miranda, que amargou cinquenta horas de cadeia.

Em violento editorial de duas colunas, no dia seguinte, a redação ocupou-se de dois processos contra a **Folha do Povo**: “o primeiro, baseado na Lei Monstro, de iniciativa do Secretário da Segurança; o outro, estribado na Lei de Imprensa, partido, êste, do chefe dos integralistas de Pernambuco”, assim concluindo, após uma série de considerações:

“Que espume o ódio impotente, vasio e estúpido dos inimigos do povo, dos nossos inimigos, nas colunas mal escritas dos jornais da Tômbola, amilhados ao dinheiro do capitalismo alienígena. Ladrar e espumar é função de todos os mastins. Eles são pagos para isso. É um dever de ofício. E serve, êsse estado de desespero, como um termômetro que orienta o povo. Contemplemos a subida da coluna de mercúrio”.

Os processos tiveram grande repercussão nos jornais cariocas, merecendo protestos da Associação da Imprensa de Pernambuco e da Associação Brasileira de Imprensa, assim como discursos de condenação na Constituinte estadual, sobretudo através da palavra do representante classista Carlos Rios.

O juiz federal Pedro de Albuquerque Montenegro declarou “legalmente apreendida” a edição do dia 6 (2), mantendo, assim, o ato do Secretário da Segurança, e este logo encaminhou novo processo a juízo (3), a respeito da apreensão do dia 13, motivada pelas notas “Espancado um elemento da Marinha” e “Ameaçados de morte três soldados do nosso glorioso Exército”, as quais visariam a indispor entre si as classes armadas, solicitando, para o caso, a sanção do artigo 25, § 6º, 1ª parte, da Lei de Segurança. A 21 de novembro, a **Folha** divulgou o arrazoado de sua impugnação ao ato, que considerava ilegal, pedindo a sanção do Juiz Federal contra a autoridade processante.

No dia 24, domingo, ao irromper a rebelião comunista de 1935, preparava-se uma edição extraordinária, quando a polícia ocupou o prédio da redação e oficina, efetuando prisões, confiscando todo o material e inutilizando as coleções (4). Com a derrota do movimento, não voltou a circular o jornal, onde Pedro Mota Lima ocupava, então, o posto de redator-secretário.

Só dez anos depois, precisamente a 19 de novembro de 1945, reapareceu o órgão comunista, em segunda fase, feito matutino, propriedade da Editora **Folha do Povo** Limitada, com redação e oficina à praça Sérgio Loreto n.º 391, trazendo abaixo do título as palavras: “Unidade — Democracia — Progresso”.

Adotando formato menor — 47 x 32 — a seis colunas mais estreitas, vendeu-se o primeiro número, de oito páginas, a Cr\$ 0,40 o exemplar, continuando, porém, a Cr\$ 0,30. Assinaturas: ano — Cr\$ 110; semestre — Cr\$ 60. Direção de Sindulfo Correia Josué; redatores — Cláudio Tavares, Calínicio Silveira, Osvaldo Peralva, Zoroastro Braz, encarregado da seção desportiva, e Fernando Licarião, também cobrador; gerente — Miguel Xavier Borba.

“Êstes redatores — lia-se, em seguida, — são os principais. São meia dúzia dos mais letrados filhos do povo, que se propuseram a nos ajudar na luta jornalística. Os nomes dos outros não caberiam em tôdas as nossas colunas, porque são milhares, talvez milhões. São todo o povo de Per-

(2) Sentença publicada no **Jornal do Commercio** de 19-11-1935.

(3) Divulgado, três dias após, pelo mesmo órgão.

(4) A única coleção conhecida da **Folha do Povo** do período de 1935 é a existente na Biblioteca Pública do Estado, desfalcada, todavia, das edições de 22 e 23 de novembro.

nambuco, o proletariado da cidade e do campo. Porque êles — o povo e o proletariado — terão aqui a acolhida que devemos aos nossos maiores colaboradores, aos que concorreram, generosamente, para o reaparecimento da nossa heróica **Folha do Povo**".

Em editorial de três colunas, ao centro da terceira página, tipo corpo 12, negrito, ocupou-se da primeira fase, acentuando: "Viveu alguns meses. Deixou, entretanto, bem viva no espírito dos seus leitores a certeza de que viveu para o povo. Naquele tempo o fascismo estava se preparando para iniciar a guerra de extermínio dos povos livres". Focalizou a bandeira levantada por Luís Carlos Prestes, mediante o surgimento da Aliança Nacional Libertadora, assim como o derrotado movimento anti-fascista, frisando: "Decorridos, porém, dez anos, restabeleceu-se a verdade histórica: os libertadores de 1935 estavam certos, tinham razão" (5).

Mais algumas considerações e veio o tópico final: "**Folha do Povo** volta, hoje, a circular. Como da vez passada, será um jornal modesto. Muito pobre de aparelhagem material. Pobre como o povo; porém, como êle, amigo da verdade. Como o povo, sempre disposta a apoiar as campanhas generosas e os empreendimentos que engrandecem a nossa pátria. Não poderemos dar aos nossos leitores um jornal barato, grande e bem feito. Não poderemos também garantir que circularmos todos os dias. Prometemos, em compensação, ser sinceros e honestos no exercício da função social que estamos iniciando, ser amigos dedicados e servidores indormidos dos interesses e das aspirações do povo e do proletariado brasileiro".

Noutro comentário da mesma página, lia-se: "As necessidades do povo serão fielmente ventiladas e debatidas em nossas páginas, porque são as nossas próprias necessidades. Porisso, êste jornal lutará, pacífica e cordeiramente, para que o problema da democratização não sofra solução de continuidade, pois com as eleições não cessará a nossa luta. A eleição e posse dos candidatos a deputados e presidente representa, para nós, o primeiro passo no processo da democracia".

Dedicou-se, então, à propaganda da candidatura Yêdo

(5) "Vi o povo lutando nas lendárias ruas do Recife" — escreveria Alcedo Coutinho, na edição da **Folha do Povo** de 2-12-1950, para afirmar que "o movimento de 1935 tinha caráter anti-feudal, anti-fascista, anti-imperialista".

Fiuza à Presidência da República e de elementos comunistas ao Parlamento federal, divulgando amplas instruções eleitorais.

Após a edição inicial da segunda fase, continuou com quatro páginas e raros anúncios, destacando-se entre a matéria comum as seções “Vida Sindical”, a cargo de Calinício Silveira, e “A Semana Internacional”, além de artigos assinados, de vez em quando, por Elmo Ferreira, Iomar de Barros, Permínio Asfora, José Ivens, Ricardo Coelho, Antônio Marques, Clóvis Melo, Adauto Pontes, Lauro A. Campos Gois e Rui da Costa Antunes.

Realizadas as eleições a 2 de dezembro, prosseguiu o matutino na defesa dos postulados socialistas, divulgando, particularmente, o noticiário do Partido Comunista.

A partir de janeiro de 1946 apareceram as crônicas de **João Silva** (pseudônimo de Iomar de Barros), sob o título “Aconteceu esta semana”, e, mais dia menos dia, as “Cartas de Joaquim”, além da nova seção “Contrastes e confrontos”, em que eram comentados fatos e frases de outrem, e **copy rights** da Inter Press. Começou nova campanha de ajuda financeira.

Devido ao aumento do custo do papel e da mão de obra, o preço do número avulso elevou-se, a 13 de abril, para Cr\$ 0,50. No mês seguinte, dia 10, a direção passou a ser exercida por Permínio Asfora, enquanto Cláudio Tavares era reduzido de redator-chefe a redator-secretário. O gerente teve como substituto Rui da Costa Antunes.

Durante algum tempo, as edições dominicais traziam suplemento de quatro páginas, impresso noutra tipografia, com reportagens da cidade e do campo, uma seção dedicada à mulher, artigos especiais e variedades.

No mês de maio, redação e oficina foram varejadas pela polícia, o que mereceu protestos, na edição de 26, onde se dizia que semelhante violência nada mais fazia “do que comprometer o governo”.

Órgão essencialmente popular, iniciou a 13 de junho a seção “O povo faz o seu jornal”, pedindo aos leitores que mandassem “suas cartas, seus anúncios, suas reclamações, sua opinião sobre problemas do seu bairro, de sua empresa de trabalho, de sua repartição, em suma, tudo quanto o povo tenha como necessário à sua segurança, aos seus interesses, aos seus direitos”. E concluiu: “Pode escrever a lápis, a pena, a máquina, em qualquer papel; o essencial é que as reivin-

dicações do seu bairro, da sua empresa ou de seu município cheguem até o seu jornal”.

Divulgava, na íntegra, discursos pronunciados, na Constituinte, por Luís Carlos Prestes. A partir de 2 de julho deixou de aparecer no cabeçalho o nome do diretor, e o redator-secretário foi substituído, a 13 de agosto, por Josué de Almeida, que divulgava artigos assinados. Também Geraldo Seabra veio a participar, por pouco tempo, do corpo redacional. No primeiro dia do mês seguinte, a empresa anunciava haver adquirido a oficina gráfica da “Maison Chic”, destinada a trabalhos avulsos.

Ao ensejo da demonstração, no Teatro Santa Isabel, do “Pleno Ampliado do Partido Comunista Brasileiro”, a 18 de novembro, Rui da Costa Antunes fez “um balanço crítico das tarefas realizadas pela **Folha do Povo** no seu primeiro ano de existência”, o qual foi divulgado dois dias após, em edição comemorativa, de oito páginas. Revelou o balanço que a Campanha Pró-Imprensa Popular arrecadara Cr\$ 400.000, parte representada por objetos, peças artísticas, animais e, até, um terreno. Do dinheiro recebido foram enviados ao Rio de Janeiro Cr\$ 190.000, para a compra de uma Linotipo, 500 quilos de chumbo, duas máquinas de escrever, novos tipos de títulos e de composição corrente, fitas, frisas e peças para a impressora Marinoni.

O serviço gráfico assumiu mais agradável feição logo no outro mês, quando também melhorou o papel e apareceu novo clichê de cabeçalho, afora outros melhoramentos. “Deixou de ser o jornal difícil de se ler”, segundo Prestes. Foi quando instalou a Linotipo, tornando-se, igualmente, mais movimentado no tocante a reportagens e noticiário. No ano seguinte, passou a sair com seis páginas, mas a 1º de março aumentou o formato para 55 x 38, a sete colunas, voltando a ter quatro páginas e passando o exemplar ao preço de Cr\$ 0,60.

Desde alguns meses atrás não constavam do cabeçalho os componentes do corpo redacional. Em janeiro de 1947 iniciava intensa propaganda eleitoral, indicando as candidaturas de Pelópidas Silveira ao Governo do Estado e de um grupo de socialistas e comunistas à deputação, ostentando vasta clichéria, sem esquecer a efígie de Prestes.

Entre os autores de artigos assinados, esporádicos, vinham-se destacando, diretamente ou através da Inter Press, Pedro Pomar, Frederico Lourenço Gomes, Edison Carneiro, Maurício Vinhas de Queiroz, Aristeu Aquiles, Afonso Schimit,

Luís Carlos Prestes, Etelvino Pinto, David Capistrano, Maurício Grabois, Sebastião Lins dos Santos, Abner da Silva Brandão, Ilya Ehremburg, Karl Hofmann, Aidano do Couto Ferraz, Clóvis Melo, Otacílio Alves de Lima (“Coisas do campo”), Aldenor Campos e Henrique Oest. Depois: Luís Maranhão Filho (o potiguar, não o pernambucano), Pedro Mota Lima, Dalcídio Jurandir, Pedro Carvalho Braga, J. Martins Costa, Ariosto de Assis, Rui Facó, **Zé Brasil** (pseudônimo de Monteiro Lobato), Israel Epstein, Otávio Brandão, Carlos Marighela, Bacelar Couto, M. Lupino, etc.

Ainda em março do referido ano, criava-se a interessante seção redacional “Heróis de 1817”. A 17 de maio estreou a crônica “Voltarei amanhã”, de **Patrício Potiguar**, como se ocultava João Fagundes de Meneses. Logo mais, aparecia “Tiro ao alvo”, assinada por Egídio Squeff.

Entrando em atividade o “Círculo de Amigos da **Folha do Povo**”, ergueu-se novo apêlo, na edição de 18 de maio, a fim de assegurar recursos “para a realização de suas grandes tarefas”. A 4 de julho, entrava em vigor nova tabela de assinaturas, a saber: ano — Cr\$ 150; semestre — Cr\$ 80; para fora do Estado: Cr\$ 180 e Cr\$ 100, respectivamente.

Edição especial solenizou, a 18 de setembro, o “Primeiro Aniversário da Carta Federal”, divulgando, sob essa epígrafe, expressiva alegoria de página inteira, assinada por Hélio Feijó, com as seguintes características: livro aberto, cadeias partidas, povo, utensílios de trabalho e faixas com os dísticos: “Livre opinião”, “Inviolabilidade do lar”, “Repouso semanal remunerado”, “Direito de crer ou não crer”, “Direito de greve” e “Liberdade sindical”. Outra edição de oito páginas comemorou, a 19 de novembro, o segundo aniversário do matutino, inserindo fotografias da redação e oficina gráfica e artigos alusivos à data. Em dezembro instituiu concurso para a escolha da Rainha dos Trabalhadores do Recife. Ao mesmo tempo, vinha sendo efetivada violenta campanha contra a cassação do mandato dos deputados comunistas estaduais, através de editoriais e entrevistas.

Na primeira semana de janeiro de 1948 tôdas as edições foram dedicadas ao aniversário natalício de Luís Carlos Prestes. No dia 8, policiais invadiram a redação, a fim de prender o redator Clóvis Melo, o qual se negou a acompanhá-los, sob a alegação de não lhe ter sido apresentada ordem escrita, dizendo textualmente: “Na defesa da Constituição, só sairei daqui aos pedaços”. Impetrou **habeas-corpus** preventivo e, no dia seguinte, compareceu à Secretaria da Segu-

rança Pública, acompanhado do veterano jornalista Mário Melo, seu pai. O titular da pasta, Alarico Bezerra Cavalcanti, interrogou-o a propósito de particularidades da vida do órgão comunista e, não obtendo respostas satisfatórias, ameaçou mandar empastelar a tipografia. Achava-se à frente do jornal, na qualidade de diretor, Rui Antunes.

Durante o mês de março, além da prisão, a 23 e a 31, dos redatores João Silveira (doze horas de reclusão) e Alderico Toribio (dez horas), foram encaminhados à Justiça três processos contra a **Folha do Povo**: o primeiro alegava “ofensas às forças armadas e ao sr. Presidente da República”, tendo o juiz Agrício Brasil julgado incompetência. O segundo, encaminhado pelo Secretário da Segurança João Roma (substituto de Alarico), foi motivado por uma portaria do delegado José de Melo, na qual autorizara a apreensão de exemplares do matutino, porque êste “procurava gerar na população um clima de desassossêgo e terror” ao anunciar a existência dum plano de empastelamento de sua oficina. O terceiro, por “incitamento à desobediência coletiva, no caso do impôsto sindical”, teve origem numa denúncia do Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco.

Registrando novas ameaças de empastelamento, lançou editorial denunciando o fato e fazendo advertências. Concluiu: “A **Folha do Povo**, mau grado tôdas as ameaças que lhe são dirigidas pelos fascistas, prosseguirá, cada vez mais vigorosa, em sua luta contra a ditadura de fome e terror policial, contra o imperialismo, pela independência nacional, pela paz e a democracia, por aumento de salários, pela distribuição de terras aos camponeses, por um govêrno, enfim, popular, democrático e progressista capaz de solucionar os graves e urgentes problemas do povo e conduzir a nossa pátria a dias melhores e mais felizes”.

Ainda circulou o corajoso jornal até 17 de abril, quando foi suspenso, por quinze dias, mediante portaria do ministro da Justiça (6). Para cumprir a determinação foi escalado o delegado José de Melo, o qual, à frente de uma turma da polícia civil, apoiada por praças da polícia militar, com-

(6) Dizia a portaria ministerial: “... de conformidade com o artigo 4º, § único, do decreto-lei 431, de 18-5-1938, considerando o que consta dos autos de apreensão de exemplares da **Folha do Povo**, jornal que se edita em Recife, edições de 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13; 14; 15; 16 e 17 de março último, feita pela Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, resolve suspender, por 15 dias, a circulação do mesmo jornal, a partir de 18 do corrente”.

pareceu à sede da redação e oficina, aos primeiros minutos do dia 18, quando já começada a paginação e o linotipista compunha as últimas notícias. Houve resistência, encontrando-se as portas escoradas com bobinas de papel. Foi preciso requisitar bombeiros, que procederam ao arrombamento do telhado. Facilitada a entrada, os policiais empastelaram parte do material tipográfico, fazendo apreensões (7) e efetuando 31 prisões, entre gráficos, outras pessoas presentes e o redator de plantão, Alderico Toríbio, os quais foram espancados.

O prédio ficou sob ocupação durante oito dias. Foi liberado, mas o matutino só reapareceu a 5 de maio, depois que todo o pessoal obteve liberdade. Nessa data escreveu o editorialista: “Expirado o prazo da criminoso portaria do ministro do arroz, cessada a ilegal ocupação das nossas oficinas, volta a **Folha do Povo** à circulação, para ocupar o seu lugar na trincheira da luta pela defesa da democracia e da liberdade”.

Mais alguns dias e o pertinaz porta-voz do Partido Comunista em Pernambuco teve de fechar, novamente, suas portas, em seguida à edição de 19 do referido mês, três dias depois da transferência de local da redação e da oficina, ficando esta instalada na Praça Sérgio Loreto nº 365 e aquela na rua da Detenção nº 175, 1º andar.

Submetido a longo período de estagnação, só voltou à circulação no dia 28 de novembro (8), quando escreveu Rui Antunes, abrindo as duas primeiras colunas da primeira página:

“Após seis meses de suspensão arbitrária e, por todos os títulos, ilegal, aqui tem novamente o povo de Pernambuco o seu querido jornal. O intérprete fiel de suas aspirações, o defensor intransigente dos seus direitos, o seu amigo de todas as horas. Esse, o verdadeiro significado da **Folha do Povo** e não foram outros os motivos que levaram a reação a investir tão furiosamente contra o nosso jornal. Contra os seus trabalhadores — gráficos e jornalistas — perseguindo-os, prendendo-os, invocando contra eles as leis de exceção do

(7) Segundo o **Jornal do Commercio**, de 20-4-1948, foram apreendidas, no prédio da **Folha do Povo**, três armas de fogo, munições, várias foices e outras armas brancas.

(8) Durante o período de paralisação a empresa fez circular **A Luta** e, verificada, também, a suspensão desta, **O Popular** (Ver págs 425 e 423).

Estado Nôvo. Contra as suas máquinas, penosamente adquiridas com o dinheiro do povo. Contra as suas edições, roubando-as dos gazeteiros sem apresentar a mais leve sombra de justificação. Contra, finalmente, a sua própria circulação, suspendendo-o primeiramente por quinze dias e, logo após, por seis meses”.

Seguiram-se longos conceitos a respeito da veracidade das denúncias formuladas em tôrno da situação política e econômica de Pernambuco e do país, acentuando o articulista: “A **Folha do Povo**, voltando às mãos das grandes massas sofredoras do Nordeste, espera continuar sendo o porta-voz de suas grandes lutas, um poderoso instrumento colocado nas mãos do povo para a conquista de suas mais sentidas reivindicações”.

Ocorreu um período de normalidade na vida do órgão, cujo corpo redacional estava assim constituído: diretor — Sindulfo Correia Josué; secretário — Clovis Melo (9); redatores — Rui da Costa Antunes, Cláudio Tavares, Cândido Caseli, Josué de Almeida, Alderico da Silva Toríbio, João Silveira, George Werfell, Paulo da Silva Antunes, Hiram de Lima Pereira, Carlos José Duarte e Paulo Loureiro. A gerência vinha sendo ocupada por Vicente Barbosa da Silva, que a deixou a 3 de dezembro.

Nova edição foi dedicada a Luís Carlos Prestes a 1.º de janeiro de 1949, antecipando-se dois dias à data do aniversário do líder revolucionário, sendo a primeira página ilustrada com fotografias e as três outras quase repletas de artigos louvaminheiros.

Sempre atacando o governo de Barbosa Lima Sobrinho, dado como responsável pela série de perseguições políticas e ameaças policiais, o jornal seguiu o seu incômodo caminho. A 3 de abril anunciou que publicaria, semanalmente, um balanço da situação da empresa, no tocante à vendagem e distribuição na capital e no interior do Estado.

Assinando “Postais da União Soviética”, iniciou Jorge Amado sua colaboração a 24 do mês em referência, no órgão vermelho, que também difundia comentários firmados por Andrônico de Barros, Gregório Bezerra, Valdu Cardoso, Etel-

(9) Afirmaria Clovis Melo, mais tarde (**Diário da Noite** de 30-6-1954), que se fizera jornalista na **Folha do Povo**, em cuja redação ingressou “em 1946, como revisor e repórter de setor, passando, depois, por tôdas as categorias do jornalismo”

vino Pinto, Jaime Campos e o pessoal da redação, além dos trabalhos distribuídos por agência estrangeira.

Devido à falta de papel modelo AA, em que era impresso, o diário viu-se na contingência de reduzir o formato, passando de sete para seis colunas, isto nos períodos de 8 a 20 de maio; 19 de junho a 2 de julho e 21 de setembro a 15 de outubro. A tabela de assinaturas foi alterada a 15 de julho, passando a prevalecer a seguinte: ano — Cr\$ 140; semestre — Cr\$ 75; trimestre — Cr\$ 40; para o interior e outros Estados, respectivamente: Cr\$ 180, Cr\$ 90 e Cr\$ 45. Ao mesmo tempo, começava a campanha pró-aumento de seis mil exemplares na vendagem avulsa.

Provável tática de despistamento, ocorriam constantes alterações no quadro do pessoal. Assim é que, por exemplo, desde 17 de agosto, Alderico Toríbio figurava, no cabeçalho, na qualidade de gerente, mas, no mês seguinte, era substituído por Hiram de Lima Pereira. O diretor de hoje podia ser simples redator amanhã ou gerente mais tarde.

A partir do nº 1015, de 16 de outubro de 1949, alterou-se o formato normal, passando a oito colunas de composição, acrescidos alguns centímetros na estatura. Para mantê-lo, entretanto, vinha a declaração da necessidade de se intensificar o movimento de ajuda. Era um apêlo constante aos amigos do jornal, porque este só publicava raros pequenos anúncios, excluído, assim, praticamente, da principal fonte de receita dos órgãos de imprensa.

Na segunda semana de outubro, voltou a sofrer os revezes a que era periodicamente submetido, em consequência de suas atitudes de inconformação com o policialismo governamental. Fazendo um balanço dos fatos ocorridos, lançou longo artigo, edição do dia 16, sob o título "As forças da paz saíram revigoradas", assim começando: "A semana que hoje finda foi marcada com grandes e graves acontecimentos. No curto espaço de sete dias, a **Folha do Povo** foi duas vezes invadida, teve uma edição empastelada (10) e apreendida e o seu prédio cercado pelos beleguins. Os jornalistas Sindulfo Correia Josué, Clóvis Melo, Cláudio Tavares e João Silveira, respectivamente, diretor, redator-secretário e redatores deste jornal, foram raptados pela polícia, sendo subme-

(10) No dia 14-10-1949, a **Folha do Povo** estampou duas fotografias do empastelamento de quatro páginas, colocadas na Marinoni, quando estava sendo impressa uma das edições confiscadas.

tidos às mais atrozes perseguições, que foram desde a invasão de seus lares ao regime carcerário mais abjeto, a que não faltaram os suplícios e as torturas”.

O resto do ano decorreu sem mais incidentes e, ao encerrá-lo, a edição de 31 de dezembro abriu um concurso popular, entre “operários, camponeses, donas de casas, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores de tôdas as categorias”, para a produção de escritos sôbre a personalidade de Luís Carlos Prestes, não precisando, para isto, “ser intelectual nem tampouco escrever corretamente o português”.

A edição de 1º de janeiro de 1950, reunindo oito páginas, bastante ilustrada, foi quase totalmente dedicada ao 52º aniversário de Prestes, a respeito de quem foram transcritas opiniões de Afonso Schmidt, Graciliano Ramos, senador Barbosa Lima, Alberto Palácios, Oscar Niemeyer e Cândido Portinari, além de inserir artigos e poemas assinados por outros intelectuais e ligeira biografia do homenageado. Prosseguiu, durante o mês inteiro, a divulgação de mensagens e saudações ao chefe comunista brasileiro, de autoria de elementos de tôdas as categorias sociais.

Nêsse mês voltou o regime da violência policial contra a **Folha do Povo**, sendo prêso no dia 13, e novamente no dia 29, o redator Cândido Caselli, ambas as vêzes encontrando-se êle com **habeas-corporis** preventivo no bôlso, o que não evitou que passasse, em cada ocasião, algumas horas encarcerado. No seguinte, fevereiro, a polícia da vizinha cidade de Jaboatão tomava das mãos do gazeteiro a remessa de exemplares do dia 12, domingo, sob a alegação de que êle, para vendê-los, fazia comícios perturbadores da ordem. Dois dias após, anunciava-se o sequestro da “Indústria Pernambucana de Artes Gráficas”, já fechada pela polícia, meses atrás, dado como motivo o imprimirem-se ali boletins subversivos. Pertencia à Empresa **Folha do Povo**.

Só constava do expediente, desde o dia 12 de fevereiro, o nome do diretor Sindulfo Correia Josué. Na mesma data começava a inserção, em cinco colunas, ao pé da última página, de **A Forja**, “jornal do movimento ajudista”, aos domingos, e depois também às quartas-feiras, contendo artigos e o noticiário relativo à cooperação financeira de leitores e amigos para a manutenção da **Folha**, o que durou até setembro.

A par da colaboração, mais ou menos regular, de Paulo Cavalcanti, Pedro Mota Lima, Egídio Squeff, Adalgisa Cavalcanti, Áurea Gois, etc., criaram-se seções permanentes,

como “A mulher e seus problemas”, por Sônia Ribeiro; “Glosando espero”, mote-glosa, por K. **Rapicho** (que não era outro senão Hiram Pereira); “Tribuna da Paz” e “Movimento Juvenil”. Ocorreu, também, boa campanha, através de editoriais e entrevistas, em defesa do petróleo brasileiro, a que se seguiu outra contra a bomba atômica.

No mês de março via-se a **Folha** envolvida num processo, sob a invocação da Lei de Segurança Nacional, porque houvera asseverado, nas suas colunas, existir um “complot” policial contra a segurança e a liberdade do jornalista Caselli. No dia 17 verificou-se a primeira audiência, ouvido o diretor Sindulfo Correia, por sua vez acusado como fundador do Sindicato dos Gráficos... Mas, igualmente a diversos dos anteriores, o processo foi anulado. A 5 de maio era instalada, na sede da Associação da Imprensa de Pernambuco, a Sociedade de Ajuda à Imprensa Popular, sob a presidência do escritor Francisco Julião, o que proporcionou maior âmbito à permanente campanha de auxílio financeiro. Por duas vezes, nêsse mês, foi prêso o redator George Werfell, a segunda no dia 22, sem maiores consequências.

Desfechou forte campanha contra a cassação do mandato dos vereadores comunistas. O nôvo redator José Leite Filho sofreu, no dia 18 de junho, grande vexame, sendo prêso, espancado e sequestrado, pelo espaço de três dias, na Base Aérea. A edição que noticiou o fato foi, em parte, apreendida.

Assunto de magna importância vinha-se constituindo a situação financeira da emprêsa, cada vez mais grave, a respeito da qual esclareceu a edição de 1º de julho que o movimento ajudista decrescera, ao passo que os compromissos se multiplicavam, achando-se atrasado o pagamento ao pessoal da redação e oficina, em decorrência do que alguns operários e redatores haviam adoecido, inclusive Cláudio Tavares, no momento impossibilitado de trabalhar. Concluiu formulando urgente apêlo de ajuda. Êsse nôvo S.O.S. foi, realmente, atendido por diversas classes de trabalhadores, principalmente os gráficos de diferentes emprêsas.

Quase tôda a edição de 8 de agôsto se encheu com o longo programa revolucionário apresentado ao povo brasileiro por Prestes. Em consequência, centenas de exemplares foram apreendidos pela polícia, sendo presos e espancados os redatores João Silveira e Irineu Ferreira, alguns operários gráficos e gazeteiros. Até as pessoas porventura encontradas, na rua, manuseando a **Folha** eram submetidas

a vexames. O prédio da oficina foi ocupado por policiais, sendo devolvido dois dias após, quando para lá se transferiu o pessoal da redação, cujo edifício ficara sob cêrco. O trabalho de recuperação da tipografia foi lento, porque “os mancais da máquina impressora e as peças da Linotipo foram corroidas por ácidos criminosamente lançados pela Polícia”.

Só uma semana depois, no dia 15, reapareceu, tendo a edição seguinte, a 18, focalizado o tema: “Em perigo a existência da **Folha do Povo**”. Seguiu-se um período de edições esparsas, não só devido ao arrôcho policial, mas também em face da situação financeira, tornada mais precária. A 13 de setembro, dizia uma nota: “A polícia continua apreendendo a **Folha do Povo**”.

Começava, então, a campanha de propaganda dos candidatos comunistas à deputação estadual, para as eleições de 10 de outubro, com grandes títulos e clichês. Enquanto isto, o deputado Paulo Cavalcanti, tendo o apoio de elementos de diferentes bancadas, verberava, na Assembléia Legislativa, os excessos policiais; apelos eram dirigidos ao governo do Estado; protestava a Associação Brasileira de Imprensa e, por sua vez, a A. I. P. decidia, em sessão de 20 de setembro, designar o advogado Carlos José Duarte, do seu corpo jurídico, para impetrar mandado de segurança em favor da livre circulação do jornal. Nada obstante, a edição do dia 24 foi empastelada pela polícia, que também apreendeu cartazes de propaganda dos candidatos populares. Suspensa, a **Folha** reapareceu a 28 (11).

Na edição de 1º de outubro, como o fizera na véspera, divulgou a Carta Aberta em que Prestes apontava ao povo brasileiro os nomes que deveriam ser sufragados nas eleições em perspectiva. Quatro dias após, declarava um editorial que a oficina estivera cercada desde o dia 8 de agosto, pela polícia civil e, desde 2 de outubro, véspera do pleito, pela polícia militar, de baioneta calada. A 9 de novembro lançava-se nova campanha ajudista, para a obtenção de um milhão de cruzeiros, depois substituída pela que visava à “aquisição da segunda Linotipo”. Outra campanha já vinha sendo levada a efeito: a da assinatura do Apêlo de Stockolmo: “Tudo pela Paz”. Em meio à matéria de rotina, divulgava-se

(11) A 25, 26 e 27 de setembro, saiu, em substituição, **A Hora** (Ver pág. 429).

colaboração humorística do **Barão de Itararé** (Aparício Aporely).

Continuando o arbítrio policial, a direção da empresa dirigiu telegrama de protesto ao Governador Barbosa Lima Sobrinho (edição de 22-11-1950), denunciando a “nova forma de coação” destinada a impedir a circulação da **Folha**, segundo a qual “**tiras** emboscados nas esquinas e becos de São José” arrebatavam “os jornais das mãos dos gazeteiros, inclusive sacando armas”. O telegrama, que teve a assinatura de Sindulfo Correia Josué, Hiram de Lima Pereira, Clóvis Melo, Cláudio Tavares, Josué de Almeida, João Silveira e Irineu Ferreira, concluiu com a seguinte advertência:

“...comunicamos a V. Ex^a a nossa disposição de defender a liberdade de imprensa em Pernambuco, resistindo por todos os meios, justos e necessários, às investidas ilegais e criminosas dêses provocadores, recaindo sôbre o seu governo a responsabilidade de quaisquer consequências da nossa atitude de legítima defesa”.

Ainda em novembro, foi processado disciplinarmente o redator Ubiraci Barbosa, aspirante a oficial da Reserva do Exército, sob a alegação de que era incompatível com a condição de militar o fato de trabalhar na **Folha do Povo**. O mês de dezembro trouxe a campanha em prol do abono de Natal aos funcionários públicos. No dia 7, uma edição extraordinária de apenas duas páginas, ilustrada com clichê de Luís Carlos Prestes, denunciava, sob protesto, a passagem de tropas brasileiras pelo Recife, rumo a Coréia, viajando no navio “Inconfidência”. Na semana seguinte, uma patrulha do Exército cercou o edifício do jornal, praticando violências, mediante exibição de armas, quebra de cartaz, prisão e espancamento de um gráfico. Nos dias 18 e 19 (segunda-feira) circulavam outras edições extraordinárias, de duas páginas, e a 31 o matutino comemorava, com seis páginas, o 71º aniversário de Joseph Stalin, o ditador russo.

Novas atribulações estavam reservadas à **Folha**, ao iniciar-se 1951, cuja edição do dia 8 de janeiro, impressa clandestinamente, aliás mal impressa, em formato reduzido de 24 x 13, inseriu amplo noticiário do novo empastelamento verificado, assim resumido:

“Conforme prevíamos e denunciemos, em nossa edição

do dia 5 (12), a polícia consumou o crime de invadir e depredar as oficinas da **Folha do Povo**, depois de desalojar os gráficos, jornalistas e populares que resistiam bravamente de dentro das oficinas. A última fase da resistência heróica durou mais de duas horas e, não obstante a presença de mulheres e crianças, a polícia só conseguiu desalojar aqueles heróicos combatentes da classe operária depois de bombardeá-los com bombas de gás lacrimogêneo. No interior das oficinas estavam cêrca de 50 pessoas, jornalistas, gráficos, trabalhadores, mulheres e crianças". A Linotipo fôra arrebatada, "as impressoras quebradas, os tipos empastelados, tudo revolvido, sendo roubadas as edições dos jornais ali impressos no dia 2". Pediu o comentarista, por fim, que o proletariado respondesse, "com greves e demonstrações de rua, à provocação da burguesia", que tudo fazia para não pagar os 30% ganhos no dissídio dos téxteis.

Por ocasião do assalto, foram presos, além de dezenas de outras pessoas, os jornalistas Clóvis Melo, Cláudio Tavares (13), Sindulfo Correia, Ubiraci Barbosa, Irineu Ferreira, João Silveira, Carlos Cavalcanti e George Werfell.

A mesma reduzida edição, confiscada, noticiou as comemorações do aniversário natalício do "Cavaleiro da Esperança", ocorrido a 3 de janeiro, como sempre bastante festivas e principalmente assinaladas por intenso foguetório às primeiras horas da madrugada.

Tôda a responsabilidade dos acontecimentos foi atribuí-

(12) Essa outra edição clandestina constou de uma fôlha simples, formato de 27 x 16, impressa de um só lado, a duas colunas de composição. Não foi distribuída aos gazeteiros.

Já nos últimos dois meses de 1950 a **Folha** vinha circulando com lacunas. Além disso, apresentam-se desfalçadas as coleções avistadas, como consequência das batidas policiais.

(13) Exprobrando o espancamento de que fôra vítima Cláudio Tavares, o qual teve uma costela quebrada, escreveu Mário Melo (**Folha da Manhã**, 10-1-1951) que a prática de surrar jornalistas começou no governo de Dantas Barreto: "Quase tôdas as noites havia uma surra. No dia seguinte, a gente perguntava:

— Quem apanhou ontem?

Isso, porém, teve côbro quando assassinado o jornalista Trajano Chacon".

Após dizer que, naquele tempo, as agressões eram "envoltas em certo recato, disfarçados os policiais, ao passo que hoje, conforme o que ocorreu com Cláudio Tavares, não existe a menor cerimônia", concluiu o famoso homem de imprensa: "Praza aos céus possa Barbosa Lima Sobrinho tirar os poucos dias que lhe restam de governo a salvo de uma desgraça como a que aconteceu a Dantas, quando a polícia, na faina de surrar jornalistas, chegou ao extremo de tirar a vida de um".

da ao Governador do Estado, dizendo o articulista, ainda, que, ao levantar-se em greve, o povo devia exigir a reposição das máquinas quebradas, “pois o governo tem máquinas de sobra na Imprensa Oficial”. A edição do dia 9 circulou nas mesmas condições que a anterior, tendo como matéria principal o artigo “Como reconstruir as oficinas do povo”, em que os trabalhadores eram concitados a organizar novas comissões de ajuda.

Entre os dias 10 e 13 ocorreu uma edição (não encontrada nas coleções) e, no período de 14 a 22 de janeiro, circularam quatro números, impressos nas oficinas d'O Estado, em João Pessoa, Paraíba, no primeiro dos quais se lia, em manchete, que as massas estavam vitoriosas e derrotada a reação, pois foram libertados os bravos da **Folha do Povo**, presos, apenas, pelo espaço de uma semana. Concluiu pedindo “demissão e punição” para o Secretário da Segurança, coronel Viriato de Medeiros, “e os outros criminosos policiais”.

Na edição do dia 17, anunciava haver sido efetivada a demissão da mencionada autoridade. A 22 (segunda-feira) saiu um número especial, de duas páginas, nelas contido um manifesto do Comitê Estadual do PCB exigindo a expulsão do solo de Pernambuco dos soldados “e espões americanos”.

Finalmente, o matutino voltou a 26 de janeiro — 1951 — a imprimir-se na sua própria oficina, exortando, em extenso editorial: “Seguremos, financeiramente, a existência da **Folha do Povo**”, ora atravessando “as maiores dificuldades de sua vida”. A nota “Ao povo e ao proletariado” ressaltava que a oficina, submetida a verdadeiro saque, tinha sido entregue no dia 17, “mas em tal estado que só hoje conseguimos imprimir o primeiro jornal, assim mesmo em formato reduzido”. Outra nota lembrava aos leitores e amigos a remessa, à redação, de exemplares anteriores, para recompor “arquivos e coleções inteiramente destruídos pelos vândalos” que, a 4 de janeiro, invadiram a redação e a tipografia.

No dia 27, quando passou a sair vespertinamente, divulgou uma nota em quatro colunas, da qual constava, em grandes caracteres: “Não receberam salário, durante todo o mês de janeiro, os gráficos e redatores da **Folha do Povo**”. Concluiu com um apêlo ao proletariado, no sentido de conseguir meios financeiros para solucionar o problema.

A edição de 1º de fevereiro apresentou a quarta página

em branco, tendo em cima o cabeçalho e, no centro, uma nota de duas colunas, tipo negrito, contendo urgente apêlo financeiro, pois a situação nunca estivera mais grave, “em consequência da depredação policial”. Solicitava tôda espécie de ajuda: dinheiro, gêneros alimentícios, frutas, jornais velhos, garrafas vacias, enfim, todo objeto que pudesse ser transformado em dinheiro.

Logo no outro dia, declarava o articulista que o Governador Agamenon Magalhães, empossado na véspera, seguia as pegadas do seu antecessor, ao nomear o coronel Roberto de Pessoa secretário da Segurança Pública, acentuando: “O sr. Agamenon quer mostrar que nada tem em comum com o povo, que não deseja defender de nenhum modo a autonomia estadual ou ainda a soberania nacional contra as fôrças solertes que a ameaçam”.

No dia 6, Cláudio Tavares solicitava, em artigo assinado, “um dia de salário para a imprensa de Prestes”. A situação econômica permanecia precária. Sucediam-se as notas, reportagens e artigos assinados, todos clamando ajuda. O jornal não tinha anúncios, a vendagem avulsa mal dava para cobrir a despesa com o papel; só o salvavam mesmo as contribuições dos amigos. A 22 de fevereiro, a nota “Exemplos de ajuda à **Folha do Povo**”, dizia, francamente:

“Um padeiro tem fornecido pão para o café dos nossos operários, pela manhã. Um comerciante ofereceu um salsichão. Um verdureiro deu várias mangas, e até uma gravata nova o sr. João Maciel tirou do próprio pescoço e nos ofereceu para que a vendêssemos. Um açougueiro democrata acedeu em nos vender, diàriamente, dois quilos de carne, a preço abaixo do que lhe custa, tornando assim mais acessível a aquisição dêsse alimento para o almoço dos operários que moram em nossas oficinas”.

Dois dias após, continuando nos seguintes, foi ocupada meia página com o manifesto: “Por 90.000 cruzeiros. em março, para os jornais da imprensa popular”, assinado pela seguinte Comissão Central de Ajuda: Francisco Julião, Sílvio Marques, Edmundo Celso, Vicente Barbosa da Silva e Aloísio Albert”.

Estreou a 5 de março a crônica diària “Acontece cada uma...”, firmada por **Zé da Mauricéa** (pseudônimo de Paulo Cavalcanti), seção que durou pouco mais de um mês. Francisco Julião aparecia com artigos esporádicos.

Em abril voltou a fôlha a circular pela manhã. Criou um Indicador Profissional e novamente adotou o formato

de sete colunas, com 55 centímetros de altura, para diminuir-lo, ainda uma vez, em princípio de junho. No dia 14 desse mês, denunciou que “fôrças reacionárias, encrustadas nas fileiras do Exército”, visavam a cassar a carteira de aspirante a oficial da reserva de Ubiraci Barbosa, envolvido no processo ligado ao assalto à oficina da **Folha**, de 4 de janeiro, “como se fôssem os jornalistas, gráficos, revisores e gazeteiros, que lá se encontravam, os atacantes e não a própria polícia, como ficou posteriormente comprovado”.

Na mesma edição, dizia o editorial: “Tôdas as violências policiais que se estão praticando no Estado são de exclusiva responsabilidade do demagogo Agamenon Magalhães”, seguindo-se, diàriamente, ataques à administração estadual, visada, especialmente, a atuação do Secretário da Segurança Pública, além de críticas ao govêrno federal.

Enquanto isto, a direção do jornal procurava melhorar-lhe a matéria, criando novas seções, tais como: “Movimento sindical”, “Através do mundo”, “Notícias da URSS e das Repúblicas Populares” e “Prêto e Branco”, de Clóvis Melo, passando o editorial a abrir a terceira página, composto em duas colunas, ao passo que tomava mais espaço a seção desportiva e se intensificava o noticiário geral.

Além de outras campanhas, prosseguiram a da carestia da vida e a de protesto contra o envio de tropas brasileiras para a Coréia. No princípio de setembro — ainda 1951 — começou Cláudio Tavares a produzir a crônica “Jornada”, ocupando cerca de um palmo de coluna, na terceira página. No dia 12, transferiu-se para a praça Sérgio Loreto nº 365 a redação, que ficou, assim, instalada no mesmo prédio onde funcionava a oficina.

Pouco tempo depois, as edições de 7 a 10 de outubro divulgavam, em rodapé, longo artigo do General Dermeval Peixoto (14), condenando as “orgias” e “abusos” dos soldados e marinheiros norteamericanos que vieram estacionar no Recife quando da segunda guerra mundial (15). A edição de 21 foi dedicada à Conferência Pernambucana da Paz, marcada para o dia seguinte.

Nôvo alento tomou o trôpego diário a partir de 4 de novembro, quando surgiu com oito páginas (edição domini-

(14) Transcrito da **Revista do Clube Militar**, do Rio de Janeiro.

(15) O General, que era, então, Comandante da Sétima Região Militar, com sede no Recife, chegara a “frisar, em palestras e ostensivamente, que o nosso país era colaborador da guerra e não uma terra ocupada”.

cal), incluindo uma de Literatura (escritos de Paulo Cavalcanti, Cláudio Tavares, Alderico Toribio e Ari de Andrade), outra dedicada às atividades dos partidários da Paz em Pernambuco; seções Feminina, Infantil e passatempos; "Cinema-Rádio-Teatro" e amplo noticiário geral. Custou Cr\$ 1 o exemplar, preço que se tornou definitivo três dias após, quando do 34º aniversário da Revolução Russa, estabelecido, então, o padrão de seis páginas nos dias úteis e oito aos domingos.

No dia 14 divulgou, com destaque, incluindo clichês da vítima, o sequestro a que a polícia submetera o redator desportivo Guilherbaldo Marques Macieira, o qual permaneceu, durante uma semana inteira, em sórdida prisão, sem ar nem luz, sendo após espancado barbaramente e largado nas matas de Dois Irmãos, ali encontrado e amparado por trabalhadores eventuais. Tal ocorrência teve a máxima repercussão, condenando-a, notadamente, a Assembléia Legislativa, a Associação da Imprensa de Pernambuco e a quase totalidade dos jornais da capital (16).

Proseguiu, enquanto isto, a campanha ajudista. João Silveira encarregava-se, então, da "Coluna Sindical". A 12 de dezembro, iniciou Egídio Squeff a crônica diária "Ponto Pacífico", inserta na primeira coluna da terceira página, e no mês de janeiro de 1952 reaparecia a seção "Acontece cada uma...", de notas ligeiras, mas sem assinatura. Surgiram outras, como "Tribuna da Cidade", por H. P., ou seja, Hiram Pereira, e "Nas entrelinhas", a cargo de Wilson Farias.

Em fins de 1951 e no primeiro semestre de 1952 via-se, quase diariamente, uma página circulada, onde, como se fôra anúncio, em grandes caracteres, desferiam-se ataques e críticas vementes aos governos federal e estadual; aos latifundiários e à carestia; à espionagem norteamericana e ao acôrdo militar, em expectativa, entre o Brasil e os Estados Unidos; defendia-se a instituição "de um govêrno democrático e popular", terminando, invariavelmente, com apêlo pró ajuda à **Folha**.

A estada, no Recife, do Secretário de Estado norteame-

(16) A salientar os artigos, no **Diário da Noite**, de Andrade Lima Filho e Dias da Silva, que porisso foram também ameaçados de represálias policiais, e de C. P. (Costa Pôrto) ("Notas Avulsas" do **Jornal do Commercio** de 17-11-1951), que foi incisivo: "Num crescendo assustador se vão repetindo atentados à livre atividade do jornalismo pernambucano". O colunista achava melhor fazer da profissão um "gang" armado, "contratando pistoleiros que nos vigiem e resguardem".

ricano Dean Acheson levou a **Folha do Povo** a chamá-lo, na edição de 2 de julho, “aventureiro internacional”, “provocador de guerras” e “responsável pela guerra de micróbios na Coréia”. Dois dias após, divulgava-se uma nota oficial da Comissão Executiva do P. C. B., denunciando à nação “os objetivos guerreiros e colonizadores da visita de Acheson ao Brasil”. No dia da chegada do ilustre visitante, o prédio do jornal vermelho permaneceu sob cêrco policial e foi-lhe apreendido um cartaz de propaganda.

Eram novos redatores, de passagem: Clélia Silveira, Romeu Negromonte e Vladimir Maia Calheiros, que assinava crônicas desportivas. Prosseguiu a fôlha, normalmente, doutrinando e informando, até que, a 4 de dezembro, seu nôvo redator-chefe, Luís Maranhão Filho, em plena luz meridiana, quando se dirigia à redação, foi prêso, na rua Imperial, e sequestrado por soldados da Base Aérea de Natal, para onde o conduziram e onde ficou detido por vários meses.

Suspensa algum tempo antes, voltou a fazer parte da edição dominical, já a 11 de janeiro de 1953, a página de Literatura (artigos de Astrogildo Pereira e outros), que novamente não duraria muito, dada a situação financeira da empresa, em crise perene.

Dois anos decorridos do último empastelamento, voltaram os vândalos à ação. A **Folha do Povo** intensificara sua campanha contra o acôrdo militar estadunidense-brasileiro e, na madrugada de 16 de janeiro, foi assaltada pela polícia, à frente o próprio Secretário da Segurança, Major Salm de Miranda, e o delegado Melquiades Montenegro. Arrombada a porta principal do prédio, foram presos e espancados tipógrafos e o redator Wilson Farias, os quais só obtiveram liberdade cinco dias após, havendo, além disso, geral depredação, assim descrita na edição seguinte: “Quatro máquinas de escrever quebradas a martelo; peças quebradas nas duas máquinas impressoras; um rádio desaparecido; empastelamento de um magazine de linotipo nôvo e dois usados; empastelamento de dez caixas de tipos da tipografia; vários “bureaux” quebrados, alguns faltando as gavetas”.

Tendo a Linotipo sofrido, apenas, pequenos danos, assim como a pequena impressora subsidiária, a **Folha** pôde circular no dia seguinte, mas em formato tabloide, quatro páginas e matéria resumida, o mesmo ocorrendo no dia 18, para então retornar à normalidade.

No artigo intitulado “Apêlo aos leitores”, edição de 11 do mês seguinte, lia-se que, por motivo de defeito técnico na

Linotipo, a **Folha** não circulara na véspera, havendo o perigo de parar, devido ao estrago que lhe fôra infligido. Daí a insistência de novos apelos ao povo, a fim de obter um milhão de cruzeiros para reaparelhar a tipografia.

Sem mais entraves, continuou a senda laboriosa do órgão comunista, com suas campanhas anti-imperialistas, tendo intensificado, no primeiro semestre de 1953, a propaganda contra a ida de soldados brasileiros para a guerra da Coréia.

Só a 21 de agosto foi sôlto o redator-chefe, trancafiado, desde fins do ano transato, no quartel da Base Aérea do Rio Grande do Norte e, em maio, transferido para a Casa de Detenção do Recife. Revogada a prisão preventiva, continuou, todavia, o processo a que fôra submetido, para ser anulado meses depois. Não reassumiu as funções que exercia, nas quais tinha sido substituído por Hiram Pereira. Como redator-secretário funcionava, à época, Rildo Souto Maior. Outro redator era Alberto Jambo.

A partir de 28 de agosto, o jornal apresentou melhor feição e matéria mais variada, sem anúncios, salvo de profissionais liberais ou de livros socialistas.

Ao ensejo da passagem do oitavo aniversário da segunda fase do matutino, foi outra vez a redação separada da oficina, passando a funcionar no quarto andar do Edifício Vieira da Cunha, salas 25 a 27, cujas instalações se inauguraram solenemente, ouvidos vários discursos, a 19 de novembro.

Foi o ano de 1954 iniciado com a publicação, a 1º de janeiro, do programa do Partido Comunista Brasileiro (fora da lei desde 1947). Além de outros colaboradores, sempre esporádicos, apareciam artigos assinados por Pedro Mota Lima, Leivas Otero, Cláudio Tavares, Zacarias Sá Carvalho, Roberto Morena, Neusa Cardim, Paulo Mota Lima, Itamar Ramos, Aprígio da Silva, Dalcídio Jurandir, Almir Matos, Antônio Oliveira e Etelvino Pinto, enquanto Paulo Cavalcanti escrevia "Dias inesquecíveis", contendo impressões de sua viagem à Rússia; e **João do Cine** (pseudônimo de Celso Marconi) era o cronista da seção "Cine-Teatro-Rádio".

Logo no primeiro trimestre do ano, a **Folha** começou a impugnar o "esquema Etelvino Lins" e a candidatura governamental do general gaúcho Cordeiro de Farias. Em setembro, intensificou a campanha em favor dos "candidatos de Prestes" à deputação, tendo a edição do dia 18 estampado, em letras garrafais, o título "Aliança Patriótica para eleger

João Cleofas”, com clichês e a matéria correspondente. Seguiu-se a inserção diária de páginas inteiras de propaganda eleitoral dos elementos comunistas ou por eles indicados, até a véspera do pleito, quando a edição foi aumentada para oito páginas, divulgando artigo doutrinário de Luís Carlos Prestes.

No dia da eleição, 3 de outubro, no lugar da edição normal, circulou uma **Folha do Povo** falsificada, em formato menor, com desenho de Prestes, em corpo inteiro, na primeira página, repetido na terceira. Afora outras “recomendações”, estampou a seguinte manchete: “Prestes dirige-se aos trabalhadores: para Governador de Pernambuco, vote em branco; para deputados, escolham os nossos candidatos”. Completaram a edição dois longos artigos, um deles de Rui Facó. Teriam sido impressos 50.000 exemplares, distribuídos, gratuitamente, na cidade e no interior do Estado, logo ao clarear do dia, a fim de convencer os eleitores comunistas e respectivos simpatizantes de que, à última hora, Prestes retirara o apoio expressamente dado, até a véspera, ao candidato João Cleofas.

A edição normal, enquanto isto, foi preterida, da seguinte maneira: elementos da situação dominante praticaram, junto à empresa de eletricidade, revoltante sabotagem, cortando o fornecimento de energia na área da oficina gráfica do matutino, durante o período das 19 horas do dia 2 às 7 da manhã seguinte. Conhecido o esbulho, a direção divulgou, no dia 3, um comunicado, através das estações rádio-difusoras, cientificando que a **Folha do Povo** não circulara “em virtude do corte inexplicável no seu fornecimento de energia elétrica” e que a distribuição dum jornal com o seu título visava a “confundir o eleitorado pernambucano”.

Constatou-se, depois, que a edição, falsificada por imposição do oficialismo patrocinador da candidatura Cordeiro de Farias, saiu das oficinas da firma I. Néri da Fonseca, declarando a direção do órgão comunista que tomaria as medidas judiciais necessárias.

As comemorações do 30º aniversário da marcha da Coluna Prestes deram margem, a 31 de outubro, a um número especial, de oito páginas, e mais um suplemento em tabloide, de quatro, com alegoria alusiva, desenho de W. Virgolino, vasto documentário histórico, poemas ilustrados, opiniões de grandes escritores, matéria doutrinária, mapa do roteiro percorrido e uma reportagem retrospectiva, assinada por Paulo Cavalcanti. Na mesma edição falou-se da introdução

de próximos melhoramentos, tanto na parte gráfica quanto na intelectual.

A partir de 13 de novembro, registava o expediente: diretor-responsável — Sindulfo Correia Josué; diretor — Hiram Pereira; gerente — Wilson Vilela de Farias. Assinaturas: ano — Cr\$ 240; semestre — Cr\$ 125; trimestre — Cr\$ 70; mês — Cr\$ 25.

Transcorrendo, a 19, o nono aniversário do matutino, escreveu Paulo Cavalcanti, na edição de rotina, o artigo “Dia de festa para a imprensa do povo”, ao qual pertence o tópico a seguir:

“Na história da imprensa de nossos dias, não há, em todo o país, um jornal mais brutalmente atingido em seu patrimônio, em seus direitos e em suas prerrogativas constitucionais, do que a **Folha do Povo**. Empastelada inúmeras vezes, invadidas as suas oficinas e redação quase anualmente, quebradas as suas máquinas, espancados os seus gráficos e jornalistas, impedida de livre circulação nos instantes mais preciosos da vida nacional, a **Folha do Povo** jamais se deixou dominar pelo ódio do imperialismo e de seus agentes internos”.

Frisou, mais adiante: “Em editoriais, artigos, reportagens e sueltos, a **Folha do Povo** tem defendido a indústria, a pecuária e o comércio do Brasil das investidas soezes dos monopólios ianques. Reivindicando ajuda aos plantadores de caroá, de algodão, de sizal, de mandioca, etc.; exigindo a abertura dos portos ao livre comércio para os nossos produtos agrícolas ou fabris, em regime de estocagem; denunciando os planos dos trustes de eletricidade contra o nosso parque industrial; pondo-se ao lado do funcionalismo público nos movimentos pela elevação de vencimentos e salários; confraternizando com os bancários e comerciários nas suas justas reclamações; tornando-se porta-voz da mocidade e do setor estudantil por mais escolas e pela redução das taxas colegiais ou das passagens de ônibus; somando o seu esforço ao das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos e pela conquista de creches e maternidades; colocando-se a serviço dos partidários da paz e dos defensores das liberdades democráticas; servindo, enfim, aos grandes ideais de libertação econômica, social e política do país, a **Folha do Povo**, se mais não tem podido fazer, no esclarecimento e na divulgação dessas campanhas, é devido ao seu estado carente de materiais tipográficos”.

No mês em referência, encetara campanha a prol da

encampação da Pernambuco Tramways. Egídio Squeff mandava a "Crônica do Rio"; reapareceu a seção "Prêto e Branco" e, no dia 27 (até 3 de dezembro) divulgava-se a "Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil".

Ao findar 1954 (a última edição saiu a 30 de dezembro), a **Folha do Povo** mostrava-se bem impressa, ostentando lisonjeira disposição gráfica, formato de sete colunas e quatro páginas, repletas de variada matéria, incluindo editorial, sueltos, reportagens, entrevistas, noticiário geral e desportivo e raros anúncios.

Do corpo redacional participavam Rildo Mouta, secretário, que substituíra, em outubro, Rildo Souto Maior; Clóvis Melo, Paulo Cavalcanti, Cláudio Tavares, João Silveira, Juvenal Costa, Guilherbaldo Macieira, Wilson Farias e Rubens Ximenes (17) (**Bib. Púb. Est. e arquivo da F. do P.**) (18).

BOLETIM OFICIAL — Órgão da Câmara Sindical dos Corretores de Pernambuco — Começou a circular a 1º de agosto de 1935, lendo-se, no editorial de apresentação, que se tratava de "um verdadeiro fruto da cooperação valiosa do Governo do Estado indo ao encontro das classes trabalhadoras de Pernambuco". Diretor: Jorge Tasso.

Publicação diária, tinha formato pouco inferior ao do papel de ofício, média de 24 páginas mimeografadas de um só lado e a capa em cartolina, com o cabeçalho e anúncios. Divulgava: Notas e Comentários — Movimento dos mercados — Bôlsa de Fundos Públicos — Recebedoria do Estado — Importação e Exportação — Superior Tribunal de Justiça — Agricultura, Indústria e Comércio — Transmissão de Imóveis — Títulos protestados — Hipotecas — Estatística. Esporadicamente, apareciam artigos assinados por Leopoldo Luís dos Santos e Raimundo Proença. Anúncios, também, no texto, ora mimeografados ora em fôlhas impressas tipograficamente.

Após as primeiras edições, lia-se, abaixo do título: Departamento de Propaganda e Desenvolvimento Econômico do Estado. Tabela de assinaturas: ano — 200\$000; semestre — 110\$000; mês — 20\$000; para o exterior: ano — 240\$000; semestre 130\$000.

(17) Prosseguiu em 1955, mas não viveu muito.

(18) É desconhecido o paradeiro do arquivo da **Folha do Povo**.

Com a continuação, o **Boletim** foi diminuindo de volume, terminando com sete fôlhas, datilografadas de ambos os lados. A par de anúncios, apresentava, apenas, movimentos da praça e do pôrto.

Circulou até o n° 683, datado de 31 de dezembro de 1937 (Bib. Púb. Est.).

DIARIO DO NORDESTE — Surgiu no dia 22 de agosto de 1937, em formato grande, oito colunas, com oito páginas. Direção de Andrade Lima Filho, redator-secretário — Fernando de Oliveira Mota; outros redatores — Francisco Lopes Filho, Alfredo Pessoa de Lima, Arnóbio Graça e Filgueira Filho; repórter — Heraldo Mota; repórter policial — Valdemar Amorim; revisores — Manuel Virgínio dos Santos e Jorge Abrantes. Êste último iniciara, então, suas atividades na imprensa da capital, passando depois para o serviço de reportagem. Tadeu Rocha fazia reportagens e a Seção Sindical. Lia-se abaixo do título: “Pelo Brasil — Pela Democracia — Contra o Comunismo”. Ocupou a gerência Telmo Pontual, que estabeleceu a seguinte tabela de assinaturas: ano 50\$000; semestre — 30\$000. Preço do exemplar: \$200 nos dias úteis; \$300 nos domingos e feriados. Redação e escritório: avenida Marquês de Olinda n° 273.

Do artigo de apresentação — “Bandeira” — assinado pelo diretor, constaram os seguintes tópicos: “Êste matutino, que hoje entregamos ao povo nordestino, porque para êle e por êle viemos à liça, é fruto de sacrifício e renúncia, de coragem e de fé dum pugilo ardoroso de nacionalistas que, fiéis ao dogma sagrado da pátria, entram na arena para o embate tremendo em que a Nação se empenha contra a Ante-Nação, forjada pelo satanismo moscovita.

“O **Diario do Nordeste**, que agora surge para as lides do periodismo nordestino, se traçou um programa largo e generoso de ação jornalística: — servir às populações boas e heróicas desta vasta região castigada pelas condições atmosféricas e abandonadas pela ineficiência das nossas fórmulas obsoletas de administração e de política; abordar os seus problemas, agitar as suas necessidades coletivas, revelar, enfim, o interior nordestino, que só tem sido até hoje um reservatório de seres humanos aproveitados apenas na hora do sorteio militar, da arrecadação de impostos ou, nesta que atravessamos, da véspera de eleições...

“Contrastando com a praxe de uma imprensa que, em via de regra, vive voltada, pedantescamente, para o que se

passa lá fora, nós queremos inaugurar uma nova fase em nosso periodismo: — revelar o que é nosso, cuidar dos assuntos do município, célula máter da nação, projetar os aspectos da nossa civilização, fazendo, assim, obra de nacionalismo sadio e construtor”.

“Nacionalismo é a nossa palavra de ordem contra o comunismo — o problema essencial a combater. Esta bandeira que hoje desfraldamos aos ventos do nordeste nós não a enrolaremos jamais. Ela tremulará vitoriosa no dia em que o Brasil triunfar sobre as investidas da Rússia Vermelha. Ou cairá com os nossos corpos sem vida, se Deus consentir, nesta última provação, na onda de lama e sangue que inundará o Brasil, afogando tudo quanto de puro e bom restar ainda nesta pátria querida, formada pelos ensinamentos apostolares de Anchieta”.

Sua abundante matéria estava assim distribuída: Serviço telegráfico; manchete; “Panorama”, comentário de F. M. (Fernando Mota); “O livro do dia”, por A. O.; noticiário ligeiro; artigo em duas colunas, assinado por Andrade Lima Filho; “Atualidades”, em quatro colunas; **sueitos** políticos e sobre assuntos locais; “Coluna da Ordem”: artigos assinados em duas colunas, sendo o primeiro do professor Andrade Bezerra; “Baú de Judeu”, de tópicos dos outros jornais, comentados por Alfredo Pessoa de Lima; seções de Integralismo, Religião, Cine-Teatro, Sociedade, Antenas, Ensino; Notas sindicais; Notas Policiais; Vida dos Municípios; Associações e informador geral; Anúncios; Página dos Desportos.

Tendo o primeiro número circulado em dia de domingo, apresentou, também, um suplemento de oito páginas, trazendo ao lado do cabeçalho o seguinte lembrete: “Votai em Plínio Salgado para presidente da República” (terminou não sendo candidato). No texto, retratos do líder integralista nacional e a reprodução dum grande discurso seu, em que denunciava estar-se tramando um golpe comunista. Boas páginas do segundo caderno eram dedicadas, sobretudo, a “Letras e Artes” e “Agricultura e Pecuária”.

Propriedade da “Empresa de Publicidade **Diário do Nordeste**”, organizada pelo industrial Fileno de Miranda, teve, inicialmente, boa aceitação pública; doutrinou; atacou “os jornais desnacionalizantes do sr. A. Chatô”, e fez campanha contra os candidatos à Presidência da República. Contou com a colaboração de Andrade Bezerra, cônego Jonas Taurino, padre Leopoldo Pires, Isaías Alves, Mário Pessoa, Mi-

guel Reale, Afrânio Lages, padres José Távora e Ludovico Kauling; Luís da Câmara Cascudo (copyright da S. N. I.); Gustavo Barroso, Oto Guerra, Antônio Napoleão, Madeira de Freitas, cônego Eustáquio de Queiroz, Américo Palha, Luciano Avelar, Olbiano de Melo e Ranilson de Sá Barreto, que escrevia notas ligeiras, usando o anagrama **Noslinar**.

Sob a alegação de aumento dos preços do material gráfico, o **Diario** subiu para 300 réis cada exemplar, também nos dias úteis, a partir de 22 de setembro. No Dia da Bandeira — 19 de novembro — saiu em edição comemorativa, de 40 páginas (custou 500 réis), com “farta e impressionante documentação sobre as atividades comunistas”. Na primeira, uma alegoria, em seis colunas, apresentava vistosas cortinas feitas com as bandeiras do Brasil e do Sigma, entre as quais, em medalhão, um retrato de Plínio Salgado; completava o desenho em baixo, a multidão, de braços erguidos, com bandeirinhas, em Anauê. Ao lado da alegoria, uma saudação à bandeira. No texto, a par de transcrições e numerosa publicidade comercial, via-se, ocupando várias páginas, em tipo miúdo, o trabalho filosófico “Jaques Maritain — as sombras de sua obra”, da lavra do padre Antônio Fernandes.

Em data de 20 de dezembro, Fernando e Heraldo Mota retiraram-se, deixando as funções, respectivamente, de redator-secretário e repórter. Filgueira Filho assumiu a secretaria. Ocorreram algumas modificações na feição do **Diario**, com a transposição da “Página desportiva” para a 6ª; “Atualidades”, sueltos, etc., para a 7ª, ficando na 8ª o noticiário geral e reportagens, que eram esporádicos, ou transcrições. Passou a rarear o artigo assinado por Andrade Lima Filho, figurando, nas ausências, a “Nota Internacional”.

As edições dominicais diminuíram para 12 páginas, sem faltar a parte literária, com trabalhos assinados por Tasso da Silveira, Filgueira Filho, José Índio, Fernando Mota (nos primeiros meses), Luís de Gonzaga Santos, Carlos Leite Maia, Cleodon Fonseca, Custódio de Viveiros e outros. Na Página Feminina liam-se prosa e verso de Iraci Ipirapoan Lopes, Isnar de Moura, Iolanda Jordão Breves, Marielza de Moura, etc.

Ao transpor o ano, o **Diario do Nordeste** vinha-se publicando sem entusiasmo, uma vez que fôra extinta, em dezembro, a Ação Integralista. Os anúncios escasseavam, sendo o gerente substituído, a 8 de março de 1938, por Lauro Mendes.

Nessa derradeira e melancólica fase, ora com oito, ora com seis páginas, apareciam artigos assinados por Alcibíades Delamare, padre Leopoldo Pires, Nicanor de Carvalho, Noely Correia e José Carlos Dias. Na parte desportiva G. H. F. assinava crônicas diárias. E houve, também, uma “Coluna de Educação Popular”.

Finalmente, tendo seus redatores perseguidos, alguns presos ou afastados da cidade, o jornal extinguiu-se com a edição de 19 de março, fechado pela polícia.

O único redator encontrado no seu pôsto, quando da diligência policial, foi Jorge Abrantes, que, ainda jornalista “foca”, aguentara quase sozinho, “sabe Deus como”, o arranjo das últimas pobres edições (**Bib. Púb. Est.**).

FOLHA DA MANHÃ — Circulou, pela primeira vez, em edição especial de 16 páginas, no dia 21 de novembro de 1937. Formato máximo, a oito colunas de composição. Diretor — Artur Tavares de Moura; redator-chefe — José Campelo; redator-secretário — José de Alencar; gerente — José Pimentel, achando-se a redação, escritório e oficina instalados na Travessa da Madre de Deus n^o 113. Orientação gráfica de Horácio de Carvalho. Tabela de assinaturas: ano — 56S000; semestre — 30S000; para o estrangeiro: ano — 108S000. Preço do exemplar — \$300.

Na primeira página da edição de estréia figuraram cli-chês do ditador Getúlio Vargas, do interventor federal em Pernambuco, General Azambuja Vilanova, e do Ministro Agamenon Magalhães, como preitos de homenagem, o último dos quais, fundador do nôvo diário, saudado em manchete, augurando-se-lhe “relevante função histórica na orientação dos valores nacionais e na disciplina dos espíritos, condições necessárias à consolidação do regime instaurado pelo Presidente Getúlio Vargas, sob os aplausos de tôda a Nação”.

Lia-se no longo editorial de apresentação: “**A Folha da Manhã** vem continuar a tarefa em que nos empenhamos, na “Página da Dissidência” (1), pela dignidade e os interesses de Pernambuco. É claro que, com possibilidades muito maiores e num campo muito mais vasto para os resultados de uma campanha, que não será apenas de feição política, mas destinada a servir a tôdas as atividades úteis da nossa terra.

(1) Inserida no **Diário de Pernambuco**, de 8 de junho a 24 de setembro de 1937.

“Não a condicionaremos, pois, aos propósitos exclusivos da facção partidária a que vamos dar nosso apoio, mas sempre, invariavelmente, a serviço do bem público. Nem sabemos nós porque falsa e odiosa compreensão se há de separar o interesse partidário, se êle é justo, do bem coletivo, as aspirações individuais das que estão latentes na consciência e na inteligência de tôdas as classes.

“Essa desintegração — se assim podemos dizer — foi, forçosamente, um dos maiores prejuizos para o Brasil e para a República. Depois da Revolução e sobretudo no período da reconstitucionalização em 1934, Pernambuco é uma das vítimas mais torturadas dos apetites individuais em radical divergência com as necessidades públicas.

“Não nos arrasta, é certo, a preocupação de restringir ou anular a personalidade. Para nós, o indivíduo assinala, com o seu gênio, as suas criações e recriações, as épocas culminantes da História. Não são os regimes políticos e sociais que marcam as etapas da evolução humana; mas os santos e os heróis de Carlyle, ou os super-homens de Emerson, quando êles surgem para dar corpo às aspirações que andam, latentes e dispersas, na alma coletiva”.

Recapitulou, o editorialista, a “situação político-administrativa, simplesmente catastrófica, que desorganizou, empobreceu e desmoralizou Pernambuco”, até a transformação dos quadros políticos da Nação, acentuando:

“Seremos necessariamente atraídos por outras solicitações de ordem geral, tanto mais imperiosas quando elas se impõem à tarefa cotidiana do jornalista com a fôrça das circunstâncias incontrastáveis. Cooperaremos dentro de moldes que julgarmos mais eficientes e acessíveis à mentalidade pública contra a degradação comunista, tão fácil de proliferar na ignorância e na miséria”.

Após tecer considerações sôbre o problema social e os meios de solucioná-lo, concluiu: “. . . essas questões precípuas farão parte do programa de luta cotidiana da **Folha da Manhã** pelo bem da coletividade. Educar, ensinar, espiritualizar e amparar as nossas classes sociais — eis o que tem sido a atuação do sr. Agamenon Magalhães no alto cargo que lhe confiou o chefe da Nação e a cuja orientação obedece êste jornal, que êle vem de fundar por fôrça das circunstâncias políticas que são do domínio público e que apresaram a libertação de Pernambuco de uma situação contrária à dignidade e aos interesses do seu povo”.

Ainda no primeiro número, cujo aparecimento foi assi-

nalado com almôço de confraternização, inseriu, na 3ª página, manchete com palavras de congratulações de Barbosa Lima Sobrinho, artigos assinados por Leôncio G. de Araújo, Agripino Grieco, Gustavo Barroso, José Campelo e Paulo do Couto Malta; seções de Modas, Rádio, Cinematografia, etc.

A publicação seguiu-se com oito páginas, impressas em máquina Marinoni — vinte mil exemplares horários, — divulgando editoriais e sueltos; reportagens e entrevistas; “Mundano”, precedido, a princípio, de crônica assinada por **Sabino**; “Irradiações”; “O dia policial”; “A **Folha** nos municípios”; “Indicador da Cidade”; “Vida judiciária”; “Comércio”; “A Nota”, comentário de R. S. (depois **Rios**) ao pé da oitava coluna da terceira página, logo mais substituída pelos “Prós e Contras”, de J. M., e **copy rights** do Departamento Nacional de Propaganda, de Heitor Moniz, Pontes de Miranda, Monte Arrais, Érico Veríssimo, Carlos Maul, etc., além da exclusividade, no Nordeste, do artigo de Geraldo Rocha, d’**A Nota**, do Rio de Janeiro. Colaboração, ainda, de Barbosa Lima Sobrinho e de elementos locais, como Nilo Pereira, Mário Tôres, Luís Gaioso e outros. Na 2ª página saía o rodapé “Comentário e Doutrina”, a cargo de R. A. Sampaio Vidal, Mário Pinto Serva, etc. A 3ª abria as duas primeiras colunas com artigo de colaboração e nas duas últimas escrevia, diariamente, José Campelo, figurando o editorial nas quatro do centro, em tipo corpo 12, negrito.

Em **suelto** de 1 de dezembro, sob o título “A função da Imprensa”, doutrinava o comentarista: “A imprensa, ponto centralizador dos anseios gerais, vários e complexos, cumpre guiar e aconselhar, dirigir e impor os rumos seguros para a concretização dos ideais coletivos. O setor de sua atuação não pode ser limitado; tem de abranger tôda a atividade humana, desde a material à espiritual, incentivando a mística da colaboração recíproca”.

Desde a fundação do matutino, vibrantes editoriais focalizavam as virtudes do Estado Nôvo, vergastando, ao mesmo tempo, os erros do regime decaído por força do golpe de 10 de novembro de 1937.

O Departamento de Publicidade estava constituído de Antônio Sarmiento, Gentil de Sousa e Rui Duarte, êste último até o fim de dezembro, quando subiu para o corpo redacional, ao lado de Antônio Barreto, Cleofas de Oliveira, secretário; Renato da Cruz Gouveia e outros.

A partir de 25 de fevereiro de 1938 ocorria a reprodução do artigo diário do interventor Agamenon Magalhães, publi-

cado na edição vespertina da véspera (2) e lido, à noite, através do microfone do Rádio Clube de Pernambuco.

Iniciou Manuel Barbosa longa série de artigos sobre o Cooperativismo. Outros colaboradores surgiam: Frei Matias Teves, Pimentel Gomes, cônego Jonas Taurino, M. Paulo Filho (transcrição autorizada pelo **Correio da Manhã**, do Rio), Othon L. Bezerra de Melo, Duarte Lima, etc. Organizou-se a seção "Legislação e Justiça do Trabalho".

Excedendo o formato da **Folha** o comum dos outros jornais, decidiu a empresa reduzi-lo à metade, ou seja, 48 x 33, a 1 de maio, quando apresentou 32 páginas. Inseriu o "Conto do 1º de maio", poema de Austro Costa, continuando a dar, ordinariamente, 16 páginas, ao mesmo tempo que baixou o preço da vendagem avulsa para 200 réis. De quando em vez, a partir de 14 de junho, aparecia impresso em papel verde-claro. Uma página de Literatura, aos domingos, divulgava produções, entre outros, de Ulisses Lins, Antiógenes Cordeiro, Austro Costa, Célio Meira e Arnaldo Damasceno Vieira.

Em data de 9 de outubro foi objetivada a organização da Empresa **Folha da Manhã S. A.**, obediente à seguinte diretoria: diretor-presidente — Artur Tavares de Moura; diretor-tesoureiro — Leôncio Gomes de Araújo; diretor-secretário — Diniz Perilo de Albuquerque Melo. O cargo de redator-secretário passou a ser exercido por Cleofas Nilo de Oliveira, ante o afastamento de José Alencar, que fôra tentar a imprensa carioca.

Edição de 40 páginas, com alegoria de Carlos Amorim na primeira, assinalou, a 20 de novembro de 1938, a passagem do primeiro aniversário do matutino, que inseriu, a propósito, a nota a seguir:

"A **Folha da Manhã** não tem faltado aos seus compromissos para com o público que nos apoia e prestigia com os seus favores e os seus aplausos. Temos procurado desenvolver um programa de realizações que abrangem a parte material e a intelectual das nossas edições, colocando este jornal entre os melhores periódicos da imprensa do país. A feição material e intelectual da **Folha da Manhã** corresponde às necessidades da vida moderna, em que o jornal deve ser um elemento de orientação e de informações rápidas,

(2) A edição da tarde da **Folha da Manhã** começou a circular no dia 24 de fevereiro de 1938 (V. pág. 395).

precisas e verdadeiras. O nosso programa político e social corresponde, igualmente, às necessidades e aos anseios coletivos. E tanto assim é que, neste primeiro aniversário de sua fundação, a **Folha da Manhã** se desvanece de poder afirmar que a opinião pública de Pernambuco está com o seu pensamento e os seus propósitos de servir aos supremos interesses da coletividade”.

Em artigo assinado, acentuou o interventor Agamenon Magalhães que a **Folha da Manhã** “surgiu com o Estado Novo, para um grande apostolado. O apostolado da restauração nacional. Viverá com êle e com a sua crença”.

Para a edição em aprêço escreveram trabalhos especiais: Arnóbio Tenório Vanderlei, Manuel Lubambo, Andrade Bezerra, Diniz Perilo, Novais Filho, Mário Libânio, **Téo-Filho**, Galvão de Queiroz, Raimundo Pinheiro, Sérgio Afonso da Costa, Ascenso Ferreira, Mário Melo, Cícero Galvão, Nair de Andrade, Costa Pôrto, Antônio Pinto Lapa, Gil Duarte e outros.

O Dia do Trabalho, em 1939, mereceu edição de 32 páginas, repletas de literatura comercial. “Faça a sua consulta” foi uma seção iniciada em junho para atender a interpeleções sobre a Justiça do Trabalho, a cargo de A.P. (Amauri Pedrosa). Às quintas-feiras, saía “Direito Operário”. Alberto Campelo, funcionário do escritório desde a fundação da **Folha**, passou para o corpo redacional, traduzindo telegramas e, em seguida, escrevendo a nota “Vida da Cidade”.

A partir de 12 de setembro diminuiu para oito a quantidade de páginas das edições comuns, providência de “caráter provisório e em decorrência da situação européia”. A administração solicitava, então, aos colaboradores a “fineza de não enviarem originais, dada a impossibilidade de dar à estampa os trabalhos assinados”. Entretanto, não haveria “nenhuma falha ou diminuição no noticiário local, do interior e do estrangeiro”. Mantiveram-se os artigos de Agamenon Magalhães. A edição dominical, com 16 páginas, passou a custar 300 réis. Nesse ano, o segundo aniversário da **Folha** reuniu 32 páginas, excepcionalmente a 400 réis o preço do exemplar, com excesso de matéria comercial. Escreveu o editorialista:

“Graves problemas nacionais preocupam, inicialmente, os nossos comentários, todos orientados num sentido patriótico. O princípio da ordem e de prestígio da autoridade fundamenta e coordena a função deste jornal, que se orienta

no combate às ideologias contrárias às nossas tradições. Essa a credencial com que nos apresentamos no início de mais um ano de trabalho: crentes na posição destacada que o Brasil ocupará conduzido por um regime de justiça e ordem, enquanto outras terras e outros povos se torturam em tremenda inquietação espiritual”.

Normalizada a situação do mercado do papel, no início de 1940, as edições comuns passaram a ter ora oito, ora doze, ora dezesseis páginas, e o número avulso, aos domingos, voltou a custar 200 réis. A 6 de janeiro, renunciou o diretor-presidente da empresa, sendo substituído por Leôncio de Araújo, o qual, por sua vez, foi substituído, na tesouraria, por Vicente Gouveia. Criaram-se duas novas seções: “A crônica internacional” abrindo a segunda página, e “Vinhetas urbanas”, de P., fechando a última. Intensificara-se bastante o serviço telegráfico, desde o início da guerra européia, ocupando mais de duas páginas.

Desde 29 de dezembro de 1940 começou a acompanhar as edições dominicais um Suplemento Ilustrado, tabloide de oito páginas, contendo “Literatura”, “Artes”, “Variedades”, “Letras Jurídicas” e “Curiosidades”. Publicou-se, com lacunas, até o nº 13, datado de 13 de abril do ano subsequente, não retornando.

Outra alteração verificou-se na parte administrativa, quando, a 9 de janeiro de 1941, Leôncio de Araújo renunciou o cargo de diretor-presidente, no qual foi substituído por Diniz Perilo. Efetivado o afastamento de José Campelo, assumiu Nilo Pereira a posição de redator-chefe, em que permaneceu até o fim, redigindo o editorial de cada dia e artigos assinados.

Novos colaboradores, em caráter mais ou menos efetivo: Duarte Lima, Apolônio Sales, Arnóbio Tenório Vanderlei, Brito Alves, o dos “Casos Forenses”; Gercino Malagueta de Pontes, Paulo Guedes, Novais Filho, Renato de Farias, José do Rêgo Maciel, Elpídio Domingues Lins, Luís de Magalhães Melo, Joel Presídio, etc.

Aconteceu nesse ano a maior edição de aniversário, datada de 23 de novembro. Reuniu 60 páginas, a \$400 o exemplar, veiculando colaboração especial de Mário Sete, Luís da Câmara Cascudo, José Carlos Cavalcanti Borges, Napoleão de Albuquerque e João Costa; as seções costumeiras e várias transcrições. O número avulso normal, em agosto de 1942, passou a ser vendido a \$300 e nos domingos a \$400. Aumen-

tou a assinatura anual para 90\$000 e a semestral para 45\$000. Exterior: anualidade — 120\$000.

Pertenciam, então, ao corpo redacional: Gilberto Duarte, Luís Luna, João Ribeiro, Israel Fonseca, Rui Duarte e Aristófanes da Trindade. Trabalhavam na revisão, em revezamento, Felix Francisco Peixe, Fernando Licarião de Melo, Rosalvo Cavalcanti Ribas, Cromwell Leal, Paulo Nunes Viana e Otacílio Machado; fotógrafo — José Gomes.

Outros nomes figuraram, antes, nos diversos setores da redação ou da revisão, a saber: Gabriel Cavalcanti, que assinava crônicas e reportagens usando o pseudônimo **Gil Maurício**; Paulo de Sousa Pires, na seção desportiva; Fábio Correia, Francisco Floro de Albuquerque Leal e Heribaldo Elói de Amorim.

Na edição de 22 de novembro de 1942, comemorativa do quinto aniversário de fundação, escrevia o articulista: “**A Folha da Manhã** pode dizer que, na sua luta aberta contra o mocambo e na defesa consequente das populações menos favorecidas que viviam nessas habitações infectas e humilhantes, contribuiu para a formação de uma nova consciência social que hoje vemos triunfante em todo o Estado e servindo até de orientação e de estímulo a outras unidades federativas, que proclamam o acêrto e a benemerência da campanha a que cedo vinculamos o nosso nome. Jornal que vem defendendo os postulados e as prerrogativas do regime, que se vem pondo ao serviço da unidade brasileira, a **Folha da Manhã** tem se preocupado em guiar e esclarecer a consciência pública em todos os momentos da vida nacional”.

Concluiu declarando que, na defesa da “unidade nacional, que o nôvo regime assegurou e consolidou, “não poderia esquecer o primado da fé cristã”.

Elevou-se a 60 páginas, novamente, a pouco expressiva edição do sexto aniversário, em 1943, na qual se lia: “Traduzindo, através do seu artigo diário para esta fôlha, o pensamento cuja altura política e espiritual tem contribuído, por todos os motivos, para a consolidação da nossa vida, da nossa civilização e das nossas tradições, mais nobres e mais puras, o interventor Agamenon Magalhães tem irradiado por todo o país uma obra doutrinária-social, humana e cristã, que vale ressaltar como um dos mais legítimos triunfos a incorporar à nossa existência de seis anos. No artigo do chefe do govêrno, os nossos leitores se habituaram a encontrar uma orientação segura e um itinerário irrecusável para tôdas as causas que enobrecem o espírito humano. Sem rumo, sem

emoção, sem conteúdo espiritual, um jornal estaria fadado a ser um pêso morto na coletividade; e se a **Folha da Manhã** venceu, não foi senão porque trouxe ao povo uma orientação imprescindível ao seu desenvolvimento e à sua compreensão da hora atual”.

Em janeiro de 1944 foi restabelecida a página de Literatura, inserindo produções de Luís da Câmara Cascudo, Vanildo Bezerra Cavalcanti, Nilo Pereira, Costa Porto, Vicente do Rêgo Monteiro (poemas ilustrados por êle próprio), José F. Gonçalves, Luís Beltrão, Israel Fonseca e outros. A começar do mês de maio, as edições dominicais passaram a ter um Suplemento Ilustrado, de oito páginas, nas quais, além de Literatura, figuravam Direito, Economia, Artes plásticas, Cinema, Teatro e Rádio, seção esta última a cargo do redator Antônio Maria. Posteriormente, acrescentou-se a página de desenhos “Meninas de Hoje”, de Gil Brandão. Surgiu depois, às quintas-feiras, a Página Infantil.

A 25 de abril assumiu a função de diretor-secretário da sociedade anônima Paulo Germano Magalhães. Mais alentada foi a edição de aniversário do referido ano, reunindo 64 páginas, a salientar o seguinte excerto do editorial comemorativo:

“Nosso dever, nesta hora histórica do mundo moderno, é o de contribuirmos com as armas da inteligência e da cultura para a vitória integral da liberdade, da justiça e do direito, de todos os grandes ideais, em suma, que enobrecem a vida humana e a tornam digna de ser vivida. O jornalismo adquiriu, em face das circunstâncias atuais, e dada a posição ideológica que devemos assumir contra os inimigos da humanidade e da civilização, uma posição ao mesmo tempo de combate e de orientação. Cabe-nos a relevante tarefa de colaborar decisivamente, através de uma ação intelectual intensa, na obra de restauração da paz e da estruturação do mundo de após guerra”.

Teve início em fins de 1944 a divulgação de histórias em quadrinhos, sendo a primeira “Nas selvas brasileiras”. Seguiram-se outras, como “Aventuras do Tindinho”, “Kokada e suas diabruras”, “O comendador Ventura” e “Bonifácio, o errado”.

Novos colaboradores divulgavam, em 1945, artigos assinados: Orlando Parahim, Lima Figueiredo, Benedito Mergulhão, Augusto Duque e Antônio Geraldo Guedes. A “Seção do Trabalhador”, que se transformara, desde 18 de novembro do ano anterior, em “Página do Trabalhador”, ocu-

pando, conjuntamente, as duas páginas do centro, e saindo aos sábados, sob a orientação de Amauri Pedrosa, inseria trabalhos assinados por Antônio Tôrres Galvão, Severino Cunha Primo, J. Queiroz, Ozias Burgos, Hermes de Sá, Sebastião Lucena, A. Gomes de Oliveira, Francisco Galvão, Aldemar Costa Almeida e outros líderes trabalhistas. Havia, sobretudo, uma seção de “Consultas, Queixas e Reclamações”.

Nos primeiros meses de 1945 iniciava-se a campanha do “queremos” Getúlio Vargas para presidente da República, a qual haveria de levar a **Folha**, apaixonada pelo caso, a bater-se, em árdua polêmica com o **Diário de Pernambuco**, principalmente a propósito dos acontecimentos de 3 de março (3), defendendo de graves acusações o governo estadual; a propósito do serviço hospitalar em Pernambuco; a propósito da Lei Agamenon Magalhães contra os trusts; a propósito, mesmo, de tudo, espinafrendo os “gazeteiros da Pracinha”, chamando Assis Chateaubriand “gangster” e outros epítetos do maior azedume.

No meio da campanha, precisamente a 9 de junho, renunciou o diretor-presidente da empresa, Diniz Perilo, sendo substituído pelo diretor-secretário: Paulo Germano Magalhães. A 21 do mês subsequente, iniciava-se a divulgação, com exclusividade em Pernambuco, das “Memórias de Paul Reynand”.

Modificou-se, a partir de 15 de agosto, a feição da 3ª página: o expediente abria as duas primeiras colunas, seguido do artigo redacional e de sueltos. Matéria telegráfica enchia o restante do espaço, transferindo-se o artigo de colaboração, temporariamente, para a 2ª página.

Por essa época, o **Jornal Pequeno**, que se tornara órgão das Oposições Coligadas, também passou a ser alvo, ao lado do “órgão mais antigo da América Latina”, das críticas e ataques da **Folha**, nos quais eram envolvidos, entre outros, o jornalista Aníbal Fernandes e o sociólogo Gilberto Freyre.

A edição de aniversário desse ano — 21-11-945 — saiu com 48 páginas, sem nenhuma atração, figurando na primeira uma alegoria de Norberto Vale. A 2 de dezembro, dia de eleições presidenciais e parlamentares, ocorreu um

(3) Durante um comício pró-candidatura Brigadeiro Eduardo Gomes, na praça da Independência, foram tiroteados oradores postados na sacada do edifício do **Diário**, morrendo ali mesmo o acadêmico Demócrito de Sousa Filho, ao passo que, no pátio, também perdia a vida um popular, ficando feridas várias pessoas.

suplemento de oito páginas, dedicado ao candidato à deputação federal Agamenon Magalhães, a primeira das quais apresentando o respectivo clichê e as demais uma demonstração, vastamente ilustrada, das realizações de sua iniciativa à frente do governo do Estado, no tocante à campanha pró-substituição dos mocambos do Recife.

Em janeiro de 1946 começou o matutino a ser vendido, avulsamente, a Cr\$ 0,40 da terça à sexta-feira e a Cr\$ 0,50 aos domingos, elevando-se para Cr\$ 100 a assinatura anual. É que — escrevia — as empresas jornalísticas se achavam oneradas com encargos que excediam a sua capacidade econômica. A **Folha** vinha “sofrendo as consequências desses encargos, notadamente os que dizem respeito ao aumento de salários e ao encarecimento da matéria prima”.

Longo editorial comentava, a 12 de janeiro, a medida tomada pelo Interventor José Neves Filho, que proibira a irradiação dos artigos de Agamenon Magalhães, de ataque às Oposições Coligadas, sob a alegação de que essa difusão, sendo o Rádio Clube de Pernambuco oficializado, quebraria a neutralidade do seu governo. Embora não se tratasse de um gesto de hostilidade, achou a redação que era uma injustiça, lançando o seu protesto.

A Nota Internacional, localizada na segunda página, foi substituída pelas Notas Econômicas, tendo como articulista principal Omer Mont’Alegre. Havendo Cleofas de Oliveira deixado, a 22 de fevereiro, o cargo de redator-secretário, foi substituído por Amilcar Neves, e este, por sua vez, o transmitiu, tempos depois, a Silvino Lopes.

No dia 13 de março de 1946 iniciou Mário Melo uma crônica diária, sob o título “Aqui e Ali”, justificando-o nos períodos iniciais da primeira: “Dois advérbios de lugar: aqui, o que está próximo; ali, o que está distante. Tomei-os para título permanente desta seção. No **aqui**, rigorosamente, estarão os casos do Recife, ou mesmo de Pernambuco e, conforme o ponto de vista em que me coloque, de qualquer parte do Brasil. No **ali**, os de fora do Recife ou de Pernambuco, ou do Brasil”.

“Aqui e ali” — que saía na última página, transferindo-se após algum tempo para a terceira, — destinada a temas variados, ocupava-se, então, exclusivamente, de assuntos políticos. Mário Melo desancava a oposição, criticando, particularmente, a atuação do **Diário de Pernambuco** e do seu

diretor, Aníbal Fernandes, a quem cognominava, sarcásticamente, “Mimoso Colibri” (4).

Começou no referido mês a divulgação regular, na primeira página e com direitos reservados, de artigos de escritores estrangeiros de fama internacional, fornecidos pela “Overseas News Agency”, além dos conhecidos frei Romeu Peréa, Maciel Filho, Heitor Moniz, Barbosa Lima Sobrinho, Artur de Sá, Gercino de Pontes, Benedito Mergulhão, Orlando Parahim e Apolônio Sales. Na “Página do Trabalhador”, reduzida para uma página mesmo, escreviam, entre outros, Norton Melo, Alcides Nicéas, Boanerges de Oliveira, José Bezerra de Lima e José Queiroz.

O lugar de diretor-secretário da sociedade anônima, vago, foi preenchido, a 14 de abril, por Esmeraldino Gonçalves Filho. Uma semana mais tarde, continuando a crise de papel, “proveniente da instabilidade dos mercados internacionais”, subiu o preço do exemplar do matutino para Cr\$ 0,50 nos dias úteis e Cr\$ 0,60 aos domingos. A 4 de maio aparecia nova tabela de assinaturas: ano — Cr\$ 120; semestre — Cr\$ 60; anualidade para o exterior — Cr\$ 150. Não demorou muito outro aumento. Veio a 20 de agosto, passando o número avulso para Cr\$ 0,60 e Cr\$ 0,70, respectivamente. Assinaturas: ano — Cr\$ 150; semestre — Cr\$ 80. Para o exterior: ano — Cr\$ 300; semestre — Cr\$ 160.

Ia em curso a campanha política do Estado para a composição do governo constitucional, tendo o jornal de Agamenon Magalhães tomado a si a propaganda da candidatura Barbosa Lima Sobrinho, em oposição à de Neto Campelo Júnior, defendida pelos órgãos das Oposições Coligadas. Reacendeu-se a polêmica e os ex-colaboradores Novais Filho e Costa Pôrto foram desapiedadamente atacados; eram, segundo a **Folha**, **Calabar** e **Calabarzinho**. Carlos de Lima Cavalcanti e outros próceres não deixavam, igualmente, de ser criticados com aspereza. Chegando o mês de novembro, as lamboradas atingiam o interventor General Dermeval Peixoto, acusado de faciosismo em face da campanha eleitoral e de perseguição aos redatores do órgão.

A propósito de sangrentos acontecimentos verificados na cidade de Paulista, a 13 de novembro, noticiou o matutino

(4) Enquanto isto, Aníbal Fernandes não poupava o confrade Mário Melo, seu inimigo pessoal, sem citar-lhe o nome jornalístico, mas, simplesmente, Carneiro do Régo, na sua crônica sob o título “Coisas da Cidade”, no **Diário de Pernambuco**, usando o travesti **Z**.

que o chefe do governo lá se encontrava na ocasião, o que, não sendo exato, pois a visita de S. Ex^a ocorrera em hora diferente, deu lugar a uma nota oficial, na qual se declarou que o caso ia ser “apreciado conforme a lei de imprensa”, estando por isso entregue ao secretário da Segurança. Escreveu, a respeito, o editorialista:

“Se o Interventor Dermeval Peixoto julga intimidar-nos com a lei de imprensa, com processos judiciais, o que lhe podemos dizer é que isso não nos abate o ânimo”. “Que venha o processo e que se façam estas e outras ameaças à imprensa livre. Não é por isto que vamos ficar no meio do caminho”.

Continuando as ameaças, lia-se, na edição do dia 20: “Não as tememos. E não as tememos porque somos conscientes da missão que exercemos diante do povo”.

A 21 ocorreu o nono aniversário da **Folha**, solenizado com edição comum de 16 páginas, seguindo-se uma semana de edições idênticas para divulgar anúncios especiais. O editorial comemorativo dizia, entre outras considerações: “Os altos interesses de Pernambuco, de suas classes, de sua existência política, social econômica e cultural continuarão a ser o grande móvel da nossa existência. A **Folha da Manhã** firmou já essa tradição e por ela pautará a sua ação, pouco se lhe dando de mesquinhas com que se pretenda coibir a caminhada gloriosa. Homens de uma só palavra e de um só dever, os que fazem este jornal estão bem certos da nobreza e da importância de suas responsabilidades. No dia de hoje podemos todos nos ufanar do cumprimento da espinhosa tarefa, celebrando com júbilo a data que assinala uma vitória do jornalismo, que, tendo lançado as suas raízes no povo, com ele vive e viverá”.

Divulgou, a 20 de dezembro, a plataforma de governo do candidato Barbosa Lima Sobrinho, cuja propaganda passou a ser feita com grandes títulos e clichês.

Ainda nesse mês, a propósito do rumoroso caso dos dividendos do Rádio Clube de Pernambuco, dizia a edição de 29: “Os escrevinhadores do **Diário de Pernambuco** fazem questão de demonstrar que, em matéria de chantagem, não ficam a dever nada ao seu chefe Chatô”.

Realizado o pleito eleitoral a 19 de janeiro de 1947, seguiu-se a batalha da apuração dos votos, a qual terminou com outra batalha: a judiciária, que teve a duração de um ano, para, no final, dar ganho de causa a Barbosa Lima Sobrinho, temas êsses de grande cobertura jornalística.

No mês de maio iniciava Luís Beltrão a crônica diária “Na Constituinte”; depois, “Na Assembléia Legislativa”. Em fevereiro de 1948 aparecia a “Esquina da Lafaiete”, comentário eclético de Andrade Lima Filho.

A propósito do contacto semanal com a imprensa, que o Governador Barbosa Lima instituiu e vinha cumprindo, ressaltou a redação no dia 29, que isto revelava “o seu temperamento democrático”, que a imprensa adversária procurava esconder. E aduziu:

“Ora, sendo o sr. Barbosa Lima um jornalista, é de toda evidência que estima a crítica; somente o que não pode estimar é que, ao invés da crítica construtiva de que falou na Assembléia Legislativa, se façam campanhas sistemáticas que, a rigor, não podem ser chamadas de campanhas jornalísticas, porque jornalismo é outra coisa”.

Focalizando a necessidade da colaboração da imprensa com o governo, concluiu: “A imprensa tornou-se, no mundo democrático, o maior veículo da reconstrução das idéias e das civilizações. O que devemos é acompanhar êsse ritmo, enobrecendo a profissão, convertendo-a cada vez mais num fator do bem geral e de compreensão humana”.

Aludindo noutro artigo — 13 de março — às reuniões com o chefe do governo pernambucano, em que os profissionais de imprensa se sentiam à vontade, escreveu:

“Nota-se, no jornalismo de hoje, uma tendência — a do comentário simples, abandonando-se o artigo retórico, engomado, conselheiral, que parecia obedecer a um fúnebre cerimonial, fazendo crer que os articulistas escreviam tais coisas como se estivessem marchando para salvar a humanidade dos mais tétricos abismos”.

“O jornalismo tornou-se leve, acessível, penetrante, não valendo isso como qualquer censura aos grandes mestres do passado, que são mestres eternos, cada vez mais vivos no culto que lhes devotamos de admiração e de enternecimento.

Logo mais, a 1^o de maio, agravadas as emprêsas jornalísticas com “maiores dificuldades” no tocante à aquisição de papel, foi mais uma vez elevado o preço do número avulso, para Cr\$ 0,80 e Cr\$ 1, respectivamente, nos dias úteis e aos domingos. Nova tabela de assinaturas: ano — Cr\$ 220; semestre — Cr\$ 120.

O matutino entrou a divulgar artigos assinados pelo Governador Barbosa Lima Sobrinho, que era, sobretudo, e é, escritor de renome, e restabeleceu o Suplemento, suspenso na fase mais aguda da campanha política, veiculado êle aos

domingos, até com 24 páginas; na de Literatura apareciam Nilo Pereira, Luís da Câmara Cascudo, Ariano Suassuna, Maria Lúcia do Amaral, Veríssimo de Melo, Lucien Pouessel, Hermilo Borba Filho, Araújo Filho, Otávio Pinto, Amaro Quintas, Aristóteles Soares, Hélio Augusto, Evaldo Cabral de Melo, Duarte Neto, Palmira Vanderlei, José Mariz de Moraes, Joel Pontes, Manuel Pessoa de Luna Filho, frei Romeu Peréa, Cromwell Leal, Arnóbio Graça, Otávio Cavalcanti, etc.

O diretor-secretário da Sociedade Anônima foi substituído, a 4 de junho de 1948, por Henrique de Barros Cavalcanti.

Em forma de livro, a **Folha** começou a publicar, a 10 de agosto, "Problemas do Petróleo no Brasil", compreendendo uma série de conferências do General Júlio Caitano Horta Barbosa. Ainda nesse mês, patrocinou o concurso "Qual a mais bela jovem de Pernambuco?"

Outros colaboradores, em prosa e verso, viam-se nas páginas de Literatura dominicais: João Vasconcelos, Silvino Lopes, Alcides Siqueira, Cezário de Melo, José Laurênio de Melo, Tenório Vila Nova, Romeu Negromonte, Walmir Maranhão, Jordão Emerenciano, Getúlio César, Ivan Seixas, Otacílio N. de Queiroz, Abaeté de Medeiros, Mariano Lemos, Esdras Farias, Fran Martins, José Maria Cerqueira, Augusto Duque, Eládio Ramos, Monteiro de Moraes, Seve-Leite, Olívio Montenegro, Valdemar Valente, Estêvão Pinto, José Pinto Júnior, Craveiro Leite, Willy Lewin, Baltazar da Câmara, Homero Rêgo Barros e outros, ocorrendo ilustrações de Eros Gonçalves, Ladjane Bandeira de Lira, Zuleno Pessoa, Manuel Bandeira e Mário Túlio.

Na primeira edição de janeiro de 1949, saudando o Ano Novo, lia-se em editorial: "O panorama social de nosso Estado é dos mais promissores. Reina calma em tôdas as regiões. O ritmo de trabalho de nossa gente vem aumentando em bases bem produtivas. A decisão dos poderes públicos, para solução dos problemas administrativos e sociais, é uma garantia de dias melhores. O senso moral de nossa gente tem reagido bem às injunções de perniciosas influências. As calamidades climatéricas, tão influentes em nossa região, estiveram ausentes no ano que passou, reatando esperanças para o ano presente. Tôdas estas constatações são, assim, boa base para construirmos dias felizes neste ano de 1949".

No comêço de fevereiro surgiu a seção "Seleções dos Suplementos", com noticiário crítico, assinada por **Mister**

New Chamberland. Precisamente a 22 do mês seguinte iniciou Silvino Lopes a crônica diária "Devagar e Sempre", que só veio a receber a assinatura do autor depois de algum tempo. Novas seções apareciam, inclusive "A Semana Ilustrada", a cargo do **Irmão Vigilante**, assim como novos nomes no Suplemento, entre os quais Édson Régis, Ernesto Albuquerque, Lício Neves, Raimundo Nonato, Malaquias Abrantes, Zilde Maranhão e Sousa Barros, enquanto se extinguia a "Página do Trabalhador".

Reacendeu-se, em setembro, a querela com o **Jornal Pequeno** e o **Diário de Pernambuco**, órgãos das Oposições Coligadas, que atacavam a administração estadual. A seção "A Folha nos Municípios" ampliou-se; outras foram criadas ou melhoradas; o artigo de fundo veio a adotar título em quatro colunas; fêz-se mais intenso o serviço telegráfico; transferiu-se para a última coluna da quarta página o comentário "Aqui e Ali", de Mário Melo.

A edição de aniversário de 1949 saiu no dia 22 de novembro, apenas com 28 páginas, inserindo o artigo redacional intitulado "Doze anos em defesa do povo", a salientar o tópico:

"A luta mantida por esta fôlha, pela vitória da candidatura do sr. Barbosa Lima Sobrinho ao govêrno do Estado, não foi um simples episódio como tantos outros na vida jornalística. Foi uma cruzada cívica e autonomista, cuja repercussão, em todo o país, mostrou, claramente, a importância democrática da causa de todos os pernambucanos que não desejavam ver o Estado esmagado pela opressão e pelo cerceamento de suas liberdades fundamentais".

O Suplemento domingueiro atingiu o auge em 1950, divulgando copiosa matéria, inclusive três páginas de Literatura, duas de assuntos cinematográficos, páginas Feminina, de Direito e Vida Rural. Ocorriam edições em papel verde, de 24 a 28 páginas. Durante o mês de fevereiro, Isnar de Moura assinava crônica social e começaram em maio as "Notas Médicas" do dr. José Otávio Cavalcanti. Depois entrou a colaboração de Nelson Firmo, M. da Nóbrega e Arlindo de Albuquerque, nôvo redator, também responsável pela seção "Da cidade e de fora", além de firmar notas sobre "Mundanismo", quando não assinadas estas por Haidéa Silva ou **Aladin** (pseudônimo de Alfredo Craveiro Leite). No segundo semestre do ano, Sinval Peregrino da Silva redigia o comentário dominical intitulado "Memórias, Homens e Fatos".

Divulgou-se a 14 de março de 1951 a derradeira crônica “Devagar e Sempre”, do redator-secretário Silvino Lopes, que faleceu dois dias após.

Começou a colaboração, aos domingos, de Carlos Rios. Telha de Freitas, admitido no corpo redacional, escrevia “O fato do dia”, enquanto Gomes Maranhão, assumindo a Secretaria da redação, produzia artigos diários, de agradável estilo, ao pé da última página, e Luís Beltrão assumia nova seção: “Bancada da Imprensa”.

A parte literária do Suplemento de 23 de março, dedicada à memória de Silvino Lopes (5), inseriu trabalhos especiais de Nilo Pereira, Jordão Emerenciano, Andrade Lima Filho, Hercílio Celso, Cezário de Melo, Adeth Leite, Luís Beltrão, Otávio Pinto, Dulce Chacon e Homero Rêgo Barros.

Sob o título “Silvino, o cronista da cidade”, escrevera Jordão Emerenciano, entre outros conceitos: “Silvino era o cronista da cidade. O cronista do cotidiano. A substância para as suas crônicas êle a extraía dessa rica e trágica comédia humana que transborda — cheia de humanidade — da vida do dia a dia. A substância das suas personagens e dos seus contos êle ia buscar nos enterros e nos casamentos, nos encontros de rua e nas filas de onibus, nas seções das câmaras legislativas e nos atos do govêrno, no noticiário dos jornais e na gazeta policial. Onde quer que houvesse uma nota, um reflexo do humano, ia êle colher material”.

A partir de 1 de maio o preço único do exemplar subiu para Cr\$ 1, passando para Cr\$ 1,50, um ano depois, a edição dominical. A mesma época, o Suplemento acrescentou mais uma página — “Socialismo e Cultura”, a cargo do acadêmico Badoglio Maciel.

Gilberto Osório de Andrade iniciou, a 4 de setembro, ainda de 1951, uma série de artigos, nas duas últimas colunas da terceira página, sob o título geral “Salvo melhor juízo”, frisando logo no princípio: “Dizer o que se pensa não chega a ser prôpriamente um problema. O problema é dizer o que se deve”.

A 30 de outubro assumiu a gerência Danilo de Freitas Lins, cargo que voltou a ser exercido por José Pimentel no primeiro dia do ano seguinte.

(5) As páginas de Literatura do **Diário de Pernambuco** e do **Jornal do Commercio** da mesma data dedicaram, igualmente, apreciável espaço à divulgação de artigos sôbre a vida e a obra do jornalista, escritor, poeta e comediôgrafo Silvino Lopes.

Eram novos colaboradores do Suplemento: J. A. Correia de Araújo, padre Públio Calado, Maria das Graças Santos Leite, Lício Neves, José Mucinic, Paulo Matos, Ângelo Jordão Filho, Marcelino Neto (“De vez em quando”), Tenório de Cerqueira e outros, estando a cargo de Cezário de Melo a crônica “Literatura da Semana”, em rodapé.

O corpo redacional estava assim constituído: Nilo Pereira — redator-chefe; Edmundo Rodrigues de Moraes, secretário; Amilcar Neves, sub-secretário; Clodomir Moraes, Luís Garcês, Geraldo Seabra, Danilo de Freitas Lins, Luís Veloso, Otávio Cavalcanti, Aristofanes Renan da Trindade, Hélio Tavares de Lima, Umberto Ponzo e Haroldo Praça, redatores; José Maria Cerqueira Garcia, Felix Francisco Peixe, Cromwell de Lima Leal, Otacílio Machado, Rosalvo Cavalcanti Ribas e Nelson José Ribeiro, revisores; Ederval Gomes Novais, arquivista; Alexandre Kruse, chefe do serviço de recepção telegráfica; José Gomes Monteiro, repórter fotográfico. Tinham participado, antes, do corpo redacional: Vanildo Campos Bezerra (reportagens), Paulo Barreto (desportos), Adolfo Guedes Alcoforado (noticiário de Olinda), Severino Barbosa (rádio), Hermilo Borba Filho e Flora Machman (crônicas), Permínio Asfora, César de Paiva Leite, Clodomir Alcoforado Leite, Raul da Costa Pereira e Ércio Marcus Rabelo.

A edição de aniversário de 1951, além de ligeira nota, na primeira página, sobre a data, inseriu, na terceira, o seguinte suelto:

“Neste dia de hoje, olhamos os quatorze anos transcorridos no **batente**. Dir-se-á que somos moços, que não temos uma longa história a contar. Mas, o jornalismo é uma coisa tão penosa, tão árdua, que o pouco tempo vale muito. Bem longe está o leitor de avaliar o nosso esforço pela noite adentro, para melhor servir ao povo. No dia seguinte o leitor compra o jornal, sem saber o que êle vale em tenacidade, em preocupação, em atividade, em vigilância.

“Esta é uma profissão que só por uma vocação decidida deve ser exercida. Há os que tentam o jornalismo; mas se não têm essa vocação, desistem. É que o ofício exige sacrifício, não se podendo, nesse terreno, fazer aventuras.

“O sacrifício tem, no entanto, as melhores compensações espirituais. O verdadeiro profissional gosta de ver seu jornal bem feito, informativo, variado, exato; e nisso está uma compensação. Um comentário vale, às vezes, uma boa

emoção interior, embora as colunas a encher diàriamente representem, não raro, uma boa tortura.

“No fim de tudo, a vida passa e o mundo marcha; mas a verdade é que sem a imprensa nada se faria de proveitoso e duradouro. Nas democracias liberais o jornalismo é uma arma da verdade, contanto que não façamos dêsse poder um instrumento do nosso personalismo às vêzes tão terrivelmente tentado.

“A imprensa é uma sedução de todos os instantes. Quem entrou nela, se pegou o visgo, jamais a deixará. Escrever não é pròpriamente um vício, como se a arte de redigir fôsse como a arte de fumar. Há uma emoção criadora; e isso é que é tudo”.

Começou em janeiro de 1952 a página “Mundo estudantil”, sob a direção de Hélio Ramos e Bento Bugarin. Surgiu em abril nôvo suplemento dominical, exclusivamente feminino, a côres, que não durou muito, seguido do “Suplemento em quadrinhos”, tabloide de 16 páginas, de propaganda dos produtos Fratelli Vita.

Ocorreu a 24 de agôsto o falecimento do Governador Agamenon Magalhães, fundador e orientador espiritual da **Folha da Manhã**, sendo à sua memória dedicada a edição do dia, incluídas duas páginas retrospectivas. E, quando do sexto aniversário, escrevia o editorialista:

“... o destino da **Folha da Manhã** foi traçado por um pernambucano difícil de se confundir, impossível de se tornar esquecido. **Folha da Manhã** é Agamenon. E agora, com êle desaparecido em pessoa, permanece mais vivo, mais real, mais atuante nas páginas dêste jornal. O pensamento de quantos o fazem é um, unicamente um: ser fiel a Pernambuco, batalhando pelo êxito, pela implantação dos princípios que sempre nortearam o grande filho do sertão. Agamenon, se hoje não é mais governador, acha-se, porém, integralmente, à frente do órgão que fundou com destemor e sacrifício. Aqui, entre nós, ninguém toma uma atitude, ninguém move ou externa uma idéia que não seja baseado nas normas por êle traçadas para o bem do seu povo, para a grandeza do seu Estado”.

Continuou a vida do jornal sem alteração, sendo o gerente José Pimentel, que faleceu, substituído, a 23 de abril de 1953, por Fernando de Freitas Lins. A edição de 24 de agôsto trouxe um Suplemento ilustrado, em côres, com oito páginas em formato maior e fartamente ilustrado, em homenagem à memória de Agamenon Magalhães, ao ensejo do

primeiro aniversário do seu falecimento. A principal epígrafe da primeira página, em caracteres maiores do que o cabeçalho, em tinta azul sôbre fundo amarelo, foi a seguinte: "Agamenon Magalhães — na Interventoria, a valorização do homem; no govêrno, a recuperação da terra", vendo-se logo abaixo grande clichê (cabeça) do extinto. Ao lado, o editorial, onde se lia:

"Todos quantos fazem êste jornal lembram a influência que nos nossos destinos teve Agamenon Magalhães, não sòmente como político e homem de Estado, mas como jornalista. Os artigos que publicou nesta fôlha são, sem exagêro, um modêlo do jornalismo militante. Um modêlo pelo poder de síntese. Um modêlo pela alta e nobre orientação que sempre os assinalou.

"Nunca faltou a Agamenon Magalhães, como não deve faltar nunca ao jornalista, a bravura de dizer as coisas. Sob êsse aspecto, a tradição que o inolvidável morto nos deixa é de uma beleza nitidamente pernambucana. Seu espírito de luta, de resistência e de tenacidade construtiva se comunicou à **Fôlha da Manhã**, permitindo-nos fazer face a tôdas as contingências, mesmo quando ameaçadoras e perigosas. Nasceu daí o entusiasmo pela luta, pela defesa dos direitos do povo, pela vitória de causas justas e nobres, nas quais tanto se empenhou o saudoso homem público, sem um momento sequer de tibieza e de vacilação.

"Hoje voltamos a lembrar aquelas horas terrivelmente verdadeiras e amargas, que marcaram o término de uma existência voltada para Pernambuco e que tanto se elevou pela honestidade, pelo patriotismo e pelo serviço incansável à nossa terra e à nossa gente. E o que sentimos, volvido um ano, é que essa perda é irreparável pelo que significa em frustração dos melhores ideais da brasilidade. Mas, Agamenon Magalhães semeou exemplo tão fecundo e duradouro que, na verdade, não desapareceu, pois sua lição ficou entre nós como um caminho ao qual só os maus pernambucanos se recusariam.

"Sua morte foi uma consagração. O julgamento que o galardoou foi de amigos e de adversários. Todos experimentaram no momento doloroso a mesma sensação de orfandade política; e todos sentiram que o Brasil perdeu um grande filho e Pernambuco o maior administrador que jamais tivemos, o nosso maior estadista, como salientou, em recente discurso, o Governador Etelvino Lins".

As páginas restantes do Suplemento especial (make-up

de Luís Beltrão, direção gráfica de Djalma Carvalho) inseriram artigos de Nilo Pereira, Reinaldo Câmara e Andrade Lima Filho; notas biográficas e demonstração dos principais aspectos da administração Agamenon Magalhães, em duas fases distintas, sobretudo a batalha contra o mocambo e a campanha da pavimentação.

Chegado o mês de setembro, deu-se nova forma à quarta página, no alto da qual, título em quatro colunas, entrou Guerra de Holanda a escrever a “Ronda Política”, completando-a o artigo de Nilo Pereira, a crônica de Mário Melo e outro artigo assinado, que podia ser de Carlos Rios ou Aliomar Baleeiro ou outro dos colaboradores. Gilberto Osório de Andrade divulgou seu último comentário — “Salvo melhor juízo...” — a 5 de dezembro.

Ocupou duas páginas da edição de 10 de março de 1954 a publicação do projeto de programa do Partido Comunista do Brasil.

Proseguia a **Folha da Manhã**, em dezembro, proporcionando 12 a 16 páginas diárias e variado Suplemento aos domingos. Apresentava, comumente, duas de telegramas, duas de desportos, uma de Teatro, Música, Rádio e Cinema, duas de notas redacionais e reportagens, uma de artigos assinados, além da parte de reclamos comerciais. Uma vez por semana, aparecia “Justiça do Trabalho”, contendo seção de consultas e respostas, a cargo de J. Antero de Carvalho. Ocorria, também, “Mundanismo”, com os “Flashes Sociais” de **Maritu** (pseudônimo de Telma de Vasconcelos). O dr. Pires dava “Conselhos de Beleza”.

Eram novos colaboradores, nem sempre assíduos: João Brasília Machado, Raul Pila, João Duarte Filho, Jonas Ferreira Lima, Magalhães Melo, Luisa Barreto Leite, Vicente Chermont de Miranda, Gercino de Pontes, Leopoldo Luís dos Santos, Padre Batista Cabral, Pedro Leiros, Orlando Parahim e d. Jerônimo de Sá Cavalcanti. Nas páginas de Literatura escreviam: José Gonçalves de Oliveira (“Carroucel Literário”), Abdias Cabral de Moura Filho (“Ronda dos Suplementos”), Renato Jobin, Otto Maria Carpeaux, Carlos Cavalcanti, Carlos Pena Filho, Clovis Melo, Claudionor Costa Lima, Cezário de Melo, Cromwell Leal, Francisco Bandeira de Melo, Fernando Pessoa Ferreira, etc. Além das páginas literárias, o Suplemento dominical apresentava: “Mundo Estudantil”, a cargo de Edmundo Morais e Bento José Bugarin; “Medicina e Cirurgia”, sob a orientação de Odaci Varejão, tendo como colaboradores Salomão Kelner,

Hindenburg T. Lemos e José Maria Schuller; “O Mundo Canino”, dirigido por Hélio Polito Lopes; “Cinema”, a cargo de Duarte Neto; “Página Social”, por Maritu; “Página Cristã” e “Economia”.

Sendo diretor-presidente da empresa Paulo Germano Magalhães e diretor-secretário Henrique de Barros Cavalcanti, o corpo redacional mantinha Nilo Pereira, Edmundo R. de Moraes e Amílcar Neves nos postos principais, seguindo-se-lhes Luís Veloso, Aristófanés da Trindade, Renato Gouveia, Antônio Albino Pinheiro Marinho, Antônio Barreto, Paulo Nunes Viana, Otávio Cavalcanti de Albuquerque, Clóvis de Meneses, Renato Silva Gomes, José Luís de Moura e Jason Borges (desportos); Sebastião Correia Figueiroa (arquivista), José Gomes Monteiro (repórter fotográfico) e Alexandre Kruse, chefe do serviço de recepção telegráfica. Revisores: Otacílio Machado, Rosalvo C. Ribas, Cromwell Leal, Felix Peixe, Nelson Ribeiro e Joaquim Pinheiro. Chefe da oficina gráfica: José do Nascimento.

O preço do exemplar, em consonância com os demais matutinos, elevava-se, desde 17 de outubro, para Cr\$ 2, diariamente, enquanto as assinaturas anual e semestral passaram a ser cobradas a Cr\$ 400 e Cr\$ 220, respectivamente.

Assim encerrou a **Folha da Manhã** o ano de 1954, cuja derradeira edição teve a data de 31 de dezembro (6) (**Bib. Púb. Est.**).

1938

FOLHA DA MANHÃ (vespertina) — Entrou em circulação no dia 24 de fevereiro de 1938, impressa em papel verde-claro, obedecendo às mesmas características da edição matutina e ao mesmo corpo redacional, acrescido de Mário Libânio. Preço do exemplar — 100 réis.

Apresentou-se com a nota a seguir, assinada pelo diretor da empresa, Artur de Moura: “A **Folha da Manhã**, nesta edição vespertina, vem colaborar na execução do programa iniciado em junho do ano passado, numa página do **Diário de Pernambuco**, sob a legenda “Pela dignidade e pelos interesses de Pernambuco”. Nas palavras do professor Agame-non Magalhães, publicadas hoje, estão as nossas diretrizes e

(6) Continuou a publicação em 1955, mas não foi além de 1958.

o estímulo que do eminente amigo e chefe recebemos com alegria, para a conquista de outras vitórias”.

Com “A Imprensa no Estado Nôvo”, abaixo transcrito, iniciou Agamenon Magalhães uma série de artigos diários:

“A **Folha da Manhã** surgiu sob o signo do nôvo Estado Brasileiro. É ela, no Nordeste, o órgão de propaganda, de entusiasmo e doutrina, trazendo acesa nas suas colunas editoriais a flama dos princípios que orientam a ação renovadora do Estado. Entre êsses princípios, destaca-se o que se refere à publicidade, por ter a Constituição de 10 de novembro definido o conceito de imprensa.

“Preceitua a carta outorgada pelo chefe do Governo Nacional: — “A imprensa exerce uma função de caráter público; nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicados do governo, nas dimensões taxadas em lei”. Eis aí: a imprensa, na estrutura do nôvo regime, é um órgão do Estado, e o seu exercício será regulado por lei especial dentro dos dispositivos constitucionais.

“Nem a imprensa, que é uma grande fôrça social, poderia ficar à margem de um regime que integra e coordena tôdas as energias nacionais. O conceito de autoridade domina todos os setores de nossa organização política. Não é autoridade no sentido pessoal ou de grupo, mas autoridade no sentido de disciplina, de obediência à ação normativa do Estado, às razões de ordem e subordinação dos interesses particulares às conveniências e necessidades públicas.

“A imprensa e o rádio são hoje os motores da opinião. Em um segundo, a opinião pode ser esclarecida, modificando o seu julgamento sôbre um determinado fato, como, em igual tempo, pode ser exaltada, assumindo atitudes de revolta e condenação injusta. O bem e o mal estão, dest’arte, polarizados entre a rotativa e o rádio. Uma palavra se imprime e irradia hoje com a velocidade da luz. Por isto, a propaganda deve ser função do Estado, porque, sem ela, não há visibilidade nem orientação.

“A **Folha da Manhã**, com a sua edição das 16 horas, realiza uma iniciativa ousada e patriótica. Edição de 100 réis, formato leve, expedita em informações e notas vivas de doutrina, será acessível a tôdas as classes, principalmente às proletárias e desafortunadas, àquelas cujos salários não lhes permitam o luxo de um jornal matutino, com 16 páginas, carregadas de crônicas, romances e notícias estrangeiras. O jornal é informação e o livro conhecimento, diz George Duhamel, em sua recente “Defense des lettres”. Pretender

transformar o jornal em livro é “um sortilégio de publicidade”. A edição das 16 horas da **Folha da Manhã** será exclusivamente do acontecimento do dia, mas do dia nacional, do dia brasileiro nas cidades e seus subúrbios, no campo e suas aldeias. Louvo-lhe o arrôjo, a coragem de perder no preço do papel para ganhar o maior número de leitores. Louvo-lhe a emoção e a inteligência da propaganda ao serviço do Estado Nôvo, que é o Brasil tomando o domínio de si mesmo e pensando no próprio destino”.

Jornal ligeiro, seguiu existência normal, inserindo, nas suas oito páginas, “Notas e Curiosidades”; “Microfone”, crônica de **Picilone**; “A rua”, por M. ou M. L.; “Fora de forma”, a cargo de O. R.; “Calendário”; “Sociedade”; “O que o povo vê na rua”; “Religião”; “Cartaz”; “Desportos”; “Carnaval” (restrito à época); reportagens, serviço telegráfico e noticiário geral. Colaboração esparsa, assinava-a Nilo Pereira, Frei Lucas, Barbosa Lima Sobrinho, padre Batista Cabral, dr. Lins e Silva e outros. Durante algum tempo, o médico Ageu Magalhães firmou, diariamente, a seção “Conselhos de Higiene”. Num mesmo dia, a 11 de maio, ocorreram duas edições, que proporcionaram minucioso serviço telegráfico em tórno do assalto dos integralistas ao Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro.

Começou em julho a seção “Vida passada”, ligeira biografia de personalidades extintas, firmada por **Lio**, depois Célio Meira, o mesmo **João da Noite** de outra série de crônicas. Mais colaboradores iam surgindo, esporadicamente, a salientar: Heitor Muniz, Mário Sete, Lopes da Silva, Dioclécio D. Duarte e Mário Melo, autor de “A história em pequenas doses”. A primeira página ostentava, vez por outra, **charges** do ilustrador Carlos Amorim.

Saiu com 24 páginas o número de 24 de fevereiro de 1939, data do primeiro aniversário. Uma nota lacônica, na página principal, concluiu expressando agradecimentos “a todos os que têm concorrido para a sua vitória rápida e inédita no periodismo local, mercê da técnica de que se reveste a sua confecção e a característica de ser um jornal amplamente informativo e para ser lido por tôdas as classes”.

Agamenon Magalhães dedicou à data o seu artigo da terceira página, abaixo transcrito:

“A edição vespertina da **Folha** foi o jornal que eu fiz desde o primeiro número. A côr do papel, o formato pequeno, a disposição da matéria, a paginação, tudo escolhi com o melhor gôsto. Um jornal para o povo, a tostão, leve, infor-

mativo e que circulasse em todos os recantos da cidade, a começar pelos subúrbios. Jornal só de fatos e coisas brasileiras, jornal de propaganda do Estado Nôvo. Jornal em que eu pudesse todos os dias conversar com a minha gente, escrever para tôdas as classes, trocar idéias sôbre os problemas do govêrno, dizer o que pensava e o que devia fazer, explicar e ouvir tudo.

“É êsse jornal que hoje festeja o seu primeiro ano de circulação e de sucesso. O povo chama-o “a folhinha”, “o loré” — o “loré” é o bonde de segunda classe, o reboque de 100 réis, onde se viaja de pés descalços ou de sapatos, de mangas de camisa ou colarinho, como se queira. Há poucos dias, dizia-me um amigo que a “folhinha” era uma praça de gafanhotos voando pela cidade tôdas as tardes.

“Eu não tinha dúvidas da vitória de um jornal assim. O Recife tinha uma imprensa de luxo. Grandes matutinos, como não há, no tocante ao aparelhamento técnico, em outras capitais do Brasil, caros, a 300 réis, inacessíveis à população de baixos salários, como a do nosso Estado. Matutinos sem circulação e lidos por três ou quatro mil leitores numa capital de 500 mil habitantes. Não há exagêro em dizer que os matutinos são lidos, apenas, aos domingos.

“Um jornal vespertino, como a **Folha**, só podia ser recebido da forma por que o foi, isto é, com fome de publicidade. Depois, o seu objetivo não é comercial. A “folhinha”, conquanto informativa, é, por excelência, um pregão de doutrina. Doutrina do Estado Nôvo, que é uma atitude diante do conflito das culturas. O operário, o soldado, o homem de negócio, o estudante, as moças e senhoras da alta e da média sociedade, as massas, enfim, e as elites precisam, nesta hora de curiosidade e inquietação, de alguém que lhes diga onde está a verdade. A verdade dentro do Brasil e não a que nos mandam em cartazes, boletins, livros e outros meios de propaganda, os Messias de Além-mar.

“Quem abrir um dos matutinos do Recife tem notícia de tudo o que se passa fora das nossas fronteiras, desde os menores incidentes do conflito sino-japonês até as últimas greves na França. Do Brasil é que pouco se lê ou se indaga. Eis porque o jornalismo faz parte do meu programa de govêrno. Todos os dias reservo alguns minutos do expediente para escrever e conversar sôbre os problemas nacionais. Escrever e conversar em estilo e forma que todos compreendam”.

Logo mais, a 22 de maio, a chamada **Folhinha** passou a ser vendida, avulsamente, a 200 réis.

Na primeira edição de janeiro de 1940 dizia Agamenon Magalhães, sob o título "Bons Anos": "... Como, diante das belezas do amor, da paz, da caridade, e da justiça, ainda há quem tenha paixões homicidas ou desejos de destruição?" E concluiu: "Sejam no primeiro dia do ano nôvo os nossos votos e a nossa resolução: não concorrer, por atos ou omissão, para aumentar a aflição dos outros, e fazer tudo para que não desesperem os que têm ainda esperança de encontrar a paz na justiça dos homens".

Nêsse ano de 1940, além da nota redacional na data do segundo aniversário, onde se afirmou que a **Folha** atingia "tiragens desconhecidas na imprensa do Norte", escreveu o redator-secretário Cleofas de Oliveira (C. de O.), na sua coluna de tipo itálico: "Criamos, na "folhinha", um sistema próprio de paginação, devassamos os subúrbios, divulgando-lhes as aspirações; lançamos os arranjos fotográficos que proporcionam graça e curiosidade aos leitores. A tradição, os fatos e os tipos populares do Recife desfilam nas reportagens leves e vivas, que constituem sempre o ponto de convergência da atenção pública. A "folhinha" conserva, assim, os seus traços fundamentais, a que a orientação doutrinária do chefe do govêrno, cuja colaboração diária é um programa, serve de rumo sem vacilações".

O vespertino tornou-se famoso, realmente, em face da divulgação dos artigos do Interventor Agamenon, lidos por gregos e troianos, comentados aqui e ali, tanto elogiados, quanto criticados, devido à sua linguagem, ora doutrinária, ora conselheira, ora agressiva, não lhe importando ferir quando se tornava preciso, ainda que desagradasse aos trabalhadores ou aos poderosos das finanças. A 16 de março, escrevia êle, por exemplo, sob o título "Uma só moral":

"Já passou o tempo em que o Estado era indiferente ou tinha mêdo de intervir no seu interêsse e no interêsse da comunidade social. O Estado é hoje poder de verdade. Poder que atua e se defende. Poder que enfrenta os grupos financeiros, as fraudes, as combinações de interêsses pessoais, as influências junto aos juizes, o assalto, enfim, sempre preparado na sombra contra o Tesouro e a Nação. Ninguém se iluda sôbre isto".

Quatro dias depois, criticava os que se lançavam "contra o Estado, sob a forma simulada das demandas judiciárias, procurando obter largas indenizações por fatos ocorri-

dos na Revolução de 1930, quando a ordem legal ou jurídica estava subvertida”.

No artigo do dia 25, sob o título “O Porco”, dizia: “Anda por aí tanto porco fuçando as portas dos bancos, as escadas do Pretório, as arcas do Tesouro Público, a nave dos templos, os anfiteatros das academias! Onde houver um tapete furado ou uma alfaia velha, o porco leva um pedaço. Onde não houver vigilância nem polícia, o porco é rei”.

Agamenon Magalhães abordava os mais diferentes assuntos, empregando títulos assim: “Fim do mocambo”, “Cooperativismo”, “Sacudindo a poeira”, “Ruralização”, “Trilhos”, “Tuberculose”, “O direito das minorias”, “Economia e cultura”, “O Estado”, “O contra”, “As ruínas”, “A verdade”, “Mandioca”, “Nacionalismo e Ordem”, “Os retaliistas”, “As administrações municipais”, “Algodão”, “A opinião e a autoridade”, “Consumo”, “Carne”, “Pernambuco e o mar”, “Fibras, fios e tecidos”, “A moda”, “Navios”, “Municipalismo”, “Escola de Arte Culinária”, “Brinquedos”, “Contra a especulação”, “Como fazer economia”, “A crise e os preços”, “Enxada”, “Cooperativismo”, “A carta do Atlântico”, “Previdência social”, “Economia e Finanças do Estado”, “A Caridade”, etc.

Do artigo de 1 de fevereiro de 1941, “Confiança e Trabalho”, constou o tópico: “As primeiras chuvas estão se anunciando. Quero dizer ao caboclo nordestino que não tenha medo. Plante algodão, plante milho, plante mandioca, plante feijão. Onde houver uma iniciativa de trabalho, uma riqueza a defender, aí estará o Estado Novo, cujo regime é de autoridade, organização e disciplina da vida nacional”.

Na data do terceiro aniversário (edição de 24 páginas), salientava: “Um govêrno que não escreve, não fala, não ouve, nem age, é um govêrno que não se fará entender. É um surdo-mudo. Um govêrno, também, sem programa, não é govêrno. Um homem de Estado tem de ser um homem presente. Estar em tôda parte. Em tôda parte, para dizer o que pensa. Como vai agir. Para resolver os problemas. Se não fôr assim não realizará nada, porque lhe faltarão o ambiente, a repercussão, a colaboração, a flâmula coletiva, a opinião, a oportunidade, o êxito, enfim”.

A 26 de março, articulava S. Ex^a: “Uma das formas de distribuição de riqueza é, pois, a construção de casas. Forma econômica e social. Economia, porque o capital invertido nas construções tem segurança e rendimento. Social, por-

que é um dinheiro que se distribui por muitos. Um dinheiro que dá frutos e sombra, como as árvores”.

Chegado 1942, constou do artigo “Pirataria”, de 20 de fevereiro, a propósito das dificuldades da navegação marítima, criadas pela grande guerra: “As mercadorias brasileiras não ficarão nos portos. Temos que armar os nossos navios mercantes. Temos que enfrentar a pirataria. Temos que defender a produção nacional contra qualquer forma de confisco. Essa deve ser a nossa decisão”.

A edição de aniversário, quatro dias após, reuniu 40 páginas, apresentando colaboração especial de Américo Palha, Luís Pinto, Lisias A. Rodrigues e de autores estrangeiros, além das seções do costume e expressiva publicidade comercial. A 1º de agosto subia para 300 réis o preço do exemplar, e a 1º de dezembro começou a **Folhinha** a imprimir-se em papel branco, “em virtude do retardamento do embarque de papel verde encomendado no estrangeiro”.

Em 1943, a 24 de fevereiro, assim concluiu o artigo redacional da edição de 36 páginas então dada a público: “A **Folha da Manhã**, nesse lustro de suas atividades e canseiras, sente-se feliz em proclamar que, fiel a seu programa, jamais poderá compreender que o jornalismo deixe de ser orientação e disciplina, compreensão e ação, energia e desprendimento a serviço das grandes causas de cuja vitória dependerá a estabilidade da própria vida nacional, cujo destino temos o dever de preservar das desfigurações e das insídias. Essa, a nossa grande tarefa”.

Continuando a fornecer artigos e mais artigos, só interrompidos quando viajava ao Rio de Janeiro, abordou Agamenon Magalhães, a 6 de março, o tema “Carnaval”, dissertando: “O divertimento é também uma forma de disciplina. O Carnaval tem a sua ordem, a sua música, o seu ritmo. Um povo que se diverte é um povo que tem energias, reservas de tolerância e saúde moral”.

No dia 20, voltava-se contra os “Latifúndios improdutivos”: “O escravocrata só se rendeu diante da Abolição. O latifundiário só se renderá diante da reforma agrária, que é inevitável e não tardará”.

O ano de 1944 levou a **Folha** vespertina (igualmente à matutina) a desenvolver intensa campanha contra o **trust** dos Diários e Rádios Associados, através de editoriais e artigos de Agamenon e de Mário Melo. Por sua vez, Mário Sete difundia crônicas de caráter histórico. Principiou no mês de julho a inserção das estórias em quadrinhos sob o título

“Falsários”, de Gil Brandão, seguindo-se “Bonifácio, o errado”, por Divito, à qual se sucederam muitas outras.

Cleofas de Oliveira foi substituído, na secretaria da redação, a 28 de agosto, por Israel Fonseca. A seção “Cinema-Rádio-Teatro”, ao atingir 1945, ocupava página inteira, encontrando-se a cargo de Antônio Maria a matéria do setor radiofônico. Haroldo Praça dirigia a página de desportos, firmando a crônica cotidiana intitulada “Gôl”. Desenhos e charges, em geral, estavam a cargo de N. V. (Norberto Vale).

Desde 22 de fevereiro de 1945, deixaram de aparecer os apreciados comentários de Agamenon Magalhães, que embarcava rumo à capital do país, a fim de assumir a pasta da Justiça.

Transcorrido, no dia 24, o 7º aniversário da vespertina, escreveu a redação, dois dias depois: “Foi preciso fazer fila, nos principais pontos de venda de jornais da cidade”, para adquirir exemplares da edição comemorativa. Ubirajara Mendes veio a assinar interessantes reportagens. Ocorriam artigos de Israel Fonseca, Flora Machman, padre Batista Cabral, etc.

Feria-se a campanha para as eleições presidenciais, entrando a **Folhinha** a polemizar com os jornais das Oposições Coligadas.

Tendo deixado o **Jornal Pequeno**, por motivos políticos, Mário Melo instalou sua seção de comentários “Ontem, hoje e amanhã”, a 16 de junho, na edição vespertina da **Folha da Manhã**, onde, segundo escreveu, passou a tocar seu “realejo”.

Sairam edições extraordinárias por ocasião da chegada, do “front” europeu, das forças expedicionárias brasileiras, assim como no dia da assinatura do armistício e noutras datas de grandes acontecimentos.

Ao iniciar-se 1946, a vendagem avulsa subiu para Cr\$ 0,40; a 21 de abril, para Cr\$ 0,50 e, a 20 de agosto, para Cr\$ 0,60.

Voltando ao artigo diário, escreveu Agamenon Magalhães a 10 de janeiro, sob o título “A Vitória”: “Muitos acontecimentos ocorreram, no ano de 1945, a partir de março até a eleição de 2 de dezembro, período em que deixei a Interventoria de Pernambuco para exercer a pasta da Justiça, interrompendo a minha conversa diária com os leitores da **Folha da Manhã**. Muita água turva correu debaixo das pontes do Recife, enquanto o tumulto das paixões sacudia o nosso Estado e o país, atingindo a crise política lances dramáticos. Os acontecimentos foram tão agudos e recentes que dispen-

sam detalhes, sucedendo-se os fatos com uma força e uma evidência que surpreendiam os homens de um e de outro lado. Fim de regime, tôdas as surpresas e contradições deviam ser esperadas”.

Dois dias após, protestava um artigo redacional contra a suspensão, pelo Interventor José Neves, da leitura, através do Rádio Clube de Pernambuco, dos artigos de Agamenon Magalhães, sob a alegação de tratar-se de matéria política, uma vez que a referida empresa radiofônica tinha passado à propriedade do governo. A 17, saía do Expediente o nome do redator-secretário Israel Fonseca, cargo em que foi substituído por Luís Beltrão.

No mês seguinte, numa edição de 32 páginas, a primeira das quais em duplo formato (como já acontecera a 24 de fevereiro de 1945), lia-se, ao lado do clichê, corpo inteiro, de um vendedor de jornais: “No nosso 8º aniversário, as nossas homenagens aos valentes gazeteiros, que continuam, chova ou faça sol, pulando daqui e dali, a gritar, com o pulmão cheio: **Folha! Olha a Folhinha!**”

Do editorial a respeito da data, vale destacar: “Jornalismo é ofício que não pode ser exercido sem emoção. Não é função para se ganhar dinheiro nem para ninguém se instalar, règeiramente, na vida. É sacrifício. É desprendimento. Nas horas mais longas do “batente”, o verdadeiro jornalista não reclama — sente-se bem na defesa de uma nova causa e, como o velho Colbert diante de sua mesa cheia de papéis, **il se frotte les mains**, de satisfação”.

A par de insistente campanha em prol da candidatura Barbosa Lima Sobrinho ao governo de Pernambuco, em que se incluíam as verrinosas “Cartas Abertas”, assinadas por **Chatô** (como se ocultava Gomes Maranhão, com seu estilo brejeiro), divulgava a vespertina, em 1946, crônicas “De Paris para você”, de Vicente do Rêgo Monteiro, e reportagens de Vanildo Bezerra Cavalcanti. Nesse ano findou, definitivamente, a colaboração assinada por Agamenon Magalhães.

Nôvo impulso intelectual veio a tomar a **Folhinha** a partir de meados de 1947, com Permínio Asfora firmando artigos e a seção “Jornais em quadrinhos”; Hermilo Borba Filho escrevendo a crônica teatral intitulada “Fora de Cena”; Persivo Cunha na autoria de “Cartas às mães” e Luís Beltrão assinando “Aconteceu na Câmara”. Mário Libânio, que deixara o corpo redacional no segundo ano de atividades, voltava com artigos de colaboração, alternando com Orlando Mo-

rais, Ozias Burgos, J. Queiroz, Noely Correia de Melo, etc.

De outubro a novembro vigorou o inquérito popular: “Quem está certo no caso do petróleo — Horta ou Juarez?”. João Duarte Filho redigia “Política pelo Aéreo”, constituída de artigos enviados do Rio de Janeiro. Valdemar de Oliveira divulgava o “Comentário do ar”, crônica também irradiada. Melhorou a seção redacional “Comentários”, instalada no alto da terceira página, e a seção de Desportos admitiu nôvo cronista: Paulo Barreto. Vinda do **Diário da Noite**, surgiu, em 1948, a “História amena de uma campanha”, de Andrade Lima Filho, o qual, algum tempo depois, se “transferiu” para a “Esquina da Lafaiete”. Geraldo Seabra assinava reportagens.

A propósito da morosidade da apuração das eleições de outubro de 1947, Mário Melo entrou a veicular, desde 3 de fevereiro, ao pé da sua crônica “Ontem, hoje e amanhã”, uma quadra satírica, para o que mobilizou os poetas da cidade. No dia 21 saiu a seguinte, de autor, como sempre, anônimo:

“Seja a pedra mole ou dura,
Uma broca de aço a fura.
Mas as eleições de outubro
O Tribunal não apura”.

Na edição de aniversário, o 9º, reduzida para 16 páginas (1), escreveu o editorialista, referindo-se a Agamenon Magalhães: “... é o cérebro e o coração desta fôlha. Dêle também a palavra de comando, o conselho dos rumos a seguir, o estímulo para as lutas e para a vitória”.

Nova elevação de preço ocorreu a 1º de maio: Cr\$ 0,80 o exemplar. Luís Beltrão iniciou a seção “Em dia com o povo”, colocada no alto da última coluna da terceira página. Outras surgiram, no decorrer do segundo semestre do ano, tais como: “Brasileiro, Alerta!”, por Sarah Marques; “Contra a mão”, de Gondin da Fonseca; “A política — de frente e de perfil”, redacional; ao passo que se desenvolvia bastante a “**A Folha no Rádio**”, a cargo de José Edison de Oliveira, signatário da crônica “Boa tarde, ouvintes!”. Outra crônica tinha a assinatura de **Sílvio** (como se ocultava Luís Maranhão). Rogaciano Leite apresentava boas reportagens. Cola-

(1) Desde então, as edições de aniversário foram inexpressivas.

boração, ainda, de Arnaldo Duarte, Clélio Lemos, Aldo Vilas Boas, Antônio Vieira de Melo e Flora Machman, que adotou o título “Chuva miúda”, de crônicas ecléticas.

Declarando-se, a 14 de fevereiro de 1949, “o mais completo jornal da cidade”, passou a sair com doze páginas, em vez das oito costumeiras. Três delas foram dedicadas aos desportos e uma encheu-se de histórias em quadrinhos. Ao tempo, ocorriam artigos em defesa do Governador Barbosa Lima Sobrinho, alvo de intensa campanha movida por jornais do Recife e do Rio de Janeiro. Começou a 23 de março a reprodução da crônica diária da edição matutina “Devagar e Sempre”, de Silvino Lopes, o qual substituiu Luís Beltrão nas funções de redator-secretário.

No mês de julho (voltou a utilizar papel verde), principiou a publicação, em forma de livro, para recortar e encadernar, do romance inédito “De que morreu João Feital?”, de Lucilo Varejão, “sob o patrocínio” da Loteria do Estado. Seguiu-se, em idênticas condições, a 14 de novembro, o intitulado “Quando os mortos mandam”, de Silvino Lopes, num total de 114 páginas para recorte. Reinaldo Câmara encarregava-se do comentário redacional “Com a bôca no mundo”. Apareciam artigos de Viriato Correia e Raul Pila (transcrições autorizadas), de M. da Nóbrega, Bianor da Hora e Clodomir Leite, enquanto Rui escrevia a série “O brasileiro é assim”, em duas colunas, no fim da terceira página. Teve início a 10 de outubro a inserção do livro “Roosevelt e os russos — A conferência de Yalta”, de Edward R. Stettinius, traduzida por Édison Santos, seguindo-se-lhe a sensacional série de reportagens “Como foi prêso Luís Carlos Prestes”. Já em janeiro de 1950 vinham as “Memórias do meu marido”, por Eleanor Roosevelt, tudo “sob o patrocínio” da Loteria do Estado, que ainda patrocinava a página de curiosidades e histórias em quadrinhos”.

No comêço de 1950 criou-se o programa “**Folha da Manhã** informa”, difundido através das ondas do Rádio Clube de Pernambuco, com as últimas notícias mundiais e locais. A partir de 16 de março, Edgar Bezerra Leite assinou “O comentário do dia”, “crônica diária sôbre matéria política, social, econômica ou administrativa”. No mês seguinte, precisamente no dia 17, uma nota redacional anunciava o “enriquecimento” da parte intelectual da **Folha** vespertina, mediante a aquisição de novos redatores e colaboradores. Aí apareceu Reinaldo Câmara pela primeira vez com o próprio nome, assinando crônicas literárias, ao mesmo tempo que

Newton Farias criava “Pensamento de Pernambuco”, que contou com a colaboração de Nilo Pereira, Sócrates Times de Carvalho, Willy Lewin, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Rios, Telga de Araújo, Aristóteles Soares, Nelson Firmo, J. Bezerra de Lima, etc. Permaneciam as seções de Silvino Lopes, Andrade Lima Filho e Hermilo Borba Filho. Na parte desportiva destacavam-se comentários de **Agatê** (Hélio Tavares de Melo), Nilson Sabino Pinho, Joca de Lima Ferreira, **Sinaleiro**, Airton S. Rosa e **Miss Tricoline** (pseudônimo de Maria Emília Galvão), sob o comando geral de Renato Silva.

Novas reportagens sensacionais eram publicadas, inclusive “Fabian — detetive da Scotland Yard”; “As memórias do duque de Windsor” e “A Democracia na América Latina”, por Ciro Alegria, ainda “sob o patrocínio” da Loteria do Estado. Geraldo Seabra publicava “Rio, 1950”. Surgiram, em agosto, as “Vinhetas Urbanas” e Gustavo Corção mandava comentários sob o título geral, já conhecido: “Brasileiro, Alerta!”. As “Notas Mundanas” achavam-se a cargo de **Aladin** (Craveiro Leite). Ocorriam artigos políticos, novamente, de Gomes Maranhão, ao passo que aparecia, de quando em quando, a página “Flagrantes Mundiais”.

Empenhava-se a **Folhinha** na campanha para a elevação de Agamenon Magalhães ao cargo de governador do Estado, o que se efetivou nas eleições de 3 de outubro. No dia da posse — 1 de fevereiro de 1951 — foi a edição vespertina dedicada ao nôvo chefe do Executivo, mas o paginador se esqueceu de colocar na 1ª página o cabeçalho e a data.

Havendo falecido Silvino Lopes, assumiu Carlos Luís de Andrade a secretaria, na qual pouco demorou, sendo substituído por Edmundo de Moraes. Mais colaboradores bissextos: Carlos Moreira, Antônio Franca, Alcides Siqueira, Josimar Moreira de Melo, Jaime de Santiago, Airon Rios, J. A. Barreto Guimarães, Eduardo Rocha, Joanita Borel Machado, L. do Nascimento, etc.

Proseguiu, em 1952, a boa marcha do órgão vespertino, que desenvolveu bastante a seção “Rádio e Cinema”, assim como a “Ronda Cinematográfica”, esta a cargo de Paulo Fernando Craveiro. “Salvo melhor juízo...” era o título do comentário de Gilberto Osório de Andrade. Diferentes nomes colaboravam em “Pensamento nosso e alheio”. Via-se, na sétima página, movimentada seção feminina. Da **Última Hora**, do Rio de Janeiro, era reproduzida a matéria intitulada “A vida como ela é”, constituída de descrições roman-

ceadas de fatos policiais, da autoria de Nelson Rodrigues. Mozir Sampaio assinava reportagens locais. O número avulso passara a ser vendido a Cr\$ 1.

Iniciou-se a 4 de fevereiro a divulgação do romance "As noivas do pecado", de Aloisio Castelar. Vieram, a seguir, os "Crimes que abalaram o Rio", em quadrinhos. Excelentes crônicas de Marques Rebelo eram transcritas. No mês de junho começava Aristófanes da Trindade as "Coisas do Arco da Velha", crônica satírica. Instalava-se no alto da terceira página o título "Polícia quase sempre", de notas redacionais. E veio também a "Câmara Lenta", de **Renata Cardoso** (travesti de Alexandrino Rocha).

Tendo faltado o papel verde, o vespertino voltou a ser impresso, em agosto, em papel branco, utilizando tinta sépia, depois verde e, por fim, preta.

No mês em referência ocorreu o falecimento de Agamenon Magalhães, orientador das **Folhas**, merecendo o fato grande cobertura, numa promoção de sucessivas homenagens à memória do governador pernambucano.

1953 foi um ano sem novidades para a vespertina, que entrou numa suave decadência, sobretudo financeira. Ao iniciar-se 1954, já não se viam, senão raramente, artigos de colaboração em suas páginas, onde permaneceu, sem nenhuma interrupção desde que iniciada, a seção de Mário Melo: "Ontem, hoje e amanhã". Como curiosidade, apareceu a reportagem romanceada "A vida do **coronel José Abílio**" (2), autoria do acadêmico Waldir Bitu. O redator Luís Beltrão divulgava crônicas sobre temas náuticos, usando o pseudônimo **Marinheiro**, além de comentários diferentes, com o travesti **Gilberto Hélio**, comum a outros elementos da redação.

Sob o título "16 anos de atividade" lia-se na edição de 24 de fevereiro, expressiva nota redacional, a destacar o tópico: "Combativo e ligado à linha política de um estadista do porte de Agamenon Magalhães, a **Folha da Manhã** comandou e ativou memoráveis campanhas, em que sobressairam o interesse de Pernambuco e os altos destinos da nacionalidade, sagrando-se, pela justeza da causa e pelo apoio público, em retumbantes vitórias, que guarda como um patrimônio moral indestrutível e inviolável. Permanecendo fiel às diretrizes daquele saudoso homem público, prossegue, in-

(2) Posteriormente, a matéria em aprêço foi reunida em livro.

variável, na sua tarefa de servir a Pernambuco e ao seu povo”.

O nôvo redator Amaro Alexandrino da Rocha, que também assinava crônicas sociais feito **Valério**, comandou, às quintas-feiras, interessante página de Arte e Literatura, constituída de notas biográficas sob a epígrafe “Um nome por semana”, noticiário literário e trabalhos, em prosa e verso, assinados por Valmir Maranhão, Felix de Ataíde, Carlos Pena Filho, Abdias Cabral de Moura, João Cabral de Melo, Clóvis Melo, Ladislau de Sousa, Evaldo Cabral de Melo, Tiago de Melo, Francisco Bandeira de Melo, Olímpio Bonald Neto e outros.

Ao findar o ano, continuava a **Folhinha** bastante noticiosa, mantendo o costumeiro serviço telegráfico, comentários redacionais na terceira página, inclusive a seção “Política quase sempre”; historietas em quadrinhos e curiosidades sob o patrocínio de Fratelli Vita; crônicas cinematográficas de Duarte Neto e Celso Marconi; notas sobre música, por Armando Cunha, e duas páginas de futebol, às vezes três.

Era o seguinte o corpo redacional da **Folha da Manhã** vespertina a 31 de dezembro de 1954: Diretor — Paulo Germano Magalhães; redator-secretário — Edmundo Rodrigues de Moraes; comentaristas — Reinaldo Câmara e Luís Beltrão; outros redatores — Aristofanes Renan da Trindade, Danilo de Freitas Lins, Guerra de Holanda e Amaro Alexandrino da Rocha. Redatores e colaboradores da seção desportiva: Renato Silva, José Maria Garcia, José Luís de Moura, Jason Borges, Antônio Vieira de Luna e Danilo Frago (turf). Revisores: Felix Francisco Peixe, Cromwell Leal, Nelson José Ribeiro e Jarbas Machado. Repórter fotográfico — José Gomes Monteiro. Gerente e pessoal de publicidade e escritório — os mesmos da edição matutina (3) (**Bib. Púb. Est.**).

1944

DIARIO OFICIAL — Publicação do Governo do Estado, substituiu, a partir de 29 de agosto de 1944, o **Diario do Estado**.

(3) A publicação prosseguiu em 1955, para morrer em 1959.

A mudança do título, consoante aviso assinado pelo diretor da empresa, foi devida ao decreto-lei nº 1032, da Interventoria, datado do dia 28, “de acôrdo com a resolução aprovada na primeira reunião dos diretores das Imprensas Oficiais do país, realizada no Distrito Federal”.

Nenhuma alteração, de qualquer outro caráter, ocorreu na vida do órgão oficial, que manteve o formato tabloide de 31 x 23, dividida a matéria em “Diario do Poder Executivo”, “do Judiciário” e “do Legislativo”, êste último apenas durante o período de sessões da Assembléia Estadual.

Permaneceu o regime de assinaturas aos funcionários públicos do Estado, mediante o desconto, em fôlha, de Cr\$ 2 mensais. A repartição achava-se instalada à rua da Concórdia (onde ainda está), ali incluída, igualmente, uma seção de obras avulsas (1).

O **Diario Oficial** teve como diretores (2): Orlando Vieira, até 6 de novembro de 1945; Gaspar Guimarães, até 12 de fevereiro de 1946; Cleofas Nilo de Oliveira, até 30 de junho de 1947, voltando a 23 de fevereiro de 1948 para continuar indefinidamente, tendo atuado, no respectivo interregno, Solon Sócrates Cabral de Moura, respondendo pelo expediente, e Antônio Galvão Cavalcanti, em caráter interino.

A revisão do jornal, pelos anos a fora, estêve a cargo de Otacílio Machado, José Cristiano de Albuquerque Melo, Vitorino Trindade, Gibrardo de Moura Coelho, José Umberto de Mesquita Campos, Teonas Guilherme Bandeira, José Cabral da Rocha, Aluísio Barbosa da Silva, José Moreira Temporal, Afonso Sampaio de Lucena, Fernando Griz Fulco, Gilberto Vasconcelos, Paulo Amazonas, José Mário Andrade, Hércio César de Andrade, Valdir Suassuna, Luís Vasconcelos, Valdeci da Silva Marques, Jamesson José de Araújo, Adroaldo Carlos Maux da Silva, Euclides Ramos Ferreira, José Maria de Lima Paraíso, Vicente de Matos Noblat, Everaldo Lopes Ferreira e Hermano Lucena, alguns dos quais com atuação passageira e os quatro últimos servindo ainda em dezembro de 1954 (3). Como administrador da oficina figurou Manuel Rodrigues da Fonseca até 6 de junho de 1949, seguindo-se-lhe José Basílio da Silva (**Bib. Púb. Est.**).

(1) A Imprensa Oficial tornou-se, depois, igualmente, editôra de livros, tendo dado à divulgação importantes obras.

(2) A direção do jornal era a mesma da repartição.

(3) A publicação prosseguiu em 1955 e continua ininterrupta.

INDICADOR COMERCIAL — Órgão diário de informações confidenciais, mimeografado, começou a circular a 2 de abril de 1945, em formato de 30 x 22, sob a direção de José da Purificação Correia de Melo. Redação à rua do Imperador n° 221, 2° andar.

Publicação especializada, inseria cotação oficial de gêneros, pregões da Bôlsa de Valores, movimento do Pôrto, câmbio, manifestos de importação e exportação, etc.

Até 1950 a capa era impressa tipogrâficamente, passando então a ser datilografada, iniciando-se a matéria logo abaixo do título. Variável, o número de páginas, chegando a atingir 54, conforme os altos e baixos do movimento comercial e marítimo. Não lhe faltavam anúncios, principalmente de agências de vapores.

Circulava nos dias úteis, ininterruptamente, custando Cr\$ 120 a assinatura mensal. Sairam, até 31 de dezembro de 1954, ano XI, 2319 edições (1) (**Bib. Púb. Est. e coleç. do Editor**) (8)

DIARIO DA NOITE — Um jornal do Nordeste a serviço do povo — Entrou em circulação a 13 de maio de 1946, obedecendo ao formato de 58 x 42, a oito colunas de composição. Propriedade da Empresa **Jornal do Commercio S. A.**, sob a direção de Francisco Pessoa de Queiroz; redator-secretário — Esmaragdo Marroquim; gerente — Alcides Lopes; chefe de publicidade — Luís Filipe Vieira. Redação e oficina à rua do Imperador n° 346. Tabela de assinaturas: ano — Cr\$ 120; semestre — Cr\$ 65.

Constou do editorial "Rumo", abrindo a primeira página: "Apresentando-se ao público de Pernambuco e do Nordeste, o **Diario da Noite** tem a certeza, talvez paradoxal na aparência, de poder oferecer-lhe, em seu primeiro número, não um artigo de programa, porém as credenciais, muito mais expressivas, de uma tradição. Com efeito, fundado e orientado pela empresa que fundou e orienta o **Jornal do Commercio**, este vespertino pode valer-se do prestígio que conquistou, palmo a palmo, na consciência do povo, aquêle outro órgão, dado que vem servir aos mesmos ideais e expressar o mesmo espírito. O cuidado que um revela na ampli-

(1) Continuou em 1955, e ainda hoje se publica.

(2) A coleção da Biblioteca do Estado está incompleta, começando do n° 95, de 3-9-1945.

tude e na variedade das informações e na exatidão e na justiça dos comentários, vai ser revelado também pelo outro”.

“Livre de quaisquer compromissos com entidades, grupos ou forças de qualquer natureza, movido pelo empenho de contar sem subterfúgios, alterações ou preconceitos, o que se passa, o **Diário da Noite** obteve os serviços informativos de algumas das agências mais poderosas e prestigiadas do mundo inteiro, assim como o concurso de várias das penas jornalísticas mais acreditadas no país. Variado, leve e incisivo, sem quebra da moderação de juízos e da isenção de ânimo, destina-se, efetivamente, ao povo, convencido de que é grato ao povo escutar vozes serenas e imparciais — desde que imparcialidade não signifique indiferença entre o certo e o errado, entre o bem e o mal ou que serenidade não signifique ausência de energia para a defesa das causas elevadas. E sua mais alta e forte aspiração é a de concorrer, como lhe seja possível, inclusive facilitando a formação e a manifestação de justos juízos coletivos, para a solução dos problemas que tocam a vida do povo e do país”.

Estreando com oito páginas, teve aparecimento festivo, sendo a Duplex acionada pelo prefeito Pelópidas Silveira, ao iniciar a tiragem da primeira edição, além do comparecimento ao ato de outras pessoas de destaque. Houve discursos e Champanha.

Ostentou feição moderna, impresso em prêto, com desenho encarnado, de uma coluna, representando um relógio, cujos ponteiros marcavam 3 horas e, abaixo, moeda de Cr\$ 0,50 (o custo do número avulso). Bastante movimentado, inseriu matéria variada, a salientar, na primeira página, em coluna dupla, uma “Conversa com os companheiros distantes”, de Waldemar Lopes. Na segunda vinham as seções “Momento Internacional”, “Cartas do Povo”, “Polícia”; reportagens, telegramas de Última Hora e a **charge** “A bola do dia”.

Mais importante foi a terceira página, com artigos redacionais, a seção “Política é isto mesmo”, só constituída de telegramas; artigo internacional assinado; “copy rights” da “A. F. P.”; “As aventuras de Mickey”; fotografia no alto; artigo de Raquel de Queiroz e a crônica “Boa Tarde”, de Sílvio Rabelo, que escreveu, inicialmente:

“Aqui, caro leitor, o “Boa tarde” não é apenas uma saudação — o toque de chapéu ou o apêto de mão numa curva de rua. Mas o pretexto para dois dedos de prosa, como nos tempos do velho Recife de vida barata, de transporte fácil e cheio de vagares...”. E advertiu: “Não prometo muito.

Prometo-te apenas clamar contigo. E sofrer por ti e por mim”.

Nas páginas seguintes, outras seções: “Artes e Artistas”, incluindo Teatro, Música, Rádio e Cinema, redigida, principalmente, por Valdemar de Oliveira; “O **Diário Social**”; “Chuva de pedras”, de anedotas; “Boletim Literário”, por O. F. J. (Otávio de Freitas Júnior); “Vida Espírita”, sob a responsabilidade de D. F. (Djalma Montenegro de Farias); “Boletim Religioso”, a cargo de R. P. (frei Romeu Peréa); “Notas da Constituinte”, e uma página de Desportos, a cargo de Antônio Almeida. Eram outros redatores: Luís Teixeira (sub-secretário), Jorge Abrantes, Sílvio de Macedo (por pouco tempo), José Bandeira Costa, Antônio Cipriano Neto, José M. Dias da Silva e Sócrates Times de Carvalho. Revisoras — Eunice Lopes, Jandira Loureiro de Sousa, Perolina dos Santos Pereira e Isabel Ferreira.

Logo no segundo número, como “oportunidade aos leitores”, o **Diário da Noite** abriu um crédito de Cr\$ 100 para oferecer ao autor da **charge** que representasse a melhor “bola” do mês, dentre as que fôssem enviadas à redação. Mais duas seções foram iniciadas: “Uma história por dia”, ao pé da quarta página, assinada por autores diferentes, e a crônica “Até amanhã”, de Rubem Braga, cujo primeiro tópico esclareceu:

“Aqui se acompanhará, dia a dia, as coisas **do mundo**, e sôbre elas se dirá coisas tristes ou não — e se dirá um pouco depressa, porque as coisas correm e o homem está ficando velho”. Concluiu assim: “. . . que fique neste preâmbulo o nome de **Deus** e esperemos que estas crônicas não sejam as piores coisas feitas no Brasil em Seu nome. Dito o que, até amanhã”.

Mais seções surgiram com o correr dos dias, algumas delas de pouca duração, tais como, na página desportiva: “Na linha média”, por **Luís Aiala** (travesti de **Luís de Andrade**); “Vida dos Esportes”, de Everardo Lopes; “Esporte-Vida”, por José Lins do Rêgo; crônica de **Almirélio** (pseudônimo de Sócrates Times de Carvalho), e “Comenta”, a cargo de A. Almeida. Ainda em maio, a 31, começou o comentário da terceira página “Grifo 8”, de Silvino Lopes, versando sôbre temas gerais, em linguagem pitoresca.

Vários escritores, além de Raquel de Queiroz, foram chamados a assinar, revezando-se, o artigo da terceira página, quase sempre de literatura, a saber: Joaquim Cardoso, José Pessoa de Moraes, Luiz Delgado, Lúcia Miguel Pereira,

Olívio Montenegro, Gilberto Freyre, Mário Sete, Carlos Drummond de Andrade, Otávio Tarquínio de Sousa, Paulo Ronai, Osório Borba, Ciro dos Anjos, Andrade Lima Filho, Mário Melo, José Condé, Murilo Marroquim, Aderbal Jurema, Sócrates Times de Carvalho, Getúlio César, etc.

A partir de 1 de julho, escreveu Lucilo Varejão a crônica ligeira "Fogo de monturo". No dia seguinte começaram os "Postais de viagem", enviados, do Exterior, pelo comendador Jaime Ferreira dos Santos, ao passo que no meado do mês ocorria a primeira colaboração humorística, **diária, do Barão de Itararé** (pseudônimo de Aparício Aoreli), que se prolongou meses a fora. O preço da vendagem avulsa subiu, a 20 de agosto, para Cr\$ 0,60.

Verificado o afastamento de Sílvio Rabelo, que alegou tarefas mais pesadas, mais sérias, dizendo ter-lhe sido "uma agradável experiência" a "temporada de jornalismo", assumiu Silvino Lopes, a 12 de setembro, a responsabilidade do "Boa Tarde".

Foram criadas, em outubro, as seções de histórias desenhadas, em quadrinhos: "Bonifácio, o errado", de **Divito**, e "O Comendador Ventura por dentro e por fora", além das duas já existentes, entre elas "Uma família encrencada". Nesse mês começou o vespertino a imprimir a primeira página em preto e vermelho e, no dia 29, a empresa fez instalar, no alto do edifício, uma sirena, para anunciar, como ainda acontece, a saída do **Diário da Noite**. O serviço telegráfico, na segunda página, passou a ter a epígrafe "O que vai pelo mundo", fornecido pela Associated Press, International News Service e Overseas News Agency, fora o noticiário nacional.

A seção "Artes e Artistas", além de W., vinha sendo redigida, nos seus diferentes setores, por Bandeira Duarte, Luís Teixeira, Luís Vieira e José Edison, enquanto o "Boletim Literário" passou a ter a assinatura de Raul Lima.

Proporcionando edição de 20 páginas, em dois cadernos, solenizou o vespertino, a 13 de maio de 1947, seu primeiro aniversário (1), lendo-se no editorial comemorativo: "Diariamente, por doze meses a fio, as melhores crônicas, os mais interessantes artigos, os mais sensacionais despachos foram

(1) "... um jornal leve, ameno, às vêzes brincalhão, mas que não se afasta da linha de imparcialidade e de objetividade que herdou" (**Jornal do Commercio**, 13-5-1947).

oferecidos aos nossos leitores. Introduziu também êsse vespertino os mais modernos processos de reportagem, dando preferência àquelas que procuram focalizar os assuntos mais ligados às necessidades e aos problemas do povo. Através dessas reportagens, os mais importantes assuntos locais — como os referentes à assistência social, abastecimento, produção, serviços públicos, transportes — foram ventilados por um corpo hábil de repórteres. Nesse setor, tão movimentado e vivo do jornalismo, muita coisa revelou, criticou ou retificou o **Diário da Noite**, num esforço sincero pela justiça e pela verdade”.

Em meio à matéria, sempre diversa, da primeira página, surgiam reportagens assinadas por Severino Barbosa, Fernandes de Barros, Édison Régis, Edmar Morel e Eurilo Duarte, que assumiu a função de sub-secretário, tendo Andrade Lima Filho iniciado, em setembro, a crônica política diária “História amena de uma campanha” (2). Na página desportiva instalara-se a crônica “Gaveta de Sapateiro”, de **Manuel Breda**. A 27 de outubro vieram as “Cartas na mesa”, série de artigos de James F. Byrnes, contendo revelações em torno de acontecimentos internacionais, como as Conferências de Yalta, Potsdam e outras, citações exatas dos estadistas Churchill, Roosevelt, Molotov, etc.

Ao iniciar-se 1948, logo na primeira edição, inseriu grande manchete, declarando vitoriosa a sua campanha pela extinção dos jogos de azar no Estado, graças às medidas drásticas empreendidas pelo chefe de polícia Alarico Bezerra Cavalcanti.

No mês de fevereiro, Andrade Lima Filho mudou a epígrafe de suas crônicas para “Movietone Político”. Já a fôlha vinha publicando a seção de assuntos radiofônicos “Auditório”, precedida de nota assinada por **Carlo Pousada**. A 1º de maio subiu para Cr\$ 0,80 o preço do exemplar, adotada a seguinte tabela para assinantes: ano — Cr\$ 220; semestre — Cr\$ 120. Dois dias após, era o repórter Romildo Cavalcanti agredido fisicamente (3), no interior de uma reparti-

(2) Das crônicas veiculadas, o Autor selecionou 64, enfeixando-as em livro, sob o mesmo título, que foi publicado em fins de 1948, dividido em duas partes: “Esplendor e miséria da Coligação Pernambucana” e “História amena de uma campanha”, terminando com o comentário “In memoriam”.

(3) Devido à sua coragem intelectual, que o levava a divulgar, com a responsabilidade da própria assinatura, certos fatos escabrosos, Romildo Cavalcanti sofreu outras agressões, inclusive dos proprietários de táxis da Avenida Rio Branco, que o ameaçaram de morte, caso êle pros-

ção de polícia, por investigadores agastados com a divulgação de violências por eles praticadas.

Ainda no mês de maio, dia 19, começou a publicação de “O diário de Goebbels”. Dada a intensidade da matéria desportiva, ocorriam oito páginas às segundas-feiras. **Antônio Paraguassu** (meio pseudônimo de Antônio Freire), assinava reportagens políticas, vindo a aparecer em agosto os “Instantâneos da Cidade”, por Luís (Xavier) Tôrres, e, logo mais, a seção de reclamações “É preciso acabar com isso”, assinada por J. Começou em outubro a estória em quadrinhos “Aventuras de Mutt & Jeff”.

O jornal de duas côres entrou a polemizar com a **Folha da Manhã**, criticando atividades políticas do ex-Interventor Agamenon Magalhães. Assim é que, em veemente artigo de 25 de janeiro de 1949, intitulado “De Ferrabrás a Papangu”, salientou o editorialista que o povo pernambucano não tinha sorte: havia ficado livre da “primorosa literatura do sr. Agamenon, cujo estilo alguém comparava aos efeitos da prisão de ventre...” Agora, lá vem de novo prisão de ventre”. Estava “dando com os burros n’água. Acabou-se aquê tempo do anúncio compulsório...” “O clima do Papangu é a confusão, o seu ambiente é a água turva”.

“Mas — acentuou — o Estado se encontra quieto; o Governador Barbosa Lima Sobrinho pacificou a política local” e isso “faz mal ao ditador. Ele tem fome na barriga, mas o que está falando mais alto é a sua ambição de barulho... e de mando”. E concluiu: “O diabo é que o Ferrabrás de outrora é simplesmente, agora, um inofensivo papangu, alimentado a angu e xerém...”

No dia seguinte, o ataque teve como tema a Cooperativa dos Usineiros, cuja administração era duramente criticada pela **Folha da Manhã**.

A página desportiva foi entregue a novo redator: Haroldo Praça, que escrevia “O pelotazo do dia”. Outro comentarista era **Sentinela**, revezando-se com **Aladin** (Alfredo Craiveiro Leite), autor de “Aladin e sua lâmpada”.

Os colaboradores, em parte, substituíam-se, surgindo novos nomes, a saber: Arnaldo Rebelo e Alfredo Medeiros,

seguisse na campanha contra o aumento do preço das corridas, fato acontecido no dia 28 de maio de 1953. No ano seguinte, a 16 de agosto, o destemido repórter foi agredido, novamente, por agentes de polícia, no recinto da Delegacia Auxiliar, sendo outra vez ameaçado de morte.

em "Artes e Artistas"; Samuel Soares, ligeira correspondência do Rio de Janeiro; Flora Ferraz Veloso; Josimar Moreira de Melo e Alberto Campelo, reportagens (4); Ivonildo de Sousa, Flora Machman, Joel Silveira, Lêdo Ivo, R. Magalhães Júnior, Paulino de Andrade, Jonas Ferreira Lima, Isnar de Moura e José Gomes de Sá, artigos da terceira página; Al Neto, o da seção "Nos bastidores do mundo"; Luís Bezerra Tôrres, correspondências-reportagens de Caruaru; Altamiro Cunha, autor da crônica mundana, iniciada a 7 de julho, que depois teve a epígrafe definitiva "Os dias da Cidade", e Sócrates Times de Carvalho, criador do comentário "Olha à direita" e cronista desportivo.

Iniciava-se, à época, o rodapé, em quatro colunas, de quadrinhos de episódios humorísticos, sob o título "Acácio", fornecido pela "Press Alliance". Já no fim do ano, liam-se reportagens de Nicolau Abrantes, Carlos Luís de Andrade e Lurdes Cisneiros, enquanto era criada a seção "Homem da rua", crônica, em tipo itálico, de Edmar Morel; e José Wamberto mandava, do Rio de Janeiro, o "Carroussel do Parlamento".

O vespertino dava, então, raras edições de seis páginas; algumas de dez, inclusive duas de matéria desportiva, mas em geral saía com oito, a última das quais contendo literatura ou reportagens sensacionais ilustradas.

Começou a 3 de janeiro de 1950 a seção "Mote & Glosa", em seis colunas, ao pé da segunda página, assinada por J. S. (Jorge Abrantes dos Santos) e dedicada "ao comentário do dia-a-dia político de Pernambuco, à base, especialmente, do noticiário dos demais jornais". Outra seção, aparecida em abril, foi "Imprensa a varejo", com as iniciais A. P. No "Auditório", Ubirajara Mendes assinava "Roteiro", além de reportagens da primeira página. Brenand (Jorge) e H. (Heronides) Silva eram novos comentaristas. Na página especializada, **Marilena** (pseudônimo de Aldemir Angélica de Sousa Duarte) escrevia o "Rondó esportivo", seguida, depois, por Pinto Lopes, com os "Fragmentos desportivos".

Fernando Mendonça iniciou, em maio, colaboração na terceira página, alternando com outros nomes já menciona-

(4) Sob o título geral "A máscara e a face da terceira cidade do Brasil", Alberto Campelo responsabilizara-se por uma série de reportagens que fêz época no Recife, abordando temas como "Agiotagem", "Merecimento e ladroagem", "Miséria humana", "Barbaridade", "Agonia dos ambulantes", "O drama da vida", "A milícia da fome" e tantas mais.

dos; seguiu-se, no mês de agosto, **Andréa Santiago** (5), com uma série de artigos de crítica literária, envolvendo nomes das letras indígenas, o que causou sensação nos círculos intelectuais, sobretudo devido ao sigilo sempre mantido em torno do pseudônimo, debaixo do qual se escondia Silvino Lopes.

Além da seção “Política é isso mesmo”, divulgada desde os primeiros dias, onde se comentavam os eventos políticos do momento, com certa verve, incluindo indiscreções (Luís Cisneiros foi um dos seus redatores), criou-se outra, em agosto de 1950, de feitio idêntico, sob o título “Cortando pano”, assinada, alguns dias, por **Tesourinha dos Anjos**. Divulgar-se produções de Kilma Valença, ao passo que Aderbal Jurema adotava o “Paralelo 38”.

Achava-se em plena efervescência a luta política visando às eleições federais e estaduais de 3 de outubro. Meia página do vespertino foi contratada, durante um mês, para divulgar a propaganda do Partido Social Trabalhista, a cargo de Mauritônio Meira, Clodomir Moraes e Edgar Bezerra Leite, a prol das candidaturas Cristiano Machado e Agamenon Magalhães, para presidente da República e governador de Pernambuco, respectivamente. Desde uma semana antes, outra meia página, sob a epígrafe “Socialismo e Liberdade”, responsabilidade do Partido Socialista Brasileiro, propagava a candidatura presidencial de João Mangabeira.

Depois do pleito, um “pau de sebo” (desenho de Zuleno Pessoa, diàriamente modificado) indicava a posição dos candidatos governamentais Agamenon e João Cleofas de Oliveira, segundo a apuração dos votos conferidos a cada um.

Precedendo o noticiário, o “**Diário Social**” instalou, a partir de 13 de novembro, uma crônica elegante de **Yves** (pseudônimo de Gilberto Osório de Andrade). Do dia 29 em diante, Dias da Silva adotou, por pouco mais de um mês, a seção “Pegando a deixa”, quando das férias do autor de “Mote & Glosa”.

Surgiram, no princípio de 1951, novos nomes na reportagem, a saber: José do Patrocínio Oliveira, Heraldo de Oliveira Mota, Geraldo Seabra, Júlio Amaral e Bernardo Ludemir, vindo mais tarde Júlio Barbosa e Floriano Ivo Júnior.

Yves encetou, em fevereiro, um certame de poesia, a fim de conhecer o autor do melhor soneto com a chave: “Geiras

(5) Sete anos decorridos, Paulino de Andrade divulgaria sensacionais artigos de crítica literária, na mesma 3ª página, usando o pseudônimo **André Santiago**, do mesmo modo pôsto em sigilo.

férteis de amor florescendo desejos". Dos 149 inscritos e divulgados, obteve a primeira colocação o poeta Austro Costa (6).

Publicou-se a 14 de março o derradeiro "Boa Tarde" de Silvino Lopes, que morreu dois dias após, uma perda, conforme o **Diário da Noite**, irreparável. A coluna não teve solução de continuidade, assumindo-a Jorge Abrantes (7), encarregado, desde a primeira hora, do artigo e sueltos das duas primeiras colunas da terceira página, além de firmar reportagens esporádicas.

Nesse ano, o preço do exemplar subiu, a 1º de maio, para Cr\$ 1, enquanto as assinaturas anual e semestral eram elevadas, a 24 de novembro, para Cr\$ 250 e Cr\$ 130, respectivamente. Ainda no decorrer de maio, o vespertino divulgou artigos de Mário Pessoa, iniciou a publicação de "Os arquivos secretos da Scotland Yard", e Dias da Silva, além da produção de reportagens, estabeleceu a seção "Tribunal da Opinião Pública", não diária, mas constante pelo tempo a fora, igualmente às seções "Olha à direita", "Movietone", novamente "**Aladin** e sua lâmpada", criando-se outras, no fim do ano, como "Salão de Beleza", por **Claudete**; "O Conto policial" e mais histórias em quadrinhos.

Novos colaboradores foram introduzidos na terceira página, a partir de 1952: Gláucio Veiga, M. da Nóbrega, Duarte Neto, Paulino de Andrade, Artur Malheiros, Vandenkolk Vanderlei e Antônio Bezerra de Carvalho. A 1 de abril saiu o último "Mote & Glosa". Nas páginas de desportos, onde se sucediam comentaristas e repórteres, subiram à tona Nelson Pinto, perpetrando o "Canto de página", Paulo Barreto e Jorge Costa. Já no fim do ano, a 6 de novembro, tinha início, às quintas-feiras, a página especializada "Arte", ilustrada, sob a direção da pintora Ladjane Bandeira de Lira.

Yves encerrou suas crônicas mundanas a 15 de novembro, sucedendo-o **Paulo Antônio** (pseudônimo de Eurilo

(6) O julgamento foi efetuado em solenidade do dia 3 de junho de 1951, no auditório do **Radio Jornal do Commercio**, sendo declamados e irradiados, não só o soneto vencedor, mas também nove outros selecionados para a escolha.

(7) No seu primeiro "Boa Tarde", a 20 de março, Jorge focalizou a personalidade de Silvino Lopes, dizendo que ele mantinha diferentes seções "na imprensa pernambucana, nelas trocando em miúdo o seu talento e o seu humor, como há mais de 40 anos vinha fazendo, incansavelmente e por uma forma que o consagrou entre os maiores homens de imprensa de Pernambuco de todos os tempos".

Duarte), êste, por sua vez, substituído, a 5 de maio de 1953, por **Carlos Frederico** (como se ocultava Zilde de Enock Maranhão), que as redigiu até 7 de dezembro de 1954.

Em janeiro de 1953, Jorge Abrantes ainda se deu ao trabalho de abrir a seção "Arruar", de notas ligeiras, baseadas em artigos e notícias da imprensa local; mas teve curta duração. José do Patrocínio Oliveira empreendeu a enquete "O que fui, o que sou, o que faço", à qual responderam numerosos escritores e jornalistas. Retornaram as seções "Chuva de pedras" (anedotas), a cargo de Eunício Campelo, repórter marítimo e arquivista, e "A bola do dia", **charge**, de Luís Teixeira, novamente na função de redator-secretário.

Sócrates Times de Carvalho passou a oferecer "O prato do dia", apresentando o desenho do título um prato de arame farpado. Vieram a ser divulgadas produções de Nilo Pereira, Pinto Ferreira e José Guimarães Sobrinho; reportagens de Luís G. Uchoa e Guerra de Holanda. Matéria sempre variada. Começou a 12 de agosto uma página de Literatura, às quartas-feiras, sob a direção de Carlos Moreira, autor da crônica de abertura, inserindo produções de Gilberto Freyre, Olívio Montenegro e Otávio de Freitas Júnior; entrevistas com intelectuais; poesias de Carlos Pena Filho, Joaquim Cardoso, Cecília Meireles e outros bardos.

No referido mês o **Diário da Noite** abrigou duas polêmicas: entre o maestro Vicente Fitipaldi e o padre Jaime Diniz, êste pelo **Jornal do Commercio**, em tórno de assuntos musicais; e entre os colunistas Jorge Abrantes e Luís Beltrão, redator da **Folha da Manhã**, a propósito da escolha da delegação de Pernambuco ao V Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais.

Teve a mais intensa repercussão, à época, o processo militar movido pelo auditor Juarez Vieira da Cunha contra o jornalista Dias da Silva, motivado pela reportagem por êste assinada, no **Diário da Noite** de 31 de julho, a respeito do "tarado da Sapucaia", em que se encarnava um policial. Ameaçado de prisão o repórter e chamado a depor, mereceu o processo tamanha repulsa que findou sendo anulado, mediante mandado de segurança concedido pelo Tribunal de Justiça e impetrado pelo desembargador José Neves, presidente da Ordem dos Advogados em Pernambuco (8).

(8) Num gesto de impressionante solidariedade da classe, todos os jornalistas militantes do Recife assinaram uma carta dirigida ao auditor Juarez (consta do **Diário da Noite** de 31-8-1953), declarando reafirmar e

Ainda em agosto, dia 25, iniciava-se uma série de reportagens sob o título "Frei Damião — o missionário das selvas", de autoria de Luís Cristóvão dos Santos, servida de fotografias por Wellington Bastos. Começou a 20 de outubro a divulgação do romance histórico "A luta dos Pereiras e Carvalhos", de Ulisses Lins, depois enfeitado em livro. Mais colaboradores: Paulo Fernando Craveiro e Antônio Franca, artigos da 3ª página; F. Escobar Filho, sob o título geral "Correio do Nordeste"; Luís Tôrres, Mauritônio Meira, Rogaciano Leite, Clodomir Moraes, Alexandrino da Rocha, Everardo da Fonseca Vasconcelos, Oscar Gurgel Tosta da Silva e Osvalter de Andrade, todos firmando reportagens; Barbosa Filho, Stélio Gonçalves e Pedro de Assis Rocha, comentaristas desportivos, o último especializado em hipismo.

Andrade Lima Filho mudou, em abril de 1954, a epígrafe de suas crônicas para "O amigo da onça", assim definida por êle: "Um pouco de sarcasmo por fora e muito de amargura por dentro". Foram suspensas dois meses após e, com um "Movietone", a 6 de junho, encerrou sua colaboração.

Atingidos oito anos de circulação no dia 13 de maio, lia-se no editorial comemorativo, sob o título "Um jornal do Nordeste a serviço do povo": "Somos um jornal do povo. Qualquer um pode vir pelas nossas colunas, fazendo a sua queixa fundada, dando a sua opinião sobre assuntos sérios, manifestando uma opinião política, denunciando uma falta ou defendendo-se de uma acusação. Somos um jornal de tôdas as classes: desde o usineiro até o operário. Todos lêem o **Diario da Noite**. Temos matéria para todos: desde a melhor literatura até o noticiário simples dos **faits divers**, passando pelas crônicas diárias, pelo comentário redacional, pelo noticiário sério ou pitoresco da vida política, pelo registo das atividades desportivas e radiofônicas". "E neste momento, em que se aproxima uma das periódicas lutas políticas que costumam movimentar o nosso Estado e dar vitalidade à nossa democracia, queremos repetir que o **Diario da Noite**, do mesmo modo que o **Jornal do Commercio**, não estando submetidos a nenhum partido, estão à disposição daqueles que desejarem servir-se de suas colunas, para a divulgação de suas campanhas, em absoluta igualdade de condições".

endossar a reportagem de Dias da Silva, que tinha sido interpretada, erroneamente, como ofensiva aos brios militares.

Não circulou no dia 24, acompanhando o protesto da imprensa brasileira pelo assassinio do jornalista carioca Nestor Moreira. E comentou na edição subsequente: “O que desejamos, e o que o povo brasileiro deseja, é que, depois dessas 48 horas de silêncio, não se venha a dizer: — “E a vida continua”. A vida não pode continuar como está”.

“O martírio de Nestor Moreira simboliza o martírio de todo um povo desgovernado. E não é sem mais nem menos que êsse claro foi feito nas fileiras da imprensa. É que a imprensa está na linha de frente de uma dura batalha pela defesa dos interesses do povo, dos direitos da Nação, da segurança e honra do regime. O povo é a opinião pública. Mas a imprensa é a vanguarda do povo e da opinião pública. Quando se trama contra a democracia, ela é que leva os primeiros golpes. A primeira coisa que se faz, num regime discricionário, é calar a imprensa, quando não se pode subornar. Um povo sem imprensa livre é um povo mudo. Ou melhor, amordaçado”.

Após referir-se à “gigantesca manifestação popular em que se transformou o entêrro de Nestor Moreira — um dos maiores movimentos de massa a que já assistiu a capital do país em qualquer tempo” — e de fazer outras considerações, concluiu: “O Brasil, com efeito, na direção em que vai, caminha para a convulsão social, pelas mãos da irresponsabilidade, da impunidade, da desorganização, da miséria, do crime. Que o sacrifício de Nestor Moreira não tenha sido vão e promova o govêrno a reconquista da dignidade do poder e a salvação do país”.

A 7 de junho de 1954 começou o **Diario da Noite** a dar uma edição matutina, às segundas-feiras, incluindo ampla matéria desportiva, a princípio com seis páginas, depois aumentadas para oito, estabilizando-se, meses após, em doze. Enquanto isto, suspendia-se a página semanal de Literatura. A partir de 16 de agosto, vieram as edições de doze páginas em outros dias da semana, com melhor desenvolvimento da matéria geral, novas reportagens internacionais, em série, inclusive “A vida secreta de Stalin”, por Harold Walton; “Sonhos, Fantasmas e Aparições”, por Thurston Hopkins, da Reuters, e outras, sucessivamente, tôdas ilustradas; mais histórias em quadrinhos, entre elas “A família Fedegoso”; a Página Infantil, uma vez por semana, com ilustrações de Ladjane, seção, entretanto, que não durou mais de três meses, dela constando as Aventuras de Flash Gordon, que ocu-

pavam quase meia página, com desenhos coloridos, tendo esta última parte prosseguido.

No decorrer de setembro, mês que precedeu as eleições estaduais, o vespertino acolheu, como matéria ineditorial, a propaganda do candidato, pela segunda vez, a governador, João Cleofas. A partir do dia 16, diante do “alto custo das matérias primas utilizadas na confecção do jornal” e do “constante aumento de salários”, passou o exemplar a ser vendido a Cr\$ 1,50. Desde 25 de outubro, uma vez por semana, a princípio nas segundas-feiras, tôda a primeira página do segundo caderno era dedicada às atividades da alta sociedade, incluindo a crônica “Os dias e as noites” e um “Roteiro mundano da cidade”, sob a responsabilidade de Altamiro Cunha, no segundo caso usando o pseudônimo **Robert Randall**. Ilustravam-na fotografias de mulheres elegantes, a côres. Também poesia. Tiveram início, ao tempo, as “Aventuras de Dick no país dos sonhos”, por Neil O’Keeffe e Max Trell, em policromia, ocupando mais de meia página, às quintas-feiras. Passou, em novembro, para “O Príncipe Valente”, de Harold R. Foster, no mesmo estilo, enchendo página inteira.

A edição de 27 de dezembro, em homenagem ao Natal, teve a primeira página do segundo caderno ilustrada com expressiva alegoria da pintora Ladjane, obediente à legenda “Glória a Deus nas alturas! Paz na terra aos homens de boa vontade!”

Inalterada a direção geral, mantinha o **Diario da Noite** ao encerrar-se 1954, última edição a 31 de dezembro, o seguinte corpo redacional: Esmaragdo Marroquim — secretário; Luís Teixeira — sub-secretário; Jorge Abrantes — editorialista e cronista; Sócrates Times de Carvalho e José Maria Dias da Silva — repórteres e comentaristas; Altamiro Cunha — cronista mundano; Valdemar de Oliveira (W.) — cronista teatral; Osvalter de Andrade, Romildo Padilha Cavalcanti, José do Patrocínio Oliveira, Telha de Freitas e Paulo Fernando Craveiro — repórteres; Luís Vieira — noticiarista radiofônico; Aristóteles Soares — cronista teatral; Vicente Fiti-paldi — cronista musical; José de Alencar (**Ralph**) — cronista cinematográfico; Antônio Cipriano Neto e Leocádio de Moraes, tradutores de telegramas; Felix Augusto de Ataíde — noticiarista; Virginius da Gama e Melo — redator da seção “Política é isso mesmo”; Renato Silva — chefe da reportagem desportiva; Vladimir Maia Calheiros e Paulo Barreto — repórteres e cronistas desportivos; Barbosa Filho — autor das “Pequenas coisas de um grande futebol”; Pedro de Assis

Rocha — redator de “turf”; Antônio Bezerra de Meneses, Maria das Neves P. Alves, Eulália Costa Lopes e Maria Nazaré dos Santos Pereira — revisores; Carlos Pedrosa — chefe da reportagem fotográfica; Zuleno Pessoa e Ladjane Bandeira de Lira — desenhistas-ilustradores.

Nas páginas desportivas, uma das quais ilustrada a côres, apareciam, esporadicamente, crônicas assinadas por Marcelo Ferreira e “O comentário do Rivas”. Contavam-se, entre os colaboradores da terceira página, Osório Borba, Raquel de Queiroz, Lúcia Miguel Pereira, R. Magalhães Júnior, João Duarte Dias, Carlos Drumond de Andrade, Flávio Guerra (“A ronda dos sete dias”), Isnar de Moura, etc. (9) (Bib. Púb. Est.).

1948

A LUTA — Surgiu a 19 de janeiro de 1948, em formato de 47 x 32, com oito páginas, publicando-se, inicialmente, como semanário, às segundas-feiras. Direção de Rui Antunes; redator-secretário — Clóvis Melo; gerente — José Leite Filho, funcionando escritório e redação à rua Imperial nº 2026. Preço do exemplar — Cr\$ 0,60.

Consoante o artigo de apresentação, vinha ocupar seu lugar na “trincheira democrática”, “enfileirar-se ao lado dos demais órgãos que se colocaram a serviço do povo, de suas idéias de democracia e de paz, de suas mais imediatas reivindicações, na grande e definitiva batalha que ora se está travando contra o grupelho fascista que pretende reduzir nossa pátria em um mísero campo de concentração franquista”. Serviria a “todo o povo, acolhendo suas reclamações e suas denúncias”.

Bem impressa, inseria matéria abundante, sem publicidade comercial. Clóvis Melo encetou uma série de reportagens sobre a economia pernambucana. Havia seções como “7 dias do mundo”, “7 dias do país”, “A semana da política internacional”, “A mulher e seus problemas”, por Maria Clara; “Colaboração dos leitores” e “Isto aconteceu”. Dentre os colaboradores especiais, destacavam-se Pedro Pomar, Moacir Werneck Sodré Dalcídio Jurandir, Armando Almada,

(9) Continuou em 1955 e ainda circula.

Astrogildo Pereira, Roberto Morena, Fagundes de Menezes e Osvaldino Marques, os dois últimos assinando poesias, além de outros, da cadeia da Inter Press.

Circulou regularmente, cada segunda-feira, até 12 de abril. Ocupada, policialmente, a tipografia da **Folha do Povo**, onde era impressa, as três edições seguintes (dias 19, 21 e 23) foram confeccionadas clandestinamente, em minúsculo formato de 24 x 16 1/2, com apenas quatro páginas, para divulgar os acontecimentos que envolveram o diário comunista. A edição de 21 foi, em parte, apreendida pela polícia, e três dias depois era prêso, por algumas horas, Clóvis Melo, quando em serviço de reportagem.

Uma vez desocupada a tipografia, passou **A Luta** a sair diàriamente desde o dia 26, ainda abril, quatro páginas, formato comum aos dois jornais, no lugar da **Folha do Povo**, que não voltaria a circular enquanto não fôssem libertados os seus auxiliares presos. Entretanto, a primeira edição da fase diária teve centenas de exemplares apreendidos e o jornal foi suspenso logo após o quarto número.

Expirando o prazo da suspensão, reapareceu **A Luta** no dia 21 de maio, definitivamente feito diário matutino, já agora em substituição efetiva da **Folha do Povo**, suspensa, pela polícia, por seis meses. A redação localizara-se na rua da Detenção n^o 175, 1^o andar.

Em artigo a respeito do ressurgimento, o editorialista verberou “o nôvo e mais brutal golpe” do govêrno contra a imprensa democrática, atacando, ao mesmo tempo, “as mentirosas reportagens publicadas pelo **Diario da Noite**, a cêrca do assalto policial à **Folha do Povo**”.

No dia seguinte, aludiu aos processos instaurados contra o mencionado órgão, que já eram cinco, nêles incluídos os redatores Rui Antunes e Alderico Toríbio.

A partir de 26 de maio, aumentou o formato para 55 x 38, mantidos o mesmo padrão intelectual do diário suspenso, o mesmo pessoal, as mesmas seções e as mesmas campanhas esquerdistas. Nova seção foi criada a 22 de junho, sob o título “Jornada sem feitor”, subscrita por Isaias Caminha, tendo por objetivo informar “o que a imprensa latifundiária e imperialista ganha para não dizer”. Começando a 8 de julho, divulgou, em forma de livro, a obra de Monteiro Lobato “Zé Brasil”.

Outra vez suspensa pela polícia, após três meses de circulação ininterrupta, publicou sua edição de despedida (n^o 103) a 25 de agôsto, justamente no dia em que voltava ao

formato primitivo e quando anunciou a prisão do seu redator João Silveira, efetuada em serviço profissional (Bib. Púb. Est.).

O POPULAR — Um jornal para a defesa da Democracia — Substituto d' **A Luta** (1) e, conseqüentemente, da **Folha do Povo**, entrou em circulação, feito diário matutino, a 28 de agosto de 1948, sob a direção de Clóvis Melo, tendo como redator-secretário Cláudio Tavares.

Na sua "Definição de programa", dizia-se o "intérprete e o defensor audaz das grandes reivindicações do nosso povo", estando disposto a "lutar por melhores condições de vida, pela resolução de problemas inadiáveis, como o da alimentação, carestia de vida, transportes, saúde, educação, habitação", etc.; "contra o Estatuto Entreguista do petróleo nacional à Standard Oil", apoiando a tese do General Horta Barbosa, e, por fim, "defender os direitos do homem e as garantias constitucionais do cidadão".

Idêntico em tudo aos órgãos que substituiu, mantidos o preço do exemplar, igual número de páginas, as mesmas seções e campanhas e a mesma redação, **O Popular** noticiou, em seu primeiro número, a libertação do redator João Silveira, após quatro dias de prisão.

Além dos colaboradores locais e da Inter Press, outros surgiram, assinando artigos doutrinários ou de crítica à administração e ao regime, tais como Alcedo Coutinho, Pedro Mota Lima, Osvaldo Peralva, Júlio Fucik e Paulo Antunes.

Na edição de 14 de setembro, divulgou uma moção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife contra os processos, por "delito de opinião", a que respondiam, perante o Juiz, os jornalistas Rui Antunes e Alderico Toríbio, com base na Lei de Segurança Nacional.

Proseguiu, ininterruptamente, aumentando de formato

(1) Comentando a suspensão d'**A Luta**, escreveu **O Popular**, em sua edição de estréia: "Outra vez — pela quarta vez, aliás, — é um órgão da imprensa pernambucana impedido de circular livremente, de informar e esclarecer ao público o programa que defende. Outra vez o famoso decreto 431, de 18-5-38, elaborado sob a vigência do Estado Nôvo, é invocado pelo ministro da Justiça para a arbitrária suspensão de um matutino recifense". Pretexto: "a transcrição de um artigo do jornalista Osvaldo Peralva, publicado em **Problemas** n.º 8, e um editorial intitulado "Política suicida", dissecando a administração Dutra nos negócios internos e externos".

a 25 de setembro e assim atingindo 27 de novembro, quando deu à circulação seu último número — o 78º.

Em artigo de despedida, Clóvis Melo anunciou a volta da **Folha do Povo** “após seis meses de arbitrária suspensão”; daí sair da liça **O Popular**, fazendo-o “coberto da simpatia e solidariedade do proletariado pernambucano”. Enumerou os pontos altos das campanhas mantidas, a salientar a defesa da autonomia dos municípios e a luta pela baixa das tarifas de ônibus, o que deu lugar a um processo contra o articulista”, “por ter tomado parte na luta contra a Autoviária” (**Bib. Púb. Est.**).

RESENHA FISCAL — Órgão de Divulgação Comercial e Financeira — Apareceu, em formato de 30 x 22, no dia 3 de maio de 1949 (sem data os dois primeiros números), para circular diariamente. Capa impressa tipograficamente, contendo o título e o expediente, em papel de côr, mas o texto mimeografado. Iniciativa da empresa Serviços Técnicos Reunidos, funcionou a redação na rua da Palma nº 295, 4º andar. Diretor — Luís Moraes dos Santos. Assinatura mensal — Cr\$ 40,00.

Segundo o editorial de apresentação, vinha preencher uma lacuna nas classes produtoras de Pernambuco, “levando ao seu alcance o mais completo noticiário telegráfico e epistolar do exterior e do país, sobre assuntos de seu imediato interesse, além de “minuciosas informações sobre os atos administrativos, movimento das repartições públicas, manifestos de importação e exportação pelo porto do Recife, notas, comentários, etc.”.

Obedecendo ao enunciado, **A Resenha** seguiu existência normal a princípio e, depois, com lacunas. Ao atingir a edição de 6 de setembro, assumiu a direção D. Santana, ficando Moraes como redator. Estava, porém, no fim. Mais alguns dias e publicava-se o nº 98, datado de 19 de setembro, que foi o último (**Bib. Púb. Est.**).

O DIA — A verdade sempre, doa em quem doer — Diário vespertino, entrou em circulação a 2 de janeiro de 1951, com seis páginas, formato grande e boa apresentação material. Editado pela Empresa **Diário da Manhã S. A.**, teve como diretores Mário Pinto de Campos, Édison Régis e Nertan Macedo de Alcântara. Redação à rua do Imperador nº 227. Preço do exemplar — Cr\$ 1.

Sob o título “Itinerário”, lia-se no artigo de abertura:

“Observando o que se passa na imprensa local, concluímos quanto é difícil encontrar um jornal que informe o povo desprovido de preconceitos ideológicos, econômicos ou políticos. Daí surgiu a idéia de lançar na circulação **O Dia**, órgão livre de qualquer subordinação a grupos, idéias ou interesses que não estejam exclusiva e honestamente a serviço do bem comum”.

“Nossa razão de ser — prosseguiu — está no povo, nos seus anseios e necessidades, e à sua causa dedicamos todo nosso esforço. A priori, não somos contra nem a favor de ninguém, mas só na medida em que o interesse público fôr respeitado é que respeitaremos os interesses particulares em jôgo. Do comportamento de cada um em face dos sagrados direitos da coletividade dependerá nossa crítica ou nosso aplauso. Respeitaremos as instituições democráticas e por elas lutaremos sem reservas, defendendo-as na plenitude e pureza dos seus princípios contra as investidas de quem quer que seja, inclusive dos eventuais detentores do poder. Sem ligações umbelicais com partidos políticos, estaremos sempre contra ou a favor daqueles que estiverem contra ou a favor do Brasil e de sua gente”.

Noutro tópicó: “Nossa voz será a voz do povo que não pode se fazer ouvir na imprensa agrilhoada aos cofres dos potentados ou às bambochatas governamentais. Do povo que está sendo consumido pela fome e pela doença, enquanto na penumbra dos gabinetes se concertam negociatas fabulosas às custas do seu suor e do seu dinheiro. Este jornal não formulará pautas para acautelar interesses inconfessáveis. Seu lema é divulgar a verdade, custe o que custar e fira a quem ferir. Porisso mesmo, nosso êxito dependerá principalmente do amparo e estímulo do povo, a cujo serviço nos colocamos a partir de hoje, para ser o seu amigo e confidente, o seu espelho e intérprete”.

Bem redigido e ilustrado, apresentava-se repleto de matéria, constituída de reportagens, serviço telegráfico, comentários e noticiário geral, sendo grande espaço destinado à vida desportiva da cidade. Seções movimentadas, com títulos vistosos, desenhados.

A página de honra, por assim dizer, era a terceira, contendo o pensamento da direção, através de “Notas e Comentários” e “Nos bastidores da política”, além da “Conversa de rua”, por **Mariano Pina** (pseudônimo de Laurênio Lins de Lima), e “Em dia com a cidade”, idéia confessadamente extraída dum jornal sulino, com a intenção de “distrair, de

maneira leve, o leitor que vai no seu bonde, onibus ou lotação”, com “umas gotinhas cáusticas para excitar; nada, porém, em demasia”; seção depois substituída por outra idêntica: “Tico-Tico no Fubá”, assinada pelo **Barão de Escada** (pseudônimo de Nertan Macedo de Alcântara).

Inseria na terceira página interessante crônica satírica de **Sir Canário Longfellow Silva** (outro travesti de Nertan Macedo), de ruidosa repercussão; artigo de colaboração, variando de escritores, e uma “Câmara lenta”, constituída de fotogravuras de acontecimentos internacionais. A seção “Nos bastidores da política” não foi além do terceiro número, sendo substituída por “O dia político”.

Entre os colaboradores contavam-se: Múcio Leão, Osório Borba, Newton Farias, Aderbal Mendonça, Newton de Freitas, Alberto Pôrto da Silveira, Adauto Pontes, Raquel de Queiroz, Wilson Veloso e outros, inclusive diferentes comentaristas estrangeiros, através de agência especializada.

A fase diária, entretanto, não durou mais do que um mês, findando com o nº 24, de 30 de janeiro.

Meses depois, reapareceu **O Dia**, nº 20 (1), a 23 de julho, sob a direção de Ranilson de Sá Barreto, para sair às segundas-feiras, pela manhã, impresso na referida tipografia, depois de 28 de outubro de 1952 denominada **Gráfica Editora do Recife S. A.**

Sucinto editorial explicou que a fôlha estivera suspensa “por questões alheias à vontade dos seus editôres”, entre elas a crise provocada pela falta de papel. Superadas as dificuldades, voltava, circulando “pelo menos uma vez por semana”, para “fazer ouvir uma voz inteiramente independente, sem ligação de qualquer natureza com interesses partidários”. Era uma fase preparatória da publicação diária, que não demoraria; continuava “palmilhando o mesmo caminho de luta, fiéis unicamente à verdade”.

Inalterado o preço do número avulso, só a partir de 27 de dezembro de 1953 entrou a cobrar Cr\$ 50 por assinatura anual, elevada para Cr\$ 80 a 18 de outubro de 1954, quando o custo do exemplar subiu para Cr\$ 1,50.

Não ocorreu qualquer modificação na primeira página, sempre farta de reportagens ilustradas e notas políticas, distribuídas sob grandes títulos. A terceira acolhia diferentes

(1) A primeira edição da segunda fase devia trazer o nº 25. Além disso, ainda repetiu o nº 20, seguindo-se o nº 21, etc.

seções, inclusive as “Notas e Comentários”; artigos de Augusto Duque e **charges**. Variava, às vezes, de seis para oito páginas, dedicando ora uma, ora duas, aos desportos. De tendência direitista, veio a divulgar, desde 17 de setembro, trabalhos assinados pelo líder integralista Plínio Salgado. Noticiário amplo, não faltando boa messe de anúncios.

A publicação seguiu-se ininterrupta, tendo como redatores, entre outros, Múcio Uchoa Cavalcanti, Enilson Sá Barreto, Sílvio Pessoa, Rildo Uchoa e Adroaldo Silva Maux, os dois últimos no setor desportivo. Gerente — J. Soares. Em meio aos colaboradores contavam-se d. Carlos Coelho, Gercino de Pontes, Aloísio Falcão, Otoniel Marinho Espíndola, que manteve a seção “Dores da vida”; João Domingos, o da crônica ligeira “Bom dia, Recife”; padre Público Calado, Adalberto Duque, Vandenkolk Vanderlei, Alfredo Pessoa de Lima, B. Franklin, autor do comentário “Para ler no trem”, e **A. Mandacaru Neto**, responsável pela nota política “Arame farpado”, além dos assíduos artigos do diretor, na primeira página.

Fêz a propaganda das candidaturas do General Cordeiro de Farias, para Governador do Estado, e de Ranilson de Sá Barreto, para deputado estadual, esta última sem êxito.

Sem alterações substanciais, chegou **O Dia** ao fim de 1954 com o nº 201, datado de 27 de dezembro (2) (**Bib. Púb. Est.**).

A HORA — Diário popular, de quatro páginas, formato de 47 x 32, dirigido por Cláudio Tavares, tendo como redator-chefe Paulo Cavalcanti, circulou, unicamente, a 25, 26 e 27 de setembro de 1951, divulgando matéria de doutrinação socialista e propaganda ilustrada dos candidatos comunistas à deputação estadual no pleito de 10 de outubro.

Seu aparecimento teve o objetivo de substituir a **Folha do Povo**, impedida de circular naqueles dias, quando era mais intensa a campanha eleitoral. Foi impresso nas oficinas da **Folha da Manhã (Arq. da F. do P.)**.

CORREIO DO POVO — Matutino de orientação trabalhista, surgiu na arena do publicismo, precedido de intensa propaganda, no dia 5 de agosto de 1954, as principais páginas em côres, no formato de 58 x 42. Propriedade da “Grá-

(2) Prosseguiu em 1955, não indo muito adiante.

fica **Correio do Povo Ltda.**”, tinha como diretor-presidente Antônio Barros de Carvalho; diretor-superintendente — Edgar Bezerra Leite; gerente comercial — Aduato Barreto. A equipe do “batente” ficou assim constituída: diretor — Josimar Moreira de Melo; diretor de redação — Carlos Luís de Andrade; secretário — Paulo Antunes; sub-secretário — Múcio Borges da Fonseca; sub-secretário de oficina — Luís Garcez; redatores — Newton Farias e Jaime Campos; repórteres — Alberto Campelo, Antônio Luís Lins de Barros, José Américo de Lima, Ronildo Maia Leite, Stélio Gonçalves, Adonias Moura e Abdias Cabral de Moura Filho; cronista social — Antônio Albino Pinheiro; cronistas do Interior — Artur Maciel e José Mendonça; tradutores de telegramas — José Arruda Câmara e Itamar Araújo; encarregados da parte desportiva — Célio Tavares, Laudenor Pereira e João Cavalcanti; revisores — Demócrito Silveira, Ipemeri Cunha, Expedito Pinto, José Roberto de Araújo, José Adirson de Vasconcelos, Valdi Bezerra da Silveira e Valdemir Tavares; diagramador — Ionaldo de Andrade; fotógrafos — Valdir Santos Braga, Assis Araújo, Luna e Luís Gueiros; chefe de publicidade — Gil Sampaio; corretor de anúncios — Hilton Sousa. A redação e a oficina localizaram-se na rua Visconde de Goiana nº 377 e o escritório na sala 14, sobreloja, do Edifício Arnaldo Bastos, à Avenida Guararapes.

Dois artigos de apresentação constaram da edição de estréia. Do primeiro dêles, sob o título “Um programa e uma diretriz”, assinado pelo diretor-presidente da empresa, são os tópicos a seguir:

“Estamos entregando hoje ao povo de Pernambuco o primeiro número dêste jornal. Ao rumor da verdadeira orquestra de linotipos; à música de aço da gigantesca rotativa em cuja garganta rolam alguns milhares por hora; ao alvoroço dos rapazes da redação, da revisão e das oficinas, temos fé em que não estaremos dando ao povo de nossa terra apenas um jornal a mais. Sem qualquer despreço aos órgãos da gloriosa e tradicional imprensa pernambucana, pretendemos, com a excepcional aparelhagem técnica e um corpo de redatores e gráficos altamente selecionados, oferecer ao público, com o decorrer dos dias, a última palavra em matéria de imprensa moderna. Mas pretendemos, sobretudo, proporcionar ao povo mais do que um simples jornal — uma fortaleza na luta contra a mentira, a corrupção, a opressão e exploração em tôdas as suas formas”.

“Este é, antes de tudo, um jornal dos trabalhadores de

Pernambuco. Os homens que se uniram para fazê-lo, à custa sabe Deus de quantos sacrifícios, não estão montando uma indústria caça-níqueis, nem deixarão que as bancas de sua redação se transformem num balcão, dêsse em que a consciência e a verdade são vendidas a grosso e a varejo.

“O **Correio do Povo** não está vinculado a “trusts” econômicos nem a grupos financeiros. Não dispõe de subvenções excusas, de “caixinhas” ou de ajudas inconfessáveis. Não depende de governos nem de contratos, oficiais ou não. Sua única missão é dizer a verdade, só a verdade e apenas a verdade. Doa a quem doer. Seu programa é a defesa das classes trabalhadoras, em sua luta por um melhor nível de vida, contra a opressão do Poder Econômico”.

“Palavras ao leitor” foi o título do segundo artigo, sob o qual Josimar Moreira de Melo emitiria, diariamente, opiniões e conceitos em torno dos acontecimentos, políticos ou não, do dia-a-dia. Assim começou êle:

“LEITOR: Aí está o teu jornal. Feito com sacrifício, com deficiências materiais quase insuperáveis, dentro de uma exiguidade de tempo que nos forçou a verdadeiros malabarismos na contagem dos minutos, êle é devido exclusivamente à boa vontade e à competência de uma equipe, que em seu conjunto, desde o redator ao linotipista, do revisor ao secretário, conseguiu verdadeiros milagres de eficiência em condições tão adversas.

Mas apesar de tudo aí está o jornal, como todo jornal exposto ao julgamento do público. Dêsse julgamento, que esperamos rigoroso e sincero, dependerão as modificações que tenhamos de fazer e as inovações que possamos introduzir na sua apresentação gráfica e na sua forma editorial”.

Depois de outras considerações, advertiu: “As falhas dêsse primeiro número deverão ser levadas à conta da nossa afobação, das nossas deficiências, que, entretanto, foram superadas pelo valor de uma equipe brilhante, cujo esforço realmente extraordinário queremos agradecer, convencidos que estamos de que o material humano é o mais valioso, o mais necessário, o mais digno de recompensa em qualquer ramo de atividade e muito especialmente no jornalismo”.

Também se manifestou, em nota ligeira, intitulada “Tribuna livre”, abaixo da seção “Correio Político”, o diretor-superintendente, que concluiu com a sentença: “O **Correio** estará onde estiver o povo!”.

Além disso, uma nota redacional apresentou a seção “Tribuna do Povo”: “Esta página é uma tribuna para o

povo. Ela tem a finalidade precípua de auscultar as suas necessidades, defender os seus interesses, trazer para o debate público e o conhecimento das autoridades as suas reivindicações mais sentidas.

Sem inspiração partidária e inteiramente desligada de grupos de quaisquer espécies, esta página se constituirá, a partir de hoje, em porta-voz dos anseios populares, refletindo fielmente os sentimentos e as necessidades das classes menos favorecidas, pugnando por uma justiça social efetiva e pelo bem estar de todos aqueles que conquistam com o suor do rosto o direito a uma vida melhor”.

A vida dos municípios mereceu, igualmente, a atenção do matutino, que para isto abriu colunas, sob a epígrafe “**Correio** do Interior”, apresentada em vigoroso artigo, a salientar o seguinte excerto:

“Nesta seção, divulgaremos os maiores problemas e noticiaremos os principais eventos das cidades da Mata, do Sertão ou do Agreste. O homem do interior encontrará, aqui, um informativo, tanto quanto possível minucioso, dos fatos ocorridos em suas cidades. Para isso, contamos, inclusive, com a colaboração dos próprios leitores, que se poderão colocar ao lado dos nossos correspondentes, já nomeados ou por nomear, na divulgação de dados referentes à economia, ao desenvolvimento, enfim, à vida de suas comunas”.

Tendo estreado com dezesseis páginas, em dois cadernos, impressas em tricromia, as de frente bastante ilustradas, o benjamin da imprensa diária pernambucana encheu-se de matéria, inclusive regular serviço telegráfico e noticiário intenso, adotando, inicialmente, as seguintes seções: “Plantão do leitor” (informações gerais de urgência); “Ronda” (comentários ligeiros); “Política da Cidade”; “Roteiro Econômico”; “O problema do dia”; “O povo protesta”; “**Correio** social”; “Onde a cidade se diverte”; “Palavras cruzadas”; “Horóscopo”; “**Correio** feminino” e bem desenvolvida parte de desportos.

Seguiu vida normal, dando edições de oito páginas nos dias úteis, acrescidas, aos domingos, de dois Suplementos, um deles em tabloide de oito, às vezes dezesseis páginas, vendendo-se o exemplar aos preços de Cr\$ 1 durante a semana e Cr\$ 1,50 aos domingos.

Achando-se Pernambuco em fase de agitação política, iniciou o **Correio**, mediante contrato, a propaganda da candidatura governamental de João Cleofas de Oliveira, através, sobretudo, de retratos de página inteira. Fêz, também, a

campanha das candidaturas Barros de Carvalho e Edgar Bezerra Leite à deputação federal e estadual, respectivamente.

Acontecimentos como o suicídio do industrial Armindo Moura e o do Presidente Getúlio Vargas, a 13 e a 24 de agosto, tiveram, em suas páginas, cobertura recorde na imprensa local, sendo, além disso, dedicadas ao segundo dez das 16 páginas do Suplemento do dia 29.

Grandes reportagens eram divulgadas, assim como páginas inteiras de literatura, aos domingos, além das seções “Cinema”, “Teatro”, “Rádio”, “Vida Econômica”, “Desportos”, etc., tudo fartamente ilustrado, o que tornou o jornal bastante atraente.

Pouco mais de um mês decorrido, verificou-se pronunciado desentendimento entre os diretores Edgar Bezerra Leite e Josimar Moreira de Melo, o primeiro dos quais pretendendo dar nova orientação política ao **Correio** (1), com o que o segundo não concordou, retirando-se da empresa. Num gesto de solidariedade, pouco comum, todo o corpo redacional — menos o pessoal da seção desportiva e da revisão — abandonou o trabalho, a 12 de setembro, acompanhando o diretor afastado.

Renovou-se, totalmente, a redação, ficando bastante reduzida. Geraldo Seabra assumiu a secretaria, cercado dos seguintes redatores auxiliares: Vladimir Maia Calheiros, Valderedo Licarião, Plínio Pacheco, Paulo Viana, Luís Carlos Lopes, Itamar Pereira, Ipemeri Cunha e José Adirson de Vasconcelos, os dois últimos procedentes da revisão. Desta afastou-se, apenas, Valdemir Tavares, entrando como suplente Luís Gomes do Rêgo Lima, que redigia, concomitantemente, o “Roteiro Econômico”.

A coluna principal da terceira página passou a ser assinada pelo redator-secretário, sendo extintas algumas seções, mas prosseguindo a propaganda eleitoral até o tempo devido. A partir de novembro, um dos três cadernos das edições dominicais (todos em tamanho comum) era inteiramente dedicado, com quatro páginas, ao movimento desportivo. Surgiram duas novas colaborações, reproduzidas da imprensa carioca: “Pelos caminhos do mundo”, de Elsie Lessa, e “A vida como ela é”, de Nelson Rodrigues. Por outro lado, inicia-

(1) Assim o noticiou o **Diário de Pernambuco**, edição de 14 de setembro de 1954. Todavia, o motivo real do desentendimento foi a elevada quantidade de redatores admitidos, que a situação financeira da empresa não permitia manter.

va-se, espaventosamente, ocupando páginas inteiras, a propaganda da candidatura Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência da República.

Um desastre, no entanto, ocasionou a suspensão do órgão, entre os dias 13 e 27 do mês em referência. Ruiu uma parede da casa vizinha sôbre uma das pilastras do prédio, cujo teto perdeu o apoio, indo a baixo a viga mestra, o que provocou enorme avalanche sôbre a sala de composição, atingindo as Linotipos, fato, porém, ocorrido em hora de folga, não havendo danos pessoais.

Reconstruído o galpão, continuou a existência do matutino, criando nôvo suplemento e novas seções, em dezembro, tais como "O mundo inquieto"; "De tudo — de tôda parte"; "O **Correio** na moda e no lar"; "Correio Estudantil"; "**Correio Social**", por Djalma; "**Correio do Trabalhador**", a cargo de R. Marinho, e "Histórias em quadrinhos", além de correspondências de Hollywood e de Portugal; colaboração de nomes estrangeiros; reportagens assinadas por Vladimir M. Calheiros, Fernando Souto Maior, Paulo Viana, Rildo T. Souto Maior e Geraldo Tavares; artigos de literatura de Luís Herald, Geraldo Seabra e outros, transcrições d'**O Popular**, do Rio de Janeiro, de Domingos Velasco, etc.

No dia 24 a emprêsa transferiu o escritório para a rua Vigário Tenório n° 117, 1° andar. A edição do dia seguinte ostentou grande alegoria na primeira página do segundo caderno, representando o cenário do nascimento de Cristo, com a legenda: "Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens de boa vontade". Durante o mês, organizou a gerência um Sorteio de Natal, sendo vários leitores premiados.

Até 31 de dezembro (2) permaneceu inalterada a direção administrativa, assim como o corpo redacional. O preço da vendagem avulsa subira, desde 17 de outubro, para Cr\$ 2, mediante acôrdo com a gerência dos demais diários matutinos (**Bib. Púb. Est.**).

(2) Prosseguiu o **Correio do Povo** em 1955, mas deixou de existir algum tempo depois.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Alfredo de — “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana — 1821-1908”, Tip. **Jornal do Recife**, 1908.
- FERNANDES, Aníbal — “Estudos Pernambucanos”, Imprensa Oficial, Recife, 1956.
- FERREIRA, Júlio Pires — **Almanach de Pernambuco**, Imprensa Industrial, Recife, 1907.
- GALVÃO, Sebastião — “Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”, Imprensa Nacional, Rio, 1921.
- LIMA FILHO, Andrade — “História Amena de uma Campanha”, Imprensa Oficial, Recife, 1948.
- MELO, Mário — “A Imprensa Pernambucana em 1918”, Recife, 1918.
- NASCIMENTO, Luiz do — “História da Imprensa de Pernambuco”, Vol I, Imprensa Oficial, Recife, 1962; Vol. II, Imprensa Universitária, Recife, 1966.
- PEREIRA, Oscar — “Memórias de um Jornalista Provinciano”, Recife, 1945.
- PIMENTA, Joaquim — “Retalhos do Passado”, Editor: A. Coelho Branco Filho, Rio, 1949.
- Revista da Academia Pernambucana de Letras** — Recife, 1926.
- RODRIGUES, Mário — “Meu Pernambuco”, Imprensa Industrial, Recife, 1931.
- SODRÉ, Nelson Werneck — “A História da Imprensa no Brasil”, Editôra Civilização Brasileira S. A., Rio, 1966.
- VANDERLEI, Eustórgio — “Tipos Populares do Recife Antigo”, Imprensa Oficial, Recife, 1954.

Visão — São Paulo, 1954.

Fontes de pesquisa:

- Biblioteca Pública do Estado.
- Arquivo Público Estadual.
- Biblioteca do Gabinete Português de Leitura.
- Biblioteca do Instituto Arqueológico.
- Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.
- Biblioteca do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Seção de Pernambuco).
- Biblioteca Nacional, Estado da Guanabara.
- Arquivos particulares de Mário Melo, Abelardo Rodrigues e outros.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abdon, Abdias — 322.
Abdon, Amaro — 135.
Abem-Atar Neto — 301.
Abílio, José — 407.
Abranches, Álvaro — 122.
Abranches, Vicente — 164.
Abrantes (dos Santos), Jorge — 193, 198, 372, 375, 412, 416, 418, 419, 422.
Abrantes (dos Santos), Malaquias — 389.
Abrantes (dos Santos), Nicolau Tolentino — 205, 416.
Acheson, Dean — 367.
Acton (Mariano das Mercês), Adauto — 52.
Agostini, Alfredo d' — 236, 238.
Aguiar, Amadeu de — 123, 200.
Aguiar, Da Costa — 221, 280, 282.
Aires, Clemente — 21.
Aires, Luís Cezário Cardoso — 274.
Aires (Lula), Luís Cardoso — 280.
Alba, Lauro d' — 127.
Albert, Aloisio — 364.
Albuquerque, Antônio Lins de — 323.
Albuquerque, Arlindo — 389.
Albuquerque, Artur Henrique de — 60.
Albuquerque (**Cilro Meigo**), Arquimedes de — 200, 312, 313.
Albuquerque, Cisneiros de — 60.
Albuquerque, Domingos de — 161, 238.
Albuquerque, Durval de — 297.
Albuquerque, Emanuel Dornelas de — 133.
Albuquerque, Etelvino Lins de — 292, 368, 393.
Albuquerque, Henrique Lins (Cavalcanti de — 232.
Albuquerque, José Cisneiros de — 264.
Albuquerque, Laurino de — 17.
Albuquerque, Leusa Monteiro de — 205.
Albuquerque, Mateus de — 41, 140
Albuquerque (Melo), Ernesto de — 389.
Albuquerque, Napoleão (Juvêncio) de — 280, 380.
Albuquerque, Nelson Xavier de — 263, 266.
Albuquerque, Rogério de — 40.
Albuquerque, Teófilo de — 40.
Albuquerque, Ulisses Lins de — 163, 378, 420.
Alcântara, Nelson de — 180, 198.
Alcântara, Nertan Macedo de — 310, 426, 428.

- Alcântara, Pedro Agripino de — 272.
Alcoforado, Adolfo Guedes — 391.
Alcoforado Filho, Antônio Guedes — 271, 312, 324, 325.
Alecrim, Olívio Costa — 238, 241.
Alecrim, Otacílio — 200, 249.
Alegria, Ciro — 406.
Alencar, José (Maria) de — 205, 291, 295, 318, 375, 378.
Alencar, Padre Nestor (Bartolomeu de) — 263.
Alencar, José de Sousa — 422.
Alencar, Renato de — 146, 157, 235, 238, 240, 241, 253, 254, 255, 280.
Alencar, Umberto de — 179.
Alfredo, José — 273.
Almada, Armando — 423.
Almeida, Aldemar Costa — 383.
Almeida, Antônio (Martins de) — 171, 197, 204, 238, 412.
Almeida, Enoc Gomes de — 265.
Almeida, Euzínio de — 41.
Almeida, Guilherme de (Andrade e) — 160, 187, 340.
Almeida, (João) Batista de — 62.
Almeida, Joaquim do Carmo — 197.
Almeida, José Américo de — 188, 299.
Almeida, Josué de — 352, 356, 361.
Almeida, Júlia Lopes de — 26.
Almeida Júnior, Cussy de — 123.
Almeida, Júnior, José de — 265, 324.
Almeida, Liberalino de — 233.
Almeida, Osvaldo (Aníbal) de — 45, 94, 111, 119, 120, 152, 265, 266.
Almeida, Renato de — 179, 197, 320.
Almontarras, José Fideno — 99.
Altavila, Jaime d' — 283.
Alva, Lúcio d' — 151.
Alvarenga, José da Cunha — 266.
Alves, dom José Pereira — 67, 69, 149, 154.
Alves, Hélio — 337.
Alves, Inácio — 211.
Alves, Isaias — 373.
Alves, João Luís — 158.
Alves, Joaquim — 181.
Alves, (José de) Brito — 65, 70, 178, 297, 305, 320.
Alves, Júlio Pereira — 205.
Alves, (Manuel) Enéas (de Sousa) — 157, 209, 237, 261, 263, 266, 313.
Alves, Maria das Neves P. — 423.
Alves, Mário — 41.
Alves, Osvaldo — 197.
Amado, Genolino — 184.
Amado, Gilberto — 31, 33, 103, 155, 278, 283.
Amado, Jorge — 321, 356.
Amaral, Aládio (Andrade do) — 136, 328.
Amaral (Albuquerque), Júlio — 417.
Amaral, (Antônio José) Azevedo do — 116, 320.
Amaral, Augusto — 108.
Amaral, F. Pompeu do — 187, 190.
Amaral, José Maria do — 40.
Amaral, Leônidas do — 123.

- Amaral, Luís — 297.
Amaral, Manuel — 273.
Amaral, Maria Lúcia — 388.
Amaral Neto (**Al Neto**), Fidelis dos Santos — 416.
Amaral, Rubens do — 187, 190, 292.
Amaral, Tarsila do — 179.
Amazonas, Paulo — 409.
Ambrys, Alfredo de — 53.
Amorim, Álvaro — 292.
Amorim, Carlos — 378, 397.
Amorim, Gumercindo de — 229.
Amorim, Heribaldo Eloi de — 381.
Amorim, Valdemar (Correia de) — 123, 221, 233, 235, 372.
Anacleto (do Nascimento), Bartolomeu — 335.
Andrada e Silva, Antônio Carlos Ribeiro de — 327, 329.
Andrada e Silva, José Bonifácio Ribeiro de — 155.
Andrada e Silva, Martim Francisco Ribeiro de — 51.
Andrade, Antônio Vicente (Pereira) de — 101.
Andrade, Ari — 366.
Andrade Bezerra, Antônio Vicente de — 90, 93, 96, 114, 245, 263, 373, 379.
Andrade, Caitano de Almeida — 15, 21, 41, 49.
Andrade, Carlos Drumond de — 199, 413, 423.
Andrade, Carlos Luís de — 204, 305, 307, 406, 416, 430.
Andrade, Clínio Mairink de — 256, 264.
Andrade, Conselheiro Nuno Ferreira de — 28, 29, 41, 252.
Andrade, Dulce de — 204.
Andrade (filho), Geraldo (Sousa Pais) de — 166, 241, 259, 261, 272.
Andrade, Geraldo Sousa Pais de — 92.
Andrade, Gilberto Osório de (Oliveira) — 181, 200, 202, 292, 295, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 321, 335, 342, 394, 406, 417, 418.
Andrade, Hécio César de — 409.
Andrade, Ionaldo — 205, 430.
Andrade, Iraíde de — 197, 205.
Andrade, Jáder de — 134.
Andrade, (José Maria) Goulart de — 259.
Andrade, José Mário de — 409.
Andrade, Luís (Gonzaga Gusmão) de — 202, 412.
Andrade, Manuel de Carvalho Pais de — 160.
Andrade, Mário de — 179, 190, 283, 340.
Andrade, Nair de — 178, 379.
Andrade Neto — 15.
Andrade, Oswalter Martins de — 420.
Andrade, Paulino de — 52, 76, 111, 241, 262, 297, 316, 318, 319, 416, 417, 418.
Angelim, Valdemar — 297.
Angrogne, General Malan d' — 169.
Anjos, Augusto (de Carvalho Rodrigues) dos — 160.
Anjos, Ciro dos — 413.
Anjos, Emílio (Rodrigues Tavares) dos — 191, 197.
Antunes, Paulo da Silva — 324, 356, 425, 430.
Antunes, Rui da Costa — 351, 352, 354, 355, 356, 423, 424, 425.
Aquiles, Aristeu — 352.
Aquiles, Artur — 62.
Aquiles, Paulo — 131.

- Aragão, Augusto — 345, 357.
 Aragão, Egas Moniz Barreto de — 21, 27.
 Aragão (Bezerra Cavalcanti), José — 172.
 Aragão, Renato de — 123, 141.
 Aragão, Virgílio — 265.
 Aranha, Augusto de Carvalho — 27.
 Aranha, E. Marinho — 40.
 Aranha, (José Pereira) Graça — 21, 282.
 Arão (de Oliveira Campos), Manuel — 24, 25, 32, 38, 44, 68, 85, 106,
 147, 158, 208, 241, 245, 271, 296.
 Araújo, Adauto Bezerra de — 180.
 Araújo, Amaro de — 207.
 Araújo, A. Mora y — 164.
 Araújo, Ascendino Bezerra de — 197.
 Araújo, Carlos (José de Barros) — 204.
 Araújo, Cícero — 226.
 Araújo, Comendador Pereira de — 118.
 Araújo, Edgar Altino de — 49, 97, 245.
 Araújo Filho, Francisco Pedro de — 22.
 Araújo Filho, (Joaquim de) — 40, 76, 108, 133, 136, 147, 152, 155, 158,
 159, 164, 240, 298, 319, 388.
 Araújo, Guilherme (Barreto) de — 25, 101, 135, 224, 225, 226, 245, 250.
 Araújo, Itamar — 430.
 Araújo, Jamesson José de — 308, 409.
 Araújo, J. C. — 199.
 Araújo, José Roberto de — 430.
 Araújo, Leôncio Gomes de — 377, 378, 380.
 Araújo, Luís Gonzaga de Almeida — 79, 90.
 Araújo, Mário Jácome de — 301.
 Araújo, Nibelung de — 319.
 Araújo, Odilon Vidal de — 164, 245, 249, 332.
 Araújo, Olavo Barros de — 201.
 Araújo, Rodolfo de Albuquerque — 36, 49, 256.
 Araújo, Rubens Pereira de — 300, 321.
 Araújo, Telga (Gomes) de — 406.
 Arcoverde, Antônio Napoleão — 121, 374.
 Argonel, Oscar — 46.
 Armada, Simão d' — 21.
 Aroldo, Jaime — 68.
 Aroucha, Manuel — 204.
 Arôxa, Argemiro — 18, 22, 25, 26, 34, 51, 119.
 Arôxa, Tomé Alves — 132.
 Arrais, Monte — 377.
 Arruda Paula), Francisco Julião (de — 190, 323, 359, 364.
 Asfora, Permínio — 198, 351, 391, 403.
 Assis, Álvaro de — 180.
 Assis, Ariosto de — 353.
 Assis Brasil, (Joaquim Francisco de) — 230, 279, 284, 325, 327.
 Assis (Lopes) Araújo, (Francisco de) — 430.
 Assunção, Apulcro (Higino Rodrigues) de — 104, 107.
 Assunção, (Francisco) Pereira de — 172, 246, 263.
 Ataíde, Felix (Augusto de) — 200, 408, 422.
 Ataíde (Alceu Amoroso Lima), Tristão de — 335, 342.
 Attólico, Bernardo — 166.
 Augusto, Hélio — 308, 388.

- Auler, Guilherme (Martinez) — 196.
Aureliano (da Silva), Rodolfo — 179.
Aurélio, J. — 52.
Avelar, Amaro — 118.
Avelar, Luciano — 374.
Avelar, Romeu — 52, 53.
Avelino, Georgino — 75.
Avelino, Pedro — 47, 75, 76.
Ávila, Nelson — 224, 227, 326.
Azêdo, Carlos — 233.
Azêdo, Raul (de Almeida) — 31, 88, 92, 100, 102, 108, 110, 111, 152, 231, 232, 234, 274, 278, 282, 329.
Azevedo (Tenente), Antônio Ferreira da Costa — 243.
- Backheuser, Everardo — 341.
Bahia (da Cunha), Artur (Augusto) — 44, 111.
Baima, Celso — 158.
Baleeiro, Aliomar (de Andrade) — 394.
Baltar, Antônio Bezerra — 199.
Bandeira, Armando — 224.
Bandeira, Aurélio — 270.
Bandeira (Costa), José — 197, 412.
Bandeira (de Melo), Francisco — 394, 408.
Bandeira (de Melo), Herculano — 31, 44, 61.
Bandeira (de Melo), Joaquim — 243.
Bandeira (Filho), Manuel (Carneiro de Sousa) — 159, 187, 197, 200, 291, 301, 388.
Bandeira Filho, Raul — 237, 240, 252, 253.
Bandeira (o pintor), Manuel (Alves) — 163, 289, 292, 293, 296, 298, 318, 320.
Bandeira, Teonas Guilherme — 265, 409.
Barata, Major Magalhães — 342.
Barbosa, Artur Alves — 122, 274, 281, 296, 303, 305, 307.
Barbosa, Augusta Emília L. Alves — 305.
Barbosa, Cândido O. — 187.
Barbosa (da Silva), Cícero — 273.
Barbosa (da Silva), Vicente — 356, 364.
Barbosa, Eulino — 198.
Barbosa Filho — 420, 422.
Barbosa, Júlio (Ferreira) — 205, 308, 417.
Barbosa, Manuel — 189, 378.
Barbosa, Milcíades Alcântara — 238, 241, 242.
Barbosa, Orris (Fernandes) — 282.
Barbosa, Ruy — 93.
Barbosa, Severino — 391, 414.
Barbosa, Ubiraci Silva — 205, 361, 362, 365.
Barbosa, Vitorino — 100.
Barcelos, José (Cândido Leal) — 266.
Barjona, J. — 76.
Barreto, Adauto — 430.
Barreto, Amaro — 70.
Barreto, Antônio (Golçalves) — 286, 322, 377, 395.
Barreto, Capitão Melquíades Pais — 233.

- Barreto (de Meneses), João — 41, 59, 62, 77, 81, 89, 111, 112, 131, 141, 153, 159, 226, 233, 242, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 272, 278, 280, 282, 286, 288, 289, 316, 318.
- Barreto (de Meneses), Píndaro — 263, 274.
- Barreto, Enilson de Sá — 429.
- Barreto, Eugênio — 244, 245, 246.
- Barreto, Francisco — 202.
- Barreto, General Emídio Dantas — 61, 62, 63, 66, 68, 69, 71, 78, 80, 82, 84, 85, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 101, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 137, 139, 140, 141, 210, 280, 282, 362.
- Barreto, José Diniz — 52.
- Barreto, L. — 133.
- Barreto, M. — 94.
- Barreto, Padre Felix (Pimentel) — 232.
- Barreto, Paulo — 205, 391, 404, 418, 422.
- Barreto, Quintino Pais — 142.
- Barreto, Raimundo Pais — 127, 348.
- Barreto, Ranilson de Sá — 374, 428, 429.
- Barreto Sobrinho — 96.
- Barroca, Fernando — 45, 46.
- Barros, Andrônico — 356.
- Barros, Antônio Luís Lins de — 430.
- Barros, Artur Leal de — 84, 90, 92, 109.
- Barros, Eduardo de — 70.
- Barros, Esmeraldina Soares de — 205.
- Barros, Eudes — 180, 285, 297, 316, 318.
- Barros, Fábio da Silveira — 108, 256.
- Barros, Iomar de — 348, 351.
- Barros, (João) Ribeiro de — 163, 271.
- Barros, Jorge Gonzaga de Oliveira — 251.
- Barros Lima, Antônio (Tavares) de — 287, 318, 319.
- Barros Lima, José de — 21, 92, 166.
- Barros, Luis de — 230, 251, 295, 300, 318.
- Barros, (Manuel de) Sousa — 184, 389.
- Barros, (Manuel) Gouveia de — 88, 150, 285.
- Barros, Paulino (Pinto) de — 243, 263.
- Barros, Richomer — 345.
- Barros, Severo de — 34, 93.
- Barroso (**João do Norte**), Gustavo Dodt — 147, 155, 157, 342, 374, 377.
- Barroso, Juvino — 41.
- Bartolomeu (da Costa), Floro — 88.
- Bartolomeu, José — 313.
- Bastide, Roger — 197.
- Bastos, Bartolomeu — 305.
- Bastos, Leão M. Tavares — 181.
- Bastos, Wellington — 420.
- Batista (da Silva), Manuel — 186.
- Batista, Mário — 297.
- Batista, Padre Cícero Romão — 162.
- Batista, Pedro — 47.
- Batista, Taurino — 122, 123.
- Beires, Sarmento de — 187.
- Beleza, Newton — 181.
- Belmiro, Lúcio — 94.

- Belo, José Maria (de Albuquerque) — 99, 121, 147, 155, 180.
 Belo, Júlio (Celso de Albuquerque) — 97, 101, 155, 160.
 Belo, Múcio Scévola — 101.
 Beltrão (de Andrade Lima), Luís — 323, 382, 386, 390, 394, 403, 405, 407, 408, 419.
 Bemvindo, Rubem — 292.
 Bergamini, Adolfo — 282.
 Bergson, Henrique — 320.
 Bernardes, Artur (da Silva) — 152, 158, 216, 220, 227, 232, 236, 263, 278, 279, 313.
 Bevilaqua, Amélia de Freitas — 164.
 Bevilaqua, Clóvis — 164.
 Bezerra, Austricínio — 220, 221, 224.
 Bezerra (da Cunha), Manuel — 197, 348.
 Bezerra, Epifânio J. — 241.
 Bezerra, Gregório Lourenço — 356.
 Bezerra, Júlio Agostinho — 15, 45, 88, 123, 128, 147.
 Bezerra, Otávio — 190.
 Bezerra, Rui Xavier — 205.
 Bilac, Olavo (Braz Martins dos Guimarães) — 281.
 Bitu, Waldir — 407.
 Bivar, Costa — 325, 326.
 Blas, Gil — 145.
 Bopp, Raul — 155, 164.
 Borba, Ernani — 200.
 Borba Filho, Hermilo — 305, 388, 403, 406.
 Borba Filho, José — 97, 132, 292.
 Borba, Hibernon — 251, 331.
 Borba, Inácio — 138.
 Borba, José César (de Andrade) — 130, 298, 303, 321.
 Borba, (José) Osório (de Moraes) — 123, 126, 133, 135, 212, 217, 219, 228, 242, 275, 280, 282, 307, 320, 413, 423, 428.
 Borba Júnior, Virgílio Delgado — 265.
 Borba, Lauro (de Andrade) — 184, 280.
 Borba, Leonel (de Moraes) — 226.
 Borba, Manuel Antônio Pereira — 96, 114, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 137, 139, 140, 147, 152, 153, 161, 162, 212, 226, 234, 257, 259, 284.
 Borba, Miguel Xavier — 349.
 Borba, Osmundo (de Moraes) — 221, 242, 339.
 Bordeaux, Armando — 215, 217.
 Bordeaux, Henry — 99.
 Borges, Antônio Bernardo Ferreira — 28.
 Borges, Jason — 395, 408.
 Borges, José Carlos Cavalcanti — 380.
 Borges, (José) Pereira — 292.
 Borges Júnior, J. M. — 140.
 Borla, Ferdinando — 88.
 Bossi, Emílio — 149.
 Botelho, General Leônidas de Lima — 234.
 Botelho, Oto — 271.
 Braga, Ernani — 292, 321.
 Braga, João — 100.
 Braga, Pedro Carvalho — 353.
 Braga, Rubem — 187, 199, 345, 346, 347, 412.

- Braga, Teófilo — 58.
 Braga, Valdir Santos — 430.
 Bragança, Luís de Orleans — 95.
 Branco, Elpídio (de Noronha) — 225, 226, 251, 253, 255, 256, 258.
 Brandão, Abner da Silva — 353.
 Brandão (da Rocha), Oscar — 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 66, 77,
 78, 80, 137, 138, 181, 229, 255, 256, 257, 258, 259, 272.
 Brandão, Gil — 382, 402.
 Brandão, Pedro — 300, 311, 312, 313.
 Brandão (Rêgo), Otávio — 209, 353.
 Brandão, Vasconcelos — 75.
 Brasil, Agrício (Gonçalves da Silva) — 354.
 Brasil, Josué — 122.
 Brasil, Tertuliano — 265.
 Braz (Pereira Gomes), Venceslau — 53, 116.
 Braz, Zoroastro — 349.
 Brazelim, Eustáquio — 233.
 Breckenfeld (Vieira da Silva), Cristóvão — 172.
 Brenand, Jorge — 205, 416.
 Breves, Iolanda Jordão — 374.
 Brill, Marte — 197.
 Brito, Alfredo — 313.
 Brito, Felizardo Toscano de — 228.
 Brito, Floriano de — 83.
 Brito, (João) Ribeiro de — 68, 71, 81, 83, 84, 85, 87.
 Brito, José de — 208, 209.
 Brito, (José Luís de) Medeiros — 321.
 Broca, Brito — 181.
 Brown, J. L. — 191.
 Brownrigg, Douglas — 197.
 Bruno, Haroldo — 199.
 Bugarin, Bento José — 392, 394.
 Burgos, Ozias — 383, 404.
 Burlamaqui, Fernando — 121, 297.
 Burlamaqui, José — 336.
 Byrnes, James F. — 414.
 Byron, lord Jorge Gordon — 160.
- Cabanas, Madame B. de — 90.
 Cabanas, Tenente João — 271.
 Cabral, Carlos — 76.
 Cabral de Melo, Evaldo — 388, 408.
 Cabral de Melo Filho, João — 261.
 Cabral de Melo, Luís (Antônio) — 242.
 Cabral de Melo Neto, João — 408.
 Cabral, Joaquim da Silva — 335.
 Cabral, Lourival da Mota — 347.
 Cabral, Padre José Batista — 77, 108, 110, 278, 394, 397, 402.
 Cabral, Pedro Álvares — 188.
 Cabral, Sacadura — 153, 172.
 Café Filho, João (Fernandes Campos) — 220, 222, 224.
 Cahu, Pedro (H. de Melo) — 179.
 Calado, Padre Públio — 309, 391, 429.

- Calazans, João — 198.
Caldas, Alfredo Aurélio F. — 265.
Caldas Filho, Tomaz Lins — 79.
Caldas, Osiris — 204, 297.
Caldas (Santos), Teresinha — 204.
Calheiros, Agrício Salgado — 172, 180, 295.
Calheiros, Vladimir Maia (Gomes) — 367, 422, 433, 434.
Calmon (Muniz de Bittencourt), Pedro — 187.
Câmara, Arcebispo Jaime — 195.
Câmara, Baltazar (José Estêvão Dornelas) da — 292, 388.
Câmara, Belisário — 150.
Câmara, Jaime Adour da — 289.
Câmara, José Arruda — 430.
Câmara, Padre Alfredo de Arruda — 289, 299, 321.
Câmara, Reinaldo Dornelas — 394, 405, 408.
Camargo, Adalberto — 120, 140, 214.
Camargo, Joraci — 197.
Caminha, Isaias — 424.
Caminha, J. — 214.
Campelo, Cleto — 224, 280.
Campelo (da Silva), Jorge — 204, 295, 320.
Campelo (de Barros Melo), Alberto — 205, 379, 416, 430.
Campelo, Eunício José — 205, 419.
Campelo, (Francisco) Barreto (Rodrigues) — 77, 81, 84, 86, 149.
Campelo, José (Carneiro Rodrigues) — 27, 49, 50, 52, 133, 135, 283
285, 315, 316, 319, 321, 327, 375, 377, 380.
Campelo Júnior, (Manuel) Neto (Carneiro) — 305, 307, 308, 385.
Campelo, (Manuel) Neto (Carneiro) — 25, 38, 44, 88, 263.
Campelo, (Manuel) Turiano (dos Reis) — 19, 20, 27, 31, 32, 34, 87,
101, 134.
Campelo, Olga Pimentel — 204.
Campelo, Samuel (Rodrigues Carneiro) — 56, 166, 168, 184, 236, 237,
238, 242, 270, 319.
Campos, Aldenor — 353.
Campos, Alfredo — 103.
Campos, Cleómenes — 180, 190, 296.
Campos, J. — 249.
Campos, Jaime — 204, 357, 430.
Campos, José Umberto de Mesquita — 409.
Campos, Mário Pinto de — 426.
Campos, Paulo Mendes — 199.
Campos, Sabino (Barbosa) de — 166, 320.
Campos, Umberto de — 265, 266.
Canavieiras, Padre Tenório de — 292.
Cândido (Carneiro da Silva), Manuel — 69, 210, 222, 234.
Caneca, Alcides — 259.
Caneca, Frei Joaquim do Amor Divino — 22, 160, 303.
Capistrano (da Costa), David — 353.
Capistrano, Martins — 340.
Caraciolo, Edilásio — 246.
Cardim, Antônio Gamboa — 265.
Cardim, Neusa — 368.
Cardim, Severino Gamboa — 220, 224.
Cardoso), General Joaquim Inácio (Batista) — 125, 126, 127, 129.
Cardoso, João Barreto — 265.

- Cardoso, Joaquim (Moreira) — 190, 319, 412, 419.
Cardoso, (José Maria) Moreira — 27.
Cardoso Júnior, Pedro Lopes — 122.
Cardoso, Lúcio — 187, 197.
Cardoso, Valdu — 356.
Cardoso, Vicente Licínio — 277.
Carlos, J. — 280.
Carmo, Alfredo do — 30, 35, 53, 95, 97, 108, 123.
Carneiro, Conde Ernesto Pereira — 189.
Carneiro da Cunha, Antônio Clementino — 69.
Carneiro da Cunha, Francisco Solano — 62, 63.
Carneiro da Cunha Filho, José Mariano — 196.
Carneiro da Cunha, José Henrique — 152, 154, 216, 234.
Carneiro da Cunha, José Mariano — 23, 35, 38, 56, 76.
Carneiro (da Cunha), (Manuel) Umberto — 87, 104, 107, 108, 132, 133, 160, 184, 239, 244, 245, 263, 292, 295.
Carneiro da Cunha, Olegário Mariano — 151, 164, 280, 282, 296.
Carneiro da Cunha, Oscar Berardo — 291, 293.
Carneiro da Cunha, Renato — 291, 300, 316, 343.
Carneiro da Cunha, Rômulo — 211.
Carneiro (da Silva), Oscar (Napoleão) — 250, 301, 304.
Carneiro, Daniel — 145, 165.
Carneiro, Edison — 352.
Carneiro Filho, José — 97, 99.
Carneiro, J. Gonçalves — 240.
Carpeaux, Otto Maria — 394.
Carrão, Amelinha — 212, 214.
Carrazoni, André — 292.
Cartas, João das — 238.
Cartini, Maria de Jesus — 197.
Carvalho, Alfredo (Álvares) de — 11, 18, 23, 25, 49, 55, 85, 95, 101, 103, 105, 106, 107, 296.
Carvalho, Antônio Barros de — 430, 433.
Carvalho, Antônio Bezerra de — 418.
Carvalho, Astrogildo Calipso de — 237.
Carvalho, Cavalcanti de — 319.
Carvalho, Djalma — 394.
Carvalho, Horácio B. de — 142, 213, 215, 375.
Carvalho, J. Antero de — 394.
Carvalho, João Rubim de — 82.
Carvalho, (Joaquim Cândido da) Silveira — 26.
Carvalho, Joaquim (Monteiro de Sousa) — 135, 226, 251.
Carvalho, José Cisneiros de — 205.
Carvalho, (José) Rodrigues de — 179.
Carvalho, Júlio Jesum de — 307.
Carvalho, Lauro Teles de — 205.
Carvalho, Manuel Teles de — 205.
Carvalho Neto, Paulo de — 197.
Carvalho, Nicanor de — 375.
Carvalho, Padre Aluísio Mosca de — 200, 203.
Carvalho, Ribeiro de — 218.
Carvalho, Sócrates Times de — 342, 406, 412, 413, 416, 419, 422.
Carvalho, Tomaz de — 81.
Carvalho, Viana de — 67, 85.
Carvalho, Zacarias de Sá — 368.

- Cascudo, Luiz da Câmara — 161, 187, 193, 197, 202, 280, 292, 297, 342, 374, 380, 382, 388.
- Caseli, Cândido — 356, 358.
- Castelar, Aloisio — 407.
- Castelo Branco, Camilo — 82.
- Castelo Branco, Dercilos — 180, 265.
- Castro, Alfredo de (Miranda) — 21.
- Castro, Aprígio de Miranda — 36, 90.
- Castro, Austregésilo de — 206.
- Castro, Eduardo de Lima — 97, 152, 153, 154, 216, 234.
- Castro, Israel (Lima) de (Oliveira) — 200, 204, 333.
- Castro, Josué de — 184, 187, 316, 319, 348.
- Castro, Juvenilha de — 133.
- Castro, Lúcia de — 140.
- Cavalcanti, Adalberto de Lira — 190, 237, 241.
- Cavalcanti, Adalgisa (Rodrigues) — 358.
- Cavalcanti, Alarico Bezerra — 354, 414.
- Cavalcanti, Amaro **Pê** (Pereira) — 262, 264.
- Cavalcanti, Antônio Galvão — 409.
- Cavalcanti, Artur de Siqueira — 276.
- Cavalcanti, Caio de Lima — 276, 278, 279, 281, 283, 288, 316.
- Cavalcanti, Carlos — 362, 394.
- Cavalcanti, Carlos de Lima — 104, 107, 187, 195, 196, 230, 257, 275, 278, 282, 287, 288, 291, 293, 298, 299, 307, 316, 317, 327, 335, 339, 343, 385.
- Cavalcanti, Carmencita Ramos — 253.
- Cavalcanti & Cia., Lima — 275, 276, 315.
- Cavalcanti (de Albuquerque), Otávio — 388, 391, 395.
- Cavalcanti, Djalma L. P. — 205.
- Cavalcanti, dom Jerônimo de Sá — 394.
- Cavalcanti, Emídio — 265.
- Cavalcanti, (Emiliano) Di — 280.
- Cavalcanti, Eurico de Siqueira — 261.
- Cavalcanti, Fernando de Lima — 276, 281.
- Cavalcanti, Frederico — 104.
- Cavalcanti, Gabriel (de Oliveira) — 381.
- Cavalcanti, General Newton — 195.
- Cavalcanti, Geraldo — 205, 310.
- Cavalcanti, Henrique de Barros — 388, 395.
- Cavalcanti, J. F. Brandão — 191, 289.
- Cavalcanti, João — 430.
- Cavalcanti, João Francisco Coelho — 27.
- Cavalcanti), José Euclides (Bezerra — 148, 181.
- Cavalcanti, José Otávio — 389.
- Cavalcanti, Manuel — 259.
- Cavalcanti, Manuel Gouveia — 140.
- Cavalcanti, M. Paulino — 92.
- Cavalcanti, Múcio Oscar Uchoa — 204, 308, 429.
- Cavalcanti, Nabor Bezerra — 261.
- Cavalcanti, Orlando Rocha — 264.
- Cavalcanti, Osvaldo — 158.
- Cavalcanti, Paulo (Figueiredo) — 358, 360, 364, 366, 368, 369, 370, 371, 429.
- Cavalcanti, Romildo (Sócrates Padilha) — 414, 415, 422.
- Cavalcanti, Povina — 151.

- Cavalcanti, Rui de Lima — 276, 291.
 Cavalcanti, Sebastião — 64.
 Cavalcanti, Valdemar — 196.
 Cavalcanti, Vanildo Campos Bezerra — 382, 391, 403.
 Cearense, Catulo da Paixão — 160.
 Cedro, Luís — 135, 278, 282.
 Celeste, Dulce — 133.
 Celini, Antônio Benvenuto — 44.
 Celso (da Silva), Edmundo — 364.
 Celso (da Silva), Hercílio — 204, 259, 297, 335, 390.
 Celso (de Assis Figueiredo Júnior), conde de Afonso — 155, 157.
 Celso (Uchoa Cavalcanti), Pedro — 282.
 Cerqueira, (Antônio Apolinário), Tenório de — 305, 391.
 Cerqueira, Mair — 233.
 Cerquinho, Isaac (Alfredo Vaz) — 40, 42.
 Cerquinho, Júlio Galvão — 149.
 César (de Meneses Lima), Durval — 235, 271.
 César, Getúlio (de Albuquerque) — 297, 388, 413.
 César, Josias A. — 286.
Céu, Maria do — 241.
 Chacon, Augusto — 72.
 Chacon (de Albuquerque Nascimento), (Maria) Dulce — 196, 200, 204, 390.
 Chacon, Francisco — 65.
 Chacon, Trajano (Carneiro de Holanda) — 30, 44, 49, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 83, 86, 362.
 Chagas, Heloisa — 155, 158, 159, 164, 237, 240, 245, 318.
 Chagas, Paulo Pinheiro — 121.
 Chambelland, Carlos — 280, 281.
 Chantala, Júlio — 296.
 Chateaubriand (Bandeira de Melo), (Francisco de) Assis — 97, 98, 101, 102, 103, 112, 113, 228, 287, 289, 373, 383, 386, 403.
 Chateaubriand (Bandeira de Melo), Osvaldo — 100, 104, 107, 108, 113.
 Chateaubriand, (Visconde Francisco Renato de) — 58.
 Chaves, Clovis — 342.
 Chaves, Eurico de Castro — 97, 281.
 Chaves, Moisés Florivaldo — 97, 215.
 Churchill, Winston — 414.
 Cibela, Ângelo — 272.
 Ciccotti, Francisco — 318.
 Cintra, Cupertino Coelho — 23.
 Cintra, (Francisco de) Assis — 240.
 Cisneiros, Luís (Fernandes de Alemão) — 348, 417.
 Cisneiros, Lurdes — 416.
 Cisneiros, Manuel de Alemão — 53, 62.
 Clara, Maria — 423.
 Clementino, José — 141.
 Cleómenes Filho — 27.
 Codeceira, Frederico (Augusto) — 54.
 Coelho, Artur — 282, 297.
 Coelho, dom Carlos — 429.
 Coelho Filho, Heronides — 295.
 Coelho, Gibrardo de Moura — 266, 409.
 Coelho, José Simões — 89, 110, 152, 155, 236.
 Coelho Neto, (Henrique) — 157.

- Coelho, Ricardo — 351.
Coelho, Saldanha — 200.
Coimbra (Carneiro Campos), Luís — 301.
Coimbra, Estácio de Albuquerque — 60, 79, 88, 97, 100, 101, 102, 103, 112, 161, 162, 225, 228, 229, 244, 263, 264, 265, 283, 285, 287, 315.
Coimbra Júnior, Eugênio — 123, 295, 305, 318, 321.
Coimbra Lobo, Manuel — 38.
Colares, Alberto — 211, 213, 217.
Condé Filho, João — 196.
Condé, José (Ferreira) — 199, 301, 322, 413.
Constantino (da Silva), Arnaldo — 233.
Conte, Alberto — 187.
Corção, Gustavo — 204, 406.
Cordeiro, Antiógenes — 181, 327, 378.
Cordeiro, Cristiano (Coutinho) — 224, 270, 274, 275, 279, 283.
Cordeiro, Marcelo — 345.
Corinto, Paulo de — 206.
Correia, Altir A. M. — 204.
Correia (Barão de Contendas), Antônio Epaminondas de Barros — 37.
Correia (Bayma Filho), (Manuel) Viriato — 164, 223, 405.
Correia de Araújo, Adauto — 285.
Correia de Araújo, João Aureliano — 292, 391.
Correia (de Oliveira Andrade), Fábio — 381.
Correia de Oliveira, João — 53.
Correia de Oliveira, João Alfredo — 111.
Correia de Oliveira, Plínio — 336.
Correia de Oliveira, Rafael — 60, 160, 161, 172, 296.
Correia, (José) Barbosa — 52, 76, 78.
Correia Josué, Antônio — 208, 209, 211.
Correia Josué, Sindulfo — 209, 349, 356, 357, 358, 359, 361, 362, 370.
Correia Júnior — 335.
Correia Lima, Antônio — 297.
Correia, Ventura — 18, 38.
Costa, Afonso (Gonçalves Ferreira da) — 164, 166, 184.
Costa, André Pereira da — 52.
Costa (Austriclínio Ferreira Quirino), **Austro** — 96, 121, 127, 129, 130, 139, 143, 147, 150, 158, 164, 168, 169, 184, 187, 190, 191, 193, 237, 240, 241, 244, 292, 297, 298, 305, 316, 319, 378, 418.
Costa, Benedito — 45.
Costa, Carlos Augusto Pereira da — 292.
Costa, Conrado da — 100, 118.
Costa, Dr. João — 106, 214.
Costa e Silva, (Antônio Francisco da) — 83.
Costa, Fernandes da — 184, 311.
Costa Filho, Odilo — 184, 196.
Costa, Francisco Augusto Pereira da — 155, 163, 292.
Costa, J. — 126.
Costa, J. Martins — 353.
Costa, João — 380.
Costa, Jónatas — 75.
Costa, Jorge — 418.
Costa) Júnior, Leovigildo (Samuel da Silva — 122, 123, 261.
Costa Júnior, Manuel José da — 97, 115.
Costa, Juvenal — 371.
Costa Lima, João Alfredo (Gonçalves da — 245.

- Costa Neto, Coronel Luís Carlos da — 226.
Costa Praxedes Brederodes da — 206.
Costa Rêgo Júnior, (José Maria da) — 54, 76, 256.
Costa Rêgo, (Pedro) — 164, 178, 195, 196, 282, 299, 326.
Costa, Salatiel (Esberard de Siqueira) — 118, 166.
Costa, Ulisses (Gerson Alves da) — 33, 57, 58, 59, 60, 61.
Costa, Valdemar — 121, 252.
Costallat, Benjamin (Delgado de Carvalho) — 223, 280.
Cot, Pierre — 196.
Coutinho, Alcedo — 350, 425.
Coutinho, Alfredo de Morais — 147.
Coutinho, Álvaro — 104.
Coutinho, Evaldo Bezerra — 171, 319.
Coutinho, Gago — 153, 272.
Coutinho, J. B. — 244.
Coutinho, Nelson — 329.
Coutinho, Otaviano — 46,
Couto, Bacelar — 353.
Couto, Rui Ribeiro — 159, 166.
Cozzi, Oduvaldo — 197.
Crasso, Linício — 40.
Craсто, José Barradas de — 309.
Craсто, Manuel Maria (Correia) de — 197, 311.
Craveiro (da Costa) Leite, (Alfredo) — 323, 338, 389, 406, 415.
Craveiro (Leite), Paulo Fernando — 406, 420, 422.
Cravo, Sílvio — 81, 85, 86, 224.
Cristo, Joaquim — 29.
Croce, Benedetto — 200, 320.
Cross, Vitória — 134.
Cruls, Gastão — 278, 282, 292.
Cunha, Aldarico da — 300.
Cunha, Altamiro — 259, 301, 304, 319, 321, 344, 416, 422.
Cunha, Antônio Persivo — 292, 403.
Cunha, Armando — 147, 221, 408.
Cunha, Connie Braz da — 166.
Cunha, Francisco Azevedo de Amorim — 205.
Cunha, General Flôres da — 295.
Cunha, Ipemeri (José Martins da) — 430, 433.
Cunha, José Mário da — 261.
Cunha, Otávio — 40, 54, 56.
Cunha, Ovídio — 190, 335.
Cunha, Quintiliano — 341.
Cunha, Ricardo — 200.
Curvelo Júnior — 326.
- Damasceno, João — 21.
Dantas, Duarte — 123.
Dantas, Orlando (Ribeiro) — 64.
Dantas, R. — 76.
Daufresne & Cia., Marcel — 35.
Dé Carli, Gileno — 181, 292.
Delamare (Nogueira da Gama) Alcibiádes — 375.

- Delgado, Luiz (Maria de Sousa) — 160, 163, 164, 169, 190, 193, 195, 196, 197, 198, 201, 203, 240, 243, 244, 245, 246, 249, 263, 292, 295, 298, 299, 319, 412.
- Delouche (Bedel), (Maria de Lourdes) Ângela — 307.
- Dempsey, Jack — 191.
- Dias, Agostinho — 348.
- Dias, Antônio — 41, 271, 272.
- Dias, Antônio Machado — 130.
- Dias, Arlindo Moreira — 122, 270.
- Dias, Aureliano — 274.
- Dias, Carlos Malheiros — 136.
- Dias da Silva, José Carlos — 333, 335, 375.
- Dias da Silva, José Maria — 366, 412, 417, 418, 419, 420, 422.
- Dias da Silva, Paulo Fernando — 228, 230.
- Dias da Silva Sobrinho, Tomé (Izidoro) — 335.
- Dias, Devaldo Borges Alheiros — 180.
- Dias, Domingos — 104.
- Dias, Francisco Moreira — 19.
- Didier, Antônio — 83.
- Diniz Barreto, Raimundo — 141.
- Diniz, Gastão — 54.
- Diniz, Lizá — 90.
- Diniz, Padre Jaime — 205, 419.
- Diógenes (da Silva Melo), Nestor — 133.
- Dione, irmãs — 296.
- Dolores, Dulce — 111.
- Domingues, Alfeu — 104, 147.
- Domingues, Aurélio — 45, 282, 318.
- Domingues, Otávio — 178, 187.
- Dostoiewsky, Fedor Mikhailovitch — 22.
- Dourado (Ferreira), Gabriel — 263.
- Douro, Carlos — 147.
- Dowsley, Maria Antonieta de Freitas — 258.
- Drumond Filho, Gaspar de Meneses Vasconcelos de — 271.
- Drumond, Gaspar de Meneses Vasconcelos de — 35.
- Duarte, Aldemir Angélica de Sousa — 416.
- Duarte, Aurino — 278.
- Duarte, Bandeira — 413.
- Duarte, Bruno — 209.
- Duarte, Carlos José — 356, 360.
- Duarte (da Costa), Arnaldo — 405.
- Duarte (de Sousa), Eurilo — 205, 414, 418, 419.
- Duarte Dias, João — 423.
- Duarte, Diocleciano Dantas — 111, 115, 134, 155, 397.
- Duarte Filho, Alfredo — 135.
- Duarte Filho, João — 295, 296, 329, 330, 394, 404.
- Duarte, Gil — 179, 330, 379.
- Duarte, Gilberto — 381.
- Duarte, José Eustáquio — 200, 271, 297, 320.
- Duarte, Manuel (Gomes) — 15, 19, 21, 25, 30, 32, 40, 41, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56.
- Duarte Neto, Alfredo — 388, 395, 408, 418.
- Duarte, Rui — 303, 330, 377, 381.
- Duclos, Prevost — 40.
- Dumas, Alexandre — 19, 169.

Duhamel, Georges — 396.
 Duque, Adalberto de Sousa — 249.
 Duque, Augusto — 382, 388, 429.
 Dutra, General Eurico Gaspar — 307.

Ehremberg, Ilia — 353.
 Elliot, Berguedof — 123, 295, 318.
 Emanuel, Wladimir — 161.
 Embirassu, Efrem Esdras Eustáquio — 65.
 Emerenciano, (Severino) Jordão — 202, 388, 390.
 Epstein, Israel — 353.
 Escobar Filho, F. — 420.
 Escobar, José — 286.
 Espindola, Otoniel Marinho — 310, 429.
 Estelita, José — 92, 181.
 Eustáquio (da Silva), José — 259, 261.
 Evangelista, João — 347.

Facó, Rui — 353, 369.
 Faelante da Câmara Lima, (Francisco) — 35, 36, 37, 296.
 Faelante (da Câmara Lima), Renato — 64, 65, 66, 124, 125, 127.
 Fagundes, Victor — 52.
 Falcão, Aloísio (Leite) — 429.
 Falcão, Arnulfo — 45.
 Falcão, Jason — 314.
 Falcão, Joaquim de Arruda — 151, 263, 281, 282, 286.
 Falcão, Samuel — 271.
 Faria, Aprígio de — 123.
 Faria, Luiz Pereira de Oliveira — 71, 123, 153.
 Farias, Antônio Muniz de — 348.
 Farias (de Oliveira), Newton — 197, 204, 322, 323, 406, 428, 430.
 Farias, Djalma Montenegro de — 412.
 Farias, Esdras (Leonam Alves de) — 54, 118, 122, 123, 139, 140, 141, 151, 161, 213, 221, 238, 263, 273, 274, 298, 305, 319, 327, 335, 340, 388.
 Farias, General Osvaldo Cordeiro de — 164, 368, 369, 429.
 Farias, Josefa de — 204, 319.
 Farias, Natanael — 143.
 Farias, Oscar Montenegro de — 131.
 Farias, Renato (Ramos de) — 292, 380.
 Farias, Taumaturgo de — 253, 254.
 Farias, Wilson (Vilela de) — 366, 367, 370, 371.
 Fasanaro, Antônio Spinosa — 122, 321.
 Fasanaro, José (ou Giuseppe) — 52, 75, 142, 216, 238, 252.
 Feijó, Hélio — 193, 353.
 Feitosa, Tertuliano do Nascimento — 265.
 Felix — 184, 252.
 Felix, Antônio — 158.
 Felix, Juvenal S. — 255.
 Felix Sobrinho, João — 258, 259.
 Fernandes, Albino Gonçalves — 337, 338.

- Fernandes, Anibal Gonçalves — 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 87, 131, 180, 184, 242, 243, 264, 285, 336, 337, 338, 339, 383, 385.
- Fernandes, Carlos Dias — 51, 58, 62, 64, 106, 108, 123, 146.
- Fernandes de Barros, (José Cândido Carneiro) — 205, 308, 414.
- Fernandes, Edgar Mouri — 331.
- Fernandes, Edson Mouri — 171.
- Fernandes Filho, Fausto — 196.
- Fernandes Filho, Pedro — 218, 235.
- Fernandes, Luís Potiguar — 253, 308.
- Fernandes, Olímpio — 45.
- Fernandes, Padre Antônio — 374.
- Fernando, Gil — 338, 340, 341.
- Fernando, Tenente Luiz — 266, 268.
- Ferraz, Aidano do Couto — 353.
- Ferraz, Alcides — 180.
- Ferraz, José Gomes — 265.
- Ferraz, Paulo Malta — 342.
- Ferreira, Alvaro da Silva — 258.
- Ferreira, Antônio Américo Carneiro — 30
- Ferreira, Antônio Gonçalves — 20, 21, 27.
- Ferreira, Ascenso (Carneiro Gonçalves) — 157, 164, 263, 316, 379.
- Ferreira (de Albuquerque Melo), Osvaldo — 171, 180, 182.
- Ferreira dos Santos, (Luiz) — 255.
- Ferreira Diu — 158.
- Ferreira, Elmo — 348, 351.
- Ferreira, Euclides Ramos — 265, 409.
- Ferreira, Everardo Lopes — 409.
- Ferreira, F. — 297.
- Ferreira, Fernando Pessoa — 394.
- Ferreira, Irineu José — 359, 361, 362.
- Ferreira, Isabel — 412.
- Ferreira, Joca de Lima — 406.
- Ferreira, Júlio — 211, 214.
- Ferreira, Júlio Pires — 16, 103, 147.
- Ferreira Júnior, Antônio Gonçalves — 20, 27, 29, 32, 58.
- Ferreira, Luiz A. de França — 265, 269, 273, 323.
- Ferreira, Marcelo — 423.
- Ferreira, S. Dias — 331.
- Ferrer Júnior — 53.
- Ferrer, Manuel — 63.
- Feval, Paul — 150.
- Figueira, Andrade — 29.
- Figueiredo, Arlindo (José de Melo) — 255, 261, 262, 335.
- Figueiredo, Elpídio de (Abreu e Lima) — 81, 99.
- Figueiredo, Guilherme de — 196.
- Figueiredo, Henrique de — 45, 70.
- Figueiredo, José Bastos de — 265.
- Figueiredo, Lima — 382.
- Figueiredo, Naasson de — 241.
- Figueiroa, Sebastião Correia — 395.
- Filgueira Filho, (Antônio) — 160, 179, 342, 372, 374.
- Filgueira, Salomão (Augusto de Vasconcelos) — 134, 143, 146, 149, 150, 151, 157.
- Filgueiras Júnior, Normando — 297.
- Fioravanti, João — 92.

- Fioravanti (Pires Ferreira), Gervásio — 36, 52, 79, 81, 131.
Fitipaldi, Vicente — 184, 419, 422.
Fiuza, Yêdo — 250, 251.
Fleiuss, Max — 190.
Florêncio, Gil — 214.
Flôres, Morena — 204.
Floresta, Alfredo — 44.
Fonseca, Cleodon — 307, 374.
Fonseca, Euclides — 100.
Fonseca, Gondin da — 28, 282, 404.
Fonseca, Inácio Néri da — 369.
Fonseca, Israel — 164, 183, 187, 191, 193, 196, 197, 198, 204, 381, 382, 402, 403.
Fonseca, João Domingos da — 53, 179, 199, 429.
Fonseca, João Elísio de Castro — 97, 100.
Fonseca, José Rodrigues da — 104.
Fonseca, Manuel Pinto da — 30.
Fonseca, Manuel Rodrigues da — 265, 266, 409.
Fonseca, Marechal Deodoro da — 280.
Fonseca, Marechal Hermes da — 34, 53, 55, 57, 58, 75, 76, 90, 154.
Fonseca, Miguel da — 129.
Fonseca, Múcio Borges da — 202, 204, 430.
Fontenele, Coronel Vilaronga — 308.
Fontes, Hermes (Floro Martins) — 164.
Foster, Harold R. — 422.
Fragoso, Danilo — 408.
Fragoso (de Meneses), Luiz — 180, 187.
Franca, Antônio — 199, 202, 203, 406, 420.
Franca, Rubem — 203.
Franco, Afonso Arinos de Melo — 340.
Franco, João Caminha — 292.
Frank, Glenn — 191.
Franklin, B. — 429.
Freire, Artur Marques — 197.
Freire (da Fonseca), Aníbal — 56.
Freire (de Barros), Antônio (Benigno) — 232, 233, 415.
Freire Filho, (Manuel) Teotônio — 76, 82, 379.
Freire, Godofredo — 190, 191, 289, 292, 330.
Freire, (Manuel) Teotônio — 17, 37, 111.
Freire, Rômulo de Vasconcelos — 205.
Freire, Valfrido — 62, 221.
Freitas, De Cavalcanti — 181.
Freitas (e Sousa), Esmaragdo de — 83, 275, 277, 278, 283.
Freitas, Georgina — 271.
Freitas, Ivo Augusto (de — 251, 292, 318.
Freitas, João Antônio de — 57.
Freitas, (José) Bezerra de — 301.
Freitas, (José) Otávio de — 97, 99, 106, 164, 271, 292.
Freitas, (José) Ramos de — 227.
Freitas Júnior, José Otávio de — 412, 419.
Freitas, Lídia — 348.
Freitas, Madeira de — 374.
Freitas, Newton — 346, 428.
Freitas, (Severino Ramos) Telha de — 204, 310, 390, 422.

- Freyre, Gilberto (de Melo) — 193, 202, 203, 281, 303, 347, 383, 413, 419.
Fucik, Júlio — 425.
Fulco, Fernando Griz — 409.
Fusco, Rosário — 193.
- Gaioso, Armando (Taborda de Sousa) — 236, 256.
Gaioso, José — 90.
Gaioso, Luís — 307, 377.
Galdino, João — 41, 44.
Galhardo, Caetano Quintino — 36, 52, 76, 131, 214, 215, 251, 253.
Galopin, Arnould — 96.
Galvão, Anísio — 149, 150, 151, 155, 157, 159, 162, 164, 180, 241, 243, 245, 271.
Galvão, Antônio Tôrres — 383.
Galvão, Cícero A. de Arroxelas — 335.
Galvão, Francisco — 383.
Galvão, Joel F. Jaime — 292.
Galvão, Maria Emília — 406.
Galvão, Mário (Vilarim de Vasconcelos) — 197.
Galvão, Odon — 149, 158.
Galvão, Olímpio Eusébio de Arroxelas — 24, 25, 110.
Galvão, Sebastião de Vasconcelos — 11, 18, 23, 25, 73, 114, 120, 130, 143, 207, 210.
Galvão, Zeferino Cândido — 108, 148, 155, 157.
Gama, Armando — 252.
Gambarra, Padre — 145.
Gambetta, Leão — 47.
Gantois, Artur — 123.
Garbo, Greta — 294.
Garcês (Caldas Barreto), Martinho — 57, 100.
Garcês (Ferreira), Luís (Gregório) — 391, 430.
Garcia, José Maria de Cerqueira — 388, 391, 408.
Garibaldi, Sadi — 155.
Gerson, Brasil — 346.
Getúlio, Capitão Basilides — 27.
Gibson, Tomé (Joaquim de Barros) — 45, 47, 105, 125.
Giovanini, Eugênio — 200.
Girão, Pedro Pope — 123, 198, 297, 320, 323.
Gleiser, Geni — 348.
Godoi, Justiniano de — 255.
Goebbels, Joseph — 415.
Goering, Hermann — 199.
Gois, Áurea Travassos de Campos — 358.
Gois (Cavalcanti), Antônio de — 253.
Gois (Cavalcanti) Filho, (José de) — 164, 180.
Gois, Lauro Alves de Campos — 351.
Gois, Lúcio Coura — 307.
Gois, Luiz de — 81, 90, 92, 267.
Gomes, (Antônio) Carlos — 185.
Gomes, Brigadeiro Eduardo — 383.
Gomes, Danilo — 322.

- Gomes (da Silva Filho), Rodolfo — 31, 32, 61, 62, 88, 108.
Gomes, Eugênio — 106, 196.
Gomes, Eustáquio Pimentel — 241.
Gomes, Feliciano André — 36.
Gomes, Frederico Lourenço — 352.
Gomes, José Bezerra — 199.
Gomes, Lídio — 96, 118.
Gomes, Luiz — 161.
Gomes, Mário — 118.
Gomes, Moisés Cícero do Rêgo — 285, 286.
Gomes, Pimentel — 181, 204, 378.
Gomes, Renato Silva — 395, 406, 408, 422.
Gonçalves, Bento — 40, 41.
Gonçalves (dos Santos), Stélio — 204, 420, 430.
Gonçalves (Ferreira), Jaques — 307.
Gonçalves Filho, Esmeraldino — 385.
Gonçalves, José F. — 382.
Gonçalves, Sigismundo (Antônio) — 26, 32, 40, 43, 98, 100.
Gondin Filho — 49.
Gondin, Manuel — 274.
Gondin, Umberto (Guedes) — 335.
Gourvitz Sônia F. — 204.
Gouveia, Renato Evaristo da Cruz — 123, 377, 395.
Gouveia, Vicente — 380.
Grabois, Maurício — 353.
Grabower, Eva — 200.
Graça, Arnóbio — 308, 342, 372, 388.
Granja, Camucé — 147, 289.
Greca, Murilo — 289.
Grego, Pedro Alexandre (de Albuquerque) — 143, 214.
Grieco, Agripino — 181, 278, 280, 282, 292, 297, 316, 319, 377.
Griz, Fernando — 23, 32, 62, 90, 92, 111, 133, 158.
Guanabara Filho — 121, 212.
Guanabara, Reginaldo — 69.
Guanabara, Tasso — 253, 254, 255, 258.
Guanabara, J. — 206.
Guedes, Antônio Geraldo (de Azevedo) — 308, 382.
Guedes, Paulo — 278, 380.
Gueiros, Edna Leite — 168, 171, 180, 342.
Gueiros, Esdras — 326.
Gueiros, Jerônimo — 164, 184, 297, 298.
Gueiros, Luís — 430.
Gueiros, Nehemias — 166, 167, 171, 176, 179, 180, 187, 197, 249, 274, 327.
Guerra Filho, Antônio — 333.
Guerra, Flávio (da Mota) — 172, 308, 332, 338, 423.
Guerra, Joaquim Pessoa — 81, 90.
Guerra, Oto — 374.
Guevara, Andrés — 278, 280, 282, 283.
Guimarães, Amadeu — 108, 115.
Guimarães, Antônio (da Silva) — 135, 139, 147.
Guimarães, Eduardo — 326.
Guimarães, Gaspar (Vidal) — 409.
Guimarães, Genaro Lins de Barros — 97, 285.
Guimarães, João — 28, 29.

- Guimarães, (José Antônio) Barreto — 406.
Guimarães Júnior, Luís (Caitano Pereira) — 18.
Guimarães, Manuel Pedro dos — 326.
Guimarães, M. J. Soares — 110, 115, 118, 119, 120, 126.
Guimarães, Racine — 169, 171, 225, 274, 275, 278, 326, 327.
Guimarães, Rômulo — 97.
Guimarães, Sinésio — 163.
Guimarães Sobrinho, José — 158, 419.
Gusmão, Clóvis de — 161.
Guy, Teresa (Margarida de F.) — 204.
- Halley, Foster — 197.
Hang, Joseph — 196.
Harding, Warren — 155.
Hardman, Samuel — 100, 263, 285.
Hartmann, Carl — 197.
Hartman, Nicomedes Spencer — 135, 211.
Heitor, Luís — 340.
Heraldo, Luís — 434.
Hitler, Adolf — 185.
Hofmann, Karl — 353.
Holanda, (Augusto Pessoa) Guerra de — 205, 308, 309, 394, 408, 419.
Holanda Cavalcanti (barão de Suassuna), Henrique Marques de — 185, 206.
Holanda Cavalcanti, Manuel de — 134.
Holanda Cavalcanti Neto, Nestor de — 301.
Holanda Cavalcanti, Pedro de — 266.
Holanda, Clóvis de — 83.
Holanda (Lacerda Cavalcanti), Uriel de — 26, 30.
Holanda, Rafael de — 289.
Hopkins, Thurston — 421.
Hora, Bianor (Germano) da — 405.
Horta Barbosa, General Júlio Caitano — 388, 425.
Hoyt, Palmer — 196.
Hugo, Victor — 96.
- Ibañez, Vicente Blasco — 64.
Índio, José — 374.
Inocêncio, Alfredo — 217.
Inojosa (de Andrade), Joaquim — 153, 155, 157, 158, 168, 169, 170, 237.
Irajá, Ernani de — 280.
Irarrazaval, Alfredo — 164.
Isabel, Princesa — 111.
Ismailovitch, Dmitri — 191.
Itararé (Aparício Aporely), Barão de — 178, 361, 413.
Ivens, José — 351.
Ivo Júnior, Floriano — 205, 417.
Ivo, Lêdo — 199, 416.
- Jacinta, Maria — 301.
Jambo, (José) Alberto (Paranhos) — 368.

Jardim, Luís — 183, 184.
 Jarrisso, Benedito — 51.
 Jasseli, Miguel — 179.
 Jay, Thomas — 66.
 Jobin, Danton — 280.
 Jobin, José — 292.
 Jobin, Renato — 394.
 Jordão de Vasconcelos Filho, Ângelo — 391.
 Jouvin, Clóvis — 198.
 Julião Neto, José — 250.
 Jungman, Augusto — 69.
 Jungman Filho, João — 84.
 Jurandir, Dalcídio — 353, 368, 423.
 Jurema, Abelardo de Araújo — 190, 320, 345.
 Jurema, Aderbal de Araújo — 199, 200, 202, 298, 305, 320, 348, 413, 417.

Kauling, Padre Ludovico — 374.
 Kelner, Salomão — 394.
 Kernaham, S. P. — 197.
 King-Hall, Stephen — 197.
 Kluckholm, Frank L. — 196.
 Kopke, Carlos Burlamaqui — 197.
 Koury, Charles H. — 40.
 Kruze, Alexandre — 172, 181, 197, 205, 248, 249, 391, 395.
 Kubitschec (de Oliveira), Juscelino — 434.

Lacerda, Aguinaldo — 228.
 Lacerda, Carlos (Frederico Wernek) de — 199, 304, 348.
 Lacerda, Mauricio de — 230, 277, 278, 280, 284, 315, 327.
 Lacerda, Vicente — 204.
 Lacrouse, Jeanne — 151.
 Ladévèze, Angéline (Berthe Mithèle Garcia) — 263.
 Laet, Carlos (Maximiniano Pimentel) de — 51, 65, 244.
 Lages, Afrânio — 374.
 Lamartine, Alfredo — 55.
 Lambert, Mário Braga — 265.
 Landin, Padre Euclides Cavalcanti — 148.
 Lapa, Alberto Pinto — 331.
 Lapa, Antônio Pinto — 289, 379.
 Lapa, Artur — 127.
 Lapa, Carlos Pinto — 155.
 Lara, Sálvio — 332.
 Lau, Percy (Alfred) — 185, 186, 321.
 Lauria, (Francisco José) — 184, 193, 343.
 Laurindo, José 30.
 Leal, Agostinho — 64.
 Leal, Aimbiré Kanimura de Lima — 246.
 Leal, Coraci — 251.
 Leal, Cromwell Milton de Lima — 381, 388, 391, 394, 395, 408.
 Leal (Franco Leal), Francisco Floro de Albuquerque — 258 273,
 312, 381.

- Leal, Valença — 197.
Leão, Alberto Carneiro — 104.
Leão, Antônio Carneiro — 62, 63, 64, 97, 121, 241.
Leão, Caio (Magarinos) de Sousa — 197, 322.
Leão, Domingos Magarinos de Sousa — 19, 21.
Leão, Eurico de Sousa — 281.
Leão, João Augusto de Sousa — 77, 81, 82, 86.
Leão, Josias Carneiro — 224, 282, 283, 316.
Leão, Luís Filipe de Sousa — 309, 322.
Leão, Miguel de Sousa — 236.
Leão, Múcio (Carneiro) — 147, 166, 197, 428.
Leça, Ernesto — 311.
Ledo, Gonçalves — 155.
Leiros, Pedro — 394.
Leitão, Antônio (Pinto) — 172, 180, 197, 205.
Leitão, Heli — 180.
Leitão, Ivo — 203.
Leitão, Joaquim — 247.
Leitão, Ponciano — 171.
Leite, Ascendino — 181, 297.
Leite, Barbosa — 200.
Leite, César de Paiva — 391.
Leite, Clodomir Alcoforado — 391, 405.
Leite, Costa — 129.
Leite, Cônego Ambrosino — 250.
Leite (da Silva), Josué — 266.
Leite, Edgar Bezerra — 405, 417, 430, 433.
Leite, Edgar Teixeira — 166, 278.
Leite Filho, Barreto — 286.
Leite Filho, José — 359, 423.
Leite, (João Bartolomeu) Bezerra — 77, 81, 214, 251, 252, 253, 254, 266, 267, 268.
Leite, José de Oliveira — 180, 295.
Leite (Lopes) José —
Leite, Luis dos Santos — 53, 132, 135.
Leite, Luisa Barreto — 394.
Leite, Maria das Graças Santos — 391.
Leite (Nascimento), Adeth — 200, 390.
Leite, Rogaciano — 200, 204, 404, 420.
Leite, Ronildo Maia — 430.
Leite (**Seve-Leite**), Severino Alves do Amaral — 187, 388.
Leite, Valdemir Maia — 308.
Lelis, Arnaldo — 241.
Leme, Gildo — 282, 283.
Leme, Reis — 347.
Lemos, Clélio — 405.
Lemos (Duarte), Laiete (Edgar Poggi de) — 24, 27, 256.
Lemos, Francisco Pereira — 42.
Lemos, Hindenburg T. — 395.
Lemos, João (Poggi de) — 49, 50, 52, 64, 65, 70.
Lemos, Mariano (Barbosa de) — 143, 199, 388.
Lemos, Pedro — 83, 215.
Lemos, Prudenciano (Agostinho Pereira) de — 213, 214, 215.
Leon, Samuel Ponce de — 272.
Leone, Henrique — 209.

- Lessa, Elsie — 433.
Lessa, Jaime — 23.
Lessa Júnior, Joaquim dos Santos — 97, 101, 104.
Lessa, Origenes — 196, 320.
Lewin, Willy (Diniz) — 197, 265, 305, 315, 318, 388, 406.
Libânio, Mário — 318, 321, 379, 395, 403.
Lima, Alexandre José Barbosa Lima — 280, 282, 358.
Lima, Alfredo Pessoa de — 323, 342, 372, 373, 429.
Lima, Aston Pires de — 265.
Lima, Câmara — 82.
Lima, Capitão Rubens de — 189.
Lima, Carlos Alberto Mateus de — 200.
Lima, Claudomira Costa — 201, 394.
Lima, Dilza de Carvalho — 292.
Lima, Diocleciano Pereira — 184.
Lima, Duarte — 378, 380.
Lima, Eufórbio — 221.
Lima Filho, (Antônio de) Andrade — 295, 308, 336, 341, 343, 366,
372, 373, 374, 387, 390, 394, 404, 406, 413, 414, 420.
Lima, Geovani Gomes de — 337.
Lima, Hélio Tavares de — 391.
Lima, Hermes — 348.
Lima, Jonas Ferreira — 394, 416.
Lima, Jorge de — 184, 190, 196, 282.
Lima, José Américo de — 430.
Lima), José Aristides (de Figueiredo — 205, 300, 304, 321.
Lima, José Bezerra de — 348, 385, 406.
Lima, José Emídio de — 310, 324.
Lima Júnior, Felix — 158, 335.
Lima, Laurênio Lins de — 427.
Lima, Manuel — 49.
Lima, (Manuel César) Casado — 33.
Lima, (Manuel de) Oliveira — 125, 150, 281.
Lima, Mário Loureiro de Assunção — 291.
Lima, Mateus de — 196, 319.
Lima, Osório Tenório — 345, 346, 347.
Lima, Otacílio Alves de — 353.
Lima, Queiroz — 263.
Lima, Raimundo Nogueira — 30.
Lima, Raul — 196, 413.
Lima, Sátiro — 297.
Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa — 164, 278, 282, 323, 356,
361, 362, 377, 385, 386, 387, 389, 397, 403, 405, 406, 415.
Lima, Tenente Cavalcanti — 77.
Lima, Tristão de — 316.
Lima, Zeferino — 249.
Lindberg, Charles — 320.
Lindoso, Artur Cristo — 41.
Linhares, Mário — 263.
Lins, Alberto Frederico — 204.
Lins, Álvaro (da Costa) — 261.
Lins, Álvaro (de Barros) — 249, 295, 321, 326, 336.
Lins, Caldas — 245.
Lins, Danilo (Brito de Freitas) — 390, 391, 408.
Lins de Barros, João Alberto — 337.

- Lins, Elpídio Domingos — 380.
Lins e Silva, Arnulfo — 241, 292.
Lins e Silva, Augusto — 159, 397.
Lins, Fausto — 104.
Lins, Fernando de Freitas — 392.
Lins, José Marcionilo — 250.
Lins, Livino da Silveira — 138.
Lins, Meira — 237, 241.
Lins, Pedro Martiniano — 321.
Lins, Reinaldo (Pais Barreto) — 347.
Lins, Samuel — 25, 26, 53.
Lins, Sebastião — 263.
Lins, Severino Nunes — 310, 330.
Lins, Teodoro — 316.
Lira, Artur S. — 70, 71.
Lira (Cavalcanti), Josefa Pereira de — 312, 325.
Lira Filho, Carlos (Benigno Pereira de) — 125, 140, 169.
Lira, Ladjane Bandeira de — 200, 205, 388, 418, 421, 422, 423.
Lira, Manuel — 53, 65, 70.
Lira, Mário — 297.
Lira, Nabor Brito — 265.
Lira, Otávio — 233.
Lira, Roberto — 283.
Lira, Silvino (da Silva) — 205, 308, 323.
Lira, Sinésio — 221.
Lisboa, Oscar — 118, 126.
Litrento, Oliveiros (Lessa) — 203.
Loanda, Fernando Ferreira de — 199.
Lobato, Edgar — 294.
Lobato, (José Bento) Monteiro — 294, 353, 424.
Lobato, (Manuel Tolentino da) Silva — 143, 149, 150, 155, 164, 238, 296,
Lobo, Fernando — 322.
Lobo, Hildebrando de Farias — 204.
Lobo, Jorge — 280.
Lobo, Rodrigo — 70.
Locard — 236.
Locke, Artur — 329.
Lodigiano, Il — 50.
Loiola, Inácio Bento de — 143.
Lombroso, César — 32.
Longman, Miguel — 205.
Lopes, Alcides (Freire) — 198, 205, 410.
Lopes, Antônio — 53.
Lopes, Aristarco Xavier — 125, 131.
Lopes, Arnaldo (Ferreira) — 76, 140, 184.
Lopes, Edezildo Costa — 205.
Lopes, Edgar Bezerra — 205.
Lopes, Eulália Costa — 423.
Lopes, Eunice — 412.
Lopes, Everardo — 412.
Lopes Filho, Antônio — 66.
Lopes Filho, Francisco — 337, 340, 342, 372.
Lopes, General Isidorô Dias — 224, 284.
Lopes, Hélio Polito — 395.
Lopes, Ildefonso (Pessoa de Almeida) — 88, 292.

- Lopes, Iraci Ipirapoan — 180, 342, 374.
 Lopes, João Manuel — 219, 304.
 Lopes (Lima), Edu — 197, 205.
 Lopes, Luís Carlos — 433.
 Lopes, Oscar — 123.
 Lopes (Pereira), Silvino — 150, 157, 159, 164, 172, 194, 248, 249, 250, 291, 292, 295, 299, 301, 303, 304, 307, 309, 319, 384, 388, 389, 405, 406, 412, 413, 417, 418.
 Lopes, Pinto — 416.
 Lopes, Waldemar (Freire) — 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 196, 197, 411.
 Loreto Filho, Sérgio (Teixeira Lins de Barros) — 157, 261, 263, 279, 285.
 Loreto, Sérgio (Teixeira Lins de Barros) — 131, 154, 155, 156, 160, 161, 218, 219, 223, 226, 227, 228, 230, 235, 237, 242, 244, 252, 257, 261, 263, 264, 267, 278, 279, 285.
 Loreto, Sílvio — 203, 204.
 Loti, Pedro (Pierre) — 85.
 Loureiro, Paulo — 356.
 Loureiro, Walter — 205.
 Lourenço, João de — 103, 147.
 Louzon, R. — 208.
 Lubambo, Manuel (da Costa) — 336, 379.
 Lucas, Frei — 397.
 Lucena, Antônio Sampaio de — 409.
 Lucena, Enéas de — 75.
 Lucena, Henrique Pereira de, Barão de — 22, 23, 25, 32, 34, 70, 76.
 Lucena, Hermano — 409.
 Lucena, Sebastião — 383.
 Ludemir, Bernardo — 205, 417.
 Luna, Antônio Vieira de — 408.
 Luna Filho, Manuel Pessoa de — 388.
 Luna, Ivo — 97.
 Luna, Luís Cavalcanti de — 430.
 Luna, Luís (Pessoa de) — 129, 197, 304, 345, 347, 348, 381.
 Luna, Rui de — 155, 158.
 Lundgren, família — 216.
 Lupino, M. — 353.
 Luso, João — 151, 156.
 Luz, Fábio — 209, 297.
 Lytton, lord Bulwer — 55.

 Mações, Adalberto Eugênio — 251, 253.
 Macdowell Filho, Samuel — 199.
 Macedo, Albino Buarque de — 273.
 Macedo, Brito — 241, 273.
 Macedo, Erasmo de — 155.
 Macedo, Joaquim Manuel de — 17.
 Macedo, Mário — 53.
 Macedo, Sílvio de — 412.
 Machado, Cristiano — 417.
 Machado, Elze — 200.
 Machado Filho, Salviano — 221.

- Machado (Freire Pereira da Silva), Osvaldo — 31, 44, 45, 57, 66, 69, 134, 138, 139, 141, 142, 143, 184, 212, 213, 214, 215, 216, 225, 250, 251, 254, 255, 259, 289.
- Machado, General (José Gomes) Pinheiro — 67, 112.
- Machado, Jarbas — 408.
- Machado, João Brasília — 394.
- Machado, José Libânio — 124, 127, 130.
- Machado, Juanita Borel — 295, 406.
- Machado, Otacílio (Severino de Araújo) — 149, 158, 171, 180, 197, 266, 381, 391, 395, 409.
- Machado, Raul — 152, 153, 159, 160, 256.
- Machman, Flora — 199, 201, 391, 402, 405, 416.
- Macieira, Guilherbaldo Marques — 366, 371.
- Maciel, Adalberto do Rêgo — 318.
- Maciel, Antônio do Rêgo — 295.
- Maciel, Antunes — 177.
- Maciel, Aristeu Barbosa — 265.
- Maciel, Artur — 308, 323, 430.
- Maciel, Aurino (Vieira de Araújo) — 282, 301, 303, 329.
- Maciel, Badoglio — 390.
- Maciel Filho, (Joaquim) — 280, 385.
- Maciel, João — 364.
- Maciel, José do Rêgo — 380.
- Maciel, Márcio (Augusto Ribeiro) — 205.
- Magalhães, Agamenon (Sérgio de Godoi) — 101, 133, 135, 186, 250, 282, 299, 300, 321, 339, 364, 365, 375, 376, 377, 379, 381, 383, 384, 385, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 406, 407, 415, 417.
- Magalhães, Ageu — 196, 245, 282, 292, 297, 397.
- Magalhães Júnior, Raimundo — 184, 197, 416, 423.
- Magalhães, Mário — 166, 312.
- Magalhães, Miguel — 29, 30, 33.
- Magalhães, Olímpio de — 158.
- Magalhães, Paulo de — 214.
- Magalhães, Paulo Germano — 382, 383, 395, 408.
- Magalhães, Sérgio de Godoi — 75, 76, 97, 292.
- Magalhães, Sinfrônio — 85, 122.
- Magno, José — 181, 295.
- Maia, Abelardo — 97, 135.
- Maia, Carlos Leite — 294, 299, 301, 303, 332, 374.
- Maia, Emílio de — 166.
- Maia (e Silva), Armando (Pontes) — 273.
- Maia, Heitor — 119, 285.
- Maia, (José) Gonçalves — 66, 70, 88, 90, 93, 94, 96, 99, 102, 105, 114, 134, 211, 239.
- Maia, O. — 282.
- Maia, Tércio Rosado — 246.
- Mairink, José — 342.
- Malheiros, Artur Costa — 418.
- Malta, Otávio — 242.
- Malta Filho (Paulo do Couto Malta), Paulo — 301, 319, 377.
- Mamede, General Jurandir Bizarria — 340.
- Mangabeira, João — 417.
- Manguinho, (João) Gaston — 70, 205, 297, 330.
- Manus, George Mac — 321.

- Maraial, Cirilo — 76.
 Maranhão, Artur — 112.
 Maranhão, Clóvis — 259.
 Maranhão, Constantino de Albuquerque — 309.
 Maranhão Filho, Luís — 353, 367, 368.
 Maranhão, João Augusto — 36.
 Maranhão, Júlio Constantino Carneiro de Albuquerque — 25, 31.
 Maranhão, Luís — 404.
 Maranhão, Luís Gonzaga de Albuquerque — 77, 81.
 Maranhão, (Manuel) Gomes — 249, 337, 338, 339, 341, 348, 390, 403, 406.
 Maranhão, Metódio (Romano de Albuquerque) — 97, 243.
 Maranhão, Milton Malta — 297.
 Maranhão, Osvaldo S. — 292.
 Maranhão, Walmir — 388, 408.
 Maranhão, Zilde de Enock — 204, 389, 419.
 Marciano, Flávio — 257.
 Marconi (de Medeiros Lins), Celso — 368, 408.
 Maria, Antônio — 382, 402.
 Maria, Ilka — 342.
 Marighela, Carlos — 353.
 Marinho, Antônio Albino Pinheiro — 395, 430.
 Marinho, Artur — 151.
 Marinho (da Silva), Cândido — 264, 289.
 Marinho, Esmeraldino — 297.
 Marinho Filho, João — 84.
 Marinho, Gastão da Franca — 97.
 Marinho, J. — 346.
 Marinho, R. — 434.
 Marinho, Rotílio — 221.
 Marinho, Sérgio — 292.
 Marion, Raul — 331, 332.
 Mariz, Juvêncio Carlos — 24, 25, 32, 36, 38, 41, 224.
 Mariz, Sílvio — 309.
 Markman, Manuel — 307.
 Marques, Aluizio — 292.
 Marques, Antônio — 351.
 Marques (Carneiro Leão), Virgínio — 31, 32.
 Marques Júnior, José — 246, 250, 274.
 Marques, Lourenço — 308.
 Marques, Osvaldino — 424.
 Marques, Sarah — 404.
 Marques, Sílvio — 364.
 Marques, Valdeci da Silva — 205, 409.
 Marroquim, Adalberto (Afonso) — 179, 180, 338.
 Marroquim (de Sousa), Esmaragdo — 189, 197, 198, 199, 204, 295, 297, 410, 422.
 Marroquim (de Sousa), Francisco — 180, 295.
 Marroquim (de Sousa), Murilo — 198, 295, 302, 413.
 Marroquim (do Nascimento), Mário (Rômulo) — 236, 238.
 Marshall, General — 191.
 Martins, Antônio — 190.
 Martins, (Antônio) Chaves — 271, 312, 337, 338, 342.
 Martins, (Antônio) Mendes — 21, 27, 54, 61, 90, 108, 109, 111, 118.
 Martins Filho, (Antônio Mendes) — 26, 81, 83, 124, 128, 132, 149.

- Martins, Fortunato Chaves — 312.
Martins, Fran — 388.
Martins, Jorge — 197, 199.
Martins, José — 234.
Martins Júnior, (José Izidoro) — 23, 26, 38, 44, 77, 84.
Martins, Luís — 184.
Martins, Manuel — 64, 65.
Martins, Samuel — 134.
Martins, Wilson — 199.
Mascarenhas, Álvaro de — 44.
Mascarenhas, E. — 187.
Mata, Gasparino (Buarque) da — 308.
Matos, Almir — 368.
Matos, Guilherme — 253.
Matos, Irene Gomes de — 141.
Matos, (José da Cunha) Liberato de — 69.
Matos, Paulo (Gomes de) — 200, 201, 391.
Maul, Carlos — 377.
Maux, Souto & — 329.
Máximo, Fernando — 272.
Medeiros, Abaeté de — 388.
Medeiros, Alfredo de — 179, 184, 321, 415.
Medeiros, Amauri de — 157, 158, 228, 278, 279, 285.
Medeiros, Antônio Inácio do Rêgo — 52, 69.
Medeiros, Bianor (Gadault Fonseca) de — 278.
Medeiros, Coaraci de — 243.
Medeiros, Coriolano de — 190.
Medeiros, General Osvaldo Viriato Passos de — 363.
Medeiros, Godofredo de — 141.
Medeiros, Joaquim F. de — 33, 42, 45.
Medeiros, José — 209.
Medeiros, Landulfo (Borges de) — 118, 122, 123, 197, 205, 295, 318.
Medeiros, Pedro Afonso (de — 75.
Medeiros, Sócrates — 264.
Medeiros, Vicente de — 260.
Medeiros, Virgílio de — 129.
Meira de Oliveira Melo, Ceciliano Célio — 133, 134, 184, 237, 249,
250, 263, 267, 270, 331, 378, 397.
Meira Filho, Albino — 52.
Meira, Mauritônio — 417, 420.
Meireles, Cecília — 196, 283, 419.
Meireles, Silo — 280, 282.
Melo, Alfredo (Bezerra de) — 266, 272, 273.
Melo, Álvaro Nestor de Albuquerque — 161.
Melo, Antônio Vieira de — 405.
Melo, Augusto Cordeiro de — 53.
Melo, Cícero Brasileiro de — 256, 259.
Melo, Clóvis (Carneiro do Rêgo) — 351, 353, 356, 357, 361, 362, 365, 371,
394, 408, 423, 424, 425, 426.
Melo, Coronel Cezário de — 154.
Melo, Coronel (Tenente) Francisco — 67, 68, 70, 86.
Melo, Diniz Perilo de Albuquerque — 281, 378, 380, 383.
Melo, Djalma Tavares da Cunha — 222, 224.
Melo, E. Marcondes de — 201.
Melo, Erasmo Vieira de — 337, 338, 342.

- Melo, Fernando Licarião de — 345, 349, 381.
Melo, Francisco Alexandrino de Albuquerque — 16.
Melo, Gonçalves de — 20.
Melo, Hélio Tavares de — 406.
Melo, Heráclito Buarque de — 265.
Melo, José Cristiano de Albuquerque — 197, 266, 409.
Melo, José da Purificação Correia de — 410.
Melo, José de — 75, 76, 354.
Melo, José Domingos de — 295.
Melo, (José Frutuoso) Cezário de — 323, 388, 390, 394.
Melo, José Laurênio de — 388.
Melo, José Luís de — 49, 53, 56, 57, 64, 65, 70.
Melo, José Maria de Albuquerque — 44, 69.
Melo, Josimar Moreira de — 200, 308, 323, 324, 406, 416, 430, 431, 433.
Melo, Luís de Magalhães — 380, 394.
Melo, (Luís Gomes) Monteiro de — 271, 274.
Melo, Manuel Caitano (de Albuquerque — 111, 125, 287, 316.
Melo, Manuel Pontual de — 318.
Melo, Mário (Carneiro do Rêgo) — 21, 25, 26, 27, 31, 33, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 87, 88, 89, 95, 114, 118, 125, 129, 135, 160, 178, 181, 184, 185, 187, 189, 190, 193, 194, 196, 197, 198, 202, 204, 240, 249, 281, 289, 292, 303, 344, 354, 362, 379, 384, 385, 389, 394, 397, 401, 402, 404, 407, 413.
Melo, Noely Correia de — 375, 404.
Melo, Norton — 385.
Melo, Olbiniano de — 374.
Melo, Oscar (Felix de) — 135, 269.
Melo, Osvaldo de — 314.
Melo, Oton Linch Bezerra de — 97, 245, 378.
Melo, Renato Vieira de — 169, 244, 263, 295, 333, 336, 337, 339, 341.
Melo, Tiago de — 408.
Melo, Ulisses Pernambucano de — 155.
Melo, Valderedo Licarião de — 433.
Melo, Veríssimo de — 388.
Melo, Virgínius da Gama e — 203, 422.
Melquiades, Roque — 65, 67.
Mendes, C. de Fradique — 151.
Mendes, (Guimarães), Oscar — 121, 193, 199, 263, 335.
Mendes, Lauro — 374.
Mendes, Murilo — 187, 301.
Mendes, Ubirajara — 205, 307, 402, 416.
Mendonça, Aderbal — 309, 324, 428.
Mendonça, (Antônio) Baltazar de — 273, 275.
Mendonça, Carlos Sussekind de — 340.
Mendonça, Charles — 324.
Mendonça, Fernando (Augusto de) — 273, 274, 297, 307, 318, 416.
Mendonça, Gentil (Carvalho de) — 292.
Mendonça, José — 430.
Mendonça Júnior, (José Furtado de) — 180.
Mendonça, Renato — 320.
Meneses, Antônio Bezerra de — 423.
Meneses, Antônio Bôto de — 288.
Meneses, Clóvis de — 395.
Meneses, General Sotero de — 317.
Meneses, Hildebrando Gomes de — 184, 297.

- Meneses, João Demétrio de — 49, 53, 57.
 Meneses, João Fagundes de — 353, 424.
 Meneses, Luís — 213.
 Meneses, Luís de França Rodrigues de — 198.
 Meneses, Osvaldo Bastos de — 204.
 Meneses Sobrinho, Antônio Bezerra de — 205.
 Menuci, Sud — 187.
 Mergulhão, Benedito — 382, 385.
 Mesquita, Dulce — 45.
 Mesquita, Eugênio — 172.
 Mesquita, Simplicio Andrade — 297, 321.
 Milagres, J. dos — 249.
 Milano, Nicolino — 49.
 Milany, Ramiro — 41.
 Milet, Henrique Augusto de Albuquerque — 47, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 85, 86, 87.
 Milet, Renato — 65, 70.
 Milet, Sebastião — 53, 70.
 Milet, Sérgio — 159, 184, 196.
 Mill, Roberto — 91.
 Mindelo, José (Larraz) — 263.
 Miranda de Azevedo (e Melo), José — 34, 41, 58, 59.
 Miranda, (Dionísio) Bentes de — 140, 148.
 Miranda, Fileno de — 333, 341, 373.
 Miranda, (Francisco Cavalcanti) Pontes de — 377.
 Miranda, José Tavares de — 348.
 Miranda, Major Salm de — 367.
 Miranda, Manuel J. de — 24.
 Miranda, (Valdemar) Emídio de — 161, 263.
 Miranda, Vicente Chermont de — 394.
 Molotov, Vyacheslav M. — 414.
 Monclar, (Cavalcanti de Albuquerque), Maturino — 15, 106.
Moncorvo, Silvia — 161.
 Moniz, Heitor — 377, 385, 397.
 Mont'Alegre, Omer — 384.
 Monte, Antônio Lumachi do — 275, 288.
 Monte Sobrinho, (Francisco do) — 96, 118, 123, 124, 126, 127, 129, 137, 224, 225, 258.
 Monteiro, Aristides de França — 27.
 Monteiro, Basílio — 238.
 Monteiro, Benedito — 241.
 Monteiro, Costa — 121.
 Monteiro, Débora do Rêgo — 155, 240.
 Monteiro, Francisco Xavier Pessoa — 265.
 Monteiro (de Carvalho), Manuel — 24, 104, 146, 149, 236, 237, 238, 273.
 Monteiro (de Melo), João — 123, 226, 227, 228, 275, 314.
 Monteiro, José Gomes — 381, 391, 395, 408.
 Monteiro, Mauro — 292, 295.
 Monteiro, Osvaldo Deodato — 265.
 Monteiro, Paulo F. de Campos — 323.
 Monteiro, Vicente (de Paula) do Rêgo — 265, 382, 403.
 Montenegro, Melquíades de Albuquerque — 307, 308, 323, 367.
 Montenegro, Olivio (Bezerra) — 187, 240, 335, 336, 388, 413, 419.
 Montenegro, Pedro de Albuquerque — 349.

- Montenegro, Solon de Albuquerque — 261.
 Montepin, Xavier de — 152.
 Moore, Thomas — 160.
 Morais, (Antônio Nascimento) Monteiro de — 181, 388.
 Morais, Clodomir (Santos) de — 391, 417, 420.
 Morais, Cromácio Ribeiro de — 205.
 Morais, E. — 76.
 Morais, Edmundo Rodrigues de — 391, 394, 395, 406, 408.
 Morais, Evaristo de — 196, 197, 340.
 Morais, (Francisco) Leocádio de — 204, 308, 309, 323, 422.
 Morais, General João Batista Mascarenhas de — 195.
 Morais (Gomes Ferreira), Eduardo de — 123, 178, 181, 184, 240, 242, 244, 258, 278.
 Morais, Hugo de — 312, 326.
 Morais, Ismael — 326.
 Morais, José Mariz de — 335, 388.
 Morais, José Pessoa de — 200, 412.
 Morais, Manuel (Henrique Almeida de) — 193, 197.
 Morais, Orlando — 403, 404.
 Morais, Otávio Jaborandi de — 143, 149.
 Morais, Raimundo de — 297.
 Morais Rêgo, Manuel Antônio de — 289.
 Morais (Sousa), Otávio (Rodrigues) de — 184, 214.
 Morato, Francisco — 282.
 Moreira, Carlos (Martins) — 200, 406, 419.
 Moreira (da Silva), Álvaro — 283, 321, 346.
 Moreira, Jerônimo de Rangel — 31, 33.
 Moreira, (Joaquim) Teopompo — 310, 311.
 Moreira, José Antônio (Domingues) — 205.
 Moreira, Luís — 123, 149.
 Moreira, (Manuel dos) Santos — 214.
 Moreira, Nestor — 421.
 Moreira, Silviano de Rangel — 92, 100, 256, 257.
 Morel, Edmar — 414, 416.
 Morena, Roberto — 368, 424.
 Mortara, Giorgio — 197.
 Moser, Heindr — 160, 161, 168, 183, 186, 263.
 Mota, Alexandre (Freitas Simões da) — 97.
 Mota, Anésio — 297.
 Mota, Aureliano — 97.
 Mota (e Albuquerque) Filho, (João Feliciano da) — 187.
 Mota (e Albuquerque), Mauro (Ramos da) — 249, 295, 300.
 Mota e Albuquerque (**Zito Mota**), José João da — 300, 304.
 Mota, Fernando de Oliveira — 180, 181, 190, 196, 202, 204, 307, 340, 342, 372, 373, 374.
 Mota, Heraldo de Oliveira — 205, 340, 372, 374, 417.
 Mota, Leonardo — 316.
 Mota Lima, Paulo — 368.
 Mota Lima, Pedro — 278, 282, 286, 346, 349, 353, 358, 368, 425.
 Moura, Abdias Cabral de — 157, 246, 265, 266, 311, 312, 325, 326.
 Moura, Adonias Lira Cabral de — 157, 205, 430.
 Moura, Armindo — 433.
 Moura, Artur Tavares de — 261, 264, 321, 375, 378, 395.
 Moura Filho, Abdias Cabral de — 157, 205, 394, 408, 430.

- Moura, Isnar Cabral de — 157, 180, 191, 199, 201, 204, 342, 374, 389, 416, 423.
Moura, José Luís de — 385, 408.
Moura, Lourival Jorge de — 265.
Moura, Marielza Cabral de — 374.
Moura, Solon Sócrates Cabral de — 157, 171, 197, 204, 265, 409.
Mourão, Abner — 155.
Mouta, Rildo Gomes — 371.
Mucinic, José — 200, 204, 323, 391.
Muniz, (Manuel) Artur — 111.
Muniz, Marcos — 181.
Mussolini, Benito — 199, 320.
- Nachbin, J. — 314.
Nabuco (de Araújo), Joaquim (Aurélio Barreto) — 111, 124, 296.
Nantes, Júlio André de — 41.
Nascimento, João Batista do — 53.
Nascimento, José do — 395.
Nascimento, Luiz do — 168, 171, 181, 182, 197, 205, 249, 272, 285, 286, 318, 406.
Nauzer, André — 56.
Nazaré, Agripino — 286.
Negrão (de Lima), Odilon — 340.
Negromonte, Padre Álvaro — 280.
Negromonte, Romeu de Albuquerque — 367, 388.
Nemésio, Antônio — 151, 241.
Néri, Adalgisa — 301.
Neto, Américo R. — 134, 164.
Neto, Antônio (Cipriano de Morais Navarro) — 123, 171, 172, 197, 204, 286, 295, 318, 412, 422.
Neto, Edgar — 80, 83, 117, 118, 273.
Neto, Marcelino (Pimentel de Farias) — 391.
Neves, Amilcar — 384, 391, 395.
Neves, Artur — 285, 329.
Neves, Ascendino Cândido das — 226, 227, 314.
Neves, Desembargador José — 403.
Neves Filho, José — 384.
Neves, (General) Berilo (da Fonseca) — 187, 190, 340.
Neves, Iracema Alves — 323.
Neves, J. das — 271.
Neves, Natalício Augusto (**Lício**) — 389, 391.
Neves, Raul de Carvalho — 243.
Neves, Rodovalho — 54.
Neves Sobrinho, (Joaquim José de) Faria — 28, 94, 97, 98, 99, 147, 155, 157, 159, 240, 296.
Neves Sobrinho, José (Maria das) — 168, 312, 314.
Nicéas, Alcides — 385.
Nicoletti, Margaret — 196.
Niemeyer, Oscar — 358.
Noblat, Vicente de Matos — 286, 409.
Nobre, Cezário — 138.
Nóbrega, Agripino Ferreira da — 161, 204.
Nóbrega, Luiz Palmeira da — 286.

- Nóbrega, M. da — 389, 405, 418.
Nóbrega, Sílvio da — 126.
Nonato Fernandes, Raimundo — 389.
Norte, Mário — 75.
Novais, Ederval Gomes — 391.
Novais Filho, Antônio — 250, 379, 380, 385.
Novais, João — 214.
Novais, Júlio — 155.
Novais, Virgínio — 308.
Nunes, Clélia de Castro — 158.
Nunes, Coronel João — 220, 227.
Nunes, Lauro — 247.
Nunes, Mário — 292.
Nunes, Vanderlindo Virgínio — 345.
Nurgel, Henry — 63.
- Obdom, R. — 268.
Oest, Henrique — 353.
Ohnet, Jorge — 121.
Oiticica, Francisco — 337.
Oiticica, José — 209.
Olavo, Silvino — 164, 320.
Olivari, Nicolas — 285, 316.
Oliveira, Adson Pacheco de — 308.
Oliveira, Alvarus de — 184.
Oliveira, Antônio Gomes de — 368, 383.
Oliveira, Aristeu Pires de — 83.
Oliveira, Armando — 75.
Oliveira, Armando de Sales — 188.
Oliveira, Baltazar Firmo de — 214, 215, 341.
Oliveira, Baltazar (José) de — 118, 135.
Oliveira, Boanerges de — 307, 385.
Oliveira, Ceci Neves de — 241.
Oliveira, Cleofas Nilo de — 265, 271, 272, 273, 326, 377, 378, 384, 399, 409.
Oliveira, Clodomiro de — 135, 212, 217, 227, 341.
Oliveira, Coronel Paulo de — 284.
Oliveira, Custódio de — 214.
Oliveira, Emílio Pessoa de — 45.
Oliveira, Esmeraldino de — 58.
Oliveira e Silva, (Francisco de) — 123, 133.
Oliveira (e Sousa), Arquimedes de — 57, 97, 242, 243.
Oliveira, Guilherme de — 297.
Oliveira, Hamilton de — 318.
Oliveira, J. Lopes de — 308.
Oliveira, Jair de — 157.
Oliveira, João Cleofas de — 202, 289, 291, 294, 369, 417, 422, 432.
Oliveira, João de — 97.
Oliveira, Joaquim de — 97, 115, 225, 238, 269, 270, 272, 308, 318, 326.
Oliveira, Jorge Gastão de — 289.
Oliveira, (José) Batista de — 122, 123, 289.
Oliveira, José Bruges de — 282, 283.
Oliveira, José de Arimatéa Dias de — 180.

- Oliveira), José Edison (de — 305, 404, 413.
Oliveira, José Firmo de — 121, 149, 212, 217, 223, 227, 228, 237, 314, 327.
Oliveira, José Gonçalves de — 394.
Oliveira, José Marques de — 242, 243.
Oliveira, Josué de — 318.
Oliveira, Júlio de Santa Cruz — 111, 156.
Oliveira, Leônidas de — 300.
Oliveira, Leopoldino de — 282.
Oliveira Luz), João Ezequiel (de — 75, 83, 84, 85, 86, 109, 111, 120, 122.
Oliveira, Manuel Chagas de — 62, 64, 65, 97.
Oliveira, (Manuel) Morais de — 123, 246.
Oliveira Melo, Joaquim de — 46, 50.
Oliveira, Milton de — 238.
Oliveira), Nelson Firmo (de — 121, 122, 123, 135, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 228, 230, 231, 295, 297, 303, 307, 389, 406.
Oliveira, Odon de — 246.
Oliveira, (Oton) Fialho de — 308.
Oliveira, Paulo (Augusto) de — 135.
Oliveira, Raimundo de — 77.
Oliveira, Raul de — 259.
Oliveira, Sílvio C. de — 203.
Oliveira, Sizenando de — 56.
Oliveira, Valdemar de — 161, 168, 171, 179, 181, 184, 185, 187, 190, 196, 197, 204, 241, 297, 404, 412, 413, 422.
Oliveira, Zildo Cavalcanti de — 205.
Orlando (da Silva), Artur — 90, 93.
Orsi, Ettore — 237.
Osório (de Siqueira Cavalcanti), Alfredo — 265.
Otávio, Rodrigo — 164.
Otávio, Silvino — 282.
Otero, (Francisco Antônio) Leivas — 368.
- Pacheco, Antônio Soares — 205.
Pacheco, Felix — 155.
Pacheco, Plínio — 433.
Paiva, Armando — 56.
Paiva, Valdemar Claudino de — 180.
Paixão, Nelson — 257, 312.
Pajeu, Dilcíades — 311.
Pajuaba Neto — 305.
Palácios, Alberto — 358.
Palha, Américo (Teixeira) — 206, 374, 401.
Palhano (de Jesus), Álvaro — 206, 318.
Palmborg, Rilla Page — 294.
Palmeira (José Augusto de Sousa), Aires — 242, 262, 263.
Palmério, José — 187.
Papini, Giovanni — 199.
Pará, Tomaz — 159, 164.
Parahim, Orlando (da Cunha) — 382, 385, 394.
Paraíso, José Maria de Lima — 409.
Paranhos Filho (Barão do Rio Branco), José Maria da Silva — 43, 75.

- Paranhos, Manuel — 285.
 Paranhos, Tenente Raul — 266.
 Pareto, Wilfredo — 320.
 Passos, Carlos — 209, 270.
 Pati, Francisco — 187.
 Patrícia, Sílvia — 342.
 Patrocínio, José (Carlos) do — 44.
 Patrocínio (Oliveira), José do — 417, 419, 421.
 Paulo Filho, M. (Manuel) — 166, 378.
 Paz, Afonso Isidoro — 265.
 Paz, Flósculo da — 117, 118, 126.
 Peak, Mayne O. — 318.
 Peçanha, Nilo — 152, 232.
 Pederneiras, Raul — 155.
 Pedra, H. — 292.
 Pedro I., Imperador — 155.
 Pedrosa, Amauri — 379, 383.
 Pedrosa, Carlos — 263, 337, 338, 243.
 Pedrosa, Cônego Alfredo Xavier — 53, 297, 342.
 Pedrosa, João da Cunha — 205.
 Pedrosa) Neto, Olímpio Bonald (da Cunha — 408.
 Pedrosa, Olímpio — 200.
 Pedrosa), Olímpio Bonald (da Cunha — 164, 259.
 Pedrosa, Padre Petronilo da Cunha — 309.
 Pedrosa, Paulo da Cunha — 309.
 Pedrosa, (Severino Nicomedes) Alves — 263, 274.
 Peixe, Felix Francisco — 381, 391, 395, 408.
 Peixoto, B. E. — 133.
 Peixoto, General Dermeval — 365, 385, 386.
 Peixoto, Jarbas — 221, 233, 235, 263, 274, 280, 282, 283, 291, 316.
 Peixoto, (Júlio) Afrânio — 164.
 Peixoto, Pedro Chaves — 331.
 Pelegrini, Batista — 191.
 Pena, Albérico — 286, 299.
 Pena, Belizário (Augusto de Oliveira) — 163.
 Pena Filho, Carlos — 203, 394, 408, 419.
 Pena, Ribeiro — 298.
 Penante, José — 179, 344.
 Penedo, Joaquim — 238.
 Penha (Alves de Sousa), Capitão José da — 75, 87, 88.
 Pepe, Virginia — 339.
 Peralva, Osvaldo — 349, 425.
 Peréa (Cortês), frei Romeu — 303, 385, 388, 412.
 Peregrino, Gervásio — 70.
 Peregrino, Miguel — 104.
 Pereira, Artêmio — 151.
 Pereira, Astrogildo — 367, 424.
 Pereira, Baltazar (Martins de Albuquerque) — 88, 92, 94, 97, 99, 131.
 Pereira, Bruno — 75.
 Pereira, Caio — 149, 155, 156, 166, 168, 170, 171, 176, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 191, 195, 237, 238.
 Pereira (da Silva), Laudenor — 430.
 Pereira (da Silva), Oscar — 97, 104, 184, 210, 211, 212, 288.
 Pereira (de Lima), José — 168, 169, 170.
 Pereira, Edgar Borges — 64.

- Pereira, Emídio — 258.
Pereira, Eros Gonçalves Martins — 193, 388.
Pereira (**Faneca**), João Eustáquio — 67, 161, 168, 253, 267.
Pereira, Hiram de Lima — 356, 357, 359, 361, 366, 368, 370.
Pereira, Itamar — 433.
Pereira, J. Thimes — 40.
Pereira Júnior, Joaquim da Rocha — 261.
Pereira, Lúcia Miguel — 187, 412, 423.
Pereira, (Luís de) França — 21, 97, 158, 159, 296.
Pereira, Maria Nazaré dos Santos — 423.
Pereira, Nilo — 180, 183, 184, 190, 202, 203, 204, 336, 377, 380, 382, 388, 390, 391, 395, 397, 406, 419.
Pereira, Paulo de Tarso França — 297.
Pereira, Perolina dos Santos — 412.
Pereira, Raul da Costa — 391.
Peres, Apolônio — 292.
Peres, Gaspar — 155, 160, 263.
Peres, Otávio — 131.
Peretti, João — 196.
Pernambucano, Almeida — 271.
Pernambucano, Ulisses — 178, 237, 242.
Pernambuco, Antônio José de Almeida — 20.
Pessoa (Cavalcanti de Albuquerque), João — 122, 123, 168, 169, 170, 171, 230, 248, 288, 316, 327, 329.
Pessoa (Cavalcanti de Albuquerque), Joaquim — 171.
Pessoa, Coronel Jaime — 154, 234.
Pessoa, Coronel Roberto de — 364.
Pessoa (de Oliveira), Mário — 318, 373, 418.
Pessoa (de Oliveira), Sílvio — 429.
Pessoa, Diógenes da Veiga — 337.
Pessoa, Epitácio (Lindolfo da Silva) — 140, 143, 146, 149, 151, 154, 155, 232, 258.
Pessoa, Frota — 92.
Pessoa, Laurita — 151.
Pessoa, Mário (Monteiro) — 215, 217.
Pessoa, Milton Gomes da Veiga — 341.
Pessoa, Osvaldo Cavalcanti da Veiga — 337, 339, 341, 342.
Pessoa, Renato — 205.
Pessoa, Rômulo — 265.
Pessoa, Zuleno — 200, 202, 205, 388, 417, 423.
Piereck, Luís — 150, 316.
Pila, Raul — 394, 405.
Pimenta, Benigno — 233.
Pimenta, Evaldo — 318.
Pimenta, Joaquim — 34, 68, 90, 93, 94, 109, 112, 148, 149, 152, 215, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 270, 278, 280, 286, 328, 329.
Pimentel, A. Figueiredo — 271.
Pimentel, Diniz — 70.
Pimentel, Georges Latache — 297, 329.
Pimentel, José (da Silveira) — 375, 390, 392.
Pimentel, Romualdo — 270.
Pinheiro, Antônio Coêlho — 57, 59, 62, 64.
Pinheiro, Francisco Abrantes — 111, 118.
Pinheiro, Francisco Gomes Maciel — 70.
Pinheiro, João Abrantes — 135, 155, 157, 158, 171, 197, 205.

- Pinheiro, Joaquim — 395.
Pinheiro, Levino — 339.
Pinheiro, Raimundo — 379.
Pinheiro, Severino — 156.
Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), José Feliciano Fernandes — 245.
Pinho, José — 274.
Pinho, Nilson de Oliveira Sabino — 238, 309, 323, 406.
Pinho, Sabino Olegário Ludgero — 49, 75, 406.
Pinto, Antônio de Sousa — 49.
Pinto, Estêvão (de Meneses Ferreira) — 151, 263, 264, 319, 388.
Pinto, Etelvino — 347, 353, 356, 357, 368.
Pinto, Expedito da Costa — 430.
Pinto Ferreira, (Luiz) — 191, 200, 202, 419.
Pinto, (Francisco) de Matos — 187, 261.
Pinto, General Carlos — 80.
Pinto, (Heráclito Fontoura) Sobral — 336, 338.
Pinto Júnior, José — 388.
Pinto Luís — 191, 401.
Pinto, Mário Coelho — 164, 292.
Pinto, Nelson (Nogueira) — 180, 418.
Pinto, Neusa — 260.
Pinto, Newton Barbosa — 265, 318.
Pinto, Otávio — 292, 388, 390.
Pio (dos Santos), Fernando — 249, 297, 320, 327, 331.
Pirandelo, Luís — 178.
Pires, Padre Leopoldo — 373, 375.
Pires, Paulo de Sousa — 381.
Pisa, Moacir — 166.
Pita, Francisco — 38.
Pitigrili — 344.
Plivier, Teodoro — 249.
Polilo, Raul de — 187.
Pomar, Pedro — 352, 423.
Pombo, (José Francisco da) Rocha — 155.
Pongetti, Henrique — 292.
Pontes, Adauto — 351, 428.
Pontes, Eloi — 340.
Pontes, Gercino Malagueta de — 380, 385, 394, 429.
Pontes, Joel — 308, 388.
Pontual, Davino — 40, 131.
Ponzi, Alfio — 297.
Ponzo, Umberto — 391.
Portela, Aníbal — 263.
Portela, Severo — 160, 161, 274.
Portinari, Cândido — 358.
Pôrto, Aurélio — 319.
Pôrto, Campos — 16.
Pôrto Carreiro, Júlio — 53.
Pôrto, Gentil — 318.
Pôrto, (José Antônio da) Costa — 198, 200, 201, 202, 305, 306, 308, 309, 366, 369, 382, 385.
Pouessel, Lucien — 388.
Pousada, Carlo — 414.
Powell, Clive C. — 197.
Pozzoli, Marilita — 164, 325.

- Praça (Guimarães), Haroldo — 391, 402, 415.
 Prado (Sampaio), Maviasel do — 121, 123, 159, 214, 256, 259, 260.
 Prazeres, Herundina — 123.
 Prazeres, Oto — 147.
 Presídio, Joel — 380.
 Prestes (de Albuquerque), Júlio — 168.
 Prestes, Luís Carlos — 221, 228, 229, 230, 271 278, 279, 281, 282, 284,
 285, 286, 294, 313, 315, 324, 327, 331, 345, 347, 350, 352, 353, 356,
 358, 359, 360, 361, 362, 405.
 Primo, Severino Cunha — 383.
 Proença, Raimundo — 371.
 Pugliesi, João — 159, 164, 251, 253, 255, 256, 268, 368, 369.
 Pugô, Públio — 49, 52, 63, 64, 65, 66, 69, 75, 76.
- Queiroz, Cônego Eustáquio de — 374.
 Queiroz, Família (ou Irmãos) Pessoa de — 149, 150, 154, 158, 168,
 171, 200, 233, 234.
 Queiroz, Fernando Pessoa de — 172, 185.
 Queiroz, Francisco Pessoa de — 143, 149, 151, 155, 167, 171, 172, 179,
 199, 205, 228, 410.
 Queiroz, Galvão de — 379.
 Queiroz, João Pessoa de — 143, 151, 153, 155, 170, 171, 200.
 Queiroz, J. (José Manuel de) — 383, 385, 404.
 Queiroz, (José Maria de) Eça de — 26, 109.
 Queiroz, José Pessoa de — 155, 171, 172, 185.
 Queiroz, Lotinha Jouvin Pessoa de — 160.
 Queiroz, Maurício Vinhas de — 352.
 Queiroz, Otacílio Nóbrega de — 388.
 Queiroz, Paulo Pessoa de — 199.
 Queiroz, Raquel de — 197, 411, 412, 423, 428.
 Queiroz, Venceslau de — 23.
 Quental, Antero (Tarquínio) do — 150.
 Queux, William le — 240.
 Quintas, Amaro (Soares) — 200, 388.
 Quintas, Francisco Soares — 34.
 Quinteiro, Euclides Bernardo — 36.
 Quiroga, Romildo — 305.
 Quong, Sidney D. — 196.
- Rabelo, Acrísio — 97.
 Rabelo, Alfeu — 172.
 Rabelo, Ércio Marcos — 391.
 Rabelo, Fausto — 249, 273.
 Rabelo, General Manuel — 294.
 Rabelo, Sílvio (de Lira) — 163, 241, 243, 263, 336, 411, 413.
 Ramos, Anacleto — 104.
 Ramos, Artur — 196, 297.
 Ramos, Augusto dos Santos — 261.
 Ramos, Eládio dos Santos — 237, 242, 261, 388.
 Ramos, Graciliano — 190, 358.
 Ramos, Hélio — 392.

- Ramos, Itamar — 368.
Ramos, João — 44.
Ramos, Joaquim — 52.
Ramos, Mário Leão — 301.
Rangel, Domicio (do Rêgo) — 44, 45, 90, 233, 240, 275, 280, 283, 285, 289, 297, 300, 344.
Rangel, Evaldo — 242.
Ranulfo (Lopes de Albuquerque), João (J.) — 241.
Raposo, Edgar Galvão — 135, 149, 157.
Reale, Miguel — 342, 373, 374.
Rebello, Arnaldo — 415.
Rebello, Marques — 184, 187, 191, 407.
Régis de Carvalho, Edison — 199, 204, 308, 309, 389, 414, 426.
Régis, Moreira — 292.
Régis Velho (de Melo), (José) — 201.
Rêgo, Alvaro de Abreu — 108.
Rêgo, Antônio Florentino de Abreu — 107, 108, 111, 112, 113.
Rêgo, Artur da Silva — 86.
Rêgo, Augusto Franco do — 61.
Rêgo Barros, Homero — 388, 390.
Rêgo Barros, José Cândido do — 108.
Rêgo Barros, José Manuel do — 125, 127, 128, 129, 130, 137, 251, 253, 256, 259.
Rêgo Barros Júnior, Sebastião do — 97, 101, 103.
Rêgo Barros, Pedro (Francisco do) — 197, 205.
Rêgo Barros, Rui do — 268.
Rêgo, João de Deus do — 23.
Rêgo, José Lins do — 190, 197, 217, 218, 307, 412.
Rêgo Lima, Luís Gomes do — 123, 171, 433.
Regueira Costa, Gaspar (do Nascimento) — 38.
Regueira Costa, João Batista — 49.
Regueira Costa, José Agripino — 77, 78, 81.
Reid, Mayne — 40.
Reis, Capitão Malvino — 348.
Reis, Jaime Batalha dos — 33.
Reis, Nestor Moreira — 263.
Reynand, Paul — 383.
Ribas, Fábio — 86.
Ribas, Paulo — 348.
Ribas, Rosalvo Cavalcanti — 381, 391, 395.
Ribeiro, (Anibal) Cruz — 123, 137, 143, 251, 266.
Ribeiro, (Antônio das) Chagas — 348.
Ribeiro, Antônio Inácio (de Barros — 151.
Ribeiro, (Antônio José da) Costa — 79.
Ribeiro da Silva, (José Cavalcanti) — 21, 38.
Ribeiro, Estêvão — 221, 228, 310.
Ribeiro, Hamilton — 130, 285, 287, 295.
Ribeiro, João — 164, 263, 266.
Ribeiro, João da Cruz — 152.
Ribeiro, João José — 180, 381.
Ribeiro, Manuel — 123, 181, 209, 274.
Ribeiro, Nelson José — 391, 395, 408.
Ribeiro, Odilon Nestor (de Barros — 97, 99, 106, 111, 143 147, 149, 151, 152, 155, 164, 179, 200, 263.
Ribeiro), Osvaldo Ciríaco (da Cruz — 226.

- Ribeiro, Raimundo Viana — 178.
Ribeiro, Sebastião Pinto — 270.
Ribeiro, Sônia — 359.
Richebourg, Emile — 179.
Rios, Airon (Carlos da Silva) — 307, 406.
Rios, Carlos (Lutgardes da Silva) — 156, 190, 245, 246, 249, 250, 262, 264, 265, 295, 296, 300, 331, 332, 348, 390, 394, 406.
Rocha, Amaro Alexandrino da — 204.
Rocha, Eduardo — 406.
Rocha, Euclides — 337, 342.
Rocha, Geraldo — 377.
Rocha, Gilberto Fraga — 271.
Rocha, José Cabral da — 265, 409.
Rocha, Leduar de Assis — 122, 123, 215, 221, 225, 240, 242, 259.
Rocha, Luis (Gonzaga de Oliveira) — 309, 323.
Rocha, (Manuel) Alexandrino da — 77, 407, 408, 420.
Rocha, Pedro de Assis — 420, 422, 423.
Rocha, Tadeu (Gonçalves da) — 342, 372.
Rodrigues, Abelardo — 61, 80.
Rodrigues, Augusto — 80, 86, 292.
Rodrigues & Cia., Daniel — 325.
Rodrigues de Melo, (Manuel) — 187.
Rodrigues, Jorge Martins — 184.
Rodrigues, José Júlio — 164, 179, 245.
Rodrigues, J. Wasth — 202.
Rodrigues, Lísias A. — 401.
Rodrigues, Mário (Leite) — 44, 62, 66, 67, 68, 70, 71, 81, 85, 86, 87, 112, 140, 227, 240.
Rodrigues, Nelson — 196, 607, 433.
Rodrigues, Teodolindo — 172.
Rogério, Carlos — 237.
Rolo, Charles J. — 303.
Roma, João (Inácio Ribeiro) — 197, 198, 354.
Roma, José Barreto — 118.
Romano — 158.
Romeu, Jorge Paula — 304.
Ronay, Paulo — 413.
Roosevelt, Eleanor — 405.
Roosevelt, Franklin Delano — 405, 414.
Rosa, Airtton S. — 406.
Rosa, Alcides — 209, 211.
Rosa e Silva, Francisco de Assis — 20, 22, 23, 26, 29, 30, 33, 34, 38, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 78, 19, 82, 88, 97, 109, 112.
Rosa e Silva Júnior, Francisco de Assis — 60.
Rosas, Alfeu — 108.
Rosas, Josafá (Vasco de Carvalho) — 305, 308, 309.
Rosas, Mário — 265.
Roure, Agenor de — 155, 164.
Rowe, L. C. — 297.
Roy, Bernard — 190.
Rubens, Artur — 86.
Rubio, P. Ortiz — 164.
Rufino (Bezerra Cavalcanti), José — 112, 115, 130, 133, 139, 141, 142, 147, 151, 155, 210.
Rufino (de Melo e Silva), João — 171, 313.

- Sá, Artur de — 385.
Sá, Augusto Cardoso de — 108.
Sá (Bezerra Cavalcanti), José de — 83, 86, 87, 104, 107, 108, 110, 111, 112, 125, 243, 275, 280, 283, 285, 291, 296, 299.
Sá (Cavalcanti), Oscar de — 81.
Sá (e Albuquerque), Fernando de — 123, 147.
Sá (e Albuquerque), Lourenço de — 36, 38.
Sá, Hermes Gusmão de — 383.
Sá, José Gomes de — 416.
Sá Leal, Antônio de — 261.
Sá Pereira, Edwiges de — 57, 93, 106, 155, 158, 180.
Sá Pereira, Eugênio de — 15.
Sá Pereira, Eurico de — 89.
Sá Pereira, Fredovinda de — 252.
Sá, Stênio de — 187, 249, 270, 273.
Sacramento, Elpidio Dias do — 122.
Sãez, Sanches — 316.
Salazar (da Veiga Pessoa), Luiz — 277.
Saldanha, Arnaldo — 246.
Saldanha, Horácio — 78, 82, 133, 151, 239, 244, 245, 246, 248.
Saldanha, João — 246.
Saldanha, Rubens — 180.
Sales, Antônio — 21, 28.
Sales, Apolônio (Jorge de Faria) — 280, 335, 380, 385.
Sales, Pereira — 233.
Salgado, Plínio — 324, 335, 342, 343, 373, 374, 429.
Salustio, Joaquim — 243.
Samico, Eugênio — 147.
Sampaio, Alde Feijó — 292.
Sampaio, Gil — 430.
Sampaio, Mozir Jataí de — 407.
Sampaio, Nerêo — 157, 158.
Santa Cruz, Carlos — 52.
Santa Rosa, J. B. de — 313.
Santana, D. — 426.
Santarém, Cláudio — 209.
Santiago, Jaime de — 251, 331, 406.
Santiago, Osvaldo — 122, 123, 158, 161.
Santos, Armando — 228.
Santos, Edison — 405.
Santos, Ernesto de Paula — 17.
Santos, Gerson Romário dos — 265.
Santos, Jaime Ferreira dos — 413.
Santos, João de Moura — 79.
Santos, Leopoldo Luís dos — 178, 321, 371, 394.
Santos, Luís Cristóvão dos — 420.
Santos, Luís de Gonzaga — 374.
Santos, Luís Morais dos — 426.
Santos, Manuel Virgínio dos — 372.
Santos, Máximo de Moura — 187.
Santos, R. dos — 41.
Santos, Rui — 301.
Santos, Sabino Arnaldo — 65, 129.
Santos, Sebastião Lins dos — 353.
Santos, Teresinha Correia — 205.

- Santos, Virgínio Everardo dos — 265.
Saraiva, Patrício — 304.
Sarinho, Paulo Travassos — 322.
Sarmiento, Antônio — 338, 340, 343, 377.
Schmidt, Afonso — 347, 352, 358.
Schmidt, Augusto Frederico — 193.
Schuller, José Maria — 395.
Schwarz, Carlos — 179.
Scott, Robert — 51, 75.
Seabra, Geraldo (de Farias) — 202, 205, 309, 324, 352, 391, 404, 406, 417, 433, 434.
Seixas, Ivan Nunes — 388.
Seixas, José Marinho — 265.
Seixas, Tomaz — 199, 203.
Selva, Leonardo — 263.
Selva, Nestor — 97.
Sena, Vincenzo de — 325.
Serrano, Jónatas (Arcanjo da Silveira) — 268, 341.
Serra, Mário Pinto — 377.
Sete, Manuel — 211.
Sete, Mário (Rodrigues) — 62, 123, 151, 155, 158, 159, 178, 179, 180, 190, 193, 241, 249, 263, 297, 298, 300, 304, 380, 397, 401, 413.
Seve, Franklin (de Magalhães) — 50, 52, 53, 122, 123.
Severo, Mário — 149.
Sienkiewicz, Henryck — 18.
Silva, Abel — 30, 41.
Silva, Adroaldo Carlos Maux da — 409, 429.
Silva, Agostinho da — 136.
Silva, Agripino (Fernandes) da — 21, 166, 226, 249, 265, 271, 280, 283, 285, 297, 315.
Silva, Alexandrino da — 149.
Silva, Alfredo Honorato da — 197.
Silva, Alfredo Pessoa da — 217.
Silva, Aluizio Barbosa da — 265, 409.
Silva, Antônia d'Able e — 233.
Silva, Aprígio da — 368.
Silva, Arnaldo Pinheiro da — 205.
Silva, Aurélio — 64, 65.
Silva, Benedito — 184.
Silva, Bibiano — 292.
Silva, Carlos da — 44.
Silva, Celso — 197, 205.
Silva, Djanira Gamboa da — 204.
Silva, Eduardo Custódio da — 138.
Silva, Ernesto — 32.
Silva, Fernandes e — 147, 263, 292.
Silva, Haidéa — 389.
Silva, Heronides (Fernandes da) — 416.
Silva, J. da — 65.
Silva, João Coelho da — 45.
Silva, Joaquim Pereira da — 27.
Silva, Jonas da — 18, 23.
Silva, José Basílio da — 409.
Silva, José Fernandes da — 83.
Silva, José Lindolfo — 225, 229, 230, 266, 314.

- Silva, Laurindo de Oliveira e — 289.
Silva, Lopes da — 397.
Silva, Luís José da — 49.
Silva, Nestor — 292, 295, 297.
Silva, Normando — 75.
Silva, Oscar Gurgel Tosta da — 205, 309, 324, 420.
Silva, R. — 212.
Silva, Rodrigues e — 20.
Silva, Romualdo Domingues da — 135.
Silva, Sinval Peregrino da — 389.
Silveira, Alberto Pôrto (Rodrigues) da — 83, 86, 266, 428.
Silveira, Alfredo Pôrto (Rodrigues) da — 210, 211, 212, 213, 214.
Silveira, Calinício Ramos da — 348, 349, 351.
Silveira, Domócrita Ramos da — 206, 268, 430.
Silveira, Gastão da — 32.
Silveira, João Araújo Ramos da — 354, 356, 357, 359, 361, 362, 371, 425.
Silveira, Joel — 301, 416.
Silveira, José Antônio da — 237.
Silveira, José Pedro Veloso da — 71, 95, 128.
Silveira (Martins Ribeiro), Clélia da — 191, 367.
Silveira, Pelópidas — 352, 411.
Silveira, Renato (Bastos) — 242.
Silveira, Tasso da — 187, 374.
Silveira, Valdy Bezerra da — 430.
Silvestre, J. — 321.
Silvino, Antônio — 58.
Sílvio, Lino — 45.
Simões, Adolfo — 92.
Simões, José Hoel da Nóbrega — 180, 312, 324, 325, 326.
Siqueira, Alcides Lopes de — 388, 406.
Siqueira C. Júnior, M. de — 40.
Siqueira (e Melo), Oscar — 158, 251, 259.
Siqueira, Jaime — 348.
Soares, Aristóteles — 388, 406, 422.
Soares, Gerson de Macedo — 198.
Soares, J. — 137, 429.
Soares, Samuel — 178, 183, 187, 191, 197, 198, 199, 416.
Soares, Ubaldó — 181.
Soares, Vital — 168.
Sodré, Lauro — 64, 75.
Sodré, Moacir Werneck — 207, 347, 348, 423.
Sodré, Nelson Werneck — 196, 207.
Soido (de Barros Falcão), Henrique — 15, 19, 20.
Soriano de Oliveira, Abgar — 335, 336, 341, 343.
Soriano de Sousa Filho, José — 52.
Sotero (de Farias), Alfredo — 191, 199.
Sotero de Sousa, (José) — 226, 227, 243, 246, 271.
Sousa, A. Jorge de — 46.
Sousa, Antônio Pereira de — 250.
Sousa, Ápio de — 313.
Sousa, Cícero de — 301, 304.
Sousa, Conselheiro Teixeira de — 38.
Sousa, Élfego Jorge de — 121, 253, 316.
Sousa, F. — 190.
Sousa, Fernando César Tasso de — 307.

- Sousa Filho, Demócrito de — 383.
Sousa Filho, José Néri Alves de — 108, 135, 149, 211.
Sousa Filho, (deputado Manuel Francisco de) — 85, 108, 257, 259, 327.
Sousa, Gentil de — 377.
Sousa, Henrique Castriciano de — 62.
Sousa, Hersílio Lupércio de — 51, 69, 77, 78, 158, 166.
Sousa, Hilton — 430.
Sousa, Ivonildo de — 416.
Sousa, Jaime de — 87.
Sousa, Jandira Loureiro de — 412.
Sousa, João Fonseca de — 241.
Sousa, Joaquim José Luís de — 15.
Sousa, Jorge Medeiros de — 305.
Sousa, José Irineu de — 131, 143, 206.
Sousa, José Pereira Valadares de — 265.
Sousa, José Valeriano de — 150.
Sousa, Ladislau de — 408.
Sousa, Melo e — 243.
Sousa, Nestor (Monteiro) de — 214, 255, 258.
Sousa, Otávio Tarquínio de — 413.
Sousa, Pedro Joaquim de — 301, 304, 322.
Sousa, Severino Pereira de — 273, 326.
Sousa, Teles de — 108.
Sousa), Washington Luís (Pereira de — 122, 168, 176, 244, 287.
Souto, Carlos — 203.
Souto & Cia. — 329.
Souto, Dario — 123.
Souto Filho, (Antônio da Silva) — 69, 256, 344.
Souto Maior, Fernando — 434.
Souto Maior, Rildo Tavares — 368, 371.
Souto, Massilon — 331, 332.
Sparano, Luís — 160.
Squeff, Egídio — 353, 358, 366, 371.
Stalin, Joseph — 361, 420.
Steed, Wickham — 197.
Sternberg, Fritz — 197.
Stettinius, Edward R. — 405.
Stevens, Salomon Set — 265.
Suassuna, Ariano — 200, 388.
Suassuna, Valdir — 409.
Sucupira, Luís — 333, 335, 341.
- Taborda, Afonso Augusto de Brito — 90.
Tabouis, Genevieve — 197.
Tahan (Julho Cesar de Melo e Sousa), **Malba** — 166, 327.
Tarquínio — 280.
Tasso, Jorge — 371.
Taub, Walter — 197.
Taurino (Ferreira de Andrade), Cônego Jonas — 97, 373, 378.
Tavares, Bráulio Fernandes — 211, 292, 297.
Tavares, Célio — 430.
Tavares, Cláudio (Pereira) — 345, 347, 348, 349, 351, 356, 357, 359,
361, 362, 364, 365, 366, 368, 371, 425, 429.

- Tavares (da Silva Cavalcanti), Ademar — 319.
 Tavares (da Silva Filho), Odorico (Montenegro) — 301, 319.
 Tavares, Geraldo — 434.
 Tavares, João — 347.
 Tavares, Joaquim — 49.
 Tavares, Nilo — 191.
 Tavares, Otávio (Hamilton Barreto) — 282.
 Tavares, Valdemir — 430, 433.
 Távora, Juarez (do Nascimento Fernandes) — 278, 279, 282.
 Távora, Padre José V. — 374.
 Teixeira, Lourivaldo — 205.
 Teixeira, Luís (Pontes) — 297, 300, 326, 412, 413, 419, 422.
 Teixeira, Maria de Lurdes — 200.
 Tejo, (Auréljo de) Limeira — 249, 318, 319, 331, 337, 338, 339, 340, 341.
 Teles Filho, Benevenuto — 197, 285.
 Temporal, José Moreira — 269, 409.
 Tenório, Rodrigo Pinto — 201.
 Teófilo (Carneiro de Albuquerque), José — 26, 32, 292.
 Tewes, Frei Matias — 378.
 Tigre (d. **Xiquote**), (Manuel) Bastos — 296.
 Tinoco, W. — 336.
 Tomaz, Joaquim — 297.
 Tondela Júnior, Francisco — 52, 84, 88, 96, 111, 126.
 Toríbio, Alderico da Silva — 354, 355, 357, 366, 424, 425.
 Torquato, Jáder — 308.
 Torreão, Danilo Lobo — 180, 336, 338.
 Tôrres, Américo (Gregório) — 308.
 Tôrres, Antônio — 147.
 Tôrres, Luís (Bezerra) — 416.
 Tôrres, Luís (Xavier) — 415, 420.
 Tôrres, Mário — 377.
 Tôrres, Paulo — 159.
 Travassos, Mário — 197.
 Trindade, Aristófanés Renan Marques da — 381, 391, 395, 407, 408.
 Trindade, Djalma Marques da — 229, 270.
 Trindade, Filemon Marques da — 266.
 Trindade, João de Deus de Albuquerque — 300..
 Trindade, Vitorino — 266, 409.
 Trotzky, Leon — 316.
 Túlio, Mário — 268, 285, 286, 288, 316, 388.
- Ubirajara, Carlos — 94.
 Uchoa, Gaspar — 77, 81, 86, 316.
 Uchoa, Ida Souto — 168, 336.
 Uchoa, José Joaquim Borges — 265.
 Uchoa, Luís G. — 419.
 Uchoa, Rildo — 429.
- Vaitsman, Jorge — 201.
 Vale, Norberto — 383, 402.
 Valença, Antônio — 24.

- Valença, Joaquim de Oliveira — 59, 60.
Valença Júnior, João de Oliveira — 77.
Valença, Kilma — 417.
Valente, Valdemar (de Figueiredo) — 200, 297, 388.
Valmer, Paul — 237.
Valverde, Belmiro — 282.
Valverde, dom Miguel de Lima — 158.
Vanderlei, Amaro — 200.
Vanderlei, Arnóbio Tenório — 297, 379, 380.
Vanderlei, Carlos — 84.
Vanderlei, Clóvis — 239, 241.
Vanderlei (de França), Palmira — 292, 320, 388.
Vanderlei, Eustórgio — 65, 122, 123, 270.
Vanderlei Filho, Augusto — 269.
Vanderlei, Hibernon — 308.
Vanderlei, José Cavalcanti — 345, 347.
Vanderlei, Mário — 87.
Vanderlei, Vandenkolk (Nunes de Sousa) — 418, 429.
Varejão Filho, (José) Lucilo (Ramos) — 200.
Varejão, (José) Lucilo (Ramos) — 133, 158, 206, 240, 243, 263, 264, 297, 301, 335, 340, 405, 413.
Varejão, Odaci — 394.
Vargas, Getúlio Dorneles — 168, 176, 182, 188, 189, 230, 327, 329, 375, 383, 433.
Vasco, Padre Américo — 232.
Vasconcelos, A. Coutinho de — 155.
Vasconcelos, Cunha — 23.
Vasconcelos, Everardo da Fonseca — 309, 324, 420.
Vasconcelos Filho, João Cabral de — 342.
Vasconcelos, Gilberto — 409.
Vasconcelos, Gumercindo Cabral de — 318.
Vasconcelos, Hildebrando de — 65.
Vasconcelos, João — 158, 160, 161, 196, 283, 388.
Vasconcelos, José — 243.
Vasconcelos, José Adirson de — 430, 433.
Vasconcelos, José de Godoi e — 36, 40, 42.
Vasconcelos, Luiz — 409.
Vasconcelos, Sanelva (Moreira Ramos) de — 318.
Vasconcelos, Telma de — 394.
Vaz, Gil — 15.
Vaz, Nelson — 179.
Vaz, Paulo — 40.
Veiga, Evaristo (Ferreira) da — 21.
Veiga, Gláucio — 202, 203, 418.
Velasco, Domingos — 434.
Velho Sobrinho, (Comandante João Francisco) — 238, 252, 255, 256, 266, 267, 268.
Veloso, Flora Ferraz — 416.
Veloso, Luís Fernandes — 391, 395.
Veloso, Wilson — 428.
Veras, Carlos (Moura de Moraes) — 197.
Veras, José Maria de Carvalho — 168, 171, 273.
Vergara, Telmo — 180, 181.
Veríssimo, Érico — 181, 377.
Verona, Michelangelo da — 160.

- Viana, (Antônio Joaquim) — Barbosa — 78, 93.
Viana, Artur Gaspar — 335.
Viana, Augusto Fernandes — 273, 285.
Viana, (José) Hermógenes — 140, 142, 143, 213, 214.
Viana, Paulo Nunes — 381, 395, 433, 434.
Viana, Renato — 179.
Viana, Rodrigues — 271.
Viana, Sodré — 346.
Vicente, Abílio — 328.
Victor Filho, Olinto — 263.
Vidal, Ademar — 297.
Vidal, R. A. Sampaio — 377.
Viegas, Cristiano — 190.
Vieira, Arnaldo Damasceno — 378.
Vieira da Cunha, Juarez — 419.
Vieira (de Melo Pereira), Celso — 17, 18, 26.
Vieira, (Elias) Alfredo — 307, 337, 338, 342.
Vieira, José Geraldo — 199, 320.
Vieira, José Orlando — 265, 409.
Vieira, Luís Filipe — 197, 410, 413, 422.
Vieira, Samuel — 104.
Vilanova, General Azambuja — 375.
Vila Nova, José Brasileiro — 197.
Vila Nova, Tenório — 388.
Vilar, José — 265.
Vilares, L. V. — 168, 248.
Vilarim, Asdrubal — 255, 268.
Vilas Boas, Aldo — 405.
Vilas-Lobos, Carlos — 32.
Vilela, Genésio Souto — 140, 259.
Vilela, (Joaquim Maria) Carneiro — 29, 31, 32.
Vilela Júnior, General — 332.
Virgolino, W. — 369.
Vitrúvio, Eurico — 19, 161.
Vivaqua, Atilio — 292.
Vivas, José C. — 96.
Viveiros, Custódio de — 374.
Viveiros, Paulo de — 171.
Wamberto (Pinheiro de Assunção), José — 203, 204, 416.
Wales, H. G. Quartich — 197.
Washington, Luís — 196.
Werfell, George — 356, 359, 362.
Weyler, Bert — 196.
Wucherer, Armando Goulart — 151, 158, 164, 259, 263.
- Xavier, Cônego Henrique — 263, 292.
Xavier (da Silva), Rafael — 260.
Xavier Sobrinho — 104, 107.
Ximenes, Rubens — 371.
- Young, Gordon — 196.
- Zogaia, Antônio — 178.

Nascimento, Luiz do

História da imprensa de Pernambuco (1821-1945). Recife Arquivo Público, 1962—
v. 23 cm.

Vols. 2 e 3, edição da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.

Inclui bibliografia.

Conteúdo. — v. 1. Diário de Pernambuco. — v. 2. Diários do Recife — 1829-1900. — V. 3. Diários do Recife — 1901-1954.

1. Imprensa — História — Pernambuco. I. Título.

655.1834 (C.D.D. 17. ed.)

UFPe.

655.1(813.4) (C.D.U.)

SD-Bc 63-901

Composto e impresso nas oficinas
gráficas da Imprensa Universitária
—Universidade Federal de Per-
nambuco em Dezembro de 1967

Este livro deve ser devolvido na última
data carimbada

08.09.88			
20.03.99			

Nascimento, Luiz de

História da Imprensa de Pernambuco:
(1821-1954)

07/N244h

v.3
(454/83)

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA CENTRAL BLANCHE KNOPF
Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos
52 071-440 - Recife - PE - Brasil
Caixa Postal 1595
Telefone (081) 441-5900
Telefax (081) 441-5287
*ibli@fundaj.gov.br

Doc. 29/7/99 (subst.)



“Ele revive, melhor do que ninguém, as figuras excepcionais do jornalismo liberal e polêmico, representativo do espírito e da pugnacidade da época, sem lhes descaracterizar a personalidade, nem lhes imprimir estranhos coloridos para enquadrá-los na glória das galerias históricas” — **José de Sá.**

“...está hoje na vanguarda dos historiadores da imprensa, não só de Pernambuco, mas de qualquer outro Estado. Sua produção honra mais ao país do que a êle próprio” — **Fernando Segismundo.**

“...critério de pesquisador, que o situa, rigorosamente, na galeria dos mais honestos e probos historiadores brasileiros” — **Paulo Cavalcanti.**

“A História da Imprensa de Pernambuco”, de Nascimento, acaba parecendo quase um romance. Porque é empolgante, faz esquecer o resto da vida dar-se o leitor à tarefa de acompanhar a **faina heróica** dêste esforço sacrificado que é sustentar um jornal, dia a dia, mês a mês, ano a ano, sem um descanso, sem um hiato...” — **Costa Pôrto.**

“Nascimento é o maior historiador da nossa Imprensa, em todos os tempos” — **Nilo Pereira.**

“...a “História da Imprensa de Pernambuco” merece estar ao alcance de todos, como um repositório de exemplos, consciente e honestamente recolhidos, capaz de orientar-nos na nossa atuação pública” — **Luiz Beltrão.**

“O trabalho de Luiz do Nascimento aumenta o prestígio da imprensa brasileira” — **Edmundo Lys.**

“Pena é que não se faça, em relação ao Rio de Janeiro e mesmo a todo o Brasil, obra igual a essa “História da Imprensa de Pernambuco”, de Luiz do Nascimento” — **Otávio Malta.**

Pernambuco

Publicado em 1914
No. 10000
Pernambuco
Cidade de Recife
Diário de Notícias

REPUBLICA



Diário da Ma

O "DIÁRIO DA MANHÃ" é uma iniciativa pernambucana e entregamo-lo ao povo.

...da ...
...da ...
...da ...